



Grupo
Libra



**PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE**

LIBRA TERMINAL RIO S.A.

Companhia Aberta Categoria "B", CVM 2343-4
Rua General Gurjão, nº 105, CEP 20931-670, Rio de Janeiro - RJ
CNPJ nº 02.373.517/0001-51 – NIRE 33.300.167.269

Perfazendo o montante total de

R\$ 270.000.000,00

Classificação de Risco Fitch Ratings: "AA(bra)"
Código ISIN: BRLBRADB5006

COORDENADORES



Coordenador Líder



Santander

GLOBAL BANKING & MARKETS

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE



LIBRA TERMINAL RIO S.A.

Companhia Aberta Categoria “B”, CVM 2343-4
Rua General Gurjão, nº 105, CEP 20931-670, Rio de Janeiro - RJ
CNPJ nº 02.373.517/0001-51 – NIRE 33.300.167.269

Perfazendo o montante total de

R\$270.000.000,00

Classificação de Risco Fitch Ratings: “AA(bra)”

Código ISIN: BRLBRADBS006

A LIBRA TERMINAL RIO S.A. (“LIBRA”, “Companhia” ou “Emissora”) está realizando uma oferta pública de distribuição de 27.000 debêntures, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais (conforme definidas neste Prospecto), todas nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da primeira emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o montante total de R\$270.000.000,00, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, na data de emissão, qual seja, 10 de julho de 2014 (“Debêntures” e “Data de Emissão”, respectivamente), sob a coordenação do BANCO ITAÚ BBA S.A. (“Coordenador Líder”) e do BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (“Santander”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”). Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, no qual foram definidas, com a Companhia (“Procedimento de Bookbuilding”): (i) a emissão e a quantidade de Debêntures Suplementares, nos termos previstos na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, na página 35 deste Prospecto, e a emissão e a quantidade de Debêntures Adicionais, nos termos previstos na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, na página 35 deste Prospecto; e (ii) a Remuneração (conforme definido neste Prospecto), nos termos previstos na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Remuneração”, na página 36 deste Prospecto.

Não foi aceita a participação de investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição, que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido neste Prospecto), no Procedimento de Bookbuilding, até o limite de 30% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Como foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado (conforme definido neste Prospecto), caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto) e conforme divulgado nos Prospectos.

O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), celebrado em 25 de junho de 2014, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia, e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) foi acrescida em 3.000 Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas (“Debêntures Suplementares”), destinadas a atender a um excesso de demanda constatado no Procedimento de Bookbuilding, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, sendo que as seções “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Valor Total da Emissão” e “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, nas páginas 33 e 35, respectivamente, deste Prospecto, já incluem as Debêntures Suplementares.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em 4.000 Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas (“Debêntures Adicionais”), que foram emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores, sendo que as seções “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Valor Total da Emissão” e “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, nas páginas 33 e 35, respectivamente, deste Prospecto, já incluem as Debêntures Adicionais.

As Debêntures serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais e o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) de sistema administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

A Emissão e a Oferta serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 14 de maio de 2014, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”), em 2 de junho de 2014, sob nº 00002630781, e publicada, em 11 de junho de 2014, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (“DOERJ”) e no jornal “Diário Mercantil”.

A Oferta será realizada de acordo com os termos e condições constantes do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A.” (“Escritura de Emissão”), celebrado em 14 de maio de 2014 entre a Emissora e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”), conforme aditado em 25 de junho de 2014. A Escritura de Emissão foi arquivada na JUCERJA, em 2 de junho de 2014, sob o nº ED33000532-5/000, e o primeiro aditamento foi arquivado na JUCERJA, em 30 de junho de 2014, sob o nº ED33000532-3/001.

ESTE PROSPECTO (“PROSPECTO”) NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. ANTES DE TOMAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A COMPANHIA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUE FAÇAM A SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, DE SUAS ATIVIDADES E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures” na página 56 deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência (conforme definido neste Prospecto) da Companhia antes de aceitar a Oferta.

Este Prospecto Definitivo deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, o qual foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”) e é incorporado por referência a este Prospecto.

OS INVESTIDORES DEVEM LER AS SEÇÕES “4. FATORES DE RISCO” E “5. RISCOS DE MERCADO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E A SEÇÃO “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES”, NA PÁGINA 56 DESTES PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

A Oferta foi registrada pela CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2014/011, concedido em 14 de julho de 2014.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

COORDENADORES



Coordenador Líder



A data deste Prospecto Definitivo é 17 de julho de 2014

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

PARTE 1 - INTRODUÇÃO	3
DEFINIÇÕES	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	11
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	13
IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES JURÍDICOS, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO, DO ESCRITURADOR MANDATÁRIO E DO AUDITOR	14
EMISSORA	14
COORDENADORES	14
CONSULTORES LEGAIS	14
<i>Consultores Legais da Emissora</i>	<i>14</i>
<i>Consultores Legais dos Coordenadores</i>	<i>14</i>
AGENTE FIDUCIÁRIO	15
BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO	15
ESCRITURADOR MANDATÁRIO	15
AUDITOR INDEPENDENTE	15
DECLARAÇÕES DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	15
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES	16
PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	21
SUMÁRIO DA OFERTA	23
CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA	32
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	33
AUTORIZAÇÃO SOCIETÁRIA	33
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	33
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	33
<i>Colocação</i>	<i>33</i>
<i>Procedimento de Bookbuilding</i>	<i>34</i>
<i>Prazo de Subscrição</i>	<i>34</i>
<i>Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização</i>	<i>34</i>
<i>Negociação</i>	<i>35</i>
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES	35
<i>Número da Emissão</i>	<i>35</i>
<i>Valor Total da Emissão</i>	<i>35</i>
<i>Quantidade</i>	<i>35</i>
<i>Valor Nominal Unitário</i>	<i>35</i>
<i>Séries</i>	<i>35</i>
<i>Forma e Comprovação de Titularidade</i>	<i>35</i>
<i>Conversibilidade</i>	<i>35</i>
<i>Espécie</i>	<i>35</i>
<i>Data de Emissão</i>	<i>35</i>
<i>Prazo e Data de Vencimento</i>	<i>36</i>
<i>Pagamento do Valor Nominal Unitário</i>	<i>36</i>
<i>Remuneração</i>	<i>36</i>
<i>Repactuação Programada</i>	<i>37</i>
<i>Resgate Antecipado Facultativo</i>	<i>37</i>
<i>Amortização Antecipada Facultativa</i>	<i>37</i>
<i>Oferta Facultativa de Resgate Antecipado</i>	<i>37</i>
<i>Aquisição Facultativa</i>	<i>38</i>
<i>Direito ao Recebimento dos Pagamentos</i>	<i>38</i>
<i>Local de Pagamento</i>	<i>38</i>
<i>Prorrogação dos Prazos</i>	<i>38</i>
<i>Encargos Moratórios</i>	<i>39</i>
<i>Decadência dos Direitos aos Acréscimos</i>	<i>39</i>

<i>Imunidade Tributária</i>	39
<i>Vencimento Antecipado</i>	39
<i>Publicidade</i>	44
<i>Assembleia Geral de Debenturistas</i>	44
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	45
<i>Regime de Colocação</i>	45
<i>Plano da Oferta</i>	46
<i>Público Alvo da Oferta</i>	48
<i>Pessoas Vinculadas</i>	48
<i>Classificação de Risco</i>	48
<i>Remuneração dos Coordenadores</i>	49
<i>Cópia do Contrato de Distribuição</i>	49
<i>Custos Estimados da Oferta</i>	49
CONTRATO DE FORMADOR DE MERCADO	50
INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES	50
MANIFESTAÇÃO DE REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO À OFERTA	51
MODIFICAÇÃO DA OFERTA	51
SUSPENSÃO DA OFERTA	52
CANCELAMENTO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA	52
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES	53
<i>Relacionamento da Companhia com o Coordenador Líder</i>	53
<i>Relacionamento da Companhia com o Santander</i>	53
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	53
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES	56
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	60
CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA	62
CAPITALIZAÇÃO	63
ANEXOS	65
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMISSORA QUE	
APROVOU A EMISSÃO E A OFERTA	67
ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO DA EMISSORA	117
ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES	143
SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	201
DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER	209
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS	
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	215
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS	
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	323
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS	
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	409
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO ENCERRADO	
EM 31 DE MARÇO DE 2014	485
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA	539

PARTE 1 – INTRODUÇÃO

- **Definições**
- **Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro**
- **Informações Cadastrais da Emissora**
- **Identificação da Emissora, dos Coordenadores, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e do Auditor**
- **Apresentação do Coordenador Líder**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins desde Prospecto, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Emissora, em conjunto com suas subsidiárias, salvo referência diversa neste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta Seção, salvo referência diversa neste Prospecto:

Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta a ser publicado no jornal "Diário Mercantil" pela Companhia e pelos Coordenadores, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta a ser publicado no jornal "Diário Mercantil", nos termos do artigo 23, parágrafo 2º e do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado sobre a Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Banco Liquidante	A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Boreal	A Controlada denominada Boreal Serviços e Administração S.A. (CNPJ n.º 36.182.905/0001-77).
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Cabo Frio Logística	A Controlada denominada Aeroporto Cabo Frio Logística, Armazém Geral e Transporte Multimodal Ltda. (CNPJ n.º 07.895.102/0001-61).
CDRJ	Companhia Docas do Rio de Janeiro
CETIP	Cetip S.A. – Mercados Organizados.
Cetip21	Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia, Emissora ou Libra	Libra Terminal Rio S.A.
Contrato de Arrendamento	"Contrato de Arrendamento C-DEP JUR N.º 010/98", celebrado em 11 de março de 1998, entre a CDRJ e a Companhia, e seus aditamentos.
Contrato de Distribuição	"Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A.", celebrado entre a Companhia e os Coordenadores.
Contrato de Formador de Mercado	A Companhia celebrou com o Formador de Mercado, contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures, nos termos da Instrução CVM 384, visando a garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures, no CETIP21, pelo prazo de um ano, podendo ser denunciado a qualquer momento mediante notificação com antecedência de 30 dias, após decorridos, no mínimo, 90 dias do credenciamento do Formador de Mercado perante a CETIP.

Controlada	Qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia.
Controladora	Qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundos de investimento) da Companhia.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores	O Coordenador Líder e o Santander, quando referidos em conjunto.
Costa do Sol	A Controlada denominada Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. (CNPJ n.º 04.342.634/0001-83).
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de julho de 2014.
Data de Integralização	A data em que ocorrer a subscrição e integralização por meio do MDA e/ou do DDA, conforme o caso, à vista, em moeda corrente nacional, das Debêntures, no ato da subscrição.
Data de Vencimento	O prazo das Debêntures será de cinco anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de julho de 2019.
DDA	DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A.
Debêntures	27.000 debêntures, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, todas simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da primeira emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, na Data de Emissão, objeto da Oferta, com as demais características previstas na Escritura de Emissão e neste Prospecto.
Debêntures Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em 4.000 Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, que foram emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores, sendo que as seções “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Valor Total da Emissão” e “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, nas páginas 33 e 35, respectivamente, deste Prospecto, já incluem as Debêntures Adicionais.
Debêntures em circulação	Todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
Debêntures Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) foi acrescida em 3.000 Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender a um excesso de demanda constatado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, sendo que as seções “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Valor Total da Emissão” e “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, nas páginas 33 e 35, respectivamente, deste Prospecto, já incluem as Debêntures Suplementares.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia	Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia	As Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente.
Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia	Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.
Despesa Financeira Líquida	Significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos quatro trimestres imediatamente anteriores, (a) o somatório, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos, excluindo juros sobre capital próprio, menos (b) o somatório dos juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, dos juros provisionados sobre valores os créditos junto à CDRJ vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio e das receitas relacionadas a hedge/derivativos.
Dias Úteis ou Dia Útil	Significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo
Dívida Líquida	Significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, (a) somatório dos empréstimos e financiamentos do circulante e do não circulante, incluídos títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo, ainda, os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), dívidas com partes relacionadas, avais, fianças, penhores ou garantia prestadas pela Companhia, menos (b) disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e do saldo dos valores a receber da CDRJ vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio.
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
EBITDA	Significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos quatro trimestres imediatamente anteriores, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012.
Efeito Adverso Relevante	(a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e/ou de qualquer Controlada; e/ou (b) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão.
Emissão	A presente emissão de Debêntures da Companhia, que representa a primeira emissão de debêntures da Companhia.

Encargos Moratórios	Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês ou fração de mês, calculados <i>pro rata temporis</i> desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2%.
Escritura de Emissão	"Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A.", entre a Companhia e o Agente Fiduciário, e seus aditamentos.
Escriturador	A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64.
Evento de Inadimplemento	Qualquer um dos eventos previstos na seção "Informações Relativas à Oferta - Características da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado", na página 39 deste Prospecto.
Formador de Mercado	Banco Santander (Brasil) S.A.
Formulário de Referência	Formulário de Referência, elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480 e incorporado por referência a este Prospecto, podendo ser encontrado nos endereços indicados na seção "Informações Cadastrais da Emissora" na página 13 deste Prospecto.
Instrução CVM 325	Instrução da CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM 384	Instrução da CVM n.º 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MDA	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Obrigações Financeira	Significa qualquer valor devido em decorrência de (a) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras ou obrigações onerosas, incluindo, sem limitação, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares, no Brasil ou no exterior; (b) aquisições a pagar; (c) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia e/ou qualquer Controlada seja parte (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e exigível de longo prazo da Companhia e/ou de qualquer Controlada); (d) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia; e (e) obrigações decorrentes de resgate de ações e pagamento de dividendos declarados e não pagos, se aplicável.
Oferta	A presente oferta pública de distribuição de Debêntures, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Ônus	Hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima.
Pessoas Vinculadas	investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Companhia; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil:	As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas e regulamentos da CVM, e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. No caso da Emissora, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial enquanto conforme as normas internacionais de relatório financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), seria pelo custo ou valor justo.
Procedimento de Bookbuilding	Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, no qual foram definidas, com a Companhia: (i) a emissão e a quantidade de Debêntures Suplementares, nos termos previstos na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, na página 35 deste Prospecto, e a emissão e a quantidade de Debêntures Adicionais, nos termos previstos na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, na página 35 deste Prospecto; e (ii) a Remuneração, nos termos previstos na seção “Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração” na página 36 deste Prospecto.
Prospecto Definitivo ou Prospecto	Este prospecto definitivo da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar da Oferta, em conjunto com o Formulário de Referência.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto.
Real ou R\$	Moeda corrente do Brasil.
Remuneração	Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,30% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SBCB	A Controlada denominada SBCB Participações Aeroportuárias S.A. (CNPJ n.º 12.773.494/0001-26).

Taxa DI	A variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valor Nominal Unitário	R\$10.000,00 na Data de Emissão.
Valor Total da Emissão	O valor total da Emissão será de R\$270.000.000,00, na Data de Emissão, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.
Via Port	A Controlada denominada Via Port Transportes Multimodais S.A. (CNPJ n.º 09.665.484/0001-62).

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

As informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência da Companhia, inclusive a seção “Fatores de Risco”, na página 56 deste Prospecto, e as seções “7 – Atividades do emissor” e “10 – Comentários dos diretores” do Formulário de Referência, relacionam-se com os planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros e estratégias da Companhia e constituem estimativas, projeções e declarações futuras que estão fundamentadas, em grande parte, em perspectivas atuais da Companhia, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem afetar o setor de atuação da Companhia, sua participação no mercado, reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado de suas operações, sua margens e seu fluxo de caixa.

Embora a Companhia acredite que estejam baseadas em premissas e pressupostos razoáveis, tais estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas com base nas informações que dispõe a Companhia na data deste Prospecto. Em vista desses riscos e incertezas, as estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto não são ou serão garantias de resultados futuros e, portanto, podem vir a não se concretizar, estando em grande parte além do controle ou capacidade de previsão da Companhia. Em vista dessas incertezas, as declarações prospectivas não devem ser utilizadas como um parâmetro objetivo.

Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões sobre tendências e previsões e não deverão basear sua decisão de investimento exclusivamente nas premissas apresentadas neste Prospecto e/ou no Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

O desempenho da Companhia pode diferir substancialmente daquele previsto em suas estimativas e declarações futuras em razão de inúmeros fatores, incluindo:

- conjuntura econômica, política, financeira e comercial do Brasil, e em especial nos mercados geográficos em que atua a Companhia e em que atuam os principais usuários do Terminal por ela administrado, bem como possíveis intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, criação ou majoração de tributos ou tarifas ou alteração no ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, deflação, flutuação nas taxas de juros, variações na taxa de câmbio do Real em relação ao Dólar, aumento do preço da energia, aumento dos níveis de desemprego, crescimento ou diminuição do PIB e da população;
- adoção de medidas por parte do Poder Concedente, incluindo atos unilaterais;
- encampação pelo Poder Concedente, ou qualquer entidade por ele autorizada, da Concessão, por motivos de interesse público;
- risco de intervenção pelo Poder Concedente;
- as condições de infraestrutura e logística no Brasil;
- alterações na legislação e regulamentação brasileiras;
- incapacidade de obter ou manter licenças e autorizações governamentais para a operação da Companhia;

- capacidade de pagamento dos financiamentos pela Companhia e cumprimento de suas obrigações financeiras;
- interesses dos Acionistas Controladores da Companhia;
- o nível de endividamento da Companhia;
- alteração nos seus custos de serviços e custos operacionais;
- a capacidade de implementação de suas estratégia operacional;
- a capacidade de acessar o mercado financeiro ou de capitais em condições favoráveis;
- outros fatores que podem afetar as condições financeiras, liquidez e resultados operacionais da Companhia; e
- outros fatores indicados ou discutidos nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Risco de Mercado” do Formulário de Referência da Companhia.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas. Essas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e as declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas, em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	Libra Terminal Rio S.A., com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.300.167.269, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.373.517/0001-51.
Sede	Rua General Gurjão, nº 105, Caju, CEP 20.931-670, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Data e Número de Registro da Emissora na CVM como Companhia Aberta	Registro de Companhia aberta, Categoria B, na CVM nº 2343-4, concedido em 14 de julho de 2014.
Objeto social	A Emissora tem por objeto social (a) exploração de instalações portuárias e de área sob administração da CDRJ, localizada no Porto do Rio de Janeiro, denominada de Terminal Contêineres I (“Terminal”); (b) atividade de operador portuário, de movimentação e armazenagem de carga e contêineres, alfandegada ou não, inclusive medicamentos e produtos para a saúde, bem como a atividade de armazém geral; (c) atividades secundárias de serviços médico ambulatorial e de alimentação privativo/refeitório; (d) participação em outras sociedades como sócia ou acionista; e (e) participação, direta ou indiretamente, em licitações para contratação com a administração pública de serviços relacionados ao objeto acima descrito.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.
Auditor Independente	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 30 de dezembro de 2013.
Jornais de Publicação	As informações referentes à Emissora, inclusive seus atos societários, são divulgadas/publicadas no DOERJ e no jornal “Diário Mercantil”, conforme a seção “Informações Relativas à Oferta – Características da Oferta – Publicidade”, na página 44 deste Prospecto.
Website na internet	http://www.grupolibra.com.br/libra-terminais/rio-de-janeiro Informações detalhadas sobre a Emissora, resultados, negócios e operações da Emissora poderão ser encontradas no seu Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, que se encontra anexo a este Prospecto. As informações constantes da página da Emissora na internet não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser incorporadas por referência a este Prospecto.
Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400	As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas ao presente Prospecto.

**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES
JURÍDICOS, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO,
DO ESCRITURADOR MANDATÁRIO E DO AUDITOR**

EMISSORA

Libra Terminal Rio S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1455, 16º andar
04543-011 São Paulo, SP

At.: Sr. José Alfredo de Freitas
Sr. Mauricio Gustavo Nascimento Gomes
Telefone: (11) 3563-3694
(11) 3563-3640
Correio Eletrônico: alfredo.freitas@grupolibra.com.br
mauricio.gomes@grupolibra.com.br
Website: <http://www.grupolibra.com.br/pg/72/libra-terminais/rio>

COORDENADORES

Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder)

Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares
04538-132 São Paulo, SP

At.: Sr. José de Castro Araujo Rudge Filho
Telefone: (11) 3708-8559
Fac-símile: (11) 3708-2533
E-mail: jose.rudge@itaubba.com
Website: www.itaubba.com.br

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 2235, bloco A, 27º andar
04543-001 São Paulo, SP

At.: Sr. Matheus Licarião
Telefone: (11) 3012-6019
Fac-símile: (11) (11) 3553-7156
Correio Eletrônico: mlicario@santander.com.br
Website: www.santander.com.br

CONSULTORES LEGAIS

Consultores Legais da Emissora

Pinheiro Neto Advogados

Rua Hungria, nº 1100
01455-000, São Paulo, SP

At.: Sr. Ricardo S. Russo
Telefone: (11) 3247-8400
Fac-símile: (11) 3247-8600
Website: www.pinheironeto.com.br

Consultores Legais dos Coordenadores

Pinheiro Guimarães – Advogados

Avenida Paulista 1842, 24º andar – Torre Norte
01310-923 São Paulo, SP

At.: Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães
Sra. Ivie Moura Alves
Telefone: (11) 4501-5000
Fac-símile: (11) 4501-5025
Website: www.pinheiroguimaraes.com.br

AGENTE FIDUCIÁRIO**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sra. Marcelle Motta Santoro
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

BANCO LIQUIDANTE DA EMISSÃO**Itaú Unibanco S.A.**

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo, Tatuapé
03084-010, São Paulo, SP

At.: Sr. Douglas Callegari
Tel.: (11) 2797-4431
Fax: (11) 2797-3140
Website: www.italy.com.br

ESCRITURADOR MANDATÁRIO**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo, Tatuapé
03084-010, São Paulo, SP

At.: Douglas Callegari
Tel.: (11) 2797-4431
Fax: (11) 2797-3140
Website: www.italy.com.br

AUDITOR INDEPENDENTE

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Água Branca
05001-903, São Paulo, SP

At.: Sr. Wander Rodrigues Teles
Telefone: (11) 3674-2000

DECLARAÇÕES DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES

Coordenador Líder

O Coordenador Líder é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, Bairro Itaim Bibi.

O Coordenador Líder é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$295,8 bilhões e uma carteira de crédito de R\$169,1 bilhões em 31 de março de 2014. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Coordenador Líder é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Coordenador Líder possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Bogotá, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de Investment Banking oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Coordenador Líder tem apresentado liderança consistente no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2013, com participação de mercado entre 19% e 55%. Até março de 2014 o Coordenador Líder liderava novamente o ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, ocupando o 1º lugar. Adicionalmente, o Coordenador Líder tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Em 2012, o Coordenador Líder foi escolhido como o Banco mais inovador da América Latina pela The Banker e também como melhor banco de investimento da América Latina pela Global Finance. Em 2013 o Coordenador Líder foi escolhido como melhor banco de investimento e de títulos de dívida da América Latina pela Global Finance.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Coordenador Líder recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures de Cemig Geração e Transmissão (R\$500 milhões), debêntures de infraestrutura de Vale (R\$ 1 bilhão), debêntures de Natura (R\$600 milhões) e Centrovias e Vianorte (R\$400 e R\$ 150 milhões respectivamente), entre outras. Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Coordenador Líder, destacam-se as operações da Mills (R\$ 200 milhões), Nattca (duas operações, de R\$180 milhões e R\$160 milhões), BR Malls (R\$ 500 milhões), Ecorodovias Infraestrutura e Logística (R\$ 550 milhões) e Natura (R\$400 milhões), entre outras. Destacam-se ainda as operações de FIDC de Chemical (R\$ 490 milhões), do Banco Volkswagen (R\$ 1 bilhão), da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), CRI RB Capital com risco BR Malls (R\$ 403 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Direcional Engenharia (R\$ 101 milhões) e CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$ 512 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2013, o Coordenador Líder participou como joint-bookrunner de 24 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou mais de US\$24 bilhões. Dentre as operações recentes em que o Coordenador Líder atuou como sole-bookrunner ou joint-bookrunner, destacam-se as ofertas de Masisa (US\$300 milhões) Gerdau (US\$500 milhões), YPF (US\$1 bilhão), JBS (US\$750 milhões), Minerva (US\$300 milhões), Banco Daycoval (US\$500 milhões), Odebrecht Oil&Gas (US\$580 milhões), entre outras. Em renda variável, o Coordenador Líder oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência “Institutional Investor”.

Em 2013, o Coordenador Líder atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$23 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2013 em primeiro no ranking de originação e número de ofertas, com participação no mercado de 19,7%.

No segmento de renda fixa, o Coordenador Líder conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2013 o Coordenador Líder participou de operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram mais de R\$32 bilhões. De acordo com o ranking da ANBIMA, em 2013 o Coordenador Líder estava classificado em primeiro lugar no ranking de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 26%. Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Coordenador Líder oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários.

Na área de fusões e aquisições, o Coordenador Líder prestou assessoria financeira a 38 transações até Novembro de 2013, ocupando o 2º lugar no ranking Thomson Reuters em volume de operações e acumulando um total de US\$11,8 bilhões.

Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado pelo Banco Santander, S.A. (“Santander Espanha”), instituição com sede na Espanha fundada em 1857. O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de €1,1 trilhão em ativos, administra quase €1,2 trilhão em fundos, possui mais de 106,6 milhões de clientes e aproximadamente 13,9 mil agências. O Santander acredita ser um dos principais grupos financeiros da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. Adicionalmente, acredita ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

Em 2013, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €3,3 bilhões na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 47% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina, o Grupo Santander possui cerca de 5.904 agências e cerca de 87,1 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa. Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

Em dezembro de 2013, o Santander Brasil, possuía uma carteira de mais de 29,5 milhões de clientes, 3.566 entre agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e mais de 16.958 caixas eletrônicos, além de um total de ativos em torno de R\$486 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$53 bilhões (excluindo 100% do ágio). O Santander Brasil possui uma participação de aproximadamente 23% dos resultados das áreas de negócios do Santander no mundo, além de representar 48% no resultado do Santander na América Latina e 49 mil funcionários.

O Santander oferece aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (global transaction banking), mercados de crédito (credit markets), finanças corporativas (corporate finance), ações (equities), taxas (rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Santander no mundo.

Na área de equities, o Santander atua na estruturação de operações em boa parte da América Latina, contando com equipe de equity research, sales e equity capital markets. A área de research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em sales & trading, o Grupo Santander possui uma das maiores equipes dedicadas a ativos latinoamericanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio de salas de ações e corretora.

No mercado de renda fixa local, o Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque. No ano de 2011, o Santander (i) coordenou a 5ª emissão e distribuição pública de debêntures da Even Construtora e Incorporadora, no montante total de R\$250 milhões; (ii) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$100 milhões; (iii) foi Coordenador da emissão pública de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., no montante de R\$810 milhões; (iv) atuou como Coordenador Líder na Distribuição de CRIs da 216ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, lastreados em Debêntures Simples da 4ª Emissão da Rossi Residencial S.A., no montante de R\$150 milhões; (v) atuou como Coordenador Líder na emissão pública de debêntures da Lojas Renner, no montante de R\$300 milhões; (vi) foi Coordenador da sexta emissão pública de debêntures da Ampla Energia e Serviços S.A, no montante de R\$300 milhões; (vii) foi Coordenador da quinta emissão pública de debêntures MRV Engenharia e Participações S.A., no montante de R\$500 milhões; (viii) atuou como Coordenador Líder na distribuição da primeira emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$200 milhões; (ix) foi Coordenador na distribuição da Primeira Série de Quotas Seniores do FIDC– Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor de R\$500 milhões; (x) foi Coordenador da terceira emissão pública de debêntures da Companhia Energética do Ceará - COELCE, no montante de R\$400 milhões; (xi) foi Coordenador na distribuição da Primeira e Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC da Companhia Estadual de águas e Esgotos - CEDAE, somando o valor de R\$1.140 milhões; (xii) foi Coordenador na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor de R\$500 milhões; e (xiii) atuou como Coordenador Líder na primeira emissão de debêntures simples da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., no montante de R\$220 milhões.

No ano de 2012, o Santander (i) atuou como coordenador líder na distribuição da Segunda emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$200 milhões; (ii) atuou como coordenador líder na terceira de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$300 milhões; (iii) foi Coordenador da primeira emissão de debêntures da Sul América S.A., no montante de R\$500 milhões; (iv) atuou como coordenador líder na distribuição da Terceira Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$176 milhões; e (v) foi Coordenador da primeira emissão de debêntures da Autometal S.A., no montante de R\$250 milhões; (vi) atuou como coordenador líder na distribuição da Primeira emissão de Letras Financeiras do Banco Volkswagen S.A., no montante de R\$300 milhões; (vii) foi Coordenador da quinta emissão de debêntures simples da JSL S.A., no montante de R\$200 milhões; (viii) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de Letras Financeiras do PSA Banque, no montante de R\$200 milhões; (ix) foi Coordenador Líder da segunda emissão de debêntures simples da Andrade Gutierrez Participações S.A., no montante de R\$639,45 milhões; (x) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, no montante de R\$300 milhões; (xi) foi coordenador líder da Emissão da 3ª Série de Quotas do FIDC Insumos Básicos da Indústria petroquímica, no montante de R\$500 milhões; (xii) foi Coordenador da primeira emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da BR Properties no montante de R\$600 milhões; (xiii) foi Coordenador da terceira emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da MGI - Minas Gerais Participações S.A. no montante de R\$316 milhões; (xiv) foi Coordenador da segunda emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Algar Telecom no montante de R\$293,98 milhões; e (xv) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão publica de Letras Financeiras do Banco Pine S.A., no montante de R\$200,1 milhões.

No ano de 2013, o Santander, (i) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da Santo Antônio Energia S.A., no montante de R\$ 420 milhões; (ii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$ 450 milhões; (iii) foi Coordenador da segunda emissão de debêntures da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., no montante de R\$ 691,07 milhões; (iv) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão de debêntures simples da Termopernambuco S.A. no montante de R\$ 90,00 milhões; (v) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$350,00 milhões; (vi) foi Coordenador da terceira emissão de debêntures da Colinas S.A., no montante de R\$ 950,00 milhões; (vii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., no montante de R\$ 250,00 milhões; (viii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da CPFL Energia S.A., no montante de R\$ 1.290,00 milhões; (ix) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da VCCL Participações S.A., no montante de R\$ 140,00 milhões; (x) atuou como coordenador na distribuição da sexta emissão de debêntures simples da JSL S.A., no montante de R\$ 400,00 milhões; (xi) atuou como coordenador na distribuição da nona emissão de debêntures simples da OAS S.A., no montante de R\$ 100,00 milhões; (xii) atuou como coordenador líder na distribuição quinta emissão de letras financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, no montante de R\$ 550,00 milhões; (xiii) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., no montante de R\$ 200,00 milhões; (xiv) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da Brasil Pharma S.A., no montante de R\$ 287,69 milhões; (xv) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Raizen Combustíveis S.A., no montante de R\$ 750,00 milhões; (xvi) atuou como coordenador líder na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da BR Towers SPE1 S.A., no montante de R\$ 300,00 milhões; (xvii) atuou como coordenador na distribuição da sexta emissão de debêntures simples da MRS Logística S.A., no montante de R\$ 300,00 milhões; (xviii) atuou como coordenador líder na distribuição de certificados de recebíveis imobiliários das 302ª, 303ª e 304ª séries da 1ª emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização com lastros Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) advindas do contrato de locação de unidades sob encomenda entre a Petrobrás e a Rio Bravo Investimentos., no montante de R\$ 520,00 milhões; (xix) atuou como coordenador na distribuição pública de cotas seniores e cotas subordinadas mezanino do Driver Brasil Two Banco Volkswagen fundo de investimento em direitos creditórios financiamento de veículos, no montante de R\$ 1,0 bilhão; (xx) atuou como coordenador na distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio da quarta emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. lastreada em certificados de direitos creditórios do agronegócio emitido pela Nardini Agroindustrial S.A. , no montante de R\$ 120,00 milhões; (xxi) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Termopernambuco S.A., no montante de R\$ 800,00 milhões; (xxi) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Let's Rent a Car S.A., no montante de R\$ 100,00 milhões; (xxii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da BR Properties S.A., no montante de R\$ 400,00 milhões.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTE 2 - INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

- **Sumário da Oferta**
- **Cronograma Estimado das Etapas da Oferta**
- **Informações Relativas à Oferta**
- **Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores**
- **Informações Adicionais**
- **Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures**
- **Destinação dos Recursos**
- **Capacidade de Pagamento da Emissora**
- **Capitalização**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures", na página 56 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures.

Companhia ou Emissora	Libra Terminal Rio S.A.
Capital Social da Companhia	O capital social da Emissora, nesta data, é de R\$1.054.736,55, totalmente subscrito e integralizado.
Coordenador Líder	Itaú BBA.
Coordenadores	Coordenador Líder e Santander.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A.
Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Classificação de Risco	Fitch Ratings: "AA(bra)". Para mais informações sobre a classificação de risco da Emissão, ver o "Anexo D", na página 155 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A Emissão e a Oferta serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 14 de maio de 2014, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 2 de junho de 2014, sob nº 00002630781, e publicada no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil" em 11 de junho de 2014.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o refinanciamento do passivo circulante e não circulante e para investimentos para ampliação das operações no terminal da Companhia no Porto do Rio de Janeiro. Para mais informações sobre a destinação dos recursos, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 60 deste Prospecto.
Regime de Colocação	As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores, sob (i) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais. Para mais informações, vide a seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição" na página 45 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, no qual foram definidas, com a Companhia: (i) a emissão e a quantidade de Debêntures Suplementares, nos termos previstos na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, na página 35 deste Prospecto, e a emissão e a quantidade de Debêntures Adicionais, nos termos previstos na seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, na página 35 deste Prospecto; e (ii) a Remuneração, nos termos previstos na seção “Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração” na página 36 deste Prospecto.

Não foi aceita a participação de investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição, que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 30% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Como foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição e conforme divulgado nos Prospectos.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, celebrado em 26 de junho de 2014, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia, e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Prazo de Subscrição

Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição; (ii) a concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários, Categoria B, pela CVM; (iii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do Prospecto Definitivo, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, limitado à data limite de colocação prevista no Contrato de Distribuição.

Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização	As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e/ou do DDA, conforme o caso, à vista, no ato da subscrição, e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização.
Negociação	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário na CETIP e na BM&FBOVESPA.
Valor Total da Emissão	O valor total da Emissão será de R\$270.000.000,00, na Data de Emissão, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.
Quantidade	<p>Serão emitidas 27.000 Debêntures, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.</p> <p>Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) foi acrescida em 3.000 Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender a um excesso de demanda constatado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, sendo que as seções “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Valor Total da Emissão” e “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, na página 35, respectivamente, deste Prospecto, já incluem as Debêntures Suplementares.</p> <p>Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em 4.000 Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, que foram emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores, sendo que as seções “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Valor Total da Emissão” e “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Quantidade”, na página 35, respectivamente, deste Prospecto, já incluem as Debêntures Adicionais.</p>
Valor Nominal Unitário	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00, na Data de Emissão.
Séries	A Emissão será realizada em série única.
Conversibilidade	As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
Espécie	As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.

Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de julho de 2014.
Prazo e Data de Vencimento	Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de cinco anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de julho de 2019.
Pagamento do Valor Nominal Unitário	<p>Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. uma parcela no valor correspondente a 50,00% do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 10 de julho de 2018; e II. uma parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento.
Remuneração	<p>A remuneração das Debêntures será a seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. <i>atualização monetária</i>: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e II. <i>juros remuneratórios</i>: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,30% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 10 dos meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento.
Repactuação Programada	Não haverá repactuação programada.
Resgate Antecipado Facultativo	Exceto pelo disposto no item "Oferta Facultativa de Resgate Antecipado" abaixo, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.

**Amortização Antecipada
Facultativa**

A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.

**Oferta Facultativa de
Resgate Antecipado**

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Oferta Facultativa de Resgate Antecipado", na página 37 deste Prospecto.

Aquisição Facultativa

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de dez Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**Eventos de Inadimplemento
e Vencimento Antecipado**

As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. **Para mais informações, vide seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado", na página 39 deste Prospecto e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado", na página 56 deste Prospecto.**

Quóruns de Deliberação

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos termos da seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Publicidade", na página 44 deste Prospecto, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas, eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação.

Não estão incluídos no quórum previsto no parágrafo acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação, (a) das disposições deste item; (b) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão referentes à extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário (pedido de autorização ou *waiver*) a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto no parágrafo acima (dois terços das Debêntures em circulação).

Para mais informações, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures - Assembleia Geral de Debenturistas", na página 44 deste Prospecto.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, por meio da BM&FBOVESPA; ou (iii) nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso.

Público Alvo da Oferta

Observado o disposto na seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta" na página 46 deste Prospecto, a Oferta será realizada para o público alvo da Oferta que é composto por (a) investidores que sejam considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, incluindo pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras; e (b) investidores não residentes devidamente registrados perante a CVM que invistam no Brasil, nos termos da Resolução CMN 2.689, e da Instrução CVM 325, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Pessoas Vinculadas

Não foi aceita a participação de investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Companhia; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima, no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 30% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais).

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. **Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas**

Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.", na página 58 deste Prospecto.

Como foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição e conforme divulgado nos Prospectos.

O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.", na página 58 deste Prospecto.

Formador de Mercado

A Companhia celebrou com o Formador de Mercado, contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures, nos termos da Instrução CVM 384, visando a garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures, no CETIP21, pelo prazo de um ano, podendo ser denunciado a qualquer momento mediante notificação com antecedência de 30 dias, após decorridos, no mínimo, 90 dias do credenciamento do Formador de Mercado perante a CETIP.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures", na página 56 deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

Fatores de Risco

Para uma descrição dos fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Debêntures, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures" na página 56 deste Prospecto, além de outras informações incluídas neste Prospecto.

**Cronograma Estimado
das Etapas da Oferta**

Para informações acerca dos principais eventos e datas relacionados à Oferta, vide a seção "Sumário da Oferta – Cronograma Estimado das Etapas da Oferta" na página 32 deste Prospecto.

Data de Liquidação

A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, ocorrerá na Data de Integralização. A data de liquidação está prevista para ocorrer em 17 de julho de 2014.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e do Auditor", na página 14 deste Prospecto.

A Oferta foi registrada pela CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2014/011, concedido em 14 de julho de 2014.

CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

N.º Evento	Data de Realização/ Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
1. Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores	20.5.2014
2. Encerramento das apresentações para potenciais investidores Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	25.6.2014
3. Registro da Oferta pela CVM	14.7.2014
4. Publicação do Anúncio de Início com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Disponibilização do Prospecto Definitivo	17.7.2014
5. Data de Liquidação das Debêntures	17.7.2014
6. Data de Início da Negociação das Debêntures	18.7.2014
7. Publicação do Anúncio de Encerramento	21.7.2014

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Companhia e dos Coordenadores. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação de Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

⁽²⁾ Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções "Informações Relativas à Oferta – Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta", "Informações Relativas à Oferta – Modificação da Oferta", "Informações Relativas à Oferta – Suspensão da Oferta" e "Informações Relativas à Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", nas páginas 51 e 52, respectivamente, deste Prospecto.

⁽³⁾ Para informações sobre o prazo para exercício da garantia firme e venda das Debêntures objeto da garantia firme, pelos Coordenadores, ver seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Regime de Colocação", na página 45 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Diário Mercantil" e na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.grupolibra.com.br/pg/72/libra-terminais/rio>).

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Autorização Societária

A Emissão e a Oferta serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 14 de maio de 2014, cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em 2 de junho de 2014, sob nº 00002630781, e publicada no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil" em 11 de junho de 2014.

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora é de R\$1.054.736,55, totalmente subscrito e integralizado, representado por 115.479 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. A Emissora está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$20.000.000,00, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração da Emissora, que fixará, em cada caso, as condições de emissão.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora entre os acionistas com participação relevante acima de 5% do capital social da Companhia na data deste Prospecto:

Acionista	Ações Ordinárias	Participação	Total Ações	Participação
		(%)		(%)
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.	65.818	57,00%	65.818	57,00%
Libra Terminais e Logística S.A.	28.857	25,00%	28.857	25,00%
Libra Holding S.A.	14.448	12,50%	14.448	12,50%
Ações em Tesouraria.....	0	0	0	0
Outros.....	6.356	5,50%	6.356	5,50%
Total.....	115.479	100%	115.479	100%

Para informações adicionais sobre a composição do capital social da Emissora, consultar os quadros 15 e 17 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Características da Oferta

Colocação

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores, sob (i) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais. Para mais informações, vide a seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição" na página 45 deste Prospecto.

Procedimento de Bookbuilding

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, no qual foram definidas, com a Companhia:

- I. a emissão e a quantidade de Debêntures Suplementares, nos termos previstos na seção “– Características da Emissão e das Debêntures – Quantidade”, na página 35 deste Prospecto, e a emissão e a quantidade de Debêntures Adicionais, nos termos previstos na seção “– Características da Emissão e das Debêntures – Quantidade”, na página 35 deste Prospecto; e
- II. a Remuneração, nos termos previstos na seção “Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração” na página 36 deste Prospecto

Não foi aceita a participação de investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição, que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 30% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Como foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição e conforme divulgado nos Prospectos.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, celebrado em 25 de junho de 2014, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia, e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.”, na página 58 deste Prospecto.

Prazo de Subscrição

Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição; (ii) a concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários, Categoria B, pela CVM; (iii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a publicação do Anúncio de Início; e (iv) a disponibilização, aos investidores, do Prospecto Definitivo, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, limitado à data limite de colocação prevista no Contrato de Distribuição.

Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização

As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e/ou do DDA, conforme o caso, à vista, no ato da subscrição, e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário na CETIP e na BM&FBOVESPA.

Características da Emissão e das Debêntures

Número da Emissão

As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$270.000.000,00, na Data de Emissão, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

Quantidade

Serão emitidas 27.000 Debêntures, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) foi acrescida em 3.000 Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender a um excesso de demanda constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, sendo que o parágrafo acima e a seção “– Valor Total da Emissão”, na página 35 deste Prospecto, já incluem as Debêntures Suplementares.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em 4.000 Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, que foram emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores, sendo que o primeiro parágrafo deste item “Quantidade” e a seção “Informações Relativas a Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Valor Total da Emissão”, na página 35 deste Prospecto, já incluem as Debêntures Adicionais.

Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00, na Data de Emissão.

Séries

A Emissão será realizada em série única.

Forma e Comprovação de Titularidade

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, (i) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de julho de 2014.

Prazo e Data de Vencimento

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de cinco anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de julho de 2019.

Pagamento do Valor Nominal Unitário

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- I. uma parcela no valor correspondente a 50,00% do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 10 de julho de 2018; e
- II. uma parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento.

Remuneração

A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de 1,30% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 10 de meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento.

Extinção, Limitação e/ou não divulgação da Taxa DI

Observado o disposto no parágrafo abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de dez dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI") a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme aplicável. No caso de não haver o substituto judicial ou legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até cinco dias contados da data do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação, a Companhia se obrigou, na Escritura de Emissão, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer

primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas na Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. **Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado nas hipóteses de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, bem como se ocorrer a sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial.", na página 58 deste Prospecto.**

Repactuação Programada

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo

Exceto pelo disposto no item "Oferta Facultativa de Resgate Antecipado" abaixo, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.

Amortização Antecipada Facultativa

A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.

Oferta Facultativa de Resgate Antecipado

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, a quantidade de Debêntures em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação, à Companhia, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, dez dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de dois Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;
- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;

- IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, dois Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;
- V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Escritura de Emissão; e
- VI. o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado, com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

Aquisição Facultativa

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

Direito ao Recebimento dos Pagamentos

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA; ou (iii) nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins da Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de um por cento ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de dois por cento.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de dez Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Vencimento Antecipado

Sujeito ao disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil, e/ou de qualquer dos eventos previstos abaixo (cada evento, um Evento de Inadimplemento).

Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Escritura de Emissão:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou de quaisquer valores devidos aos Debenturistas previstos na Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de um Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- II. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições), decorrente de decisão proferida em sentença transitada em julgado;
- III. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, dos termos e condições da Escritura de Emissão;
- IV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação;
- V. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VIII abaixo;

- VI. (a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal ou caso não seja realizado o depósito elisivo; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada, apresentado pela Companhia e/ou qualquer Controlada, respectivamente, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- VII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação; ou
 - (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de seis meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
 - (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada; ou
 - (d) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de ações de emissão de qualquer Controlada; ou
 - (e) se realizada exclusivamente entre Controladas, desde que tal operação não altere o controle indireto das Controladas pela Companhia e/ou da Companhia; ou
 - (f) se envolver as seguintes Controladas: (i) Cabo Frio Logística; (ii) Costa do Sol; (iii) Via Port; (iv) SBCB; e (v) Boreal, desde que as Controladas indicadas nos itens (i) a (v) acima permaneçam sob controle, direto ou indireto, de Libra Holding S.A.
- IX. redução de capital social da Companhia, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou
 - (b) para a absorção de prejuízos;
- X. vencimento antecipado de qualquer Obrigação Financeira da Companhia e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas;
- XI. término, antecipado ou não, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação ou transferência do Contrato de Arrendamento, exceto se, dentro do prazo de 20 Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos a Companhia comprove (a) que houve decisão favorável à reversão do término, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação ou transferência; ou (b) obteve medida liminar suspendendo tal evento;
- XII. suspensão (mesmo que em caráter não definitivo) do Contrato de Arrendamento que cause um Efeito Adverso Relevante;
- XIII. alteração do Contrato de Arrendamento, que implique redução da área objeto de tal arrendamento e caso tal redução possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou
- XIV. declaração de intervenção, pelo poder concedente na concessão objeto do Contrato de Arrendamento ou em qualquer outra concessão, permissão, autorização ou arrendamento da Companhia e/ou de qualquer Controlada, desde que afete a geração de caixa da Companhia ou possa causar um Efeito Adverso Relevante;

Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Escritura de Emissão, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 15 dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
- II. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Escritura de Emissão e da seção "Destinação dos Recursos", na página 60 deste Prospecto;
- III. alteração ou transferência do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação; ou
 - (b) por alterações do controle direto, desde que o Controle indireto da Companhia permaneça inalterado;
- IV. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se:
 - (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação; ou
 - (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia;
- V. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- VI. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Obrigação Financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de cinco dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- VII. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- VIII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de cinco dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- IX. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação; ou
 - (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s), desde que, no prazo de até 40 dias contados da data de tal cessão, venda, alienação e/ou transferência ou no prazo determinado pelo Poder Concedente, o que for menor, tenha(m) comprovadamente sido adquirido(s) novo(s) ativo(s) com a mesma finalidade;
 - (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) em valor, por cada período de 12 meses desde a Data de Emissão, individual ou agregado, igual ou inferior a R\$10.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas; ou

- (d) caso tal venda envolva as participações nas Controladas Cabo Frio Logística, Costa do Sol, Via Port, SBCB e Boreal, desde que não constitua um Evento de Inadimplemento nos termos do inciso III acima;
- X. constituição de qualquer Ônus sobre ativo(s) da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação;
 - (b) por Ônus existentes na Data de Emissão, conforme previsto nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia então mais recentes na Data de Emissão;
 - (c) por Ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes que já tenham Ônus constituídos na Data de Emissão, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada;
 - (d) por Ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada e que não tenha sido criado em virtude ou em antecipação a esse evento;
 - (e) por Ônus constituídos para financiar a aquisição, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido;
 - (f) por Ônus constituídos em decorrência de exigência do licitante em concorrências públicas ou privadas, até o limite e prazo determinados nos documentos relativos à respectiva concorrência;
 - (g) por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos; ou
 - (h) por Ônus constituídos em garantia de dívidas em valor, individual ou agregado, limitado, a qualquer tempo, a R\$10.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas;
- XI. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na efetiva perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, mediante a imissão da posse pela respectiva autoridade governamental;
- XII. término, a qualquer título, antecipado ou não, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação, suspensão ou transferência (total ou parcial), em definitivo e/ou por meio de sentença judicial transitada em julgado, de qualquer concessão, permissão, autorização, licença ou arrendamento (que não seja o Contrato de Arrendamento, tendo em vista já estar previsto no inciso XI do parágrafo referente aos Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures) concedido ou que venha a ser concedido à Companhia e/ou a qualquer Controlada, incluindo os ambientais, que sejam essenciais para o funcionamento da Companhia e/ou da Controlada, conforme o caso, e cujo término, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação, suspensão ou transferência possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIII. alteração, em definitivo e/ou por meio de sentença judicial transitada em julgado, em qualquer concessão, permissão, autorização, licença ou arrendamento (que não seja o Contrato de Arrendamento, tendo em vista já estar previsto no inciso XI do parágrafo referente aos Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures) concedido ou que venha a ser concedido à Companhia e/ou a qualquer Controlada, incluindo os ambientais, que sejam essenciais para o funcionamento da Companhia e/ou da Controlada, conforme o caso, que implique redução da área objeto de tal concessão, permissão, autorização, licença ou arrendamento, e cujos efeitos possam causar um Efeito Adverso Relevante;

- XIV. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (a) a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão; ou (b) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Inadimplemento;
- XV. rebaixamento de qualquer das classificações de risco (*rating*) das Debêntures em duas ou mais notas em escala nacional, em relação à respectiva classificação de risco das Debêntures vigente na Data de Emissão;
- XVI. concessão, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, exceto se realizadas pela Companhia para ou em favor de qualquer Controlada, de:
- (a) mútuo, empréstimo ou adiantamento; e/ou
 - (b) aval, fiança ou qualquer forma de coobrigação, exceto em decorrência de exigência legal; ou
- XVII. não observância, pela Companhia, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados pelo auditor independente registrado na CVM trimestralmente, e acompanhados pelo Agente Fiduciário no prazo de até cinco Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Escritura de Emissão, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de setembro de 2014:
- (a) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a três vezes; e
 - (b) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida, que deverá ser igual ou superior a dois inteiros e cinquenta centésimos vezes.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, previstos acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, previstos acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Escritura de Emissão, convocar, no prazo máximo de cinco Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de até três Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas, por meio de correspondência da Companhia com o de acordo do Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado, com pelo menos dois Dias Úteis de antecedência.

Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão

ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão (incluindo as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii), (iii) e (iv) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; (iii) saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação; e (iv) remuneração devida ao Agente Fiduciário. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia, na Escritura de Emissão, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

Publicidade

Todos os atos e decisões, que decorram de obrigações da Companhia previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão, relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

Assembleia Geral de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, dez por cento das Debêntures em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos termos do item "Publicidade" acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas, eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, dois terços das Debêntures em circulação.

Não estão incluídos no quórum previsto no parágrafo acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação, (a) das disposições deste item; (b) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão referentes à extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário (pedido de autorização ou *waiver*) a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto no parágrafo acima (dois terços das Debêntures em circulação).

Para os fins da Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

Contrato de Distribuição

Regime de Colocação

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, as Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, sob (i) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.

Desde que todas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição tenham sido satisfeitas ou tenham sido expressamente renunciadas pelos Coordenadores, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder (observado o disposto abaixo) e o Santander, de forma individual e não solidária, realizarão a Oferta, de acordo com o Plano da Oferta (conforme descrito no item "Plano da Oferta" abaixo), exclusivamente caso a demanda pelas Debêntures apurada durante o Procedimento de *Bookbuilding* seja inferior à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, em regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, na seguinte proporção (Garantia Firme):

- I. Coordenador Líder: 10.000 Debêntures, no valor total de R\$100.000.000,00, na Data de Emissão (Debêntures Objeto da Garantia Firme do Coordenador Líder);
- II. Santander: 10.000 Debêntures, no valor total de R\$100.000.000,00, na Data de Emissão (Debêntures Objeto da Garantia Firme do Santander, e, em conjunto com as Debêntures Objeto da Garantia Firme do Coordenador Líder, Debêntures Objeto da Garantia Firme).

A Garantia Firme é válida até 30 de julho de 2014 (Data Limite da Colocação), podendo tal prazo ser estendido a exclusivo critério dos Coordenadores.

Se, ao final do prazo de até cinco Dias Úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início (Prazo de Colocação), as Debêntures não tiverem sido totalmente alocadas a investidores, os Coordenadores deverão, na primeira Data de Integralização, subscrever e integralizar as respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme que não forem alocadas para investidores durante o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que, em qualquer caso, a garantia firme será sempre exercida na taxa limite da Remuneração, conforme prevista no item "Remuneração" acima.

Sem prejuízo das suas obrigações regulamentares, conforme aplicáveis, o Coordenador Líder poderá designar o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/4816-09 (Itaú Unibanco), como responsável, para os devidos fins e efeitos, pelo cumprimento da Garantia Firme assumida pelo Coordenador Líder nos termos do Contrato de Distribuição. Ocorrida tal designação, em função de tal assunção de responsabilidade, a parcela do Comissionamento (conforme definido no Contrato de Distribuição) devido pela Companhia ao Coordenador Líder a título de Prêmio de Garantia Firme (conforme definido no Contrato de Distribuição), inclusive o *gross-up* de tributos incidentes sobre o Prêmio de Garantia Firme, nos termos do Contrato de Distribuição, será devida e paga diretamente ao Itaú Unibanco, contra a apresentação de fatura, nota ou recibo específicos.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer dos Coordenadores eventualmente (i) venha a subscrever Debêntures por força da Garantia Firme; e (ii) tenha interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures por qualquer dos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Desde que todas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição tenham sido satisfeitas ou tenham sido expressamente renunciadas pelos Coordenadores, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, realizará a Oferta, em regime de melhores esforços de colocação, exclusivamente com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.

Se, ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares e/ou as Debêntures Adicionais não tiverem sido total ou parcialmente alocadas a investidores, os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não colocado, devendo tais Debêntures serem canceladas pela Companhia.

Plano da Oferta

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Companhia, devendo assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplares do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder (Plano da Oferta). O Plano da Oferta foi fixado nos seguintes termos:

- I. as Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com intermediação dos Coordenadores;
- II. o público alvo da Oferta é composto por (a) investidores que sejam considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, incluindo pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras; e (b) investidores não residentes devidamente registrados perante a CVM que invistam no Brasil, nos termos da Resolução CMN 2.689, e da Instrução CVM 325, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta;
- III. após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do Aviso ao Mercado, e a disponibilização do Prospecto Preliminar, foram realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*) (Apresentações para Potenciais Investidores), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Companhia;
- IV. os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados foram, conforme o caso, submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do artigo 50, parágrafo 5º, da Instrução CVM 400;
- V. não houve recebimento de reservas ou lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Companhia, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometem a direcionar a Oferta a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;

- VI. não foi aceita a participação de investidores do público alvo da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 30% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). **A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.", na página 58 deste Prospecto.**
- VII. conforme permitido no artigo 55, parágrafo único, da Instrução CVM 400, o montante equivalente a até 10% das Debêntures inicialmente ofertadas foi preferencialmente destinado à colocação ao Formador de Mercado, a fim de possibilitar-lhe a atuação, no CETIP21, como formador de mercado (*market maker*), garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures durante a vigência do Contrato de Formador de Mercado, nos termos da legislação aplicável e conforme Contrato de Formador de Mercado;
- VIII. encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidaram as intenções de investimento dos investidores para subscrição das Debêntures;
- IX. como foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição e conforme divulgado nos Prospectos;
- X. desde que todas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição tenham sido satisfeitas ou tenham sido expressamente renunciadas pelos Coordenadores, e observados os demais termos e condições do Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;
- XI. iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição, na respectiva Data de Integralização, pelo Preço de Integralização;
- XII. caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação;
- XIII. caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador com quem tenha realizado sua intenção de investimento (i) até as 16 horas do quinto dia útil

subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação; e

- XIV. caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores e a Companhia comunicarão tal evento aos investidores, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Público Alvo da Oferta

Observado o disposto na seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta" na página 46 deste Prospecto, a Oferta será realizada para o público alvo da Oferta que é composto por (a) investidores que sejam considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, incluindo pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras; e (b) investidores não residentes devidamente registrados perante a CVM que invistam no Brasil, nos termos da Resolução CMN 2.689, e da Instrução CVM 325, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Pessoas Vinculadas

Não foi aceita a participação de investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição, que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 30% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais).

Como foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado, caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição e conforme divulgado nos Prospectos.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Para mais informações, vide seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.", na página 58 deste Prospecto.

Classificação de Risco

Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Fitch Ratings, a qual atribuiu rating "AA(bra)" às Debêntures. Para mais informações sobre a classificação de risco da Emissão, ver a Súmula de Classificação de Risco, constante do Anexo D a este Prospecto.

Remuneração dos Coordenadores

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, a título de remuneração pelo desempenho das obrigações previstas no Contrato de Distribuição, a Companhia pagará aos Coordenadores, na primeira Data de Integralização, as seguintes comissões (em conjunto, Comissionamento):

- I. *comissão de estruturação e coordenação*: 0,15%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas, devida na seguinte proporção: (a) 50% ao Coordenador Líder; e (b) 50% ao Santander (Comissão de Estruturação e Coordenação);
- II. *comissão de colocação*: 0,15%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas, devida na seguinte proporção: (a) 50% ao Coordenador Líder; e (b) 50% ao Santander (Comissão de Colocação);
- III. *prêmio de garantia firme*: 0,20%, calculados sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures Objeto da Garantia Firme, independentemente do exercício da Garantia Firme, devida ao Coordenador Líder e/ou ao Itaú Unibanco, nos termos previstos no Contrato de Distribuição, e ao Santander, na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme, conforme previsto no Contrato de Distribuição (Prêmio de Garantia Firme); e
- IV. *comissão de sucesso*: 25% do valor presente da economia gerada pela Diferença de Spread (conforme definido abaixo), aplicada sobre o Preço de Integralização, multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas (Comissão de Sucesso), devida aos Coordenadores, na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme. "Diferença de Spread" significa (a) a diferença entre (i) 1,55%; e (ii) a sobretaxa da Remuneração, conforme estabelecida no Procedimento de *Bookbuilding*; (b) multiplicada pela vida média das Debêntures.

Todos os pagamentos resultantes da Oferta e a título do Comissionamento deverão ser feitos ao Coordenador Líder e/ou ao Itaú Unibanco, nos termos do Contrato de Distribuição, e ao Santander à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Integralização, não sendo restituíveis, parcial ou totalmente, em qualquer hipótese, inclusive em caso de pagamento ou vencimento antecipado. A Companhia arcará com o custo de todos os tributos incidentes, ou que venham a incidir, sobre o Comissionamento, os pagamentos e reembolsos devidos ao Coordenador Líder e/ou ao Itaú Unibanco, nos termos do Contrato de Distribuição, e ao Santander, no âmbito da Emissão e da Oferta. A Companhia deverá fazer os pagamentos devidos líquidos de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre as operações das espécies da Emissão e da Oferta, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já existentes. Dessa forma, todos os pagamentos resultantes da Emissão e a título de Comissionamento serão acrescidos, sem prejuízo de quaisquer outros tributos que incidam ou venham a incidir sobre os referidos pagamentos, dos valores relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, de forma que ao Coordenador Líder e/ou ao Itaú Unibanco, nos termos do Contrato de Distribuição, e ao Santander recebam o Comissionamento como se tais tributos não fossem incidentes (*gross up*).

Cópia do Contrato de Distribuição

A cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Companhia e dos Coordenadores.

Custos Estimados da Oferta

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, calculada com base no valor da Oferta na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures inicialmente ofertadas, já considerando a emissão de Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais.

Descrição	Valor Total (R\$)	Valor por Debênture (R\$)⁽¹⁾	% do Valor Total da Oferta
Comissões dos Coordenadores⁽²⁾	1.969.375,00	72,93	0,7293%
Estruturação e Coordenação	405.000,00	15,00	0,1500%
Colocação	405.000,00	15,00	0,1500%
Prêmio Garantia Firme	400.000,00	14,81	0,1481%
Sucesso ⁽³⁾	759.375,00	28,13	0,2813%
Tributos Incidentes Sobre o Comissionamento	209.606,74	7,76	0,0776%
Despesas	1.126.669,15	41,73	0,4173%
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	3,07	0,0307%
Taxa de Registro na BM&FBOVESPA	16.799,15	0,62	0,0062%
Advogados	520.000,00	19,26	0,1926%
Auditores	300.000,00	11,11	0,1111%
Escriturador Mandatário e Banco Liquidante ⁽⁴⁾	37.500,00	1,39	0,0139%
Agente Fiduciário ⁽⁴⁾	2.500,00	0,09	0,0009%
Classificação de Risco	97.000,00	3,59	0,0359%
Outras ⁽⁵⁾	70.000,00	2,59	0,0259%
Total de Comissões e Despesas	3.096.044,15	114,66	1,1466%
Valor Líquido para Emissora	266.903.955,85	9.885,33	98,8533%

⁽¹⁾ O custo da Oferta por Debêntures corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

⁽²⁾ Para maiores informações sobre as comissões dos Coordenadores, vide seção "Informações Relativas à Oferta - Contrato de Distribuição - Remuneração dos Coordenadores", na página 49 deste Prospecto.

⁽³⁾ A Comissão de Sucesso foi calculada de acordo com a seção "Condições do Contrato de Distribuição - Remuneração dos Coordenadores", na página 49 deste Prospecto.

⁽⁴⁾ Valor anual.

⁽⁵⁾ Inclui despesas gerais, impressão de prospectos, publicações de anúncios, avisos e apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*).

A tabela abaixo apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

	Valor Nominal Unitário	Custo Unitário da Distribuição	% em relação ao preço unitário	Valor Líquido Unitário ⁽¹⁾
Por Debênture	R\$ 10.000,00	R\$ 114,66	1,1466%	9.885,33

⁽¹⁾ Líquido de comissões e de todas as despesas da Oferta.

Contrato de Formador de Mercado

A Companhia celebrou com o Formador de Mercado, contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures, nos termos da Instrução CVM 384, visando a garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures, no CETIP21, pelo prazo de um ano, podendo ser denunciado a qualquer momento mediante notificação com antecedência de 30 dias, após decorridos, no mínimo, 90 dias do credenciamento do Formador de Mercado perante a CETIP.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures", na página 56 deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador com quem tenha realizado sua intenção de investimento (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Companhia.

Caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto na seção "Informações Relativas à Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", nesta página. A Companhia deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Cancelamento ou Revogação da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES

Relacionamento da Companhia com o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder e seu respectivo conglomerado econômico são credores da Companhia e de suas controladas nas seguintes operações financeiras:

- Companhia: (i) um convênio de financiamento à importação, no valor total de R\$48,8 milhões, com início entre janeiro de 2011 e maio de 2013, com vencimento em janeiro de 2018, taxa de juros de LIBOR+2,69% e LIBOR+3,30% ao ano, saldo em aberto no valor total de R\$36,1 milhões, e com aval de Libra Holding S.A. e Libra Participações S.A.; (ii) um repasse de recursos do BNDES - FINAME, no valor total de R\$0,2 milhões, celebrado em dezembro de 2009, com vencimento em outubro de 2014, taxa de juros de 4,00% ao ano, saldo em aberto no valor total de R\$0,1 milhões, e com aval de Libra Holding S.A., Libra Participações S.A. e alienação fiduciária de equipamentos; (iii) duas notas de crédito à exportação, no valor total de R\$161,0 milhões, celebradas em julho de 2011 e dezembro de 2012, com vencimentos em julho de 2018 e em dezembro de 2019, taxa de juros CDI+2,35% e USD+4,78 ao ano, saldo em aberto no valor total de R\$212,3 milhões, respectivamente, ambas com aval de Libra Holding S.A. e Libra Participações S.A.; (iv) um repasse de recursos do BNDES, no valor total de R\$5,0 milhões, celebrado em agosto de 2010, com vencimento em junho de 2015, taxa de juros de 4,00% ao ano, saldo em aberto no valor total de R\$1,3 milhões, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Participações S.A.; e (v) um financiamento e *swap*, no valor total de R\$86,9 milhões, celebrado em dezembro de 2012, com vencimento em dezembro de 2019, taxa de juros de LIBOR+2,69% e LIBOR+3,30% ao ano, saldo em aberto no valor total de R\$87,1 milhões, e com aval de Libra Holding S.A. e Libra Participações S.A.;
- Libra Terminais S.A.: (i) um financiamento à importação, no valor total de R\$45,7 milhões, celebrado em janeiro de 2011, com vencimento em janeiro de 2018, taxas de juros de LIBOR+2,69% a LIBOR+3,30% ao ano, saldo em aberto no valor total de R\$34,1 milhões, e com aval de Libra Holding S.A. e Libra Participações S.A.; (ii) um repasse de recursos do BNDES, no valor total de R\$0,12 milhões, celebrado em março de 2010, com vencimento em dezembro de 2014, e taxas de juros de 4,00% ao ano, saldo em aberto no valor total de R\$0,01 milhões, com aval de Libra Holding S.A., Libra Participações S.A. e alienação fiduciária de equipamentos; e (iii) um financiamento e *swap*, no valor total de R\$21,0 milhões, celebrado em junho de 2014, com vencimento em junho de 2021, taxa de juros CDI+2,11%, saldo em aberto no valor total de R\$21,2 milhões, e com aval de Libra Holding S.A. e Libra Participações S.A.; e
- Libra Terminal 35 S.A.: uma nota de crédito à exportação, no valor total de R\$50,0 milhões, celebrada em junho de 2012, com vencimento em maio de 2019, taxa de juros USD+4,78 ao ano, saldo em aberto no valor de R\$53,2 milhões, respectivamente, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Participações S.A.
- Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A.: três operações de conta garantida, no valor total de R\$0,4 milhões, celebradas entre maio de 2014 e junho de 2014, com vencimentos entre junho e julho de 2014, e taxas de juros entre 3,59% ao mês e 8,70% ao mês, sem saldo em aberto, com aval de Murilo S. Junqueira e Luiz Claudio Galvão.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora e sociedades controladas pela Emissora não tinham qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder e seu respectivo conglomerado econômico. A Emissora e sociedades controladas pela Emissora poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora e de sociedades controladas pela Emissora.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos Estimados da Oferta", na página 46 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento da Companhia com o Santander

Em 2012, 2013 e 2014, o Santander e seu respectivo conglomerado econômico são credores da Companhia e suas controladas nas operações financeiras descritas abaixo:

- **Libra Terminais 35 S.A.:** nota de crédito à exportação, no valor total de R\$77.000 mil, celebrada em 10 de dezembro de 2012, com vencimento em 10 de dezembro de 2019, taxa de juros CDI+1,95%, com amortização semestral, saldo em aberto em julho de 2014 no valor de R\$77.822 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.;

- **Companhia:** (i) nota de crédito à exportação, no valor total de R\$100.000 mil, celebrada em 10 de dezembro de 2013, com vencimento em 10 de dezembro de 2020, taxa de juros CDI+1,82% a.a., com amortização semestral, saldo em aberto em julho de 2014 no valor de R\$101.000 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; (ii) fiança do BNDES, no valor de R\$65.136 mil, celebrada em 7 de novembro de 2013, com vencimento em 9 de novembro de 2015, taxa de juros de 1,15% a.a., saldo em aberto em julho de 2014 de R\$64.625 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; (iii) fiança do BNDES, no valor de R\$44.058 mil, celebrada em 7 de novembro de 2013, com vencimento em 9 de novembro de 2015, taxa de juros de 1,15% a.a., saldo em aberto em julho de 2014 de R\$43.713 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; (iv) fiança do BNDES, no valor de R\$29.082 mil, celebrada em 9 de abril de 2014, com vencimento em 8 de abril de 2016, taxa de juros de 1,15% a.a., saldo em aberto em julho de 2014 de R\$26.464 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; (v) nota de crédito à exportação, no valor total de R\$20.000 mil, celebrada em 14 de maio de 2014, com vencimento em 10 de novembro de 2014, taxa de juros CDI+1,45% a.a., com amortização bullet, saldo em aberto em julho de 2014 no valor de R\$20.384 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.;

- **Libra Terminais S.A.:** (i) fiança do BNDES, no valor de R\$15.802 mil, celebrada em 7 de novembro de 2013, com vencimento em 9 de novembro de 2015, taxa de juros de 1,15% a.a., saldo em aberto em julho de 2014 de R\$15.802 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; (ii) fiança do BNDES, no valor de R\$1.023 mil, celebrada em 23 de janeiro de 2014, com vencimento em 22 de janeiro de 2016, taxa de juros de 1,15% a.a., saldo em aberto em julho de 2014 de R\$1.023 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; (iii) FINIMP, no valor de R\$12.804 mil, celebrado em 30 de abril de 2010, com vencimento em 2 de abril de 2015, taxa contratual Libor (6M) + 1,50% a.a. + IR 25%, pagamento semestral, saldo em aberto em julho de 2014 de R\$3.675 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; (iv) FINIMP, no valor de R\$15.150 mil, celebrado em 26 de outubro de 2010, com vencimento em 30 de setembro de 2015, taxa contratual Libor (6M) + 3,35% a.a. + IR 25%, pagamento semestral, saldo em aberto em julho de 2014 de R\$6.187 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; (v) FINIMP, no valor de R\$1.257 mil, celebrado em 26 de outubro de 2010, com vencimento em 30 de setembro de 2015, taxa contratual Libor (6M) + 4,30% a.a. + IR 25%, pagamento semestral, saldo em aberto em julho de 2014 de R\$514 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; (vi) FINIMP, no valor de R\$6.311 mil, celebrado em 30 de janeiro de 2011, com vencimento em 5 de janeiro de 2016, taxa contratual Libor (6M) + 3,35% a.a. + IR 25%, pagamento semestral, saldo em aberto em julho de 2014 de R\$3.465 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.; e

- **Libra Terminal Valongo S.A.:** fiança do BNDES, no valor de R\$3.487 mil, celebrada em 6 de janeiro de 2014, com vencimento em 6 de janeiro de 2016, taxa de juros de 1% a.a., saldo em aberto em julho de 2014 de R\$3.487 mil, com aval de Libra Holding S.A. e Libra Adm. e Part. S.A.

No ano de 2013 o Santander e seu conglomerado econômico mantiveram com a Companhia e suas controladas operações de câmbio, com volume equivalente a USD 4.890 milhões.

O Santander e seu conglomerado econômico mantém com a Companhia prestação de serviço de processamento da folha de pagamento para aproximadamente 3.900 funcionários do grupo.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e sociedades controladas pela Companhia não tinham qualquer outro relacionamento com o Santander e seu respectivo conglomerado econômico. A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, contratar o Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos Estimados da Oferta", na página 46 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Santander cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os Coordenadores recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta deste Prospecto. **O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou dos setores em que a Companhia atua. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures", na página 56 deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.**

O Prospecto Definitivo, que incorpora por referência o Formulário de Referência, está disponível nos seguintes endereços e páginas da Internet:

- **Companhia – Libra Terminal Rio S.A.**, Rua General Gurjão 105, CEP 20931-670, Rio de Janeiro, RJ (<http://www.grupolibra.com.br/pg/72/libra-terminais/rio>, em tal página em "Relacionamento com Investidores", clicar em "Prospecto").
- **Coordenador Líder - Banco Itaú BBA S.A.**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, CEP 04538-132, São Paulo, SP (<http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp> em tal página clicar em "Libra Terminal Rio S.A. – Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Debêntures").
- **Banco Santander (Brasil) S.A.**, Avenida Juscelino Kubitschek 2235, 26º andar, CEP 04543-011, São Paulo, SP (www.santander.com.br/prospectos, clicar em "Ofertas em Andamento" e, por fim, localizar o "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A." e clicar em "Download do Prospecto Definitivo").
- **CETIP S.A. - Mercados Organizados**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 1663, 1º andar, CEP 01452-001, São Paulo, SP (<http://www.cetip.com.br>, em tal página, selecionar o link "Prospectos" na seção "Comunicados e Documentos", em seguida, "Prospectos de Debêntures", digitar "Libra" e o ano "2014", e clicar em "Buscar", na sequência, acessar o link referente ao Prospecto Definitivo).
- **BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**, Praça Antonio Prado 48, CEP 01010-901, São Paulo, SP (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-publicas.aspx?Idioma=py-br> – em tal página, escolha o item "Ofertas em Andamento", em seguida, em "Libra", selecione o item "Prospecto Definitivo").
- **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**, Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ, e Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP (<http://www.cvm.gov.br>, em tal página, acessar no item "Acesso Rápido", "ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações", no link, digitar "Libra" e clicar em "Continuar". Em seguida, clicar em "Libra Terminal Rio S.A." e selecionar "Prospecto de Distribuição Pública". Clicar em *download* do Prospecto com a data mais recente).

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e do Auditor", na página 14 deste Prospecto.

A Oferta foi registrada pela CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2014/011, concedido em 14 de julho de 2014..

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Emissora e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

O investimento nas Debêntures envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo e os riscos constantes das seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez e/ou os negócios atuais e futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência. O preço de mercado das Debêntures e a capacidade de pagamento da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas Debêntures.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência são aqueles que a Companhia e o Coordenador Líder conhecem e que acreditam que atualmente podem afetar de maneira adversa as Debêntures e a Oferta, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Companhia e pelo Coordenador Líder, ou que estes considerem atualmente irrelevantes também prejudicar as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia, a Oferta e/ou as Debêntures de maneira significativa.

Os fatores de risco relacionados à Emissora, seus controladores, seus acionistas, suas controladas, seus investidores e ao seu ramo de atuação estão disponíveis em seu Formulário de Referência, nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, anexo a este Prospecto.

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira, nos resultados operacionais, no fluxo de caixa, na liquidez e/ou nos negócios atuais e futuros da Companhia, bem como no preço das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

As obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia com relação às Debêntures, tais como, mas não se limitando ao (i) pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Companhia; (ii) não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão; (iii) não observância de certos índices financeiros; e (iv) vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Companhia disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Companhia poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações.

Para mais informações, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado”, na página 39 deste Prospecto.

A espécie das Debêntures é quirografária, sem garantia e sem preferência.

As Debêntures são da espécie quirografária, não contando com nenhuma garantia ou preferência. Dessa forma, na hipótese de falência da Companhia, os titulares das Debêntures estarão subordinados aos demais credores da Companhia que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Em razão das características das Debêntures, os titulares das Debêntures somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e acionistas da Companhia em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência, não há garantia de que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

A Taxa DI utilizada para a remuneração das Debêntures pode ser considerada nula em decorrência da Súmula n.º 176 do Superior Tribunal de Justiça.

A Súmula n.º 176, editada pelo Superior Tribunal de Justiça, enuncia que é nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBIMA/CETIP. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário e decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas.

Há a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a Súmula n.º 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Debenturistas uma remuneração inferior à Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

A volatilidade do mercado de capitais brasileiro e a baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar a venda das Debêntures e afetar o valor a ser recebido por seus titulares.

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve frequentemente um maior grau de risco se comparado a investimentos em valores mobiliários de empresas localizadas em mercados de títulos internacionais. O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário.

A percepção de riscos em outros países, especialmente nos países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

O investimento em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, podendo esses investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações, envolvendo, dentre outros, os listados abaixo. Eventos econômicos e políticos nesses países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não podemos garantir que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Companhia, conforme descrito acima.

- mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido.

Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá dificultar a captação de recursos pela Companhia, bem como acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Companhia.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Companhia são levados em consideração, tais como sua condição financeira, sua administração e seu desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Companhia e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Companhia de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Companhia durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário. Além disso, a Companhia poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Companhia e na sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

Não foi aceita a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 30% das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Como foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Dessa forma, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia resultar em má formação da taxa final da remuneração das Debêntures. Além disso, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um efeito adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que as Pessoas Vinculadas poderiam optar por manter suas Debêntures fora de circulação, influenciando a liquidez.

Assim sendo, a participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado nas hipóteses de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, bem como se ocorrer a sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate em razão da ausência de apuração e/ou divulgação, da extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI, se não houver substituto legal para a Taxa DI e acordo entre Companhia e Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas sobre o novo parâmetro a ser aplicado. Para informações adicionais, ver seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Remuneração", na página 36 deste Prospecto.

Os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência desse resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

As informações acerca do futuro da Companhia contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto e o Formulário de Referência contêm informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia, as quais refletem as opiniões da Companhia em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há certeza de que o desempenho futuro da Companhia será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures" e na seção "Fatores de Risco" e "Riscos de Mercado", constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência, e em outras seções deste Prospecto. As expressões "acredita que", "espera que" e "antecipa que", bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A não concretização das perspectivas do futuro da Companhia divulgadas podem gerar um impacto negativo relevante nos resultados e operações da Companhia.

A modificação das práticas contábeis utilizadas para cálculo dos índices financeiros pode afetar a percepção de risco dos investidores negativamente e gerar efeitos adversos nos preços dos valores mobiliários da Companhia no mercado secundário.

Os índices financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e descritos na Seção "Informações Relativas à Oferta – Características da Emissão e das Debêntures – Vencimento Antecipado", na página 39 deste Prospecto serão calculados em conformidade com as práticas contábeis vigentes quando da publicação pela Companhia de suas informações financeiras. Qualquer mudança em relação a tais princípios não afetará a forma de cálculo e divulgação dos Índices Financeiros, nos termos da Escritura de Emissão. Não obstante, a percepção de risco dos investidores poderá ser afetada negativamente, uma vez que haverá divergência entre a forma como os índices financeiros serão efetivamente calculados e a forma como os mesmos seriam calculados caso o cálculo fosse feito de acordo as práticas contábeis modificadas. Adicionalmente, essa prática pode gerar efeitos adversos nos preços dos valores mobiliários da Companhia no mercado secundário, incluindo, mas a tanto não se limitando, o preço das Debêntures da presente Emissão.

Parte substancial dos ativos da Companhia é dedicada à prestação de serviço público, que devem ser revertidos ao Governo Federal ao fim dos contratos de arrendamento, não estando disponíveis para a satisfação de eventuais credores.

Pelo fato de parte substancial dos ativos ser dedicada à prestação de serviço público, esses ativos não estão disponíveis para a satisfação dos credores. Com a extinção dos contratos de arrendamento, esses ativos serão revertidos, nos termos dos contratos de arrendamento e da legislação brasileira, ao Governo Federal, que é obrigado ao ressarcimento por tais reversões, cujo valor pode ser inferior ao valor de mercado dos ativos.

Dessa forma, a execução judicial das Debêntures pode ser prejudicada pela insuficiência de bens passíveis de serem penhorados e vendidos judicialmente, resultando em um efeito adverso relevante.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta para: (i) até 85% investimentos nas obras de ampliação das operações do Terminal; e (ii) no mínimo, 15% para o refinanciamento do passivo de curso e longo prazo, com o pagamento parcial ou total, conforme o caso, das operações em aberto da Companhia conforme abaixo elencadas.

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos (%)	Valor Estimado (em R\$)
Investimento em obras na ampliação do Terminal	85	229.500.000,00
Refinanciamento do passivo de curto e longo prazo	15	40.500.000,00

A Companhia pretende utilizar, no mínimo, o equivalente a 15% dos recursos líquidos provenientes da Oferta para o refinanciamento do passivo de curto e longo prazo, com o pagamento parcial ou total, conforme o caso e considerando as condições de mercado, das seguintes operações:

- 1) empréstimo contratado com o Banco Itaú BBA, celebrado em 07 de dezembro de 2012, com repasse de recursos do exterior, no valor total de R\$83.000 mil, com taxa de remuneração equivalente a 11,07%, ao ano, juntamente com um contrato de *swap* no mesmo valor, de ponta ativa 11,07% ao ano e ponta passiva de variação cambial do dólar americano acrescido de 4,78% ao ano, com vencimento em dezembro de 2019;
- 2) operações de financiamento a importação celebrados com o Banco Itaú BBA entre o período de 10 de janeiro de 2011 a 20 de fevereiro de 2013 com vencimentos em 10 de janeiro de 2018, no montante total de US\$ 21.977 mil, com taxa de remuneração entre a Taxa Libor acrescido de 2,69% ao ano e 3,30% ao ano. Os recursos obtidos por meio destas operações foram utilizados para fins de aquisição de Portainers e de Rubber Tyred Gantry Cranes (RTG Cranes);
- 3) nota de crédito à exportação (NCE), celebrada com o Banco Itaú BBA, em 13 de julho de 2011, no valor de US\$ 49.398 mil a taxa de remuneração de 5,34% ao ano, juntamente com um contrato de swap no mesmo valor, de ponta ativa variação cambial do dólar americano acrescido de 5,34% ao ano e ponta passiva de CDI acrescido de 2,35% ao ano; e
- 4) nota de crédito à exportação (NCE), celebrada com o Banco Votorantim, em 11 de junho de 2010, no valor total de US\$ 25.000 mil, com taxa de remuneração equivalente a 7,10% ao ano, e prazo de vencimento em junho de 2015.

Modalidade	Encargos Financeiros	Vencimento	Valor Total em 31 de março de 2014, em milhares de R\$
<u>Moeda nacional</u>			
Empréstimo Itaú (1)	11,07% a.a.	Juros: semestrais até 2019 Principal: dezembro 2019	85.706
Total Moeda Nacional			85.706
<u>Dólares (USA)</u>			
Finimp Itaú (2)	Libor + 3,30% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: janeiro 2018	36.569
NCE Itaú (3)	5,34%	Juros: semestrais até 2018 Principal: julho 2018	92.508
NCE Votorantim (4)	7,10% a.a.	Juros: semestrais até 2015 Principal: junho 2015	28.902
Total Dólares (USA)			157.979
Total Empréstimos			243.685

Além dos recursos advindos da Oferta e dos resultados operacionais da Companhia não há, na data deste Prospecto outras fontes de recursos para a consecução dos objetivos acima descritos. Não obstante, caso a Companhia necessite de outras fontes de captação a Companhia poderá utilizar recursos provenientes de financiamentos concedidos por instituições financeiras, e/ou geração de caixa próprio para consecução das finalidades descritas acima.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em projeções e análises da Companhia. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem alterar a destinação dos recursos estabelecida na data deste Prospecto.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta não forem destinados para os fins acima descritos, serão aplicados no mercado financeiro, em instituições financeiras de primeira linha. Caso os recursos líquidos captados pela Companhia sejam inferiores à sua estimativa, a aplicação dos recursos líquidos captados será reduzida de forma proporcional àquela informada na tabela acima.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta em sua situação patrimonial, ver a seção “Capitalização”, na página 63 deste Prospecto

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os Administradores, com base em análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Emissora, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações, embora não possam garantir que tal situação permanecerá igual. De acordo com os administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Emissora nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e 31 de março de 2014 estão apresentados na tabela a seguir, em milhares de reais:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2013	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011⁽¹⁾	Período Encerrado em 31 de março de 2014
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	121.903	135.253	63.401	46.389
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(135.595)	(56.053)	(111.553)	(3.656)
Caixa líquido obtido (utilizado) nas atividades de financiamentos	2.005	(70.374)	51.386	(37.913)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes a caixa	(11.687)	8.826	3.234	4.821

(1) Os dados apresentados acima se referem às informações contábeis consolidadas da Companhia. Para mais informações relacionadas à capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Emissora, ver seção “10.1 Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com o Formulário de Referência e as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, os quais estão anexos ao presente Prospecto.

A tabela abaixo apresenta o passivo circulante e não circulante consolidados da Emissora, em bases efetivas, a partir das demonstrações financeiras consolidadas revisadas, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras e conforme ajustado para refletir o recebimento de R\$270.000.000,00 provenientes da emissão de 27.000 Debêntures, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, no âmbito da Oferta, com a dedução das comissões e as despesas estimadas em R\$3.096.044,15 da Oferta a serem pagas pela Emissora.

Em 31 de março de 2014⁽¹⁾				
	Efetivo	% do	Ajustado⁽⁴⁾	% do
	(em milhares de R\$)	Total	(em milhares de R\$)	Total
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	386.412	70,1%	653.316	79,8%
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	73.995	13,4%	73.995	9,0%
Instrumentos Financeiros Derivativos- Ativo.	(30.985)	(5,6%)	(30.985)	(3,8%)
Instrumentos Financeiros Derivativos- Passivo.	14.222	2,6%	14.222	1,7%
Total do Endividamento ⁽²⁾	443.644	80,5%	710.548	86,8%
Patrimônio Líquido	107.713	19,5%	107.713	13,2%
Capitalização Total⁽³⁾	551.357	100,0%	818.261	100,0%

⁽¹⁾ Os dados apresentados acima se referem às informações contábeis consolidadas da Companhia.

⁽²⁾ O Total do Endividamento corresponde a soma dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante consolidados e instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos consolidados.

⁽³⁾ A capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante consolidados, instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos consolidados e patrimônio líquido

⁽⁴⁾ Ajustado para refletir o recebimento de R\$270.000.000,00 provenientes da emissão de 27.000 Debêntures, já considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, no âmbito da Oferta, com a dedução das comissões e as despesas estimadas em R\$3.096.044,15 da Oferta a serem pagas pela Emissora.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que Aprovou a Emissão e a Oferta
- Estatuto Social Atualizado da Emissora
- Escritura de Emissão das Debêntures
- Súmula de Classificação de Risco
- Declarações da Emissora e do Coordenador Líder
- Demonstrações Financeiras dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2013
- Demonstrações Financeiras dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2012
- Demonstrações Financeiras dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2011
- Informações Trimestrais para o Período Encerrado em 31 de Março de 2014
- Formulário de Referência da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que Aprovou a Emissão e a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
00-2014/167607-8 30 mai 2014 16:50
JUCERJA Guia: 101160852
3330016726-9 Atos: 980
LIBRA TERMINAL RIO S/A
Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 417,00 Pago: 417,00
mesmo local de entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT ARQ.: 00002627451 26/05/2014 501

00-2014/167607-8 16 mai 2014 14:05
JUCERJA Guia: 101160852
3330016726-9 Atos: 980
LIBRA TERMINAL RIO S/A
Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 417,00 Pago: 417,00
mesmo local de entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT ARQ.: -

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 3330016726-9
Protocolo: 00-2014/167607-8 16/05/2014
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 02/06/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO.
E DATA ABAIXO
ED33000532-5/000
DATA: 02/06/2014
Valéria S. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Y80
3
Rio
16.05.14
REGISTRO DE ESCRITURA DE DEBENTUR.
Res
VTO
Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO
Assinatura: Despatchante Documentalista
Telefone de contato: CRDD RJ nº 90256

2. USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR DECISÃO COLEGIADA
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):
☐ SIM ☐ SIM
Processo em ordem. A decisão.
Data:
NÃO Data Responsável NÃO Data Responsável
DECISÃO SINGULAR
☐ Processo em exigência. 2ª Exigência 3ª Exigência
(Vide despacho em folha anexa) ☐ ☐
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.
Data: Responsável
DECISÃO COLEGIADA
☐ Processo em exigência. 2ª Exigência 3ª Exigência
(Vide despacho em folha anexa) ☐ ☐
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.
Data: Responsável
ALVARO PEIXOTO
VOGAL - JUCERJA
MAT. 293-1
19 MAI 2014
JUNTA COMERCIAL
Armando B. Silva
VOGAL - JUCERJA
MAT. 319-1
02 JUN 2014
JUNTA COMERCIAL
Armando B. Silva
VOGAL - JUCERJA
MAT. 402-8
JUCERJA
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 3330016726-9
Protocolo: 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 02/06/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.
Autenticação: 644424F3C7C2C749E958A73864108554572778CB8D2580C3E8388E9F14BC95
OBSERVAÇÃO: Ed000632 - 0006

Valéria S. M. Serra
Secretária Geral

B. M. BARRETO COM E IND GRAFICA LTDA - Rua Feliciano de Aguiar, 41 - Tel: 2201-3419 - RJ - CNPJ 02.234.534/0001-08 - IND. BRAS. - RJ

C 007

3

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE LIBRA TERMINAL RIO S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A." ("Escritura de Emissão");

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

LIBRA TERMINAL RIO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Gurjão 105, CEP 20931-670, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 02.373.517/0001-51, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.300.167.269, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário", e a Companhia e o Agente Fiduciário, em conjunto, "Partes", quando referidos coletivamente, ou "Parte", quando referidos individualmente);

resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) serão realizadas com base nas

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020141678078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727786C86D2560C3F6399F5BE148C95
Arquivamento: ED000632 - 0006


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



4

deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 14 de maio de 2014 ("AGE").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata da AGE.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Diário Mercantil";
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (a) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) de sistema administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA;
- V. *registro da Companhia como emissor de valores mobiliários pela CVM.* A Companhia será registrada como emissor de valores mobiliários, Categoria B, pela CVM, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727788C98D2580C3F8399F5BE148C85
Arquivamento : ED000632 - 0096

2

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



5

- VI. *registro da Oferta pela CVM.* A Oferta será registrada pela CVM, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- VII. *registro da Oferta pela ANBIMA.* A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA").

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) exploração de instalações portuárias e de área sob administração da CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ"), localizada no Porto do Rio de Janeiro, denominada de Terminal Contêineres I; (ii) atividade de operador portuário, de movimentação e armazenagem de carga e contêineres, alfandegada ou não, inclusive medicamentos e produtos para a saúde, bem como a atividade de armazém geral; (iii) atividades secundárias de serviços médico ambulatorial e de alimentação privativo/refeitório; (iv) participação da Companhia em outras sociedades como sócia ou acionista; e (v) participação, direta ou indiretamente, em licitações para contratação com a administração pública de serviços relacionados ao objeto acima descrito.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o refinanciamento do passivo circulante e não circulante e para investimentos para ampliação das operações no terminal da Companhia no Porto do Rio de Janeiro.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder, "Coordenador

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020141678078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727788C98D2580C3F6389F5BE148C95
Arquivamento: ED000632 - 0006

3

Handwritten signature

Handwritten signature

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

6

Líder"), sob (i) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo); e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.

5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, para a definição, com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"):

- I. da eventual emissão, no todo ou em parte, das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais; e
- II. da Remuneração (conforme definido abaixo), observado o limite previsto na Cláusula 6.14 abaixo, inciso II.

5.2.1 Poderá ser aceita a participação de investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição, que sejam pessoas vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 ("Pessoas Vinculadas"), no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 30% (trinta por cento) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado (conforme definido no Contrato de Distribuição), caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição e conforme divulgado nos Prospectos (conforme definido abaixo).

5.2.2 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia, e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima e as demais disposições desta Escritura de Emissão; (ii) a concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários, Categoria B, pela CVM; (iii) a concessão do registro da Oferta

pela CVM; (iv) a publicação do Anúncio de Início; e (v) a disponibilização, aos investidores, do prospecto definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM 480 ("Formulário de Referência") (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, limitado à Data Limite de Colocação (conforme definido no Contrato de Distribuição).

5.4 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e/ou do DDA, conforme o caso, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a respectiva Data de Integralização.

5.5 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário na CETIP e na BM&FBOVESPA.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.

6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.000 (três mil) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender a um excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

6.3.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 4.000 (quatro mil) Debêntures adicionais, nas mesmas condições das

8

Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, (i) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.
- 6.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de julho de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.12 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de julho de 2019 ("Data de Vencimento").

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE: 33300167289
Protocolo: 0020141678078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727788C98D2580C3F8399F5BE148C85
Arquivamento: ED000532 - 000/5

6

[Handwritten signature]

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

6.13 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- I. 1 (uma) parcela no valor correspondente a 50,00% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 10 de julho de 2018; e
- II. 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento.

6.14 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 10 (dez) dos meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676078 - 16/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A72B511D6FF4F727788C86D2580C3F8399F5BE148C85
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



10

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do produtório, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI, variando de "1" até " n_{DI} ";

TDI_k = Taxa DI, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

[Handwritten signature]

8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141678078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F727788C98D2560C3F8389F5BE148C95
Arquivamento : ED000632 - 0006

[Handwritten signature]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

[Handwritten signature]

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

Sendo que:

spread = Sobretaxa, conforme definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.14.1 Observado o disposto na Cláusula 6.14.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.14.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI") a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme aplicável. No caso de não haver o substituto judicial ou legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE: 33300167289
Protocolo: 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4727788C98D2560C3F8399F58E148C95
Arquivamento: ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral


12

comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.16 *Resgate Antecipado Facultativo.* Exceto pelo disposto na Cláusula 6.18 abaixo, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.
- 6.17 *Amortização Antecipada Facultativa.* A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.
- 6.18 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os

10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE: 33300167289
Protocolo: 0020141876078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F727788C98D2560C3F6399F58E148C95
Arquivamento: ED000632 - 0006


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

13

Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):

- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.27 abaixo ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, a quantidade de Debêntures em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação, à Companhia, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;
- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro*

11

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141878078 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727788C88D2560C3F8399F5BE148C95
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

14

rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;

- IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;
- V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.21 abaixo; e
- VI. o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado, com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.
- 6.19 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.20 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de

12

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727788C98D2580C3F8389F5BE148C85
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



15

Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, por meio da BM&FBOVESPA; ou (iii) nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso.
- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.
- 6.23 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis*

MP

JP


16

desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").

- 6.24 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.25 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.26 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.26.1 a 6.26.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.26.1 abaixo e 6.26.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").
- 6.26.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.3 abaixo:
- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou de quaisquer valores devidos aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
 - II. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições), decorrente de decisão proferida em sentença transitada em julgado;
- MPB

14

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE: 33300167289
Protocolo: 0020141676076 - 16/05/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F72778C96D2560C3F6399F6BE148C95
Arquivamento: ED000632 - 0006



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

#

- 17
- III. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer Controladora (conforme definido abaixo) e/ou por qualquer Controlada (conforme definido abaixo), dos termos e condições desta Escritura de Emissão;
 - IV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
 - V. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VIII abaixo;
 - VI. (a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal ou caso não seja realizado o depósito elisivo; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada, apresentado pela Companhia e/ou qualquer Controlada, respectivamente, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
 - VII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - VIII. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
- 18

15

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141678078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014 , E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727788C98D2580C3F8389F58E148C85
Arquivamento : ED000632 - 0006


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

19

- 18
- (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada; ou
 - (d) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de ações de emissão de qualquer Controlada; ou
 - (e) se realizada exclusivamente entre Controladas, desde que tal operação não altere o controle indireto das Controladas pela Companhia e/ou da Companhia; ou
 - (f) se envolver as seguintes Controladas: (i) Aeroporto Cabo Frio Logística, Armazém Geral e Transporte Multimodal Ltda. (CNPJ n.º 07.895.102/0001-61) ("Cabo Frio Logística"); (ii) Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. (CNPJ n.º 04.342.634/0001-83 ("Costa do Sol"); (iii) Via Port Transportes Multimodais S.A. (CNPJ n.º 09.665.484/0001-62) ("Via Port"); (iv) SBCB Participações Aeroportuárias S.A. (CNPJ n.º 12.773.494/0001-26) ("SBCB"); e (v) Boreal Serviços e Administração S.A. (CNPJ n.º 36.182.905/0001-77) ("Boreal"), desde que as Controladas indicadas nos itens (i) a (v) acima permaneçam sob controle, direto ou indireto, de Libra Holding S.A.

IX. redução de capital social da Companhia, exceto:

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou

(b) para a absorção de prejuízos;

X. vencimento antecipado de qualquer Obrigação Financeira (conforme definido abaixo) da Companhia e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

XI. término, antecipado ou não, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação ou transferência do "Contrato de Arrendamento C-DEP JUR N.º 010/98", celebrado em 11 de março de 1998, entre a CDRJ e a Companhia, e seus aditamentos ("Contrato de Arrendamento"), exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos, a Companhia comprove que (a) houve decisão favorável à reversão do término, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação ou transferência; ou (b) obteve medida liminar suspendendo tal evento;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141678078 - 18/05/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F72778C98D2580C3F8398F58E148C85
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



19

- XII. suspensão (mesmo que em caráter não definitivo) do Contrato de Arrendamento que cause um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo); ou
- XIII. alteração do Contrato de Arrendamento, que implique redução da área objeto de tal arrendamento e caso tal redução possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou
- XIV. declaração de intervenção, pelo Poder Concedente na concessão objeto do Contrato de Arrendamento ou em qualquer outra concessão, permissão, autorização ou arrendamento da Companhia e/ou de qualquer Controlada, desde que afete a geração de caixa da Companhia ou possa causar um Efeito Adverso Relevante;

6.26.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
- II. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;
- III. alteração ou transferência do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) por alterações do controle direto, desde que o Controle indireto da Companhia permaneça inalterado;
- IV. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se:
 - (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia;
- V. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;

M3

17

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2EBA72B511D6FF4F727788C98D2560C3F8389F5B8E148C95
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

- VI. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Obrigação Financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- VII. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- VIII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- IX. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s), desde que, no prazo de até 40 (quarenta) dias contados da data de tal cessão, venda, alienação e/ou transferência ou no prazo determinado pelo Poder Concedente, o que for menor, tenha(m) comprovadamente sido adquirido(s) novo(s) ativo(s) com a mesma finalidade;
 - (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) em valor, por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, individual ou agregado, igual ou inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas; ou
 - (d) caso tal venda envolva as participações nas Controladas Cabo Frio Logística, Costa do Sol, Via Port, SBCB e Boreal, desde que não constitua um Evento de Inadimplemento nos termos do inciso III acima;

20

MB

MB

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F72778C98D2580C3F8399F5BE148C96
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

- X. constituição de qualquer Ônus (conforme definido abaixo) sobre ativo(s) da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (b) por Ônus existentes na Data de Emissão, conforme previsto nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido abaixo) então mais recentes na Data de Emissão;
- (c) por Ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes que já tenham Ônus constituídos na Data de Emissão, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada;
- (d) por Ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada e que não tenha sido criado em virtude ou em antecipação a esse evento;
- (e) por Ônus constituídos para financiar a aquisição, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido;
- (f) por Ônus constituídos em decorrência de exigência do licitante em concorrências públicas ou privadas, até o limite e prazo determinados nos documentos relativos à respectiva concorrência;
- (g) por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos; ou
- (h) por Ônus constituídos em garantia de dívidas em valor, individual ou agregado, limitado, a qualquer tempo, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XI. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na efetiva perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, mediante a imissão da posse pela respectiva autoridade governamental;
- XII. término, a qualquer título, antecipado ou não, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação, suspensão ou transferência (total ou parcial), em definitivo e/ou por meio de sentença judicial

21

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167269
Protocolo : 0020141676076 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014 , E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2EBA72B511D6FF4F727788C96D2580C3F8399F5BE148C85
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

transitada em julgado, de qualquer concessão, permissão, autorização, licença ou arrendamento (que não seja o Contrato de Arrendamento, tendo em vista já estar previsto na Cláusula 6.26.1 acima, inciso XI) concedido ou que venha a ser concedido à Companhia e/ou a qualquer Controlada, incluindo os ambientais, que sejam essenciais para o funcionamento da Companhia e/ou da Controlada, conforme o caso, e cujo término, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação, suspensão ou transferência possa causar um Efeito Adverso Relevante;

- XIII. alteração, em definitivo e/ou por meio de sentença judicial transitada em julgado, em qualquer concessão, permissão, autorização, licença ou arrendamento (que não seja o Contrato de Arrendamento, tendo em vista já estar previsto na Cláusula 6.26.1 acima, inciso XI) concedido ou que venha a ser concedido à Companhia e/ou a qualquer Controlada, incluindo os ambientais, que sejam essenciais para o funcionamento da Companhia e/ou da Controlada, conforme o caso, que implique redução da área objeto de tal concessão, permissão, autorização, licença ou arrendamento, e cujos efeitos possam causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIV. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (a) a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão; ou (b) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Inadimplemento;
- XV. rebaixamento de qualquer das classificações de risco (*rating*) das Debêntures em duas ou mais notas em escala nacional, em relação à respectiva classificação de risco das Debêntures vigente na Data de Emissão;
- XVI. concessão, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, exceto se realizadas pela Companhia para ou em favor de qualquer Controlada, de (a) mútuo, empréstimo ou adiantamento; e/ou (b) aval, fiança ou qualquer forma de coobrigação, exceto em decorrência de exigência legal; ou
- XVII. não observância, pela Companhia, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados pelo Auditor Independente (conforme definido abaixo) trimestralmente, e acompanhados pelo Agente Fiduciário no prazo

20

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F72778C96D2580C3F8389F5BE148C86
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Sene
Secretária Geral

de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, inciso II, alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de setembro de 2014:

23

(a) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido abaixo) pelo EBITDA (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3 (três) vezes; e

(b) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou superior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes.

6.26.3 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.26.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.26.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta

113

#

21

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141676078 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F727788C8D2580C3F8399F5BE148C95
Arquivamento : ED000632 - 0006



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas, por meio de correspondência da Companhia com o de acordo do Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

24

6.26.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão (incluindo as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii), (iii) e (iv) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; (iii) saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação; e (iv) remuneração devida ao Agente Fiduciário. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

6.26.7 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Controlada" significa qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia;
- II. "Controladora" significa qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundos de investimento) da Companhia;
- III. "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, (a) o somatório, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de

MPB
24

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300187289
Protocolo : 0020141678078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014 , E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F727788C98D2560C3F6399F5BE148C95
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a *hedge*/derivativos, excluindo juros sobre capital próprio, menos (b) o somatório dos juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, dos juros provisionados sobre valores os créditos junto à CDRJ vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio e das receitas relacionadas a *hedge*/derivativos;

- IV. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, (a) somatório dos empréstimos e financiamentos do circulante e do não circulante, incluídos títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/*leasing* financeiro e títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo, ainda, os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), dívidas com partes relacionadas, avais, fianças, penhores ou garantia prestadas pela Companhia, menos (b) disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e do saldo dos valores a receber da CDRJ vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio;
- V. "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012;
- VI. "Efeito Adverso Relevante" significa (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e/ou de qualquer Controlada; e/ou (b) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VII. "Obrigação Financeira" significa qualquer valor devido em decorrência de (a) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras ou obrigações onerosas, incluindo, sem limitação, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares, no Brasil ou no exterior; (b) aquisições a pagar; (c) saldo líquido das operações ativas e passivas com

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300187269
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2719E2E8A72B511D8FF4F727788C86D2580C3F6399F5BE148C85
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

derivativos em que a Companhia e/ou qualquer Controlada seja parte (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e exigível de longo prazo da Companhia e/ou de qualquer Controlada); (d) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia; e (e) obrigações decorrentes de resgate de ações e pagamento de dividendos declarados e não pagos, se aplicável; e

26

VIII. "Ônus" significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima.

6.27 *Publicidade.* Todos os atos e decisões, que decorram de obrigações da Companhia previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. disponibilizar em sua página na Internet e na página da CVM na Internet e fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM ("Auditor Independente"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");
 - (b) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de

24

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167269
Protocolo : 0020141678078 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A72B511D6FF4F727788C98D2580C3F6399F5BE148C95
Arquivamento : ED000532 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia", sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"; e

- (c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480;

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), (i) as rubricas necessárias ao acompanhamento dos Índices Financeiros; e (ii) a demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pelo Auditor Independente;
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), declaração firmada por representantes legais da Companhia acerca da veracidade e ausência de vícios dos Índices Financeiros, da veracidade, ausência de vícios e suficiência das informações apresentadas, da inexistência de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, e da inexistência de qualquer Evento de Inadimplemento, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (c) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (d) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão; e/ou (ii) de qualquer Evento de Inadimplemento;

25

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167289
Protocolo : 0020141678078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727788C98D2580C3F8389F5BE148C95
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

- (e) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia, relacionada (i) a qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão; e/ou (ii) a um Evento de Inadimplemento;
- (f) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCERJA;
- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- (j) no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de veiculação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso IX abaixo; e
- (k) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia e acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;

- III. manter atualizado o registro de emissor de valores mobiliários da Companhia perante a CVM;
- IV. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- V. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todos os alvarás,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE: 33300167269
Protocolo: 0020141676078 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727788C98D2580C3F8399F5BE148C95
Arquivamento: ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

- VI. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- VIII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Auditor Independente, a(s) agência(s) de classificação de risco, os sistemas de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA e DDA) e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21 e sistema administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA);
- IX. contratar e manter contratada, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco, a ser escolhida entre a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, no mínimo, anualmente, contado da data do respectivo relatório, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de sua veiculação; e (d) comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil, tenha seu registro ou reconhecimento, perante a CVM, para atuação como agência de classificação de risco, cancelado, ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (ii) caso a agência de classificação de risco não esteja entre as indicadas no item (i) acima, no prazo de até

29

27

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2EBA728511D6FF4F727788C88D2580C3F8399F58E148C85
Arquivamento : ED000032 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

- X. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- XI. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XII. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XIII. convocar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável; e
- XIV. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

30

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes

28

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167269
Protocolo : 0020141676076 - 16/05/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F72778C98D2580C3F6399F5BE148C95
Arquivamento : ED000532 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;

- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções; e

31

df

df

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF47F2778C96D2580C3F6399F5BE148C95
Arquivamento: ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

XIII. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) se em

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676076 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A72B511D6FF4F727786C98D2580C3F6398F58E148C95
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;

- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.27 acima e da Cláusula 12 abaixo; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

- I. receberá uma remuneração:
 - (a) de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) líquido por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
 - (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou do índice que eventualmente o substitua, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
 - (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167289
Protocolo: 0020141678078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F727788C98D2580C3F8389F58E148C85
Arquivamento: ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;

- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima;
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e
- (f) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas necessárias para o exercício da função de Agente Fiduciário, que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia (sendo que o Agente Fiduciário desde já se declara ciente e concorda com o risco de não ter as referidas despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas pela Companhia ou caso tenham sido realizadas em discordância com critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos e a função fiduciária que lhe é inerente), incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676076 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F72778C98D2560C3F8399F59E148C85
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

- (b) extração de certidões;
- (c) transporte, viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
- (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;

35

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se referem os incisos I e II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução

MS

JS

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167289
Protocolo : 0020141676076 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F72778C96D2560C3F6399F5BE148C95
Arquivamento : ED000532 - 0006

Valéria G. M. Serra

Secretária Geral

- dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência, demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XIII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



XIV. elaborar, no prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras, atos societários e organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

37

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

[Handwritten signature]



- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima no prazo máximo de 4 (quatro) meses contados do encerramento de cada exercício social da Companhia ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;
- XVI. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.27 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVIII. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
- XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; (b) daquelas relativas à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, e à obrigação de dar ampla divulgação da atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso IX; e (c) daquela relativa à observância dos Índices Financeiros;
- XX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.27 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

38

MPB
JH

JH

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676078 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2EBA72B511D6FF4F727788C96D2580C3F8399F5BE146C85
Arquivamento : ED000532 - 0006


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



- XXI. divulgar as informações referidas no inciso XIV acima, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- XXII. enviar à ANBIMA, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de sua veiculação, os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de classificação de risco contratada pela Companhia, nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso IX; e
- XXIII. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.26 acima (e subcláusulas), conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.
- 8.6.1 Observado o disposto na Cláusula 6.26 acima (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a III, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

39

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141876078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F72778C98D2580C3F8398F5BE148C98
Arquivamento : ED000632 - 0006

37

[Handwritten signature]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.

40

8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura de Emissão.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.27 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

MP8

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

41

9.6.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.14.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário (pedido de autorização ou *waiver*) a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 9.6 acima.

9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

MS

MS



9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

42

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia, neste ato, na Data de Emissão, na data de publicação do Anúncio de Início e em cada Data de Integralização, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;

- VI. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento, não tendo sido citada ou notificada sobre a ocorrência de qualquer evento que constitua um Evento de Inadimplemento;
- VII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- VIII. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta pela CVM e constantes do prospecto preliminar da Oferta, incluindo o Formulário de Referência (em conjunto, "Prospecto Preliminar"), e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto, "Prospectos"), são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- IX. os Prospectos (a) contêm todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia e das Controladas, e de suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia e das Controladas, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contêm declarações ou informações falsas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes; (c) não contêm omissões de fatos relevantes; e (d) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código ANBIMA;
- X. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- XI. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;

43

47 MB

48

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167269
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F727786C98D2580C3F6399F5BE148C95
Arquivamento : ED000532 - 0006

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

- XII. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- XIII. está, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIV. está, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XV. possui, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões, arrendamentos e alvarás, incluindo os ambientais e o Contrato de Arrendamento, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas questionadas, de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou para as quais ainda não foi notificada ou citada sobre a ocorrência de qualquer evento que configure infração ao previsto neste inciso;
- XVI. inexistente, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão, não tendo sido citada ou notificada sobre a ocorrência de qualquer evento que configure qualquer dos eventos previstos nos itens (i) e/ou (ii) acima; e
- XVII. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

49

113

113

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2719E2E8A72B511D8FF4F727788C98D2560C3F8399F5BE148C95
Arquivamento : ED000532 - 000/6

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



- 10.2 A Companhia obriga-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário, caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Auditor Independente, da(s) agência(s) de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

45

12. COMUNICAÇÕES

- 12.1 Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo o respectivo original ser enviado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de envio da respectiva comunicação realizada por fac-símile ou correio eletrônico. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Libra Terminal Rio S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1455, 16º andar
04543-011 São Paulo, SP

At.: Sr. José Alfredo de Freitas
Sr. Mauricio Gustavo Nascimento Gomes

Telefone: (11) 3563-3694
(11) 3563-3640

Fac-símile: (11) 3563-3600

Correio Eletrônico: alfredo.freitas@grupolibra.com.br
mauricio.gomes@grupolibra.com.br

47/11/13

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676078 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A728511D6FF4F72778C98D2580C3F8399F5BE148C85
Arquivamento : ED000832 - 0006

43

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

48

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sra. Marcelle Motta Santoro
Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

46

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 13.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
- 13.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
- 13.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 13.5 As Partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 13.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

47

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167289
Protocolo : 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : C41124F3C7C2C719E2E8A72B511D6FF4F727788C98D2580C3F8399F5BE148C85
Arquivamento : ED000632 - 0006

Valéria G. M. Soma
Secretária Geral



14. LEI DE REGÊNCIA

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

15. FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

47

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2014.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)

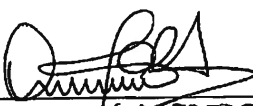
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

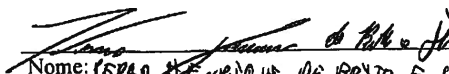


Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A., celebrado em 14 de maio de 2014, entre Libra Terminal Rio S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas.

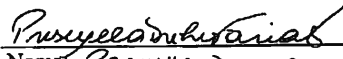
LIBRA TERMINAL RIO S.A.

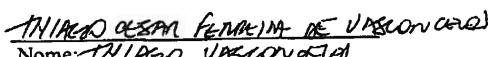

Nome: JOSÉ ALFREDO DE FORTES
Cargo: Diretor Geral com Invest. Cargo: DIRETOR EXECUTIVO

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: PAULO HENRIQUE DE BRITO E SILVA
Cargo: PROCURADOR

Testemunhas:


Nome: PRISCYLLA DWYER FRIAS
Id.: 1092944451
CPF/MF: 340 982 54875


Nome: THIAGO DE SA FERREIRA DE VASCONCELOS
Id.: 34.896.515-1
CPF/MF: 295.072.638-80

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020141676078 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: C41124F3C7C2C719E2E8A728511D8FF4F727786C96D2580C3F8399F58E148C95
Arquivamento: ED000632 - 0006


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Estatuto Social Atualizado da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

00-2014/167613-2

30 mai 2014 16:50

JUCERJA

Guia: 101160496

3330016726-9

Atos: 301

LIBRA TERMINAL RIO S/A

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 430,00 Pago: 430,00
mesmo local de entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ.: 00002627451 26/05/2014 601

00-2014/167613-2

16 mai 2014 14:06

JUCERJA

Guia: 101160496

3330016726-9

Atos: 301

LIBRA TERMINAL RIO S/A

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 430,00 Pago: 430,00
mesmo local de entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT. ARQ.: 00002623951 16/05/2014 501

1- REQUERIMENTO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: LIBRA TERMINAL RIO S/A

Nire: 3330016726-9

Protocolo: 002014/167613-2 - 16/05/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM

E DATA ABAIXO

02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

00002630782

DATA: 02/06/2014

Valéria S. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7A

1 301 3 AGC DE 12/05/019

(Vide Instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome:

Assinatura:

Telefone de contato:

JOÃO JOSE FURTADO ALEONSO
Despachante Documentalista
CRB RJ nº 00256

2- USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ SIMProcesso em ordem.
A decisão.☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

DECISÃO COLEGIADA

☒ Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.☐ Processo indeferido. Publique-se.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A

Nire: 33300167269

Protocolo: 002014/1676132 - 16/05/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Assinatura: 104674705538640613ED4D3B84F88900236E89487DCA74C048C111F582081F8C

Protocolo de Registro: 00002630782 - 02/06/2014

OBSERVAÇÃO

ALVARO PEIXOTO
VOGAL - JUCERJA
MAT. 293-1
02 JUN 2014

Responsável

Junta Comercial
Alvaro B. Salgado
VOGAL - JUCERJA
MAT. N° 219-4

Valéria S. M. Serra
Secretária Geral

B. M. BARRETO COM E INQ GRAFICA LTDA - Rua Feliciano de Aguiar, 41 - Tel: 2201-3418 - RJ - CNPJ 02.234.534/0001-08 - RIO, BRAS. - RJ

C 007



264

LIBRA TERMINAL RIO S.A.
CNPJ/MF Nº 02.373.517/0001-51
NIRE 33.300.167.269

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014.

1. DATA, HORA E LOCAL: 12 de maio de 2014, às 8 horas, na sede da Libra Terminal Rio S.A. ("Companhia"), na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Gurjão, nº 105, Caju, CEP 20.931-670.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e com o parágrafo único, do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, por estarem presentes à assembleia os Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. ✓

3. MESA: Presidente: Claudia Falcão da Motta; Secretário: José Alfredo de Freitas. ✓


4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (i) a alteração dos artigos 10, 11, 15, 16 e 30 do Estatuto Social da Companhia, e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. ✓

5. DELIBERAÇÕES: Os Acionistas presentes, por unanimidade de votos, aprovaram:

5.1. A alteração do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de alterar o quórum de instalação das reuniões da Assembleia Geral da Companhia, bem como alteração do parágrafo 2º do referido artigo para modificar a redação referente a acordos de acionistas, tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas em vigor. Tendo em vista a deliberação acima, o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 10. As reuniões da Assembleia Geral poderão validamente instalar-se com a presença de, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto, sendo que em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número e, em ambos os casos, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Acionistas presentes à reunião.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141678132 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C28640613ED1D3B84F88900238F894B7DCA74C046C111F592081F8C
Arquivamento : 00002830782 - 02/08/2014


Valéria G. M. Sema
Secretária Geral



27/4

Parágrafo 1º. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado que o represente.

Parágrafo 2º. O Presidente da Assembleia deverá observar e fazer cumprir as disposições de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tal acordo."

5.2. A alteração dos artigos 11 e 16 do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de estabelecer como competência do Conselho de Administração da Companhia a seleção e destituição de auditores independentes. Em face de tal deliberação, os artigos 11 e 16 do Estatuto Social da Companhia passam a vigorar com as seguintes redações:

"Artigo 11. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

- (i) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida do qual resulte o endividamento da Companhia, além dos limites previstos no orçamento anual, exceto por meio da emissão de debêntures não conversíveis em ações, nos termos do artigo 7 deste Estatuto Social;
- (ii) autorizar a celebração de contratos, de qualquer valor, com acionistas ou com pessoas a eles relacionadas;
- (iii) pronunciar-se sobre os assuntos que o Conselho de Administração lhe apresente para sua deliberação;
- (iv) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;
- (v) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141678132 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26640613ED1D3B84F88900238F89487DCA74C048C111F592091F8C
Arquivamento : 00002630762 - 02/06/2014


Valérie G. M. Serra
Secretária Geral



- (vi) aprovar a proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos administradores da Companhia ou a seus empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia;
- (vii) deliberar sobre a solicitação, bem como o cancelamento, do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (viii) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo Estatuto Social da Companhia; e
- (ix) resolver os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou o Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia."

"Artigo 16. Compete ao Conselho de Administração:

- (i) eleger os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral;
- (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, por meio do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (iv) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social;
- (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembleia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício;

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141678132 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26840613ED1D3B84F88800236F684B7DCA74C046C111F582081F8C
Arquivamento : 00002630782 - 02/08/2014



28
4

- (vi) aprovar a contratação de instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (vii) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, em conformidade com o disposto neste Estatuto Social;
- (viii) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo;
- (ix) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas ou não à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;
- (x) deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (xi) aprovar prévia e expressamente a celebração de contratos de qualquer natureza de valor global igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano quinquenal de negócios;
- (xii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;
- (xiii) constituir qualquer espécie de garantia, de valor global igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em negócios que digam respeito a seus interesses e atividades;
- (xiv) deliberar sobre a criação de Comitês e Comissões para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência;
- (xv) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020141676132 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 191671765C26840613ED1D3B84F88900236F684B7DCA74C046C111F592091F8C
Arquivamento: 00002630782 - 02/06/2014



30

(xvi) deliberar sobre a seleção e/ou destituição dos auditores externos da Companhia; e

(xvii) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto.

Parágrafo 1º. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada 3 (três) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou videoconferência.

Parágrafo 2º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 3 (três) dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo 3º. Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo 4º. No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo 5º. A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo 6º. Caso não haja quórum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação, a ser feita com pelo menos 3 (três) dias de antecedência, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141678132 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C28840813ED1D3B84F88900238F894B7DCA74C048C111F592091F8C
Arquivamento : 00002830782 - 02/06/2014



30

não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo 7º. *Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por fac-símile, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem."*

5.3. A alteração da redação dos artigos 15 e 30 do Estatuto Social da Companhia referente a acordos de acionistas, tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas em vigor, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 15. *Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, o preenchimento se dará na forma da lei, observadas as disposições de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social.*

Parágrafo 1º. *No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.*

Parágrafo 2º. *No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante."*

"Artigo 30. *A Companhia observará eventuais acordos de acionistas arquivados na sua sede que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do Poder de Controle, nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, cumprindo-lhe e fazer com que (i) a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista; e (ii) o Presidente da reunião do Conselho de Administração ou a mesa diretora da Assembleia Geral, conforme o caso, recuse a validade de voto proferido*

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LJBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167289
Protocolo : 0020141678132 - 16/05/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26840613ED1D3B84F88900236F69487DCA74C046C111F592091F8C
Arquivamento : 00002630782 - 02/08/2014



32

contra suas disposições."

5.4. Em razão das deliberações acima, a alteração e consolidação do Estatuto Social, que passa a fazer parte integrante da presente Ata como Anexo I.

6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou, de forma sumária, como faculta o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, a presente ata.

7. ASSINATURAS: Presidente da Mesa: Claudia Falcão da Motta; Secretário de Mesa: José Alfredo de Freitas. Acionistas: BOREAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., neste ato representada por seus Diretores os Srs. José Alfredo de Freitas e Ronaldo Borges; LIBRA TERMINAIS E LOGÍSTICA S.A., neste ato representada por seus Diretores os Srs. José Alfredo de Freitas e Ronaldo Borges; LIBRA HOLDING S.A., neste ato representada por seus Diretores os Srs. José Alfredo de Freitas e Ronaldo Borges; GONÇALO BORGES TORREALBA; JOHN ANDREW DE OLIVEIRA HARRIS.

Confere com original, lavrado em livro próprio.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2014.

José Alfredo de Freitas
Secretário da Mesa

[Página de assinaturas integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Libra Terminal Rio S/A realizada em 12/05/2014 com a seguinte ordem do dia: alteração dos artigos 10, 11, 15, 16 e 30 do Estatuto Social.]

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141678132 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671765C26840613ED1D3B84F88900236F894B7DCA74C046C111F582091F8C
Arquivamento : 00002830782 - 02/08/2014



35

LIBRA TERMINAL RIO S.A.
CNPJ/MF Nº 02.373.517/0001-51
NIRE 33.300.167.269

Lista de Presença de Acionistas

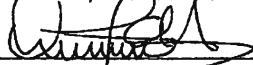
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014.

Composição Acionária

Acionistas	Ações ON	%
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.	65.818	57,00
Libra Terminais e Logística S.A.	28.857	25,00
Libra Holding S.A.	14.448	12,50
Gonçalo Borges Torrealba	3.178	2,75
John Andrew de Oliveira Harris	3.178	2,75
Total	115.479	100,00

Confere com original, lavrado em livro próprio.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2014.


José Alfredo de Freitas
Secretário da Mesa

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676132 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26840613ED1D3B84F98800236F694B7DCA74CD46C111F692091F8C
Arquivamento : 00002630782 - 02/06/2014



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



34
ANEXO I

"ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

LIBRA TERMINAL RIO S/A
CNPJ/MF Nº. 02.373.517/0001-51
NIRE 33.300.167.269

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º. A LIBRA TERMINAL RIO S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social:

- (a) exploração de instalações portuárias e de área sob administração da CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro, localizada no Porto do Rio de Janeiro, denominada de Terminal Contêineres I;
- (b) atividade de operador portuário, de movimentação e armazenagem de carga e contêineres, alfandegada ou não, inclusive medicamentos e produtos para a saúde, bem como a atividade de armazém geral;
- (c) atividades secundárias de serviços médico ambulatorial e de alimentação privativo/refeitório;
- (d) participação da Companhia em outras sociedades como sócia ou acionista;
- (e) participação, direta ou indiretamente, em licitações para contratação com a administração pública de serviços relacionados ao objeto acima descrito.

Artigo 3º. A Companhia tem sua sede social e foro legal na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Gurjão, nº 105, Caju, CEP 20.931-670, onde funcionará o escritório administrativo da Companhia, podendo, por deliberação da Diretoria, instalar ou extinguir filiais, escritórios, agências, representações ou outras dependências em

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141878132 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C28640613ED1D3B84F8800238F884B7DCA74C046C111F582091F8C
Arquivamento : 00002830782 - 02/06/2014



35

quaisquer localidades do território nacional ou do exterior.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.


CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º. O capital social é de R\$ 1.054.736,55 (um milhão, cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), integralmente subscrito e realizado, dividido em 115.479 (cento e quinze mil e quatrocentos e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) adicional, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Parágrafo 2º. Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Nos aumentos de capital por subscrição particular, o prazo para o exercício do direito de preferência não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. A critério do Conselho de Administração, fica autorizada a emissão, que poderá ser realizada sem direito de preferência para os acionistas ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações. Nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição destinados à subscrição pública ou particular, a Diretoria, mediante aviso publicado na imprensa, comunicará aos acionistas a deliberação do Conselho de Administração em aumentar o capital social, informando todas as características e condições da emissão e o prazo para o exercício do direito de preferência, se houver.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020141676132 - 16/05/2014
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 191671785C26640813ED1D3B84F98900238F694B7DCA74C046C111F582091F8C
Arquivamento: 00002830782 - 02/08/2014


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



367

Parágrafo 3º. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da lei.

Parágrafo 4º. O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do primeiro dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária na forma admitida em lei mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado.

Parágrafo 5º. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, determinar a sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 6º. As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação terá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo 7º. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá contratar serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela CVM a manter esse serviço, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações, conforme venha a ser definido no contrato de custódia.

Artigo 6º. Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus Administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, com base em planos aprovados pela Assembleia Geral.

Artigo 7º. A Companhia poderá emitir debêntures, conversíveis ou não em ações, que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, de acordo com os termos da Lei das Sociedades por Ações, ficando desde já estabelecido que nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações.

Parágrafo único. Nas emissões de debêntures conversíveis em ações, será aplicável a

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141676132 - 16/05/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26640613ED1D3B84F98900238F68487DCA74C046C111F582091F8C
Arquivamento : 00002830782 - 02/06/2014



37

regra do parágrafo 2º do artigo 5º, *in fine*.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

- (a) tomar as contas dos Administradores, relativas ao último exercício social;
- (b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado;
- (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso;
- (e) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração titulares e suplentes; e
- (f) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável.

Artigo 9º. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem e serão convocadas pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, se instalado, ou por acionistas na forma da lei, com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, sendo presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo conselheiro que este indicar, e secretariadas por um acionista ou administrador da Companhia escolhido pelo Presidente da Assembleia dentre os presentes à reunião.

Parágrafo único. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas.

Artigo 10. As reuniões da Assembleia Geral poderão validamente instalar-se com a presença de, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto, sendo que em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número e, em ambos os casos, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Acionistas presentes à reunião.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167269
Protocolo : 0020141676132 - 16/05/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C28640613ED1D3B84F98900236F89487DCA74C046C111F592081F8C
Arquivamento : 00002630782 - 02/06/2014



Parágrafo 1º. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado que o represente.

Parágrafo 2º. O Presidente da Assembleia deverá observar e fazer cumprir as disposições de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

Artigo 11. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

- (i) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida do qual resulte o endividamento da Companhia, além dos limites previstos no orçamento anual, exceto por meio da emissão de debêntures não conversíveis em ações, nos termos do artigo 7 deste Estatuto Social;
- (ii) autorizar a celebração de contratos, de qualquer valor, com acionistas ou com pessoas a eles relacionadas;
- (iii) pronunciar-se sobre os assuntos que o Conselho de Administração lhe apresente para sua deliberação;
- (iv) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;
- (v) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;
- (vi) aprovar a proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos administradores da Companhia ou a seus empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia;
- (vii) deliberar sobre a solicitação, bem como o cancelamento, do registro de companhia

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141676132 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26640613ED1D3B84F8800238F894B7DCA74C046C111F592091F8C
Arquivamento : 00002830782 - 02/06/2014



38

aberta perante a CVM;

(viii) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo Estatuto Social da Companhia; e

(ix) resolver os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou o Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 12. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo único. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 13. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse no livro próprio e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 1º. Os Administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação de Informações e à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141676132 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 181871785C26640613ED1D3B84F98900238F89487DCA74C046C111F592091F8C
Arquivamento : 00002630782 - 02/06/2014

40
5

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo 2º. A Assembleia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração que substituirão o conselheiro titular (ou conselheiros titulares) a que estiver(em) vinculado(s), em sua(s) ausência(s) ou impedimento(s) temporário(s), observado o disposto no artigo 15, parágrafo 1º, deste Estatuto Social.

Artigo 15. Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, o preenchimento se dará na forma da lei, observadas as disposições de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social.

Parágrafo 1º. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 2º. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Artigo 16. Compete ao Conselho de Administração:

- (i) eleger os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral;
- (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, por meio do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (iv) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social;



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167269
Protocolo : 0020141678132 - 16/05/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26840613ED1D3B84F98900236F894B7DCA74C048C111F592091F8C
Arquivamento : 00002630762 - 02/08/2014



4/5

- (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembleia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- (vi) aprovar a contratação de instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (vii) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, em conformidade com o disposto neste Estatuto Social;
- (viii) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo;
- (ix) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas ou não à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;
- (x) deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (xi) aprovar prévia e expressamente a celebração de contratos de qualquer natureza de valor global igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano quinquenal de negócios;
- (xii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;
- (xiii) constituir qualquer espécie de garantia, de valor global igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em negócios que digam respeito a seus interesses e atividades;
- (xiv) deliberar sobre a criação de Comitês e Comissões para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência;
- (xv) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167299
Protocolo : 0020141676132 - 16/05/2014
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26640613ED1D3B84F98900238F88487DCA74C046C111F582091F8C
Arquivamento : 00022630762 - 02/06/2014


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



- (xvi) deliberar sobre a seleção e/ou destituição dos auditores externos da Companhia; e
- (xvii) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto.

Parágrafo 1º. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada 3 (três) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou videoconferência.

Parágrafo 2º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 3 (três) dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo 3º. Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo 4º. No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo 5º. A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo 6º. Caso não haja quórum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação, a ser feita com pelo menos 3 (três) dias de antecedência, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo 7º. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141676132 - 18/05/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 181671785C26640613ED1D3B84F98900236F894B7DCA74C046C111F582091F8C
Arquivamento : 00002630782 - 02/06/2014



43/

fac-símile, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Seção III – Diretoria Executiva

Artigo 17. A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, residentes no país, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro e os demais Diretores Executivos, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. É dispensada a caução aos diretores para o exercício do mandato.

Parágrafo 2º. A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada e individualizada pelo Conselho de Administração.

Artigo 18. Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato em curso da Diretoria.


Parágrafo único. Os Diretores não poderão se afastar do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Artigo 19. Compete à Diretoria:

- (i) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;
- (ii) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, planos de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados;
- (iii) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167269
Protocolo : 0020141676132 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26640813ED1D3B84F98900236F884B7DCA74C046C111F582091F8C
Arquivamento : 00002830782 - 02/08/2014

- 
- (iv) Submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta de aumento de capital e de reforma do Estatuto Social;
 - (v) exercer as demais atribuições que lhe forem definidas em reunião do Conselho de Administração e/ou da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. A Companhia somente se obriga ou renuncia a direitos mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, ou de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador ou, ainda, de 02 (dois) procuradores, inclusive na emissão e/ou endosso de cheques, notas promissórias, contrato de câmbio e/ou documentos afins.

Parágrafo 2º. Excepcionalmente ao previsto no parágrafo primeiro acima, a Companhia poderá obrigar-se mediante assinatura individual de 1 (um) único Diretor ou 1 (um) único procurador, devidamente constituído por meio de procuração para ato específico, inclusive nas obrigações a serem assumidas no exterior.


Parágrafo 3º. Para constituição de procuradores, bem como para revogação dos mandatos, será obrigatória a assinatura conjunta de dois Diretores, sendo que os prazos de duração das procurações não poderão ser superiores a um ano, exceto nos casos de procurações *ad judicium* e aquelas outorgadas em processos administrativos tributários, as quais poderão ser outorgadas por maior prazo ou por prazo indeterminado.

Parágrafo 4º. A Companhia será representada, isoladamente, por qualquer dos Diretores, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações, notificações judiciais ou administrativas, na qualidade de preposto da Companhia, e no que diz respeito a atos rotineiros desta, desde que tais atos não constituam assunção de obrigação ou renúncia a direitos.

Artigo 20. Não obstante o acima exposto, compete ao:

- (a) Diretor Presidente da Companhia: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no artigo 17 deste Estatuto Social, conforme aplicável.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167289
Protocolo : 0020141678132 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014 , E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26640613ED1D3B84F98800236F884B7DCA74C046C111F592091F8C
Arquivamento : 00002630782 - 02/06/2014



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



(b) Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação; (ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social da Companhia pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho e Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas.

(c) Diretor Financeiro: dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo (i) a análise de investimentos e a definição dos limites de exposição a risco; (ii) a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; (iii) as operações de tesouraria; (iv) o planejamento e os controles financeiro e tributário; e (v) a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas.

Artigo 21. A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo único. As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 22. Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto Social, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23. O Conselho de Administração da Companhia, por maioria de votos, poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam, sendo que a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo próprio Conselho de Administração.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
NIRE : 33300167289
Protocolo : 0020141676132 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/08/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26640613ED1D3B84F98900236F694B7DCA74C046C111F582091F8C
Arquivamento : 00002830782 - 02/08/2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



46
9

Artigo 24. O Conselho Fiscal da Companhia não terá caráter permanente, e será instalado quando pedido por acionistas, na forma da lei.

Parágrafo 1º. O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, e terá as atribuições e poderes que lhe são conferidos em lei, devendo a Assembleia Geral que os eleger fixar a respectiva remuneração.

Parágrafo 2º. - O Conselho Fiscal funcionará até a primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 25. O Exercício Social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço geral e respectivas demonstrações financeiras exigidos por lei.

Artigo 26. Do lucro líquido serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, até atingir o limite previsto no parágrafo 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo do lucro terá seguinte destinação:

- a) mínimo de 25 % (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas;
- b) saldo remanescente, a que for determinada pela Assembleia Geral.

Artigo 27. A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 28. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167299
Protocolo : 0020141878132 - 18/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671765C26640613ED1D3B84F98900236F68487DCA74CD46C111F592091F8C
Arquivamento : 00002630782 - 02/06/2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



447/9

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO

Artigo 29. A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo ao Conselho de Administração determinar o modo de liquidação e, à Assembleia Geral, exclusivamente, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30. A Companhia observará eventuais acordos de acionistas arquivados na sua sede que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do Poder de Controle, nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, cumprindo-lhe e fazer com que (i) a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista; e (ii) o Presidente da reunião do Conselho de Administração ou a mesa diretora da Assembleia Geral, conforme o caso, recuse a validade de voto proferido contra suas disposições."

Este Estatuto está atualizado até a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire : 33300167269
Protocolo : 0020141678132 - 16/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : 191671785C26640813ED1D3B84F89800236F694B7DCA74C048C111F582091F8C
Arquivamento : 00002830782 - 02/06/2014

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2014/218782-8

JUCERJA

3330016726-9

LIBRA TERMINAL RIO S/A

Atos: 981

27 jun 2014 10:35

Guia: 101215918

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 417,00

mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00

ULT. ARQ.: 00002637402 18/06/2014 501

Pago: 417,00

Pago: 0,00

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE MATR. AUXILIAR DO COMÉRCIO
3330016726 9	(vide Tabela 1)	

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: LIBRA TERMINAL RIO S/A.

(da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
01	981			1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

RIO DE JANEIRO

Local

26/06/2014

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome:

Assinatura:

Telefone de contato:

JOÃO JOSE FURTADO AFONSO

Despachante Documentalista

CRDD/RJ nº 00256

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33.30016726-9
Protocolo: 00-2014/218782-8 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 30/06/2014, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO

ED33000532-3/001
DATA: 30/06/2014

Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

Processo em ordem.
A decisão.

Data

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência.

(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

Processo indeferido. Publique-se.

30/06/14

Data

Edir G. Ramos

Vogal JUCERJA

Matr. 370-7

Vogal

Presidente da Turma

Paulo de Andrade Paiva

Vogal JUCERJA

Matr. 365-7

Vogal

OBSERVAÇÕES:

B. M. BARRETO COM E IND GRÁFICA LTDA - Rua Feliciano de Aguiar, 41 - Tel: 2201-3419 - RJ - CNPJ 02.234.534/0001-08 - IND. BRAS. - RJ

C 007

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A

Nire: 33300167269

Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91

Arquivamento: ED33000532-001/3



96575

PRIMEIRO ADITAMENTO AO
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE LIBRA TERMINAL RIO S.A.

Celebram este "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A." ("Aditamento"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto da Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) ("Debêntures");

LIBRA TERMINAL RIO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Gurjão 105, CEP 20931-670, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 02.373.517/0001-51, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.300.167.269, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário", e a Companhia e o Agente Fiduciário, em conjunto, "Partes", quando referidos coletivamente, ou "Parte", quando referidos individualmente);

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A.", celebrado em 14 de maio de 2014, entre a Companhia e o Agente Fiduciário, e seus aditamentos ("Escritura de Emissão").)

CONSIDERANDO que:

- (A) as Partes celebraram a Escritura de Emissão;
- (B) conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura de Emissão), no qual foram definidas:

2 MPY


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96576

- (i) a emissão e a quantidade de Debêntures Suplementares (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Cláusula 6.3.1 da Escritura de Emissão, e a emissão e a quantidade de Debêntures Adicionais (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Cláusula 6.3.2 da Escritura de Emissão; e
- (ii) a Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Cláusula 6.14, inciso II, da Escritura de Emissão;
- (C) conforme previsto na Cláusula 5.2.2 da Escritura de Emissão, as matérias objeto deste Aditamento independem de qualquer deliberação societária adicional da Companhia;
- (D) as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, de modo que as matérias objeto deste Aditamento independem de qualquer assembleia geral de Debenturistas; e
- (E) as Partes desejam aditar e consolidar a Escritura de Emissão, conforme as alterações previstas neste Aditamento;

que resolvem celebrar este Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. ADITAMENTO

- 1.1 A Cláusula 2.1, incisos I e II, da Escritura de Emissão passarão a vigorar com a seguinte redação:

- "I. *arquivamento e publicação da ata da AGE.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE foi arquivada na JUCERJA em 2 de junho de 2014 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Diário Mercantil" em 11 de junho de 2014;
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão foi inscrita na JUCERJA em 2 de junho de 2014, sob o n.º ED33000532-5/000, e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA;"

- 1.2 A Cláusula 5.2 (e subcláusula) da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

- "5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, mediante a verificação, com os potenciais investidores,

2


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96577

5

do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, no qual foram definidas, com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"):

- I. a emissão e a quantidade de Debêntures Suplementares, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, e a emissão e a quantidade de Debêntures Adicionais, nos termos da Cláusula 6.3.2 abaixo; e
- II. a Remuneração (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula 6.14 abaixo, inciso II.

5.2.1 Não foi aceita a participação de investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição, que sejam pessoas vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 ("Pessoas Vinculadas"), no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 30% (trinta por cento) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Como foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado (conforme definido no Contrato de Distribuição), caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição e conforme divulgado nos Prospectos (conforme definido abaixo).

5.2.2 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400."

1.3 A Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

"6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), na Data de Emissão, já considerando a emissão das Debêntures Suplementares, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, e a emissão das Debêntures Adicionais, nos termos da Cláusula 6.3.2 abaixo."

1.4 A Cláusula 6.3 (e subcláusulas) da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

"6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 27.000 (vinte e sete mil) Debêntures, já considerando a emissão das Debêntures Suplementares, nos termos da

3

2

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96578

Cláusula 6.3.1 abaixo, e a emissão das Debêntures Adicionais, nos termos da Cláusula 6.3.2 abaixo.

- 6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) foi acrescida em 3.000 (três mil) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender a um excesso de demanda constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, sendo que as Cláusulas 6.2 e 6.3 acima já incluem as Debêntures Suplementares.
- 6.3.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em 4.000 (quatro mil) Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que foram emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores, sendo que as Cláusulas 6.2 e 6.3 acima já incluem as Debêntures Adicionais."
- 1.5 A Cláusula 6.14 da Escritura de Emissão passará a vigorar com a seguinte redação:

"6.14 *Remuneração*. A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



96579

7

vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 10 (dez) dos meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do produtório, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI, variando de "1" até " n_{DI} ";

TDI_k = Taxa DI, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

2 MB

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

$spread = 1,3000$; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento."

2. RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

- 2.1 Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Aditamento permanecem válidos e em pleno vigor,


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96581

9
/

sendo transcrita no Anexo I a este Aditamento a versão consolidada da Escritura de Emissão, refletindo as alterações objeto deste Aditamento.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1 As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 3.2 Qualquer alteração a este Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
- 3.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
- 3.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 3.5 As Partes reconhecem este Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 3.6 Para os fins deste Aditamento, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão.

4. LEI DE REGÊNCIA

- 4.1 Este Aditamento é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.
- 2 MB

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3

10



96582

5. FORO

- 5.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2014.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

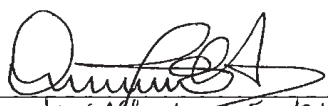
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3

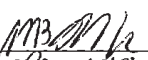


96583

Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A., celebrado entre Libra Terminal Rio S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas.

LIBRA TERMINAL RIO S.A.



Nome: José Alfredo de Lencas
Cargo: Diretor Administrativo



Nome: Ronaldo Borges
Cargo: Direitor Administrativo

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Paula Lutz Ferreira
Cargo: Procurador

Testemunhas:


Nome: Flávia Oliveira de Carvalho
Id.:
CPF/MF: 32.204.504-6 SSP/SP
CPF: 223.268.508-07


Nome: João Roberto Lima
Id.: 08.462.01-1
CPF/MF: 025.545.47-25


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE96442977A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96584

PRIMEIRO ADITAMENTO AO
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE LIBRA TERMINAL RIO S.A.

ANEXO I

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE LIBRA TERMINAL RIO S.A."

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

LIBRA TERMINAL RIO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Gurjão 105, CEP 20931-670, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 02.373.517/0001-51, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.300.167.269, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário", e a Companhia e o Agente Fiduciário, em conjunto, "Partes", quando referidos coletivamente, ou "Parte", quando referidos individualmente);

resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei

2

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96585

13

do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 14 de maio de 2014 ("AGE").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata da AGE.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE foi arquivada na JUCERJA em 2 de junho de 2014 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Diário Mercantil" em 11 de junho de 2014;
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão foi inscrita na JUCERJA em 2 de junho de 2014, sob o n.º ED33000532-5/000, e seus aditamentos serão inscritos na JUCERJA;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio (a) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (b) de sistema administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96586

14

financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA;

- V. *registro da Companhia como emissor de valores mobiliários pela CVM.* A Companhia será registrada como emissor de valores mobiliários, Categoria B, pela CVM, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- VI. *registro da Oferta pela CVM.* A Oferta será registrada pela CVM, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- VII. *registro da Oferta pela ANBIMA.* A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA").

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) exploração de instalações portuárias e de área sob administração da CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ"), localizada no Porto do Rio de Janeiro, denominada de Terminal Contêineres I; (ii) atividade de operador portuário, de movimentação e armazenagem de carga e contêineres, alfandegada ou não, inclusive medicamentos e produtos para a saúde, bem como a atividade de armazém geral; (iii) atividades secundárias de serviços médico ambulatorial e de alimentação privativo/refeitório; (iv) participação da Companhia em outras sociedades como sócia ou acionista; e (v) participação, direta ou indiretamente, em licitações para contratação com a administração pública de serviços relacionados ao objeto acima descrito.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o refinanciamento do passivo circulante e não circulante e para investimentos para ampliação das operações no terminal da Companhia no Porto do Rio de Janeiro.

2 MR


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96587

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão de Libra Terminal Rio S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder, "Coordenador Líder"), sob (i) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo); e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.

5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, no qual foram definidas, com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"):

- I. a emissão e a quantidade de Debêntures Suplementares, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, e a emissão e a quantidade de Debêntures Adicionais, nos termos da Cláusula 6.3.2 abaixo; e
- II. a Remuneração (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula 6.14 abaixo, inciso II.

5.2.1 Não foi aceita a participação de investidores do público alvo da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição, que sejam pessoas vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 ("Pessoas Vinculadas"), no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 30% (trinta por cento) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Como foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures perante investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, exceto pela colocação de Debêntures perante o Formador de Mercado (conforme definido no Contrato de Distribuição), caso tenha apresentado intenções de investimento nos termos do Contrato de Distribuição e conforme divulgado nos Prospectos (conforme definido abaixo).

13


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96588

- 5.2.2 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
- 5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitados (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima e as demais disposições desta Escritura de Emissão; (ii) a concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários, Categoria B, pela CVM; (iii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iv) a publicação do Anúncio de Início; e (v) a disponibilização, aos investidores, do prospecto definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM 480 ("Formulário de Referência") (em conjunto, "Prospecto Definitivo"), as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, limitado à Data Limite de Colocação (conforme definido no Contrato de Distribuição).
- 5.4 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA e/ou do DDA, conforme o caso, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a respectiva Data de Integralização.
- 5.5 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário na CETIP e na BM&FBOVESPA.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de reais), na Data de Emissão, já considerando a emissão das Debêntures Suplementares, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, e a emissão das Debêntures Adicionais, nos termos da Cláusula 6.3.2 abaixo.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 27.000 (vinte e sete mil) Debêntures, já considerando a emissão das Debêntures Suplementares, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, e a emissão das Debêntures Adicionais, nos termos da Cláusula 6.3.2 abaixo.
- 6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) foi acrescida em 3.000 (três mil) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas

14

2 MR/


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96589

17

a atender a um excesso de demanda constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, sendo que as Cláusulas 6.2 e 6.3 acima já incluem as Debêntures Suplementares.

- 6.3.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) foi acrescida em 4.000 (quatro mil) Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que foram emitidas pela Companhia em comum acordo com os Coordenadores, sendo que as Cláusulas 6.2 e 6.3 acima já incluem as Debêntures Adicionais.
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, (i) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.

15

2 MB/

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96590

- 18
- 6.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de julho de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.12 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de julho de 2019 ("Data de Vencimento").
- 6.13 *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
- I. 1 (uma) parcela no valor correspondente a 50,00% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 10 de julho de 2018; e
 - II. 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento.
- 6.14 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
 - II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 10 (dez) dos meses de janeiro e julho de cada ano, ocorrendo o

16

2 MB

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96591

19

primeiro pagamento em 10 de janeiro de 2015 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do produtório, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI, variando de "1" até " n_{DI} ";

TDI_k = Taxa DI, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

17

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96592

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

Sendo que:

$spread = 1,3000$; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

- 6.14.1 Observado o disposto na Cláusula 6.14.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.
- 6.14.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI") a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme aplicável. No caso de não haver o substituto judicial ou legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do Evento de Ausência da

2 mpr df


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96593

21

Taxa DI, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.16 *Resgate Antecipado Facultativo.* Exceto pelo disposto na Cláusula 6.18 abaixo, a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.
- 6.17 *Amortização Antecipada Facultativa.* A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.
- 6.18 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os

19

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96594

22

Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"):

- I. a Companhia realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.27 abaixo ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em circulação; (b) caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, a quantidade de Debêntures em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso IV abaixo; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação, à Companhia, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- II. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA a respectiva data do resgate antecipado;
- III. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor

20

2 m2 d


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96595

23

Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;

- IV. caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em circulação, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio;
- V. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.21 abaixo; e
- VI. o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado, com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.
- 6.19 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.20 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de

21

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96596

Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados pela Companhia (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver, no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas na BM&FBOVESPA, por meio da BM&FBOVESPA; ou (iii) nos demais casos, por meio do Escriurador ou na sede da Companhia, conforme o caso.
- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA; (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP ou por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo; e (iv) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e que não seja sábado ou domingo.
- 6.23 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis*


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



96597

desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").

- 6.24 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.25 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.26 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.26.1 a 6.26.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.26.1 abaixo e 6.26.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").
- 6.26.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.3 abaixo:
- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou de quaisquer valores devidos aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
 - II. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições), decorrente de decisão proferida em sentença transitada em julgado;


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE96442977A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96598

- III. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer Controladora (conforme definido abaixo) e/ou por qualquer Controlada (conforme definido abaixo), dos termos e condições desta Escritura de Emissão;
- IV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
- V. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso VIII abaixo;
- VI. (a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal ou caso não seja realizado o depósito elisivo; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer Controlada, apresentado pela Companhia e/ou qualquer Controlada, respectivamente, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- VII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96599

27

- (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer Controlada; ou
- (d) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de ações de emissão de qualquer Controlada; ou
- (e) se realizada exclusivamente entre Controladas, desde que tal operação não altere o controle indireto das Controladas pela Companhia e/ou da Companhia; ou
- (f) se envolver as seguintes Controladas: (i) Aeroporto Cabo Frio Logística, Armazém Geral e Transporte Multimodal Ltda. (CNPJ n.º 07.895.102/0001-61) ("Cabo Frio Logística"); (ii) Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. (CNPJ n.º 04.342.634/0001-83 ("Costa do Sol"); (iii) Via Port Transportes Multimodais S.A. (CNPJ n.º 09.665.484/0001-62) ("Via Port"); (iv) SBCB Participações Aeroportuárias S.A. (CNPJ n.º 12.773.494/0001-26) ("SBCB"); e (v) Boreal Serviços e Administração S.A. (CNPJ n.º 36.182.905/0001-77) ("Boreal"), desde que as Controladas indicadas nos itens (i) a (v) acima permaneçam sob controle, direto ou indireto, de Libra Holding S.A.

IX. redução de capital social da Companhia, exceto:

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou
- (b) para a absorção de prejuízos;

X. vencimento antecipado de qualquer Obrigação Financeira (conforme definido abaixo) da Companhia e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

XI. término, antecipado ou não, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação ou transferência do "Contrato de Arrendamento C-DEP JUR N.º 010/98", celebrado em 11 de março de 1998, entre a CDRJ e a Companhia, e seus aditamentos ("Contrato de Arrendamento"), exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data de qualquer desses eventos, a Companhia comprove que (a) houve decisão favorável à reversão do término, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação ou transferência; ou (b) obteve medida liminar suspendendo tal evento;

25

2 m/ d


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96600

- 28
- XII. suspensão (mesmo que em caráter não definitivo) do Contrato de Arrendamento que cause um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo); ou
 - XIII. alteração do Contrato de Arrendamento, que implique redução da área objeto de tal arrendamento e caso tal redução possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou
 - XIV. declaração de intervenção, pelo Poder Concedente na concessão objeto do Contrato de Arrendamento ou em qualquer outra concessão, permissão, autorização ou arrendamento da Companhia e/ou de qualquer Controlada, desde que afete a geração de caixa da Companhia ou possa causar um Efeito Adverso Relevante;

6.26.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
- II. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;
- III. alteração ou transferência do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, exceto:
 - (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) por alterações do controle direto, desde que o Controle indireto da Companhia permaneça inalterado;
- IV. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se:
 - (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia;
- V. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96601

- 29
- VI. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer Obrigação Financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou, em sua falta, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- VII. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- VIII. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- IX. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou
 - (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s), desde que, no prazo de até 40 (quarenta) dias contados da data de tal cessão, venda, alienação e/ou transferência ou no prazo determinado pelo Poder Concedente, o que for menor, tenha(m) comprovadamente sido adquirido(s) novo(s) ativo(s) com a mesma finalidade;
 - (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) em valor, por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, individual ou agregado, igual ou inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas; ou
 - (d) caso tal venda envolva as participações nas Controladas Cabo Frio Logística, Costa do Sol, Via Port, SBCB e Boreal, desde que não constitua um Evento de Inadimplemento nos termos do inciso III acima;

27

2 MPB dh


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



- 30
- X. constituição de qualquer Ônus (conforme definido abaixo) sobre ativo(s) da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
 - (b) por Ônus existentes na Data de Emissão, conforme previsto nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido abaixo) então mais recentes na Data de Emissão;
 - (c) por Ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes que já tenham Ônus constituídos na Data de Emissão, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada;
 - (d) por Ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada e que não tenha sido criado em virtude ou em antecipação a esse evento;
 - (e) por Ônus constituídos para financiar a aquisição, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido;
 - (f) por Ônus constituídos em decorrência de exigência do licitante em concorrências públicas ou privadas, até o limite e prazo determinados nos documentos relativos à respectiva concorrência;
 - (g) por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos; ou
 - (h) por Ônus constituídos em garantia de dívidas em valor, individual ou agregado, limitado, a qualquer tempo, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XI. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na efetiva perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos, mediante a imissão da posse pela respectiva autoridade governamental;
- XII. término, a qualquer título, antecipado ou não, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação, suspensão ou transferência (total ou parcial), em definitivo e/ou por meio de sentença judicial


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96603

31

transitada em julgado, de qualquer concessão, permissão, autorização, licença ou arrendamento (que não seja o Contrato de Arrendamento, tendo em vista já estar previsto na Cláusula 6.26.1 acima, inciso XI) concedido ou que venha a ser concedido à Companhia e/ou a qualquer Controlada, incluindo os ambientais, que sejam essenciais para o funcionamento da Companhia e/ou da Controlada, conforme o caso, e cujo término, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação, suspensão ou transferência possa causar um Efeito Adverso Relevante;

- XIII. alteração, em definitivo e/ou por meio de sentença judicial transitada em julgado, em qualquer concessão, permissão, autorização, licença ou arrendamento (que não seja o Contrato de Arrendamento, tendo em vista já estar previsto na Cláusula 6.26.1 acima, inciso XI) concedido ou que venha a ser concedido à Companhia e/ou a qualquer Controlada, incluindo os ambientais, que sejam essenciais para o funcionamento da Companhia e/ou da Controlada, conforme o caso, que implique redução da área objeto de tal concessão, permissão, autorização, licença ou arrendamento, e cujos efeitos possam causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIV. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (a) a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão; ou (b) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Inadimplemento;
- XV. rebaixamento de qualquer das classificações de risco (*rating*) das Debêntures em duas ou mais notas em escala nacional, em relação à respectiva classificação de risco das Debêntures vigente na Data de Emissão;
- XVI. concessão, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, exceto se realizadas pela Companhia para ou em favor de qualquer Controlada, de:
- (a) mútuo, empréstimo ou adiantamento; e/ou
 - (b) aval, fiança ou qualquer forma de coobrigação, exceto em decorrência de exigência legal; ou
- XVII. não observância, pela Companhia, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem

29

2 MB


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96604

32

apurados pelo Auditor Independente (conforme definido abaixo) trimestralmente, e acompanhados pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, inciso II, alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 30 de setembro de 2014:

- (a) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido abaixo) pelo EBITDA (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3 (três) vezes; e
- (b) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou superior a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes.

- 6.26.3 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
- 6.26.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 6.26.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do

30

2 MPJ JN


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96605

33

pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas, por meio de correspondência da Companhia com o de acordo do Agente Fiduciário, da ocorrência do vencimento antecipado, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.26.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão (incluindo as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens (ii), (iii) e (iv) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; (iii) saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação; e (iv) remuneração devida ao Agente Fiduciário. A Companhia permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

6.26.7 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Controlada" significa qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia;
- II. "Controladora" significa qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundos de investimento) da Companhia;
- III. "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, (a) o somatório,

31

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96606

39

dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a *hedge*/derivativos, excluindo juros sobre capital próprio, menos (b) o somatório dos juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, dos juros provisionados sobre valores os créditos junto à CDRJ vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio e das receitas relacionadas a *hedge*/derivativos;

- IV. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, (a) somatório dos empréstimos e financiamentos do circulante e do não circulante, incluídos títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/*leasing* financeiro e títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo, ainda, os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), dívidas com partes relacionadas, avais, fianças, penhores ou garantia prestadas pela Companhia, menos (b) disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e do saldo dos valores a receber da CDRJ vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio;
- V. "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012;
- VI. "Efeito Adverso Relevante" significa (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia e/ou de qualquer Controlada; e/ou (b) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VII. "Obrigação Financeira" significa qualquer valor devido em decorrência de (a) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras ou obrigações onerosas, incluindo, sem limitação, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



instrumentos similares, no Brasil ou no exterior; (b) aquisições a pagar; (c) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia e/ou qualquer Controlada seja parte (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e exigível de longo prazo da Companhia e/ou de qualquer Controlada); (d) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia; e (e) obrigações decorrentes de resgate de ações e pagamento de dividendos declarados e não pagos, se aplicável; e

35

VIII. "Ônus" significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima.

6.27 *Publicidade.* Todos os atos e decisões, que decorram de obrigações da Companhia previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. disponibilizar em sua página na Internet e na página da CVM na Internet e fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM ("Auditor Independente"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");

33

2 m3/ dh


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



36

- (b) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada pelo Auditor Independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia", sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"); e
- (c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480;

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), (i) as rubricas necessárias ao acompanhamento dos Índices Financeiros; e (ii) a demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pelo Auditor Independente;
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), declaração firmada por representantes legais da Companhia acerca da veracidade e ausência de vícios dos Índices Financeiros, da veracidade, ausência de vícios e suficiência das informações apresentadas, da inexistência de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, e da inexistência de qualquer Evento de Inadimplemento, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (c) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (d) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação

2 MB/ dn


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96609

37

prevista nesta Escritura de Emissão; e/ou (ii) de qualquer Evento de Inadimplemento;

- (e) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia, relacionada (i) a qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão; e/ou (ii) a um Evento de Inadimplemento;
- (f) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCERJA;
- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- (j) no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de veiculação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso IX abaixo; e
- (k) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia e acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;

III. manter atualizado o registro de emissor de valores mobiliários da Companhia perante a CVM;

IV. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

2 m/ 07

35


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE96442977A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96610

- 38
- V. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todos os alvarás, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- VI. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- VIII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Auditor Independente, a(s) agência(s) de classificação de risco, os sistemas de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA e DDA) e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21 e sistema administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA);
- IX. contratar e manter contratada, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco, a ser escolhida entre a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, no mínimo, anualmente, contado da data do respectivo relatório, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de sua veiculação; e (d) comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil, tenha seu registro ou reconhecimento, perante a CVM, para atuação como agência de classificação de risco, cancelado, ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96611

39

Ratings ou a Moody's; ou (ii) caso a agência de classificação de risco não esteja entre as indicadas no item (i) acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

- X. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- XI. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XII. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XIII. convocar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável; e
- XIV. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

37

2 MPY

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96612

- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

no

2 mps dn


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96613

- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções; e
- XIII. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.

41

- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
 - III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
 - V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos

39

2 11/2/14


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96614

requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) se em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;

42

- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituído fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituído deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.27 acima e da Cláusula 12 abaixo; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:
- I. receberá uma remuneração:
- (a) de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) líquido por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou do índice que eventualmente o substitua, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que

40

2 MB 07

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96615

venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;

43

- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima;
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e
- (f) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas necessárias para o exercício da função de Agente Fiduciário, que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia (sendo que o Agente Fiduciário desde já se declara ciente e concorda com o risco de não ter as referidas despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas pela Companhia ou caso tenham sido realizadas em discordância com critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos e a função fiduciária que lhe é inerente), incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de

41

2 M3


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE96442977A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96616

Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

LM

- (b) extração de certidões;
- (c) transporte, viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
- (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se referem os incisos I e II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

2 MR

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96617

- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência, demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;

45

2 MPY

43


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



- XIII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar, no prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras, atos societários e organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões

46

2 m28


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96619

previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e

47

- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima no prazo máximo de 4 (quatro) meses contados do encerramento de cada exercício social da Companhia ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;
- XVI. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.27 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVIII. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
- XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; (b) daquelas relativas à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, e à obrigação de dar ampla divulgação da atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso IX; e (c) daquela relativa à observância dos Índices Financeiros;
- XX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.27 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados

45

2 m3 d


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96620

maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

- XXI. divulgar as informações referidas no inciso XIV acima, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- XXII. enviar à ANBIMA, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de sua veiculação, os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela agência de classificação de risco contratada pela Companhia, nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso IX; e
- XXIII. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia em conjunto com o Agente Fiduciário.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.26 acima (e subcláusulas), conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.
- 8.6.1 Observado o disposto na Cláusula 6.26 acima (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a III, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



96621

desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia.

49

8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura de Emissão.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.27 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

47

2 MPJ


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE96442977A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96622

- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.14.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário (pedido de autorização ou *waiver*) a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 9.6 acima.
- 9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 9.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas,


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



96623

independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

51

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia, neste ato, na Data de Emissão, na data de publicação do Anúncio de Início e em cada Data de Integralização, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia; (e) não infringem

49

2 MP/ dh


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96624

qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;

- 52
- VI. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplimento, não tendo sido citada ou notificada sobre a ocorrência de qualquer evento que constitua um Evento de Inadimplimento;
- VII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- VIII. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta pela CVM e constantes do prospecto preliminar da Oferta, incluindo o Formulário de Referência (em conjunto, "Prospecto Preliminar"), e do Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto, "Prospectos"), são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- IX. os Prospectos (a) contêm todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia e das Controladas, e de suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia e das Controladas, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contêm declarações ou informações falsas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes; (c) não contêm omissões de fatos relevantes; e (d) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código ANBIMA;
- X. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- XI. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- 2 ms

50

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



- XII. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- XIII. está, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIV. está, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XV. possui, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões, arrendamentos e alvarás, incluindo os ambientais e o Contrato de Arrendamento, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas questionadas, de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou para as quais ainda não foi notificada ou citada sobre a ocorrência de qualquer evento que configure infração ao previsto neste inciso;
- XVI. inexistente, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão, não tendo sido citada ou notificada sobre a ocorrência de qualquer evento que configure qualquer dos eventos previstos nos itens (i) e/ou (ii) acima; e
- XVII. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

53

2 MB 07


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96626

- 10.2 A Companhia obriga-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário, caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.

59

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Auditor Independente, da(s) agência(s) de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. COMUNICAÇÕES

- 12.1 Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo o respectivo original ser enviado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de envio da respectiva comunicação realizada por fac-símile ou correio eletrônico. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Libra Terminal Rio S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1455, 16º andar
04543-011 São Paulo, SP

At.:

Sr. José Alfredo de Freitas

Sr. Mauricio Gustavo Nascimento Gomes

Telefone:

(11) 3563-3694

(11) 3563-3640

Fac-símile:

(11) 3563-3600

Correio Eletrônico:

alfredo.freitas@grupolibra.com.br

mauricio.gomes@grupolibra.com.br

2 MR

52

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96627

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sra. Marcelle Motta Santoro
Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotruster.com.br

SS

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 13.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
- 13.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
- 13.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 13.5 As Partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 13.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

2 m3 dn

53


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3



96628

14. LEI DE REGÊNCIA

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

56

15. FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão."

* * * * *

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIBRA TERMINAL RIO S/A
Nire: 33300167269
Protocolo: 0020142187828 - 27/06/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/06/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: B82B8BCFB36C9B4ABE964429777A586082E562F7F17FD1EBC19B4A03E0F3FE91
Arquivamento: ED33000532-001/3

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

• Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fitch Atribui Ratings 'BB+'/'AA(bra)' à Libra Rio; Perspectiva Estável

19 Mai 2014 15h05

Fitch Ratings - Rio de Janeiro, 19 de maio de 2014: A Fitch Ratings atribuiu, hoje, os IDRs (Issuer Default Ratings – Ratings de Probabilidade de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moeda Estrangeira e Local 'BB+' (BB mais) e o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)' à Libra Terminal Rio S.A. (Libra Rio). A agência também atribuiu o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)' à proposta de emissão de debêntures da companhia, no montante de BRL200 milhões, com vencimento em 2019. Os recursos desta emissão serão utilizados para refinaranciar a dívida de curto prazo e financiar parte do plano de investimentos da companhia. A Perspectiva dos ratings corporativos é Estável.

Os ratings da Libra Rio refletem o sólido perfil de negócios da empresa, com base na operação de um terminal portuário no Porto do Rio de Janeiro, e o positivo histórico de margens de EBITDA consistentemente robustas ao longo dos últimos cinco anos. Os ratings da Libra Rio também refletem sua saudável estrutura de capital, sustentada por liquidez satisfatória e moderada alavancagem, em bases consolidadas, durante o período de significativos investimentos da companhia.

A Libra Rio é a principal geradora de EBITDA do grupo Libra e, consequentemente, a principal distribuidora de dividendos à sua controladora, Libra Holding S.A. (Libra Holding). Embora a Libra Holding não registre nenhuma dívida individualmente, está fortemente comprometida em relação a outras companhias do grupo, prestando garantias a grande parte da dívida de suas subsidiárias. Isso poderá pressionar o fluxo de caixa da Libra Rio, por meio de agressivos pagamentos de dividendos. Os ratings da Libra Rio incorporam a análise do grupo em bases consolidadas, devido aos fortes vínculos operacional e financeiro do emissor com todo o grupo, que é formado por outras operações de terminais portuários no Porto de Santos e por ativos de logística.

Os ratings também consideram as preocupações da Fitch em relação às operações no Porto de Santos: a renovação de dois contratos de concessão, contingências junto à autoridade portuária e o aumento da concorrência com novos projetos portuários naquele porto. Além disso, a dívida adicional para financiar o programa consolidado de investimentos de aproximadamente BRL1,7 bilhão ao longo dos próximos cinco anos deverá aumentar a alavancagem consolidada da Libra Holding para patamares próximos aos limites aceitáveis para esta categoria de ratings.

Principais Fundamentos dos Ratings

Baixo Risco do Negócio

A Libra Rio opera em um setor com baixo risco no Brasil, sendo o setor portuário beneficiado pelos sólidos fundamentos do negócio. A falta de uma infraestrutura logística no Brasil, principalmente de terminais portuários, combinada ao aumento das atividades de comércio internacional na última década, sustenta as operações dos atuais portos estabelecidos no país. Os riscos derivados da perspectiva especulativa da economia brasileira poderão ter um efeito negativo limitado sobre as operações dos portos de modo geral, devido à limitada concorrência neste setor.

Adequado perfil dos negócios

A Libra Rio é uma operação madura no Porto do Rio de Janeiro. A empresa detém sólido contrato de concessão que teve início em 1998, foi renovado em 2011 e cujo prazo irá expirar em 2048, proporcionando clara visibilidade

do fluxo de caixa da companhia no futuro. Este terminal é a terceira maior operadora no Porto do Rio de Janeiro, 25% da participação de mercado no porto.

As operações consolidadas do grupo Libra são mais concentradas no setor portuário, em comparação a outros pares no segmento de infraestrutura analisados pela Fitch. Em 2013, em torno de 73% e 85% das receitas líquidas e do EBITDA consolidados do grupo Libra, respectivamente, foram gerados pela atividade portuária e o segundo maior negócio (logística) está intimamente relacionado ao negócio portuário. A Libra Rio representou 33% e 52% das receitas líquidas consolidadas e do EBITDA, respectivamente.

O negócio de portos da Libra apresenta importante histórico de operações bem-sucedidas no Brasil, de quase vinte anos. Embora a Libra Rio não tenha enfrentado concorrência agressiva no último ano, sua coirmã, a Libra Terminal Santos S.A. (Libra Santos), enfrentou alguns desafios operacionais devido à entrada de novos participantes importantes no mercado, em 2013. Este desenvolvimento fortaleceu a concorrência naquela região.

Consistente Geração de Fluxo de Caixa

A Libra Rio exibe sólido fluxo de caixa operacional, baseado em um volume relativamente estável de carga manuseado e armazenado, aliado às crescentes tarifas portuárias. No período de 12 meses encerrado em março de 2014, a companhia gerou BRL174 milhões de EBITDAR, BRL107 milhões de recursos das operações (FFO) e BRL123 milhões de fluxo de caixa das operações (CFFO). Estes números se comparam aos BRL185 milhões, BRL132 milhões e BRL135 milhões, respectivamente, em 2012. As margens de EBITDAR ficaram relativamente altas, em torno de 50% ao longo dos últimos três anos.

O CFFO consolidado também foi forte. No período de 12 meses encerrado em setembro de 2013, a Libra Holding gerou EBITDAR consolidado de BRL459 milhões, FFO de BRL272 milhões e CFFO de 261 milhões. As datas em que os contratos de concessão da Libra T Santos expiram, dentro dos próximos cinco anos, (T-37, em 2015, e T-35, em 2018) são um importante risco para a geração de caixa deste grupo. Estes terminais geram 23% do EBITDA consolidado da Libra. As projeções do cenário-base da Fitch incorporam a probabilidade de renovação desses contratos de concessão. Esta expectativa considera o interesse público do governo em prestar suporte a investimentos no segmento portuário que reforcem a base da infraestrutura dos transportes brasileiros.

Plano de Investimentos Deverá Pressionar o Fluxo de Caixa

A Libra Rio deu início a um significativo plano de investimentos, o qual deverá pressionar os seus fluxos de caixa. A companhia planeja investir cerca de BRL430 milhões de 2014 a 2018, em comparação a investimentos totais em torno de BRL170 milhões de 2011 a 2013. O fluxo de caixa livre (FCF) da Libra Rio ficou negativo em BRL98 milhões nos últimos 12 meses até março de 2014 e não deverá se tornar positivo durante o período de altos investimentos. O financiamento destes investimentos está planejado para ter origem em uma combinação de fontes incluindo dívida de longo prazo, geração de fluxo de caixa operacional e reembolsos do poder concedente. O contrato entre a Libra e a autoridade reguladora, no Rio de Janeiro, prevê que parte do programa de investimentos será financiada pelo governo, por meio do desconto de BRL135 milhões nas atuais taxas de concessão dos contratos de concessão dos portos.

Os agressivos investimentos da Libra Rio, combinados a investimentos adicionais em outras subsidiárias, também pressionarão o fluxo de caixa consolidado. A Libra Holding historicamente reportou FCF positivo antes dos dividendos, até 2011, mas sua agressiva política de dividendos levou a patamares de FCF negativos desde então. O FCF da Libra Holding deverá continuar negativo durante o período de elevados investimentos.

Alavancagem Moderada; Expectativa de Aumento

Em março de 2014, a dívida total ajustada da Libra Rio era de BRL564 milhões, incluindo aproximadamente BRL104 milhões de suas obrigações junto à autoridade portuária. Isso indica um índice dívida líquida ajustada/EBITDAR de 3,1 vezes. O índice consolidado da dívida líquida ajustada/EBITDA da Libra Holding foi de 2,2 vezes no período de 12 meses encerrado em setembro de 2013. A Fitch espera que a alavancagem líquida ajustada consolidada aumente para aproximadamente 3,5 vezes até o final de 2014 e diminua ligeiramente à medida que os investimentos amadurecerem.

Além da dívida adicional do grupo para financiamento de seus investimentos futuros, incluindo a proposta de emissão de debêntures, a dívida total consolidada deverá absorver ainda uma obrigação adicional da Libra Santos junto ao poder concedente. Esta obrigação deverá ser absorvida assim que for assinado um contrato entre a Libra Santos e o governo referente à prorrogação de suas concessões. Este acordo estipula que a Libra assumirá novos investimentos nos terminais e uma obrigação adicional perante o poder concedente de BRL299 milhões. Em troca, o governo concederia a renovação dos contratos de concessão dos terminais de Santos por mais 25 anos.

Saudável Liquidez

A Libra mantém saudável posição de liquidez. A liquidez da Libra Rio está ligada à posição consolidada do grupo, uma vez que o caixa do grupo é centralizado. Em setembro de 2013, a companhia reportou saldo de caixa consolidado de BRL220 milhões e dívida de curto prazo de BRL149 milhões. No período entre 2009 e 2013, a posição anual caixa/dívida de curto prazo da companhia foi de 1,9 vez e o índice caixa mais FFO/dívida de curto prazo foi de 3,6 vezes. O prazo médio dos vencimentos da dívida é de 44 anos. Os recursos para investimentos futuros deverão ser proporcionados por linhas de crédito de longo prazo, para pagamento em torno de dez anos.

Sensibilidades dos Ratings

Os ratings da Libra Rio poderão ser rebaixados se o índice dívida líquida ajustada /EBITDA, em bases consolidadas, continuar acima de 3,5 vezes em bases sustentáveis, devido à deterioração de seu desempenho operacional. Isso poderá ocorrer após um grande aumento dos investimentos e/ou dos dividendos, acima dos patamares esperados pela Fitch, enfraquecendo ainda mais o FCF e deteriorando a estrutura de capital consolidada.

Uma elevação dos ratings é improvável a médio prazo, devido à expectativa de aumento da alavancagem. O grupo também precisará resolver o seu acordo com a autoridade portuária de São Paulo e renovar a concessão de dois terminais que expira em 2015 e 2018.

Contato:

Analista principal

Gisele Paolino

Diretora

+55-21-4503-2624

Fitch Ratings Brasil Ltda.

Praça XV de Novembro, 20 / 401-B

Rio de Janeiro, RJ 20010-010

Analista secundário

Wellington Senter

Analista

+55-21-4503-2606

Presidente do Comitê de Rating

Ricardo Carvalho

Diretor sênior

+55-21-4503-2627

Relações com a Mídia: Jaqueline Carvalho, Rio de Janeiro, Tel: +55 21 4503 2623, Email: jaqueline.carvalho@fitchratings.com.

A presente publicação é um relatório de classificação de risco de crédito, para fins de atendimento ao artigo 16 da Instrução CVM nº 521/12.

As informações utilizadas na análise desta emissão são provenientes da Libra Rio.

A Fitch utilizou, para sua análise, informações financeiras até a data-base de 30 de setembro de 2013.

Histórico dos Ratings

Data da primeira publicação do rating em escala nacional: 19 de maio de 2014.

A classificação de risco foi comunicada à entidade avaliada ou a partes a ela relacionadas.

Os ratings atribuídos pela Fitch são revisados, pelo menos, anualmente.

Informações adicionais estão disponíveis em 'www.fitchratings.com' e em 'www.fitchratings.com.br'.

Metodologia Aplicada e Pesquisa Relacionada:

--'Metodologia de Ratings Corporativos', incluindo 'Vínculo entre os Ratings de Controladoras e Subsidiárias', datado de 5 de agosto de 2013.

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR AS LIMITAÇÕES E OS TERMOS DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). ADICIONALMENTE, AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://www.fitchratings.com), ASSIM COMO A LISTA DE RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS, O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH, A POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E CONFLITOS DE INTERESSE, A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL), COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. tiveram todo o cuidado na preparação deste documento. Nossas informações foram obtidas de fontes que consideramos fidedignas, mas sua exatidão e seu grau de integralidade não estão garantidos. A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. não se responsabilizam por quaisquer perdas ou prejuízos que possam advir de informações equivocadas. Nenhuma das informações deste relatório pode ser copiada ou reproduzida, arquivada ou divulgada, no todo ou em partes, em qualquer formato, por qualquer razão, ou por qualquer pessoa, sem a autorização por escrito da Fitch Ratings Brasil Ltda. Nossos relatórios e ratings constituem opiniões e não recomendações de compra ou venda. Reprodução Proibida.

Ao atribuir e manter ratings, a Fitch se baseia em informações atuais recebidas de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considere confiáveis. A Fitch realiza uma investigação adequada apoiada em informações atuais disponíveis, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém uma verificação também adequada destas informações de outras fontes independentes, à medida que estas estejam disponíveis com certa segurança e em determinadas jurisdições. A forma como a Fitch conduz a análise dos fatos e o escopo da verificação obtido de terceiros variará, dependendo da natureza dos títulos e valores mobiliários analisados e do seu emissor; das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou o emissor esteja localizado; da disponibilidade e natureza das informações públicas relevantes; do acesso à administração do emissor e seus consultores; da disponibilidade de verificações de terceiros já existentes, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros; da disponibilidade de verificação por parte de terceiros independentes e competentes com respeito àqueles títulos e valores mobiliários em particular, ou na jurisdição do emissor, particularmente, e de outros fatores.

Os usuários dos ratings da Fitch devem entender que nem uma investigação fatural aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros pode assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe relativas a um rating serão precisas ou completas. Em última análise, o emissor e seus consultores são responsáveis pela exatidão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao apresentar documentos e outros relatórios. Ao atribuir ratings, a Fitch deve se apoiar no trabalho de especialistas, inclusive dos auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e de consultores jurídicos, com relação aos aspectos legais e tributários. Além disso, os ratings são, por natureza, prospectivos e incorporam assertivas e prognósticos sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser comprovados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação dos fatos atuais, os ratings podem ser afetados por eventos futuros ou por condições não previstas por ocasião da atribuição ou da afirmação de um rating.

Copyright © 2014 Fitch Ratings Brasil Ltda.

Praça XV de Novembro, 20 - Sala 401 B, Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20010-010. Tel.: 55-21-4503-2600 – Fax: 55-21-4503-2601

Alameda Santos, 700, 7º andar, Cerqueira César - São Paulo, SP - CEP: 01418-100 - Tel.: 55-11-4504-2600 – Fax: 55-11-4504-2601

[Código de Conduta](#) [Termos de Uso](#) [Política de Privacidade](#)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03**

LIBRA TERMINAL RIO S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Gurjão, nº 105, Caju, CEP 20.931-670, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.373.517/0001-51, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.300.167.269 ("Companhia"), neste ato representada por seu (i) Diretor Presidente, Sr. **Sebastião Fernando da Costa Furquim**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.119.189-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 269.332.318-52, com endereço comercial localizado na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Gurjão, nº 105, Caju, CEP 20.931-670; e (ii) Diretor de Relações com Investidores, Sr. **José Alfredo de Freitas**, brasileiro, separado judicialmente, bacharel em ciências contábeis, portador da Carteira de Identidade RG nº 17.505.568-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 073.327.678-48, com endereço comercial localizado na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, CEP 04543-011, no âmbito da distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da primeira emissão da Companhia ("Oferta"), em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser realizada sob o regime de garantia firme de colocação, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), de forma individual e não solidária pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, quando em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

- (a) A Companhia e os Coordenadores da Oferta e o Agente Fiduciário constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) Está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2014, sendo que tal auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da 1ª (primeira) Emissão da Libra Terminal Rio S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (c) A Companhia disponibilizou para a análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da 1ª (primeira) Emissão da União de Libra Terminal Rio S.A. ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e



- (d) A Companhia, juntamente com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos consultores legais.

A COMPANHIA DECLARA QUE:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia (incluindo, mas não se limitando, ao Prospecto Preliminar, nesta data, e ao Prospecto Definitivo, na data de sua divulgação) são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (b) as informações prestadas ao mercado durante todo o período da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das debêntures, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iv) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2014.

LIBRA TERMINAL RIO S.A.



Nome: **Sebastião Fernando da Costa**
Furquim

Cargo: Diretor Presidente



Nome: **José Alfredo de Freitas**

Cargo: Diretor de Relações com Investidores



DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social por seus diretores estatutários, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da primeira emissão de Libra Terminal Rio S.A. ("Companhia") ("Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

- (i) o Coordenador Líder, o Agente Fiduciário, e a Emissora constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 27 de dezembro de 2013, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias; e
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia e suas subsidiárias, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Coordenador Líder declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das debêntures a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 19 de maio de 2014.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

André Rodrigues
Diretor Executivo

Nome: _____
Cargo: Diretor

Nome: _____
Cargo: Diretor

Alexandre Faria Teixeira

-
- Demonstrações Financeiras dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2013

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Libra Terminal Rio S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Libra Terminal Rio S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Libra Terminal Rio S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

2

*PricewaterhouseCoopers, Alameda Caiapós 243, Centro Empresarial Tamboré, Barueri, SP, Brasil 06460-110
Caixa Postal 61005 T: (11) 3509-8200, F: (11) 3509-8500, www.pwc.com/br*



Libra Terminal Rio S.A.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Libra Terminal Rio S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Libra Terminal Rio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Libra Terminal Rio S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Em 18 de março de 2014, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2013 da Libra Terminal Rio S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota 2.20, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o assunto descrito na referida nota explicativa. Devido à alteração descrita na Nota 2.20, emitimos esse novo relatório de auditoria sem ressalvas sobre essas demonstrações financeiras reapresentadas.



Libra Terminal Rio S.A.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Barueri, 14 de maio de 2014

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Wander R. Teles".

Wander Rodrigues Teles
Contador CRC 1DF005919/O-3 "S" SP

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado e resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
1 Informações gerais	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	11
2.1 Base de preparação	11
2.2 Consolidação	12
2.3 Apresentação de informações por segmentos	14
2.4 Conversão de moeda estrangeira	14
2.5 Caixa e equivalentes de caixa	15
2.6 Ativos financeiros	15
2.7 Instrumentos financeiros derivativos	17
2.8 Contas a receber de clientes	17
2.9 Imobilizado	17
2.10 Ativos intangíveis	18
2.11 <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	19
2.12 Contas a pagar aos fornecedores	19
2.13 Empréstimos e financiamentos	19
2.14 Provisões	20
2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20
2.16 Benefícios a empregados	21
2.17 Reconhecimento da receita	21
2.18 Distribuição de dividendos	22
2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	22
2.20 Reclassificações decorrentes de reapresentação dessas demonstrações financeiras	22
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	23
3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas	23
3.2 Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis da entidade - contratos de concessão pública	25
4 Gestão de risco financeiro	25
4.1 Fatores de risco financeiro	25
4.2 Gestão de capital (Consolidado)	30
4.3 Estimativa do valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo	31
4.4 Instrumentos financeiros por categoria	33
4.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado	37
5 Caixa e equivalentes de caixa	39
6 Títulos e valores mobiliários	39
7 Contas a receber de clientes	40
8 Investimentos	41
9 Imobilizado	47
9.1 Movimentação do ativo imobilizado	49

9.2	Garantias	51
9.3	Imobilizações em andamento	51
9.4	Baixas de imobilizado	52
10	Intangível	53
10.1	Movimentação do intangível	54
10.2	Contrato de concessão do Aeroporto de Cabo Frio e Ágio da Costa do Sol	55
10.3	Relacionamento com cliente	55
10.4	Taxas médias de amortização por categoria	55
11	Empréstimos e financiamentos	56
11.1	Composição e características	56
11.2	Movimentação	58
11.3	Divulgação do valor justo	59
11.4	Garantias dos empréstimos e financiamentos	60
12	Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante)	60
13	Imposto de renda e contribuição social	61
14	Patrimônio líquido	64
15	Receita	65
16	Custos e despesas por natureza	66
17	Receitas e despesas financeiras	68
18	Lucro por ação	68
19	Contingências e depósitos judiciais	68
19.1	Movimentação das provisões	69
20	Transações e saldo relevantes com partes relacionadas	71
21	Benefícios a empregados	73
22	Informações por segmento de negócios	73
23	Seguros	76

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
	(Reapresentado (Nota 2.20))		(Reapresentado (Nota 2.20))			(Reapresentado (Nota 2.20))		(Reapresentado (Nota 2.20))	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	387	12.994	1.614	13.301	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	64.526	40.220	67.565	40.257
Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado (Nota 6)	91.730	70.784	92.266	76.589	Fornecedores	18.552	16.138	20.840	18.320
Contas a receber (Nota 7)	8.422	13.288	15.451	18.732	Obrigações trabalhistas e tributárias (Nota 12)	10.126	10.234	12.800	12.794
Adiantamento a fornecedores	56	276	412	632	Partes relacionadas (Nota 20)	7.973	16.184	8.162	18.540
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.541	2.171	4.825	2.451	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 13)	7.330	5.695	7.371	6.644
Outros ativos	3.999	2.561	4.434	2.909	Outros passivos	56	57	1.177	2.735
	108.135	102.074	119.002	114.614		108.563	88.528	117.915	99.290
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	407.946	237.582	407.946	237.582
Partes relacionadas (Nota 20)	12.496	2.949	12.758	3.414	Provisão para contingências (Nota 19)	5.493	5.407	5.737	5.982
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	37.285	29.113	37.285	29.113	Tributos diferidos (Nota 13)	21.025	15.650	21.025	15.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)			3.886	2.159	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	18.215		18.215	
Depósitos judiciais (Nota 19)	1.193	1.026	1.387	1.185	Outros passivos	49	49	1.220	186
Outros ativos			129			452.728	258.688	454.143	259.400
	50.974	33.088	55.445	35.871	Total do passivo	561.291	347.216	572.058	358.690
Investimentos (Nota 8)	78.273	74.838	56	6.581	Patrimônio líquido (Nota 14)				
Imobilizado (Nota 9)	347.614	173.443	364.605	188.496	Atribuído aos acionistas da Controladora				
Intangível (Nota 10)	9.823	1.331	111.285	107.947	Capital social (Nota 14(a))	1.055	1.055	1.055	1.055
	486.684	282.700	531.391	338.895	Reserva de capital (Nota 14(b))	6.590	6.590	6.590	6.590
					Reservas de lucros (Nota 14(c))	3.252	3.880	3.252	3.880
					Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 14(d))	22.631	26.033	22.631	26.033
						33.528	37.558	33.528	37.558
					Participação dos não controladores (Nota 8)			44.807	57.261
					Total do patrimônio líquido	33.528	37.558	78.335	94.819
Total do ativo	594.819	384.774	650.393	453.509	Total do passivo e patrimônio líquido	594.819	384.774	650.393	453.509

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração do resultado e resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida (Nota 15)	344.420	315.393	383.480	361.451
Custo dos serviços prestados (Nota 16)	(103.951)	(96.899)	(123.228)	(115.915)
Lucro bruto	240.469	218.494	260.252	245.536
Despesas operacionais				
Gerais, comerciais e administrativas (Nota 16)	(72.681)	(67.194)	(96.558)	(90.806)
Outras receitas e despesas operacionais	172	(833)	440	(1.410)
Participação nos resultados das controladas e coligadas (Nota 8)	(2.027)	1.161	(123)	1.889
	(74.536)	(66.866)	(96.241)	(90.327)
Lucro antes do resultado financeiro	165.933	151.628	164.011	155.209
Resultado financeiro (Nota 17)				
Despesas financeiras	(31.064)	(20.422)	(31.627)	(20.804)
Receitas financeiras	17.267	28.325	17.642	28.654
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(28.089)	(16.712)	(28.089)	(16.712)
	(41.886)	(8.809)	(42.074)	(8.862)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	124.047	142.819	121.937	146.347
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes (Nota 13)	(42.125)	(42.660)	(43.216)	(47.972)
Diferidos (Nota 13)	(5.375)	(5.530)	(3.649)	(3.804)
Lucro líquido do exercício e resultado abrangente	76.547	94.629	75.072	94.571
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			76.547	94.629
Participação de não controladores			(1.475)	(58)
			75.072	94.571
Lucro líquido básico e diluído por ação (Nota 18)	0,66	0,82	0,65	0,82

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Libra Terminal Rio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora								
	Capital social	Reserva de capital Ágio na emissão de ações	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Legal	Retenção de lucros	Total				
Em 31 de dezembro de 2011	1.055	6.590	211	15.980	16.191	28.185			
Total do resultado abrangente do exercício							52.021	57.592	109.613
Lucro líquido do exercício							94.629	(58)	94.571
Total do resultado abrangente do exercício							94.629	(58)	94.571
Total de distribuições aos acionistas									
Distribuição de dividendos (Nota 14(f)) (R\$ 0,94 por ação)				(14.463)	(14.463)		(94.629)	(109.092)	(109.365)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				(14.463)	(14.463)		(94.629)	(109.092)	(109.365)
Destinação do resultado para reserva de lucros (Nota 14(f))									
Transferências - realização do custo atribuído (Nota 14(d))				2.152	2.152	(2.152)			
Em 31 de dezembro de 2012	1.055	6.590	211	3.669	3.880	26.033	37.558	57.261	94.819
Em 1º de janeiro de 2013	1.055	6.590	211	3.669	3.880	26.033	37.558	57.261	94.819
Total do resultado abrangente do exercício							76.547	(1.475)	75.072
Lucro líquido do exercício							76.547	(1.475)	75.072
Total do resultado abrangente do exercício							76.547	(1.475)	75.072
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas									
Distribuição de dividendos (Nota 14(f)) (R\$ 0,74 por ação)				(8.960)	(8.960)		(76.547)	(85.507)	(85.723)
Distribuição de participação na Libra Terminal Santos a acionistas não controladores (Notas 8(e) e 14(e))							6.717	(10.763)	(4.046)
Compra de participação na Via Port transação entre entidades sob controle comum (Nota 8(f) e 14(e))							(1.787)	(1.787)	(1.787)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				(8.960)	(8.960)		(71.617)	(10.979)	(91.556)
Destinação do resultado para reserva de lucros (Nota 14(f))									
Transferências - realização do custo atribuído (Nota 14(d))				8.332	8.332	(8.332)			
Em 31 de dezembro de 2013	1.055	6.590	211	3.041	3.252	22.631	33.528	44.807	78.335

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	124.047	142.819	121.937	146.347
Ajustes				
Depreciação e amortização (Notas 9, 10 e 16)	8.412	7.681	14.766	13.984
Participação nos resultados das controladas (Nota 8)	2.027	(1.161)	123	(1.889)
Custo na alienação de imobilizado (Nota 9.4)	307	5	392	5
Constituição (reversão) de provisão para contingências (Nota 19)	551	1.012	302	1.906
Provisão para devedores duvidosos (Nota 7)	(1.132)	1.275	(580)	1.701
Outras receitas (despesas) operacionais	(193)	(195)	(386)	(235)
Encargos financeiros	47.265	32.643	47.375	32.645
	181.284	184.079	183.929	194.464
Contas a receber	5.998	(2.837)	3.861	(3.738)
Tributos a recuperar	(1.450)	2.413	(2.504)	2.212
Depósitos judiciais	(168)	(227)	(202)	(226)
Outros ativos	(1.138)	(2.264)	(1.304)	(2.000)
Fornecedores	2.414	8.404	2.520	7.063
Obrigações trabalhistas e tributárias	(108)	1.257	6	2.510
Outros passivos	(1)	41	(606)	615
Caixa proveniente das operações	186.831	190.866	185.700	200.900
Juros pagos sobre financiamentos (Nota 11)	(20.688)	(20.563)	(20.759)	(20.566)
Pagamento de contingências (Nota 19)	(465)	(140)	(547)	(459)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(40.491)	(39.807)	(42.491)	(44.622)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	125.187	130.356	121.903	135.253
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários, ao valor justo pelo resultado	(20.946)	(35.671)	(15.677)	(41.476)
Aquisição de participações em controladas, líquido do caixa adquirido	(2.034)	(3.100)		(100)
Aquisição de bens do imobilizado (Nota 8)	(99.381)	(38.205)	(102.622)	(42.113)
Valor recebido na alienação de imobilizado (Nota 9.4)	190		247	
Aquisição de bens do intangível (Nota 10)	(8.971)	(869)	(8.976)	(941)
Contas a receber de partes relacionadas	(9.547)	29.042	(8.567)	28.577
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(140.689)	(48.803)	(135.595)	(56.053)

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de financiamentos (Nota 11)	123.705	64.632	126.705	64.632
Pagamentos de financiamentos - principal (Nota 11)	(38.642)	(12.300)	(38.679)	(12.337)
Operações com derivativos de proteção de financiamentos	10.043	(18.026)	10.043	(18.026)
Dividendos pagos pela Controladora	(84.000)	(105.710)	(84.000)	(105.710)
Dividendos pagos por controladas a acionistas não controladores (Nota 8)			(117)	
Contas a pagar para partes relacionadas	(8.211)	241	(11.947)	1.067
Caixa líquido obtido nas atividades de financiamentos	2.895	(71.163)	2.005	(70.374)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(12.607)	10.390	(11.687)	8.826
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.994	2.604	13.301	4.475
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	387	12.994	1.614	13.301
Outras divulgações				
Juros recebidos (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários)	3.409	3.001	3.725	3.253

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Venda bruta de serviços	396.223	363.074	440.444	412.669
Outras receitas	234	39	291	41
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	1.132	(1.275)	581	(1.535)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(61.275)	(57.724)	(69.502)	(65.250)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(56.512)	(48.449)	(68.045)	(60.100)
Perda/recuperação de valores ativos				
Outras despesas	(144)		(264)	(3)
Valor adicionado bruto	279.658	255.665	303.505	285.822
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(8.411)	(7.681)	(14.763)	(13.983)
Variação cambial	(27.262)	(16.714)	(27.262)	(16.712)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	243.985	231.270	261.480	255.127
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação nos lucros de controladas	(1.945)	1.161		
Participação nos lucros de coligadas	(82)		(123)	1.889
Receitas financeiras	17.427	28.328	17.806	28.656
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	15.400	29.489	17.683	30.545
Valor adicionado total a distribuir	259.385	260.759	279.163	285.672
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	(41.003)	(35.932)	(52.988)	(47.960)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(77.494)	(75.565)	(81.770)	(82.850)
Estaduais	(87)	(108)	(97)	(108)
Municipais	(20.511)	(18.665)	(21.824)	(20.451)
Juros	(31.990)	(20.403)	(32.552)	(20.785)
Aluguéis	(11.753)	(15.457)	(14.860)	(18.947)
Dividendos	(73.506)	(90.961)	(73.506)	(90.961)
Lucros retidos do exercício	(3.041)	(3.668)	(3.041)	(3.668)
Participação dos não controladores nos lucros retidos do exercício			1.475	58
	(259.385)	(260.759)	(279.163)	(285.672)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Libra Terminal Rio S.A. ("T-Rio" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede a Rua General Gurjão 105, Caju, Cidade de Rio de Janeiro - RJ. A T-Rio é controlada pela Libra Holding S.A. e seu controlador final é a família Borges Torrealba.

A Companhia tem por objetivos principais, conforme seu estatuto social, a movimentação, armazenagem de carga e contêineres (inclusive medicamentos e produtos para saúde), exploração de instalações portuárias e de área sob administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ"), bem como a operação e gestão de instalações portuárias e armazém-geral e participação em outras sociedades.

Atualmente as operações da T-Rio e suas controladas ("Companhia") incluem:

- Operação de terminais portuários: a T-Rio explora operações portuárias, movimentação e armazenagem de carga em contêineres no Terminal 1 localizado no município do Rio de Janeiro - RJ, por meio de contrato de arrendamento do terminal de contêineres com a Companhia Docas do Rio de Janeiro, vigorando até 2048.
- Operação de terminais aeroportuários: a controlada indireta Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol") administra e opera, por meio de contrato de concessão pública, o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, localizado no município de Cabo Frio - RJ.

Além disso, até 17 de dezembro de 2013, a T-Rio tinha uma participação na coligada Libra Terminais S.A. ("Libra Terminal Santos"), que explora operações portuárias no Porto de Santos - SP.

A Companhia e suas controladas e coligadas desenvolvem seus negócios no contexto de um grupo empresarial ("Grupo Libra"), utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando espaço físico, custos administrativos e esforços de gestão e receitas.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre as participações mantidas pela T-Rio nas suas controladas e coligadas (diretas e indiretas), todas sediadas no Brasil. Exceto indicação contrária, os percentuais de participação em 31 de dezembro de 2012 são os mesmos que os apresentados na tabela.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nome	Negócio	Tipo de participação	31 de dezembro de 2013 - percentual		
			Participação nas ações ordinárias	Participação nas ações preferenciais	Participação total
Controladas					
Boreal Serviços e Administração S.A. ("Boreal Serviços") (1)	Holding	Direta	99,99	N/A	99,99
SBCB Participações Aeroportuárias S.A. ("SBCB")	Holding	Indireta	100,00	N/A	100,00
Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol")	Operadora de terminais aeroportuários	Indireta	60,00	N/A	60,00
Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda.	Apoio à operação aeroportuária	Indireta	97,00	N/A	97,00
Via Port Transportes Multimodais S.A. ("Via Port") (2)	Empresa dormiente	Direta	99,99	N/A	99,99
Coligadas					
Angra Aeroportos Ltda. ("Angra Aeroportos")	Operadora de terminais aeroportuários	Indireta	33,33	N/A	33,33
Turnkey Gestão de Empreendimentos Logísticos S.A. ("Turnkey")	Empresa sem operação	Direta	25,00	N/A	25,00
Libra Terminais Santos S.A. ("Libra Terminal Santos") (3)(4)	Operadora de terminais portuários	Indireta	N/A	N/A	N/A

(1) Conforme detalhado na Nota 8(d) a participação na Boreal Serviços era de 87,35% das ações ordinárias e totais até 17 de dezembro de 2013, quando a Boreal Serviços distribuiu a participação, antes detida de 19,16% na Libra Terminal Santos, para outro acionista, resultando em uma elevação na participação da T-Rio para 99,99%.

(2) Participação obtida em 2013. Conforme detalhado na Nota 8 foi comprada por um valor simbólico de uma entidade sob controle comum.

(3) A Libra Terminal Santos foi considerada uma coligada da controlada direta Boreal Serviços, levando em conta a influencia significativa da Companhia por meio de diretores estatutários indicados na Libra Terminal Santos e que ambas fazem parte do mesmo grupo econômico (Grupo Libra).

(4) Conforme detalhado na Nota 8, em 17 de dezembro de 2013, a Boreal Serviços distribuiu a participação antes detida de 19,16% na Libra Terminal Santos para outro acionista.

Conforme detalhado na nota 2.20 a Companhia reapresentou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras originalmente emitidas foram aprovadas pela Diretoria Estatutária da Companhia em 18 de março de 2014 e estas demonstrações financeiras reapresentadas foram aprovadas pela Diretoria Estatutária da Companhia em 13 de maio de 2014.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição contrária.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o custo atribuído de certos bens do imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs e com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Libra Terminal Rio S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras separadas, uma vez que, apenas controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme as IFRS, seriam reconhecidas pelo custo ou valor justo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos para a Companhia exclusivamente em assuntos de divulgação:

- (i) CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades que para a Companhia incluem coligadas e controladas.
- (ii) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

Os seguintes pronunciamentos com vigência para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 não tiveram impactos considerando as operações da Companhia:

- (i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto"
- (ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis"
- (iii) CPC 33 (R2)/IAS 19 - "Benefícios a Empregados"
- (iv) CPC 36 (R3)/IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas"
- (v) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variável decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos pelo poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. Os diretores do Terminal Rio e do Aeroporto Internacional de Cabo Frio são considerados os principais tomadores de decisões operacionais da Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Libra Terminal Rio S.A. e de todas as suas controladas e coligadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica de variações monetárias e cambiais (Nota 17).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "Empréstimos e recebíveis". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. A Companhia não adota a contabilização de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos não classificados como o valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando forem realizados ou transferidos; nesse último caso, desde que tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem, nas rubricas de despesas e receitas financeiras (Nota 17).

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam, o mínimo possível, com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia seus ativos financeiros no final de cada exercício social, ou quando houver evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as provisões para perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem os seguintes aspectos:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência.
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, garante ao devedor uma concessão que normalmente não consideraria.
- (iv) Torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos). O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e, a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na situação de crédito do devedor), a reversão dessa provisão para perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

Em relação aos critérios de *impairment* de contas a receber, vide Nota 4.5.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, de modo subsequente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento do derivativo for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento do derivativo for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, de início, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). A PCLD é registrada na demonstração do resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas (Nota 4.5).

2.9 Imobilizado

Os principais bens da Companhia (*stakers*, edificações e instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, caminhões, guindastes, *portainers*, terrenos e máquinas) são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais-valia resultante do registro do custo atribuído. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos e as imobilizações em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil média ponderada em anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	29
Instalações	10
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	19
Veículos	5
Máquinas, equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10

17 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao término de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais", na demonstração do resultado.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado dentro de "Investimento" e "Intangíveis" nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado ao nível de segmento operacional para fins de teste de *impairment*, sendo alocado aos segmentos que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis se determinados critérios forem atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contrato de concessão

Referem-se ao direito de exploração do Aeroporto Interacional de Cabo Frio reconhecido na compra do controle da controlada Costa do Sol que é amortizado linearmente pelo correspondente prazo de concessão a partir da data da aquisição do controle.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo, menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)), exceto para a avaliação de *impairment* do ágio que é feito ao nível do segmento operacional ao qual o ágio está alocado. Os ativos não financeiros, exceto o ágio que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

(a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no resultado.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Benefícios a empregados

A companhia possui a política de remunerar seus colaboradores por meio de plano de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR), fundamentalmente no acordo homologado pelo sindicato da categoria. O recebimento da PLR pelos colaboradores está atrelado ao cumprimento de metas das unidades e não por metas individuais. As metas são acompanhadas mensalmente por meio de indicadores estipulados pela administração e pelo sindicato da categoria, e divulgados pela área de Recursos Humanos a todos os colaboradores. As provisões são constituídas em regime de competência no resultado do exercício contra provisão no passivo.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e comercialização de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que fluirão benefícios econômicos futuros para a entidade e quando riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao comprador, além dos critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia e suas controladas prestam serviços principalmente de apoio a atividades portuárias e aeroportuárias.

A receita proveniente da prestação de serviços portuários corresponde, principalmente à armazenagem e movimentação de cargas em contêineres.

A receita proveniente de serviços aeroportuários corresponde, principalmente, a operações de armazenagem de cargas de importação e exportação de equipamentos e suprimentos, soluções logísticas, transporte multimodal, serviços logísticos para voos internacionais executivos e privados e atendimento a helicópteros.

Esses serviços são vendidos com base em preços fixados por contrato com os clientes. As receitas provenientes dos serviços prestados na movimentação de cargas em instalações aeroportuárias, portuárias e retroportuárias e das soluções logísticas e armazenagens geral e alfandegada são reconhecidas concomitantemente aos serviços prestados.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. No fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia, o valor do dividendo mínimo obrigatório é reconhecido; qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado no patrimônio líquido e, deliberado e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) dos Acionistas no exercício seguinte, de acordo com os prazos legais.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros". Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. Atualmente o IASB não estabeleceu uma data para sua aplicação mandatória, removendo a previsão original de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia está avaliando os impactos que podem decorrer da implementação desta norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.20 Reclassificações decorrentes de reapresentação dessas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão sendo reapresentadas devido a reclassificação, para o passivo não circulante, do saldo de instrumentos financeiros derivativos passivos, os quais haviam sido originalmente apresentados no ativo não circulante, líquidos dos instrumentos financeiros derivativos ativos.

O ajuste teve impacto exclusivamente no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013, não tendo impacto no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 ou de outros períodos nem em outras demonstrações.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ajuste teve como efeito o aumento da rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo não circulante e da mesma rubrica no passivo não circulante, no montante de R\$ 18.215.

Como resultado da reapresentação acima referida, aprimoramentos foram feitos em certas notas explicativas que não são consideradas significativas ou materiais no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Tais adequações foram feitas meramente para que as demonstrações financeiras reapresentadas refletissem o ajuste dos derivativos acima referido.

	31 de dezembro de 2013					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Ajustado	Original	Ajuste	Ajustado
Ativo						
Circulante	108.135		108.135	119.002		119.002
Não circulante	468.469	18.215	486.684	513.176	18.215	531.391
Total do ativo	576.604	18.215	594.819	632.178	18.215	650.393
Passivo						
Circulante	108.563		108.563	117.915		117.915
Não circulante	434.513	18.215	452.728	435.928	18.215	454.143
Patrimônio líquido	33.528		33.528	78.335		78.335
Total do passivo e patrimônio líquido	576.604	18.215	594.819	632.178	18.215	650.393

Adicionalmente a administração aprimorou aspectos de divulgação das notas explicativas às demonstrações financeiras.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da controladora e consolidado são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, a análise do risco de crédito para determinação da PCLD, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

**(a) Impostos incluindo imposto de
renda diferido ativo**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia determina a recuperabilidade do imposto diferido (créditos fiscais) com base em planos plurianuais de seus negócios.

**(b) Valor justo de instrumentos
financeiros derivativos**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros derivativos apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros derivativos.

**(c) Provisões para riscos tributários,
cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras mediante as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

(d) Avaliação de perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis do segmento operacional no qual o ágio foi alocado foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 8).

3.2 Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis da entidade - contratos de concessão pública

A Companhia avaliou a adoção do ICPC 01 - "Contratos de Concessão (IFRIC 12)" aos contratos de concessão por ela administrado e constatou que não há consonância entre as premissas estabelecidas no referido ICPC e os contratos firmados entre a Companhia e o poder concedente e, portanto, não se enquadra no alcance do ICPC 01.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Libra Holding S.A., na qualidade de controladora da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração estabelece as diretrizes e aprova a contratação dos instrumentos financeiros adotados pela Companhia para fins de proteção de riscos de mercado.

As operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de câmbio e taxas de juros.

(a) Risco de câmbio e de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio e de juros, que reduzam valores a receber ou aumentem saldos a pagar em moeda nacional e estrangeira. A Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* econômico (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio).

A Companhia mantém, na data de encerramento do exercício, operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos de compra de dólar futuro e *swaps*), contratados com instituições financeiras de primeira linha. As perdas e os ganhos gerados com essas operações são reconhecidos diretamente no resultado, considerando-se a variação no valor justo desses instrumentos.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia tem posições compradas de dólar futuro no mercado de derivativos como instrumento de *hedge* econômico cambial sobre parte da sua exposição de dívida da Companhia nesta moeda, com ajuste ao valor de mercado liquidado diariamente. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha 500 contratos equivalentes ao valor de US\$ 25.000 mil. Como margem de garantia aos ajustes diários, a Companhia dispunha do montante de R\$ 8.838 depositados e aplicados em títulos públicos na Brasil Plural CCTVM S.A.

Os *swaps* são contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira (dólar americano) para o real.

Em 31 de dezembro 2013, a Companhia apresentava passivos em moeda estrangeira e contratos de compra de dólar futuro e *swaps* nos montantes descritos a seguir, e não tinha ativos significativos em moeda estrangeira.

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
	(Reapresentado	
	(Nota 2.20))	
Empréstimos e financiamentos		
Denominados em US\$	180.689	191.578
(-) Contratos de compra de dólar futuro	(58.565)	
(-) <i>Swap</i> de moeda e de taxas de juros - BRL	(115.146)	(27.514)
(-) <i>Swap</i> Pré x USD	99.660	(1.599)
(=) Exposição total a moeda estrangeira - US\$	106.638	162.465

Parte das receitas futuras da Companhia corresponde a serviços de armazenagem com preços definidos em porcentagens de valor de cargas em dólar americano. A estratégia de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos de proteção adotada pela Tesouraria do Grupo leva em consideração este "*hedge* natural". Uma vez faturados, tais serviços tem sua taxa de cambio fixada e o valor do contas a receber fica fixo em reais.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações e empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. As aplicações e empréstimos às taxas fixas expõem o Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A administração avalia periodicamente tais riscos e, nos períodos apresentados, não contratou instrumentos para proteção.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia tem contratos de compra de dólar futuro cotados em bolsa que tem seus ajustes a valor de mercado liquidados diariamente; portanto, no balanço patrimonial não há saldos reconhecidos em relação a esses contratos. O valor justo das operações com *swaps* foi calculado pela Companhia e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do exercício. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em decorrência de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio. O detalhamento das operações de *swap* antes descritas é o seguinte:

26 de 79

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Banco	Modalidade	Posição	Moeda	Controladora e Consolidado	
				2013	2012
Itaú BBA	NCE	Ativa	Dólar	115.146	113.851
		Passiva	Reais	(77.861)	(86.337)
		Ajuste		37.285	27.514
Itaú BBA	Resolução nº 4.131	Ativa	Pré	81.445	91.304
		Passiva	Dólar	(99.660)	(89.705)
		Ajuste		(18.215)	1.599
				19.070	29.113

As operações de *swaps* contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, sendo apenas realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e instrumentos financeiros derivativos recebíveis.

- Saldos em bancos, ativos financeiros mensurados a valor justo e instrumentos derivativos recebíveis - a administração avalia em ocasião de cada aplicação o risco de crédito das instituições financeiras e a exposição da Companhia a esta.
- Contas a receber de clientes - a área de Concessão de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, histórico comercial e contexto de mercado, recomendando, quando necessário, a agregação de garantias como forma de mitigação dos riscos identificados. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vencimento e limites de dias em aberto determinados pela área de Concessão de Crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Os critérios de reconhecimento de *impairment* de contas a receber estão descrito na Nota 4.5.
- Contas a receber de partes relacionadas - a totalidade dos valores a receber de partes relacionadas corresponde a entidades controladas do Grupo Libra e o risco de crédito e administrado corporativamente pela Tesouraria do Grupo no contexto das operações como um todo.

(c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez tendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Tesouraria do Grupo com base nos dados de

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cada uma das áreas operacionais. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, para promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores correspondem a fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, incluem pagamentos de juros na suas respectivas datas de vencimento, ainda não reconhecidos pelo regime de competência.

	Controladora					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2013						
Fornecedores (i)	18.552					18.552
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	9.944	45.559	156.413	16.308	(7.389)	220.835
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	7.077	20.749	200.264	101.189	(77.642)	251.637
	<u>35.573</u>	<u>66.308</u>	<u>356.677</u>	<u>117.497</u>	<u>(85.031)</u>	<u>491.024</u>
	Controladora					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2012						
Fornecedores (i)	16.138					16.138
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	2.757	37.942	185.275	52.084	(48.152)	229.906
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	5.883	5.989	37.685	3.996	(5.657)	47.896
	<u>24.778</u>	<u>43.931</u>	<u>222.960</u>	<u>56.080</u>	<u>(53.809)</u>	<u>293.940</u>
	Consolidado					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2013						
Fornecedores (i)	20.840					20.840
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	9.945	45.558	156.413	16.308	(7.389)	220.835
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	9.122	21.790	200.264	101.189	(77.689)	254.676
	<u>39.907</u>	<u>67.348</u>	<u>356.677</u>	<u>117.497</u>	<u>(85.078)</u>	<u>496.351</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					Total
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	
Em 31 de dezembro de 2012						
Fornecedores (i)	18.320					18.320
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	2.766	37.970	185.275	52.084	(48.152)	229.943
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	5.884	5.989	37.685	3.996	(5.658)	47.896
	<u>26.970</u>	<u>43.959</u>	<u>222.960</u>	<u>56.080</u>	<u>(53.810)</u>	<u>296.159</u>

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Análise de sensibilidade sobre os empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de taxas de câmbio e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros expostos a tais riscos são:

- Risco de taxa de câmbio: Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos contratados como *hedge* econômico do risco de taxa de câmbio.
- Risco de taxa de juros: Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com taxa de juros pós-fixadas.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos em 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que eles se mantenham constantes, o quadro apresenta o impacto nas despesas e receitas financeiras do cenário projetado, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

A administração entende que o cenário razoavelmente provável (Cenário Provável - I) é: (i) uma cotação do dólar de US\$ 1 = R\$ 2,5769 que é a cotação em 31 de dezembro para o dólar futuro em 3 meses, e (ii) um aumento de 10% nas taxas de juros pós-fixadas às quais estão expostas os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras da Companhia.

De acordo com a Deliberação CVM nº 550/08, adicionalmente é apresentado o impacto nas despesas e receitas financeiras em dois cenários adversos e que poderiam gerar prejuízos para a Companhia. Os cenários Possível e Remoto consideram uma extrapolação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) em relação ao cenário razoavelmente provável antes descrito.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(ii) Fator de risco moeda

Fator de risco	Risco	Valores expostos em 31 de dezembro		Efeito na receita (despesa) financeira		
		2013	2012	Cenário Provável - I	Cenário II	Cenário III
US\$ - Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	180.689	191.578	(18.069)	(45.172)	(90.344)
US\$ - Contratos de compra de dólar futuro	Alta do US\$	(58.565)		5.857	14.641	29.283
US\$ - <i>Swaps</i>	Alta do US\$	(19.070)	(29.113)	1.549	3.872	7.743
Impacto líquido		<u>103.054</u>	<u>162.465</u>	<u>(10.663)</u>	<u>(26.659)</u>	<u>(53.318)</u>
Taxas de US\$ utilizadas - R\$		2,3426	2,0435	2,5769	2,9283	3,5139

(iii) Fator de risco taxa de juros

Fator de risco	Risco	Valores expostos em 31 de dezembro		Efeito na receita (despesa) financeira		
		2013	2012	Cenário Provável - I	Cenário II	Cenário III
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	103.665		(836)	(2.090)	(4.180)
CDI - Aplicações financeiras	Alta do CDI	(92.266)	(76.589)	744	1.860	3.720
LIBOR 6M - Empréstimos e financiamentos	Alta da LIBOR	42.946	44.595	(18)	(44)	(88)
LIBOR 6M - Aplicações financeiras	Alta da LIBOR					
Impacto líquido		<u>54.345</u>	<u>(31.994)</u>	<u>(110)</u>	<u>(274)</u>	<u>(548)</u>
Taxas de CDI utilizada - %		8,0638	8,3969	8,8702	10,0798	12,0957
Taxas de LIBOR 6M utilizada - %		0,4090	0,6870	0,4499	0,5113	0,6135

4.2 Gestão de capital (Consolidado)

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base na alavancagem financeira. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme 30 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstrado no balanço patrimonial), subtraído das operações com instrumentos financeiros derivativos, do montante de caixa e equivalentes de caixa e dos títulos e valores mobiliários, como base para gestão de capital. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser assim sumariados:

	2013	2012
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	475.511	277.839
Menos - Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(1.614)	(13.301)
Menos - Título e valores mobiliários (Nota 6)	(92.266)	(76.589)
Menos - Operações com derivativos, líquido (Nota 4.1(a))	(19.070)	(29.113)
Dívida líquida	<u>362.561</u>	<u>158.836</u>
Total do patrimônio líquido	<u>78.335</u>	<u>94.819</u>
Total do capital	<u><u>440.896</u></u>	<u><u>253.655</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	82	63

4.3 Estimativa do valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial são classificados nos níveis da hierarquia de mensuração pelo valor justo. A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo no balanço patrimonial de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em**

31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		37.285		37.285
Títulos e valores mobiliários - LFT		8.837		8.837
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		82.893		82.893
Total do ativo		129.015		129.015
Passivo				
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		18.215		18.215
Total do passivo		18.215		18.215
				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		37.285		37.285
Títulos e valores mobiliários - LFT		8.837		8.837
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		83.429		83.429
Total do ativo		129.551		129.551
Passivo				
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		18.215		18.215
Total do passivo		18.215		18.215

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		29.113	29.113
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		70.784	70.784
Total do ativo		99.897	99.897
Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		29.113	29.113
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		76.589	76.589
Total do ativo		105.702	105.702

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam instrumentos financeiros classificados no Nível 3.

(a) Mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários

- Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - São valorizadas com base nas taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA que representam transações efetivas num mercado ativo.
- Cotas de fundos - São valorizadas com base no Preço Unitário das cotas divulgados diariamente pelo administrador, base para aplicações e resgates e é definido com base no valor justo dos ativos e passivos do fundo.

(b) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão (que não são cotados em bolsa) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* nos quais tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados pelo desconto dos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que o *swap* é denominado. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

		Controladora	
		Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total (Reapresentado (Nota 2.20))
	Empréstimos e recebíveis		
31 de dezembro de 2013			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	387		387
Títulos e valores mobiliários		91.730	91.730
Instrumentos financeiros derivativos		37.285	37.285
Contas a receber de clientes, líquidas	8.422		8.422
Contas a receber de partes relacionadas	12.496		12.496
	<u>21.305</u>	<u>129.015</u>	<u>150.320</u>
		Controladora	
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total (Reapresentado (Nota 2.20))
		Outros passivos financeiros	
31 de dezembro de 2013			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		472.472	472.472
Instrumentos financeiros derivativos	18.215		18.215
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		26.581	26.581
	<u>18.215</u>	<u>499.053</u>	<u>517.268</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	
		Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado
			Total
31 de dezembro de 2012			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	12.994		12.994
Títulos e valores mobiliários		70.784	70.784
Instrumentos financeiros derivativos		29.113	29.113
Contas a receber de clientes, líquidas	13.288		13.288
Contas a receber de partes relacionadas	2.949		2.949
	<u>29.231</u>	<u>99.897</u>	<u>129.128</u>
		Controladora	
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
			Total
31 de dezembro de 2012			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		277.802	277.802
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		32.379	32.379
		<u>310.181</u>	<u>310.181</u>
		Consolidado	
		Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado
			Total (Reapresentado (Nota 2.20))
31 de dezembro de 2013			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	1.614		1.614
Títulos e valores mobiliários		92.266	92.266
Instrumentos financeiros derivativos		37.285	37.285
Contas a receber de clientes, líquidas	15.451		15.451
Contas a receber de partes relacionadas	12.758		12.758
	<u>29.823</u>	<u>129.551</u>	<u>159.374</u>

35 de 79

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado	
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
			Total (Reapresentado (Nota 2.20))
31 de dezembro de 2013			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		475.511	475.511
Instrumentos financeiros derivativos	18.215		18.215
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		30.179	30.179
	18.215	505.690	523.905
		Consolidado	
		Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado
			Total
31 de dezembro de 2012			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	13.301		13.301
Títulos e valores mobiliários		76.589	76.589
Instrumentos financeiros derivativos		29.113	29.113
Contas a receber de clientes, líquidas	18.732		18.732
Contas a receber de partes relacionadas	3.414		3.414
	35.447	105.702	141.149
		Consolidado	
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
			Total
31 de dezembro de 2012			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		277.839	277.839
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		39.595	39.595
		317.434	317.434

36 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado.

Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras e Instrumentos financeiros derivativos, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P) com base no *rating* doméstico.

Para a qualidade de crédito de clientes a Companhia utiliza um sistema interno de classificação de risco dividido em três categorias, conforme detalhado nas tabelas.

	Controladora	
	2013	2012
Contas a receber de clientes		
Classificação interna de crédito		
A - Baixo risco	2.057	1.247
B - Médio risco	4.002	9.719
C - Alto risco	2.363	2.322
	<u>8.422</u>	<u>13.288</u>
	Controladora	
	2013	2012
Títulos e valores mobiliários		
Classificação externa de crédito		
brAAA	91.730	70.784
	<u>91.730</u>	<u>70.784</u>
	Controladora	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa		
Classificação externa de crédito		
brAAA	387	12.994
	<u>387</u>	<u>12.994</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2013	2012
Contas a receber de clientes		
Classificação interna de crédito		
A - Baixo Risco	8.307	1.248
B - Médio Risco	4.781	15.162
C - Alto Risco	2.363	2.322
	<u>15.451</u>	<u>18.732</u>
	Consolidado	
	2013	2012
Títulos e valores mobiliários		
Classificação externa de crédito		
brAAA	92.266	76.589
	<u>92.266</u>	<u>76.589</u>
	Consolidado	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa		
Classificação externa de crédito		
brAAA	1.614	13.301
	<u>1.614</u>	<u>13.301</u>

Os instrumentos financeiros derivativos recebíveis correspondem na sua totalidade, ao Banco Itaú BBA S.A. com *rating* Baa2 doméstico conforme Moody's *rating*.

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- A - Baixo risco - são os dez maiores clientes por segmento de negócio com alta solidez financeira.
- B - Médio risco - cliente com solidez financeira razoável e restrições moderadas.
- C - Alto risco - clientes com baixa solidez financeira possuindo restrições judiciais.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou sujeito à provisão para deterioração e a Companhia considera o risco de crédito de todas as contas a receber de partes relacionadas homogêneo correspondendo ao risco de crédito da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Recursos em bancos e em caixa	387	1.992	563	2.299
Aplicações de liquidez imediata		11.002	1.051	11.002
	<u>387</u>	<u>12.994</u>	<u>1.614</u>	<u>13.301</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e investimentos, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em debêntures compromissadas de instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos concentrem-se em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, sendo substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos correspondem a fundo de investimentos multimercado, resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira dos fundos esta é composta por operações compromissadas com instituições financeiras e por títulos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Títulos públicos - LFT (i)	8.838		8.838	
Cotas de fundos multimercado	82.892	70.784	83.428	76.589
	<u>91.730</u>	<u>70.784</u>	<u>92.266</u>	<u>76.589</u>

(i) Dados em garantias para margem de garantia aos ajustes diários, vide Nota 4.1(a).

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber de clientes	13.634	19.632	21.674	25.535
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.212)	(6.344)	(6.223)	(6.803)
	<u>8.422</u>	<u>13.288</u>	<u>15.451</u>	<u>18.732</u>

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	9.180	10.298	10.475	13.697
Vencidos				
Até 30 dias	1.408	3.390	1.619	3.800
Entre 31 e 90 dias	809	1.460	816	2.363
Entre 91 e 180 dias	133	240	271	885
Há mais de 181 dias	<u>2.104</u>	<u>4.244</u>	<u>8.493</u>	<u>4.790</u>
	<u>13.634</u>	<u>19.632</u>	<u>21.674</u>	<u>25.535</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não tem garantias recebidas sobre as contas a receber.

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na análise individual de seus clientes. A política adotada estabelece que os clientes sejam avaliados de forma individual e classificados em três categorias: (a) para os clientes maior volume de operações e faturamento, a provisão é constituída para os títulos vencidos há mais de 180 dias, considerando que a área de cobrança faz um monitoramento específico deste grupo de clientes; (b) para os outros clientes a provisão é constituída sobre os títulos vencidos há mais de 90 dias; e (c) clientes com provisão imediata, que são aqueles que apresentam situações de falência, inadimplência, abandono de carga ou outras situações que ensejam o início de processo judicial.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Em 1º de janeiro	(6.803)	(5.102)
Reversão (complemento) de provisão	<u>580</u>	<u>(1.701)</u>
Em 31 de dezembro	<u>(6.223)</u>	<u>(6.803)</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013 existiam créditos vencidos, mas não provisionados (*impaired*). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Até três meses	1.872	3.104	2.206	4.439
De três a seis meses				
	<u>1.872</u>	<u>3.104</u>	<u>2.206</u>	<u>4.439</u>

8 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	2013	2012
Em 1º de janeiro	74.838	73.959
Aquisição de controlada - Via Port (f)	230	
Aumento de participação na Boreal Serviços (e)	7.446	3.000
Aquisição de participação em coligada - Turn Key (g)		100
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(2.027)	1.161
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	(2.259)	(3.364)
Outras movimentações	<u>45</u>	<u>(18)</u>
Em 31 de dezembro	<u>78.273</u>	<u>74.838</u>
	Consolidado	
	2013	2012
Em 1º de janeiro	6.581	8.835
Aquisição de participação em coligada - Turn Key (g)		100
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(123)	1.889
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	(2.586)	(3.851)
Distribuição de participação na coligada Libra Terminais Santos	(3.673)	
Outras movimentações	<u>(143)</u>	<u>(392)</u>
Em 31 de dezembro	<u>56</u>	<u>6.581</u>

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro a seguir apresenta um resumo das informações financeiras da Boreal Serviços e Costa do Sol que são as únicas controladas com participação não controladora relevante e das coligadas Angra Aeroportos e Libra Terminal Santos.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) **Balanco patrimonial sintético**

	Controladas com participação não controladora				Coligadas			
	Boreal Serviços		Costa do Sol		Angra Aeroportos		Libra Terminal Santos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013 (*)	2012
Circulante								
Ativo	129	129	9.986	9.344	111	42		112.170
Passivo	780	486	8.334	8.662	65	62		339.497
Ativo circulante líquido	(651)	(357)	1.652	682	46	(20)		(227.327)
Não circulante								
Ativo	78.673	87.484	122.593	126.182	11	11		508.132
Passivo		1.530	12.316	11.562	246	47		247.802
Ativo não circulante líquido	78.673	85.954	110.277	114.620	(235)	(36)		260.330
Patrimônio líquido	<u>78.022</u>	<u>85.597</u>	<u>111.929</u>	<u>115.302</u>	<u>(189)</u>	<u>(56)</u>		<u>33.003</u>

(*) A T-Rio deixou de participar na Libra Terminal Santos em 17 de dezembro de 2013 (Nota 1).

A participação total dos não controladores no patrimônio líquido das controladas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é representada a seguir:

	2013	2012
Boreal Serviços	8	10.825
Costa do Sol	44.799	46.436
	<u>44.807</u>	<u>57.261</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) **Demonstração sintética do resultado e
do resultado abrangente**

A participação total dos não controladores no resultado das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é apresentada a seguir:

	Controladas com participação de não controladores				Coligadas			
	Boreal Serviços		Costa do Sol		Angra Aeroportos		Libra Terminal Santos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receita bruta			43.021	46.412	375	403	113.112	179.745
Lucro (prejuízo) antes de tributos sobre o lucro	(3.140)	286	(4.748)	2.437	(133)	274	(19.385)	2.118
Tributos sobre o lucro	1.036	1.036	1.380	(3.196)			26.269	7.264
Lucro líquido (prejuízo) e resultado abrangente	(2.104)	1.322	(3.368)	(759)	(133)	274	6.884	9.382
Dividendos pagos a participação não controladora	216	487	(117)					
Dividendos recebidos de coligadas							2.586	3.851

A participação total dos não controladores no resultado das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é apresentada a seguir:

	2013	2012
Boreal Serviços	(267)	167
Costa do Sol	(1.208)	(225)
	(1.475)	(58)

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(iii) Demonstração sintética dos fluxos de
caixa de coligadas**

	Boreal Serviços		Costa do Sol	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(39)	(3.000)	(1.062)	9.451
Juros pagos			(72)	(3)
Tributos sobre o lucro			(1.281)	(4.483)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(39)	(3.000)	(2.415)	4.965
Caixa gerado pelas atividades de investimento	1.256	3.000	(2.386)	(3.738)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	(1.217)		2.963	(37)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			(1.838)	1.190
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			3.061	1.871
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			1.223	3.061

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Reconciliação das informações
financeiras dos investimentos**

A movimentação do patrimônio líquido das controladas diretas e coligadas e sua reconciliação com o saldo de investimentos da Companhia é como segue:

	Controladas diretas						Coligadas		
	Boreal Serviços		Viaport		Angra Aeroportos		Libra Terminal Santos		Turn Key
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	85.597	85.127	(1.808)		(56)	(330)	33.003	43.721	400
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.104)	1.322	(15)		(133)	274	6.884	9.382	(248)
Transações com não controladores	(2.883)								400
Aportes de capital		3.000	2.039				6.390		
Distribuição de dividendos	(2.589)	(3.851)					(8.899)	(20.100)	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	<u>78.021</u>	<u>85.598</u>	<u>216</u>		<u>(189)</u>	<u>(56)</u>	<u>37.378</u>	<u>33.003</u>	<u>152</u>
Percentual de participação societária em 31 de dezembro - %	<u>99,99</u>	<u>87,37</u>	<u>99,99</u>		<u>33,33</u>	<u>33,33</u>	<u>19,16</u>	<u>25,00</u>	<u>25,00</u>
Participação no patrimônio dos investimentos	78.013	74.786	215		(62)	(18)	6.323	38	100
Outros ajustes	5	(50)					177		
	<u>78.018</u>	<u>74.736</u>	<u>215</u>		<u>(62)</u>	<u>(18)</u>	<u>6.500</u>	<u>38</u>	<u>100</u>
Saldo contábil do investimento na Controladora	<u>78.018</u>	<u>74.736</u>	<u>215</u>					<u>38</u>	<u>100</u>
Saldo contábil do investimento no Consolidado					<u>(62)</u>	<u>(18)</u>	<u>6.500</u>		

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Teste de *impairment*

O ágio contabilizado pela Companhia no valor de R\$ 11.685 é alocado integralmente ao segmento operacional Operação de Terminais Aeroportuários.

O valor recuperável do segmento é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração da Libra Holding S.A. para o período de até 2045. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores a tal período foram extrapolados com base em taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir até o término esperado do prazo de concessão considerando um período de renovação.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são a taxa de crescimento de longo prazo usada para períodos a partir de 2012 de 8,1% ao ano (2012 - 12,6% ao ano) e a taxa de desconto antes de impostos usada para descontar os fluxos de caixa de 12,2% ao ano (2012 - 13,8% ao ano).

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento utilizadas são baseadas em projeções sobre o desenvolvimento do setor de Óleo e Gás da região e estimativas de demanda das novas plataformas dos campos do pré-sal na região, uma vez que os negócios do aeroporto estão muito ligados ao atendimento desse setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos de operações aeroportuárias.

O valor em uso ultrapassou o valor contábil dos ativos e passivos do segmentos de operações aeroportuárias em 697% em 31 de dezembro de 2013 (2012 - 251%).

(e) Distribuição da participação na coligada Libra Terminal Santos em troca de participação adicional na controlada Boreal Serviços

Em 17 de dezembro de 2013, os acionistas da controlada Boreal Serviços aprovaram a distribuição para o outro acionista da Boreal Serviços (também controlado pela Libra Holding S.A.) a participação de 19,16% na Libra Terminal Santos e outros valores a receber desta, por meio de redução do capital social da Boreal Serviços, cancelando as ações antes detidas pelo outro acionista. Como resultado desta transação, a Companhia transformou-se no acionista controlador da Boreal Serviços, aumentando sua participação de 87,35% para 99,99%.

Por se tratar de uma transação entre entidades sob controle comum da Libra Holding S.A., a transação foi contabilizada ao seu valor contábil e a diferença obtida entre o valor contábil dos ativos transferidos e o valor contábil da participação não controladora na Boreal Serviços foi reconhecida diretamente como uma distribuição no patrimônio líquido em "Ajustes de avaliação patrimonial" conforme detalhado a seguir.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013
Valor contábil da participação não controladora	4.383
Transferência de ágio sobre a participação de não controladores	1.008
Outros ativos transferidos (não controladores)	4.684
Valor contábil dos ativos transferidos	
Participação de 19,16% na Libra Terminais Santos	(3.224)
Outros	(134)
Distribuição reconhecida no patrimônio líquido	<u>6.717</u>

(f) Compra de participação na Via Port

Em 22 de outubro de 2013 a Companhia comprou por um valor simbólico 99,99% das ações da Via Port antes detidas por entidades sob controle comum. A Via Port não tem ativos ou passivos significativos nem atividade operacional, tendo sido comprada com o objetivo de se tornar empresa veículo para eventuais novos negócios. Por se tratar de uma combinação de negócios entre entidades sob controle comum, os ativos e passivos da Via Port foram reconhecidos em 22 de outubro de 2013 aos seus valores contábeis e a diferença entre o valor simbólico pago e o patrimônio líquido da Via Port de R\$ (1.787) foi reconhecida diretamente como uma distribuição no patrimônio líquido dentro de "Ajustes de avaliação patrimonial".

(g) Compra de participação na Turnkey

Em julho de 2012 a Companhia e outros acionistas não relacionados constituíram a Turnkey e fizeram o aporte inicial de capital. A Turnkey tem como objetivo o desenvolvimento de negócios na área de Logística e não tem operações significativas até a data destas demonstrações financeiras.

9 Imobilizado

		Controladora		
		31 de dezembro de 2013		
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 5	55.034	(9.625)	45.409
Instalações	10	3.402	(1.956)	1.446
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5 a 8	70.820	(13.062)	57.758
Veículos	11 a 20	5.389	(2.983)	2.406
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	990	(723)	267
Equipamentos de informática	20	4.072	(2.924)	1.148
Móveis e utensílios	10	2.176	(1.140)	1.036
Terrenos				
Imobilizações em andamento e outros		<u>238.144</u>		<u>238.144</u>
		<u>380.027</u>	<u>(32.413)</u>	<u>347.614</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora				
31 de dezembro de 2012				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 5	54.981	(7.284)	47.697
Instalações	10	3.402	(1.620)	1.782
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5 a 8	70.820	(9.063)	61.757
Veículos	11 a 20	3.896	(2.504)	1.392
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	958	(598)	360
Equipamentos de informática	20	3.380	(2.605)	775
Móveis e utensílios	10	2.013	(959)	1.054
Terrenos				
Imobilizações em andamento e outros (*)		58.626		58.626
		198.076	(24.633)	173.443
Consolidado				
31 de dezembro de 2013				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 5	66.580	(13.527)	53.053
Instalações	10	3.759	(2.111)	1.648
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5 a 8	70.820	(13.062)	57.758
Veículos	11 a 20	5.652	(3.057)	2.595
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	1.879	(1.145)	734
Equipamentos de informática	20	4.578	(3.236)	1.342
Móveis e utensílios	10	2.649	(1.356)	1.293
Terrenos				
Imobilizações em andamento e outros		246.182		246.182
		402.099	(37.494)	364.605
Consolidado				
31 de dezembro de 2012				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 5	66.528	(10.228)	56.300
Instalações	10	3.755	(1.742)	2.013
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5 a 8	70.820	(9.063)	61.757
Veículos	11 a 20	4.045	(2.554)	1.491
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	1.836	(940)	896
Equipamentos de informática	20	3.806	(2.856)	950
Móveis e utensílios	10	2.487	(1.127)	1.360
Terrenos				
Imobilizações em andamento e outros (*)		63.729		63.729
		217.006	(28.510)	188.496

(*) Em 31 de dezembro de 2012 contempla R\$ 16.980 referente a adiantamentos à fornecedores vinculados às obras de expansão do terminal portuário do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2013 não haviam saldos de adiantamentos em aberto.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.1 Movimentação do ativo imobilizado

						Controladora
	2012	Adições	Baixas	Reclassificações e transferências	Depreciação	2013
Benfeitorias em imóveis de terceiros	47.697	54	(2)		(2.340)	45.409
Instalações	1.782				(336)	1.446
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	61.757				(3.999)	57.758
Veículos	1.392	753	(144)	1.037	(632)	2.406
Máquinas, equipamentos	360	95	(63)		(125)	267
Equipamentos de informática	775	702	(9)		(320)	1.148
Móveis e utensílios	1.054	164	(1)		(181)	1.036
Terrenos						
Imobilizações em andamento e outros	58.626	180.643	(88)	(1.037)		238.144
	<u>173.443</u>	<u>182.411</u>	<u>(307)</u>	<u></u>	<u>(7.933)</u>	<u>347.614</u>
						Controladora
	2011	Adições	Baixas	Reclassificações e transferências	Depreciação	2012
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.102	137		13.615	(2.157)	47.697
Instalações	2.086			31	(335)	1.782
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	23.703	358		41.402	(3.706)	61.757
Veículos	1.384	500			(492)	1.392
Máquinas, equipamentos	431	55			(126)	360
Equipamentos de informática	750	357		8	(340)	775
Móveis e utensílios	1.002	223	(5)		(166)	1.054
Terrenos						
Imobilizações em andamento e outros	53.402	60.280		(55.056)		58.626
	<u>118.860</u>	<u>61.910</u>	<u>(5)</u>	<u></u>	<u>(7.322)</u>	<u>173.443</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

50 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços e despesas gerais e administrativas foi de R\$ 7.914 (2012 - R\$ 7.372) e R\$ 1.237 (2012 - R\$ 1.123).

**(a) Avaliação do imobilizado com base no
custo atribuído (*deemed cost*) e
revisão da vida útil-econômica**

A Companhia e suas controladas optaram por ajustar seus saldos iniciais em 1º de janeiro de 2009 com base no custo atribuído (*deemed cost*), contratando avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo e apurar a vida útil-econômica remanescente dos bens.

(b) Efeitos da revisão da vida útil

As taxas de depreciação anual para as benfeitorias, empilhadeiras, veículos leves e de frota, guindastes (*portainers*), máquinas e equipamentos são revistas anualmente, atendendo às orientações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado", passando a ser calculadas com base na vida útil-econômica estimada dos bens que compõem esses grupos.

(c) Metodologia de avaliação

Para determinação das novas taxas de depreciação e valores residuais, foram levados em consideração diversos fatores que podem acarretar a retirada dos bens de serviço, como as condições físicas (risco de acidentes, catástrofes, deterioração pelo tempo, desgastes e imperfeições pelo uso normal), circunstâncias funcionais (inadequação e obsolescência), circunstâncias externas (extinção de linha de produção, encerramento das atividades) e circunstâncias operacionais (local de instalação, turnos de trabalhos, manutenções).

O custo atribuído foi determinado a partir do custo de reprodução ou reposição, deduzindo-se as parcelas resultantes da depreciação técnica, como deterioração física e obsolescência funcional e econômica.

**(d) Exceções à aplicação do custo atribuído
como base de valor**

Para os itens classificados nos grupos "Móveis e utensílios" e "Equipamentos de informática" não foram apurados ajustes a serem contabilizados ou alterações em suas vidas úteis.

9.2 Garantias

Não houveram bens adquiridos por meio de linhas de financiamentos que foram dados como parte das garantias dessas operações ao longo dos exercícios.

9.3 Imobilizações em andamento

O saldo de imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2013 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na expansão do terminal portuário do Rio de Janeiro - projeto denominado como PLTR.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.4 Baixas de imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valor contábil baixado (líquido de depreciação acumulada)	307	5	392	5
Prejuízo na baixa de imobilizado	<u>(117)</u>	<u>(5)</u>	<u>(145)</u>	<u>(5)</u>
Caixa recebido na baixa de imobilizado	<u>190</u>	<u></u>	<u>247</u>	<u></u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

		Controladora					
		2012			2013		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização e impairment acumulados	Custo líquido	Custo	Amortização e impairment acumulados	Custo líquido
Softwares	20	3.169	(1.889)	1.280	3.241	(2.368)	873
Desenvolvimento de softwares					8.899		8.899
Outros	20	51		51	51		51
		3.220	(1.889)	1.331	12.191	(2.368)	9.823
Consolidado							
		2012			2013		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização e impairment acumulados	Custo líquido	Custo	Amortização e impairment acumulados	Custo líquido
Softwares	20	3.422	(2.000)	1.422	3.498	(2.530)	968
Contrato de concessão do aeroporto	3	95.000	(3.525)	91.475	95.000	(6.345)	88.655
Relacionamento com clientes	37	6.100	(2.824)	3.276	6.100	(5.084)	1.016
Desenvolvimento de software					8.899		8.899
Ágio da Costa do Sol		11.645		11.645	11.645		11.645
Outros	20	194	(65)	129	172	(70)	102
		116.361	(8.414)	107.947	125.314	(14.029)	111.285

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.1 Movimentação do intangível

	Controladora				
	2012	Adições	Combinações de negócios	Amortização	2013
<i>Softwares</i>	1.280	72		(479)	873
Desenvolvimento de <i>softwares</i>		8.899			8.899
Outros	51				51
	<u>1.331</u>	<u>8.971</u>		<u>(479)</u>	<u>9.823</u>
	Controladora				
	2011	Adições		Amortização	2012
<i>Softwares</i>		821	818	(359)	1.280
Outros			51		51
	<u>821</u>	<u>869</u>		<u>(359)</u>	<u>1.331</u>
	Consolidado				
	2012	Adições	Amortização	Outros	2013
<i>Softwares</i>	1.422	77	(531)		968
Contrato de concessão do aeroporto	91.475		(2.820)		88.655
Relacionamento com clientes	3.276		(2.260)		1.016
Desenvolvimento de <i>softwares</i>		8.899			8.899
Ágio da Costa do Sol	11.645				11.645
Outros	129		(3)	(24)	102
	<u>107.947</u>	<u>8.976</u>	<u>(5.614)</u>	<u>(24)</u>	<u>111.285</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	2011	Aquisição de intangíveis	Amortização	2012
<i>Softwares</i>	964	862	(404)	1.422
Contrato de concessão do aeroporto	94.296		(2.821)	91.475
Relacionamento com clientes	5.536		(2.260)	3.276
Ágio Costa do Sol	11.645			11.645
Outros	54	79	(4)	129
	<u>112.495</u>	<u>941</u>	<u>(5.489)</u>	<u>107.947</u>

A parcela da amortização atribuída ao custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas foi de R\$ 4 (2012 - R\$ 0) e R\$ 5.610 (2012 - R\$ 5.489), respectivamente.

**10.2 Contrato de concessão do Aeroporto de
Cabo Frio e Ágio da Costa do Sol**

Em 2011 a Companhia adquiriu o controle acionário da Costa do Sol, companhia que detém o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Cabo de Frio. O contrato assinado com a Prefeitura do Município de Cabo Frio e com a Infraero determina que a controlada indireta Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. possui o direito de administrar e explorar, sem ingerência governamental as instalações do referido aeroporto durante o período de vigência do contrato de concessão pública. O intangível reconhecido na compra do controle acionário está sendo amortizado desde a data da compra, em 1º de outubro 2011, até o prazo final da concessão, que em 31 de dezembro de 2013, é de 32 anos. O ágio reconhecido na combinação de negócios tem vida útil indefinida e está fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

10.3 Relacionamento com cliente

Refere-se ao contrato de arrendamento de área mantido junto à PETROBRAS, notadamente sobre as receitas decorrentes das operações com helicópteros.

10.4 Taxas médias de amortização por categoria

As taxas médias anuais por categoria de ativo intangível são apresentadas na tabela a seguir.

	Percentual ao ano	
	2013	2012
<i>Softwares</i>	20	20
Contrato de concessão aeroporto	3	3
Relacionamento com clientes	37	37
Outros	20	20

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

11.1 Composição e características

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Consolidado	
			2013	2012
Moeda nacional				
Automático Itaú (a)	TJLP + 6,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	1.529	2.548
FINAME Bradesco (b)	TJLP + 3,80% a.a.	Juros: mensal até 2013 Principal: mensal a partir de 2009 até 2013		16
FINAME Itaú (c)	4,50% a.a.	Juros: mensal até 2014 Principal: mensal a partir de 2010 até 2014	44	133
FINEM BNDES (d)	TJLP + 1,40% a.a.	Juros: mensais até 2023 Principal: mensal a partir de 2015 até 2023	106.030	
Loan 4131 (e)	11,07% a.a.	Juros: semestrais até 2019 Principal: dezembro 2019	83.555	83.563
NCE Santander (f)	CDI + 1,82% a.a.	Juros: semestrais até 2020 Principal: dezembro 2020	100.625	
CCB Citibank (m)	CDI + 0,75% a.a.	Juros e principal: 2014	3.039	
			<u>294.822</u>	<u>86.260</u>
Dólares (USA)				
Automático Itaú (g)	4,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	507	737
FINIMP Bradesco (h)	LIBOR + 3,30% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: janeiro 2018		42
FINIMP Itaú (i)	LIBOR + 1,75% a.a.	Juros: mensais até 2013 Principal: fevereiro 2013	42.946	44.553
NCE Itaú (j)	5,34% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: julho 2018	107.838	103.506
NCE Votorantim (k)	7,10% a.a.	Juros: semestrais até 2015 Principal: junho 2015	29.398	42.741
			<u>180.689</u>	<u>191.579</u>
Total empréstimos			<u>475.511</u>	<u>277.839</u>
(-) Circulante			<u>67.565</u>	<u>40.257</u>
(=) Não circulante			<u>407.946</u>	<u>237.582</u>

(a) No período de agosto de 2010 a junho de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do programa "BNDES Automático", no montante total de R\$ 2.058. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os juros são calculados na base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) + 5,00% a.a. a 6,20% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2015.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Entre 2006 e 2008, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES FINAME", no montante de R\$ 1.729. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia na aquisição de empilhadeiras e semirreboques. Os juros são calculados na base de TJLP + 3,80% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2013.
- (c) Em dezembro de 2009, a Costa do Sol contratou junto ao Banco ItaúBBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES FINAME - PSI", no montante de R\$ 210. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia na aquisição de empilhadeiras. Os juros são calculados na base de 4,50% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2013.
- (d) A partir de agosto de 2013, a Companhia contratou diretamente com BNDES, por meio do programa "BNDES FINEM", o montante total de R\$ 105.000 distribuídos em 2 sub-créditos. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras de expansão do Terminal. Os juros são calculados na base de TJLP + 1,40% a.a. com pagamentos trimestrais de juros durante o período de carência e mensais até o vencimento final do principal em 2023.
- (e) Em dezembro de 2012 a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA uma operação de empréstimo, com repasse de recursos do exterior mediante a Resolução nº 4.131, no valor de R\$ 83.000 a taxa 11,07% a.a., juntamente com um *swap* no mesmo montante, de ponta ativa 11,07% a.a. e ponta passiva de variação cambial (US\$)+4,78% a.a.
- (f) Em dezembro de 2013 a Companhia contratou junto ao Banco Santander uma operação de NCE no valor de R\$ 100.000, à taxa CDI+1,82% a.a.
- (g) No período de agosto de 2010 a junho de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES Automático", o montante total de US\$ 575 mil. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os juros são calculados na base de 4,0% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2015.
- (h) No período de maio de 2007 a março de 2008, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco uma operação de FINIMP no montante total de US\$ 2.356 mil, para aquisição de *Reach Stackers* a taxa de LIBOR + 0,75% a.a. a 1,75% a.a.
- (i) No período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2013, a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA uma operação de FINIMP, no montante total de US\$ 23.937 mil, para aquisição de Portainers e de Rubber Tyred Gantry Cranes (RTGs) a taxa de LIBOR + 0,97% a.a. a 3,30% a.a.
- (j) Em julho de 2011 a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA uma operação de NCE no valor de US\$ 49.398 mil a taxa 5,34% a.a., equivalente à R\$ 78.000. Junto com a NCE, foi contratado um *swap* de ponta ativa variação cambial (US\$) + 5,34% a.a. e ponta passiva de CDI + 2,35% a.a.
- (k) Em junho de 2010 a Companhia contratou junto ao Banco Votorantim uma operação de NCE no valor de US\$ 25.000 mil à taxa 7,10% a.a.
- (l) No período de julho a dezembro de 2013, a Costa do Sol contratou empréstimos de curto prazo (CCBs) junto ao Citibank no montante total de R\$ 3.000 à taxa CDI+0,75% a.a.

Os gastos para a construção da retro área integrante do projeto de expansão do Terminal e parcialmente financiado pelo BNDES (subcrédito "B"), estão sujeitos ao ressarcimento pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), nas mesmas condições de prazo, juros e demais premissas do financiamento, através de compensação das parcelas mensais fixas e variáveis vinculadas ao 12º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento C-DEP JUR nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a Companhia e a CDRJ.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 21 de janeiro de 2014 a Companhia protocolou carta junto à CDRJ com proposta de metodologia de reembolso da referida construção. O reembolso pela CDRJ à Companhia está estimado em R\$ 135.376. Caso esse período não seja suficiente para o reembolso supracitado, as compensações continuarão sendo feitas até que a obrigação seja liquidada por completo. Até 31 de dezembro de 2013, não foram realizadas compensações das parcelas mensais supracitadas.

A composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
2014		52.554
2015	70.230	50.808
2016	69.978	41.281
2017	69.978	41.281
2018 - 2023	197.760	51.659
	<u>407.946</u>	<u>237.582</u>

11.2 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2011	189.685	189.759
Captações	88.337	88.337
Pagamentos	(12.300)	(12.337)
Encargos financeiros pagos	(20.563)	(20.566)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	30.023	30.026
Encargos financeiros apropriados ao imobilizado	2.620	2.620
Em 31 de dezembro de 2012	277.802	277.839
Captações	206.735	209.735
Pagamentos	(38.642)	(38.679)
Encargos financeiros pagos	(20.688)	(20.759)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	39.315	39.425
Encargos financeiros apropriados ao imobilizado	7.950	7.950
Em 31 de dezembro de 2013	<u>472.472</u>	<u>475.511</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.3 Divulgação do valor justo

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

Modalidade	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
Moeda nacional				
Automático Itaú	1.529	2.548	1.496	2.618
FINAME Bradesco		16		16
FINAME Itaú	44	96	43	99
FINEM BNDES	106.030		104.708	
Loan 4131	83.555	83.563	77.917	85.840
NCE Santander	100.625		101.314	
	<u>291.783</u>	<u>86.223</u>	<u>285.478</u>	<u>88.573</u>
Dólares (USA)				
Automático Itaú	507	737	521	763
FINIMP Bradesco		42		43
FINIMP Itaú	42.946	44.553	43.239	44.837
NCE Itaú	107.838	103.506	111.326	107.729
NCE Votorantim	29.398	42.741	30.602	45.000
	<u>180.689</u>	<u>191.579</u>	<u>185.688</u>	<u>198.372</u>
Total	<u>472.472</u>	<u>277.802</u>	<u>471.166</u>	<u>286.945</u>
Modalidade	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
Moeda nacional				
Automático Itaú	1.529	2.548	1.496	2.618
CCB Citibank	3.039		2.973	
FINAME Bradesco		16		16
FINAME Itaú	44	133	43	137
FINEM BNDES	106.030		104.708	
Loan 4131	83.555	83.563	77.917	85.840
NCE Santander	100.625		101.314	
	<u>294.822</u>	<u>86.260</u>	<u>288.451</u>	<u>88.611</u>
Dólares (USA)				
Automático Itaú	507	737	521	763
FINIMP Bradesco		42		43
FINIMP Itaú	42.946	44.553	43.239	44.837
NCE Itaú	107.838	103.506	111.326	107.729
NCE Votorantim	29.398	42.741	30.602	45.000
	<u>180.689</u>	<u>191.579</u>	<u>185.688</u>	<u>198.372</u>
Total	<u>475.511</u>	<u>277.839</u>	<u>474.139</u>	<u>286.983</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos não têm mercado secundário e para estimar o valor justo, utiliza-se a mensuração com base no valor presente da projeção de mercado para taxas pós-fixadas e dados contratuais vigentes para os prefixados, trazidos a valor presente pela taxa de mercado atual. Na prática, o cálculo do deságio do valor justo dos empréstimos e financiamentos consideraram as projeções de mercado para a DI, Cupom Limpo e índice da TJLP, divulgadas pela BM&FBOVESPA. Ao deságio foi acrescido o *spread* de crédito da Companhia, obtido com base em captações históricas.

11.4 Garantias dos empréstimos e financiamentos

Todos os empréstimos e financiamentos apresentam aval corporativo da Companhia e da Libra Participações S.A. como garantia, exceto pelo FINEM BNDES, o qual está garantido por carta fiança.

12 Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Obrigações trabalhistas				
Previdenciárias FGTS/INSS	868	759	1.140	1.160
Férias e encargos	3.055	2.565	3.917	3.440
13º salário e encargos		5		5
Provisão para participações nos lucros	2.109	2.376	3.093	3.071
Salários e outros	252	345	384	574
	<u>6.284</u>	<u>6.050</u>	<u>8.534</u>	<u>8.250</u>
Obrigações tributárias				
Tributos retidos na fonte	972	716	1.135	902
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.568	1.793	1.728	1.870
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	1.285	1.658	1.386	1.755
Outros	17	17	17	17
	<u>3.842</u>	<u>4.184</u>	<u>4.266</u>	<u>4.544</u>
	<u>10.126</u>	<u>10.234</u>	<u>12.800</u>	<u>12.794</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imposto de renda e contribuição social

As controladas indiretas Costa do Sol Operadora Portuária S.A. e Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda. optaram até 2012 pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro presumido. A Companhia, assim como suas demais controladas diretas e indiretas, optou pelo regime de lucro real para apuração de imposto de renda e contribuição social incidentes, sobre o resultado tributável.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício				
Corrente	(42.125)	(42.660)	(43.216)	(47.972)
Diferido	<u>(5.375)</u>	<u>(5.530)</u>	<u>(3.649)</u>	<u>(3.804)</u>
	<u>(47.500)</u>	<u>(48.190)</u>	<u>(46.865)</u>	<u>(51.776)</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar em 31 de dezembro	<u>7.330</u>	<u>5.695</u>	<u>7.371</u>	<u>6.644</u>

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes dos tributos	121.937	146.347
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e de contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>41.459</u>	<u>49.758</u>
Prejuízo sobre os quais não foram constituídos imposto diferidos		359
Equivalência patrimonial em coligadas	(42)	642
Diferença de alíquota efetiva decorrente de tributação pelo lucro presumido na Costa do Sol Operadora Portuária S.A. e Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda.		(1.664)
Despesas permanentes	1.737	1.131
Associação de classes	917	664
Doações e patrocínios	585	377
Eventos e brindes	235	90
Outros	<u>3.711</u>	<u>1.550</u>
Encargo no resultado do exercício - total de corrente e diferido	<u>46.865</u>	<u>51.776</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

A estimativa de realização e liquidação dos valores de imposto de renda e contribuição social compensáveis e exigíveis futuramente, respectivamente, é de prazos superiores a 12 meses.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Consolidado							
Ativos e passivos de impostos diferidos	Diferença temporária (contingências)	Diferença temporária (PLR)	Diferença temporária (PCLD)	Derivativos	Amortização ágio	Custo atribuído do imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2011	1.502	479	986		431	(13.727)	641	(9.688)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado em 2012	(259)	(176)	(378)	3.928	(1.727)	2.812	(395)	3.803
Em 31 de dezembro de 2012	1.761	655	1.364	(3.928)	2.158	(16.539)	1.036	(13.491)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado em 2013	(107)	(62)	(408)	2.556	1.727	3.532	(138)	3.648
Em 31 de dezembro de 2013	1.868	717	1.772	(6.484)	3.885	(20.071)	1.174	(17.139)

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 1.055 (2012 - R\$ 1.055), representado por 115.479 (2012 - 115.479) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva de capital - ágio na emissão de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor patrimonial. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A companhia ao final do exercício tem constituído em seu balanço patrimonial R\$ 210 referente a esta reserva atingindo o limite de 20% sobre seu capital social de R\$ 1.054.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído

Corresponde ao valor reconhecido na adoção inicial das normas do IFRS, ao adotar a opção de reconhecer o imobilizado ao custo atribuído e representa a diferença entre o custo atribuído e o custo histórico dos bens de imobilizado na adoção inicial de IFRS, líquido de tributos. O valor originalmente reconhecido é realizado com base na depreciação ou baixa dos bens correspondentes por meio de transferência do saldo para a conta de resultados acumulados.

(e) Transações de capital

Corresponde ao valor reconhecido diretamente no patrimônio em transações de capital como alteração de participação dos não controladores em empresas controladas sem perda de controle pela Companhia ou contribuições ou distribuições em transações entre entidades sob controle comum. Os saldos reconhecidos nesta conta, por não serem de natureza estatutária, não tem previsão para sua destinação no Estatuto Social da Companhia.

(f) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que esta poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio aqui previstos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos.

64 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O pagamento de dividendos registrado nas demonstrações financeiras da Companhia está sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária. A demonstração do dividendo mínimo obrigatório calculado nos termos da lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, está demonstrado a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Base de cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício	76.547	94.629
Destinações estabelecidas no estatuto social		
Dividendo mínimo obrigatório pago (25%)	(19.137)	(23.657)
Dividendos adicionais pagos	(57.410)	(70.972)
Resultado remanescente a ser destinado pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas		

15 Receita

A reconciliação da receita é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações portuárias		
Operações portuárias	55.423	53.057
Armazenagem	278.832	239.247
Serviços portuários acessórios de armazenagem	64.615	71.828
Serviços de segurança da carga	403	4.406
	<u>399.273</u>	<u>368.538</u>
Impostos sobre vendas	(54.853)	(53.145)
	<u>344.420</u>	<u>315.393</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações portuárias		
Operações portuárias	55.423	53.057
Armazenagem	278.832	239.247
Serviços portuários acessórios de armazenagem	64.615	71.828
Serviços de segurança da carga	403	4.406
Operações aeroportuárias		
Serviços comerciais, pouso e permanência	5.840	21.447
Armazenagem e carga	19.830	19.475
Locação de imóveis e equipamentos	20.671	8.962
	<u>445.614</u>	<u>418.422</u>
Impostos sobre vendas	(62.134)	(56.971)
	<u>383.480</u>	<u>361.451</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Custos e despesas por natureza

	Controladora		
	2013		
	Custo operacional	Despesas administrativa, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	32.488	13.828	46.316
Combustíveis e lubrificantes	2.902		2.902
Depreciação e amortização	6.955	1.457	8.412
Manutenções e revisões	6.072		6.072
Ocupação de espaço e aluguéis	18.362	4.639	23.001
Serviços prestados por terceiros	23.146	10.441	33.587
Despesas comerciais		11.139	11.139
Outros custos e despesas	14.026	31.177	45.203
	<u>103.951</u>	<u>72.681</u>	<u>176.632</u>
	Controladora		
	2012		
	Custo operacional	Despesas administrativa, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	26.982	13.611	40.593
Combustíveis e lubrificantes	2.193		2.193
Despesas de depreciação	6.381	1.300	7.681
Manutenções e revisões	5.051		5.051
Ocupação de espaço e aluguéis	18.710	6.242	24.952
Serviços prestados por terceiros	23.868	9.595	33.463
Despesas comerciais		5.767	5.767
Outros custos e despesas	13.714	30.679	44.393
	<u>96.899</u>	<u>67.194</u>	<u>164.093</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em**

31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	2013		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	40.109	19.775	59.884
Combustíveis e lubrificantes	3.020		3.020
Depreciação e amortização	7.918	6.846	14.764
Manutenções e revisões	6.463		6.463
Ocupação de espaço e aluguéis	21.509	5.073	26.582
Serviços prestados por terceiros	29.444	15.568	45.012
Despesas comerciais		15.122	15.122
Outros custos e despesas	14.765	34.174	48.939
	<u>123.228</u>	<u>96.558</u>	<u>219.786</u>
	Consolidado		
	2012		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	34.240	20.337	54.577
Combustíveis e lubrificantes	2.322		2.322
Despesas de depreciação	7.377	6.604	13.981
Manutenções e revisões	5.532		5.532
Ocupação de espaço e aluguéis	22.751	6.605	29.356
Serviços prestados por terceiros	28.459	14.869	43.328
Despesas comerciais		10.030	10.030
Outros custos e despesas	15.234	32.361	47.595
	<u>115.915</u>	<u>90.806</u>	<u>206.721</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.899)	(10.506)	(15.462)	(10.888)
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeira	4.228	5.173	4.603	5.502
Swap e futuros de cambio	(3.126)	13.236	(3.126)	13.236
Variações monetárias e cambiais	(28.089)	(16.712)	(28.089)	(16.712)
	<u>(41.886)</u>	<u>(8.809)</u>	<u>(42.074)</u>	<u>(8.862)</u>

18 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não dispõe de ações em potencial, ou seja, de nenhum instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações; por isso, o resultado por ação básico é igual ao diluído.

A reconciliação do resultado básico por ação é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício	76.547	94.629	75.072	94.571
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>
Lucro por ação	<u>0,66</u>	<u>0,82</u>	<u>0,65</u>	<u>0,82</u>

19 Contingências e depósitos judiciais

Os valores depositados não dizem respeito ao valor de perda provável dos processos. Eles servem apenas para apresentação de recursos na Justiça do Trabalho. Por outro lado, o valor de perda provável dos processos trabalhistas é resultado de aplicação de premissas preestabelecidas daquilo que a Companhia considera como perda provável de cada processo (Nota 19.1(a)).

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisão para contingências</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Trabalhistas	100	821	5.611	5.831
Cíveis			126	151
	<u>100</u>	<u>821</u>	<u>5.737</u>	<u>5.982</u>

19.1 Movimentação das provisões

	<u>Consolidado</u>		
<u>Provisões</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.831	151	5.982
Debitado (creditado) à demonstração do resultado			
Juros e atualização monetária	373	14	387
Constituição	1.828		1.828
Valores não utilizados (estornados)	(1.879)	(39)	(1.918)
Aquisição de controlada (Nota 8)	4		4
Valores pagos durante o exercício	<u>(546)</u>		<u>(546)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>5.611</u>	<u>126</u>	<u>5.737</u>

(a) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas eram rés em ações trabalhistas que envolvem problemas usuais e peculiares ao negócio, como ações de rescisão de cláusulas de contratos de trabalho, ações de reparação de danos, entre outras. As ações de valor individual significativo são avaliadas individualmente e provisionadas quando a perda é provável. Em 31 de dezembro de 2013 não havia ações trabalhistas de valor individual significativo com perda provável ou possível. Em relação a todas as outras ações trabalhistas que tem natureza e características similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de contingências trabalhistas como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. A provisão é mensurada para a classe como um todo multiplicando a quantidade de ações, classificada por tipo de reclamação, pelo valor médio de pagamentos para este tipo de reclamação com base em informação histórica recente. Portanto, o valor provisionado representa a melhor estimativa dos desembolsos para todas as contingências trabalhistas como um todo. Com base no histórico de materialização desses processos, apurados na comparação dos valores pleiteados pelos impetrantes com os efetivamente pagos pela Companhia, foi efetuada uma reversão de provisão de R\$ 1.879 (2012 - R\$ 259), que representa a melhor estimativa avaliada pelos consultores jurídicos em relação aos riscos de perda envolvidos nesses processos.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contingências cíveis

De acordo com os advogados que patrocinam os processos, foi considerado como perda provável o montante de R\$ 126 (2012 - R\$ 151), sendo integralmente provisionados contabilmente. Além disso, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas eram parte em ações cíveis classificadas como perda possível, no valor total de R\$ 833. Para esses processos nenhuma provisão foi constituída.

(c) Contingências tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária, representados por autos de infração relativos a questionamentos de determinados procedimentos adotados pela administração, para os quais não foi constituída por não haverem processos considerados como risco de perda provável.

Risco possível

Não foram provisionados os valores considerados como risco de perda possível. Considerando as incertezas sobre o andamento dos processos não é possível estimar com precisão o momento esperado do desembolso. No entanto, a Companhia estima que seja após 12 meses da data do balanço. Os principais processos classificados nesta categoria estão descritos a seguir.

(i) Reporto Portainer Processo - nº 2007.51.01.028595-0

Em nov/2007, foi proposta pelo T-Rio, Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, para que fosse deferida a licença referente à importação de um Portainer (guindaste utilizado no embarque e desembarque de contêineres) com os benefícios do REPORTO (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - Lei nº 11.033/2004), bem como a declaração de não similaridade e a consequente declaração de não obrigação do recolhimento dos tributos (Imposto de Importação, PIS e COFINS). Existem processos administrativos relacionados: Processo Administrativo nº 10711-000.146/2010-72- Alfândega do Rio de Janeiro e Processo Administrativo nº 10711-000.797/01-62 - Alfândega do Porto do Rio de Janeiro Valor do processo: R\$ 9,1 milhões - base dez/2013.

(ii) Glosa de despesas Processo - nº 12448.720038/2013-55

Em dezembro de 2012 foi recebido pelo T-Rio um auto de infração referente à exclusão do lucro líquido e da base de cálculo da contribuição social certas despesas incorridas no ano-base de 2009, por entender o fisco que tais despesas eram indedutíveis da base de cálculo dos tributos. Em fev/2013, foi apresentada impugnação, pedindo o cancelamento do auto uma vez que foram comprovadas as despesas autuadas. Valor do Processo: R\$ 3,2 milhões - base dez/2013.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 Transações e saldo relevantes com
partes relacionadas**

A Companhia mantém operações comerciais e financeiras com suas controladas e outras empresas do Grupo Libra e os saldos e as transações estão a seguir enumerados:

(i) Nos ativos e passivos

Os saldos líquidos entre ativos e passivos por empresa ligada estão demonstrados a seguir:

		Saldos a receber (pagar)			
		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Natureza					
Transações com acionistas controladores e empresas sob controle comum	Compartilhamento de despesas corporativas/ conta com acionistas e serviços de transporte e aluguel de equipamentos				
Libra Terminal 35 S.A.		1.468	(5.239)	1.719	(5.239)
Libra Terminais S.A.		(3.376)	(2.587)	(3.565)	(3.405)
Libra Holding S.A.		7.645	1.770	7.645	706
Libra Administrações e Participações		2.750	(6.767)	2.750	(6.767)
Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda.		(4.597)	(4.597)	(4.597)	(6.767)
Outros		633	(412)	644	(421)
		<u>4.523</u>	<u>(13.235)</u>	<u>4.596</u>	<u>(15.126)</u>

(ii) No resultado do exercício

		Receitas (despesas)			
		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Natureza					
Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda.	Serviços de transporte	(25.510)	(32.820)	(25.510)	(32.820)
Libra Terminais S.A.	Compartilhamento de despesas corporativas	(28.447)	(24.892)	(28.447)	(24.892)
Outros	Compartilhamento de despesas corporativas	1.167	658	1.167	658
		<u>(52.790)</u>	<u>(57.054)</u>	<u>(52.790)</u>	<u>(57.054)</u>

71 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Prazos e condições dos saldos existentes com partes relacionadas e garantias com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas e coligadas desenvolvem seus negócios dentro do contexto do grupo empresarial - Grupo Libra - e mantém relacionamentos com outras empresas do Grupo Libra. As operações entre as empresas do Grupo Libra observam termos acordados entre as partes e seus termos são de caráter estritamente comutativo.

Compartilhamento de despesas corporativas: utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão, receitas e espaços. Desta forma, as sociedades do Grupo Libra, ao longo do exercício social, rateiam as despesas. Os valores a serem repassados são baseados nos custos efetivamente incorridos e pautados em critérios de rateio respaldados por contratos. Os saldos resultantes a receber pela T-Rio e suas controladas ou a pagar junto a partes relacionadas do Grupo Libra não tem encargos financeiros e são quitados conforme cláusulas contratuais.

Conta com acionistas: Valores transitórios e de curto prazo relativos a mútuos com acionistas. Os saldos resultantes a receber não tem encargos financeiros e nem data de vencimento para pagamento estabelecida.

Serviços de transporte e locação de equipamentos: A T-Rio e suas controladas contratam serviços de transporte e de aluguel de equipamentos da Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda., empresa controlada pelo Grupo Libra e especializada em transporte de carga e locação de equipamentos. Os serviços são faturados em função do volume efetivamente utilizado com base em preços negociados entre as empresas e o pagamento dos serviços comprados é feito mensalmente.

A Companhia e suas controladas não receberam garantias em relação aos valores a receber de partes relacionadas nem outorgaram garantias para as partes relacionadas com as quais tem valores pagar. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não outorgaram a terceiros garantia de dívidas de outras entidades do Grupo Libra.

(iv) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os principais executivos da operação portuária no Rio de Janeiro e da operação aeroportuária assim como os diretores estatutários da Companhia, uma vez que estes têm sua remuneração paga em forma centralizada por outras empresas do Grupo Libra e a Companhia recebe uma alocação dessa remuneração por meio de rateio de despesas.

A remuneração do pessoal-chave da Companhia e suas controladas inclui remuneração fixa (salários, honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social, INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participações nos resultados.

A Companhia não tem remuneração baseada em ações e nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, tampouco oferece outros benefícios de longo prazo, como licença a outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora	
	2013	2012
Classificada por tipo de pessoal-chave		
Principais executivos das operações portuárias no Rio e aeroportuária	2.246	1.681
Diretores estatutários (alocada por rateio de custos)	2.692	2.827
	<u>4.938</u>	<u>4.508</u>
Classificada por tipo de remuneração		
Remuneração fixa	2.561	2.423
Remuneração variável	1.382	1.170
Encargos sociais	995	915
	<u>4.937</u>	<u>4.508</u>

Não existem contas a receber nem contas a pagar de partes relacionadas que correspondam ao pessoal-chave da Companhia e nem do Grupo Libra.

21 Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem estar dos funcionários e também de seus familiares e, por essa razão, a Companhia e suas controladas oferecem assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte, entre outros, durante o período em os funcionários estão contratados pela Companhia. Não existem benefícios pós-emprego. O total dos gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a esse título foi R\$ 14.581 e R\$ 12.374, respectivamente.

22 Informações por segmento de negócios

Os Diretores do Terminal Rio e do Aeroporto Internacional de Cabo Frio são considerados os tomadores de decisões operacionais da Companhia. A administração determinou os segmentos operacionais com base na informação revisada pelos diretores com o objetivo de alocar os recursos e a avaliação de desempenho entre os segmentos abaixo:

- Operação de Terminais Portuários
- Operação de Terminais Aeroportuários

Os Diretores avaliam o desempenho dos segmentos operacionais com base no lucro líquido e no Lucro antes dos Efeitos Financeiros, Impostos sobre a Renda, Depreciação e Amortização (EBITDA). As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas políticas contábeis da Companhia

73 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

descritas na Nota 2. As atividades da Terminal Libra Santos, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial foram excluídas dos segmentos operacionais reportáveis por não serem revisadas pelos diretores. O EBITDA é definido como o resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012. Não existem transações significativas entre os segmentos.

A tabela a seguir apresenta informação sobre ativos, passivos, resultados e transações por segmento.

A segunda tabela apresenta a reconciliação entre os valores por segmento e os valores de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas do lucro líquido (prejuízo) e do total de ativos.

Na operação de Terminais Portuários nenhum cliente representa individualmente mais de 10% da receita consolidada atribuída a este segmento. Para operação de Terminais Aeroportuários existe 1 cliente que é responsável por R\$ 16,5 mil em 2013 (2012 - R\$ 10,1 mil).

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013			2012		
	Terminais portuários	Terminais aeroportuários	Total segmentos	Terminais portuários	Terminais aeroportuários	Total segmentos
Informação sobre ativos e passivos						
Ativos	589.388	39.117	628.505	414.707	38.802	453.509
Passivos	593.061	39.117	632.178	414.707	38.802	453.509
Informação sobre resultados						
Receita (toda externa)	344.420	39.060	383.480	315.393	46.058	361.451
Despesas (receitas) operacionais	(181.573)	(37.708)	(219.282)	(168.227)	(37.991)	(206.218)
Despesas financeiras	(31.805)	(563)	(32.368)	(20.422)	(382)	(20.804)
Receitas financeiras	17.268	374	17.642	28.326	329	28.655
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(27.348)		(27.348)	(16.714)	1	(16.713)
Resultado financeiro (líquido)	(41.885)	(189)	(42.074)	(8.810)	(52)	(8.862)
IR/CS	(45.773)	(1.092)	(46.865)	(46.464)	(5.312)	(51.776)
Participação nos resultados de coligadas	(83)	(40)	(123)		(24)	(24)
Angra Aeroportos Ltda.		(40)	(40)		(24)	(24)
Turn Key Gestão Logística	(83)		(83)			
Participação de não controladores		1.475	1.475		58	58
Lucro líquido (prejuízo) do segmento	75.106	1.506	76.611	91.892	2.737	94.629
EBITDA e reconciliação do EBITDA com lucro (prejuízo) do segmento						
Lucro líquido (prejuízo) do segmento	75.106	1.506	76.611	91.892	2.737	94.629
Mais: Depreciação e amortização	13.492	1.274	14.766	12.760	1.224	13.984
Mais: Resultado financeiro (líquido)	41.885	189	42.074	8.810	52	8.862
Mais: Imposto de renda e contribuição social	45.773	1.092	46.865	46.464	5.312	51.776
EBITDA do segmento	176.256	4.061	180.316	159.926	9.325	169.251
Outras informações						
Saldo de investimentos em coligadas	136.848		136.848	85.643		85.643
Adições no imobilizado e intangível	191.382	3.245	194.627	62.779	3.980	66.759

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O EBITDA do consolidado e a sua reconciliação com o lucro líquido consolidado é como segue:

	2013	2012
Lucro líquido consolidado	75.072	94.571
Mais: Depreciação e amortização	14.766	13.984
Mais: Resultado financeiro (líquido)	42.074	8.862
Mais: Imposto de renda e contribuição social	46.865	51.776
EBITDA do Consolidado	<u>178.777</u>	<u>169.193</u>
	2013	
	Lucro líquido (prejuízo)	Ativos
Total por segmentos	76.610	628.505
Libra Terminais	<u>(64)</u>	<u>3.673</u>
Total Consolidado	<u>76.546</u>	<u>632.178</u>

23 Seguros

A Companhia dispõe de um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

(a) Grupo Libra (Seguros Corporativos)

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura - milhares de dólares e reais
Responsabilidade do operador portuário	Itaú Seguros	Operações de estiva nas faixas portuárias indicadas como local de risco, operações de terminais portuários, pátio de carga e descarga de contêineres, armazém alfandegado, armazém geral, serviços de emergência e operação de <i>pool</i> de carretas, revisão e reparo de equipamentos; depósito a serviço de empresas de contêineres.	15 de dezembro de 2014	US\$ 80.000

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura - milhares de dólares e reais
Carga, descarga, içamento e descida	Itaú Seguros	Carga, descarga, içamento e descida.	15 de dezembro de 2014	US\$ 50.000
Coleta e entrega	Itaú Seguros	Transporte rodoviário de contêineres entre os terminais.	15 de dezembro de 2014	US\$ 5.000
Armazenagem em galpões de vinilona	Itaú Seguros	Armazém geral e alfandegado.	15 de dezembro de 2014	US\$ 1.000
Erros de despacho	Itaú Seguros	Erros de despacho.	15 de dezembro de 2014	US\$ 500
Bens móveis, imóveis e equipamentos	Itaú Seguros	Todos os riscos de perda física direta ou dano direto dos bens cobertos, exceto desgaste pelo uso, falta de manutenção e vício próprio, entre outras exclusões.	15 de dezembro de 2014	US\$ 16.000
Logística/transportes	Zurich Seguros	Transporte rodoviário de cargas no âmbito nacional (RCTR-C e RCF-DC).	30 de junho de 2014	R\$ 3.000
Responsabilidade civil facultativa de veículos	Itaú Seguros	Danos corporais.	26 de novembro de 2014	R\$ 500
Responsabilidade civil Facultativa de veículos	Itaú Seguros	Danos materiais.	26 de novembro de 2014	R\$ 200
Responsabilidade civil facultativa de veículos	Itaú Seguros	Danos morais.	26 de novembro de 2014	R\$ 100
Multirisco Empresarial	Itaú Seguros	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a incêndio, raio e explosão de qualquer natureza.	15 de dezembro de 2014	R\$ 26.000
Multirisco Empresarial	Itaú Seguros	Danos elétricos, equipamentos eletrônicos, tumultos, greves, <i>lockout</i> , atos dolosos e derrame ou vazamento de chuveiros automáticos e rede de hidrantes.	15 de dezembro de 2014	R\$ 1.000

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura - milhares de dólares e reais
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos aéreos e terrestres e fumaça.	15 de dezembro de 2014	R\$ 2.500
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados à recomposição de registros e documentos.	15 de dezembro de 2014	R\$ 200
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos equipamentos móveis.	15 de dezembro de 2014	R\$ 477
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Roubo de valores no interior do estabelecimento e para roubo de valores em trânsito fora do estabelecimento.	15 de dezembro de 2014	R\$ 20
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Roubo e/ou furto qualificado de bens, e alagamento e/ou inundação.	15 de dezembro de 2014	R\$ 100
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Perda e/ou pagamento de aluguel.	15 de dezembro de 2014	R\$ 3.600
D&O	Itaú Seguros	Responsabilidade civil dos administradores.	14 de agosto de 2014	R\$ 50.000
Responsabilidade civil riscos ambientais	AIG Seguros	Responsabilidade por danos de poluição ambiental.	29 de novembro de 2014	R\$ 23.370

(b) Libra Terminal Rio

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura
Contrato de arrendamento CDEPJUR 010/1998	Austral Seguradora	Garantia dos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações do contrato de arrendamento CDEPJUR 010/1998.	15 de abril de 2014	R\$ 5.521

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Costa do Sol

<u>Bens segurados</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Validade</u>	<u>Montante da cobertura - milhares de dólares e reais</u>
Responsabilidade civil do operador aeroportuário	Itaú Seguros	RC de reabastecimento.	3 de maio de 2014	US\$ 30.000
Responsabilidade civil do operador aeroportuário	Itaú Seguros	Danos pessoais.	3 de maio de 2014	US\$ 25.000
Responsabilidade civil do operador aeroportuário	Itaú Seguros	Danos morais e estéticos.	3 de maio de 2014	R\$ 500

(d) Costa do Sol e Cabo Frio Logística

<u>Bens segurados</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Validade</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Multirrisco Empresarial	Tokio Marine	Incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça.	3 de maio de 2014	R\$ 8.000
Multirrisco Empresarial	Tokio Marine	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos, queda de aeronaves, tumultos, greves, lockout, atos dolosos, roubo e furto mediante aeronaves, tumultos, greves, lockout, atos dolosos, roubo e furto mediante arrombamento.	3 de maio de 2014	R\$ 100
Multirrisco Empresarial	Tokio Marine	Danos elétricos.	3 de maio de 2014	R\$ 150
Multirrisco Empresarial	Tokio Marine	Equipamentos eletrônicos.	3 de maio de 2014	R\$ 50
Multirrisco Empresarial	Tokio Marine	RC de operações e movimentação interna.	3 de maio de 2014	R\$ 1.000
Multirrisco Empresarial	Tokio Marine	RC veículos contingentes e RC empregador.	3 de maio de 2014	R\$ 500

* * *

Relatório da Administração Exercícios Sociais 2011, 2012, 2013

Prezados Senhores,

A Administração da Libra Terminal Rio S.A., empresa brasileira que atua nos segmentos de operações portuárias e aeroportuárias, este último por meio de sua controlada Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A., submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o respectivo parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1.MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2013 foi um ano de conquistas para nossa Companhia. Ao mesmo tempo em que registramos desempenho e crescimento expressivos, identificamos oportunidades de investimentos que fortaleceram a nossa capacidade competitiva e contribuíram para a continuidade do nosso crescimento sustentável.

Em um cenário econômico instável, oportunidades de novas parcerias se consolidaram ao longo do período, mostrando a solidez do nosso trabalho e, sobretudo, nossa capacidade de adaptação e reinvenção para continuar perseguindo resultados diferenciados.

Um ponto de destaque nos 3 últimos exercícios é o alto grau de aderência com o qual a Companhia vem executando seus planos de fortalecimento da infraestrutura portuária e aeroportuária, de seus recursos humanos e de seus sistemas e processos, principalmente de sua Tecnologia da Informação. Destacam-se os seguintes investimentos, em diferentes estágios de evolução, na Companhia: (i) ampliação do armazém situado no complexo do Terminal Portuário; (ii) expansão da retro área de 136 mil m² para 176 mil m², ou seja em 40 mil m² e do cais de 545 m para 715 m, ou seja, em 170 m; (iii) modernização e ampliação dos equipamentos operacionais e (iv) substituição dos sistemas transacionais.

Destacamos que alguns investimentos já viabilizaram o alcance dos resultados operacionais e financeiros pela Companhia, como os percebidos em relevantes ganhos de produtividade na movimentação de containers, na disponibilidade de armazenagem e na fluidez de seus fluxos logísticos internos e externos à operação portuária, onde se destacou a viabilização de áreas destinadas e, principalmente, preparadas para a armazenagem de produtos químicos, culminando na elevação de sua receita líquida, que atingiu em 2013 o equivalente a R\$ 383.480, crescimento na ordem de 6% relativamente ao exercício de 2012, que já havia se apresentado como um recorde histórico da Companhia. Alguns investimentos, assim que concluídos, trarão ainda mais melhorias na equação de resultados da Companhia, como por exemplo, quando do início da operação simultânea de 2 navios de grande porte, viabilizada pela extensão do berço

de atracação. Vale ressaltar, também, que o arcabouço de controles administrativos e de Governança Corporativa que sustentaram a Companhia no atingimento destes recordes.

Frente a um crescimento mais arrefecido da economia brasileira em 2013, a Companhia se concentrou na busca constante pela elevação dos níveis de qualidade e responsividade dos serviços prestados aos seus clientes, transformando-os em diferencial competitivo do negócio e, na obtenção dos seus resultados econômico-financeiros baseados na elevação de suas receitas oriundas de maiores volumes e serviços de maior valor agregado e no controle de seus custos e despesas, garantindo, assim, o crescimento de seu resultado operacional em 6% para o exercício social de 2013, quando comparado ao exercício anterior.

2.PERFIL DO GRUPO ECONÔMICO

A Companhia integra o Grupo Libra, grupo este de capital 100% nacional, sob controle da família Borges Torrealba, com atuação em setores de infraestrutura, particularmente naquilo que concerne através segmentos principais: Terminais, Logística e Aeroportos, tendo sido a primeira empresa da América Latina a trabalhar de forma integrada com todos os modais de transportes - portuário, rodoviário, ferroviário e aéreo.

O Grupo Libra iniciou sua trajetória em 1941 na atividade de navegação, por iniciativa de seu fundador, Sr. Wilfred Penha Borges. Em 1995, acompanhando o crescimento da economia ao longo de décadas e a abertura dos mercados, a Libra seguiu seu espírito empreendedor e foi uma das primeiras companhias privadas a obter concessão para operar um terminal de contêineres, o Terminal 37 no porto de Santos, principal instalação portuária da América Latina.

Em 1998, foram obtidas duas novas concessões de terminal de contêineres: o Terminal 35 no porto de Santos e o Terminal 1, ou seja, a Companhia, no Porto do Rio de Janeiro.

Atualmente, o Grupo Libra é o terceiro maior operador portuário de contêiner no Brasil, em termos de número total de movimentação de unidades equivalentes a vinte pés, em inglês, "*twenty feet equivalente unit*" ("TEUS"), dados da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público ("ABRATEC"), divulgado aos seus conselheiros em 26 de fevereiro de 2014 e possui uma completa infraestrutura para atuar em operações de logística de comércio exterior dentro do território brasileiro.

O Grupo Libra conta com cerca de 3.200 colaboradores e com um elevado padrão de governança corporativa, tendo evoluído de forma significativa nos últimos anos a partir do desenvolvimento de um conjunto de mecanismos internos e de aprimoramento das estruturas de tomada de decisão, evolução essa reconhecida com o Prêmio do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), obtido em 2012, na categoria de empresas não listadas.

A Companhia foi constituída no ano de 1998, sob a forma de sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, com sede social na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e tendo por objeto (a) exploração de instalações portuárias e de área sob a administração da CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro, localizada no Porto do Rio de Janeiro, denominada de Terminal Contêineres I; (b) atividade de operador

portuário, de movimentação e armazenagem de carga e contêineres, alfandegada ou não, inclusive medicamentos e produtos para a saúde, bem como a atividade de armazém geral; (c) atividades secundárias de serviços médico ambulatorial e de alimentação privativo/refeitório; (d) participação em outras sociedades como sócia ou acionista; e (e) participação, direta ou indiretamente, em licitações para contratação com a administração pública de serviços relacionados ao objeto acima descrito.

A constituição da Companhia foi parte integrante da política de expansão das atividades comerciais para o segmento de operações portuárias, traduzindo-se no veículo de viabilização para a participação no processo licitatório realizado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ") para arrendamento de instalações portuárias localizadas dentro da área do Porto do Rio de Janeiro, especializadas na movimentação de contêineres, nos termos do Edital nº CI 001/96 e seus anexos. Tendo sido a licitante vencedora, a Companhia celebrou em 11 de março de 1998 com a CDRJ o Contrato de Arrendamento C-DEP JUR Nº 010/98 ("Contrato de Arrendamento"), mediante o qual se tornou arrendatária do Terminal de Contêineres I do Porto do Rio de Janeiro.

O prazo do Contrato de Arrendamento é de 25 anos, podendo ser prorrogado por mais 25 anos. Em dezembro de 2011, por conta do programa de investimentos que contempla a ampliação do cais e da área de armazenagem do terminal, foi realizada a renovação antecipada do Contrato de Arrendamento, de modo que o vencimento final passou a ser maio de 2048.

A partir de então, a Companhia passou a explorar uma das maiores áreas alfandegadas do Porto do Rio de Janeiro, com 136 mil m², sendo 9,6 mil m² de armazém coberto, cais atracável de 545 metros em dois berços com calado de 13 metros, segundo dados publicados pela ABRATEC. Trata-se do único terminal do Porto do Rio de Janeiro com espaço segregado para cargas perigosas, tendo ainda autorização para operar como Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação – REDEX com estufagem de exportação e pré-stacking. Além disso, é equipado com equipamentos modernos, incluindo 4 guindastes portuários, 13 *reach stackers*, 4 guindastes rolantes (RTGs), e um guindaste móvel no porto (MHC).

Os principais serviços prestados pela Companhia consistem em: (i) operações portuárias; (ii) movimentação e armazenamento de contêineres e cargas; (iii) prestação de serviços auxiliares relacionados à armazenagem, tais como seguros e acessos rodoviários.

Durante 2012 e 2013, a receita líquida referente às operações do terminal de contêineres foi de R\$ 315.393 milhões e R\$ 344.420 milhões, respectivamente.

Em 2013, a Companhia foi a 2º maior operadora de terminal de contêiner do Porto do Rio de Janeiro, tendo movimentado 33% do número total de contêineres carregados e descarregados com destino ao Porto do Rio de Janeiro, de acordo com informações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) publicadas em seu site (<http://www.antaq.gov.br/Portal/default.asp>).

A Companhia acredita que a posição como um dos líderes em operações de terminal de contêineres e sua força competitiva se devem também (i) à localização estratégica do Porto do Rio de Janeiro, que atende a região Sudeste, a mais economicamente robusta do Brasil, (ii) à moderna infraestrutura do terminal, que maximiza a sua eficiência e

produtividade, (iii) à uma base de clientes consolidada e diversificada, com alto nível de alinhamento de estratégias e, com sólidos relacionamentos, (iv) à alta rentabilidade, solidez financeira e baixa alavancagem da Companhia e (v) à uma equipe de administradores experientes, altamente qualificados e dedicados que se recicla e se desenvolve permanentemente.

Em 2012, a Companhia deu início a um plano de expansão de seu terminal ("PLTR") tendo como objetivo tornar o Porto do Rio de Janeiro mais eficiente, moderno, competitivo e produtivo, acompanhando assim sua demanda de crescimento de movimentação de 12% ao ano, verificada nos últimos 4 anos, de acordo com dados publicados pela ANTAQ em sua página na internet (<http://www.antaq.gov.br/Portal/default.asp>), além do rápido aumento da capacidade operacional e comprimento dos navios.

Com a implementação do PLTR, a retroárea do porto será expandida em, aproximadamente, 40 mil m² e o cais ganhará 170 m adicionais, passando dos atuais 545 m para 715 m ao final do projeto, possibilitando a operação simultânea de dois navios de grande porte.

Como parte do PLTR, as obras de expansão do armazém de importação também já foram iniciadas. O projeto foi elaborado privilegiando ganhos operacionais, a segurança dos colaboradores e das cargas armazenadas. O terminal terá áreas exclusivamente dedicadas às cargas químicas e aquelas que exigem ambiente climatizado, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A área do armazém será ampliada em 70% e a capacidade de armazenagem aumentada em 85%.

Ao final desse processo, a área de pátio do terminal passará de 136 mil m³ para 190 mil m³ e a capacidade de movimentação total passará dos atuais 315 mil para 550 mil TEUs/ano.

Com o investimento de R\$370 milhões previstos para o PLTR, haverá a ampliação da estrutura e aumento substancial da capacidade de movimentação, com a modernização e ampliação do parque de equipamentos operacionais, armazéns e construção de prédios de apoio.

Em outubro de 2011 a Companhia, por meio da sua subsidiária Boreal Serviços e Administração S.A., adquiriu 60% da SBCB – Participações Aeroportuárias S.A., controladora da sociedade Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol"), concessionária do Aeroporto Internacional de Cabo Frio ("Aeroporto de Cabo Frio"), passando, a partir dessa data, a operar e controlar as operações do referido Aeroporto.

Vale destacar o histórico da Costa do Sol, a qual participou do processo licitatório realizado pelo Município de Cabo Frio para concessão da exploração, em caráter exclusivo, dos serviços públicos de administração e operação aeroportuárias, bem como da exploração comercial das áreas não operacionais, do Aeroporto de Cabo Frio, situado no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Licitação por Concorrência Pública nº 001/2000.

Tendo sido a licitante vencedora, a Costa do Sol celebrou em 23 de março de 2001 com o

Município de Cabo Frio o Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Administração e Operação do Aeroporto de Cabo Frio – RJ Nº 007/2001 – Processo nº 12.140/99 (“Contrato de Concessão de Cabo Frio”), mediante o qual se tornou a concessionária responsável pela administração do Aeroporto de Cabo Frio. O prazo do Contrato de Concessão de Cabo Frio é de 14 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Em dezembro de 2004 foi realizada a renovação antecipada do Contrato de Concessão de Cabo Frio.

3.DESCRICÃO DO NEGÓCIO

Conforme mencionado acima, a Companhia tem como principais segmentos de atuação (i) operações portuárias; (ii) a movimentação e armazenagem de carga em zona primária e operação e armazenagem em redex; e (iii) outros serviços relacionados com a armazenagem.

A controlada indireta da Companhia, Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. (“Costa do Sol”), tem como atividades principais (i) a movimentação e armazenagem de carga em zona primária e gestão de armazém-geral; (ii) serviços de operador aeroportuário para pousos e decolagens de helicópteros atrelados a indústria de *Oil & Gas* daquela região; (iii) serviços de operador aeroportuário para pousos e decolagens de aeronaves de passageiros e cargas; (iv) locação de imóveis e equipamentos.

As atividades da Companhia compreendem:

Operações Portuárias – Representa a utilização das instalações de cais e pátio do Terminal da Companhia para as atividades de atracação e desatracação dos navios de clientes armadores, embarque das cargas em regime de exportação (movimentação de carregamento) e desembarque das cargas de importação dos navios que atracam de nossos clientes armadores (movimentação de descarregamento). Para tal atividade, a Companhia conta com 545 metros de cais, metragem que contempla 2 berços de atracação com 13 metros de calado, 4 Portêineres e 1 MHC (*Mobile Harbour Crane*) para realizar a movimentação de contêineres entre os navios e o Terminal, o que ocorre durante as 24 horas do dia. As operações portuárias da Companhia possuem as certificações ISO 9001, ISO 14001 e ISPS CODE. No ano de 2013 a Companhia movimentou mais de 226.000 *twenty-foot equivalent units* (“TEUs”).

Movimentação e Armazenagem de Carga – Representa a utilização das áreas de pátio do terminal e/ou em Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação – Redex nas atividades de (i) movimentação e posicionamento de cargas de importações para armazenagem de carga consolidada e solta, disponibilização dos contêineres para vistorias dos órgãos de inspeção, (ii) armazenagem de cargas de exportação para embarque nos navios dos contêineres.

A movimentação de cargas e contêineres atende as demandas dos órgãos anuentes, órgãos estes responsáveis pela verificação do cumprimento das condições e exigências específicas para mercadorias sujeitas a controle especial, inclusive daquelas que exijam inspeção da mercadoria. No pátio, ou retroárea, a Companhia dispõe de uma capacidade estática de 10.800 TEUs e faz usufruto dessa área para armazenar contêineres. Contando os 4 RTGs (*Rubber tyred gantry crane* – Guindaste para empilhamento de contêineres) no pátio e a área de 136.000 m², a capacidade anual dinâmica atinge os 315.000 TEUs.

Destaca-se ainda que o Terminal apresenta área de segregação de cargas perigosas aprovada, pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, em cumprimento ao código do *International Maritime Dangerous Goods* - IMDG.

No que tange a fiscalização, a Companhia dispõe de 107 posições destinadas aos contêineres a serem examinados pelas autoridades portuárias.

Para armazenamento de cargas soltas, a Companhia dispõe de 4.775 m² de área de armazém de importação com: 465 posições palete para cargas climatizadas; 960 posições palete para cargas perigosas, cumprindo os padrões da *International Maritime Organization* - IMO, concentradas em armazém exclusivo; e 4.896 posições palete para armazenagem das demais cargas. Tal armazenamento ocorre mediante solicitações dos clientes da Companhia e são mensalmente desunitizados, aproximadamente 230 contêineres. Existe ainda um armazém destinado para as cargas de exportação, localizado no Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação ("Redex"), com mais 2.100 m², que dispõe de uma área total de 24.000 m² com capacidade estática de 2.500 TEUs.

Serviços Portuários Acessórios de Armazenagem e Segurança da Carga – atividades auxiliares aos principais negócios da Companhia, sendo algumas delas: vistoria através de scanner, pesagem de carga, monitoramento de unidades refrigeradas (Reefer), reembalagem de cargas, limpeza e devolução de contêiner vazio oriundo de desunitização, entrega sem agendamento, registro fotográfico de cargas e contêineres, etiquetagem de carga solta, cabotagem, entre outros.

As atividades da Costa do Sol compreendem:

Serviços Aeroportuários – Comerciais, Pouso e Permanência – Representa a utilização da pista de pouso e decolagem por aeronaves de asa fixa (aviões) e asa rotativa (helicópteros), a utilização do terminal de passageiros, a prestação de serviços de imigração, vistoria e despacho de bagagens, apoio ao embarque e desembarque de pessoas e cargas tanto para aeronaves de asa fixa (aviões) como de asa rotativa (helicópteros), neste último voltadas às plataformas de exploração de petróleo da região.

Serviços de Armazenagem - considera as mesmas atividades de movimentação e armazenagem de carga mencionadas acima no item "Movimentação e Armazenagem de Carga" referente às atividades da Companhia, oriundas das aeronaves que operam no aeroporto (cargueiros) e de cargas transferidas para o aeroporto em regime alfandegado (Declaração de Transito Aduaneiro ("DTA")) provenientes de outros aeroportos internacionais brasileiros e/ou terminais portuários.

Locação de Imóveis e Equipamentos – Representa a utilização de galpões, escritórios, armazéns e hangares locados por terceiros com atividades, principalmente, ligadas à indústria de *Oil & Gas*, na região dos lagos no Estado do Rio de Janeiro.

A receita operacional consolidada, proveniente dos segmentos de atuação da Companhia, está **apresentada** no quadro abaixo:

Segmento	2013		2012		2011	
(em milhões de R\$)	Receita Líquida	% do Total	Receita Líquida	% do Total	Receita Líquida	% do Total
<i>Terminais Portuários</i>	344.420	90%	315.393	87%	239.676	97%
<i>Terminais Aeroportuários</i>	39.060	10%	46.058	13%	7.876	3%
Receita Líquida Consolidada	383.480	100%	361.451	100%	247.552	100%

O lucro ou prejuízo resultante dos segmentos e as respectivas participações no lucro líquido da Companhia, estão representados no quadro abaixo:

Segmento/Atividade	2013		2012		2011	
(em milhões de R\$)	Lucro Líquido	% do Total	Lucro Líquido	% do Total	Lucro Líquido	% do Total
<i>Terminais Portuários</i>	75.106	98,0%	91.892	97,1%	58.107	100,03%
<i>Terminais Aeroportuários</i>	1.505	2,0%	2.737	2,9%	-15	-0,03%
Total consolidado	76.611	100%	94.629	100%	58.092	100%

4.CARACTERÍSTICAS DOS MERCADOS DE ATUAÇÃO

Terminais Portuários

A demanda por serviços de terminais de contêineres é diretamente relacionada ao volume de comércio marítimo mundial e à dinâmica de importações e exportações. Nas últimas décadas, a movimentação de contêineres tem crescido a níveis elevados em todo o mundo, impulsionada, principalmente, pelo aumento consistente do volume de comércio entre os países e ao processo de containerização, que resultou na padronização do transporte independente do formato e tipo de carga.

Um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento da movimentação do transporte marítimo é a descentralização das cadeias produtivas, uma das consequências do fenômeno da globalização. O fato das grandes empresas dos países desenvolvidos transferirem parte de seu processo produtivo para países emergentes na Ásia, América Latina e Oriente Médio, intensificou o transporte internacional de produtos acabados e semiacabados e tornou-o parte fundamental das cadeias de produção destas empresas. Neste contexto, a rapidez, segurança e economia de custos no transporte proporcionados pelo contêiner o transformaram em um dos pilares para o alcance da eficiência no comércio mundial.

Como consequência do crescimento da economia e do comércio mundial, a movimentação de contêineres nos terminais portuários brasileiros cresceu significativamente acima do Produto Interno Bruto brasileiro ("PIB") nacional. De 2009 a 2013 a movimentação de contêineres nos portos brasileiros cresceu a uma taxa de 10,23% ao ano, de acordo com informações divulgadas pela ANTAQ (<http://www.antaq.gov.br/Portal/default.asp>), mais de três vezes o crescimento anual do PIB no período que foi de 3,37% ao ano durante esse período, de acordo com divulgação da Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ("IPEA").

Como consequência do crescimento da economia e do comércio mundial, a movimentação de contêineres nos terminais portuários brasileiros cresceu significativamente acima do PIB nacional. De 2009 a 2013 a movimentação de contêineres nos portos brasileiros cresceu a uma taxa de 10,5% ao ano, mais de três vezes o crescimento anual do PIB no período que foi de 3,3% ao ano durante esse período de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") por meio do site <http://www.ibge.gov.br/home> e pela ANTAQ (<http://www.antaq.gov.br/Portal/default.asp>).

Com relação às características relevantes para a movimentação de contêineres nos terminais portuários, deve-se considerar a presença de canais de acesso adequados, especialmente em termos de calado para as embarcações de contêiner. A infraestrutura deve comportar também a operação de carregamento e descarregamento dos contêineres de maneira eficiente, com uma extensão compatível dos berços e uma quantidade compatível de equipamentos.

Além disso, os terminais devem ter área suficiente para o manuseio dos contêineres a serem embarcados e desembarcados, bem como espaço para armazenagem dos contêineres ainda não entregues aos seus destinatários ou aguardando o embarque. O pátio de contêineres também deve contar com tomadas para o fornecimento de energia elétrica para contêineres refrigerados, bem como instalações e equipamentos adequados para permitir a vistoria com scanner e pesagem dos contêineres.

Uma característica fundamental dos modernos terminais de contêineres é o uso de sistemas informatizados robustos, responsáveis por todo o planejamento da operação, incluindo a integração de informações com o Armador e o controle de cargas embarcadas e desembarcadas, proporcionando maior eficiência, produtividade e confiabilidade na operação.

Os terminais de contêineres prestam serviços aos seguintes clientes, (i) os armadores, principalmente grandes transportadores marítimos internacionais e (ii) os embarcadores (exportadores, importadores, embarcadores de cabotagem), no que diz respeito à armazenagem e serviços acessórios.

Como consequência do crescimento da economia e do comércio mundial, a movimentação de contêineres nos terminais portuários brasileiros cresceu significativamente acima do PIB nacional. De 2009 a 2013 a movimentação de contêineres nos portos brasileiros cresceu a uma taxa de 10,23% ao ano (ANTAQ), mais de três vezes o crescimento anual do PIB no período, que foi de 3,37% ao ano (IPEA).

A Companhia é responsável por movimentar aproximadamente 2,5% dos contêineres do País, sendo o 3º maior operador de contêiner do Porto do Rio de Janeiro em 2013, com 25,2% de *Market Share*, segundo dados fornecidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, em 14 de março de 2014. Os principais concorrentes da Companhia são Multi-Rio Operações Portuárias S.A. e Sepetiba Tecont S.A., que movimentaram 43,7% e 31,0% do total de contêineres respectivamente.

Terminais Aeroportuários

A Costa do Sol é um complexo logístico alfandegado estrategicamente situado próximo da região petrolífera mais importante do Brasil atendendo de forma bastante ágil

demandas de empresas e indústrias de *Oil & Gas* nos campos de petróleo do sul da Bacia de Campos e norte da Bacia de Santos e de poços do Pré-Sal.

O Aeroporto Internacional de Cabo Frio, administrado pela Costa do Sol tem a 4ª maior pista de pouso do Brasil e 2ª maior do Estado do Rio de Janeiro com 2.560 m x 45 m, de acordo com informações divulgadas pela ANAC. Desta forma, tem capacidade para receber aeronaves de grande porte tais como: Antonov e Boeing 777-200 e 747. Adicionalmente, a Companhia acredita que o Aeroporto Internacional de Cabo Frio é a principal alternativa para eventuais instabilidades no Aeroporto Internacional do Galeão.

O Aeroporto Internacional de Cabo Frio tem certificação necessária para (i) operar todos os tipos de regimes alfandegários, tais como depósito alfandegado certificado (DAC), Entrepasto, Importação e Exportação, REPETRO e Drawback e (ii) armazenagem de cargas incluindo fármacos. Diante de tais fatos, a Companhia acredita que o Aeroporto Internacional de Cabo Frio tem condições de competir com os aeroportos de Viracopos e Galeão, especialmente no que tange ao serviço de cargas.

5.DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo, sendo seu capital de giro, suficiente para as atuais exigências de seus negócios e, os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

A Administração destaca que a Companhia mantém um monitoramento sobre seus índices de liquidez e de seu risco de crédito, tendo alcançando condições de equilíbrio para todos eles.

Quando necessário, para a proteção de riscos cambiais, a Companhia, baseada em sua política de *hedge*, utilizou-se de contratos de derivativos financeiros, sem caráter especulativo. As carteiras compostas por tais instrumentos financeiros derivativos são monitoradas mensalmente, com o objetivo de garantir a eficácia de proteção dos resultados destes instrumentos.

No decorrer do exercício de 2013 a Companhia captou os seguintes recursos no mercado financeiro: i) R\$105.000 ao custo de TJLP+1,40% a.a. e com prazo de 9,5 anos; ii) R\$100.000 ao custo de CDI+1,82% a.a. e com prazo de 7,0 anos; e iii) US\$887 mil ao custo de Libor + 3,30% a.a. e com prazo de 5,0 anos.

Diante do cenário econômico mostrando pouco crescimento e um cenário político mais turbulento, a Administração entende que a Companhia continuará em busca da excelência operacional e administrativa, que se coloca ainda com mais importância, sem deixar de acompanhar os movimentos do mercado e as oportunidades de crescimento, sejam essas, de cunho orgânico ou vertical.

Na opinião da Administração da Companhia, os indicadores abaixo demonstram a solidez financeira da Companhia no decorrer dos 3 últimos anos, conforme acima destacado:

R\$ Mil ¹	2013	2012	2011	R\$ Mil	2013	2012	2011
Ativo				Passivo			
Circulante	119.002	114.614	62.487	Circulante	117.915	99.290	65.047
Não circulante	55.445	35.871	44.469	Não circulante	454.143	259.400	184.804
Investimentos	56	6.581	8.835	Patrimônio Líquido	78.335	94.819	109.613
Imobilizado	364.605	188.496	131.178				
Intangíveis	111.285	107.947	112.495				
Ativo Total	650.393	453.509	359.464	Passivo Total	650.393	453.509	359.464

¹ Informações referem-se a números consolidados

	2013	2012	2011
Dívida Líquida	362.561	158.836	139.085
EBITDA	178.777	169.193	108.273
Juros sobre empréstimos	46.677	14.364	19.074
Dívida Líquida / EBITDA	2,0	0,9	1,3
Cobertura de Juros	3,8	11,8	5,7

O EBITDA é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social e das depreciações e amortizações.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. A Companhia utiliza como base de divulgação do EBITDA a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

	2013	2012	2011
Lucro líquido consolidado	75.072	94.571	57.291
Mais: Depreciação e amortização	14.766	13.984	8.209
Mais: Resultado financeiro (líquido)	42.074	8.862	10.472
Mais: Imposto de renda e	46.865	51.776	32.301

contribuição social			
EBITDA do consolidado	178.777	169.193	108.273

“Juros sobre empréstimos” corresponde a somatória das despesas financeiras, da variação decorrente dos ajustes de *swap* contratados e das variações monetárias e cambiais.

“Dívida Líquida” significa (a) somatório dos empréstimos e financiamentos do circulante e do não circulante, incluídos títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo, ainda, os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), dívidas com partes relacionadas, avais, fianças, penhores ou garantia prestadas pela Companhia, menos (b) disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“Dívida Ajustada” significa (a) somatório dos empréstimos e financiamentos do circulante e do não circulante, incluídos títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo, ainda, os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), dívidas com partes relacionadas, avais, fianças, penhores ou garantia prestadas pela Companhia, menos (b) ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

Desde a sua constituição a Companhia se financiou mediante: (i) aporte de capital de seus acionistas; (ii) o caixa gerado por meio das atividades operacionais; e (iii) linhas de financiamento junto a instituições financeiras públicas e privadas.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da dívida ajustada é de R\$ 456.441, sendo 85% no longo prazo. As linhas de financiamento contratadas pela Companhia são compostas por: (i) 44% obtido por meio da emissão de Notas de Crédito a Exportação (NCEs); (ii) 24% por financiamento com linhas de crédito BNDES; (iii) 22% por empréstimo via resolução 4131; (iv) 9% por financiamento de importação para aquisição de equipamentos no exterior (FINIMP); e (v) 1% por empréstimo por meio de emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB).

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 88% de recursos de terceiros (passivo) e 12% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido, no valor total de R\$ 78.335). Por outro lado, em relação ao exercício encerrado em 2012, a Companhia tinha uma estrutura de capital representada por 79% de recursos de terceiros (passivo) e 21% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 70% de recursos de terceiros (passivo) e 30% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido).

A Administração entende que a Companhia mantém uma adequada estrutura de capital, considerando-se que os investimentos são financiados por recursos de longo prazo.

Demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparada à demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Demonstração dos Resultados Consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	AV%	2013	AV%	2012/2013 AH%
	(Em Reais Mil)				
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida	361.451	100%	383.480	100%	6%
Custos dos produtos e serviços	(115.915)	-32%	(123.228)	-32%	6%
LUCRO BRUTO	245.536	68%	260.252	68%	6%
Despesas gerais e administrativas	(90.806)	-25%	(96.558)	-25%	6%
Outras receitas/despesas operacionais	(1.410)	0%	440	0%	-131%
Resultado da Equivalência Patrimonial	1.889	1%	(123)	0%	-107%
LUCRO OPERACIONAL	155.209	43%	164.011	43%	6%
Receitas financeiras	28.654	8%	17.642	5%	-38%
Despesas financeiras	(20.804)	-6%	(31.627)	-8%	52%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(16.712)	-5%	(28.089)	-7%	68%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	146.347	40%	121.937	32%	-17%
Imposto de renda e contribuição social	(51.776)	-14%	(46.865)	-12%	-9%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	94.571	26%	75.072	20%	-21%
Atribuído a Acionistas da Companhia	94.629	26%	76.547	20%	-19%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida aumentou em 6%, passando de R\$ 361.451 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 383.480 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 devido, principalmente, às receitas oriundas dos serviços de armazenagem de importação que apresentaram um crescimento de 17% neste período, as quais foram impulsionadas pelo armazenamento de cargas de alto valor agregado, gerando um recorde histórico nas receitas totais neste último exercício. A Administração da Companhia entende, ainda, que a valorização do dólar norte americano também contribuiu com o incremento da receita. Ao se avaliar, de forma segregada, as receitas oriundas dos dois diferentes segmentos de negócio, verifica-se que a maior contribuição para o crescimento das receitas deve-se aos serviços relacionados à operação portuária que apresentaram aumento de 9%.

CUSTOS DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços aumentaram em 6%, passando de R\$ 115.915 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 123.228 no exercício encerrado em 31

de dezembro de 2013. A Administração da Companhia entende que isso ocorreu devido principalmente a custos e despesas relacionados ao pessoal, decorrentes do maior volume de negócios. Quando avaliado sob o prisma percentual da receita líquida, os custos dos serviços se mantiveram em 32%, tanto para o exercício de 2013 quanto para 2012, indicando a eficiência da Companhia na gestão dos resultados operacionais.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto aumentou 6%, passando de R\$ 245.536 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 260.252 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia entende que isso ocorreu devido principalmente a manutenção da proporcionalidade entre receita líquida e custos dos serviços, uma vez que ambos, tanto a receita líquida quanto os custos dos serviços prestados, tiveram um aumento de 6% em relação ao exercício anterior, o que propiciou a manutenção da margem bruta em 68% para os exercícios de 2012 e 2013.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 6%, passando de R\$ 90.806 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 96.558 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia entende que isso se deu em decorrência, principalmente, de gastos relacionados às despesas comerciais e despesas de venda que passou de R\$ 10.030 em 2012 para R\$ 15.122 em 2013 em função da elevação de sua base de clientes e do aumento das receitas, sendo que as demais rubricas apresentaram uma menor variação entre os exercícios. Em termos percentuais da receita líquida, as despesas gerais e administrativas se mantiveram no mesmo patamar de 25% nos exercícios analisados.

AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações. A Companhia por meio da sua controlada direta Boreal Serviços e Administração S.A. adquiriu o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, em 01 de outubro de 2011, registrando um ágio no valor de R\$ 11.685.

LUCRO OPERACIONAL

O lucro operacional aumentou em 6%, passando de R\$ 155.209 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 164.011 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia entende que isso se deu em decorrência, principalmente, do equilíbrio apresentado na evolução das contas de receita líquida, custos dos serviços e despesas gerais e administrativas que apresentaram crescimento na ordem de 6% cada.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro diminuiu em 374%, passando de (R\$ 8.862) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para (R\$ 42.074) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia entende que isso se deu em decorrência, do aumento das despesas financeiras em decorrência do aumento do endividamento por conta dos projetos de investimentos e também por conta das

variações monetárias e cambiais passivas que atingiram o montante de (R\$ 16.712) e (R\$ 28.089), respectivamente para os exercícios de 2012 e 2013. Com relação às receitas financeiras verifica-se uma redução de 16% no período, sendo que em 2012 o valor alcançado foi de R\$ 5.502 enquanto que em 2013 o valor foi de R\$ 4.603.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido às variações das contas, acima descritas, onde se destaca o efeito negativo das variações cambiais, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social diminuiu em 17%, passando de R\$ 146.347 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 121.937 exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Como percentual da receita líquida, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 40% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para 32% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrou uma redução de 9%, passando de R\$ 51.776 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 46.865 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passou de 14% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para 12% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, uma redução de 17%.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Uma vez que a Companhia apresentou um incremento de suas receitas líquidas de 6% e os custos dos serviços e das despesas gerais e administrativas acompanharam esta mesma variação, o impacto mais relevante ocorreu no resultado financeiro apresentado no último exercício em relação a 2012, o que contribuiu para que o lucro líquido do período tenha diminuído de R\$ 94.571 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 75.072 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma redução percentual de 21%. Como percentual da receita líquida, o lucro líquido do exercício passou de 26% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para 20% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma redução percentual de 23%.

Demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparada à demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Demonstração dos Resultados Consolidadas	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	AV%	2012	AV%	2011/2012 AH%
	(Em Reais Mil)				
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida	247.552	100%	361.451	100%	46%
Custos dos produtos e serviços	(89.182)	-36%	(115.915)	-32%	30%
LUCRO BRUTO	158.370	64%	245.536	68%	55%

Despesas gerais e administrativas	(57.831)	-23%	(90.806)	-25%	57%
Outras receitas/despesas operacionais	(191)	0%	(1.410)	0%	638%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(284)	0%	1.889	1%	-765%
LUCRO OPERACIONAL	100.064	40%	155.209	43%	55%
Receitas financeiras	11.808	5%	28.654	8%	143%
Despesas financeiras	(10.289)	-4%	(20.804)	-6%	102%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(11.991)	-5%	(16.712)	-5%	39%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	89.592	36%	146.347	40%	63%
Imposto de renda e contribuição social	(32.301)	-13%	(51.776)	-14%	60%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	57.291	23%	94.571	26%	65%
Atribuído a Acionistas da Companhia	58.092	23%	94.629	26%	63%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida aumentou em 46%, passando de R\$ 247.552 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 361.451 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia entende que isso ocorreu principalmente devido ao aumento de serviços de armazenagem de importação, prestadas pelo Terminal, e de serviços relacionados às operações aeroportuárias, uma vez que o resultado consolidado da Libra Terminal Rio no exercício social de 2011 registrou apenas os resultados do último trimestre referentes à empresa Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A., adquirida, indiretamente, pela Companhia em 01 de outubro de 2011. Ao se avaliar, de forma segregada, as receitas oriundas dos dois diferentes segmentos de negócio verifica-se um aumento de 32% nas receitas com serviços relacionados à operação portuária, enquanto que as receitas inerentes aos serviços aeroportuários apresentaram um aumento de 485%, em função da contabilização da referida receita em 2011 contemplar apenas 1 trimestre contra os 12 meses contabilizados em 2012.

CUSTOS DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços aumentaram em 30%, passando de R\$ 89.182 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 115.915 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia entende que isso ocorreu principalmente devido ao incremento na conta de custo com pessoal por conta do maior volume de negócios no Terminal bem como da contabilização dos custos de operação da empresa Costa do Sol no ano de 2012 contra o 4º trimestre contabilizado em 2011. Como percentual da receita líquida os custos dos serviços passaram de 36% em 2011 para 32% em 2012.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto aumentou 55%, passando de R\$ 158.370 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 245.536 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia entende que isso ocorreu devido, principalmente, a melhora das margens na operação do Terminal decorrentes do maior volume de operação de armazenagem. A margem bruta ficou em 68% em 2012 frente a uma margem bruta de 64% em 2011.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 57%, passando de R\$ 57.831 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 90.806 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia entende que isso se deu em decorrência, principalmente, da contabilização de 12 meses das despesas administrativas da empresa Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. em 2012, contra a contabilização de 3 meses em 2011 por conta da aquisição da empresa ter ocorrido em outubro de 2011. Como percentual da receita líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 23% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 25% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não podem mais ser amortizados, conforme orientação dessas deliberações. A Companhia, por meio da sua controlada direta Boreal Serviços e Administração S.A., adquiriu o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, em 01 de outubro de 2011, registrando um ágio no valor de R\$ 11.685.

LUCRO OPERACIONAL

O lucro operacional aumentou em 55%, passando de R\$ 100.064 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 155.209 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia entende que isso se deu em decorrência, principalmente, do aumento das receitas relacionadas aos serviços de armazenagem de importação que tiveram um incremento de 66% neste período, saindo de R\$ 143.917 em 2011 para R\$ 239.247 em 31 de dezembro de 2012.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido representou uma queda de 15%, passando de despesas financeiras e variação cambial líquida em R\$ 10.472 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para despesas financeira e variação cambial líquida em R\$ 8.862 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia entende que isso se deu em decorrência, principalmente, do resultado positivo atribuído ao Swap que atingiu o valor de R\$ 13.236 no exercício de 2012 contra R\$ 1.926 no exercício de 2011, contribuindo, desta forma, para mitigar o efeito negativo gerado pelas variações monetárias e cambiais do período.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido às variações das contas, acima descritas, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou em 63%, passando de R\$ 89.592 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 146.347 no exercício encerrado em 31 de

dezembro de 2012. Como percentual da receita líquida, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 36% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 40% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 11%.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro aumentaram em 60%, passando de R\$ 32.201 negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 51.776 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passou de 13% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 14% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 8%.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O incremento das receitas em 46% acompanhado de um aumento relativamente menor dos custos dos serviços prestados, na ordem de 30%, contribuiu para que o lucro líquido do período aumentasse de R\$ 57.291 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 94.571 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 65%. Em percentual da receita líquida, o lucro líquido do exercício passou de 23% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 26% no exercício social subsequente, representando um aumento de 13%.

6.RECURSOS HUMANOS

A Companhia acredita que se utiliza de políticas de remuneração e avaliação modernas e eficientes, que visam estreitar sua relação com colaboradores e melhorar a retenção, desenvolvimento e capacitação de seu pessoal. Em fevereiro de 2014, o quadro de colaboradores da Companhia e da Costa do Sol, abrangendo todos os seus segmentos de negócios, era composto por 851 colaboradores, sendo que destes, 130 atuavam na área administrativa e 721 na área operacional.

A Companhia tem como política de remuneração manter-se como um empregador competitivo para a atração e retenção de pessoal qualificado. Para tanto, conduz pesquisas salariais anuais e análises com o objetivo de estar com seus padrões de remuneração situados na mediana de mercado de um universo de empresas comparáveis. Além disso, os colaboradores da Companhia participam do programa anual de participação de resultados, de acordo com metas estabelecidas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia adota um sistema de avaliação de desempenho anual para 100% de seus colaboradores, com base nas competências estabelecidas de acordo com os cargos ocupados. A Companhia oferece, ainda, programas de desenvolvimento pessoal, que têm como objetivo a capacitação contínua dos colaboradores. Dentre os programas, destaca-se o Libra Educa, que proporciona bolsas de estudos para colaboradores, com subsídio de 50% da mensalidade para cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos. A Companhia também desenvolveu o Programa Novos Caminhos, como uma forma de valorizar seus profissionais, priorizando o recrutamento interno no preenchimento das vagas. Por meio deste programa, os colaboradores podem se candidatar a vagas em qualquer uma das unidades operacionais do Grupo Libra.

A Companhia realiza ainda uma gestão do clima organizacional, com aplicação da pesquisa de clima organizacional a cada dois anos, como um importante sistema de gestão de pessoas, buscando avaliar a percepção dos colaboradores com relação a fatores como superior imediato engajamento e condições físicas de trabalho. O resultado destas pesquisas ajuda a Companhia a direcionar suas ações de melhorias.

7.RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As operações portuárias estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual, distrital e municipal relativa à proteção do meio ambiente, as quais incluem, entre outros aspectos, normas relacionadas ao licenciamento ambiental para transporte de produtos perigosos, às emissões atmosféricas, à captação de recursos hídricos, ao lançamento de efluentes, ao gerenciamento de resíduos sólidos, à supressão de vegetação e conservação de áreas especialmente protegidas nos empreendimentos da Companhia.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente.

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância das regras nela estabelecidas. Tais sanções podem incluir, entre outras, o pagamento de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades.

A Companhia obteve todas as licenças e autorizações ambientais exigidas pela legislação ambiental aplicável para execução de suas atividades como, por exemplo, execução de obras e serviços de melhoria, construção e expansão de áreas operacionais, dragagem de acesso aquaviário, dentre outras.

Tanto nos processos de obtenção de licenças ambientais, quanto nos trâmites usuais com o Poder Concedente, a Companhia não tem tido problemas na obtenção de tais licenças e autorizações com a administração pública.

No setor portuário, a responsabilidade imediata pela obediência à legislação ambiental e às recomendações de entidades internacionais cabe às administrações portuárias, encarregadas de criar, nas respectivas jurisdições, uma Agenda Ambiental Institucional, cujo papel é definir uma política ambiental e zelar por sua implementação.

A Companhia e suas controladas adotam todas as ações necessárias para cumprir as exigências das respectivas autoridades portuárias nas instalações onde atuam. Adicionalmente, a Companhia, como parte do Grupo Libra, segue sua política de sustentabilidade, denominada “Visão para Sustentabilidade”, que teve início no ano de 2009, com a expansão dos projetos sociais desenvolvidos no âmbito do Grupo Libra.

A Visão para Sustentabilidade do Grupo Libra, é suportada por 4 pilares, os quais devem balizar as decisões e atitudes de negócios da Companhia:

- Atuar de forma ética e transparente;
- Melhorar o aproveitamento dos recursos naturais;
- Ser parceiro no desenvolvimento das comunidades de entorno;
- Evoluir de forma consistente na gestão dos colaboradores.

A Companhia reforça o princípio da valorização da vida e têm o objetivo de minimizar o impacto socioambiental de suas operações cumprindo rigorosamente as legislações, diretrizes e padrões de mercado aplicáveis. Adicionalmente, a Companhia apoia ativamente as iniciativas de seus terceiros e clientes em manter os respectivos serviços e produtos em conformidade com os padrões de uma empresa sustentável.

Para maiores informações sobre a Visão de Sustentabilidade do Grupo Libra, acesse a sua página na rede mundial de computadores:

(www.grupolibra.com.br/sustentabilidade/visao-da-sustentabilidade).

Baseado na Visão para Sustentabilidade, o Grupo Libra investiu em 2012 mais de R\$ 13,0 milhões na área de Segurança, Saúde e Meio Ambiente em suas unidades de negócio, incluindo a Companhia, sendo que a maior parte deste montante foi investido na aquisição de grandes pórticos sobre rodas, que produzem parte da própria energia utilizada, chamado de Eco-RTG,. Os Eco-RTGs podem chegar a reduzir 36% de seu consumo de diesel e emissões de gases de efeito estufa.

Em 2013 o investimento em Segurança, Saúde e Meio Ambiente chegou a R\$ 3,0 milhões, visto que não incluem compras adicionais de equipamentos portuários.

O Grupo Libra é signatário do Pacto Global desde 2011, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para promover, por meio de dez princípios, o alinhamento das políticas e práticas empresariais nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção. A companhia passou a integrar o Comitê Brasileiro do Pacto Global, que desenvolve ações de apoio às organizações signatárias no Brasil e projetos ligados aos seus princípios. Até o final de 2012, o Grupo Libra participou ativamente da Força Tarefa de direitos humanos e trabalho do Pacto Global no Brasil.

Em 2012, o Grupo Libra assumiu quatro compromissos básicos para guiar suas ações e investimentos na área da sustentabilidade:

- Redução de emissões de gases de efeito estufa (principalmente do consumo de diesel);
- Redução, tratamento e destinação adequada de resíduos;
- Formação de jovens para o primeiro emprego (comunidade do entorno);
- Melhoria da segurança do trabalho e capacitação em sustentabilidade para os colaboradores.

Em 2013 o Grupo Libra passou a atuar mais ativamente na Força Tarefa do 10º Princípio do Pacto Global da Organização das Nações Unidas ("ONU") relativo ao combate a corrupção. Além disto, o Grupo Libra também é membro ativo do Pacto Empresarial pela Integridade e Anticorrupção do Instituto Ethos.

Emissões

Com relação à redução de emissões de gases de efeito estufa, o Grupo Libra constatou que a principal fonte emissora do Grupo é a da combustão de óleo diesel em frotas rodoviárias e fluviais, no maquinário de movimentação de cargas e geração de energia. Com o intuito de amenizar os impactos ambientais das atividades desenvolvidas pelo Grupo Libra, diversos investimentos foram realizados, com a finalidade de aumentar a sua eficiência operacional, o que se mostrou ter grande impacto no consumo de combustíveis fósseis.

Assim, as emissões diretas, que representam 60% das emissões totais do Grupo Libra, registraram queda de 6% de 2011 a 2012, acumulando uma redução de 9,8% desde 2010. Este resultado foi obtido por meio da aquisição de novos equipamentos pelos terminais, como os RTGs, que diminuem a quantidade de movimentos improdutivos e o consumo de diesel. Outro fator para atingir esta redução foi a nova política da CNA relacionada às cargas enviadas, visto que esta estabelece um número mínimo de balsas a serem transportadas pelos empurradores, reduzindo o consumo de diesel.

O Grupo Libra consumiu 3% a menos de diesel em 2012, comparado ao ano anterior, enquanto que no mesmo período teve um aumento de 6% em suas movimentações totais, sendo que as emissões por movimentação caíram 12%, mostrando maior eficiência nas operações.

Eficiência e Inovação Tecnológica para redução de emissões

Na toada dos investimentos em inovações tecnológicas para redução de emissões, em 2012 o Grupo Libra iniciou a operação de quatro novos portêineres (espécie de guindaste de carga e descarga de contêineres) e sete novos Eco-RTGs (pórtico sobre rodas que movimentam as cargas dentro dos terminais).

Com uma tecnologia inédita na América do Sul, cada Eco-RTG usa o próprio peso do contêiner para gerar e armazenar energia para os movimentos seguintes. Enquanto um RTG comum tem uma média de consumo de diesel de 14 litros/hora, um Eco-RTG consome 9 litros/hora. Os Eco-RTGs ainda não apresentaram resultados significativos em 2012, uma vez que iniciaram suas operações com todos os sistemas de redução ativados apenas no final do ano. Ademais, em 2012, um sistema auxiliar de potência (RISGA) foi instalado em 11 RTGs, permitindo a redução do consumo de combustível fóssil em até 15% nos momentos em que as máquinas estão paradas.

Apesar dos investimentos já realizados, outras medidas estão sendo implementadas na Companhia, como a eletrificação progressiva de equipamentos portuários e compra de novos RTGs elétricos que devem reduzir em 50% as emissões de gases efeito estufa (GEE) nos grandes equipamentos portuários até 2017.

Resíduos

Quanto às metas do Grupo Libra para redução, tratamento e destinação adequada de resíduos, as obras de ampliação e melhoria do terminal operado pela Companhia, foram responsáveis pela maior parte da geração de resíduos não perigosos em 2012. Esse material, quando não reaproveitado nas próprias unidades, como na fundação dos pátios, por exemplo, é encaminhado para usinas de reciclagem da construção civil. Ainda se destaca a redução no envio de resíduos para aterros sanitários.

Além das ações e investimentos acima mencionadas, o Grupo Libra conta com a criatividade de seus colaboradores para desenvolver projetos inovadores de sustentabilidade, tal qual a instalação de

um sistema de reciclagem parcial dos filtros de óleo utilizados nos equipamentos, com ganhos nas duas pontas do processo: redução de geração de resíduos perigosos e prejudiciais ao meio ambiente e aumento na geração de resíduos recicláveis.

Consumo Eficiente de Água e Energia / Biodiversidade

A Companhia, liderada pelo Grupo Libra, ainda efetua investimentos para o consumo mais eficiente de água e energia, voltados para o gerenciamento de emissões de transporte tanto próprio como de clientes e para o efetivo controle de descarte de efluentes e disposição de resíduos.

Impactos Sociais

A Companhia tem consciência dos impactos que suas atividades podem ter no dia-a-dia da cidade em que se situa. No Rio de Janeiro, além das discussões que envolvem o projeto de expansão, as principais negociações são a acessibilidade rodoviária aos portos, que prevê a continuação da segunda fase da avenida alternativa, a duplicação do anel viário e a criação de uma equipe para garantir a segurança local, entre outras obras de melhoria da infraestrutura portuária.

A Companhia participou em 2013 de um projeto conjunto entre o poder público do Rio de Janeiro e as empresas baseadas próximas a comunidade do bairro do Caju, promovendo um choque de ordem que organizou o trânsito e estacionamento de veículos na região minimizando impactos à comunidade do entorno e reduzindo o nível de ruído.

Investimento Social

A Política de Investimento Social do Grupo Libra direciona as ações da área e estabelece dois eixos principais de investimentos:

- Apoio às entidades que mobilizam a sociedade como ferramenta de desenvolvimento local;
- Capacitação para o primeiro emprego de jovens de baixa renda da comunidade do entorno onde o Grupo Libra atua.

Projetos como o Rio Como Vamos, onde o Grupo Libra é um dos patrocinadores do movimento, que tem como principal objetivo influenciar políticas públicas por meio da gestão de indicadores da capital fluminense: saúde, transporte, educação, segurança pública, pobreza e desigualdade social, meio ambiente, lazer e esporte, saneamento básico, inclusão digital, trabalho, emprego, renda e orçamento.

Adicionalmente, o Grupo Libra atuou no projeto Libra Cidadania de Desenvolvimento do Entorno & Formação de Jovens, voltado para a qualificação e desenvolvimento de jovens de famílias carentes do entorno das unidades onde operamos para o primeiro emprego, por meio de cursos de "Logística em Tempos de Sustentabilidade", realizado no Rio de Janeiro em parceria com o SENAI. Este projeto formou suas duas primeiras turmas em 2013, com 25 alunos cada entre 17 e 21 anos, cursando ou com ensino médio completo. Na grade curricular, eles aprenderam noções de logística básica, instalações portuárias, segurança e medicina do trabalho, sustentabilidade, práticas de operações com contêineres, processos de importação e exportação e sistemas de informações.

A Companhia também apoiou outras ações desenvolvidas pelas comunidades do entorno do terminal do Rio de Janeiro, tais como: Ginástica para a Terceira Idade, Inclusão Digital, Pimpolhos da Grande Rio, e outras iniciativas.

Valorização da Vida

A Segurança dos colaboradores e de todos que se relacionam é prioridade na Companhia e, sendo assim, os investimentos para redução das ocorrências e da taxa de gravidade das mesmas, são intensos e recorrentes.

A Companhia acredita que estas reduções são e serão alcançadas por meio da priorização de recursos e aproximação da liderança com o aumento da conscientização dos colaboradores em relação a riscos, participando diretamente da investigação e análise de acidentes e em planos de ação para evitar que voltem a se repetir.

8.AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES ("PwC"), prestadora dos serviços de auditoria externa à nossa Companhia desde janeiro de 2011, conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Além dos serviços de auditoria externa para elaboração de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a PwC também prestou os seguintes serviços para Companhia e Grupo Libra:

- 1) Diagnóstico da estrutura de "*compliance*" adotada pela Companhia, especialmente no que tange ao relacionamento público privado (Lei Anticorrupção);
- 2) Pré-Projeto de implementação do sistema "ERP", um sistema de gestão empresarial integrado que gerencia as informações relativas aos processos operacionais, comerciais, administrativos e gerenciais das empresas, incluindo mapeamento dos processos da companhia, lista dos requisitos funcionais que o sistema ERP deve prover para viabilizar os processos administrativos, comerciais e gerenciais da companhia e consequente seleção do sistema ERP pelo método de avaliação de aderência sistema/processos (o sistema escolhido pela Companhia foi o SAP);
- 3) Projeto de estruturação e controle de Perfis de Acesso para os novos sistemas de operações (NAVIS N4 – TOS: Terminal Operation System) e novo ERP (SAP), que estão em fase de implantação.

O Conselho de Administração do Grupo Libra é responsável pela avaliação da manutenção da independência dos nossos Auditores Independentes, tendo plenos poderes para destituir e eleger nossos auditores independentes a qualquer momento, nos termos do nosso Estatuto Social. A prestação dos serviços acima descritos não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados pela PwC à nossa Companhia.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações Financeiras dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2012
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Libra Terminal Rio S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Libra Terminal Rio S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Libra Terminal Rio S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Libra Terminal Rio S.A.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Libra Terminal Rio S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Libra Terminal Rio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Libra Terminal Rio S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Libra Terminal Rio S.A.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Barueri, 19 de março de 2014

A handwritten signature in blue ink, likely belonging to a representative of PricewaterhouseCoopers.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

A handwritten signature in blue ink, belonging to Wander Rodrigues Teles.

Wander Rodrigues Teles
Contador CRC 1DF005919/O-3 "S" SP

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado e resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
1 Informações gerais	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	11
2.1 Base de preparação	11
2.2 Consolidação	12
2.3 Apresentação de informações por segmentos	14
2.4 Conversão de moeda estrangeira	14
2.5 Caixa e equivalentes de caixa	14
2.6 Ativos financeiros	14
2.7 Instrumentos financeiros derivativos	16
2.8 Contas a receber de clientes	16
2.9 Imobilizado	17
2.10 Ativos intangíveis	17
2.11 <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	18
2.12 Contas a pagar aos fornecedores	19
2.13 Empréstimos e financiamentos	19
2.14 Provisões	19
2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20
2.16 Benefícios a empregados	20
2.17 Reconhecimento da receita	21
2.18 Distribuição de dividendos	21
2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	21
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	23
3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas	23
3.2 Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis da entidade - contratos de concessão pública	24
4 Gestão de risco financeiro	25
4.1 Fatores de risco financeiro	25
4.2 Gestão de capital (Consolidado)	30
4.3 Estimativa do valor justo de instrumento financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo	30
4.4 Instrumentos financeiros por categoria	33
4.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado	35
5 Caixa e equivalentes de caixa	37
6 Títulos e valores mobiliários	38
7 Contas a receber de clientes	38
8 Investimentos	40
9 Imobilizado	47
9.1 Movimentação do ativo imobilizado	49
9.2 Garantias	51
9.3 Imobilizações em andamento	52

9.4	Baixas de imobilizado	52
10	Intangível	53
10.1	Movimentação do intangível	54
10.2	Contrato de concessão do Aeroporto de Cabo Frio	55
10.3	Relacionamento com cliente	55
10.4	Taxas medias de amortização por categoria	55
11	Empréstimos e financiamentos	56
11.1	Composição e características	56
11.2	Movimentação	58
11.3	Divulgação do valor justo	58
11.4	Garantias dos empréstimos e financiamentos	59
12	Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante)	60
13	Imposto de renda e contribuição social	60
14	Patrimônio líquido	64
15	Receita	65
16	Custos e despesas por natureza	66
17	Receitas e despesas financeiras	68
18	Lucro por ação	68
19	Contingências e depósitos judiciais	69
19.1	Movimentação das provisões	69
20	Transações e saldo relevantes com partes relacionadas	71
21	Benefícios a empregados	73
22	Informações por segmento de negócios	74
23	Seguros	76
24	Eventos subsequentes	79

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	12.994	2.604	13.301	4.475	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	40.220	19.792	40.257	19.860
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	70.784	35.113	76.589	35.113	Fornecedores	16.138	7.734	18.320	11.257
Contas a receber (Nota 7)	13.288	11.726	18.732	16.695	Obrigações trabalhistas e tributárias (Nota 12)	10.234	8.977	12.794	10.284
Adiantamento a fornecedores	276	159	632	358	Partes relacionadas (Nota 20)	16.184	15.943	18.540	17.473
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.171	1.063	2.451	1.216	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 13)	5.695	3.038	6.644	4.116
Outros ativos	2.561	3.935	2.909	4.630	Outros passivos	57	15	2.735	2.057
	<u>102.074</u>	<u>54.600</u>	<u>114.614</u>	<u>62.487</u>		<u>88.528</u>	<u>55.499</u>	<u>99.290</u>	<u>65.047</u>
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	237.582	169.893	237.582	169.900
Partes relacionadas (Nota 19)	2.949	31.991	3.414	31.991	Provisão para contingências (Nota 19)	5.407	4.535	5.982	4.535
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	29.113	11.087	29.113	11.087	Tributos diferidos (Nota 13)	15.650	10.120	15.650	10.120
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)			2.159	432	Outros passivos	49	49	186	249
Depósitos judiciais (Nota 19)	1.026	799	1.185	959		<u>258.688</u>	<u>184.597</u>	<u>259.400</u>	<u>184.804</u>
Outros ativos					Total do passivo	<u>347.216</u>	<u>240.096</u>	<u>358.690</u>	<u>249.851</u>
	<u>33.088</u>	<u>43.877</u>	<u>35.871</u>	<u>44.469</u>	Patrimônio líquido (Nota 14)				
Investimentos (Nota 8)	74.838	73.959	6.581	8.835	Atribuído aos acionistas da Controladora				
Imobilizado (Nota 9)	173.443	118.860	188.496	131.178	Capital social (Nota 14)	1.055	1.055	1.055	1.055
Intangível (Nota 10)	1.331	821	107.947	112.495	Reservas de capital (Nota 14(a))	6.590	6.590	6.590	6.590
	<u>282.700</u>	<u>237.517</u>	<u>338.895</u>	<u>296.977</u>	Reservas de lucros (Nota 14(b))	3.880	16.191	3.880	16.191
					Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 14(d)(e))	26.033	28.185	26.033	28.185
						<u>37.558</u>	<u>52.021</u>	<u>37.558</u>	<u>52.021</u>
					Participação dos não controladores (Nota 8)			57.261	57.592
					Total do patrimônio líquido	<u>37.558</u>	<u>52.021</u>	<u>94.819</u>	<u>109.613</u>
Total do ativo	<u>384.774</u>	<u>292.117</u>	<u>453.509</u>	<u>359.464</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>384.774</u>	<u>292.117</u>	<u>453.509</u>	<u>359.464</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração do resultado e resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida (Nota 15)	315.393	239.676	361.451	247.552
Custo dos serviços prestados (Nota 16)	(96.899)	(84.929)	(115.915)	(89.182)
Lucro bruto	218.494	154.747	245.536	158.370
(Despesas) receitas operacionais				
Gerais, comerciais e administrativas (Nota 16)	(67.194)	(53.541)	(90.806)	(57.831)
Outras e receitas e despesas operacionais	(833)	(187)	(1.410)	(191)
Participação no resultado das controladas	1.161	(918)	1.889	(284)
	(66.866)	(54.646)	(90.327)	(58.306)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	151.628	100.101	155.209	100.064
Resultado financeiro (Nota 17)				
Despesas financeiras	(20.422)	(10.251)	(20.804)	(10.289)
Receitas financeiras	28.325	11.770	28.654	11.808
Variação cambiais e monetárias, líquidas	(16.712)	(11.991)	(16.712)	(11.991)
	(8.809)	(10.472)	(8.862)	(10.472)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	142.819	89.629	146.347	89.592
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes (Nota 13)	(42.660)	(32.305)	(47.972)	(33.501)
Diferidos (Nota 13)	(5.530)	768	(3.804)	1.200
Lucro líquido do exercício	94.629	58.092	94.571	57.291
Atribuível				
Acionistas da Companhia			94.629	58.092
Participação de não controladores			(58)	(801)
			94.571	57.291
Lucro básico e diluído por ação (Nota 18)	0,82	0,50	0,82	0,50

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Libra Terminal Rio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Controladora									
	Reserva de capital		Reservas de lucros					Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Legal	Retenção de lucros	Total	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			
										Total
Em 1º de janeiro de 2011	1.055	6.590	211	20.408	20.619	25.819		54.083		54.083
Total do resultado abrangente do exercício							58.092	58.092	(801)	57.291
Lucro líquido do exercício										
Total do resultado abrangente do exercício							58.092	58.092	(801)	57.291
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas										
Distribuição de dividendos (Nota 14(f)) (R\$ 0,52 por ação)				(45.631)	(45.631)		(14.523)	(60.154)	(926)	(61.080)
Aquisição de participação em controladas (Nota 9)				(4.332)	(4.332)	4.332			59.319	59.319
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				(49.963)	(49.963)	4.332	(14.523)	(60.154)	58.393	(1.761)
Destinação do resultado para reserva de lucros (Nota 14(f))				43.569	43.569		(43.569)			
Transferências - realização do custo atribuído				1.966	1.966	(1.966)				
Em 31 de dezembro de 2011	1.055	6.590	211	15.980	16.191	28.185		52.021	57.592	109.613
Em 1º de janeiro de 2012	1.055	6.590	211	15.980	16.191	28.185		52.021	57.592	109.613
Total do resultado abrangente do exercício							94.629	94.629	(58)	94.571
Lucro líquido do exercício										
Total do resultado abrangente do exercício							94.629	94.629	(58)	94.571
Total de distribuições aos acionistas										
Distribuição de dividendos (Nota 14(f)) (R\$ 0,94 por ação)				(85.435)	(85.435)		(23.657)	(109.092)	(273)	(109.365)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				(85.435)	(85.435)		(23.657)	(109.092)	(273)	(109.365)
Destinação do resultado para reserva de lucros (Nota 14(f))				70.972	70.972		(70.972)			
Transferências - realização do custo atribuído				2.152	2.152	(2.152)				
Em 31 de dezembro de 2012	1.055	6.590	211	3.669	3.880	26.033		37.558	57.261	94.819

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	142.819	89.629	146.347	89.592
Ajustes				
Depreciação e amortização (Notas 9, 10 e 16)	7.681	6.054	13.984	8.209
Participação nos resultados das controladas (Nota 8)	(1.161)	918	(1.889)	284
Custo na alienação de imobilizado (Nota 9.4)	5	656	5	656
Constituição (reversão) de provisão para contingências (Nota 19)	1.012	287	1.906	287
Provisão para devedores duvidosos (Nota 7)	1.275	1.257	1.701	1.290
Outras receitas (despesas) operacionais	(195)	(38)	(235)	(182)
Encargos financeiros	32.643	29.770	32.645	29.770
	184.079	128.533	194.464	129.906
Contas a receber	(2.837)	(2.917)	(3.738)	(4.215)
Tributos a recuperar	2.413	(2.461)	2.212	(2.464)
Depósitos judiciais	(227)	(331)	(226)	(391)
Outros ativos	(2.264)	219	(2.000)	222
Fornecedores	8.404	(27.436)	7.063	(27.541)
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.257	975	2.510	1.353
Outros passivos	41	22	615	1.023
Caixa proveniente das operações	190.866	96.604	200.900	97.893
Juros pagos sobre financiamentos (Nota 11)	(20.563)	(546)	(20.566)	(546)
Pagamento de contingências (Nota 19)	(140)	(74)	(459)	(74)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.807)	(32.843)	(44.622)	(33.872)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	130.356	63.141	135.253	63.401
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários, ao valor justo pelo resultado	(35.671)	21.940	(41.476)	21.940
Aquisição de participações em controladas, líquido do caixa adquirido	(3.100)	(79.233)	(100)	(77.468)
Aquisição de bens do imobilizado (Nota 8)	(38.205)	(26.945)	(42.113)	(27.175)
Valor recebido na alienação de imobilizado (Nota 9.4)		40		40
Aquisição de bens do intangível (Nota 10)	(869)	(54)	(941)	(53)
Contas a receber de partes relacionadas	29.042	(28.837)	28.577	(28.837)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(48.803)	(113.089)	(56.053)	(111.553)

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de financiamentos (Nota 11)	64.632	112.914	64.632	112.995
Pagamentos de financiamentos - principal (Nota 11)	(12.300)	(4.050)	(12.337)	(4.056)
Operações com derivativos de proteção de financiamentos	(18.026)	(11.087)	(18.026)	(11.087)
Dividendos pagos pela Controladora	(105.710)	(55.800)	(105.710)	(55.800)
Dividendos pagos por controladas a acionistas não controladores (Nota 8)				
Contas a pagar para partes relacionadas	241	9.334	1.067	9.334
Caixa líquido (aplicado) obtido nas atividades de financiamentos	(71.163)	51.311	(70.374)	51.386
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	10.390	1.363	8.826	3.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.604	1.241	4.475	1.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.994	2.604	13.301	4.475
Outras divulgações				
Juros recebidos (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários)	3.001	5.283	3.253	5.321

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas brutas de serviços	363.074	275.549	412.669	284.299
Outras receitas	39	64	41	65
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (constituição)	(1.275)	(1.257)	(1.535)	(1.257)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(57.724)	(54.139)	(65.250)	(55.539)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(48.449)	(36.454)	(60.100)	(38.394)
Outras despesas		(38)	(3)	(43)
Valor adicionado bruto	255.665	183.725	285.822	189.131
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(7.681)	(6.054)	(13.983)	(8.211)
Variação cambial	(16.714)	(11.997)	(16.712)	(11.997)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	231.270	165.674	255.127	168.923
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação nos lucros de controladas	1.161	(918)		
Participação nos lucros de coligadas			1.889	(284)
Receitas financeiras	28.328	11.797	28.656	11.835
Valor adicionado total a distribuir	260.759	176.533	285.672	180.474
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	(41.003)	(31.176)	(47.960)	(33.198)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(77.494)	(50.083)	(82.850)	(51.617)
Estaduais	(87)		(108)	
Municipais	(20.511)	(14.000)	(20.451)	(14.475)
Juros	(31.990)	(10.142)	(20.785)	(10.180)
Aluguéis	(11.753)	(13.060)	(18.947)	(13.713)
Dividendos	(73.506)	(42.112)	(90.961)	(42.112)
Lucros retidos do exercício	(3.041)	(15.980)	(3.668)	(15.980)
Participação dos não controladores nos lucros retidos do exercício			58	801
	(259.385)	(176.533)	(285.672)	(180.474)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Libra Terminal Rio S.A. ("T-Rio" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua General Gurjão 105, Caju, Cidade de Rio de Janeiro - RJ. A T-Rio é controlada pela Libra Holding S.A. e seu controlador final é a família Borges Torrealba.

A Companhia tem por objetivos principais, conforme seu estatuto social, a movimentação, armazenagem de carga e contêineres (inclusive medicamentos e produtos para saúde), exploração de instalações portuárias e de área sob administração da CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro e operação e gestão de instalações portuárias e armazém-geral e participação em outras sociedades.

Atualmente as operações da T-Rio e suas controladas ("Companhia") incluem:

- Operação de terminais portuários - A T-Rio explora operações portuárias, movimentação e armazenagem de carga em contêineres no Terminal 1 localizado no município do Rio de Janeiro - RJ, por meio de contrato de arrendamento do terminal de contêineres com a Companhia Docas do Rio de Janeiro, vigorando até 2048.
- Operação de terminais aeroportuários - A controlada indireta Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol") administra e opera, por meio de contrato de concessão pública, o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, localizado no município de Cabo Frio - RJ.

A Companhia e suas controladas e coligadas desenvolvem seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial ("Grupo Libra"), utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando espaço físico, custos administrativos e esforços de gestão e receitas.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre as participações mantidas pela T-Rio nas suas controladas e coligadas (diretas e indiretas) todas sediadas no Brasil. Exceto indicação contrária (*), os percentuais de participação em 31 de dezembro de 2011 são os mesmos que os apresentados na tabela.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			31 de dezembro de 2012 - percentual		
Nome	Negócio	Tipo de participação	Participação nas ações ordinárias	Participação nas ações preferenciais	Participação total
Controladas					
Boreal Serviços e Administração S.A. ("Boreal Serviços") (1)	Holding	Direta	99,99%	N/A	99,99%
SBCB Participações Aeroportuárias S.A. ("SBCB")	Holding	Indireta	100,00%	N/A	100,00%
Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol")	Operadora de terminais aeroportuários	Indireta	60,00%	N/A	60,00%
Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda.	Apoio à operação aeroportuária	Indireta	97,00%	N/A	97,00%
Via Port Transportes Multimodais S.A. ("Via Port") (2)	Empresa dormiente	Direta	99,99%	N/A	99,99%
Coligadas					
Angra Aeroportos Ltda. ("Angra Aeroportos")	Operadora de terminais aeroportuários	Indireta	33,33%	N/A	33,33%
Turnkey Gestão de Empreendimentos Logísticos S.A. ("Turnkey")	Empresa sem operação	Direta	25,00%	N/A	25,00%
Libra Terminais Santos S.A. ("Libra Terminal Santos") (3)(4)	Operadora de terminais portuários	Indireta	16,73%	N/A	16,73%

(1) Conforme detalhado na: (i) Nota 8(f.1) em outubro de 2011 a Companhia aumentou o capital da Boreal Serviços por meio de uma contribuição em dinheiro que resultou na diluição do anterior acionista controlador (uma empresa controlada pela Libra Holding S.A.) passando a Companhia a deter uma participação de 87,35% do capital votante e total da Boreal Serviços e o controle da mesma e (ii) Nota 9(f.2) com a compra do controle da Boreal Serviços, a Companhia, adquiriu 100% da SBCB, que tem participações acionárias na Costa do Sol (empresa que administra e opera o aeroporto Cabo Frio) que por sua vez tem participação de 97% na Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda. e de 33,33% na Angra Aeroportos (empresa que administra e opera o aeroporto de Angra dos Reis).

(2) Conforme detalhado na Nota 8(e) a Turnkey foi constituída em julho de 2012, pela Companhia e outros acionistas.

(3) A Libra Terminal Santos foi considerada uma coligada da controlada direta Boreal Serviços, tendo em consideração a influência significativa da Companhia por meio de diretores estatutários indicados na Libra Terminal Santos e considerando que ambas fazem parte do mesmo grupo econômico (Grupo Libra).

(4) Participação nas Ações Ordinárias em 2011: 16,64%

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Estatutária da Libra Terminal Rio S.A. em 18 de março de 2014.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o custo atribuído de certos bens do imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs e com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Libra Terminal Rio S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012 que tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. Os Diretores do Terminal Rio e do Aeroporto Internacional de Cabo Frio são considerados os principais tomadores de decisões operacionais da Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Libra Terminal Rio e de todas suas controladas e coligadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica de variações monetárias e cambiais (Nota 17).

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "Empréstimos e recebíveis". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. A Companhia não adota a contabilização de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos não classificados como o valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando forem realizados ou transferidos; nesse último caso, desde que tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem nas rubricas de despesas e receitas financeiras (Nota 17).

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício social, ou quando houver evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as provisões para perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, garante ao devedor uma concessão que normalmente não consideraria; ou
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos). O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e, a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na situação de crédito do devedor), a reversão dessa provisão para perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

Em relação aos critérios de *impairment* de contas a receber, vide Nota 4.5.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento do derivativo for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento do derivativo for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). A PCLD é registrada na demonstração do resultado na rubrica de gastos e despesas administrativas.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Imobilizado

Os principais bens da Companhia (*stakers*, edificações e instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, caminhões, guindastes, *portainers*, terrenos e máquinas) são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais-valia resultante do registro do custo atribuído. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos e imobilizações em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil média ponderada em anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	28
Instalações	10
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	19
Veículos	5
Máquinas, equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais", na demonstração do resultado.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado dentro de "Investimento" e "Intangíveis" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado ao nível de segmento operacional para fins de teste de *impairment*, sendo alocado aos segmentos que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis se determinados critérios forem atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

(c) Contrato de concessão

Referem-se ao direito de exploração do Aeroporto Interacional de Cabo Frio reconhecido na compra do controle da controlada Costa do Sol que é amortizado linearmente pelo correspondente prazo de concessão a partir da data da aquisição do controle.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo, menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)), exceto para a avaliação de *impairment* do ágio que é feito ao nível do segmento operacional ao qual o ágio está alocado. Os ativos não financeiros, exceto o ágio que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no resultado.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Benefícios a empregados

A companhia possui a política de remunerar seus colaboradores por meio de plano de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR), fundamentalmente no acordo homologado pelo sindicato da categoria. O recebimento da PLR pelos colaboradores está atrelado ao cumprimento de metas das unidades e não por metas individuais. As metas são acompanhadas mensalmente por meio de indicadores estipulados pela administração e pelo sindicato da categoria, e divulgados pela área de Recursos Humanos a todos os colaboradores. As provisões são constituídas em regime de competência no resultado do exercício contra provisão no passivo.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e comercialização de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que fluirão benefícios econômicos futuros para a entidade e quando riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao comprador, além dos critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia e suas controladas prestam serviços principalmente de apoio a atividades portuárias e aeroportuárias.

A receita proveniente da prestação de serviços portuária corresponde especialmente com a armazenagem e movimentação de cargas em contêineres.

A receita proveniente de serviços aeroportuárias corresponde, principalmente, a operações de armazenagem de cargas de importação e exportação de equipamentos e suprimentos, soluções logísticas, transporte multimodal, serviços para voos internacionais executivos e privados e atendimento a helicópteros.

Esses serviços são vendidos com base em preços fixados por contrato com os clientes. As receitas provenientes dos serviços prestados na movimentação de cargas em instalações aeroportuárias, portuárias e retroportuárias são reconhecidas concomitantemente aos serviços prestados.

A receita proveniente das soluções logísticas e armazenagens geral e alfandegada são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, o valor do dividendo mínimo obrigatório é reconhecido; qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado no patrimônio líquido e, deliberado e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas no exercício seguinte, de acordo com os prazos legais.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento, o CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações financeiras consolidadas estando seus impactos limitados a aspectos de divulgação.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. Atualmente o IASB não estabeleceu uma data para sua aplicação mandatória, removendo a previsão original de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas", emitido em maio de 2011. Esta norma está baseada nos princípios existentes quanto à identificação do conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada das demonstrações financeiras. A norma provê orientação adicional para auxiliar na determinação de controle quando há dúvida na avaliação. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento, o CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". A norma tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade nas divulgações requeridas pelos IFRS. As exigências não aumentam o uso do valor justo na contabilidade, porém orienta como deve ser aplicado quando seu uso for requerido ou permitido por outra norma. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e há uma isenção para aplicação das novas exigências de divulgação para períodos comparativos. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Considerando as atuais operações da Companhia as seguintes novas normas e interpretações de normas que foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012 não impacta nas demonstrações financeiras da Companhia quando sejam implementadas:

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados"
- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"
- IFRS 11 - "Acordo Contratual Conjunto"

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da controladora e consolidado são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da PCLD, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Impostos incluindo imposto de renda diferido ativo

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia determina a recuperabilidade do imposto diferido (créditos fiscais) com base em planos plurianuais de seus negócios.

**(b) Valor justo de instrumentos
financeiros derivativos**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros derivativos apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros derivativos.

**(c) Provisões para riscos tributários,
cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

**(d) Avaliação de perda (*impairment*)
estimada do ágio**

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis do segmento operacional no qual o ágio foi alocado foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 8).

**3.2 Julgamento crítico na aplicação das
políticas contábeis da entidade -
contratos de concessão pública**

A Companhia avaliou a adoção do ICPC 01 - "Contratos de Concessão (IFRIC 12)" aos contratos de concessão por ela administrado e constatou que não há consonância entre as premissas estabelecidas no referido ICPC e os contratos firmados entre a Companhia e o poder concedente e, portanto, não se enquadra no alcance do ICPC 01.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Libra Holding S.A., na qualidade de controladora da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração estabelece as diretrizes e aprova a contratação dos instrumentos financeiros adotados pela Companhia para fins de proteção de riscos de mercado.

As operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de câmbio e taxas de juros.

(a) Risco de câmbio e de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio e de juros, que reduzam valores a receber ou aumentem saldos a pagar em moeda nacional e estrangeira. A Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* econômico (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio).

A Companhia mantinha, na data de encerramento do exercício, operações com instrumentos financeiros derivativos (*swaps*), contratados com instituições financeiras de primeira linha. As perdas e os ganhos gerados com essas operações são reconhecidos diretamente no resultado, considerando-se a variação no valor justo desses instrumentos.

Os *swaps* são contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira (dólar americano) para o real.

Em 31 de dezembro 2012, a Companhia possuía passivos em moeda estrangeira e *swaps* nos montantes descritos a seguir, e não tinha ativos significativos em moeda estrangeira.

	Controladora e consolidado	
	2012	2011
Empréstimos e financiamentos		
Denominados em US\$	191.578	185.848
(-) <i>Swap</i> de moeda e de taxas de juros - BRL	(27.514)	(11.087)
(-) <i>Swap</i> Pré x USD	(1.599)	
(=) Exposição total a moeda estrangeira - US\$	162.465	174.761

Parte das receitas futuras da Companhia corresponde a serviços de armazenagem com preços definidos em porcentagens de valor de cargas em reais. A estratégia de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos de proteção adotada pela Tesouraria do Grupo leva em consideração este "*hedge* natural". Uma vez faturados tais serviços tem sua taxa de câmbio fixada e o valor do contas a receber fica fixo em reais.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações e empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. As aplicações e empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A administração avalia periodicamente tais riscos e nos exercícios apresentados não contratou instrumentos para proteção.

O valor justo das operações com *swaps* foi calculado pela Companhia e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do exercício. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente com relação à variação nas taxas de câmbio.

O detalhamento das operações de *swap* acima descritas é como segue:

				Controladora e consolidado	
Banco	Modalidade	Posição	Moeda	2012	2011
Itaú BBA	NCE	Ativa	Dólar	113.851	100.165
		Passiva	Reais	(86.337)	(89.078)
		Ajuste		27.514	11.087
Itaú BBA	Resolução nº 4.131	Ativa	Pré	91.304	
		Passiva	Dólar	(89.705)	
		Ajuste		1.599	
				29.113	11.087

As operações de *swaps* contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e instrumentos financeiros derivativos recebíveis.

- Saldo em bancos, ativos financeiros mensurados a valor justo e instrumentos derivativos recebíveis - a administração avalia em ocasião de cada aplicação o risco de crédito das instituições financeiras e a exposição da Companhia a mesma.
- Contas a receber de clientes - a área de Concessão de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, histórico comercial e contexto de mercado, recomendando, quando necessário, a agregação de garantias como forma de mitigação dos riscos identificados. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

como o acompanhamento dos prazos de vencimento e limites de dias em aberto determinados pela área de Concessão de Crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber (Nota 4.5).

- Contas a receber de partes relacionadas - a totalidade dos valores a receber de partes relacionadas corresponde a entidades do Grupo Libra e o risco de crédito e administrado corporativamente pela Tesouraria do Grupo no contexto das operações como um todo.

(c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez tendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Tesouraria do Grupo com base nos dados de cada uma das áreas operacionais. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores correspondem a fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, incluem pagamentos de juros na suas respectivas datas de vencimento ainda não reconhecidos pelo regime de competência.

	Controladora					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2012						
Fornecedores (i)	16.138					16.138
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	2.757	37.942	185.275	52.085	(48.152)	229.907
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	5.883	5.989	37.685	3.995	(5.657)	47.895
	<u>24.778</u>	<u>43.931</u>	<u>222.960</u>	<u>56.080</u>	<u>(53.809)</u>	<u>293.940</u>
	Controladora					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2011						
Fornecedores (i)	7.734					7.734
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	2.544	18.814	117.654	35.979	(27.682)	147.309
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	1.566	2.114	32.831	9.814	(3.949)	42.376
	<u>11.844</u>	<u>20.928</u>	<u>150.485</u>	<u>45.793</u>	<u>(31.631)</u>	<u>197.419</u>

27 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2012						
Fornecedores (i)	18.320					18.320
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	2.766	37.970	185.275	52.084	(48.152)	229.943
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	5.883	5.989	37.685	3.996	(5.657)	47.896
	26.969	43.959	222.960	56.080	(53.809)	296.159

	Consolidado					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2011						
Fornecedores (i)	11.257					11.257
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	2.554	18.844	117.691	35.979	(27.685)	147.383
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	1.566	2.114	32.832	9.814	(3.949)	42.377
	15.377	20.958	150.523	45.793	(31.634)	201.017

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Análise de sensibilidade sobre os empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de taxas de câmbio e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros expostos a tais riscos são:

- Risco de taxa de câmbio - Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos contratados como *hedge* econômico do risco de taxa de câmbio.
- Risco de taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com taxa de juros pós-fixadas.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, o quadro apresenta o impacto nas despesas e receitas financeiras do cenário projetado para 31 de dezembro de 2012, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

28 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração entende que o cenário razoavelmente provável (Cenário Provável - I) é: (i) uma cotação do dólar de US\$ 1 = R\$ 2,2479 que é a cotação em 31/12 para o dólar futuro em 3 meses, e (ii) um aumento de 10% nas taxas de juros pós-fixadas as quais estão expostas os empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras da Companhia.

De acordo com a Deliberação CVM nº 550/08, adicionalmente é apresentado o impacto nas despesas e receitas financeiras em dois cenários adversos e que poderiam gerar prejuízos para a Companhia. Os cenários possível e remoto consideram uma extrapolação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) em relação ao cenário razoavelmente provável descrito anteriormente.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(ii) Fator de risco moeda

Fator de risco	Risco	Valores expostos em 31 de dezembro		Efeito na receita (despesa) financeira		
		2012	2011	Cenário Provável - I	Cenário II	Cenário III
US\$ - Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	191.578	185.848	(19.158)	(47.895)	(95.789)
US\$ - Swaps	Alta do US\$	(29.113)	(11.087)	2.415	6.037	12.037
Impacto líquido		<u>162.465</u>	<u>174.761</u>	<u>(16.743)</u>	<u>(41.858)</u>	<u>(83.752)</u>
Taxas de US\$ utilizadas - R\$		2,0435	1,8758	2,2479	2,5544	3,0653

(iii) Fator de risco taxa de juros

Fator de risco	Risco	Valores expostos em 31 de dezembro		Efeito na receita (despesa) financeira		
		2012	2011	Cenário Provável - I	Cenário II	Cenário III
CDI - Aplicações financeiras	Alta do CDI	(76.589)		(35.113)		643
LIBOR6M - Empréstimos e financiamentos	Alta do LIBOR	44.595		37.741		(31)
Impacto líquido		<u>(31.994)</u>		<u>2.628</u>		<u>612</u>
Taxas de CDI utilizada - %		8,3969		11,5945		9,2366
Taxas de LIBOR 6M utilizada - %		0,687		0,507		0,7557

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital (Consolidado)

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade bem como oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base na alavancagem financeira. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído das operações com instrumentos financeiros derivativos, do montante de caixa e equivalentes de caixa e dos títulos e valores mobiliários, como base para gestão de capital. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:

	2012	2011
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	277.839	189.760
Menos - operações com derivativos (Nota 4)	(1.599)	
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(13.301)	(4.475)
Menos - Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(76.589)	(35.113)
Menos - operações com derivativos (Nota 4)	(27.514)	(11.087)
Dívida líquida	<u>158.836</u>	<u>139.085</u>
Total do patrimônio líquido	<u>94.819</u>	<u>109.613</u>
Total do capital	<u>253.655</u>	<u>248.698</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>63</u>	<u>56</u>

4.3 Estimativa do valor justo de instrumento financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial são classificados nos níveis da hierarquia de mensuração pelo valor justo. A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo no balanço patrimonial de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		29.113	29.113
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		70.784	70.784
Total do ativo		99.897	99.897

Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		29.113	29.113
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		76.589	76.589
Total do ativo		105.702	105.702

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		11.087	11.087
Títulos e valores mobiliários - LFT		5.405	5.405
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		29.708	29.708
Total do ativo		46.200	46.200

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		11.087	11.087
Títulos e valores mobiliários - LFT		5.405	5.405
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		29.708	29.708
Total do ativo		46.200	46.200

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam instrumentos financeiros classificados no Nível 3.

(a) Mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários

- LFT - São valorizadas com base nas taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA que representam transações efetivas num mercado ativo.
- Cotas de fundos - São valorizadas com base no Preço Unitário das cotas divulgados diariamente pelo administrador que é a base para aplicações e resgates e é definido com base no valor justo dos ativos e passivos do fundo.

(b) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão (que não são cotados em bolsa) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* nos quais tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados pelo desconto dos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que o *swap* é denominado. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

		Controladora	
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2012			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	12.994		12.994
Títulos e valores mobiliários		70.784	70.784
Instrumentos financeiros derivativos		29.113	29.113
Contas a receber de clientes, líquidas	13.288		13.288
Contas a receber de partes relacionadas	2.949		2.949
	<u>29.231</u>	<u>99.897</u>	<u>129.128</u>
		Controladora	
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2012			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		277.802	277.802
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		32.379	32.379
		<u>310.181</u>	<u>310.181</u>
		Controladora	
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	2.604		2.604
Títulos e valores mobiliários		35.113	35.113
Instrumentos financeiros derivativos		11.087	11.087
Contas a receber de clientes, líquidas	11.726		11.726
Contas a receber de partes relacionadas	31.991		31.991
	<u>46.321</u>	<u>46.200</u>	<u>92.521</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
		Total
31 de dezembro de 2011		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos		189.685
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		23.692
		<u>213.377</u>
		<u>213.377</u>
		Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado
		Total
31 de dezembro de 2012		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	13.301	13.301
Títulos e valores mobiliários		76.589
Instrumentos financeiros derivativos		29.113
Contas a receber de clientes, líquidas	18.732	18.732
Contas a receber de partes relacionadas	3.414	3.414
	<u>35.447</u>	<u>105.702</u>
	<u>35.447</u>	<u>141.149</u>
		Consolidado
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
		Total
31 de dezembro de 2012		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos		277.839
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		39.595
		<u>317.434</u>
		<u>317.434</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2011			
Caixa e equivalentes de caixa	4.475		4.475
Títulos e valores mobiliários		35.113	35.113
Instrumentos financeiros derivativos		11.087	11.087
Contas a receber de clientes, líquidas	16.695		16.695
Contas a receber de partes relacionadas	31.991		31.991
	<u>53.161</u>	<u>46.200</u>	<u>99.361</u>
	Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		189.760	189.760
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		30.787	30.787
		<u>220.547</u>	<u>220.547</u>

4.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado.

Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P) com base no *rating* doméstico.

Para a qualidade de crédito de clientes a Companhia utiliza um sistema interno de classificação de risco dividido em 3 categorias, conforme detalhado nas tabelas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	
	2012	2011
Contas a receber de clientes		
Classificação interna de crédito		
A - Baixo risco	1.247	268
B - Médio risco	9.719	11.458
C - Alto risco	2.322	
	<u>13.288</u>	<u>11.726</u>
	Controladora	
	2012	2011
Títulos e valores mobiliários		
Classificação externa de crédito		
brAAA	70.784	35.113
	<u>70.784</u>	<u>35.113</u>
	Controladora	
	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa		
Classificação externa de crédito		
brAAA	12.994	2.604
	<u>12.994</u>	<u>2.604</u>
	Consolidado	
	2012	2011
Contas a receber de clientes		
Classificação interna de crédito		
A - Baixo risco	1.248	1.838
B - Médio risco	15.162	12.367
C - Alto risco	2.322	2.490
	<u>18.732</u>	<u>16.695</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2012	2011
Títulos e valores mobiliários		
Classificação externa de crédito		
brAAA	76.589	35.113
	<u>76.589</u>	<u>35.113</u>
	Consolidado	
	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa		
Classificação externa de crédito		
brAAA	13.301	4.475
	<u>13.301</u>	<u>4.475</u>

Os instrumentos financeiros derivativos recebíveis correspondem, na sua totalidade, ao Banco Itaú BBA S.A. com *rating* Baa2 doméstico conforme Moody's *rating*.

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- A - Baixo risco - são os 10 maiores clientes por segmento de negócio com alta solidez financeira.
- B - Médio risco - cliente com solidez financeira razoável e moderadas restrições.
- C - Alto risco - clientes com baixa solidez financeira possuindo restrições judiciais.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou sujeito a provisão para deterioração e a Companhia considera o risco de crédito de todas as contas a receber de partes relacionadas homogêneo correspondendo ao risco de crédito da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Recursos em bancos e em caixa	1.992	2.604	2.299	4.475
Aplicações de liquidez imediata	<u>11.002</u>		<u>11.002</u>	
	<u>12.994</u>	<u>2.604</u>	<u>13.301</u>	<u>4.475</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e investimentos, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Debêntures Compromissadas de instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos concentrem-se em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos correspondem a fundo de investimentos multimercado, resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira dos fundos esta composta por operações compromissadas com instituições financeiras e por títulos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos públicos - LFT (i)		5.405		5.405
Cotas de fundos	70.784	29.708	76.589	29.708
	<u>70.784</u>	<u>35.113</u>	<u>76.589</u>	<u>35.113</u>

(i) Dados em garantias para margem de garantia aos ajustes diários, vide Nota 4.1(a).

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a receber de clientes	19.632	16.795	25.535	21.797
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.344)	(5.069)	(6.803)	(5.102)
	<u>13.288</u>	<u>11.726</u>	<u>18.732</u>	<u>16.695</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	10.298	9.573	13.697	12.599
Vencidos				
Até 30 dias	3.390	2.033	3.800	2.321
Entre 31 e 90 dias	1.460	1.039	2.363	1.610
Entre 91 e 180 dias	240	307	885	795
Há mais de 181 dias	4.244	3.843	4.790	4.472
	<u>19.632</u>	<u>16.795</u>	<u>25.535</u>	<u>21.797</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não tem garantias recebidas sobre as contas a receber.

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na análise individual de seus clientes. A política adotada estabelece que os clientes sejam avaliados de forma individual e classificados em três categorias: (a) para os clientes maior volume de operações e faturamento a provisão é constituída títulos vencidos há mais de 180 dias considerando que a área de cobrança faz um monitoramento específico deste grupo de clientes; (b) os outros clientes para os quais a provisão é constituída para os títulos vencidos há mais de 90 dias; e (c) clientes com provisão imediata quando apresentam situações de falência, inadimplência, abandono de carga ou outras que ensejam o início de processo judicial.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
Em 1º de janeiro	(5.102)	(3.812)
Complemento de provisão	(1.701)	(776)
Baixa de títulos por perda		(514)
Em 31 de dezembro	<u>(6.803)</u>	<u>(5.102)</u>

Em 31 de dezembro de 2012 existiam crédito vencidos, mas não provisionados (*impaired*). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Até três meses	3.104	2.738	4.439	3.833
De três a seis meses				882
	<u>3.104</u>	<u>2.738</u>	<u>4.439</u>	<u>4.715</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	2012	2011
Em 1º de janeiro	73.959	
Aquisição de controlada - Boreal Serviços (f)		81.013
Aumento de participação na Boreal Serviços (f)	3.000	
Aquisição de participação em coligada - TurnKey (g)	100	
Participação nos resultados de controladas e coligadas	1.161	(918)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	(3.364)	(6.136)
Outras movimentações	(18)	
Em 31 de dezembro	<u>74.838</u>	<u>73.959</u>
	Consolidado	
	2012	2011
Em 1º de janeiro	8.835	
Aquisição de participação em coligada - TurnKey (g)	100	
Aquisição de participação em coligada - Libra Terminais Santos		14.576
Participação nos resultados de controladas e coligadas	1.889	(284)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	(3.851)	(6.136)
Distribuição de participação na coligada Libra Terminais Santos		
Outras movimentações	(392)	679
Em 31 de dezembro	<u>6.581</u>	<u>8.835</u>

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da Boreal Serviços e Costa do Sol que são as únicas controladas com participação não controladora relevante e das coligadas Angra Aeroportos e Libra Terminal Santos.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) **Balanco patrimonial sintético**

	Controladas com participação de não controladores				Coligadas			
	Boreal Serviços		Costa do Sol		Angra Aeroportos		Libra Terminal Santos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Circulante								
Ativo	129	129	9.344	7.947	42	37	112.170	133.717
Passivo	486	3.000	8.662	5.018	62	49	339.497	238.023
Ativo circulante líquido	(357)	(2.871)	682	2.929	(20)	(12)	(227.327)	(104.306)
Não circulante								
Ativo	87.484	89.527	126.182	123.300	11	14	508.132	437.418
Passivo	1.530	1.529	11.562	10.198	47	326	247.802	289.391
Ativo não circulante líquido	85.954	87.998	114.620	133.132	(36)	(312)	260.330	148.027
Patrimônio líquido	85.597	85.127	115.302	116.061	(56)	(324)	33.003	43.721

A participação total dos não controladores no patrimônio líquido das controladas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentada a seguir:

	2012	2011
Boreal Serviços	10.825	11.168
Costa do Sol	46.436	46.424
	57.261	57.592

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Demonstração sintética do resultado e do
resultado abrangente

	Controladas com participação de não controladores				Coligadas			
	Boreal Serviços		Costa do Sol		Angra Aeroportos		Libra Terminal Santos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receita bruta			46.412	9.819	403	229	179.745	169.837
Lucro (prejuízo) antes de tributos sobre o lucro	286	1.388	2.437	(892)	274	(89)	2.118	8.035
Tributos sobre o lucro	1.036	259	(3.196)	(764)			7.264	5.744
Lucro líquido (prejuízo) e resultado abrangente	1.322	1.647	(759)	(1.656)	274	(89)	9.382	13.779
Dividendos pagos a participação não controladora	487	927						
Dividendos recebidos de coligadas							3.851	6.136
A participação total dos não controladores no resultado das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentada a seguir:								
							2012	2011
Boreal Serviços							167	(134)
Costa do Sol							(225)	(667)
							(58)	(801)

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Reconciliação das informações
financeiras dos investimentos**

	Controladas diretas				Coligadas			
	Boreal Serviços		Angra Aeroportos		Libra Terminal Santos		TurnKey	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	85.127	11.309	(330)		43.721	66.810		
Lucro líquido (prejuízo do exercício)	1.322	1.647	274	(330)	9.382	13.779		
Transações com não controladores								
Aquisição de controladas e coligadas								
Aportes de capital	3.000	79.233					400	
Distribuição de dividendos	(3.851)	(7.063)			(20.100)	(36.868)		
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	85.598	85.126	(56)	(330)	33.003	43.721	400	
Percentual de participação societária em 31 de dezembro - %	87,37	86,88	33,33	33,33	19,16	19,16	25,00	
Participação no patrimônio dos investimentos	74.787	73.959	(19)	(110)	6.323	8.377	100	
Outros ajustes	(50)				177			
	74.737	73.959	(19)	(110)	6.500	8.376	100	
Saldo contábil do investimento na Controladora	74.736	73.959					100	
Saldo contábil do investimento no Consolidado			(19)	(110)	6.500	8.376		

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Teste de *impairment*

O ágio contabilizado pela Companhia no valor de R\$ 51.680 é alocado integralmente ao segmento operacional Operação de Terminais Aeroportuários.

O valor recuperável do segmento é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração da Libra Holding S.A. para o período até 2045. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores a tal período foram extrapolados com base em taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir até o final esperado do prazo de concessão considerando um período de renovação.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso em 31 de dezembro de 2012, uma vez que o Aeroporto foi adquirido no final do exercício de 2011, é a taxa de crescimento de longo prazo usada para períodos a partir de 2012 de 12,6% ao ano e a taxa de desconto antes de impostos usada para descontar os fluxos de caixa de 13,8% ao ano.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento utilizadas são baseadas em projeções sobre o desenvolvimento do setor de Óleo e Gás da região e estimativas de demanda das novas plataformas dos campos do pré-sal na região, uma vez que os negócios do aeroporto estão muito ligados ao atendimento desse setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos de operações aeroportuárias.

O valor em uso ultrapassou o valor contábil dos ativos e passivos do segmentos de operações aeroportuárias em 251% em 31 de dezembro de 2012.

(e) Compra de participação na Turnkey

Em julho de 2012 a Companhia e outros acionistas não relacionadas constituíram a Turnkey e fizeram o aporte inicial da capital. A Turnkey tem como objetivo desenvolvimento de negócios na área de logística e não tem operações significativas até a data destas demonstrações financeiras.

(f) Combinações de negócios - Boreal Serviços e SBCB e sua controlada Costa do Sol

(f.1) Boreal Serviços

Em outubro de 2011 a Companhia aumentou o capital da Boreal Serviços por meio de uma contribuição em dinheiro de R\$ 79.233 o que resultou na diluição do anterior acionista controlador (uma empresa controlada pela Libra Holding S.A.) passando a Companhia a deter uma participação de 87,35% do capital votante e total da Boreal Serviços e o controle da mesma. A Boreal Serviços é uma empresa holding sem atividades operacionais e o único ativo relevante na data da obtenção do controle era a participação de 19,17% na coligada Libra Terminal Santos. Na medida em que a contribuição em dinheiro foi feita na Boreal Serviços que passou a ser consolidada esta transação não afetou o caixa e equivalentes de caixa do Consolidado.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A compra de controle da Boreal Serviços foi efetuada como passo preparatório para a compra do controle da SBCB descrita na seção a seguir.

Por se tratar de uma transação entre entidades sob controle comum da Libra Holding S.A. a transação foi contabilizada ao seu valor contábil e, por tanto, esta transação não gerou ágio, inclusive para fins fiscais. Os valores contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos esta apresentado na tabela a seguir.

	2012
Valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos	
Aporte de recursos	79.233
Investimentos na Libra Terminais Santos (Nota 8)	13.494
Outros ativos	428
Partes relacionadas	(1.530)
Outros passivos	(427)
Total de ativos líquidos identificáveis	91.198

(f.2) SBCB e sua controlada Costa do Sol

Em forma contemporânea com a compra do controle da Boreal Serviços descrita acima a Boreal Serviços adquiriu 100% da SBCB, empresa holding que tem participações acionárias nas seguintes empresas:

- (i) Costa do Sol, controlada pela SBCB com participação de 60% no capital total e votante, empresa que administra e opera, por meio de contrato de concessão pública, o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, e tem participação de 97% na Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda., e
- (ii) Angra Aeroportos, coligada da SBCB com participação de 33,33% no capital total e votante, empresa que administra e opera, por meio de contrato de concessão pública, o Aeroporto de Angra dos Reis.

O ágio de R\$ 51.680 que surge da aquisição é atribuível à rentabilidade futura esperada das operações aeroportuárias. Espera-se que o ágio para fins fiscais de seja dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para os vendedores e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como a participação proporcional dos acionistas não controladores (40%) nos ativos líquidos da SBCB.

	2012
Contraprestação	
Caixa	79.233
Contraprestação contingente	3.000
Total da contraprestação	82.233

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012
Valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.765
Ativo imobilizado (Nota 9)	12.964
Contrato de concessão (incluído em intangíveis) (Nota 10)	95.000
Relacionamento com clientes (incluído em intangíveis) (Nota 10)	6.100
Investimentos na coligada Angra Aeroportos (Nota 8)	679
Contas a receber	3.704
Depósitos judiciais	100
Adiantamento a fornecedores	225
Tributos a recuperar	162
Outros ativos	232
Fornecedores, obrigações tributárias e fiscais	(628)
Obrigações trabalhistas	(929)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(911)
Adicional tarifário - Ataero	(154)
Outros passivos	(660)
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>117.649</u>
Participação não controladores (40%)	(47.060)
Ágio	<u>11.644</u>
	<u>82.233</u>

O acordo de contraprestação contingente requer que a Boreal Serviços pague, aos antigos proprietários: (a) um valor de R\$ 3.000 dependendo do EBITDA consolidado da Costa do Sol observado no exercício 2011, e (b) um valor de R\$ 9.000 dependendo do EBITDA consolidado da Costa do Sol observado no acumulado dos exercícios 2013 a 2015. O valor justo da contraprestação contingente foi estimado em R\$ 3.000 considerando as probabilidades de atingimento das metas do EBITDA nas duas datas de mensuração indicadas acima. O valor de R\$ 3.000 foi efetivamente pago em 30 de março de 2012 e a Companhia reavaliou o valor justo da segunda parcela de contraprestação contingente a cada data de reporte confirmando que ele é mínimo com base na probabilidade de atingimento da meta de EBITDA.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a SBCB ou a Costa do Sol pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito a contingências preexistentes estando limitado o direito ao prazo de 5 a 6 anos após a compra, dependendo da natureza da contingência, e a um valor máximo total de aproximadamente R\$ 31.000.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de outubro de 2011 até 31 de dezembro de 2011 inclui o valor de receitas gerado pela SBCB e suas controladas de R\$ 9.819 e SBCB também contribuiu com um lucro/prejuízo de R\$ 515 no mesmo período.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se a SBCB tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2011, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 250.811 e lucro *pro forma* de R\$ 59.877. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano (não auditada).

9 Imobilizado

Controladora				
2012				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 5%	54.981	(7.284)	47.697
Instalações	10%	3.402	(1.620)	1.782
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5% a 8%	70.820	(9.063)	61.757
Veículos	11% a 20%	3.896	(2.504)	1.392
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10%	958	(598)	360
Equipamentos de informática	20%	3.380	(2.605)	775
Móveis e utensílios	10%	2.013	(959)	1.054
Terrenos				
Imobilizações em andamento e outros (*)		58.626		58.626
		198.076	(24.633)	173.443
Controladora				
2011				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 5%	41.230	(5.128)	36.102
Instalações	10%	3.371	(1.285)	2.086
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5% a 8%	29.060	(5.357)	23.703
Veículos	11% a 20%	3.396	(2.012)	1.384
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10%	901	(470)	431
Equipamentos de informática	20%	3.016	(2.266)	750
Móveis e utensílios	10%	1.795	(793)	1.002
Terrenos				
Imobilizações em andamento e outros		53.402		53.402
		136.171	(17.311)	118.860

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado				
2012				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 5%	66.528	(10.228)	56.300
Instalações	10%	3.755	(1.742)	2.013
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5% a 8%	70.820	(9.063)	61.757
Veículos	11% a 20%	4.045	(2.554)	1.491
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10%	1.836	(940)	896
Equipamentos de informática	20%	3.806	(2.856)	950
Móveis e utensílios	10%	2.487	(1.127)	1.360
Terrenos				
Imobilizações em andamento e outros (*)		63.729		63.729
		<u>217.006</u>	<u>(28.510)</u>	<u>188.496</u>
Consolidado				
2011				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 5%	42.969	(7.120)	35.849
Instalações	10%	3.642	(1.376)	2.266
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5% a 8%	29.060	(5.357)	23.703
Veículos	11% a 20%	3.433	(2.047)	1.386
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10%	1.665	(741)	924
Equipamentos de informática	20%	3.394	(2.455)	939
Móveis e utensílios	10%	2.231	(917)	1.314
Terrenos				
Imobilizações em andamento e outros		64.797		64.797
		<u>151.191</u>	<u>(20.013)</u>	<u>131.178</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2012 contempla R\$ 16.980 referentes adiantamentos a fornecedores vinculados às obras de duplicação do terminal portuário do Rio de Janeiro. Em 2011 não havia saldo de adiantamentos em aberto.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.1 Movimentação do ativo imobilizado

						Controladora
	2011	Adições	Baixas	Reclassificações e transferências	Depreciação	2012
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.102	137		13.615	(2.157)	47.697
Instalações	2.086			31	(335)	1.782
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	23.703	358		41.402	(3.706)	61.757
Veículos	1.384	500			(492)	1.392
Máquinas, equipamentos	431	55			(126)	360
Equipamentos de informática	750	357		8	(340)	775
Móveis e utensílios	1.002	223	(5)		(166)	1.054
Terrenos						
Imobilizações em andamento e outros	53.402	60.280		(55.056)		58.626
	<u>118.860</u>	<u>61.910</u>	<u>(5)</u>		<u>(7.322)</u>	<u>173.443</u>
						Controladora
	2010	Adições	Baixas	Reclassificações e transferências	Depreciação	2011
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.481	1.592			(1.971)	36.102
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	25.694		(92)		(1.899)	23.703
Instalações	2.418	5			(337)	2.086
Veículos	1.208	1.085	(80)		(829)	1.384
Máquinas, equipamentos	788	250	(484)		(123)	431
Equipamentos de informática	934	164			(348)	750
Móveis e utensílios	924	232			(154)	1.002
Terrenos						
Imobilizações em andamento e outros	29.786	23.616				53.402
	<u>98.233</u>	<u>26.944</u>	<u>(656)</u>		<u>(5.661)</u>	<u>118.860</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	2011	Adições	Baixas	Reclassificações e transferências	Depreciação	2012
Benfeitorias em imóveis de terceiros	35.849	137		23.422	(3.108)	56.300
Instalações	2.266	82		30	(365)	2.013
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	23.703	358		41.403	(3.707)	61.757
Veículos	1.386	612			(507)	1.491
Máquinas, equipamentos	924	171			(199)	896
Equipamentos de informática	939	403		8	(400)	950
Móveis e utensílios	1.314	260	(5)		(209)	1.360
Terrenos						
Imobilizações em andamento e outros	64.797	63.795		(64.863)		63.729
	131.178	65.818	(5)		(8.495)	188.496

	Consolidado							
	2010	Adições	Baixas	Aquisições de controladas	Reclassificações e transferências	Baixa de controladas	Depreciação	2011
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.481	1.158		1.012			(2.802)	35.849
Instalações	2.419	28		163			(344)	2.266
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	25.693	1	(92)				(1.899)	23.703
Veículos	1.208	1.085	(80)	2			(829)	1.386
Máquinas, equipamentos	789	289	(484)	469			(139)	924
Equipamentos de informática	933	247		119			(360)	939
Móveis e utensílios	922	242		314			(164)	1.314
Terrenos								
Imobilizações em andamento e outros	29.786	24.125		10.885				64.797
	98.231	27.175	(656)	12.964			(6.537)	131.178

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas foi de R\$ 7.372 (2011 - R\$ 5.396) e R\$ 1.123 (2011 - R\$ 1.141).

Durante 2012, o T-Rio capitalizou custos de empréstimos no valor de R\$ 2.620 (2011- R\$ 2.072).

(a) Avaliação do imobilizado com base no custo atribuído (*deemed cost*) e revisão da vida útil-econômica

A Companhia e suas controladas optaram por ajustar seus saldos iniciais em 1º de janeiro de 2009 com base no custo atribuído (*deemed cost*), contratando avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo e apurar a vida útil-econômica remanescente dos bens.

(b) Efeitos da revisão da vida útil

As taxas de depreciação anual para as benfeitorias, empilhadeiras, veículos leves e de frota, guindastes (*portainers*), máquinas e equipamentos são revistas anualmente, atendendo às orientações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado", passando a ser calculadas com base na vida útil-econômica estimada dos bens que compõem esses grupos.

(c) Metodologia de avaliação

Para determinação das novas taxas de depreciação e valores residuais, foram levados em consideração diversos fatores que podem acarretar a retirada dos bens de serviço, como as condições físicas (risco de acidentes, catástrofes, deterioração pelo tempo, desgastes e imperfeições pelo uso normal), circunstâncias funcionais (inadequação e obsolescência), circunstâncias externas (extinção de linha de produção, encerramento das atividades) e circunstâncias operacionais (local de instalação, turnos de trabalhos, manutenções).

O custo atribuído foi determinado a partir do custo de reprodução ou reposição, deduzindo-se as parcelas resultantes da depreciação técnica, como deterioração física e obsolescência funcional e econômica.

(d) Exceções à aplicação do custo atribuído como base de valor

Para os itens classificados nos grupos "Móveis e utensílios" e "Equipamentos de informática" não foram apurados ajustes a serem contabilizados ou alterações em suas vidas úteis.

9.2 Garantias

Os bens adquiridos por meio de linhas de financiamentos foram dados como parte das garantias dessas operações. O valor contábil líquido dos bens é de R\$ 39.473 (2011- R\$ 34.512).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.3 Imobilizações em andamento

O saldo de imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2012 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na duplicação do terminal portuário do Rio de Janeiro - projeto denominado como PLTR e aquisição de novos portainers.

9.4 Baixas de imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor contábil baixado (líquido de depreciação acumulado)	5	656	5	656
Lucro (prejuízo) da baixa de imobilizado	(5)	(616)	(5)	(616)
Caixa recebido na baixa de imobilizado		40		40

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

		Controladora					
		2012			2011		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização e impairment acumulados	Saldo líquido	Custo	Amortização e impairment acumulados	Custo líquido
Softwares	20	3.170	(1.890)	1.280	2.352	(1.531)	821
Outros	20	51		51			
		<u>3.221</u>	<u>(1.890)</u>	<u>1.331</u>	<u>2.352</u>	<u>(1.531)</u>	<u>821</u>
		Consolidado					
		2012			2011		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização e impairment acumulados	Saldo líquido	Custo	Amortização e impairment acumulados	Custo líquido
Softwares	20	3.422	(2.000)	1.422	2.561	(1.597)	964
Contrato de concessão do aeroporto	3	95.000	(3.525)	91.475	95.000	(704)	94.296
Relacionamento com clientes	37	6.100	(2.824)	3.276	6.100	(564)	5.536
Ágio Costa do Sol		11.645		11.645	11.645		11.645
Outros	20	194	(65)	129	115	(61)	54
		<u>116.361</u>	<u>(8.414)</u>	<u>107.947</u>	<u>115.421</u>	<u>(2.926)</u>	<u>112.495</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.1 Movimentação do intangível

	Controladora				
	2011	Adições	Amortização	2012	
Softwares	821	819	(359)	1.281	
Outros		51		51	
	821	870	(359)	1.332	
	Controladora				
	2010	Adições	Amortização	2011	
Softwares	1.160	54	(393)	821	
	1.160	54	(393)	821	
	Consolidado				
	2011	Adições	Amortização	2012	
Softwares	964	862	(404)	1.422	
Contrato de concessão do aeroporto	94.296		(2.821)	91.475	
Relacionamento com clientes	5.536		(2.260)	3.276	
Ágio Costa do Sol	11.645			11.645	
Outros	54	79	(4)	129	
	112.495	941	(5.489)	107.947	
	Consolidado				
	2010	Adições	Aquisições de controladas	Amortização	2011
Softwares	1.160	53	153	(402)	964
Contrato de concessão do aeroporto			95.000	(704)	94.296
Relacionamento com clientes			6.100	(564)	5.536
Ágio Costa do Sol		11.645			11.645
Outros			55	(1)	54
	1.160	11.698	101.308	(1.671)	112.495

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.2 Contrato de concessão do Aeroporto de Cabo Frio

Em 2011 a Companhia adquiriu o controle acionário da Costa do Sol, companhia que detém o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Cabo de Frio. O contrato assinado com a Prefeitura do Município de Cabo Frio e com a Infraero determina que a controlada indireta Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. possui o direito de administrar e explorar, sem ingerência governamental as instalações do referido aeroporto durante o período de vigência do contrato de concessão pública. O intangível reconhecido na compra do controle acionário está sendo amortizado desde a data da compra, em 1º de outubro 2011, até o prazo final da concessão, que em 31 de dezembro de 2013, é de 32 anos.

10.3 Relacionamento com cliente

Refere-se ao contrato de arrendamento de área mantido junto à PETROBRAS, notadamente sobre as receitas decorrentes das operações com helicópteros.

10.4 Taxas médias de amortização por categoria

As taxas médias anuais por categoria de ativo intangível são apresentadas na tabela a seguir.

	Em percentual ao ano	
	2012	2011
<i>Softwares</i>	20	20
Contrato de concessão aeroporto	3	3
Relacionamento com clientes	37	37
Outros	20	20

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

11.1 Composição e características

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Consolidado	
			2012	2011
Moeda nacional				
Automático Bradesco (a)	TJLP + 3,80% a.a.	Juros: mensais até 2012 Principal: fevereiro 2012		38
Automático Itaú (b)	TJLP + 6,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	2.548	3.571
FINAME Bradesco (c)	TJLP + 3,80% a.a.	Juros: mensal até 2013 Principal: mensal a partir de 2009 até 2013	16	80
FINAME Itaú (d)	4,50% a.a.	Juros: mensal até 2014 Principal: mensal a partir de 2010 até 2014	133	223
Loan 4131 (e)	11,07% a.a.	Juros: semestrais até 2019 Principal: dezembro 2019	83.563	
			<u>86.260</u>	<u>3.912</u>
Dólares (USA)				
Automático Itaú (f)	4,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	737	947
FINIMP Bradesco (g)	LIBOR + 3,30% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: janeiro 2018	42	715
FINIMP Itaú (h)	LIBOR + 1,75% a.a.	Juros: mensais até 2013 Principal: fevereiro 2013	44.553	37.026
NCE Itaú (i)	5,34% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: julho 2018	103.506	95.012
NCE Votorantim (j)	7,10% a.a.	Juros: semestrais até 2015 Principal: junho 2015	42.741	52.148
			<u>191.579</u>	<u>185.848</u>
Total empréstimos			<u>277.839</u>	<u>189.760</u>
(-) Circulante			<u>40.257</u>	<u>19.860</u>
(=) Não circulante			<u>237.582</u>	<u>169.900</u>

(a) Em abril de 2007, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do programa "BNDES Automático", no montante total de R\$ 547. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

juros são calculados na base de TJLP + 3,80% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2012.

- (b) No período de agosto de 2010 a junho de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES Automático", no montante total de R\$ 2.058. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os juros são calculados na base de TJLP + 5,00% a.a. a 6,20% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2015.
- (c) Entre 2006 e 2008, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES FINAME", no montante de R\$ 1.729. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia na aquisição de empilhadeiras e semirreboques. Os juros são calculados na base de TJLP + 3,80% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2013.
- (d) Em dezembro de 2009, a Costa do Sol contratou junto ao Banco ItaúBBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES FINAME-PSI", no montante de R\$ 138. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia na aquisição de empilhadeiras. Os juros são calculados na base de 4,50% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2013.
- (e) Em dezembro de 2012 a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA uma operação de empréstimo, com repasse de recursos do exterior mediante a Resolução 4131, no valor de R\$ 83.000 a taxa 11,07% a.a., juntamente com um swap no mesmo montante, de ponta ativa 11,07% a.a. e ponta passiva de variação cambial (US\$)+4,78% a.a.
- (f) No período de agosto de 2010 a junho de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES Automático", o montante total de US\$ 575 mil. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os juros são calculados na base de 4,0% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2015.
- (g) No período de maio de 2007 a março de 2008, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco uma operação de FINIMP, no montante total de US\$ 2.356 mil, para aquisição de *Reach Stackers* a taxa de LIBOR + 0,75% a.a. a 1,75% a.a.
- (h) No período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2013, a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA uma operação de FINIMP, no montante total de US\$ 23.937 mil, para aquisição de *Portainers* e de *Rubber Tyred Gantry Cranes* (RTGs) a taxa de LIBOR + 0,97% a.a. a 3,30% a.a.
- (i) Em julho de 2011 a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA uma operação de NCE no valor de US\$ 49.398 mil a taxa 5,34% a.a., equivalente à R\$ 78.000. Junto com a NCE, foi contratado um Swap de ponta ativa VC (US\$) + 5,34% a.a. e ponta passiva de CDI + 2,35% a.a.
- (j) Em junho de 2010 a Companhia contratou junto ao Banco Votorantim uma operação de NCE no valor de US\$ 25.000 mil a taxa 7,10% a.a.

A composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante é como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
2013		31.778
2014	52.554	40.134
2015	50.808	31.631
2016	41.281	23.170
2017 - 2023	92.939	43.187
	<u>237.582</u>	<u>169.900</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010	51.597	51.597
Captações	112.914	112.995
Pagamentos	(4.050)	(4.056)
Encargos financeiros pagos	(546)	(546)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	27.698	27.698
Encargos financeiros apropriados ao imobilizado	<u>2.072</u>	<u>2.072</u>
Em 31 de dezembro de 2011	189.685	189.760
Captações	88.337	88.337
Pagamentos	(12.300)	(12.337)
Encargos financeiros pagos	(20.563)	(20.566)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	30.023	30.025
Encargos financeiros apropriados ao imobilizado	<u>2.620</u>	<u>2.620</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>277.802</u>	<u>277.839</u>

11.3 Divulgação do valor justo

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são os seguintes:

Modalidade	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2012	2011	2012	2011
Moeda nacional				
Automático Bradesco		38		37
Automático Itaú	2.548	3.571	2.618	3.502
FINAME Bradesco	16	80	16	78
FINAME Itaú	96	149	99	146
Loan 4131	<u>83.563</u>		<u>85.840</u>	
	<u>86.223</u>	<u>3.838</u>	<u>88.573</u>	<u>3.763</u>
Dólares (USA)				
Automático Itaú	737	947	763	929
FINIMP Bradesco	42	715	43	701
FINIMP Itaú	44.553	37.026	44.836	34.719
NCE Itaú	103.506	95.012	107.729	92.417
NCE Votorantim	<u>42.741</u>	<u>52.147</u>	<u>45.000</u>	<u>53.494</u>
	<u>191.578</u>	<u>185.847</u>	<u>198.372</u>	<u>182.260</u>
Total	<u>277.802</u>	<u>189.685</u>	<u>286.945</u>	<u>186.023</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2012	2011	2012	2011
Moeda nacional				
Automático Bradesco		38		37
Automático Itaú	2.548	3.571	2.618	3.502
FINAME Bradesco	16	80	16	78
FINAME Itaú	133	223	137	218
Loan 4131	83.563		85.840	
	<u>86.260</u>	<u>3.912</u>	<u>88.611</u>	<u>3.835</u>
Dólares (USA)				
Automático Itaú	737	947	763	929
FINIMP Bradesco	42	715	43	701
FINIMP Itaú	44.553	37.026	44.837	34.719
NCE Itaú	103.506	95.012	107.729	92.417
NCE Votorantim	42.741	52.148	45.000	53.494
	<u>191.579</u>	<u>185.848</u>	<u>198.372</u>	<u>182.260</u>
Total	<u>277.839</u>	<u>189.760</u>	<u>286.983</u>	<u>186.095</u>

Os empréstimos e financiamentos não têm mercado secundário e para estimar o valor justo, utiliza-se a mensuração com base no valor presente da projeção de mercado para taxas pós-fixadas e dados contratuais vigentes para os pré-fixados, trazidos a valor presente pela taxa de mercado atual. Na prática, o cálculo do deságio do valor justo dos empréstimos e financiamentos consideraram as projeções de mercado para a DI, Cupom Limpo e índice da TJLP, divulgadas pela BM&FBOVESPA. Ao deságio foi acrescido o *spread* de crédito da Companhia, obtido com base em captações históricas.

11.4 Garantias dos empréstimos e financiamentos

Todos os empréstimos e financiamentos apresentam aval corporativo da Companhia e da Libra Participações S.A. como garantia.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12 Obrigações trabalhistas e
tributárias (circulante)**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Obrigações trabalhistas				
Previdenciárias FGTS/INSS	759	676	1.160	871
Férias e encargos	2.565	2.388	3.440	2.999
13º salário e encargos	5		5	
Provisão para participações nos lucros	2.376	2.188	3.071	2.188
Salários e outros	<u>345</u>	<u>423</u>	<u>574</u>	<u>474</u>
	<u>6.050</u>	<u>5.675</u>	<u>8.250</u>	<u>6.532</u>
Obrigações tributárias				
Tributos retidos na fonte	716	324	902	459
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.793	1.616	1.870	1.739
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	1.658	1.345	1.755	1.536
Outros	<u>17</u>	<u>17</u>	<u>17</u>	<u>18</u>
	<u>4.184</u>	<u>3.302</u>	<u>4.544</u>	<u>3.752</u>
	<u>10.234</u>	<u>8.977</u>	<u>12.794</u>	<u>10.284</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

As controladas indiretas Costa do Sol Operadora Portuária S.A. e Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda. optaram até 2012 pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro presumido. A Companhia, assim como suas demais controladas diretas e indiretas, optaram pelo regime de lucro real para apuração de imposto de renda e contribuição social incidentes, sobre o resultado tributável.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os encargos de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício				
Corrente	(42.660)	(32.305)	(47.972)	(33.501)
Diferido	(5.530)	768	(3.804)	1.200
	<u>(48.190)</u>	<u>(31.537)</u>	<u>(51.776)</u>	<u>(32.301)</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar em 31 de dezembro	<u>5.695</u>	<u>3.038</u>	<u>6.644</u>	<u>4.116</u>

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2012	2011
Lucro antes dos tributos	146.347	89.592
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e de contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>49.758</u>	<u>30.461</u>
Prejuízo sobre os quais não foram constituídos imposto diferidos	359	
Equivalência patrimonial em coligadas	642	(97)
Diferença de alíquota efetiva decorrente de tributação pelo lucro presumido na Costa do Sol Operadora Portuária S.A. e Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda.	(1.664)	(497)
Despesas permanentes	1.131	842
Associação de classes	664	440
Doações e patrocínios	377	171
Eventos e brindes	90	231
Outros	<u>1.550</u>	<u>1.592</u>
Encargo no resultado do exercício - total de corrente e diferido	<u>51.776</u>	<u>32.301</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

A estimativa de realização e liquidação dos valores de imposto de renda e contribuição social compensáveis e exigíveis futuramente, respectivamente, é de prazos superiores a 12 meses.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Consolidado							
Ativos e passivos de impostos diferidos	Diferença temporária (contingências)	Diferença temporária (PLR)	Diferença temporária (PCLD)	Derivativos	Amortização ágio	Custo atribuído do imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	1.469	522	1.296			(14.111)	(64)	(10.888)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado em 2011	(33)	43	310		(432)	(384)	(705)	(1.200)
Em 31 de dezembro de 2011	1.502	479	986		432	(13.727)	641	(9.688)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado em 2012	(259)	(176)	(378)	3.928	(1.726)	2.812	(398)	3.804
Em 31 de dezembro de 2012	1.761	655	1.364	(3.928)	2.158	(16.539)	1.039	(13.492)

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 1.055 (2011- R\$ 1.055), representado por 115.479 (2012 - 115.479) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva de capital - ágio na emissão de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor patrimonial. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A companhia ao final do exercício tem constituído em seu balanço patrimonial R\$ 210 referente a esta reserva atingindo o limite de 20% sobre seu capital social de R\$ 1.054.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído

Corresponde ao valor reconhecido na adoção inicial das IFRS ao adotar a opção de reconhecer o imobilizado ao custo atribuído e representa a diferença entre o custo atribuído e o custo histórico dos bens de imobilizado na adoção inicial de IFRS, líquido de tributos. O valor originalmente reconhecido é realizado com base na depreciação ou baixa dos bens correspondentes por meio de transferência do saldo para a conta de resultados acumulados.

(e) Ajustes de avaliação patrimonial - transações de capital

Corresponde ao valor reconhecido diretamente no patrimônio em transações de capital como alteração de participação dos não controladores em empresas controladas sem perda de controle pela Companhia ou contribuições ou distribuições em transações entre entidades sob controle comum. Os saldos reconhecidos nesta conta por não ser de natureza estatutária não tem previsão para sua destinação no Estatuto Social da Companhia.

(f) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que esta poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio aqui previstos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, está demonstrada a seguir:

Base de cálculo dos dividendos	2012	2011
Lucro líquido do exercício	94.629	58.092
Destinações estabelecidas no estatuto social		
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(23.657)	(14.323)
Resultado remanescente a ser destinado pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas	<u>70.972</u>	<u>43.569</u>

15 Receita

A reconciliação da receita é como segue:

	Controladora	
	2012	2011
Operações portuárias		
Operações portuárias	53.057	53.881
Armazenagem	239.247	143.917
Serviços portuários acessórios de armazenagem	71.828	70.837
Serviços de segurança da carga	<u>4.406</u>	<u>7.682</u>
Venda bruta de serviços	368.538	276.317
Impostos sobre vendas	<u>(53.145)</u>	<u>(36.641)</u>
Receita	<u>315.393</u>	<u>239.676</u>
	Consolidado	
	2012	2011
Operações portuárias		
Operações portuárias	53.057	53.881
Armazenagem	239.247	143.917
Serviços portuários acessórios de armazenagem	71.828	70.837
Serviços de segurança da carga	<u>4.406</u>	<u>7.682</u>
Operações aeroportuárias		
Serviços comerciais, pouso e permanência	21.447	4.689
Armazenagem e carga	19.475	4.809
Locação de imóveis e equipamentos	8.962	321
Operações logísticas		
Venda bruta de serviços	<u>418.422</u>	<u>286.136</u>
Impostos sobre vendas	<u>(56.971)</u>	<u>(38.584)</u>
Receita	<u>361.451</u>	<u>247.552</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Custos e despesas por natureza

	Controladora		
	2012		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	26.982	13.611	40.593
Combustíveis e lubrificantes	2.193		2.193
Despesas de depreciação	6.381	1.300	7.681
Manutenções e revisões	5.051		5.051
Ocupação de espaço e aluguéis	18.710	6.242	24.952
Serviços prestados por terceiros	23.868	9.595	33.463
Despesas comerciais		5.767	5.767
Outros custos e despesas	13.714	30.679	44.393
	<u>96.899</u>	<u>67.194</u>	<u>164.093</u>
	Controladora		
	2011		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	23.118	12.743	35.861
Combustíveis e lubrificantes	1.968		1.968
Depreciação e amortização	4.600	1.454	6.054
Manutenções e revisões	4.447		4.447
Ocupação de espaço e aluguéis	16.674	4.330	21.004
Serviços prestados por terceiros	23.973	6.257	30.230
Despesas comerciais		4.393	4.393
Outros custos e despesas	10.149	24.364	34.513
	<u>84.929</u>	<u>53.541</u>	<u>138.470</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	2012		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	34.240	20.337	54.577
Combustíveis e lubrificantes	2.322		2.322
Despesas de depreciação	7.377	6.607	13.984
Manutenções e revisões	5.532		5.532
Ocupação de espaço e aluguéis	22.751	6.605	29.356
Serviços prestados por terceiros	28.459	14.869	43.328
Despesas comerciais		10.030	10.030
Outros custos e despesas	15.234	32.358	47.592
	<u>115.915</u>	<u>90.806</u>	<u>206.721</u>
	Consolidado		
	2011		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	24.550	13.691	38.241
Combustíveis e lubrificantes	1.984		1.984
Depreciação e amortização	5.396	2.816	8.212
Manutenções e revisões	4.593		4.593
Ocupação de espaço e aluguéis	17.500	4.376	21.876
Serviços prestados por terceiros	24.918	7.219	32.137
Despesas comerciais		5.257	5.257
Outros custos e despesas	10.241	24.472	34.713
	<u>89.182</u>	<u>57.831</u>	<u>147.013</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.506)	(8.972)	(10.888)	(9.009)
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeira	5.173	8.565	5.502	8.602
Swap	13.236	1.926	13.236	1.926
Variações monetárias e cambiais	(16.712)	(11.991)	(16.712)	(11.991)
	<u>(8.809)</u>	<u>(10.472)</u>	<u>(8.862)</u>	<u>(10.472)</u>

18 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui ações em potencial, ou seja, qualquer instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações, por isso, o resultado por ação básico é igual ao diluído.

A reconciliação do resultado básico por ação é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	94.629	58.092	94.571	57.291
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>
Lucro por ação	<u>0,82</u>	<u>0,50</u>	<u>0,82</u>	<u>0,50</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas	821	677	5.831	4.535
Cíveis			151	
	<u>821</u>	<u>677</u>	<u>5.982</u>	<u>4.535</u>

19.1 Movimentação das provisões

	Consolidado		
Provisões	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.535		4.535
Debitado (creditado) à demonstração do resultado			
Juros e atualização monetária			
Constituição	2.014	151	2.165
Valor não utilizados (estornados)	(259)		(259)
Valores pagos durante o exercício	(459)		(459)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>5.831</u>	<u>151</u>	<u>5.982</u>

(a) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas eram rés em ações trabalhistas que envolvem problemas usuais e peculiares ao negócio, como pedidos de indenização por acidente de trabalho, ações de rescisão de cláusulas de contratos de trabalho, ações de reparação de danos, entre outros. Com base no histórico de materialização desses processos, apurados na comparação dos valores pleiteados pelos impetrantes com os efetivamente pagos pela Companhia, foi efetuada uma reversão de provisão de R\$ 259 (2011 - R\$ 2.369), que representa a melhor estimativa avaliada pelos consultores jurídicos em relação aos riscos de perda envolvidos nesses processos.

(b) Contingências cíveis

De acordo com os advogados que patrocinam os processos, foi considerado como perda provável o montante de R\$ 151 (2011 - R\$ 0), sendo integralmente provisionados contabilmente. Em 31 de dezembro de 2012, adicionalmente, a Companhia e suas controladas eram parte em ações cíveis classificadas como perda possível nos valores de R\$ 1.070 (2011 - R\$ 3.026).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contingências tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária, representados por autos de infração relativos a questionamentos de determinados procedimentos adotados pela administração, para os quais não foi constituída por não haverem processos considerados como risco de perda provável.

Risco possível

Não foram provisionados os valores considerados como risco de perda possível. Os principais processos classificados nesta categoria estão descritos a seguir.

(i) Reporto Portainer Libra Terminal Rio Processos nºs 2007.51.01028409-0 e 2007.51.01030087-2

Em novembro de 2007, foi proposta pela Libra Terminal Rio, Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, para que fosse deferida a licença referente à importação de um portainer (guindaste utilizado no embarque e desembarque de contêineres) com os benefícios do REPORTO (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - Lei nº 11.033/2004), bem como a declaração de não similaridade e a consequente declaração de não obrigação do recolhimento dos tributos (Imposto de Importação, PIS e COFINS). Existem processos administrativos relacionados: Processo Administrativo nº 10711-000.146/2010-72 - Alfândega do Rio de Janeiro e Processo Administrativo nº 10711-000.797/01-62 - Alfândega do Porto do Rio de Janeiro. Valor do processo: R\$ 8,2 milhões, base dez/2012.

(ii) Glosa de despesas Processo - nº 12448.720038/2013-55

Em dezembro de 2012 foi recebido pelo T-Rio um auto de infração referente à exclusão do lucro líquido e da base de cálculo da contribuição social certas despesas incorridas no ano-base de 2009, por entender o fisco que tais despesas eram indedutíveis da base de cálculo dos tributos. Em fev/2013, foi apresentada impugnação, pedindo o cancelamento do auto uma vez que foram comprovadas as despesas atuadas. Valor do Processo: R\$ 3,0 milhões - base dez/2012.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 Transações e saldo relevantes com
partes relacionadas**

A Companhia mantém operações comerciais e financeiras com suas controladas e outras empresas do Grupo Libra e os saldos e transações estão a seguir enumerados:

(i) Nos ativos e passivos

Os saldos líquidos entre ativos e passivos por empresa ligada estão demonstrados a seguir:

		Saldos a receber (pagar)			
		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Natureza					
Transações com acionistas controladores Libra Terminal 35 S.A. Libra Terminais S.A. Libra Holding S.A. Outros	Compartilhamento de despesas corporativas/ conta com acionistas	(5.239)	(5.154)	(5.239)	(5.154)
		(2.587)	26.406	(3.405)	26.406
		1.770	1.822	706	292
		(412)	241	(421)	241
		(6.468)	23.315	(8.359)	21.785
Transações empresas sob controle comum Ponta do Caju Transportes	Serviços de transporte	(6.767)	(7.267)	(6.767)	(7.267)
		(6.767)	(7.267)	(6.767)	(7.267)
Subtotal líquido		(13.235)	16.048	(15.126)	14.518

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) No resultado do exercício

		Receitas (despesas)			
		Controladora		Consolidado	
Natureza		2012	2011	2012	2011
Transações empresas sob controle comum Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda. Libra Terminais S.A. Outros	Serviços de transporte	(32.820)	(30.698)	(32.820)	(30.698)
	Compartilhamento de despesas corporativas	(24.892)	(15.499)	(24.892)	(15.499)
	Compartilhamento de despesas corporativas	658	(1.392)	658	(1.392)
		(57.054)	(47.589)	(57.054)	(47.589)

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os principais executivos da operação portuária no Rio de Janeiro e da operação aeroportuária, assim como os diretores estatutários da Companhia, sendo que estes tem sua remuneração paga em forma centralizada por outras empresas do Grupo Libra e a Companhia recebe uma alocação desta remuneração por meio de rateio de despesas.

A remuneração do pessoal-chave da Companhia e suas controladas inclui remuneração fixa (salários, honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social, INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participações nos resultados.

A Companhia não tem remuneração baseada em ações e nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença a outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora	
	2012	2011
Classificada por tipo de pessoal-chave		
Principais executivos das operações portuárias no Rio e Aeroportuária	1.681	1.007
Diretores estatutários (alocada por rateio de custos)	2.827	2.183
	4.508	3.190
Classificada por tipo de remuneração		
Remuneração fixa	2.423	1.678
Encargos sociais	915	582
Remuneração variável	1.170	930
	4.508	3.190

Dos empréstimos realizados as partes relacionadas, nenhum foi efetuado para o pessoal-chave da Companhia e nem do Grupo Libra.

21 Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem estar dos funcionários e também de seus familiares e, por essa razão, a Companhia e suas controladas oferecem assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte, entre

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outros, durante o período em que as pessoas são empregadas pela Companhia. Não existem benefícios pós-emprego. O total dos gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a esse título foi R\$ 12.374 e R\$ 9.356, respectivamente.

22 Informações por segmento de negócios

Os Diretores do Terminal Rio e do Aeroporto Internacional de Cabo Frio são considerados os tomadores de decisões operacionais da Companhia. A administração determinou os segmentos operacionais com base na informação revisada pelos Diretores com o objetivo de alocar os recursos e a avaliação de desempenho entre os segmentos que são:

- Operação de Terminais Portuários
- Operação de Terminais Aeroportuários

Os Diretores avaliam o desempenho dos segmentos operacionais com base no lucro líquido e no EBITDA. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas políticas contábeis. O EBITDA é definido como o resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012. Não existem transações significativas entre os segmentos.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir apresenta informação sobre ativos, passivos, resultados e transações por segmento.

	2012			2011		
	Terminais portuários	Terminais aeroportuários	Total segmentos	Terminais portuários	Terminais aeroportuários	Total segmentos
Informação sobre ativos e passivos						
Ativos	414.707	38.802	453.509	328.449	31.015	359.464
Passivos	414.707	38.802	453.509	328.449	31.015	359.464
Informação sobre resultados						
Receita (toda externa)	315.393	46.058	361.451	239.676	7.877	247.553
Despesas (Receitas) Operacionais	(168.227)	(37.991)	(206.218)	(139.990)	(7.498)	(147.488)
Despesas financeiras	(20.422)	(382)	(20.804)	(10.290)		(10.290)
Receitas financeiras	28.326	329	28.655	11.808		11.808
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(16.714)	1	(16.713)	(11.990)		(11.990)
Resultado financeiro (líquido)	(8.810)	(52)	(8.862)	(10.472)		(10.472)
IR/CS	(46.464)	(5.312)	(51.776)	(31.107)	(1.194)	(32.301)
Participação nos resultados de coligadas		(24)	(24)			
Angra Aeroportos Ltda.		(24)	(24)			
TurnKey Gestão Logística						
Participação de não controladores		58	58		800	800
Lucro líquido (prejuízo) do segmento	91.892	2.737	94.629	58.107	(15)	58.092
EBITDA e reconciliação do EBITDA com lucro (prejuízo) do segmento						
Lucro líquido (prejuízo) do segmento	91.892	2.737	94.629	58.107	(15)	58.092
Mais: Depreciação e amortização	12.760	1.224	13.984	7.323	886	8.209
Mais: Resultado financeiro (líquido)	8.810	52	8.862	10.472		10.472
Mais: Imposto de renda e contribuição social	46.464	5.312	51.776	31.107	1.194	32.301
EBITDA do segmento	159.926	9.325	169.251	107.009	2.065	109.074
Outras informações						
Saldo de investimentos em coligadas	85.643		82.659	83.309		83.309
Adições no imobilizado e intangível	62.779	3.980	66.759	26.945	230	27.175

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O EBITDA do consolidado e a sua reconciliação com o lucro líquido consolidado é como segue:

	2012	2011
Lucro líquido consolidado	94.571	57.291
Mais: Depreciação e amortização	13.984	8.209
Mais: Resultado financeiro (líquido)	8.862	10.472
Mais: Imposto de renda e contribuição social	51.776	32.301
EBITDA do consolidado	<u>169.193</u>	<u>108.273</u>

Na operação de Terminais Portuários nenhum cliente representa individualmente mais de 10% da receita consolidada atribuída a este segmento. Para operação de Terminais Aeroportuários existe apenas um cliente que é responsável por R\$ 10.100 em 2012.

23 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura (milhares de dólares e reais)
Responsabilidade do operador portuário	Itaú Seguros	Operações de estiva nas faixas portuárias indicadas como local de risco, operações de terminais portuários, pátio de carga e descarga de contêineres, armazém alfandegado, armazém geral, serviços de emergência e operação de <i>pool</i> de carretas, revisão e reparo de equipamentos; depósito a serviço de empresas de contêineres.	30 de outubro de 2013	US\$ 80.000
Carga, descarga, içamento e descida	Itaú Seguros	Carga, descarga, içamento e descida.	30 de outubro de 2013	US\$ 50.000
Coleta e entrega	Itaú Seguros	Transporte rodoviário de contêineres entre os terminais.	30 de outubro de 2013	US\$ 5.000
Armazenagem em galpões de vinilona	Itaú Seguros	Armazém geral e alfandegado.	30 de outubro	US\$ 1.000

76 de 79

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura (milhares de dólares e reais)
Erros de despacho	Itaú Seguros	Erros de despacho.	de 2013 30 de outubro de 2013	US\$ 500
Bens móveis, imóveis e equipamentos	Itaú Seguros	Todos os riscos de perda física direta ou dano direto dos bens cobertos, exceto desgaste pelo uso, falta de manutenção e vício próprio, entre outras exclusões.	30 de outubro de 2013	US\$ 14.200
Responsabilidade civil facultativa de veículos	Itaú Seguros	Danos corporais.	26 de novembro de 2013	R\$ 500
Responsabilidade civil facultativa de veículos	Itaú Seguros	Danos materiais.	26 de novembro de 2013	R\$ 200
Responsabilidade civil facultativa de veículos	Itaú Seguros	Danos morais.	26 de novembro de 2013	R\$ 100
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, inclusive tumultos.	30 de outubro de 2013	R\$ 26.000
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos elétricos, equipamentos eletrônicos, tumultos, greves, <i>lock out</i> , atos dolosos.	30 de outubro de 2013	R\$ 1.000
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos aéreos e terrestres e fumaça.	30 de outubro de 2013	R\$ 2.500
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados à recomposição de registros e documentos.	30 de outubro de 2013	R\$ 200
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos equipamentos móveis.	30 de outubro de 2013	R\$ 478
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Roubo de valores no interior do estabelecimento e para roubo de valores em trânsito fora do estabelecimento.	30 de outubro de 2013	R\$ 20

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura (milhares de dólares e reais)
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Roubo e/ou furto qualificado de bens, e alagamento e/ou inundação	30 de outubro de 2013	R\$ 100
D&O	Itaú Seguros	Responsabilidade civil dos administradores.	14 de agosto de 2013	R\$ 50.000

Libra Terminal Rio

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura
Contrato de arrendamento CDEPJUR 010/1998	Austral Seguradora	Garantia dos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações do contrato de arrendamento CDEPJUR 010/1998.	15 de abril de 2013	R\$ 5.109

Costa do Sol

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura (milhares de dólares e reais)
Responsabilidade civil do operador aeroportuário	Itaú Seguros	RC de reabastecimento.	3 de maio de 2013	US\$ 30.000
Responsabilidade civil do operador aeroportuário	Itaú Seguros	Danos pessoais.	3 de maio de 2013	US\$ 25.000
Responsabilidade civil do operador aeroportuário	Itaú Seguros	Danos morais e estéticos.	3 de maio de 2013	R\$ 500

Costa do Sol e Cabo Frio Logística

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	Incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça.	12 de setembro de 2013	R\$ 8.000

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos, queda de aeronaves, tumultos, greves, <i>lockout</i> , atos dolosos, roubo e furto mediante arrombamento.	12 de setembro de 2013	R\$ 100
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	Danos elétricos.	12 de setembro de 2013	R\$ 150
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	Equipamentos eletrônicos.	12 de setembro de 2013	R\$ 50
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	RC de operações e movimentação interna.	12 de setembro de 2013	R\$ 1.000
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	RC veículos contingentes e RC empregador.	12 de setembro de 2013	R\$ 500

24 Eventos subsequentes

Em 17 de dezembro de 2013, os acionistas da controlada Boreal Serviços aprovaram a distribuição para o outro acionista da Boreal Serviços (também controlado pelo Grupo Libra) a participação de 19,16% na Libra Terminal Santos e outros valores a receber desta por meio de redução do capital social da Boreal Serviços e cancelando as ações antes detidas pelo outro acionista. Como resultado desta transação, a Companhia se transformou no acionista controlador da Boreal Serviços, aumentando sua participação de 87,35% para 99,99%.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações Financeiras dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Libra Terminal Rio S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Libra Terminal Rio S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Libra Terminal Rio S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Libra Terminal Rio S.A.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Libra Terminal Rio S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Libra Terminal Rio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Libra Terminal Rio S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Libra Terminal Rio S.A.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2010

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, em função dos aspectos mencionados na Nota 2.1 não foram submetidas à auditoria por nós e nem por outros auditores independentes. Consequentemente, não emitimos opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Barueri, 19 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Wander Rodrigues Teles
Contador CRC 1DF005919/O-3 "S" SP

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado e resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
1 Informações gerais	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	10
2.1 Base de preparação	10
2.2 Consolidação	12
2.3 Apresentação de informações por segmentos	14
2.4 Conversão de moeda estrangeira	14
2.5 Caixa e equivalentes de caixa	14
2.6 Ativos financeiros	14
2.7 Instrumentos financeiros derivativos	16
2.8 Contas a receber de clientes	16
2.9 Imobilizado	17
2.10 Ativos intangíveis	17
2.11 <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	18
2.12 Contas a pagar aos fornecedores	19
2.13 Empréstimos e financiamentos	19
2.14 Provisões	19
2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20
2.16 Benefícios a empregados	20
2.17 Reconhecimento da receita	21
2.18 Distribuição de dividendos	21
2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	21
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	22
3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas	22
3.2 Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis da entidade - contratos de concessão pública	24
4 Gestão de risco financeiro	24
4.1 Fatores de risco financeiro	24
4.2 Gestão de capital	29
4.3 Estimativa do valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo	29
4.4 Instrumentos financeiros por categoria	31
4.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado	33
5 Caixa e equivalentes de caixa	35
6 Títulos e valores mobiliários	36
7 Contas a receber de clientes	36
8 Investimentos	37
9 Imobilizado	43
9.1 Movimentação do ativo imobilizado	44
9.2 Garantias	46
9.3 Imobilizações em andamento	46

9.4	Baixas de imobilizado	47
10	Intangível	47
10.1	Movimentação do intangível	48
10.2	Contrato de concessão do Aeroporto de Cabo Frio	48
10.3	Relacionamento com cliente	48
10.4	Taxas médias de amortização por categoria	48
11	Empréstimos e financiamentos	49
11.1	Composição e características	49
11.2	Movimentação	51
11.3	Divulgação do valor justo	51
11.4	Garantias dos empréstimos e financiamentos	52
12	Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante)	53
13	Imposto de renda e contribuição social	53
14	Patrimônio líquido	55
15	Receita	56
16	Custos e despesas por natureza	57
17	Receitas e despesas financeiras	59
18	Lucro por ação	59
19	Contingências e depósitos judiciais	59
19.1	Movimentação das provisões (Controladora e Consolidado)	60
20	Transações e saldo relevantes com partes relacionadas	62
21	Benefícios a empregados	63
22	Informações por segmento de negócios	64
23	Seguros	66
24	Eventos subsequentes	69

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011		2011	2010 (Não auditado)	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.604	1.241	4.475	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	19.792	3.909	19.860
Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado (Nota 6)	35.113	57.053	35.113	Fornecedores	7.734	35.170	11.257
Contas a receber (Nota 7)	11.726	10.066	16.695	Obrigações trabalhistas e tributárias (Nota 12)	8.977	8.002	10.284
Adiantamento a fornecedores	159	119	358	Partes relacionadas (Nota 20)	15.943	6.609	17.473
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.063	550	1.216	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 13)	3.038	3.576	4.116
Outros ativos	3.935	2.245	4.630	Outros passivos	15	42	2.057
	<u>54.600</u>	<u>71.274</u>	<u>62.487</u>		<u>55.499</u>	<u>57.308</u>	<u>65.047</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	169.893	47.688	169.900
Partes relacionadas (Nota 20)	31.991	3.154	31.991	Provisão para contingências (Nota 19)	4.535	4.322	4.535
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	11.087		11.087	Tributos diferidos (Nota 13)	10.120	10.888	10.120
Tributos diferidos (Nota 13)			432	Outros passivos	49		249
Depósitos judiciais (Nota 19)	799	468	959		<u>184.597</u>	<u>62.898</u>	<u>184.804</u>
	<u>44.877</u>	<u>3.622</u>	<u>44.469</u>	Total do passivo	<u>240.096</u>	<u>120.206</u>	<u>249.851</u>
Investimentos (Nota 8)	73.959		8.835	Patrimônio líquido (Nota 14)			
Imobilizado (Nota 9)	118.860	98.233	131.178	Atribuído aos acionistas da Controladora			
Intangível (Nota 10)	821	1.160	112.495	Capital social (Nota 14(a))	1.055	1.055	1.055
	<u>237.517</u>	<u>103.015</u>	<u>296.977</u>	Reserva de capital (Nota 14(b))	6.590	6.590	6.590
				Reservas de lucros (Nota 14(c))	16.191	20.619	16.191
				Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 14(d))	28.185	25.819	28.185
				Participação dos não controladores (Nota 8)			57.592
				Total do patrimônio líquido	<u>52.021</u>	<u>54.083</u>	<u>109.613</u>
Total do ativo	<u>292.117</u>	<u>174.289</u>	<u>359.464</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>292.117</u>	<u>174.289</u>	<u>359.464</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração do resultado e resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
		(Não auditado)	
Receita operacional líquida (Nota 15)	239.676	197.963	247.552
Custo dos serviços prestados (Nota 16)	(84.929)	(80.680)	(89.182)
Lucro bruto	154.747	117.283	158.370
Despesas operacionais			
Gerais, comerciais e administrativas (Nota 16)	(53.541)	(44.679)	(57.831)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 17)	(187)	(4.822)	(191)
Participação no resultado das controladas e coligadas (Nota 8)	(918)		(284)
	(54.646)	(49.501)	(58.306)
Lucro antes do resultado financeiro e das participações societárias	100.101	67.782	100.064
Resultado financeiro (Nota 17)			
Despesas financeiras	(10.251)	(2.059)	(10.289)
Receitas financeiras	11.770	1.889	11.808
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(11.991)	3.531	(11.991)
	(10.472)	3.361	(10.472)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	89.629	71.143	89.592
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes (Nota 13)	(32.305)	(25.156)	(33.501)
Diferidos (Nota 13)	768	1.804	1.200
Lucro líquido do exercício e resultado abrangente	58.092	47.791	57.291
Atribuível a			
Acionistas da Companhia			58.092
Participação de não controladores			(801)
			57.291
Lucro líquido básico e diluído por ação (Nota 18)	0,50	0,41	0,50

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Libra Terminal Rio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

Controladora									
	Capital social	Reserva de capital Ágio na emissão de ações	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Legal	Retenção de lucros					
Em 1º de janeiro de 2010	1.055	6.590	211	3.802	4.013	27.423			39.081
Total do resultado abrangente do exercício						47.791	39.081		47.791
Total de distribuições aos acionistas									
Distribuição de dividendos (Nota 14(f)) (R\$ 0,28 por ação)				(20.841)	(20.841)		(11.948)	(32.789)	(32.789)
Destinação do resultado para reserva de lucros (Nota 14(f))				35.843	35.843		(35.843)		
Transferências - realização do custo atribuído				1.604	1.604	(1.604)			
Em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)	1.055	6.590	211	20.408	20.619	25.819	54.083		54.083
Total do resultado abrangente do exercício						58.092	58.092	(801)	57.291
Total de distribuições aos acionistas									
Distribuição de dividendos (Nota 14(f)) (R\$ 0,52 por ação)				(45.631)	(45.631)		(14.523)	(926)	(61.080)
Destinação do resultado para reserva de lucros (Nota 14(f))				43.569	43.569		(43.569)		
Aquisição de participação em controladas (Nota 8)				(4.332)	(4.332)	4.332		59.319	59.319
Transferências - realização do custo atribuído				1.966	1.966	(1.966)			
Em 31 de dezembro de 2011	<u>1.055</u>	<u>6.590</u>	<u>211</u>	<u>15.980</u>	<u>16.191</u>	<u>28.185</u>	<u>52.021</u>	<u>57.592</u>	<u>109.613</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	89.629	71.143	89.592
Ajustes			
Depreciação e amortização (Notas 9, 10 e 16)	6.054	5.449	8.209
Participação nos resultados das controladas (Nota 8)	918		284
Custo na alienação de imobilizado (Nota 9.4)	656	338	656
Constituição (reversão) de provisão para contingências (Nota 19)	287	2.764	287
Provisão para devedores duvidosos (Nota 7)	1.257	(113)	1.290
Outras despesas operacionais	(38)	(103)	(182)
Encargos financeiros	29.770	(1.454)	29.770
	128.533	78.024	129.906
Contas a receber	(2.917)	(2.507)	(4.215)
Tributos a recuperar	(2.461)	(2.476)	(2.464)
Depósitos judiciais	(331)	(77)	(391)
Outros ativos	219	73	222
Fornecedores	(27.436)	22.614	(27.541)
Obrigações trabalhistas e tributárias	975	3.118	1.353
Outros passivos	22	(389)	1.023
Caixa proveniente das operações	96.604	98.380	97.893
Juros pagos sobre financiamentos (Nota 11)	(546)	(266)	(546)
Pagamento de contingências (Nota 19)	(74)		(74)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32.843)	(22.037)	(33.872)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	63.141	76.077	63.401
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários, ao valor justo pelo resultado	21.940	(57.053)	21.940
Aquisição de participações em controladas, líquido do caixa adquirido	(79.233)		(77.468)
Aquisição de bens do imobilizado (Nota 8)	(26.945)	(40.354)	(27.175)
Valor recebido na alienação de imobilizado (Nota 9.4)	40		40
Aquisição de bens do intangível (Nota 10)	(54)	(38)	(53)
Contas a receber de partes relacionadas	(28.837)	271	(28.837)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(113.089)	(97.174)	(111.553)

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
		(Não auditado)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Obtenção de financiamentos (Nota 11)	112.914	47.882	112.995
Pagamentos de financiamentos - principal (Nota 11)	(4.050)	(4.982)	(4.056)
Operações com derivativos de proteção de financiamentos	(11.087)		(11.087)
Dividendos pagos pela Controladora	(55.800)	(32.790)	(55.800)
Contas a pagar para partes relacionadas	9.334	6.609	9.334
Caixa líquido obtido nas atividades de financiamentos	51.311	16.719	51.386
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.363	(4.378)	3.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.241	5.619	1.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.604	1.241	4.475
Outras divulgações			
Juros recebidos (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários)	5.283	193	5.321

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
Receitas			
Vendas brutas de serviços	275.549	226.987	284.299
Outras receitas	64	39	65
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(1.257)	(9)	(1.257)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	(54.139)	(51.768)	(55.539)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(36.454)	(33.843)	(38.394)
Outras despesas	(38)	(2.097)	(43)
Valor adicionado bruto	183.725	139.309	189.131
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(6.054)	(5.448)	(8.211)
Variação cambial	(11.997)	3.604	(11.997)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	165.674	137.465	168.923
Valor adicionado recebido em transferência			
Participação nos lucros de controladas	(918)		
Participação nos lucros de coligadas			(284)
Receitas financeiras	11.797	1.816	11.835
	10.879	1.816	11.551
Valor adicionado total a distribuir	176.553	139.281	180.474
Distribuição do valor adicionado			
Salários e encargos	(31.176)	(26.845)	(33.198)
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	(50.083)	(38.686)	(51.617)
Municipais	(14.000)	(11.612)	(14.475)
Juros	(10.142)	(1.964)	(10.180)
Aluguéis	(13.060)	(12.383)	(13.713)
Dividendos	(42.112)	(27.383)	(42.112)
Lucros retidos do exercício	(15.980)	(20.408)	(15.980)
Participação dos não controladores nos lucros retidos do exercício			801
	(176.553)	(139.281)	(180.474)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Libra Terminal Rio S.A. ("T-Rio" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede a Rua General Gurjão 105, Caju, Cidade de Rio de Janeiro - RJ. A T-Rio é controlada pela Libra Holding S.A. e seu controlador final é a família Borges Torrealba.

A Companhia tem por objetivos principais, conforme seu estatuto social, a movimentação, armazenagem de carga e contêineres (inclusive medicamentos e produtos para saúde), exploração de instalações portuárias e de área sob administração da CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro e operação e gestão de instalações portuárias e armazém-geral e participação em outras sociedades.

Atualmente as operações da T-Rio e suas controladas ("Companhia") incluem:

- Operação de terminais portuários - A T-Rio explora operações portuárias, movimentação e armazenagem de carga em contêineres no Terminal 1 localizado no município do Rio de Janeiro - RJ, por meio de contrato de arrendamento do terminal de contêineres com a Companhia Docas do Rio de Janeiro vigorando até 2048.
- Operação de terminais aeroportuários - A controlada Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol") administra e opera, por meio de contrato de concessão pública, o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, localizado no município de Cabo Frio - RJ.

A Companhia e suas controladas e coligadas desenvolvem seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial ("Grupo Libra"), utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando espaço físico, custos administrativos e esforços de gestão e receitas.

A tabela a seguir apresenta informação sobre as participações mantidas pela T-Rio nas suas controladas e coligadas (diretas e indiretas) todas sediadas no Brasil.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			31 de dezembro de 2011 - percentual		
Nome	Negócio	Tipo de participação	Participação nas ações ordinárias	Participação nas ações preferenciais	Participação total
Controladas					
Boreal Serviços e Administração S.A. ("Boreal Serviços")(1)	Holding	Direta	99,99	N/A	99,99
SBCB Participações Aeroportuárias S.A. ("SBCB")	Holding	Indireta	100,00	N/A	100,00
Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol")(2)	Operadora de terminais aeroportuários	Indireta	60,00	N/A	60,00
Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda.	Apoio à operação aeroportuária	Indireta	97,00	N/A	97,00
Coligadas					
Angra Aeroportos Ltda. ("Angra Aeroportos")(1)(2)	Operadora de terminais aeroportuários	Indireta	33,33	N/A	33,33
Libra Terminais Santos S.A.	Operadora de terminais portuários	Indireta	16,64	N/A	16,64

(1) Conforme detalhado: (i) na Nota 8(e)(i), em outubro de 2011 a Companhia aumentou o capital da Boreal Serviços por meio de uma contribuição em dinheiro que resultou na diluição do anterior acionista controlador (outra empresa controlada pelo Grupo Libra), passando a Companhia a deter uma participação de 87,35% do capital votante e total da Boreal Serviços e o controle da mesma, com um único ativo relevante na data da obtenção do controle, que era a participação de 16,64% na coligada Libra Terminal Santos; (ii) na Nota 8(e)(ii), com a compra do controle da Boreal Serviços, a Companhia, adquiriu 100% da SBCB, que detém participações acionárias na Costa do Sol (empresa que administra e opera o aeroporto de Cabo Frio e que tem participação de 97% no "Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda.") e Angra Aeroportos (empresa que administra e opera o aeroporto de Angra dos Reis).

(2) A Libra Terminal Santos foi considerada uma associada tendo em consideração a influência significativa detida nesta Companhia por meio de diretores estatutários apontados na Libra Terminal Santos e considerando que ambas são parte do Grupo Libra.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Estatutária da Libra Terminal Rio S.A. em 18 de março de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o custo atribuído de certos bens do imobilizado na data de transição para

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS/CPCs e para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo.

As operações do Grupo têm sido conduzidas por unidades de negócios distribuídas em diversas empresas, que embora tenham demonstrações financeiras preparadas individualmente, no exercício de 2010 tais demonstrações financeiras individuais não foram auditadas por auditores independentes. Nesse exercício de 2010 as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Libra foram devidamente examinadas por auditores independentes e o correspondente relatório de auditoria foi emitido nos prazos regulamentares.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía controladas, desta forma não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas para o referido exercício.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Libra Terminal Rio S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2011 e tiveram impactos para a Companhia exclusivamente em assuntos de divulgação:

- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros - Divulgação", emitido em outubro de 2010. A alteração na norma de divulgação de instrumentos financeiros busca promover a transparência na divulgação das transações de transferência de ativos financeiros, melhorar o entendimento por parte do usuário sobre a exposição ao risco nessas transferências, e o efeito desses riscos no balanço patrimonial, particularmente aqueles envolvendo securitização de ativos financeiros. A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.
- IAS 24 (revisado) - "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para exercícios iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplica a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia divulga quaisquer transações entre suas controladas e coligadas.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variável decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos pelo poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. Os Diretores do Terminal Rio e do Aeroporto Internacional de Cabo Frio são considerados os principais tomadores de decisões operacionais da Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Libra Terminal Rio e de todas suas controladas e coligadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica de variações monetárias e cambiais (Nota 17).

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "Empréstimos e recebíveis". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. A Companhia não adota a contabilização de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos não classificados como o valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os classificados como ativos

financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando forem realizados ou transferidos; nesse último caso, desde que tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (Nota 17).

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício social, ou quando houver evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

está deteriorado e as provisões para perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, garante ao devedor uma concessão que normalmente não consideraria; ou
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos). O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e, a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na situação de crédito do devedor), a reversão dessa provisão para perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

Em relação aos critérios de *impairment* de contas a receber vide Nota 4.5.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento do derivativo for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento do derivativo for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços aos clientes no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Em relação aos critérios de *impairment* de contas a receber vide Nota 4.5.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Imobilizado

Os principais bens da Companhia (*stakers*, edificações e instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, caminhões, guindastes, *portainers*, terrenos e máquinas) são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais-valia resultante do registro do custo atribuído. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos e as imobilizações em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil média ponderada em anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	30
Instalações	10
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	18
Veículos	5
Máquinas, equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais", na demonstração do resultado.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado dentro de "Investimento" e "Intangíveis" nas demonstrações

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras individuais e consolidadas, respectivamente. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado ao nível de segmento operacional para fins de teste de *impairment* sendo alocado aos segmentos que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis se determinados critérios forem atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

(c) Contrato de concessão

Referem-se ao direito de exploração do Aeroporto Interacional de Cabo Frio reconhecido na compra do controle da controlada Costa do Sol que é amortizado linearmente pelo correspondente prazo de concessão a partir da data da aquisição do controle.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo, menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)), exceto para a avaliação de *impairment* do ágio que é feito ao nível do segmento

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

operacional ao qual o ágio está alocado. Os ativos não financeiros, exceto o ágio que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no resultado.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Benefícios a empregados

A companhia possui a política de remunerar seus colaboradores por meio de plano de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR), fundamentalmente no acordo homologado pelo sindicato da categoria. O recebimento da PLR pelos colaboradores está atrelado ao cumprimento de metas das unidades e não por metas individuais. As metas são acompanhadas mensalmente por meio de indicadores estipulados pela administração e pelo sindicato da categoria, e divulgados pela área de Recursos Humanos a todos os colaboradores. As provisões são constituídas em regime de competência no resultado do exercício contra provisão no passivo.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e comercialização de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que fluirão benefícios econômicos futuros para a entidade e quando riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao comprador, além dos critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia e suas controladas prestam serviços principalmente de apoio a atividades portuárias e aeroportuárias.

A receita proveniente da prestação de serviços portuárias correspondem especialmente com a armazenagem e movimentação de cargas em contêineres.

A receita proveniente de serviços aeroportuárias corresponde especialmente com operações de armazenagem de cargas de importação e exportação de equipamentos e suprimentos, soluções logísticas, transporte multimodal, serviços para logísticos para voos internacionais executivos e privados e atendimento a helicópteros.

Esses serviços são vendidos com base em preços fixados por contrato com os clientes. As receitas provenientes dos serviços prestados na movimentação de cargas em instalações aeroportuárias, portuárias e retroportuárias e soluções logísticas e armazenagens geral e alfandegada são reconhecidas concomitantemente aos serviços prestados.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, o valor do dividendo mínimo obrigatório é reconhecido; qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado no patrimônio líquido e, deliberado e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas no exercício seguinte, de acordo com os prazos legais.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. Atualmente o IASB não estabeleceu uma data para sua aplicação mandatória removendo a previsão original de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015.

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia está avaliando os impactos que podem decorrer da implementação desta norma.
- IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas", emitido em maio de 2011. Esta norma está baseada nos princípios existentes quanto à identificação do conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada das demonstrações financeiras. A norma provê orientação adicional para auxiliar na determinação de controle quando há dúvida na avaliação. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações contábeis da Companhia.
- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. A norma tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade nas divulgações requeridas pelas IFRS. As exigências não aumentam o uso do valor justo na contabilidade, porém orienta como deve ser aplicado quando seu uso for requerido ou permitido por outra norma. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e há uma isenção para aplicação das novas exigências de divulgação para períodos comparativos. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações contábeis da Companhia.
- IAS 19 - "Benefícios a empregados", emitido em junho de 2011. A alteração na norma afetará principalmente o reconhecimento e mensuração de planos de pensão de benefício definido, e divulgação de benefícios a empregados. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações contábeis da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

As demonstrações financeiras controladora e consolidado são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da PCLD, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Impostos incluindo os tributos diferidos ativo

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros derivativos apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros derivativos.

(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

(d) Avaliação de perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis do segmento operacional no qual o ágio foi alocado foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 8).

3.2 Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis da entidade - contratos de concessão pública

A Companhia através de sua controlada indireta Costa do Sol explora e administra um aeroporto adquirido por intermédio de concessão pública. A Companhia avaliou a adoção do ICPC 01 - "Contratos de Concessão (IFRIC 12)" ao contratos de concessão por ela administrado e constatou que não há consonância entre as premissas estabelecidas no referido ICPC e os contratos firmados entre a Costa do Sol e o poder concedente e, portanto, não se enquadra dentro do alcance do ICPC 01.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Libra Holding S.A., na qualidade de controladora final da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, estabelece as diretrizes e aprova a contratação dos instrumentos financeiros adotados pela Companhia para fins de proteção de riscos de mercado.

As operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de câmbio e taxas de juros.

(a) Risco de câmbio e de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio e de juros, que reduzam valores a receber ou aumentem saldos a pagar em moeda nacional e estrangeira. A Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* econômico (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio).

A Companhia mantinha, na data de encerramento do exercício, operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos de compra de dólar futuro e *swaps*), contratados com instituições financeiras de primeira linha. As perdas e os ganhos gerados com essas operações são reconhecidos diretamente no resultado, considerando-se a variação no valor justo desses instrumentos.

Os *swaps* são contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira (dólar americano) para o real.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía passivos em moeda estrangeira e *swaps* nos montantes descritos a seguir, e não tinha ativos significativos em moeda estrangeira.

24 de 69

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
Empréstimos e financiamentos			
Denominados em US\$	185.848	51.597	189.760
(-) <i>Swap</i> de moeda e de taxas de juros - BRL	(11.087)		(11.087)
(=) Exposição total a moeda estrangeira - US\$	<u>174.761</u>	<u>51.597</u>	<u>178.673</u>

Parte das receitas futuras da Companhia corresponde a serviços de armazenagem com tabelas de preços definidos em dólar americano. A estratégia de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos de proteção adotada pela Tesouraria do Grupo leva em consideração este "*hedge* natural". Uma vez faturados tais serviços tem sua taxa de câmbio fixada e o valor do contas a receber fica fixo em reais.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de aplicações financeiras e empréstimos de longo prazo. As aplicações e empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. As aplicações e empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A administração avalia periodicamente tais riscos e nos exercícios apresentados não contratou instrumentos para proteção.

O valor justo das operações com *swaps* foi calculado pela Companhia e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do exercício. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente com relação à variação nas taxas de câmbio.

O detalhamento das operações de *swap* acima descritas é como segue:

Banco	Modalidade	Posição	Moeda	Controladora e Consolidado 2011
Itaú BBA	NCE	Ativa	Dólar	100.165
		Passiva	Reais	(89.078)
		Ajuste		<u>11.087</u>

As operações de *swaps* contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e instrumentos financeiros derivativos recebíveis.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Saldos em bancos, ativos financeiros mensurados a valor justo e instrumentos derivativos recebíveis - A administração avalia em ocasião de cada aplicação o risco de crédito das instituições financeiras e a exposição da Companhia a mesma.
- Contas a receber de clientes - A área de Concessão de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, histórico comercial e contexto de mercado, recomendando, quando necessário, a agregação de garantias como forma de mitigação dos riscos identificados. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vencimento e limites de dias em aberto determinados pela área de Concessão de Crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Em relação aos critérios para registro de *impairment* de contas a receber vide Nota 4.5.
- Contas a receber de partes relacionadas - A totalidade dos valores a receber de partes relacionadas correspondem a entidades controladas do Grupo Libra e o risco de crédito é administrado corporativamente pela Tesouraria do Grupo no contexto das operações como um todo.

(c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez tendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Tesouraria do Grupo com base nos dados de cada uma das áreas operacionais. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores correspondem são fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, incluem pagamentos de juros na suas respectivas datas de vencimento ainda não reconhecidos pelo regime de competência.

	Controladora					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2011						
Fornecedores (i)	7.734					7.734
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	2.544	18.814	117.654	35.979	(27.682)	147.309
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	1.566	2.114	32.831	9.814	(3.949)	42.376
	<u>11.844</u>	<u>20.928</u>	<u>150.485</u>	<u>45.793</u>	<u>(31.631)</u>	<u>197.419</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)						
Fornecedores (i)	35.170					35.170
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	694	5.124	32.001	9.783	(3.860)	43.742
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	426	575	8.927	2.668	(4.741)	7.855
	<u>36.290</u>	<u>5.699</u>	<u>40.928</u>	<u>12.451</u>	<u>(8.601)</u>	<u>86.767</u>
	Consolidado					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2011						
Fornecedores (i)	11.257					11.257
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	2.554	18.844	117.691	35.979	(27.685)	147.383
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	1.566	2.114	32.832	9.814	(3.949)	42.377
	<u>15.377</u>	<u>20.958</u>	<u>150.523</u>	<u>45.793</u>	<u>(31.634)</u>	<u>201.017</u>

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Análise de sensibilidade sobre os empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de taxas de câmbio e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros expostos a tais riscos são:

- Risco de taxa de câmbio - Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos contratados como *hedge* econômico do risco de taxa de câmbio.
- Risco de taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com taxa de juros pós-fixadas.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, o quadro apresenta o impacto nas despesas e receitas financeiras do cenário projetado para 31 de dezembro de 2011, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração entende que o cenário razoavelmente provável (Cenário Provável - I) é: (i) uma cotação do dólar de US\$ 1= R\$ 2,0634 que é a cotação em 31/12 para o dólar futuro em 3 meses, e (ii) um aumento de 10% nas taxas de juros pós-fixadas às quais estão expostas os empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras da Companhia.

De acordo com a Deliberação CVM nº 550/08, adicionalmente é apresentado o impacto nas despesas e receitas financeiras em dois cenários adversos e que poderiam gerar prejuízos para a Companhia. Os cenários possível e remoto consideram uma extrapolação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) respectivamente) em relação ao cenário razoavelmente provável descrito anteriormente.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(ii) Fator de risco moeda

Fator de risco	Risco	Valores expostos em 31 de dezembro		Efeito na receita (despesa) financeira		
		2011	2010 (Não auditado)	Cenário Provável - I	Cenário II	Cenário III
US\$ - Empréstimos e financiamentos líquido de aplicações financeiras	Alta do US\$	185.848	48.309	(18.585)	(46.462)	(92.924)
US\$ - Swaps	Alta do US\$	(11.087)		10.016	25.041	50.082
Impacto líquido		<u>174.761</u>	<u>48.309</u>	<u>(8.569)</u>	<u>(21.421)</u>	<u>(42.842)</u>

(iii) Fator de risco taxa de juros

Fator de risco	Risco	Valores expostos em 31 de dezembro		Efeito na receita (despesa) financeira		
		2011	2010 (Não auditado)	Cenário Provável - I	Cenário II	Cenário III
CDI - Aplicações financeiras	Alta do CDI	(35.113)	(57.053)	407	1.018	2.036
LIBOR 6M - Empréstimos e financiamentos	Alta da LIBOR	<u>37.741</u>	<u>4.486</u>	<u>(19)</u>	<u>(48)</u>	<u>(96)</u>
Impacto líquido		<u>2.628</u>	<u>(52.567)</u>	<u>388</u>	<u>970</u>	<u>1.940</u>
Taxas de CDI utilizada - %		11,5945	9,7503	12,7540	14,4931	17,3918
Taxas de LIBOR 6M utilizada - %		0,5070	0,5190	0,5577	0,6338	0,7605

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade bem como oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base na alavancagem financeira. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, operações com instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, como base para gestão de capital. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim sumariados:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Não auditado)
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	189.760	51.597
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(4.475)	(1.241)
Menos - títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(35.113)	(57.053)
Menos - operações com derivativos (Nota 4)	(11.087)	
Dívida líquida	<u>139.085</u>	<u>(6.697)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>109.613</u>	<u>54.083</u>
Total do capital	<u>248.698</u>	<u>47.386</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>56</u>	<u>(14)</u>

4.3 Estimativa do valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial são classificados nos níveis da hierarquia de mensuração pelo valor justo. A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo no balanço patrimonial de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

	Controladora	
	Nível 2	Saldo total
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	11.087	11.087
Títulos e valores mobiliários - LFT	5.405	5.405
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos	29.708	29.708
Total do ativo	46.200	46.200

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não existiam instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3.

(a) Mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários

LFT - São valorizadas com base nas taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA que representam transações efetivas num mercado ativo.

Cotas de Fundos - são valorizadas com base no Preço Unitário das cotas divulgados diariamente pelo administrador que é a base para aplicações e resgates e é definido com base no valor justo dos ativos e passivos do fundo.

(b) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão (que não são cotados em bolsa) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* nos quais tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados pelo desconto dos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que o *swap* é denominado. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas;

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

		Controladora	
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	2.604		2.604
Títulos e valores mobiliários		35.113	35.113
Instrumentos financeiros derivativos		11.087	11.087
Contas a receber de clientes, líquidas	11.726		11.726
Contas a receber de partes relacionadas	31.991		31.991
	<u>46.321</u>	<u>46.200</u>	<u>92.521</u>
		Controladora	
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		189.685	189.685
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		23.692	23.692
		<u>213.377</u>	<u>213.377</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2010 (não auditado)			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	1.241		1.241
Títulos e valores mobiliários		57.053	57.053
Contas a receber de clientes, líquidas	10.066		10.066
Contas a receber de partes relacionadas	3.154		3.154
	<u>14.461</u>	<u>57.053</u>	<u>71.514</u>
	Controladora		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010 (não auditado)			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		51.597	51.597
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		41.821	41.821
		<u>93.418</u>	<u>93.418</u>
	Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	4.475		4.475
Títulos e valores mobiliários		35.113	35.113
Instrumentos financeiros derivativos		11.087	11.087
Contas a receber de clientes, líquidas	16.695		16.695
Contas a receber de partes relacionadas	31.991		31.991
	<u>53.161</u>	<u>46.200</u>	<u>99.361</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		189.760	189.760
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		30.787	30.787
		<u>220.547</u>	<u>220.547</u>

4.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado.

Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P) com base no *rating* doméstico.

Para a qualidade de crédito de clientes a Companhia utiliza um sistema interno de classificação de risco em 3 categorias conforme detalhado nas tabelas.

	Controladora	
	2011	2010 (Não auditado)
Contas a receber de clientes		
Classificação interna de crédito		
A - Baixo risco	268	3.969
B - Médio risco	11.458	3.677
C - Alto risco		2.420
	<u>11.726</u>	<u>10.066</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em**

31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	
	2011	2010 (Não auditado)
Títulos e valores mobiliários		
Classificação externa de crédito	35.113	57.053
brAAA	35.113	57.053
	Controladora	
	2011	2010 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa		
Classificação externa de crédito	2.604	1.241
brAAA	2.604	1.241
	Consolidado	
	2011	
Contas a receber de clientes		
Classificação interna de crédito		
A - Baixo Risco		1.838
B - Médio Risco		12.367
C - Alto Risco		2.490
		16.695
	Consolidado	
	2011	
Títulos e valores mobiliários		
Classificação externa de crédito		35.113
brAAA		35.113

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	
Classificação externa de crédito	
brAAA	4.475
	<u>4.475</u>

Os instrumentos financeiros derivativos recebíveis correspondem, na sua totalidade, ao Banco Itaú BBA S.A. com *rating* Baa2 doméstico conforme Moody's *rating*.

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- A - Baixo risco - são os 10 maiores clientes por segmento de negócio com alta solidez financeira.
- B - Médio risco - cliente com solidez financeira razoável e moderadas restrições.
- C - Alto risco - clientes com baixa solidez financeira possuindo restrições judiciais.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou sujeito a provisão para deterioração e a Companhia considera o risco de crédito de todas as contas a receber de partes relacionadas homogêneo correspondendo ao risco de crédito da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
	<u>(Não auditado)</u>	<u>2011</u>
Recursos em bancos e em caixa	2.604	1.241
Aplicações de liquidez imediata		
	<u>2.604</u>	<u>1.241</u>
		<u>4.475</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e investimentos, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em debêntures compromissadas de instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos concentrem-se em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos correspondem a fundo de investimentos multimercado, resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira dos fundos esta composta por operações compromissadas com instituições financeiras e títulos públicos.

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
Títulos públicos - LFT (i)	5.405	57.053	5.405
Cotas de fundos multimercado	29.708		29.708
	<u>35.113</u>	<u>57.053</u>	<u>35.113</u>

(i) Dados em garantias para margem de garantia aos ajustes diários, vide Nota 4.1(a).

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
Contas a receber de clientes	16.795	13.878	21.797
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.069)	(3.812)	(5.102)
	<u>11.726</u>	<u>10.066</u>	<u>16.695</u>

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
A vencer	9.573	5.284	12.599
Vencidos			
Até 30 dias	2.033	3.821	2.321
Entre 31 e 90 dias	1.039	986	1.610
Entre 91 e 180 dias	307	484	795
Há mais de 181 dias	3.843	3.303	4.472
	<u>16.795</u>	<u>13.878</u>	<u>21.797</u>

36 de 69

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não tem garantias recebidas sobre as contas a receber.

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na análise individual de seus clientes. A política adotada estabelece que os clientes sejam avaliados de forma individual e classificados em três categorias: (a) para os clientes com maior volume de operações e faturamento a provisão é constituída para os títulos vencidos há mais de 180 dias considerando que a área de cobrança faz um monitoramento específico deste grupo de clientes; (b) para os outros clientes a provisão é constituída para os títulos vencidos há mais de 90 dias; e (c) clientes com provisão imediata quando apresentam situações de falência, inadimplência, abandono de carga ou outras que ensejam o início de processo judicial.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	2011
Em 1º de janeiro	(3.812)
Complemento de provisão	(776)
Baixa de títulos por perda	(514)
Em 31 de dezembro	<u>(5.102)</u>

Em 31 de dezembro de 2011 existiam crédito vencidos, mas não provisionados (*impaired*). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2011	2011
	2010	
	(Não auditado)	
Até três meses	2.738	3.833
De três a seis meses	124	882
	<u>2.738</u>	<u>4.715</u>
	<u>124</u>	<u>4.715</u>

8 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Controladora
	2011
Em 1º de janeiro	
Aquisição de controlada - Boreal Serviços (f)	81.013
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(918)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	<u>(6.136)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>73.959</u>

37 de 69

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
	2011
Em 1º de janeiro	
Aquisição de participação em coligada - Libra Terminais Santos	14.576
Participação nos resultados de controladas e coligadas	(284)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	(6.136)
Outras movimentações	679
Em 31 de dezembro 2011	<u>8.835</u>

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da Boreal Serviços e Costa do Sol que são as únicas controladas com participação não controladora relevante e das coligadas Angra Aeroportos e Libra Terminal Santos.

**(i) Balanço patrimonial sintético em
31 de dezembro de 2011**

	Controladas com participação de não controladores		Coligadas	
	Boreal Serviços	Costa do Sol	Angra Aeroportos	Libra Terminal Santos
Circulante				
Ativo	129	7.947	37	133.717
Passivo	<u>3.000</u>	<u>5.018</u>	<u>49</u>	<u>238.023</u>
Ativo circulante líquido	<u>(2.871)</u>	<u>2.929</u>	<u>(12)</u>	<u>(104.306)</u>
Não circulante				
Ativo	89.527	123.300	14	437.418
Passivo	<u>1.529</u>	<u>10.198</u>	<u>326</u>	<u>289.391</u>
Ativo não circulante líquido	<u>87.998</u>	<u>133.132</u>	<u>(312)</u>	<u>148.027</u>
Patrimônio líquido	<u>85.127</u>	<u>116.061</u>	<u>(324)</u>	<u>43.721</u>

A participação total dos não controladores no patrimônio líquido das controladas em 31 de dezembro de 2011 é apresentada a seguir:

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011
Boreal Serviços	11.168
Costa do Sol (*)	46.424
	<u>57.592</u>

(*) Inclui a participação dos não controladores no valor justo dos ativos e passivos derivado da combinação de negócios.

(ii) Demonstração do resultado e do resultado abrangente sintética em 31 de dezembro de 2011

	Controladas com participação de não controladores		Coligadas	
	Boreal Serviços	Costa do Sol	Angra Aeroportos	Libra Terminal Santos
	2011	2011	2011	2011
Receitas		9.819	229	169.837
Lucro (prejuízo) antes de tributos sobre o lucro	1.388	(892)	(89)	8.035
Tributos sobre o lucro	259	(764)		5.744
Lucro líquido (prejuízo) e resultado abrangente	<u>1.647</u>	<u>(1.656)</u>	<u>(89)</u>	<u>13.779</u>
Dividendos pagos a participação não controladora	<u>927</u>			
Dividendos recebidos de coligadas				<u>6.136</u>

A participação total dos não controladores no resultado das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 é apresentada a seguir:

	2011
Boreal Serviços	(134)
Costa do Sol	(667)
	<u>(801)</u>

(c) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos de 31 de dezembro de 2011

A movimentação do patrimônio líquido das controladas diretas e das coligas e a sua reconciliação com o saldo de investimentos da Companhia é como segue:

39 de 69

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controlada direta	Coligada
	Boreal Serviços	Libra Terminal Santos
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	11.309	66.810
Lucro líquido (prejuízo do exercício)	1.647	13.779
Aportes de capital	79.233	
Distribuição de dividendos	(7.063)	(36.868)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	<u>85.126</u>	<u>43.721</u>
Percentual de participação societária em 31 de dezembro - %	<u>86,88</u>	<u>19,16</u>
Participação no patrimônio dos investimentos	<u>73.959</u>	<u>8.377</u>
Outros ajustes		<u>458</u>
Saldo contábil do investimento na Controladora	<u>73.959</u>	
Saldo contábil do investimento no Consolidado (*)		<u>8.835</u>

(*) Em dezembro de 2011 a Controlada Costa do Sol possuía investimentos nas empresas Cabo Frio Logística (R\$ 569) e Angra Aeroportos (R\$ 110). Devido à imaterialidade dos valores envolvidos não demonstramos suas respectivas movimentações.

(d) Teste de *impairment*

O ágio contabilizado pela Companhia no valor de R\$ 51.680 é alocado integralmente ao segmento operacional Operação de Terminais Aeroportuários.

O valor recuperável do segmento é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo Libra para o período de até 2045. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores a tal período foram extrapolados com base em taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir até o final esperado do prazo de concessão considerando um período de renovação.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento utilizadas são baseadas em projeções sobre o desenvolvimento do setor de Óleo e Gás da região e estimativas de demanda das novas plataformas dos campos do pré-sal na região, uma vez que os negócios do aeroporto estão muito ligados ao atendimento desse setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos de operações aeroportuárias.

(e) Combinações de negócios - Boreal Serviços e SBCB e sua controlada Costa do Sol

Boreal Serviços

Em outubro de 2011 a Companhia aumentou o capital da Boreal Serviços por meio de uma contribuição em dinheiro no valor de R\$ 79.233, o que resultou na diluição do anterior acionista controlador (uma

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empresa controlada pelo Grupo Libra), passando a Companhia a deter uma participação de 87,35% do capital votante e total da Boreal Serviços e o controle da mesma. A Boreal Serviços é uma empresa holding sem atividades operacionais. O único ativo relevante dessa empresa na data da obtenção do controle era a participação de 19,17% na coligada Libra Terminal Santos. Na medida em que a contribuição em dinheiro foi feita na Boreal Serviços, que passou a ser consolidada pela Companhia, esta transação não afetou o caixa e equivalentes de caixa do Consolidado.

A compra de controle da Boreal Serviços foi efetuada como passo preparatório para a compra do controle da SBCB, descrita na seção a seguir.

Por se tratar de uma transação entre entidades sob controle comum do Grupo Libra, a transação foi contabilizada ao seu valor contábil e, portanto, esta transação não gerou ágio, inclusive para fins fiscais. Os valores contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos está apresentado na tabela a seguir.

Valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos	
Aporte de recursos	79.233
Investimentos na Libra Terminais Santos (Nota 9)	13.494
Outros ativos	428
Partes relacionadas	(1.530)
Outros passivos	<u>(427)</u>
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>91.198</u>

SBCB e sua controlada Costa do Sol

Em forma contemporânea com a compra do controle da Boreal Serviços descrita acima a Boreal Serviços adquiriu 100% da SBCB, empresa *holding* que tem participações acionárias nas seguintes empresas:

- (i) Costa do Sol, controlada pela SBCB com participação de 60% no capital total e votante, empresa que administra e opera, por meio de contrato de concessão pública, o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, e tem participação de 97% na Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda., e
- (ii) Angra Aeroportos, coligada da SBCB com participação de 33,33% no capital total e votante, empresa que administra e opera, por meio de contrato de concessão pública, o Aeroporto de Angra dos Reis.

O ágio de R\$ 51.680 que surge da aquisição é atribuível à rentabilidade futura esperada das operações aeroportuárias. Espera-se que o ágio seja futuramente dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para os vendedores e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como a participação proporcional dos acionistas não controladores (40%) nos ativos líquidos da SBCB.

Contraprestação	
Caixa	79.233
Contraprestação contingente	<u>3.000</u>
Total da contraprestação	<u>82.233</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.765
Ativo imobilizado (Nota 9)	12.964
Contrato de concessão (incluído em intangíveis) (Nota 10)	95.000
Contratos de arrendamento (incluído em intangíveis) (Nota 10)	6.100
Investimentos na coligada Angra Aeroportos (Nota 8)	679
Aplicações vinculadas - Ataero	9.370
Contas a receber	3.704
Depósitos judiciais	100
Adiantamento a fornecedores	225
Tributos a recuperar	162
Outros ativos	232
Fornecedores, obrigações tributárias e fiscais	(628)
Obrigações trabalhistas	(929)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(911)
Adicional tarifário - Ataero	(9.524)
Outros passivos	(660)
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>117.649</u>
Participação não controladores (40%)	<u>(47.060)</u>
Ágio	<u>11.644</u>
	<u>82.233</u>

O acordo de contraprestação contingente requer que a Boreal Serviços pague, aos antigos proprietários: (a) um valor de R\$ 3.000 dependendo do EBITDA consolidado da Costa do Sol observado no exercício 2011, e (b) um valor de R\$ 9.000 dependendo do EBITDA consolidado da Costa do Sol observado no acumulado dos exercícios 2013 a 2015. O valor justo da contraprestação contingente foi estimado em R\$ 3.000 considerando as probabilidades de atingimento das metas do EBITDA nas duas datas de mensuração indicadas acima. O valor de R\$ 3.000 foi efetivamente pago em 30 de março de 2012 e a Companhia reavaliou o valor justo da segunda parcela de contraprestação contingente a cada data de reporte confirmando que ele é mínimo com base na probabilidade de atingimento da meta de EBITDA.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a SBCB ou a Costa do Sol pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito às contingências preexistentes estando limitado o direito ao prazo de 5 a 6 anos após a compra, dependendo da natureza da contingência, e a um valor máximo total de aproximadamente R\$ 31.000.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de outubro de 2011 até 31 de dezembro de 2011 inclui o valor de receitas gerado pela SBCB e suas controladas de R\$ 9.819 e SBCB também contribuiu com um lucro de R\$ 515 no mesmo exercício.

Se a SBCB tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2011, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 250.811 e lucro *pro forma* de R\$ 59.877.

Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado

Controladora				
2011				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 5%	41.230	(5.128)	36.102
Instalações	10%	3.371	(1.285)	2.086
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5% a 8%	29.060	(5.357)	23.703
Veículos	11% a 20%	3.396	(2.012)	1.384
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10%	901	(470)	431
Equipamentos de informática	20%	3.016	(2.266)	750
Móveis e utensílios	10%	1.795	(793)	1.002
Imobilizações em andamento e outros		53.402		53.402
		136.171	(17.311)	118.860
Consolidado				
2011				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 5%	42.969	(7.120)	35.849
Instalações	10%	3.642	(1.376)	2.266
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5% a 8%	29.060	(5.357)	23.703
Veículos	11% a 20%	3.433	(2.047)	1.386
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10%	1.665	(741)	924
Equipamentos de informática	20%	3.394	(2.455)	939
Móveis e utensílios	10%	2.231	(917)	1.314
Imobilizações em andamento e outros	-	64.797		64.797
		151.191	(20.013)	131.178
Controladora				
2010 (Não auditado)				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 5%	40.448	(3.967)	36.481
Instalações	10%	3.366	(948)	2.418
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5% a 8%	29.174	(3.480)	25.694
Veículos	11% a 20%	2.451	(1.243)	1.208
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10%	1.398	(610)	788
Equipamentos de informática	20%	2.853	(1.919)	934
Móveis e utensílios	10%	1.563	(639)	924
Imobilizações em andamento e outros		29.786		29.786
		111.039	(12.806)	98.233

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.1 Movimentação do ativo imobilizado

					Controladora
	2009	Adições	Baixas	Depreciação	2010
Benfeitorias em imóveis de terceiros	34.251	4.259		(2.029)	36.481
Instalações	2.313	415		(310)	2.418
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	21.443	5.730		(1.479)	25.694
Veículos	1.744	485	(338)	(683)	1.208
Máquinas, equipamentos	480	410		(102)	788
Equipamentos de informática	1.081	193		(340)	934
Móveis e utensílios	836	213		(125)	924
Imobilizações em andamento e outros	1.136	28.650			29.786
	63.284	40.355	(338)	(5.068)	98.233
					Controladora
	2010 (Não auditado)	Adições	Baixas	Depreciação	2011
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.481	1.592		(1.971)	36.102
Instalações	2.418	5		(337)	2.086
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	25.694		(92)	(1.899)	23.703
Veículos	1.208	1.085	(80)	(829)	1.384
Máquinas, equipamentos	788	250	(484)	(123)	431
Equipamentos de informática	934	164		(348)	750
Móveis e utensílios	924	232		(154)	1.002
Imobilizações em andamento e outros	29.786	23.616			53.402
	98.233	26.944	(656)	(5.661)	118.860

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	2010 (Não auditado)	Adições	Baixas	Aquisições de controladas	Depreciação	2011
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.481	1.158		1.012	(2.802)	35.849
Instalações	2.419	28		163	(344)	2.266
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	25.693	1	(92)		(1.899)	23.703
Veículos	1.208	1.085	(80)	2	(829)	1.386
Máquinas, equipamentos	789	289	(484)	469	(139)	924
Equipamentos de informática	933	247		119	(360)	939
Móveis e utensílios	922	242		314	(164)	1.314
Imobilizações em andamento e outros	29.786	24.125		10.885		64.797
	98.231	27.175	(656)	12.964	(6.537)	131.178

A parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e às despesas gerais e administrativas foi de R\$ 5.396 (2010 - R\$ 4.076) na controladora e R\$ 1.141 (2010 - R\$ 1.992) no consolidado.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante 2011, o Grupo capitalizou custos de empréstimos no valor de R\$ 2.072 (2010 - zero).

**(a) Avaliação do imobilizado com base no
custo atribuído (*deemed cost*) e
revisão da vida útil-econômica**

A Companhia e suas controladas optaram por ajustar seus saldos iniciais em 1º de janeiro de 2009 com base no custo atribuído (*deemed cost*), contratando avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo e apurar a vida útil-econômica remanescente dos bens.

(b) Efeitos da revisão da vida útil

As taxas de depreciação anual para as benfeitorias, empilhadeiras, veículos leves e de frota, guindastes (*portainers*), máquinas e equipamentos e embarcações são revistas anualmente, atendendo às orientações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado", passando a ser calculadas com base na vida útil-econômica estimada dos bens que compõem esses grupos.

(c) Metodologia de avaliação

Para determinação das novas taxas de depreciação e valores residuais, foram levados em consideração diversos fatores que podem acarretar a retirada dos bens de serviço, como as condições físicas (risco de acidentes, catástrofes, deterioração pelo tempo, desgastes e imperfeições pelo uso normal), circunstâncias funcionais (inadequação e obsolescência), circunstâncias externas (extinção de linha de produção, encerramento das atividades) e circunstâncias operacionais (local de instalação, turnos de trabalhos e, manutenções).

O custo atribuído foi determinado a partir do custo de reprodução ou reposição, deduzindo-se as parcelas resultantes da depreciação técnica, como deterioração física e obsolescência funcional e econômica.

**(d) Exceções à aplicação do custo atribuído
como base de valor**

Para os itens classificados nos grupos "Móveis e utensílios" e "Equipamentos de informática" não foram apurados ajustes a serem contabilizados ou alterações em suas vidas úteis.

9.2 Garantias

Os bens adquiridos por meio de linhas de financiamentos foram dados como parte das garantias dessas operações. O valor contábil líquido dos bens é de R\$ 34.512 (2010- R\$ 18.276).

9.3 Imobilizações em andamento

O saldo de imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2011 refere-se substancialmente aos gastos incorridos com a instalação de novos equipamentos de operação portuária.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.4 Baixas de imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Não auditado)	<u>2011</u>
Valor contábil baixado (líquido de depreciação acumulada)	656	338	656
Lucro (prejuízo) da baixa de imobilizado	(616)	(115)	(616)
Caixa recebido na baixa de imobilizado	<u>40</u>	<u>223</u>	<u>40</u>

10 Intangível

<u>Controladora</u>				
<u>2011</u>				
<u>Taxa anual de amortização - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização e impairment acumulados</u>	<u>Custo líquido</u>	<u>Custo líquido (Não auditado)</u>
<i>Softwares</i>	20	(1.531)	821	1.160
	<u>2.352</u>	<u>(1.531)</u>	<u>821</u>	<u>1.160</u>
<u>Consolidado</u>				
<u>2011</u>				
<u>Taxa anual de amortização - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização e impairment acumulados</u>	<u>Saldo líquido</u>	
<i>Softwares</i>	20	2.561	(1.597)	964
Contrato de uso concessão aeroporto	3	95.000	(704)	94.296
Relacionamento com cliente	37	6.100	(564)	5.536
Ágio Costa do Sol		11.645		11.645
Outros	20	115	(61)	54
	<u>115.421</u>	<u>(2.926)</u>	<u>112.495</u>	

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.1 Movimentação do intangível

	Controladora				
	2010 (Não auditado)	Adições	Amortização	2011	
Softwares	1.160	54	(393)	821	
	<u>1.160</u>	<u>54</u>	<u>(393)</u>	<u>821</u>	
	Controladora				
	2009	Adições	Amortização	2010	
Softwares	1.503	38	(381)	1.160	
	<u>1.503</u>	<u>38</u>	<u>(381)</u>	<u>1.160</u>	
	Controladora	Consolidado			
	2010 (Não auditado)	Adições	Aquisições de controladas	Amortização	2011
Softwares	1.160	53	153	(402)	964
Contrato de concessão aeroporto			95.000	(704)	94.296
Relacionamento com cliente			6.100	(564)	5.536
Ágio Costa do Sol			11.645		11.645
Outros			55	(1)	54
	<u>1.160</u>	<u>53</u>	<u>112.953</u>	<u>(1.671)</u>	<u>112.495</u>

10.2 Contrato de concessão do Aeroporto de Cabo Frio

Em 2011 a Companhia adquiriu o controle acionário da Costa do Sol, companhia que detém o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Cabo de Frio. O contrato assinado com a Prefeitura do Município de Cabo Frio e com a Infraero determina que a controlada indireta Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. possui o direito de administrar e explorar, sem ingerência governamental as instalações do referido aeroporto durante o período de vigência do contrato de concessão pública. O intangível reconhecido na compra do controle acionário está sendo amortizado desde a data da compra em 1º de outubro de 2011 até o prazo remanescente de amortização, que em 31 de dezembro de 2011, é de 34 anos.

10.3 Relacionamento com cliente

Refere-se ao contrato de arrendamento de área mantido junto à PETROBRAS, notadamente sobre as receitas decorrentes das operações de helicópteros.

10.4 Taxas médias de amortização por categoria

As taxas médias anuais por categoria de ativo intangível são apresentadas na tabela a seguir.
48 de 69

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em percentual ao ano	
	2011	2010 (Não auditado)
<i>Softwares</i>	20	20
Contrato de concessão aeroporto	3	3
Relacionamento com cliente	37	37
Outros	20	-

11 Empréstimos e financiamentos

11.1 Composição e características

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Consolidado	
			2011	2010 (Não auditado)
Moeda nacional				
Automático Bradesco (a)	TJLP + 3,80% a.a.	Juros: mensais até 2012 Principal: fevereiro 2012	38	419
Automático Itaú (b)	TJLP + 6,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	3.571	2.191
FINAME Bradesco (c)	TJLP + 3,80% a.a.	Juros: mensal até 2013 Principal: mensal a partir de 2009 até 2013	80	353
FINAME Itaú (d)	4,50% a.a.	Juros: mensal até 2014 Principal: mensal a partir de 2010 até 2014	223	201
			<u>3.912</u>	<u>3.164</u>
Dólares (USA)				
Automático Itaú (e)	4,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	947	500
FINIMP Bradesco (f)	LIBOR + 3,30% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: janeiro 2018	715	1.423
FINIMP Itaú (g)	LIBOR + 1,75% a.a.	Juros: mensais até 2013 Principal: fevereiro 2013	37.026	3.063
NCE Itaú (h)	5,34% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: julho 2018	95.012	0
NCE Votorantim (i)	7,10% a.a.	Juros: semestrais até 2015 Principal: junho 2015	52.148	43.323
			<u>185.848</u>	<u>48.309</u>
Euros				
FINIMP Santander (j)	3,65% a.a.	Juros: mensais até 2011 Principal: março 2011		124
				<u>124</u>
Total empréstimos			<u>189.760</u>	<u>51.597</u>
(-) Circulante			<u>(19.860)</u>	<u>(3.909)</u>
(=) Não circulante			<u>169.900</u>	<u>47.688</u>

(a) Em abril de 2007, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) através do programa "BNDES Automático", no montante total de R\$ 547. Os recursos

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os juros são calculados na base de TJLP + 3,80% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2012.

- (b) No período de agosto de 2010 a junho de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES Automático", no montante total de R\$ 2.058. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os juros são calculados na base de TJLP + 5,00% a.a. a 6,20% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2015.
- (c) Entre 2006 e 2008, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES FINAME", no montante de R\$ 1.729. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia na aquisição de empilhadeiras e semirreboques. Os juros são calculados na base de TJLP + 3,80% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2013.
- (d) Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES FINAME-PSI", no montante de R\$ 210. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia na aquisição de empilhadeiras e semirreboques. Os juros são calculados na base de 4,50% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2014.
- (e) No período de agosto de 2010 a junho de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES Automático", no montante total de US\$ 575 mil. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os juros são calculados na base de 4,0% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2015.
- (f) No período de maio de 2007 a março de 2008, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco uma operação de FINIMP, no montante total de US\$ 2.356 mil, para aquisição de *Reach Stackers* a taxa de LIBOR + 0,75% a.a. a 1,75% a.a.
- (g) No período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2013, a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA uma operação de FINIMP, no montante total de US\$ 23.937 mil, para aquisição de *Portainers* e de *Rubber Tyred Gantry Cranes* (RTGs) a taxa de LIBOR + 0,97% a.a. a 3,30% a.a.
- (h) Em julho de 2011 a Companhia contratou junto ao Banco ItaúBBA uma operação de NCE no valor de US\$ 49.398 a taxa 5,34% a.a., equivalente à R\$ 78.000. Junto com a NCE, foi contratado um Swap de ponta ativa VC (US\$)+5,34% a.a. e ponta passiva de CDI + 2,35% a.a.
- (i) Em junho de 2010 a Companhia contratou junto ao Banco Votorantim uma operação de NCE no valor de US\$ 25.000 mil a taxa 7,10% a.a.
- (j) Em outubro de 2006, a Companhia contratou junto ao Banco Santander uma operação de FINIMP, no montante total de EUR\$ 553 mil, para aquisição de *Reach Stackers* a taxa de 3,65% a.a.
- (k) Em dezembro de 2009, a Costa do Sol contratou junto ao Banco ItaúBBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES Finame-PSI", no montante de R\$ 138. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia na aquisição de empilhadeiras. Os juros são calculados na base de 4,50% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2013.

A composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante é como segue:

	Consolidado	
	2011	2010 (Não auditado)
2012		8.707
2013	31.778	10.998
2014	40.134	8.668
2015	31.631	
2016	23.170	
2017 - 2023	43.187	19.315
	169.900	47.688

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)	51.597	51.597
Captações	112.914	112.995
Pagamentos	(4.050)	(4.056)
Encargos financeiros pagos	(546)	(546)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	27.698	27.698
Encargos financeiros apropriados ao imobilizado	2.072	2.072
	<u>189.685</u>	<u>189.760</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>189.685</u>	<u>189.760</u>

11.3 Divulgação do valor justo

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são os seguintes:

Modalidade	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2011	2010 (Não auditado)	2011	2010 (Não auditado)
Moeda nacional				
Automático Bradesco	38	419	37	425
Automático Itaú	3.571	2.191	3.502	2.222
FINAME Bradesco	80	353	78	358
FINAME Itaú	149	201	146	204
	<u>3.838</u>	<u>3.164</u>	<u>3.763</u>	<u>3.209</u>
Dólares (USA)				
Automático Itaú	947	500	929	508
FINIMP Bradesco	715	1.423	701	1.443
FINIMP Itaú	37.026	3.063	34.719	3.107
NCE Itaú	95.012	0	92.417	0
NCE Votorantim	52.147	43.323	53.494	43.944
	<u>185.847</u>	<u>48.309</u>	<u>182.260</u>	<u>49.002</u>
Euros				
FINIMP Santander		124		126
		<u>124</u>		<u>126</u>
Total	<u>189.685</u>	<u>51.597</u>	<u>186.023</u>	<u>52.337</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Modalidade</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Moeda nacional		
Automático Bradesco	38	37
Automático Itaú	3.571	3.502
FINAME Bradesco	80	78
FINAME Itaú	223	218
	<u>3.912</u>	<u>3.835</u>
Dólares (USA)		
Automático Itaú	947	929
FINIMP Bradesco	715	701
FINIMP Itaú	37.026	34.719
NCE Itaú	95.012	92.417
NCE Votorantim	52.148	53.494
	<u>185.848</u>	<u>182.260</u>
Total	<u>189.760</u>	<u>186.095</u>

Os empréstimos e financiamentos não têm mercado secundário e para estimar o valor justo, utiliza-se a mensuração com base no valor presente da projeção de mercado para taxas pós-fixadas e dados contratuais vigentes para os prefixados, trazidos a valor presente pela taxa de mercado atual. Na prática, o cálculo do deságio do valor justo dos empréstimos e financiamentos consideraram as projeções de mercado para a DI, Cupom Limpo e índice da TJLP, divulgadas pela BM&FBOVESPA. Ao deságio foi acrescido o *spread* de crédito da Companhia, obtido com base em captações históricas.

11.4 Garantias dos empréstimos e financiamentos

Todos os empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado) apresentam como garantias o aval corporativo da Libra Terminal Rio e da Libra Participações. Para financiamentos relacionados a itens do ativo imobilizado, os próprios ativos foram dados em garantia (Nota 9).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante)

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
Obrigações trabalhistas			
Previdenciárias - FGTS/INSS	676	622	871
Férias e encargos	2.388	2.033	2.999
Provisão para participações nos lucros	2.188	1.535	2.188
Salários e outros	423	426	474
	<u>5.675</u>	<u>4.616</u>	<u>6.532</u>
Obrigações tributárias			
Tributos retidos na fonte	324	334	459
PIS e COFINS	1.616	1.805	1.739
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	1.345	1.230	1.536
Outros	17	17	18
	<u>3.302</u>	<u>3.386</u>	<u>3.752</u>
	<u>8.977</u>	<u>8.002</u>	<u>10.284</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

As controladas indiretas Costa do Sol e Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda. optaram em pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro presumido. A Companhia, assim como suas demais controladas diretas e indiretas, optaram pelo regime de lucro real para apuração de imposto de renda e contribuição social incidentes, sobre o resultado tributável.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício			
Corrente	(32.305)	(25.156)	(33.501)
Diferido	768	1.804	1.200
	<u>(31.537)</u>	<u>(23.352)</u>	<u>(32.301)</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar em 31 de dezembro	<u>3.038</u>	<u>3.576</u>	<u>4.116</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>
Lucro antes dos tributos	89.592
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e de contribuição social - %	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social calculado às alíquotas teóricas	30.461
Equivalência patrimonial em coligadas	(97)
Diferença de alíquota efetiva decorrente de tributação pelo lucro presumido na Costa do Sol e Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda.	(497)
Despesas permanentes	
Associação de classes	440
Doações e patrocínios	171
Eventos e brindes	231
Outros	<u>1.592</u>
Encargo no resultado do exercício - total de corrente e diferido	<u><u>32.301</u></u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

A estimativa de realização dos valores de imposto de renda e contribuição social compensáveis e exigíveis futuramente é de prazos superiores a 12 meses.

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
Ativos e passivos de impostos diferidos	Amortização de ágio	Provisões temporárias e indedutíveis	Custo atribuído do imobilizado	Total
Em 31 de dezembro de 2009		1.419	(14.111)	(12.692)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado em 2010		(1.804)	-	(1.804)
Em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)		3.223	(14.111)	(10.888)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado em 2011	(432)	(385)	(384)	(1.200)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>432</u>	<u>3.608</u>	<u>(13.727)</u>	<u>(9.688)</u>

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 1.055 (2010 - R\$ 1.055), representado por 115.479 (2010 - 115.479) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva de capital - ágio na emissão de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor patrimonial. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A companhia ao final do exercício tem constituído em seu balanço patrimonial R\$ 210 mil referente a esta A companhia ao final do exercício tem constituído em seu balanço patrimonial R\$ 210 mil referente a esta reserva atingindo o limite de 20% sobre seu capital social de R\$ 1.054 mil.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído

Corresponde ao valor reconhecido na adoção inicial das IFRS ao adotar a opção de reconhecer o imobilizado ao custo atribuído e representa a diferença entre o custo atribuído e o custo histórico dos

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

bens de imobilizado na adoção inicial de IFRS. O valor originalmente reconhecido é realizado com base na depreciação ou baixa dos bens correspondentes por meio de transferência do saldo para a conta de resultados acumulados.

(e) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que esta poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio aqui previstos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, está demonstrada a seguir:

<u>Base de cálculo dos dividendos</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	58.092	47.791
Destinações estabelecidas no estatuto social		
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>(14.523)</u>	<u>(11.948)</u>
Resultado remanescente a ser destinado pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas	<u>43.569</u>	<u>35.843</u>

15 Receita

A reconciliação da receita é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Não auditado)
Operações portuárias	53.881	54.242
Armazenagem	143.917	118.965
Serviços portuários acessórios de Armazenagem	70.837	49.167
Serviços de segurança da carga	<u>7.682</u>	<u>6.652</u>
Venda bruta de serviços	<u>276.317</u>	<u>229.026</u>
Impostos sobre vendas	<u>(36.641)</u>	<u>(31.063)</u>
Receita	<u>239.676</u>	<u>197.963</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
	2011
Operações portuárias	53.881
Operações portuárias	53.881
Armazenagem	143.917
Serviços portuários acessórios de armazenagem	70.837
Serviços de segurança da carga	7.682
Operações aeroportuárias	
Serviços comerciais, pouso e permanência	4.689
Armazenagem e carga	4.809
Locação de imóveis e equipamentos	321
Venda bruta de serviços	286.136
Impostos sobre vendas	(38.584)
Receita	247.552

16 Custos e despesas por natureza

	Controladora		
	2011		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	23.118	12.743	35.861
Combustíveis e lubrificantes	1.968		1.968
Depreciação e amortização	4.600	1.454	6.054
Manutenções e revisões	4.447		4.447
Ocupação de espaço e aluguéis	16.674	4.330	21.004
Serviços prestados por terceiros	23.973	6.257	30.230
Despesas comerciais		4.393	4.393
Outros custos e despesas	10.149	24.364	34.513
	<u>84.929</u>	<u>53.541</u>	<u>138.470</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em**

31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	2010		
	(Não auditado)		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	20.565	10.491	31.056
Combustíveis e lubrificantes	1.978		1.978
Depreciação e amortização	4.076	1.372	5.448
Manutenções e revisões	3.922		3.922
Ocupação de espaço e aluguéis	15.443	4.004	19.447
Serviços prestados por terceiros	23.748	5.365	29.113
Despesas comerciais		3.990	3.990
Outros custos e despesas	10.948	19.457	30.405
	<u>80.680</u>	<u>44.679</u>	<u>125.359</u>
	Consolidado		
	2011		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	24.550	13.691	38.241
Combustíveis e lubrificantes	1.984		1.984
Depreciação e amortização	5.396	2.812	8.208
Manutenções e revisões	4.593		4.593
Ocupação de espaço e aluguéis	17.500	4.376	21.876
Serviços prestados por terceiros	24.918	7.219	32.137
Despesas comerciais		5.257	5.257
Outros custos e despesas	10.241	24.476	34.717
	<u>89.182</u>	<u>57.831</u>	<u>147.013</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Receitas e despesas financeiras

		Controladora	Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.972)	(2.059)	(9.009)
Receitas financeiras			
Receita de aplicação financeira	8.565	1.889	8.602
Swap	1.926		1.926
Variações monetárias e cambiais	(11.991)	3.531	(11.991)
	<u>(10.472)</u>	<u>3.361</u>	<u>(10.472)</u>

18 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui ações em potencial, ou seja, qualquer instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações, por isso, o resultado por ação básico é igual ao diluído.

A reconciliação do resultado básico por ação é a seguinte:

		Controladora	Consolidado
	2011	2010 (Não auditado)	2011
Lucro líquido do exercício	58.092	47.791	57.291
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>
Lucro por lote de mil ações básico	<u>0,50</u>	<u>0,41</u>	<u>0,50</u>

19 Contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	
	2012	2010 (Não auditado)	2011 (Não auditado)
Trabalhistas	677	468	3.165
Cíveis			1.157
	<u>959</u>	<u>468</u>	<u>4.322</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.1 Movimentação das provisões (Controladora e Consolidado)

Provisões	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)	3.165	1.157	4.322
Debitado (creditado) à demonstração do resultado			
Constituição	2.656		2.656
Valores não usados (estornados)	(1.212)	(1.157)	(2.369)
Valores pagos durante o exercício	(74)		(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>4.535</u>	<u></u>	<u>4.535</u>

(a) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas eram réis em ações trabalhistas que envolvem problemas usuais e peculiares ao negócio, como pedidos de indenização por acidente de trabalho, ações de rescisão de cláusulas de contratos de trabalho, ações de reparação de danos, entre outros. Com base no histórico de materialização desses processos, apurados na comparação dos valores pleiteados pelos impetrantes com os efetivamente pagos pela Companhia, foi constituída a provisão para contingências trabalhistas, que representa a melhor estimativa avaliada pelos consultores jurídicos em relação aos riscos de perda envolvidos nesses processos.

(b) Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2011 não haviam processos cíveis com expectativa de perda avaliada como provável pela administração, e por isso nenhuma provisão foi constituída nessa data. Existem ainda outros processos cíveis decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia, no valor total R\$ 3.026, que foram classificados com expectativa de perda possível por parte da Companhia e seus assessores jurídicos.

(c) Contingências tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária, representados por autos de infração relativos a questionamentos de determinados procedimentos adotados pela administração, para os quais não foi constituída provisão por não haverem processos considerados como risco de perda provável. O principal processo classificado nesta categoria (perda possível) está descrito a seguir.

(i) Reporto Portainer Libra Terminal Rio - Processo nº 2007.51.01.028595-0

Em novembro de 2007, foi proposta pela Libra Terminal Rio, Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, para que fosse deferida a licença referente à importação de um portainer (guindaste utilizado no embarque e desembarque de contêineres) com os benefícios do REPORTE (Regime

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - Lei nº 11.033/2004), bem como a declaração de não similaridade e a consequente declaração de não obrigação do recolhimento dos tributos (Imposto de Importação, PIS e COFINS). Os processos administrativos relacionados são o processo Administrativo nº 10711-000.146/2010-72- Alfândega do Rio de Janeiro e o processo administrativo nº 10711-000.797/01-62 - Alfândega do Porto do Rio de Janeiro. O valor do processo é de R\$ 7 milhões.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 Transações e saldo relevantes com
partes relacionadas**

A Companhia mantém operações comerciais e financeiras com suas controladas e outras empresas do Grupo Libra e os saldos e transações estão a seguir enumerados:

(i) Nos ativos e passivos

Os saldos líquidos entre ativos e passivos por empresa ligada estão demonstrados a seguir:

		Saldos a receber (pagar)		
		Controladora		Consolidado
		2011	2010 (Não auditado)	2011
Natureza				
Transações com acionistas controladores e empresas sob controle comum Libra Terminal 35 S.A. Libra Terminais S.A. Libra Holding S.A. Libra Term. Imbituba Ponta do Caju Transportes Outros	Compartilhamento de despesas corporativas/conta com acionistas/serviços de transporte	(5.154)	(5.154)	(5.154)
		26.406	(807)	26.406
		1.822	1.770	292
		(7.267)	453	(7.267)
		241	283	241
		16.048	(3.455)	14.518
Subtotal líquido				

(ii) No resultado do exercício

		Receitas (despesas)		
		Controladora		Consolidado
		2011	2010 (Não auditado)	2011
Natureza				
Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda. Libra Terminais S.A. Outros	Serviços de transporte	(30.698)	(25.853)	(30.698)
	Compartilhamento de despesas corporativas	(15.499)	(12.017)	(15.499)
		(1.392)	(1.197)	(1.392)
		(47.589)	(39.067)	(47.589)

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os principais executivos da operação portuária no Rio de Janeiro e da operação aeroportuária assim como os diretores estatutários da Companhia sendo que estes tem sua remuneração paga em forma centralizada por outras empresas do Grupo Libra e a Companhia recebe uma alocação desta remuneração por meio de rateio de despesas.

A remuneração do pessoal-chave da Companhia e suas controladas inclui remuneração fixa (salários, honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social, INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participações nos resultados.

A Companhia não tem remuneração baseada em ações e nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença a outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

		Controladora
	2011	2010
		(Não auditado)
Classificada por tipo de pessoal-chave		
Principais executivos das operações portuárias no Rio e aeroportuária	1.007	762
Diretores estatutários (alocada por rateio de custos)	2.183	2.124
	3.190	2.886
Classificada por tipo de remuneração		
Remuneração fixa	1.678	1.339
Remuneração variável	930	981
Encargos sociais	582	566
	3.190	2.886

Dos empréstimos realizados as partes relacionadas, nenhum foi efetuado para o pessoal-chave da Companhia e nem do Grupo Libra.

21 Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem estar dos funcionários e também de seus familiares e, por essa razão, a Companhia e suas controladas oferecem assistência médica, seguro de

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte, entre outros, durante o período em que as pessoas são empregadas pela Companhia. Não existem benefícios pós-emprego. O total dos gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a esse título foi R\$ 9.356 e R\$ 7.099, respectivamente.

22 Informações por segmento de negócios

Os Diretores do Terminal Rio e do Aeroporto Internacional de Cabo Frio são considerados os tomadores de decisões operacionais da Companhia. A administração determinou os segmentos operacionais com base na informação revisada pelos Diretores com o objetivo de alocar os recursos e a avaliação de desempenho entre os segmentos que são:

- Operação de Terminais Portuários
- Operação de Terminais Aeroportuários

Os Diretores avaliam o desempenho dos segmentos operacionais com base no lucro líquido e no EBITDA. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 2. As atividades da Terminal Libra Santos, contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, foram excluídas dos segmentos operacionais reportáveis por não serem revisadas pelos Diretores. O EBITDA é definido como o resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012. Não existem transações significativas entre os segmentos.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir apresenta informação sobre ativos, passivos, resultados e transações por segmento.

	2011			2010 (Não auditado)	
	Terminais portuários	Terminais aeroportuários	Total segmentos	Terminais portuários	Total segmentos
Informação sobre ativos e passivos					
Ativos	328.449	31.015	359.464	174.289	174.289
Passivos	328.449	31.015	359.464	174.289	174.289
Informação sobre resultados					
Receita (toda externa)	239.676	7.876	247.552	197.963	197.963
Despesas (receitas) operacionais	(139.990)	(7.498)	(147.488)	(130.181)	(130.181)
Despesas financeiras	(10.290)		(10.290)	(2.059)	(2.059)
Receitas financeiras	11.808		11.808	1.889	1.889
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(11.990)		(11.990)	3.531	3.531
Resultado financeiro (líquido)	(10.472)		(10.472)	3.361	3.361
IR/CS	(31.107)	(1.194)	(32.301)	(23.352)	(23.352)
Participação nos resultados de coligadas					
Angra Aeroportos Ltda.					
Turn Key Gestão Logística					
Participação de não controladores		800	800		
Lucro líquido (prejuízo) do segmento	58.107	(16)	58.091	47.791	47.791
Lucro líquido (prejuízo) do segmento	58.107	(16)	58.091	47.791	47.791
Mais: depreciação e amortização	7.323	886	8.209	5.449	5.449
Mais: resultado financeiro (líquido)	10.472		10.472	(3.361)	(3.361)
Mais: imposto de renda e contribuição social	31.107	1.194	32.301	23.352	23.352
EBITDA do segmento	<u>107.009</u>	<u>2.064</u>	<u>109.073</u>	<u>73.231</u>	<u>73.231</u>
Outras informações					
Saldo de investimentos em coligadas	83.309		83.309	91.737	91.737
Adições no imobilizado e intangível	26.945	230	27.175	40.392	40.392

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O EBITDA do consolidado e a sua reconciliação com o lucro líquido consolidado é como segue:

	2011	2010
Lucro líquido consolidado	57.291	47.791
Mais: Depreciação e amortização	8.209	5.449
Mais: Resultado financeiro (líquido)	10.472	(3.361)
Mais: Imposto de renda e contribuição social	<u>32.301</u>	<u>23.352</u>
EBITDA do consolidado	<u>108.273</u>	<u>73.231</u>

A seguinte tabela apresenta a reconciliação entre os valores por segmento e os valores conforme as demonstrações financeiras consolidadas do lucro líquido (prejuízo) e do total de ativos:

	2011	
	Lucro líquido	Ativos
Total por segmentos	54.651	359.464
Libra Terminais S.A.	<u>2.640</u>	<u>8.376</u>
Total consolidado	<u>57.291</u>	<u>367.840</u>

Na operação de Terminais Portuários nenhum cliente representa individualmente mais de 10% da receita consolidada atribuída a este segmento. Para operação de Terminais Aeroportuários existem 3 clientes que ultrapassam esta cifra no exercício de 2011.

23 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura (milhares de dólares e reais)
Responsabilidade do operador portuário	Itaú Seguros	Operações de estiva nas faixas portuárias indicadas como local de risco, operações de terminais portuários, pátio de carga e descarga	30 de outubro de 2012	US\$ 80.000

66 de 69

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura (milhares de dólares e reais)
		de contêineres, armazém alfandegado, armazém geral, serviços de Emergência e operação de <i>pool</i> de carretas, revisão e reparo de equipamentos; depósito a serviço de empresas de contêineres.		
Coleta e entrega	Itaú Seguros	Transporte rodoviário de contêineres entre os terminais.	30 de outubro de 2012	US\$ 50.000
Armazenagem em galpões de vinilona	Itaú Seguros	Armazém geral e alfandegado.	30 de outubro de 2012	US\$ 1.000
Erros de despacho	Itaú Seguros	Erros de despacho.	30 de outubro de 2012	US\$ 500
Bens móveis, imóveis e equipamentos	Itaú Seguros	Todos os riscos de perda física direta ou dano direto dos bens cobertos, exceto desgaste pelo uso, falta de manutenção e vício próprio, entre outras exclusões.	30 de outubro de 2012	US\$ 14.200
Responsabilidade civil facultativa de veículos	Itaú Seguros	Danos corporais.	26 de novembro de 2012	R\$ 500
Responsabilidade civil facultativa de veículos	Itaú Seguros	Danos materiais.	26 de novembro de 2012	R\$ 200
Responsabilidade civil facultativa de veículos	Itaú Seguros	Danos morais.	26 de novembro de 2012	R\$ 100
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a incêndio, raio e explosão de qualquer natureza inclusive tumultos.	20 de fevereiro de 2012	R\$ 26.000
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos elétricos e equipamentos eletrônicos (sem roubo).	20 de fevereiro de 2012	R\$ 1.000

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura (milhares de dólares e reais)
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos aéreos e terrestres e fumaça.	20 de fevereiro de 2012	R\$ 2.500
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados à recomposição de registros e documentos.	20 de fevereiro de 2012	R\$ 200
Multirrisco empresarial	Itaú Seguros	Danos aos equipamentos móveis.	20 de fevereiro de 2012	R\$ 477
D&O	Itaú Seguros	Responsabilidade civil dos administradores.	15 de julho de 2012	R\$ 30.000

(a) Libra Terminal Rio

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura
Contrato de arrendamento CDEPJUR 010/1998	Austral Seguradora	Garantia dos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações do contrato de arrendamento CDEPJUR 010/1998.	15 de abril de 2012	R\$ 4.949

(b) Costa do Sol

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura (milhares de dólares)
Responsabilidade civil do operador aeroportuário	Itaú Seguros	Responsabilidade civil de produtos.	3 de março de 2012	US\$ 30.000
Responsabilidade civil do operador aeroportuário	Itaú Seguros	Danos pessoais.	3 de março de 2012	US\$ 25.000

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Costa do Sol e Cabo Frio Logística

Bens segurados	Seguradora	Riscos cobertos	Validade	Montante da cobertura
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	Incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça.	12 de setembro de 2012	R\$ 8.000
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos, queda de aeronaves, tumultos, greves, <i>lockout</i> , atos dolosos, roubo e furto mediante arrombamento.	12 de setembro de 2012	R\$ 100
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	Danos elétricos.	12 de setembro de 2012	R\$ 150
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	Equipamentos eletrônicos.	12 de setembro de 2012	R\$ 50
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	RC de operações e movimentação interna.	12 de setembro de 2012	R\$ 1.000
Multirrisco empresarial	Tokio Marine	RC veículos contingentes e RC empregador.	12 de setembro de 2012	R\$ 500

24 Eventos subsequentes

Em 17 de dezembro de 2013, os acionistas da controlada Boreal Serviços aprovaram a distribuição para o outro acionista da Boreal Serviços (também controlado pelo Grupo Libra), a participação de 19,16% na Libra Terminal Santos e outros valores a receber desta por meio de redução do capital social da Boreal Serviços, cancelando as ações antes detidas pelo outro acionista. Como resultado desta transação a Companhia se transformou no acionista controlador da Boreal Serviços, aumentando sua participação de 87,35% para 99,99%.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

• Informações Trimestrais para o Período Encerrado em 31 de Março de 2014

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Informações Trimestrais (ITR) em
31 de março de 2014
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**



Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Libra Terminal Rio S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Libra Terminal Rio S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas

2

PricewaterhouseCoopers, Alameda Caiapós 243, Centro Empresarial Tamboré, Barueri, SP, Brasil 06460-110
Caixa Postal 61005 T: (11) 3509-8200, F: (11) 3509-8500, www.pwc.com/br



Libra Terminal Rio S.A.

não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Barueri, 14 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Wander Rodrigues Teles
Contador CRC 1DF005919/O-3 "S" SP

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013		31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	747	387	6.435	1.614	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	68.881	64.526	73.995	67.565
Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado (Nota 6)	24.553	91.730	26.431	92.266	Fornecedores	31.680	18.552	33.653	20.840
Contas a receber (Nota 7)	9.701	8.422	12.699	15.451	Obrigações trabalhistas e tributárias (Nota 12)	9.168	10.126	11.469	12.800
Adiantamento a fornecedores	326	56	662	412	Partes relacionadas (Nota 20)	2.638	7.973	2.846	8.162
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.617	3.541	5.001	4.825	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 13)	10.230	7.330	10.236	7.371
Outros ativos	2.432	3.999	2.810	4.434	Outros passivos	56	56	1.177	1.177
	41.376	108.135	54.058	119.002		122.653	108.563	133.376	117.915
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	386.412	407.946	386.412	407.946
Partes relacionadas (Nota 20)	3	12.496	253	12.758	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	14.222	18.215	14.222	18.215
Dividendos Antecipados (Nota 14(e))	32.062		32.190		Provisão para contingências (Nota 19)	4.923	5.493	5.129	5.737
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	30.985	37.285	30.985	37.285	Tributos diferidos (Nota 13)	24.899	21.025	28.592	21.025
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)			9.477	3.686	Outros passivos	50	48	1.577	1.220
Depósitos judiciais (Nota 19)	1.220	1.193	1.415	1.387		430.506	452.728	435.932	454.143
Outros ativos				129					
	64.270	50.974	74.320	55.445	Total do passivo	553.159	561.291	569.308	572.058
Investimentos (Nota 8)	78.954	78.273		56	Patrimônio líquido (Nota 14)				
Imobilizado (Nota 9)	417.806	347.614	435.298	364.605	Atribuído aos acionistas da Controladora				
Intangível (Nota 10)	13.167	9.823	113.345	111.285	Capital social (Nota 14(a))	1.055	1.055	1.055	1.055
	574.197	486.684	622.963	531.391	Reserva de capital (Nota 14(b))	6.590	6.590	6.590	6.590
					Reservas de lucros (Nota 14(c))	32.520	3.252	32.520	3.252
					Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 14(d))	22.249	22.631	22.249	22.631
						62.414	33.528	62.414	33.528
					Participação dos não controladores (Nota 8)			45.299	44.807
					Total do patrimônio líquido	62.414	33.528	107.713	78.335
Total do ativo	615.573	594.819	677.021	650.393	Total do passivo e patrimônio líquido	615.573	594.819	677.021	650.393

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração do resultado e resultado abrangente
Trimestres findos em 31 de março
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida (Nota 15)	93.282	101.623	101.621	112.444
Custo dos serviços prestados (Nota 16)	(25.584)	(23.081)	(29.554)	(27.798)
Lucro bruto	67.698	78.542	72.067	84.646
Despesas operacionais				
Gerais, comerciais e administrativas (Nota 16)	(21.493)	(16.836)	(25.725)	(23.489)
Outras receitas e despesas operacionais	701	(151)	146	(184)
Participação nos resultados das controladas e coligadas (Nota 8)	682	950	(57)	1.616
	(20.110)	(16.037)	(25.636)	(22.057)
Lucro antes do resultado financeiro	47.588	62.505	46.431	62.589
Resultado financeiro (Nota 17)				
Despesas financeiras	(9.315)	(8.433)	(9.496)	(8.803)
Receitas financeiras	3.655	3.033	3.629	3.121
Variações monetárias e cambiais, líquidas	5.165	1.911	5.158	1.912
	(495)	(3.489)	(709)	(3.770)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.093	59.016	45.722	58.819
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes (Nota 13)	(14.332)	(15.323)	(14.369)	(15.778)
Diferidos (Nota 13)	(3.875)	(4.260)	(1.975)	(3.828)
Lucro líquido do trimestre e resultado abrangente	28.886	39.433	29.378	39.213
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			28.886	39.433
Participação de não controladores			492	(220)
			29.378	39.213
Lucro líquido básico e diluído por ação (Nota 18)	0,25	0,34	0,25	0,34

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

Libra Terminal Rio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Controladora								
	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Legal	Retenção de lucros	Total				
Em 31 de dezembro de 2012	1.055	6.590	211	3.669	3.880	26.033			
Lucro líquido do trimestre							37.558	57.261	94.819
Distribuição de dividendos				(21.313)	(21.313)		39.433	(220)	39.213
Destinação do resultado para reserva de lucros				29.575	29.575		(9.858)	(347)	(31.518)
Transferências - realização do custo atribuído				549	549	(549)	(29.575)		
Em 31 de março de 2013	1.055	6.590	211	12.480	12.691	25.484		45.820	102.514
Em 31 de dezembro de 2013	1.055	6.590	211	3.041	3.252	22.631			
Lucro líquido do trimestre							33.528	44.807	78.335
Destinação do resultado para reserva de lucros (Nota 14(f))				28.886	28.886		28.886	492	29.378
Transferências - realização do custo atribuído (Nota 14(d))				382	382	(382)	(28.886)		
Em 31 de março de 2014	1.055	6.590	211	32.309	32.520	22.249		62.414	107.713

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração dos fluxos de caixa
Trimestres findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	47.093	59.016	45.722	58.819
Ajustes				
Depreciação e amortização (Notas 9, 10 e 16)	2.070	2.059	3.663	3.643
Participação nos resultados das controladas (Nota 8)	(682)	(950)	57	(1.616)
Resultado na alienação de imobilizado	654	6.172	712	6.172
Constituição (reversão) de provisão para contingências (Nota 19)	(418)	225	(451)	260
Provisão para devedores duvidosos (Nota 7)	(160)	260	(934)	514
Outras receitas (despesas) operacionais			112	(106)
Encargos financeiros	(2.477)	1.890	(2.353)	1.888
	46.080	68.672	46.528	69.574
Contas a receber	(1.119)	(71)	3.519	(2.811)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(1.064)	(101)	(1.189)	(333)
Depósitos judiciais	(27)	36	(28)	35
Outros ativos	1.297	1.483	1.354	1.351
Fornecedores	13.128	(2.075)	12.813	(1.547)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(1.020)	272	(1.393)	653
Outros passivos		(2)	356	504
Caixa proveniente das operações	57.275	68.214	61.960	67.426
Juros pagos sobre financiamentos (Nota 11)	(4.942)	(4.303)	(4.990)	(4.299)
Pagamento de contingências (Nota 19)	(152)	(101)	(157)	(101)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.382)	(16.578)	(10.424)	(17.786)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	41.799	47.232	46.389	45.240
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários, ao valor justo pelo resultado	67.177	(4.018)	65.835	(571)
Aquisição de bens do imobilizado (Nota 8)	(66.774)	(23.350)	(67.593)	(24.436)
Valor recebido na alienação de imobilizado (Nota 9.4)	53		53	
Aquisição de bens do intangível (Nota 10)	(3.456)		(3.456)	
Contas a receber de partes relacionadas	1.493	(1.084)	1.505	(1.246)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.507)	(28.452)	(3.656)	(26.253)

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração dos fluxos de caixa
Trimestres findos em 31 de março
Em milhares de reais

(continuação)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de financiamentos (Nota 11)			2.000	
Pagamentos de financiamentos - principal (Nota 11)	(15.842)	(4.290)	(15.842)	(4.299)
Operações com derivativos de proteção de financiamentos	2.307	1.483	2.307	1.483
Dividendos antecipados pela Controladora	(21.062)	(30.000)	(21.062)	(30.000)
Contas a pagar para partes relacionadas	(5.335)	845	(5.316)	1.554
Caixa líquido obtido nas atividades de financiamentos	<u>(39.932)</u>	<u>(31.962)</u>	<u>(37.913)</u>	<u>(31.262)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	360	(13.182)	4.821	(12.275)
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre	<u>387</u>	<u>12.994</u>	<u>1.614</u>	<u>13.301</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do trimestre	<u>747</u>	<u>(188)</u>	<u>6.435</u>	<u>1.026</u>
Outras divulgações				
Juros recebidos (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários)	<u>1.404</u>	<u>1.110</u>	<u>1.619</u>	<u>1.183</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Demonstração do valor adicionado
Trimestres findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Venda bruta de serviços	108.758	117.242	118.158	129.625
Outras receitas	60	15	59	15
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	160	(260)	767	(513)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(15.385)	(13.511)	(17.356)	(15.692)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(16.987)	(12.863)	(19.675)	(16.255)
Perda/recuperação de valores ativos				
Outras despesas	(48)		(645)	
Valor adicionado bruto	76.558	90.623	81.308	97.180
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(2.069)	(2.059)	(3.664)	(3.643)
Variação cambial	5.079	1.911	5.079	1.913
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	79.568	90.475	82.723	95.450
Valor adicionado recebido em transferência				
Participação nos lucros de controladas	716	950		
Participação nos lucros de coligadas	(34)		(57)	1.616
Receitas financeiras	3.861	3.033	3.834	3.122
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	4.543	3.983	3.777	4.738
Valor adicionado total a distribuir	84.111	94.458	86.500	100.188
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	(10.497)	(8.647)	(12.515)	(11.519)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(26.840)	(28.919)	(25.787)	(30.253)
Estaduais	(75)	(83)	(85)	(89)
Municipais	(5.550)	(5.946)	(5.797)	(6.360)
Juros	(9.414)	(8.412)	(9.576)	(8.782)
Aluguéis	(2.849)	(3.018)	(3.362)	(3.972)
Dividendos				
Lucros retidos do exercício	(28.886)	(39.433)	(28.886)	(39.433)
Participação dos não controladores nos lucros retidos do trimestre			(492)	220
	(84.111)	(94.458)	(86.500)	(100.188)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Libra Terminal Rio S.A. ("T-Rio" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede a Rua General Gurjão 105, Caju, Cidade de Rio de Janeiro - RJ. A T-Rio é controlada pela Libra Holding S.A. e seu controlador final é a família Borges Torrealba.

A Companhia tem por objetivos principais, conforme seu estatuto social, a movimentação, armazenagem de carga e contêineres (inclusive medicamentos e produtos para saúde), exploração de instalações portuárias e de área sob administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ"), bem como a operação e gestão de instalações portuárias e armazém-geral e participação em outras sociedades.

Atualmente as operações da T-Rio e suas controladas ("Companhia") incluem:

- Operação de terminais portuários: a T-Rio explora operações portuárias, movimentação e armazenagem de carga em contêineres no Terminal 1 localizado no município do Rio de Janeiro - RJ, por meio de contrato de arrendamento do terminal de contêineres com a Companhia Docas do Rio de Janeiro, vigorando até 2048.
- Operação de terminais aeroportuários: a controlada indireta Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol") administra e opera, por meio de contrato de concessão pública, o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, localizado no município de Cabo Frio - RJ.

Além disso, até 17 de dezembro de 2013, a T-Rio tinha uma participação na coligada Libra Terminais S.A. ("Libra Terminal Santos"), que explora operações portuárias no Porto de Santos - SP.

A Companhia e suas controladas e coligadas desenvolvem seus negócios no contexto de um grupo empresarial ("Grupo Libra"), utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando espaço físico, custos administrativos e esforços de gestão e receitas.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre as participações mantidas pela T-Rio nas suas controladas e coligadas (diretas e indiretas), todas sediadas no Brasil. Exceto indicação contrária, os percentuais de participação em 31 de dezembro de 2013 são os mesmos que os apresentados na tabela.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nome	Negócio	Tipo de participação	31 de março de 2014 - percentual		
			Participação nas ações ordinárias	Participação nas ações preferenciais	Participação total
Controladas					
Boreal Serviços e Administração S.A. ("Boreal Serviços") (1)	Holding	Direta	99,99	N/A	99,99
SBCB Participações Aeroportuárias S.A. ("SBCB")	Holding	Indireta	100,00	N/A	100,00
Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol")	Operadora de terminais aeroportuários	Indireta	60,00	N/A	60,00
Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda.	Apoio à operação aeroportuária	Indireta	97,00	N/A	97,00
Via Port Transportes Multimodais S.A. ("Via Port") (2)	Empresa dormiente	Direta	99,99	N/A	99,99
Coligadas					
Angra Aeroportos Ltda. ("Angra Aeroportos")	Operadora de terminais aeroportuários	Indireta	33,33	N/A	33,33
Turnkey Gestão de Empreendimentos Logísticos S.A. ("Turnkey")	Empresa sem operação	Direta	25,00	N/A	25,00
Libra Terminais Santos S.A. ("Libra Terminal Santos") (3)(4)	Operadora de terminais portuários	Indireta	N/A	N/A	N/A

(1) Conforme detalhado na Nota 8(d) das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013, a participação na Boreal Serviços era de 87,35% das ações ordinárias e totais até 17 de dezembro de 2013, quando a Boreal Serviços distribuiu a participação, antes detida de 19,16% na Libra Terminal Santos, para outro acionista, resultando em uma elevação na participação da T-Rio para 99,99%.

(2) Participação obtida em 2013. Conforme detalhado na Nota 8 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013, foi comprada por um valor simbólico de uma entidade sob controle comum.

(3) A Libra Terminal Santos foi considerada uma coligada da controlada direta Boreal Serviços, levando em conta a influencia significativa da Companhia por meio de diretores estatutários indicados na Libra Terminal Santos e que ambas fazem parte do mesmo grupo econômico (Grupo Libra).

(4) Conforme detalhado na Nota 8 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013, em 17 de dezembro de 2013, a Boreal Serviços distribuiu a participação antes detida de 19,16% na Libra Terminal Santos para outro acionista.

A emissão destas informações financeiras trimestrais foi aprovada pela Diretoria Estatutária da Libra Terminal Rio S.A. em 13 de maio de 2014.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia optou por apresentar as notas explicativas neste trimestre de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa da demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

A Companhia declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na Nota 2 àquelas demonstrações financeiras.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas não incluem todas as informações e divulgações exigidas e aplicáveis às demonstrações financeiras anuais e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Estas informações financeiras trimestrais (ITR) foram preparadas de acordo com o CPC 21 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários".

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação dessas informações financeiras trimestrais (ITR) o julgamento significativo da administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia e as principais fontes de incerteza nas estimativas são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e divulgadas na Nota 3 àquelas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Libra Holding S.A., na qualidade de controladora da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração estabelece as diretrizes e aprova a contratação dos instrumentos financeiros adotados pela Companhia para fins de proteção de riscos de mercado.

As operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de câmbio e taxas de juros.

As informações financeiras trimestrais (ITR) não incluem todas as informações e divulgações sobre gestão de riscos exigidas nas demonstrações financeiras anuais, devendo ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

(a) Risco de câmbio e de juros

Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía passivos em moeda estrangeira e correspondentes swaps nos montantes descritos a seguir:

9 de 45

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Empréstimos e financiamentos		
Denominados em US\$	158.386	180.689
(-) Contratos de compra de dólar futuro	(57.125)	(58.565)
(-) <i>Swap</i> de moeda e de taxas de juros - BRL	(99.372)	(115.146)
(-) <i>Swap</i> Pré x USD	97.637	99.660
(=) Exposição total a moeda estrangeira - US\$	99.526	106.638

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do trimestre. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente com relação à variação nas taxas de câmbio. O detalhamento das operações de *Swap* é como segue:

				Controladora e Consolidado	
Banco	Modalidade	Posição	Moeda	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Itaú BBA	NCE	Ativa	Dólar	99.372	115.146
		Passiva	Reais	(68.387)	(77.861)
		Ajuste		30.985	37.285
Itaú BBA	Resolução nº 4.131	Ativa	Pré	83.415	81.445
		Passiva	Dólar	(97.637)	(99.660)
		Ajuste		(14.222)	(18.215)
				16.763	19.070

As operações de *swaps* contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, sendo apenas realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(b) Risco de crédito

Não houve alterações em relação aos riscos de créditos divulgados na Nota 4.1(b) das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

Não houve alterações em relação aos riscos de liquidez divulgados na Nota 4.1(c) das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Controladora						
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de março de 2014						
Fornecedores (i)	31.680					31.680
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	14.859	41.095	148.399	16.308	(13.515)	207.146
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	7.934	25.806	201.674	98.456	(85.723)	248.147
	<u>54.473</u>	<u>66.901</u>	<u>350.073</u>	<u>114.764</u>	<u>(99.238)</u>	<u>486.973</u>
Controladora						
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2013						
Fornecedores (i)	18.552					18.552
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	9.944	45.559	156.413	16.308	(7.389)	220.835
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	7.077	20.749	200.264	101.189	(77.642)	251.637
	<u>35.573</u>	<u>66.308</u>	<u>356.677</u>	<u>117.497</u>	<u>(85.031)</u>	<u>491.024</u>
Consolidado						
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de março de 2014						
Fornecedores (i)	33.653					33.653
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	14.859	41.095	148.399	16.308	(13.515)	207.146
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	8.987	30.027	201.674	98.456	(85.883)	253.261
	<u>57.499</u>	<u>71.122</u>	<u>350.073</u>	<u>114.764</u>	<u>(99.398)</u>	<u>494.060</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de desconto	Total
Em 31 de dezembro de 2013						
Fornecedores (i)	20.840					20.840
Empréstimos e financiamentos (prefixado)	9.945	45.558	156.413	16.308	(7.389)	220.835
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	9.122	21.790	200.264	101.189	(77.689)	254.676
	39.907	67.348	356.677	117.497	(85.078)	496.351

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Análise de sensibilidade sobre os empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Não houve qualquer alterações em relação a metodologia determinada para análise de sensibilidade sobre os empréstimos e financiamentos divulgada na Nota 4.1(d) das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

(i) Fator de risco moeda

Fator de risco	Risco	Valores expostos em		Efeito na receita (despesa) financeira		
		31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	Cenário Provável - I	Cenário II	Cenário III
US\$ - Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	158.386	180.689	(15.839)	(39.597)	(79.193)
US\$ - Contratos de compra de dólar futuro	Alta do US\$	(57.125)	(58.565)	5.712	14.281	28.562
US\$ - Swaps	Alta do US\$	(16.763)	(19.070)	173	434	867
Impacto líquido		<u>84.498</u>	<u>103.054</u>	<u>(9.954)</u>	<u>(24.882)</u>	<u>(49.764)</u>
Taxas de US\$ utilizadas - R\$		2,2630	2,0138	2,4893	2,8288	3,3945

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Fator de risco taxa de juros

Fator de risco	Risco	Valores expostos em		Efeito na receita (despesa) financeira		
		31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	Cenário Provável - I	Cenário II	Cenário III
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	108.619	103.665	(1.146)	(2.865)	(5.730)
CDI - Aplicações financeiras	Alta do CDI	(26.431)	(92.266)	279	697	1.394
LIBOR 6M - Empréstimos e financiamentos	Alta da LIBOR	36.569	42.946	(12)	(30)	(60)
LIBOR 6M - Aplicações financeiras	Alta da LIBOR					
Impacto líquido		<u>118.757</u>	<u>54.345</u>	<u>(879)</u>	<u>(2.198)</u>	<u>(4.396)</u>
Taxas de CDI utilizada - %		10,55	8,0638	11,6050	13,1875	15,8250
Taxas de LIBOR 6M utilizada - %		0,3289	0,4090	0,3618	0,4111	0,4934

4.2 Gestão de capital (Consolidado)

Não houve alterações no modelo de gestão de capital da Companhia em relação àquele divulgado na Nota 4.2 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	460.407	475.511
Menos - Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(6.435)	(1.614)
Menos - Título e valores mobiliários (Nota 6)	(26.431)	(92.266)
Menos - Operações com derivativos, líquido (Nota 4.1(a))	<u>(16.763)</u>	<u>(19.070)</u>
Dívida líquida	<u>410.778</u>	<u>362.561</u>
Total do patrimônio líquido	<u>107.713</u>	<u>78.335</u>
Total do capital	<u>518.491</u>	<u>440.896</u>
Índice de alavancagem financeira - %	79	82

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Estimativa do valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo

Não houve alterações na metodologia de determinação de valor justo de instrumentos financeiros e nem na sua hierarquia de mensuração de valor justo em relação àquele divulgado na Nota 4.3 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo em 31 de março de 2014.

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		30.985	30.985
Títulos e valores mobiliários - LFT		8.407	8.407
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		16.146	16.146
Total do ativo		<u>55.538</u>	<u>55.538</u>
Passivo			
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		14.222	14.222
Total do passivo		<u>14.222</u>	<u>14.222</u>
	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos, líquido (Nota 4.1(a))		30.985	30.985
Títulos e valores mobiliários - LFT		8.407	8.407
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		18.024	18.024
Total do ativo		<u>57.416</u>	<u>57.416</u>
Passivo			
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		14.222	14.222
Total do passivo		<u>14.222</u>	<u>14.222</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013.

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos, líquido (Nota 4.1(a))		37.285	37.285
Títulos e valores mobiliários - LFT		8.837	8.837
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		82.893	82.893
Total do ativo		129.015	129.015
Passivo			
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		18.215	18.215
Total do passivo		18.215	18.215
	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		37.285	37.285
Títulos e valores mobiliários - LFT		8.837	8.837
Títulos e valores mobiliários - cotas de fundos		83.429	83.429
Total do ativo		129.551	129.551
Passivo			
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		18.215	18.215
Total do passivo		18.215	18.215

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o trimestre. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existiam instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3.

Também não houve alterações nos métodos de mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários e nem na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Controladora
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de março de 2014			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	747		747
Títulos e valores mobiliários		24.553	24.553
Instrumentos financeiros derivativos		30.985	30.985
Contas a receber de clientes, líquidas	9.701		9.701
Contas a receber de partes relacionadas	3		3
	<u>10.451</u>	<u>55.538</u>	<u>65.989</u>
			Controladora
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de março de 2014			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		455.293	455.293
Instrumentos financeiros derivativos	14.222		14.222
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		34.374	34.374
	<u>14.222</u>	<u>489.667</u>	<u>503.889</u>
			Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de março de 2014			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6.435		6.435
Títulos e valores mobiliários		26.431	26.431
Instrumentos financeiros derivativos		30.985	30.985
Contas a receber de clientes, líquidas	12.699		12.699
Contas a receber de partes relacionadas	253		253
	<u>19.387</u>	<u>57.416</u>	<u>76.803</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Consolidado
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
<hr/>			
31 de março de 2014			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		460.407	460.407
Instrumentos financeiros derivativos	14.222		14.222
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		37.676	37.676
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	14.222	498.083	512.305
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Controladora			
<hr/>			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
<hr/>			
31 de dezembro de 2013			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	387		387
Títulos e valores mobiliários		91.730	91.730
Instrumentos financeiros derivativos		37.285	37.285
Contas a receber de clientes, líquidas	8.422		8.422
Contas a receber de partes relacionadas	12.496		12.496
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	21.305	129.015	150.320
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Controladora			
<hr/>			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
<hr/>			
31 de dezembro de 2013			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		472.472	472.472
Instrumentos financeiros derivativos	18.215		18.215
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		26.581	26.581
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	18.215	499.053	517.268
	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2013			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	1.614		1.614
Títulos e valores mobiliários		92.266	92.266
Instrumentos financeiros derivativos		37.285	37.285
Contas a receber de clientes, líquidas	15.451		15.451
Contas a receber de partes relacionadas	12.758		12.758
	<u>29.823</u>	<u>129.551</u>	<u>159.374</u>
Consolidado			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2013			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		475.511	475.511
Instrumentos financeiros derivativos	18.215		18.215
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		30.179	30.179
	<u>18.215</u>	<u>505.690</u>	<u>523.905</u>

4.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado

Não houve alterações nos métodos de classificação da qualidade do crédito dos ativos financeiros em relação ao divulgado na Nota 4.5 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

Para a qualidade de crédito de clientes a Companhia utiliza um sistema interno de classificação de risco dividido em três categorias, conforme detalhado nas tabelas.

Controladora		
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de clientes		
Classificação interna de crédito		
A - Baixo risco	2.448	2.057
B - Médio risco	4.883	4.002
C - Alto risco	2.370	2.363
	<u>9.701</u>	<u>8.422</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Títulos e valores mobiliários		
Classificação externa de crédito		
brAAA		91.730
BrAA+	24.553	
	<u>24.553</u>	<u>91.730</u>
	Controladora	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e equivalentes de caixa		
Classificação externa de crédito		
brAAA	747	387
	<u>747</u>	<u>387</u>
	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de clientes		
Classificação interna de crédito		
A - Baixo Risco	5.557	8.307
B - Médio Risco	6.910	4.781
C - Alto Risco	232	2.363
	<u>12.699</u>	<u>15.451</u>
	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Títulos e valores mobiliários		
Classificação externa de crédito		
brAAA		92.266
BrAA+	26.431	
	<u>26.431</u>	<u>92.266</u>
	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e equivalentes de caixa		
Classificação externa de crédito		
brAAA	6.435	1.614
	<u>6.435</u>	<u>1.614</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos recebíveis correspondem, na sua totalidade, ao Banco Itaú BBA S.A. com *rating* Baa2 doméstico, conforme Moody's *rating*.

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- A - Baixo risco - são os dez maiores clientes por segmento de negócio com alta solidez financeira.
- B - Médio risco - cliente com solidez financeira razoável e restrições moderadas.
- C - Alto risco - clientes com baixa solidez financeira possuindo restrições judiciais.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último trimestre. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou sujeito à provisão para deterioração e a Companhia considera o risco de crédito de todas as contas a receber de partes relacionadas homogêneo, correspondendo ao risco de crédito da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Recursos em bancos e em caixa	382	387	474	563
Aplicações de liquidez imediata	365		5.961	1.051
	<u>747</u>	<u>387</u>	<u>6.435</u>	<u>1.614</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e investimentos, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em debêntures compromissadas de instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos concentrem-se em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, sendo substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos correspondem a fundo de investimentos multimercado, resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira dos fundos esta é composta por operações compromissadas com instituições financeiras e por títulos públicos.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Títulos públicos - LFT (i)	8.407	8.838	8.407	8.838
Cotas de fundos multimercado	16.146	82.892	18.024	83.428
	<u>24.553</u>	<u>91.730</u>	<u>26.431</u>	<u>92.266</u>

(i) Dados em garantias para margem de garantia aos ajustes diários, vide Nota 4.1(a).

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de clientes	14.753	13.634	17.988	21.674
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.052)	(5.212)	(5.289)	(6.223)
	<u>9.701</u>	<u>8.422</u>	<u>12.699</u>	<u>15.451</u>

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
A vencer	9.379	9.180	10.511	10.475
Vencidos				
Até 30 dias	2.365	1.408	2.775	1.619
Entre 31 e 90 dias	967	809	1.029	816
Entre 91 e 180 dias	224	133	257	271
Há mais de 181 dias	1.818	2.104	3.416	8.493
	<u>14.753</u>	<u>13.634</u>	<u>17.988</u>	<u>21.674</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não tem garantias recebidas sobre as contas a receber.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na análise individual de seus clientes. A política adotada estabelece que os clientes sejam avaliados de forma individual e classificados em três categorias: (a) para os clientes maior volume de operações e faturamento, a provisão é constituída para os títulos vencidos há mais de 180 dias, considerando que a área de cobrança faz um monitoramento específico deste grupo de clientes; (b) para os outros clientes a provisão é constituída sobre os títulos vencidos há mais de 90 dias; e (c) clientes com provisão imediata, que são aqueles que apresentam situações de falência, inadimplência, abandono de carga ou outras situações que ensejam o início de processo judicial.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2014	(6.223)
Reversão (complemento) de provisão	<u>934</u>
Em 31 de março de 2014	<u>(5.289)</u>

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 existiam créditos vencidos, mas não provisionados (*impaired*). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Até três meses	3.317	1.872	3.462	2.206
De três a seis meses	<u>167</u>	<u> </u>	<u>185</u>	<u> </u>
	<u>3.484</u>	<u>1.872</u>	<u>3.647</u>	<u>2.206</u>

8 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	<u>Controladora</u>
Em 1º de janeiro de 2014	78.273
Participação nos resultados de controladas e coligadas	<u>681</u>
Em 31 de março de 2014	<u>78.954</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2014	56
Participação nos resultados de controladas e coligadas	<u>(56)</u>
Em 31 de março de 2014	<u><u> </u></u>

(b) Resumo das informações financeiras

(i) Controladas diretas

	Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação da Companhia - %		Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido ajustado
			No capital social integralizado	No capital votante		
	Ordinárias	Preferenciais				
Em 31 de março de 2014						
Boreal Serviços e Administração S.A.	655.187		99,99	99,99	78.022	720
Turnkey Gestão de Empreendimentos Logísticos S.A.	91.200	22.800	25	25	18	(2)
Via Port Transportes Multimodais S.A.	2.039.610		99,90	99,90	216	(4)

(ii) Controladas indiretas

	Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação da Companhia - %			
			No capital social integralizado	No capital votante	Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido ajustado
	Ordinárias	Preferenciais				
Em 31 de março de 2014						
Aeroporto Cabo Frio Logística e Transp. Mult. Ltda.			97	97	1.057	314
Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A.			60	60	18.370	2.046

(c) Teste de *impairment*

O ágio contabilizado pela Companhia no valor de R\$ 11.645 é alocado integralmente ao segmento operacional Operação de Terminais Aeroportuários e será testado por ocasião do encerramento do exercício em curso.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor em uso ultrapassou o valor contábil dos ativos e passivos do segmentos de operações aeroportuárias em 697%.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado

Consolidado				
31 de março de 2014				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 5	79.620	(14.342)	65.278
Instalações	10	3.996	(2.199)	1.797
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5 a 8	76.506	(14.061)	62.445
Veículos	11 a 20	6.589	(3.236)	3.353
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	1.861	(1.182)	679
Equipamentos de informática	20	4.336	(3.318)	1.018
Móveis e utensílios	10	2.889	(1.418)	1.471
Imobilizações em andamento		299.257		299.257
		<u>475.054</u>	<u>(39.756)</u>	<u>435.298</u>
Consolidado				
31 de dezembro de 2013				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 5	66.580	(13.527)	53.053
Instalações	10	3.759	(2.111)	1.648
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5 a 8	70.820	(13.062)	57.758
Veículos	11 a 20	5.652	(3.057)	2.595
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	1.879	(1.145)	734
Equipamentos de informática	20	4.578	(3.236)	1.342
Móveis e utensílios	10	2.649	(1.356)	1.293
Imobilizações em andamento e outros		246.182		246.182
		<u>402.099</u>	<u>(37.494)</u>	<u>364.605</u>
Controladora				
31 de março de 2014				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,3% a 5,0%	66.133	(10.203)	55.930
Instalações	10,0%	3.399	(2.031)	1.368
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5,0% a 8%	76.506	(14.061)	62.445
Veículos	11% a 20%	6.325	(3.150)	3.175
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10,0%	970	(739)	231
Equipamentos de informática	20,0%	3.832	(2.988)	844
Móveis e utensílios	10,0%	2.417	(1.191)	1.226
Imobilizações em andamento e outros		292.587		292.587
		<u>452.169</u>	<u>(34.363)</u>	<u>417.806</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora				
31 de dezembro de 2013				
	Taxa média de depreciação - %	Custo	Depreciação	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 5	55.034	(9.625)	45.409
Instalações	10	3.402	(1.956)	1.446
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	5 a 8	70.820	(13.062)	57.758
Veículos	11 a 20	5.389	(2.983)	2.406
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	990	(723)	267
Equipamentos de informática	20	4.072	(2.924)	1.148
Móveis e utensílios	10	2.176	(1.140)	1.036
Terrenos				
Imobilizações em andamento e outros		<u>238.144</u>		<u>238.144</u>
		<u>380.027</u>	<u>(32.413)</u>	<u>347.614</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ativo imobilizado no trimestre é como segue:

	Controladora				
	31 de dezembro de 2013	Aquisições	Baixas	Reclassificações e transferências	Depreciação
Benfeitorias em imóveis de terceiros	45.409			11.096	(575)
Instalações	1.446			(78)	1.368
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	57.758			5.686	(999)
Veículos	2.406	340	(48)	651	(174)
Máquinas, equipamentos	267	3	0	(22)	(17)
Equipamentos de informática	1.148	17	(212)	(45)	(64)
Móveis e utensílios	1.036	247		(6)	(51)
Terrenos					
Imobilizações em andamento e outros	238.144	72.248	(445)	(17.360)	
	<u>347.614</u>	<u>72.855</u>	<u>(705)</u>		<u>(1.958)</u>
	Consolidado				
	31 de dezembro de 2013	Aquisições	Baixas	Reclassificações e transferências	Depreciação
Benfeitorias em imóveis de terceiros	53.053	-		13.041	(816)
Instalações	1.648			237	(88)
Equipamentos operacionais, empilhadeiras, guindastes	57.758			5.686	(999)
Veículos	2.595	340	(48)	651	(185)
Máquinas, equipamentos	734	4		(22)	(37)
Equipamentos de informática	1.342	17	(212)	(47)	(82)
Móveis e utensílios	1.293	248		(8)	(62)
Terrenos	-				
Imobilizações em andamento e outros	246.182	73.065	(452)	(19.538)	
	<u>364.605</u>	<u>73.674</u>	<u>(712)</u>	<u>0</u>	<u>(2.269)</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas foi de R\$ 1.941, (2013 - R\$ 1.945) e R\$ 328 (2013 - R\$ 301) nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013, respectivamente.

No que se refere ao custo atribuído, efeitos de revisão da vida útil, métodos de avaliação, exceções à aplicação do método de custo atribuído e demais premissas não mudaram em relação àquelas divulgadas na Nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

10 Intangível

A movimentação do intangível no trimestre é como segue:

	Controladora			
	31 de dezembro de 2013	Adições	Amortização	31 de março de 2014
<i>Softwares</i>	873	8	(112)	769
Desenvolvimento de <i>softwares</i>	8.899	3.448		12.347
Outros	51			51
	<u>9.823</u>	<u>3.456</u>	<u>(112)</u>	<u>13.167</u>
	Consolidado			
	31 de dezembro de 2013	Adições	Amortização	31 de março de 2014
<i>Softwares</i>	968	8	(123)	853
Contrato de concessão do aeroporto	88.655		(706)	87.949
Relacionamento com clientes	1.016		(565)	451
Desenvolvimento de <i>softwares</i>	8.899	3.447		12.346
Ágio da Costa do Sol	11.645			11.645
Outros	102		(1)	101
	<u>111.285</u>	<u>3.455</u>	<u>(1.395)</u>	<u>113.345</u>

As questões relacionadas ao Contrato de concessão do Aeroporto de Cabo Frio, fundamentação econômica (relacionamento com cliente) e taxas médias de amortização por categoria não mudaram em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A parcela da amortização atribuída ao custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas foi de R\$ 1 (2013 - R\$ 1) e R\$ 1.394 (2013 - R\$ 1.395), respectivamente.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

11.1 Composição e características

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	Consolidado	
			31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Moeda nacional				
Automático Itaú (a)	TJLP + 6,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	1.299	1.529
CCB Citibank (a)	CDI + 0,75% a.a.	Juros e principal: 2014	5.114	3.039
FINAME Itaú (a)	4,50% a.a.	Juros: mensal até 2014 Principal: mensal a partir de 2010 até 2014	31	44
FINEM BNDES (a)	TJLP + 1,40% a.a.	Juros: mensais até 2023 Principal: mensal a partir de 2015 até 2023	106.366	106.030
Loan 4131 (a)	11,07% a.a.	Juros: semestrais até 2019 Principal: dezembro 2019	85.706	83.555
NCE Santander (a)	CDI + 1,82% a.a.	Juros: semestrais até 2020 Principal: dezembro 2020	103.504	100.625
			<u>302.020</u>	<u>294.822</u>
Dólares (USA)				
Automático Itaú (a)	4,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	408	507
FINIMP Itaú (a)	LIBOR + 3,30% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: janeiro 2018	36.569	42.946
NCE Itaú (a)	5,34% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: julho 2018	92.508	107.838
NCE Votorantim (a)	7,10% a.a.	Juros: semestrais até 2015 Principal: junho 2015	28.902	29.398
			<u>158.387</u>	<u>180.689</u>
Total empréstimos			<u>460.407</u>	<u>475.511</u>
(-) Circulante			<u>73.995</u>	<u>67.565</u>
(=) Não circulante			<u>386.412</u>	<u>407.946</u>

(a) Neste trimestre não houve mudanças nas características dos empréstimos e financiamentos captados até 31 de dezembro de 2013.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
2015	58.497	70.230
2016	75.802	69.978
2017	75.802	69.978
2018 - 2023	176.311	197.760
	386.412	407.946

11.2 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	472.472	475.511
Captações		2.000
Pagamentos de principal	(15.842)	(15.842)
Encargos financeiros pagos	(4.942)	(4.990)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	3.604	3.728
Encargos financeiros apropriados ao imobilizado		
Em 31 de março de 2014	455.292	460.407

O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2014 aproxima-se ao saldo contábil.

Os empréstimos e financiamentos não têm mercado secundário e para estimar o valor justo, utiliza-se a mensuração com base no valor presente da projeção de mercado para taxas pós-fixadas e dados contratuais vigentes para os prefixados, trazidos a valor presente pela taxa de mercado atual. Na prática, o cálculo do deságio do valor justo dos empréstimos e financiamentos consideraram as projeções de mercado para a DI, Cupom Limpo e índice da TJLP, divulgadas pela BM&FBOVESPA. Ao deságio foi acrescido o *spread* de crédito da Companhia, obtido com base em captações históricas.

11.3 Garantias dos empréstimos e financiamentos

Todos os empréstimos e financiamentos apresentam aval corporativo da Companhia e da Libra Participações S.A. como garantia, exceto pelo FINEM BNDES, o qual está garantido por carta fiança.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Obrigações trabalhistas				
Previdenciárias FGTS/INSS	429	868	740	1.140
Férias e encargos	2.447	3.055	3.268	3.917
13º salário e encargos	525		676	
Provisão para participações nos lucros	887	2.109	1.205	3.093
Salários e outros	299	252	442	384
	<u>4.587</u>	<u>6.284</u>	<u>6.331</u>	<u>8.534</u>
Obrigações tributárias				
Tributos retidos na fonte	1.182	972	1.415	1.135
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.909	1.568	2.168	1.728
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	1.473	1.285	1.538	1.386
Outros	17	17	17	17
	<u>4.581</u>	<u>3.842</u>	<u>5.138</u>	<u>4.266</u>
	<u>9.168</u>	<u>10.126</u>	<u>11.469</u>	<u>12.800</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia, assim como suas demais controladas diretas e indiretas, optou pelo regime de lucro real para apuração de imposto de renda e contribuição social incidentes, sobre o resultado tributável.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício				
Corrente	(14.332)	(15.323)	(14.369)	(15.778)
Diferido	<u>(3.875)</u>	<u>(4.260)</u>	<u>(1.975)</u>	<u>(3.828)</u>
	<u>(18.207)</u>	<u>(19.583)</u>	<u>(16.344)</u>	<u>(19.606)</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>10.230</u>	<u>4.441</u>	<u>10.236</u>	<u>4.661</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado	
	2014	2013
Lucro antes dos tributos	45.722	58.819
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e de contribuição social	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>15.545</u>	<u>19.998</u>
Prejuízo sobre os quais não foram constituídos imposto diferidos	(82)	173
Equivalência patrimonial em coligadas	(19)	(693)
Despesas permanentes	854	225
Outros	<u>46</u>	<u>(97)</u>
Encargo no resultado do trimestre	<u>16.344</u>	<u>19.606</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

A estimativa de realização e liquidação dos valores de imposto de renda e contribuição social compensáveis e exigíveis futuramente, respectivamente, é de prazos superiores a 12 meses.

Não ocorreram mudanças em relação a MP 627/2013, conforme divulgado na nota apresentada em 31 de dezembro de 2013.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o trimestre, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Consolidado								
Ativos e passivos de impostos diferidos	Diferença temporária (contingências)	Diferença temporária (PLR)	Diferença temporária (PCLD)	Derivativos	Amortização ágio	Custo atribuído do imobilizado	Prejuízo fiscal	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2013	1.868	717	1.772	(6.484)	3.885	(20.071)		1.174	(17.139)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado em 2014	126	264	(26)	(785)	(432)	2.822	(1.167)	1.174	1.976
Em 31 de março de 2014	1.742	453	1.798	(5.699)	(4.317)	22.893	1.167		19.115

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 1.055 (2012 - R\$ 1.055), representado por 115.479 (2012 - 115.479) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva de capital - ágio na emissão de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor patrimonial. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído

Corresponde ao valor reconhecido na adoção inicial das normas do IFRS, ao adotar a opção de reconhecer o imobilizado ao custo atribuído e representa a diferença entre o custo atribuído e o custo histórico dos bens de imobilizado na adoção inicial de IFRS, líquido de tributos. O valor originalmente reconhecido é realizado com base na depreciação ou baixa dos bens correspondentes por meio de transferência do saldo para a conta de resultados acumulados.

(e) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que esta poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio aqui previstos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos.

No trimestre findo em 31 de março de 2014 foram antecipados R\$ 32.062 a título de dividendos, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório. O referido valor está registrado no ativo não circulante.

15 Receita

A reconciliação da receita nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é a seguinte:

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	
	2014	2013
Operações portuárias		
Operações portuárias	13.244	12.673
Armazenagem	79.030	88.661
Serviços portuários acessórios de armazenagem	16.898	16.401
Serviços de segurança da carga		118
	<u>109.172</u>	<u>117.853</u>
Impostos sobre vendas	<u>(15.890)</u>	<u>(16.230)</u>
	<u>93.282</u>	<u>101.623</u>
	Consolidado	
	2014	2013
Operações portuárias		
Operações portuárias	13.244	12.673
Armazenagem	79.030	88.661
Serviços portuários acessórios de armazenagem	16.898	16.401
Serviços de segurança da carga		118
Operações aeroportuárias		
Serviços comerciais, pouso e permanência	1.538	1.040
Armazenagem e carga	2.312	7.509
Locação de imóveis e equipamentos	<u>5.311</u>	<u>4.927</u>
	<u>118.333</u>	<u>131.329</u>
Impostos sobre vendas	<u>(16.712)</u>	<u>(18.885)</u>
	<u>101.621</u>	<u>112.444</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Custos e despesas por natureza

	Controladora		
	2014		
	Custo operacional	Despesas administrativa, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	7.873	3.052	10.925
Combustíveis e lubrificantes	831	0	831
Depreciação e amortização	1.701	369	2.070
Manutenções e revisões	1.448	0	1.448
Ocupação de espaço e aluguéis	4.111	1.159	5.270
Serviços prestados por terceiros	6.290	4.750	11.040
Despesas comerciais	0	4.883	4.883
Outros custos e despesas	3.330	7.280	10.610
	<u>25.584</u>	<u>21.493</u>	<u>47.077</u>
	Controladora		
	2013		
	Custo operacional	Despesas administrativa, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	6.830	2.972	9.802
Combustíveis e lubrificantes	636	-	636
Depreciação e amortização	1.705	354	2.059
Manutenções e revisões	1.300	-	1.300
Ocupação de espaço e aluguéis	4.276	1.100	5.376
Serviços prestados por terceiros	4.956	1.410	6.366
Despesas comerciais	-	4.229	4.229
Outros custos e despesas	3.378	6.771	10.149
	<u>23.081</u>	<u>16.836</u>	<u>39.917</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	2014		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	9.529	3.799	13.328
Combustíveis e lubrificantes	848	0	848
Depreciação e amortização	1.942	1.722	3.664
Manutenções e revisões	1.524	0	1.524
Ocupação de espaço e aluguéis	4.665	1.210	5.875
Serviços prestados por terceiros	7.813	5.961	13.774
Despesas comerciais	0	5.748	5.748
Outros custos e despesas	3.233	7.285	10.518
	<u>29.554</u>	<u>25.725</u>	<u>55.279</u>
	Consolidado		
	2013		
	Custo operacional	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Custos e despesas com pessoal	8.432	4.560	12.992
Combustíveis e lubrificantes	669	0	669
Depreciação e amortização	1.946	1.696	3.642
Manutenções e revisões	1.455	0	1.455
Ocupação de espaço e aluguéis	5.189	1.280	6.469
Serviços prestados por terceiros	6.328	2.549	8.877
Despesas comerciais	0	5.706	5.706
Outros custos e despesas	3.779	7.698	11.477
	<u>27.798</u>	<u>23.489</u>	<u>51.287</u>

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.656)	(4.282)	(3.836)	(4.653)
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeira	1.564	1.324	1.537	1.413
Swap e futuros de câmbio	(3.568)	(2.442)	(3.568)	(2.442)
Variações monetárias e cambiais	5.165	1.911	5.158	1.912
	<u>(495)</u>	<u>(3.489)</u>	<u>(709)</u>	<u>(3.770)</u>

18 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. A Companhia não dispõe de ações em potencial, ou seja, de nenhum instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações; por isso, o resultado por ação básico é igual ao diluído.

A reconciliação do resultado básico por ação é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do trimestre	28.886	39.433	29.378	39.213
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>	<u>115.479</u>
Lucro por ação	<u>0,25</u>	<u>0,34</u>	<u>0,25</u>	<u>0,34</u>

19 Contingências e depósitos judiciais

Os valores depositados não dizem respeito ao valor de perda provável dos processos. Eles servem apenas para apresentação de recursos na Justiça do Trabalho. Por outro lado, o valor de perda provável dos processos trabalhistas é resultado de aplicação de premissas preestabelecidas daquilo que a Companhia considera como perda provável de cada processo (Nota 19.1(a)).

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisão para contingências</u>	
	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Trabalhistas	707	100	4.994	5.611
Cíveis			135	126
Tributárias	<u>420</u>			
	<u>1.127</u>	<u>100</u>	<u>5.129</u>	<u>5.737</u>

19.1 Movimentação das provisões

	<u>Consolidado</u>		
<u>Provisões</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.611	126	5.737
Debitado (creditado) à demonstração do resultado			
Juros e atualização monetária	112	9	121
Constituição	277		277
Valores não utilizados (estornados)	(849)		(849)
Valores pagos durante o trimestre	<u>(157)</u>		<u>(157)</u>
Saldo em 31 de março de 2014	<u>4.994</u>	<u>135</u>	<u>5.129</u>

(a) Contingências trabalhistas

Em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas eram rés em ações trabalhistas que envolvem problemas usuais e peculiares ao negócio, como ações de rescisão de cláusulas de contratos de trabalho, ações de reparação de danos, entre outras. As ações de valor individual significativo são avaliadas individualmente e provisionadas quando a perda é provável. Em 31 de março de 2014 não havia ações trabalhistas de valor individual significativo com perda provável ou possível. Em relação a todas as outras ações trabalhistas que tem natureza e características similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de contingências trabalhistas como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. A provisão é mensurada para a classe como um todo multiplicando a quantidade de ações, classificada por tipo de reclamação, pelo valor médio de pagamentos para este tipo de reclamação com base em informação histórica recente. Portanto o valor provisionado representa a melhor estimativa dos desembolsos para todas as contingências trabalhistas como um todo.

Com base no histórico de materialização desses processos, apurados na comparação dos valores pleiteados pelos impetrantes com os efetivamente pagos pela Companhia, foi efetuada uma reversão de provisão de R\$ 849, que representa a melhor estimativa avaliada pelos consultores jurídicos em relação aos riscos de perda envolvidos nesses processos.

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contingências cíveis

De acordo com os advogados que patrocinam os processos, foi considerado como perda provável o montante de R\$ 135 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 126), sendo integralmente provisionados contabilmente. Além disso, em 31 de março de 2014 a Companhia e suas controladas eram parte em ações cíveis classificadas como perda possível, no valor total de R\$ 864 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 833). Para esses processos nenhuma provisão foi constituída.

(c) Contingências tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária, representados por autos de infração relativos a questionamentos de determinados procedimentos adotados pela administração, para os quais não foi constituída provisão por não haverem processos considerados como risco de perda provável.

Não houve mudanças em relação aos processos com probabilidade de êxito classificados como possível em relação àqueles divulgados nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013, que em 31 de março de 2014 monta o total de R\$ 12,9 milhões.

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 Transações e saldo relevantes com
partes relacionadas**

A Companhia mantém operações comerciais e financeiras com suas controladas e outras empresas do Grupo Libra e os saldos e as transações estão a seguir enumerados:

(i) Nos ativos e passivos

Os saldos líquidos entre ativos e passivos por empresa ligada estão demonstrados a seguir:

		Saldos a receber (pagar)			
		Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Natureza					
Transações com acionistas controladores e empresas sob controle comum	Compartilhamento de despesas corporativas/ conta com acionistas e serviços de transporte e aluguel de equipamentos				
Libra Terminal 35 S.A.			1.468	251	1.719
Libra Terminais S.A.		(627)	(3.376)	(834)	(3.565)
Libra Holding S.A.			7.645		7.645
Libra Administrações e Participações			2.750		2.750
Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda.		(2.003)	(4.597)	(2.004)	(4.597)
Outros		(5)	633	(6)	644
		<u>(2.635)</u>	<u>4.523</u>	<u>(2.593)</u>	<u>4.596</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) No resultado do exercício (31 de março de 2014 e de 2013)

		Receitas (despesas)			
		Controladora		Consolidado	
	Natureza	2014	2013	2014	2013
Ponta do Caju	Serviços de transporte	(5.787)	(5.560)	(5.787)	(5.560)
Transportes e Locação Ltda.	Compartilhamento de despesas corporativas	(5.483)	(6.307)	(6.024)	(7.434)
Libra Terminais S.A.	Compartilhamento de despesas corporativas		1.160		1.160
Outros		(11.270)	(10.707)	(11.811)	(11.834)

- (iii) Os prazos e as condições dos saldos existentes com partes relacionadas e garantias com partes relacionadas permanecem os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

- (iv) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os principais executivos da operação portuária no Rio de Janeiro e da operação aeroportuária assim como os diretores estatutários da Companhia, uma vez que estes têm sua remuneração paga em forma centralizada por outras empresas do Grupo Libra e a Companhia recebe uma alocação dessa remuneração por meio de rateio de despesas.

A remuneração do pessoal-chave da Companhia e suas controladas inclui remuneração fixa (salários, honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social, INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participações nos resultados.

A Companhia não tem remuneração baseada em ações e nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, tampouco oferece outros benefícios de longo prazo, como licença a outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração até 31 de março de 2014 e de 2013, por seus serviços, está apresentada a seguir:

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	
	2014	2013
Classificada por tipo de pessoal-chave		
Principais executivos das operações portuárias no Rio e aeroportuária	454	406
Diretores estatutários (alocada por rateio de custos)	874	694
	1.328	1.100
Classificada por tipo de remuneração		
Remuneração fixa	641	542
Remuneração variável	107	147
Encargos sociais	580	411
	1.328	689

Não existem contas a receber nem contas a pagar de partes relacionadas que correspondam a pessoal-chave da Companhia nem do grupo Libra.

21 Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem estar dos funcionários e também de seus familiares e, por essa razão, a Companhia e suas controladas oferecem assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte, entre outros, durante o período em os funcionários estão contratados pela Companhia. Não existem benefícios pós-emprego. O total dos gastos nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e de 2013 a esse título foi R\$ 3.024 e R\$ 3.001, respectivamente.

22 Informações por segmento de negócios

Os Diretores do Terminal Rio e do Aeroporto Internacional de Cabo Frio são considerados os tomadores de decisões operacionais da Companhia. A administração determinou os segmentos operacionais com base na informação revisada pelos diretores com o objetivo de alocar os recursos e a avaliação de desempenho entre os segmentos abaixo:

- Operação de Terminais Portuários
- Operação de Terminais Aeroportuários

Os Diretores avaliam o desempenho dos segmentos operacionais com base no lucro líquido e no Lucro antes dos Efeitos Financeiros, Impostos sobre a Renda, Depreciação e Amortização (EBITDA). As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 2. As atividades da Terminal Libra Santos, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial foram excluídas dos segmentos operacionais reportáveis por não serem revisadas pelos diretores. O EBITDA é definido como o resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012. Não existem transações significativas entre os segmentos.

A tabela a seguir apresenta informação sobre ativos, passivos, resultados e transações por segmento.

A segunda tabela apresenta a reconciliação entre os valores por segmento e os valores de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas do lucro líquido (prejuízo) e do total de ativos.

Na operação de Terminais Portuários nenhum cliente representa individualmente mais de 10% da receita consolidada atribuída a este segmento. Para operação de Terminais Aeroportuários existe apenas um cliente que é responsável por R\$ 4,0 mil em 2014 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 3,7 mil).

**Libra Terminal Rio S.A. e
empresas controladas**

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de março de 2014</u>			<u>31 de dezembro de 2013</u>		
	<u>Terminais portuários</u>	<u>Terminais aeroportuários</u>	<u>Total segmentos</u>	<u>Terminais portuários</u>	<u>Terminais aeroportuários</u>	<u>Total segmentos</u>
Informação sobre ativos e passivos						
Ativos	645.063	31.959	677.022	593.061	39.117	632.178
Passivos	645.063	31.959	677.022	593.061	39.117	632.178
Outras informações						
Saldo de investimentos em coligadas	150.436		150.436	136.848		136.848
Adições no imobilizado e intangível	74.077	817	74.894	191.382	3.245	194.627
	<u>31 de março de 2014</u>			<u>31 de março de 2013</u>		
	<u>Terminais portuários</u>	<u>Terminais aeroportuários</u>	<u>Total segmentos</u>	<u>Terminais portuários</u>	<u>Terminais aeroportuários</u>	<u>Total segmentos</u>
Informação sobre resultados						
Receita (toda externa)	93.282	8.339	101.621	101.624	10.821	112.445
Despesas (receitas) operacionais	(47.655)	(7.477)	(55.132)	(41.342)	(10.129)	(51.471)
Despesas financeiras	(9.315)	(208)	(9.523)	(8.434)	(370)	(8.804)
Receitas financeiras	3.655	1	3.656	3.033	89	3.122
Variações monetárias e cambiais, líquidas	<u>5.166</u>	<u>(7)</u>	<u>5.159</u>	<u>1.911</u>	<u>2</u>	<u>1.913</u>
Resultado financeiro (líquido)	(494)	(214)	(708)	(3.490)	(279)	(3.769)
IR/CS	(17.775)	1.431	(16.344)	(19.151)	(455)	(19.606)
Participação nos resultados de coligadas	(34)	(23)	(57)	1.620	(5)	1.615
Libra Terminais				1.620		1.620
Angra Aeroportos Ltda.		(23)	(23)		(5)	(5)
Turn Key Gestão Logística	(34)		(34)			
Participação de não controladores		(493)	(493)	199	20	219
Lucro líquido (prejuízo) do segmento	27.323	1.563	28.886	39.460	(27)	39.433
EBITDA e reconciliação do EBITDA com lucro (prejuízo) do segmento						
Lucro líquido (prejuízo) do segmento	27.323	1.563	28.886	39.460	(27)	39.433
Mais: Depreciação e amortização	3.339	325	3.664	3.328	314	3.642
Mais: Resultado financeiro (líquido)	494	214	708	3.490	279	3.769
Mais: Imposto de renda e contribuição social	<u>17.775</u>	<u>(1.431)</u>	<u>16.344</u>	<u>19.151</u>	<u>455</u>	<u>19.606</u>
EBITDA do segmento	<u>48.931</u>	<u>671</u>	<u>49.602</u>	<u>65.429</u>	<u>1.021</u>	<u>66.450</u>

Libra Terminal Rio S.A. e empresas controladas

**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O EBITDA do consolidado e a sua reconciliação com o lucro líquido consolidado é como segue:

	2014	2013
Lucro líquido consolidado	29.378	39.213
Mais: Depreciação e amortização	3.664	3.642
Mais: Resultado financeiro (líquido)	708	3.769
Mais: Imposto de renda e contribuição social	16.344	19.606
EBITDA do Consolidado	<u>50.094</u>	<u>66.230</u>
		2014
	Lucro líquido (prejuízo)	Ativos
Total por segmentos	28.886	677.022
Participação de não controladores	492	8
Total Consolidado	<u>29.378</u>	<u>677.030</u>

23 Seguros

A Companhia dispõe de um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas contratadas em 31 de março de 2014 não diferem daquelas contratadas e divulgadas na Nota 23 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

* * *



(11) 3563 3606 . (11) 3563 3600
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1455 . 16º andar
Vila Olímpia . São Paulo . SP . 04543-011

Comentário de Desempenho 1º TRI/2014

Prezados Senhores,

A Administração da Libra Terminal Rio S.A., empresa brasileira que atua nos segmentos de operações portuárias e aeroportuárias, este último por meio de sua controlada Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A., submete à apreciação dos senhores o Comentário de Desempenho e as informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

1.MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre de 2014 foi um período de consolidação de conquistas para nossa Companhia. Ao mesmo tempo em que registramos desempenho expressivo, avançamos ainda mais na execução de nossos investimentos que objetivam o fortalecimento de nossa capacidade competitiva e viabilizam a continuidade do nosso crescimento sustentável.

No quesito investimentos, onde se destacam a expansão da retro área de 136 mil m² para 176 mil m², ou seja, em 40 mil m² e do cais de 545 m para 715 m, ou seja, em 170 m e a modernização e ampliação dos equipamentos operacionais, seguimos na execução aderente aos atuais cronogramas dos projetos. Esta condição também se faz presente no projeto de substituição dos sistemas transacionais, o novo ERP.

Frente a um crescimento mais arrefecido da economia brasileira; experimentado, não só no 1ºTRI de 2014, mas também no exercício de 2013, a Companhia se concentrou na busca constante pela elevação dos níveis de qualidade e responsividade dos serviços prestados aos seus clientes, transformando-os em diferencial competitivo do negócio e, na obtenção dos seus resultados econômico-financeiros baseados na elevação de suas receitas oriundas de maiores volumes e serviços de maior valor agregado e no controle de seus custos e despesas, garantindo, assim, a manutenção de seu resultado operacional em patamares comparáveis ao 1ºTRI de 2013, que havia se apresentado como um período de recordes históricos no resultado da Companhia.

Demonstração dos resultados consolidados do 1º TRI de 2014 comparado à demonstração dos resultados consolidados do 1º TRI de 2013.

Demonstração dos Resultados Consolidadas	1T13	AV%	1T14	AV%	1T13/1T14 AH%
(Em R\$ mil)					
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida	112.444	100%	101.621	100%	-10%
Custos dos produtos e serviços	-27.798	-25%	-29.554	-29%	6%
LUCRO BRUTO	84.646	75%	72.067	71%	-15%
Despesas gerais e administrativas	-23.673	-21%	-25.579	-25%	8%
Resultado da Equivalência Patrimonial	1.616	1%	-57	0%	-104%
LUCRO OPERACIONAL	62.589	56%	46.431	46%	-26%
Receitas financeiras	3.121	3%	3.629	4%	16%
Despesas financeiras	-8.803	-8%	-9.496	-9%	8%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	1.912	2%	5.158	5%	170%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	58.819	52%	45.722	45%	-22%
Imposto de renda e contribuição social	-15.778	-14%	-14.369	-14%	-9%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	39.213	35%	29.378	29%	-25%
Atribuído a Acionistas da Companhia	39.433	35%	28.886	28%	-27%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida apresentou uma redução de 10%, passando de R\$112.444 no 1T13 para R\$101.621 no 1T14 devido, principalmente, ao maior volume spot de cargas especiais com alto valor agregado, ocorrida no 1T13 no segmento de Terminais Portuários, repetida em menor escala no 1T14, e no caso de Terminais Aeroportuários, a redução decorre das receitas de projeto de cargas especiais realizadas no 1T13 e não realizadas no 1T14.

CUSTOS DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços aumentaram em 6%, passando de R\$27.798 no 1T13 para R\$29.554 no 1T14. A Administração da Companhia esclarece que isso ocorreu devido, principalmente, ao reajuste anual dos custos de pessoal e a custos relacionados a reestruturação de pessoal e de fortalecimento da estrutura de serviços de segurança patrimonial e de consultoria estratégica para a operação.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 8%, passando de R\$23.673 no 1T13 para R\$25.579 no 1T14. A Administração da Companhia esclarece que isso ocorreu devido, principalmente, ao reajuste anual dos custos de pessoal, as despesas com manutenção de software e a eventos de natureza não recorrente que, se expurgados, passam a demonstrar relativa estabilidade, evidenciando os esforços da Companhia na racionalização destas despesas.

AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações. A Companhia por meio da sua controlada direta Boreal Serviços e Administração S.A. adquiriu o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, em 01 de outubro de 2011, registrando um ágio no valor de R\$ 11.685.

LUCRO OPERACIONAL

Em virtude do exposto acima e em que pese o fato do 1T13 ter representado um período de recordes históricos para a Companhia, o lucro operacional recuou em 26%, passando de R\$62.589 no 1T13 para R\$46.431 no 1T14.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro melhorou em 81%, passando de (R\$3.770) no 1T13 para (R\$ 709) no 1T14. A Administração da Companhia entende que isso se deu em decorrência, do aumento das variações monetárias e cambiais (liquidas) que atingiram o montante de R\$1.912 e R\$5.158, respectivamente para os 1ºs trimestres de 2013 e 2014.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido às variações das contas acima descritas, onde se destaca o fato de recordes históricos alcançados nas receitas do 1T13, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social diminuiu em 22%, passando de R\$58.819 no 1T13 para R\$45.722 no 1T14. Como percentual da receita líquida, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 52% para 45%, respectivamente no 1T13 e 1T14.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrou uma redução de 9%, passando de R\$15.778 no 1T13 para R\$14.369 no 1T14. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social se manteve estável em 14% nos períodos analisados.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O impacto mais relevante na comparação entre o 1T14 e 1T13 se apresentou na conta de receitas, uma redução de R\$10.823, muito mais em função da Companhia ter vivenciado recordes históricos de receita no 1T13 advindos de serviços de armazenagem de cargas especiais de alto valor agregado por longos períodos, do que de alguma perda de eficiência comercial ou operacional no 1T14 que, da mesma forma que o 1T13, apresentou resultados expressivos. Como percentual da receita líquida, o lucro líquido do exercício passou de 35% no 1T13 para 29% no 1T14.

2.AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES ("PwC"), prestadora dos serviços de auditoria externa à nossa Companhia desde janeiro de 2011, conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

O Conselho de Administração do Grupo Libra é responsável pela avaliação da manutenção da independência dos nossos Auditores Independentes, tendo plenos poderes para destituir e eleger nossos auditores independentes a qualquer momento, nos termos do nosso Estatuto Social. Não foi prestado nenhum outro tipo de serviços que afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados pela PwC à nossa Companhia.

• Formulário de Referência da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	14
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	15
3.7 - Nível de endividamento	16
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	17
3.9 - Outras informações relevantes	18

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	19
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	32
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	34
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	43
4.5 - Processos sigilosos relevantes	44
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	45
4.7 - Outras contingências relevantes	46
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	47

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	48
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	52
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	54
5.4 - Outras informações relevantes	55
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	57
6.3 - Breve histórico	58
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	62
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	68
6.7 - Outras informações relevantes	69
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	70
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	72
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	75
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	81
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	82
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	89
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	90
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	91
7.9 - Outras informações relevantes	92
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	95
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	98
8.3 - Operações de reestruturação	99
8.4 - Outras informações relevantes	100
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	101
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	102

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	103
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	104
9.2 - Outras informações relevantes	107

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	108
10.2 - Resultado operacional e financeiro	140
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	143
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	144
10.5 - Políticas contábeis críticas	145
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	146
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	148
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	149
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	150
10.10 - Plano de negócios	151
10.11 - Outros fatores com influência relevante	152

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	153
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	154

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	155
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	158
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	159
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	160
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	161
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	162
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	165
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	166

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	167
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	168
12.12 - Outras informações relevantes	169

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	171
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	172
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	175
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	176
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	177
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	178
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	179
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	180
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	181
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	182
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	183
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	184
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	185
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	186
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	187
13.16 - Outras informações relevantes	188

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	189
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	190
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	191

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	192
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	193
15.3 - Distribuição de capital	201
15.4 - Organograma dos acionistas	202
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	203
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	204
15.7 - Outras informações relevantes	205
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	206
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	207
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	210
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	211
17.2 - Aumentos do capital social	212
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	213
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	214
17.5 - Outras informações relevantes	215
18. Valores mobiliários	
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	216
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	217
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	218
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	219
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	220
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	221

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	222
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	223
18.10 - Outras informações relevantes	224
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	225
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	226
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	227
19.4 - Outras informações relevantes	228
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	229
20.2 - Outras informações relevantes	230
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	231
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	232
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	236
21.4 - Outras informações relevantes	237
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	238
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	239
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	240
22.4 - Outras informações relevantes	241

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Sebastião Fernando da Costa Furquim
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	José Alfredo de Freitas
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20		
Período de prestação de serviço	02/01/2011		
Descrição do serviço contratado	<p>a) Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações financeiras e serviços de diagnóstico dos controles internos da companhia relacionados aos trabalhos de auditoria;</p> <p>b) Diagnóstico da estrutura de "compliance" adotada pela Companhia, especialmente no que tange ao relacionamento público privado (Lei Anticorrupção);</p> <p>c) Pré-Projeto de implementação do sistema "ERP", um sistema de gestão empresarial integrado que gerencia as informações relativas aos processos operacionais, comerciais, administrativos e gerenciais das empresas, incluindo mapeamento dos processos da companhia, lista dos requisitos funcionais que o sistema ERP deve prover para viabilizar os processos administrativos, comerciais e gerenciais da companhia e consequente seleção do sistema ERP pelo método de avaliação de aderência sistema/processos (o sistema escolhido pela Companhia foi o SAP).</p> <p>d) Projeto de estruturação e controle de Perfis de Acesso para os novos sistemas de operações (NAVIS N4 – TOS: Terminal Operation System) e novo ERP (SAP), que estão em fase de implantação.</p> <p>e) Serviços de auditoria das informações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período encerrado em 31 de março de 2014, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas informações financeiras e serviços de diagnóstico dos controles internos da companhia relacionados aos trabalhos de auditoria.</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<p>A remuneração total pelos serviços de auditoria prestados no exercício de 2013 foi de R\$252.824,00 relacionado aos serviços de auditoria;</p> <p>Em relação aos demais serviços prestados pela PwC no exercício de 2013, a remuneração total foi de:</p> <p>a) R\$52.273,00 relacionado ao serviço de diagnóstico de "compliance";</p> <p>b) R\$91.000 relacionado o Projeto Perfis de Acesso; e</p> <p>c) R\$143.000,00 relacionado ao Pré-projeto ERP.</p>		
Justificativa da substituição	Não houve alteração nos últimos 3 exercícios sociais		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há, considerando que não houve alteração nos últimos 3 exercícios sociais.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Wander Rodrigues Teles	02/01/2011	153.211.501-68	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Água Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (011) 36742000, Fax (11) 36742088, e-mail: wander.teles@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

A administração da Libra Terminal Rio S.A. mantém a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes como seus auditores independentes desde o exercício social de 2011 já em consonância com a Instrução Normativa nº308 da CVM, que impede a prestação de serviços de auditoria para um mesmo cliente por um prazo superior a cinco anos. Adicionalmente, destaca-se que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é empresa de auditoria do Grupo Libra (societariamente representado pela Libra Holding S.A., conglomerado econômico formado por empresas dos segmentos de Logística, Terminais, Aeroportos, além de manter investimentos em outras companhias, através de seu braço de negócios de participações).

Em consonância ao disposto no inciso III do artigo 2º da Instrução CVM nº381/03, a administração da Companhia submete ao Comitê de Auditoria do Grupo Libra, responsável por deliberar assuntos para todas as empresas do Grupo Libra, todas as propostas de serviços que venham a ser apresentadas pela atual empresa de auditoria independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com objetivo de avaliar e deliberar se o escopo da proposta de trabalho pode impactar em conflito de interesses, na perda de independência e objetividade no desempenho dos serviços desta auditoria. Adicionalmente, a própria empresa de auditoria possui e executa os mecanismos internos alinhados ao atendimento ao exposto na Instrução.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
---------	---------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

3.2 - Medições não contábeis

O EBITDA é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social e das depreciações e amortizações.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. A Companhia utiliza como base de divulgação do EBITDA a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

		31 de dezembro de		
	31 de março de 2014	2013	2012	2011
R\$ mil				
Lucro líquido consolidado	29.378	75.072	94.571	57.291
Mais: Depreciação e amortização	3.664	14.766	13.984	8.209
Mais: Resultado financeiro (líquido)	708	42.074	8.862	10.472
Mais: Imposto de renda e contribuição social	16.344	46.865	51.776	32.301
EBITDA do consolidado	50.094	178.777	169.193	108.273

Dívida Líquida

		31 de dezembro de		
	31 de março de 2014	2013	2012	2011
R\$ mil				
Empréstimos e Financiamentos (Circulante)	73.995	67.565	40.257	19.860
Empréstimos e Financiamentos (Não Circulante)	386.412	407.946	237.582	169.900
= Total Empréstimos e Financiamentos	460.407	475.511	277.839	189.760
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	6.435	1.614	13.301	4.475
Menos: Títulos e valores mobiliários	26.431	92.266	76.589	35.113
Menos: Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	30.985	37.285	29.113	11.087

3.2 - Medições não contábeis

Mais: Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	14.222	18.215		
Menos: Saldo dos valores a receber junto a CDRJ (ativo)	0	0		
= Total Dívida Líquida	410.778	362.561	158.836	139.085

Dívida Ajustada

		31 de dezembro de		
	31 de março de 2014	2013	2012	2011
R\$ mil				
Empréstimos e Financiamentos (Circulante)	73.995	67.565	40.257	19.860
Empréstimos e Financiamentos (Não Circulante)	386.412	407.946	237.582	169.900
= Total Empréstimos e Financiamentos	460.407	475.511	277.839	189.760
Menos: Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	30.985	37.285	29.113	11.087
Mais: Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	14.222	18.215		
Menos: Saldo dos valores a receber junto a CDRJ (ativo)	0	0		
= Total Dívida Ajustada	443.644	456.441	248.726	178.673

“Dívida Líquida” significa (a) somatório dos empréstimos e financiamentos do circulante e do não circulante, incluídos títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo, ainda, os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), dívidas com partes relacionadas, avais, fianças, penhores ou garantia prestadas pela Companhia, menos (b) disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e do saldo dos valores a receber junto a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio.

“Dívida Ajustada” significa (a) somatório dos empréstimos e financiamentos do circulante e do não circulante, incluídos títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo, ainda, os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), dívidas com partes relacionadas, avais, fianças, penhores ou garantia prestadas pela Companhia, menos (b) ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e do saldo dos valores a receber junto a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio.

3.2 - Medições não contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Exercício Social Encerrado em 31.12.2013	Exercício Social Encerrado em 31.12.2012	Exercício Social Encerrado em 31.12.2011
a. Regras Sobre Retenção de Lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:</p> <p>(i) Dos lucros líquidos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal. O saldo dos lucros terá seguinte destinação:</p> <p>(a) destinação mínima de 25 % (vinte e cinco por cento) para dividendos aos acionistas;</p> <p>(b) ao saldo ainda remanescente, será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:</p> <p>(i) Dos lucros líquidos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal. O saldo dos lucros terá seguinte destinação:</p> <p>(a) destinação mínima de 25 % (vinte e cinco por cento) para dividendos aos acionistas;</p> <p>(b) ao saldo ainda remanescente, será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido que tiver sido apurado nas demonstrações financeiras, serão observadas as seguintes disposições:</p> <p>(i) Dos lucros líquidos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal. O saldo dos lucros terá seguinte destinação:</p> <p>(a) destinação mínima de 25 % (vinte e cinco por cento) para dividendos aos acionistas;</p> <p>(b) ao saldo ainda remanescente, será dada a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

Valores das Retenções:	Não houve retenção no exercício, dentro do regramento do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista o percentual de 20% do capital já ter sido constituído.	Não houve retenção no exercício, dentro do regramento do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista o percentual de 20% do capital já ter sido constituído.	Não houve retenção no exercício, dentro do regramento do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista o percentual de 20% do capital já ter sido constituído.
b. Regras Sobre Distribuição de Dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio aqui previstos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos.</p> <p>No exercício foi distribuído R\$85.507 mil</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio aqui previstos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos.</p> <p>No exercício foi distribuído R\$109.092 mil</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio aqui previstos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos.</p> <p>No exercício foi distribuído R\$60.154 mil</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

c. Periodicidade das Distribuições de Dividendos	Anual, semestral ou trimestral, conforme descrito no item b acima.	Anual, semestral ou trimestral, conforme descrito no item b acima.	Anual, semestral ou trimestral, conforme descrito no item b acima.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não há.	Não há.	Não há.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos últimos 3 exercícios sociais foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas de lucros de acordo com a tabela abaixo:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011
Valores em Reais Mil	R\$8.960	R\$14.463	R\$2.062

Exclusivamente para fins de consistência com as informações apresentadas no item 3.4 acima, destacamos que os valores que foram distribuídos à conta de lucros retidos ou reserva de lucros acima, referem-se a retenções realizadas em exercícios sociais anteriores ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2014	569.308.000,00	Índice de Endividamento	0,84090200	
31/12/2013	572.058.000,00	Índice de Endividamento	0,87955700	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/03/2014)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	9.363.000,00	18.158.000,00	9.079.000,00	0,00	36.600.000,00
Quirografárias	124.013.000,00	146.391.000,00	132.326.000,00	129.978.000,00	532.708.000,00
Total	133.376.000,00	164.549.000,00	141.405.000,00	129.978.000,00	569.308.000,00
Observação Estão classificados como dívida com garantia real os financiamentos para aquisição de equipamentos, que possuem os próprios ativos em garantia. Como quirografárias estão classificados: (i) os demais empréstimos de acordo com seu vencimento; (ii) outras dívidas do passivo circulante que foram classificadas como inferior a um ano; e (iii) provisões para contingências, tributos diferidos e outros passivos não circulantes que foram classificadas como superiores há um ano. Adicionalmente destaca-se que as informações apresentadas referem-se às informações consolidadas da Companhia.					
Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	10.096.000,00	18.797.000,00	14.097.000,00	0,00	42.990.000,00
Quirografárias	107.819.000,00	136.422.000,00	131.167.000,00	153.660.000,00	529.068.000,00
Total	117.915.000,00	155.219.000,00	145.264.000,00	153.660.000,00	572.058.000,00
Observação Estão classificados como dívida com garantia real os financiamentos para aquisição de equipamentos, que possuem os próprios ativos em garantia. Como quirografárias estão classificados: (i) os demais empréstimos de acordo com seu vencimento; (ii) outras dívidas do passivo circulante que foram classificadas como inferior a um ano; e (iii) provisões para contingências, tributos diferidos e outros passivos não circulantes que foram classificadas como superiores há um ano. Adicionalmente destaca-se que as informações apresentadas referem-se às informações consolidadas da Companhia.					

3.9 - Outras informações relevantes

A Companhia possui os seguintes contratos financeiros contendo cláusulas de *cross default*: (em R\$ mil):

Modalidade	Encargos	Vencimento	Mar2014
<i>Moeda Nacional</i>			
Automático Itaú BRL	TJLP + 6,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	1.299
Finame Itaú BRL	4,50% a.a.	Juros: mensal até 2014 Principal: mensal a partir de 2010 até 2014	31
FINEM	TJLP + 1,40% a.a.	Juros: trimestrais na carência e mensais até 2023 Principal: mensal a partir de 2015 até 2023	106.366
Loan 4131 Itaú BRL	11,07% a.a.	Juros: semestrais até 2019 Principal: dezembro 2019	85.706
NCE Santander BRL	CDI + 1,82% a.a.	Juros: semestrais até 2020 Principal: dezembro 2020	103.504
Total Moeda Nacional			296.906
<i>Dólares (USA)</i>			
Automático Itaú USD	4,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	408
Finimp Itaú USD	Libor + 3,30% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: janeiro 2018	36.569
NCE Itaú USD	5,34% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: julho 2018	92.508
NCE Votorantim USD	7,10% a.a.	Juros: semestrais até 2015 Principal: junho 2015	28.902
Total Dólares (USA)			158.387
Total Geral			455.293

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá sofrer alterações em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, pode afetá-la adversamente e de forma relevante. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" e na seção "5. Riscos de Mercado" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado".

a. ao emissor

A Companhia pode não conseguir implementar com sucesso as estratégias de crescimento.

As estratégias de crescimento da Companhia estão sujeitas a determinados riscos, incluindo fatores macroeconômicos, novas políticas de comércio aplicadas pelo Governo Federal aos setores portuário e aeroportuário, cumprimento do Contrato de Arrendamento C-DEP JUR Nº 010/98, celebrado entre a Companhia e a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ") em 11 de março de 1998 ("Contrato de Arrendamento"), atendimento aos requisitos dos órgãos reguladores dos setores portuários e aeroportuários, capacidade de controlar custos, produtividade na execução dos serviços, a existência de demanda pelos serviços, sucesso na relação com os clientes e capacidade de obter capital para realização de investimentos em obras, equipamentos e tecnologia. A ocorrência adversa em alguns destes riscos poderá levar ao insucesso das estratégias de crescimento, causando um efeito negativo nos resultados da Companhia.

A implementação das estratégias de crescimento exigirá investimentos significativos, podendo ser necessário que a Companhia contraia novas dívidas ou realize aumentos de capital, que podem não estar disponíveis ou, se disponíveis, podem estar sujeitos a termos não aceitáveis ou desfavoráveis para nós.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A expansão das operações da Companhia está ligada diretamente à sua capacidade de executar investimentos e atender as demandas de serviços do mercado. O Contrato de Arrendamento determina a realização compulsória de investimentos pela Companhia. A execução dos investimentos depende de recursos financeiros para a geração de caixa operacional cujas fontes são, basicamente, captação de recursos no mercado financeiro junto aos bancos públicos e privados e a captação de recursos no mercado de capitais, por meio de títulos de dívida ou de participação acionária. A capacidade da Companhia captar recursos está condicionada, mas não se limita, ao nível de endividamento, à geração de caixa para amortização de dívidas e às condições de mercado. Em relação às demandas de mercado, as pressões causadas pela concorrência ou pela necessidade de atendimento aos níveis de qualidade e produtividade por parte dos clientes também podem forçar a Companhia a aumentar ou acelerar os investimentos e, consequentemente, captar mais recursos, que podem não estar disponíveis ou estar em termos não aceitáveis ou desfavoráveis para a Companhia. O custo elevado de captação de recursos ou a falta de investimentos pode resultar no descumprimento de obrigações previstas no Contrato de Arrendamento, o que pode resultar em advertências, intervenção ou até rescisão do Contrato de Arrendamento pelo Poder Concedente, bem como prejudicar o crescimento e o desenvolvimento dos negócios, o que pode causar um efeito adverso para a Companhia.

Gastos ou investimentos acima do esperado podem prejudicar o crescimento e o desenvolvimento dos nossos negócios, o que pode causar um efeito adverso para a Companhia.

A capacidade da Companhia: (i) adquirir novas concessões, terminais logísticos, terminais portuários, retroáreas ou qualquer outro ativo ou sociedade relacionada com infraestrutura logística portuária e aeroportuária; e (ii) concluir adequadamente os projetos em andamento ou futuros projetos acessórios, que possam ser exigidos pelos contratos de concessão, está sujeita, dentre outros fatores, ao custo de mão-de-obra e de matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, negociações com órgão da administração pública direta, outorgante da concessão às concessionárias, riscos políticos, bem como interrupções resultantes, por exemplo, de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos de implementação e construção de ativos, caso não sejam repassados aos preços ou a terceiros, poderão afetar o fluxo de caixa e, consequentemente, a condição financeira e os resultados.

A valorização de outras moedas, especialmente o Dólar dos Estados Unidos, frente ao Real poderá gerar um efeito adverso sobre a Companhia.

Em 31 de março de 2014, 61% das receitas operacionais brutas e 29% da dívida ajustada da Companhia eram atreladas ao dólar norte-americano ("Dólar"). Quando se considera os efeitos da variação cambial sobre o endividamento contratado em Dólar, há um efeito negativo imediato no resultado da Companhia, visto que o estoque de dívida contratado em Dólar é superior à receita mensal atrelada ao Dólar, que gera uma despesa de variação cambial no resultado financeiro da Companhia com a consequente redução do lucro da Companhia. Para maiores informações ver seção "Análise e Discussão da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais – Riscos de Mercado Quantitativos e Qualitativos – Riscos Cambiais".

As operações da Companhia estão sujeitas a potenciais catástrofes, acidentes, greves e outros eventos imprevisíveis que poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As atividades de operação portuária e de armazenagem de carga alfandegada estão atreladas a, dentre outros, riscos de catástrofes, acidentes, falhas mecânicas e perda de bens. Derramamentos de combustível de navios e outros acidentes ambientais, perdas ou danos de cargas, interrupção do negócio devido a questões políticas, greves, condições climáticas severas, acidentes com navios, problemas com tecnologia ou sistemas de comunicação, interrupção no abastecimento de energia e desastres naturais podem resultar em uma perda de receitas, assunção de responsabilidades e aumento de custos. A ocorrência de desastres naturais e acidentes de grandes proporções podem afetar adversa e materialmente a capacidade de operação da Companhia, o que pode gerar efeito adverso nos resultados.

A Companhia pode não dispor de uma cobertura de seguro adequada para determinados riscos do negócio

Os seguros que a Companhia mantém contra os riscos que são típicos em seus negócios podem não oferecer a cobertura adequada. As apólices de seguro de responsabilidade civil, danos em embarcações ou carga e/ou nos equipamentos e lesões corporais poderão não ser suficientes para cobrir o custo dos danos sofridos pela Companhia e/ou por terceiros. No escopo das apólices de seguros contratadas pela Companhia não estão incluídos os lucros cessantes. Adicionalmente, as discussões de atribuição de culpa e do processo de regulação do sinistro poderão ser morosas, o que pode afetar adversamente os resultados e o fluxo de caixa da Companhia. Não se pode garantir que, na ocorrência de qualquer desses eventos, a Companhia seja capaz de retomar os serviços sem a interrupção significativa das operações, o que poderá afetar adversamente os resultados. Tais interrupções do negócio podem prejudicar também a reputação junto a terceiros, gerando impactos negativos aos resultados da Companhia.

A Companhia poderá ter seus negócios afetados por leis e regulamentos ambientais e de segurança, as quais podem, ainda, exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento.

A Companhia está sujeita a rigorosas leis ambientais municipais, estaduais e federais que afetam as suas atividades, assim como a regulamentos, autorizações e licenças que abrangem, entre outras coisas, a destinação dos resíduos e das descargas de poluentes na água e no solo.

Tais regulamentos obrigam a Companhia a obter licenças, permissões e autorizações para suas operações. As dificuldades para obter licenças, permissões e autorizações podem levar a atrasos na instalação de projetos. O descumprimento da regulamentação poderá sujeitar a Companhia penalidades civis, ordens de fechamento e outras sanções. Litígios relacionados a essas e outras questões podem afetar negativamente a condição financeira e/ou prejudicar a reputação da Companhia.

Além disso, devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos a fim de manter a Companhia em conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

A Companhia depende da qualificação técnica de membros da administração e poderá não ser capaz de reter ou substituí-los por pessoas com mesma experiência e qualificação.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Parte do sucesso da Companhia depende das habilidades e esforços do atual quadro administradores e colaboradores de alto escalão, os quais poderão afastar-se no futuro. Se administradores ou colaboradores de alto escalão optarem por não mais participar da gestão dos negócios da Companhia, esta poderá não ser capaz de contratar profissionais igualmente qualificados. A perda de membros da Administração executiva e a incapacidade de contratar profissionais com a mesma experiência e qualificação poderão ter efeito prejudicial sobre os negócios da Companhia.

A Companhia pode ser prejudicada em determinadas negociações de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho

As convenções e acordos coletivos de trabalho regulam as relações entre a Companhia e seus colaboradores no que se refere principalmente à duração da jornada, a remuneração mínima, férias e benefícios, que podem ser alteradas substancialmente no futuro. Assim, a Companhia pode ser prejudicada em caso de negociações desfavoráveis, principalmente nas discussões em que é representada pelo sindicato patronal de convenções coletivas. As operações também podem ser afetadas em caso de greves ou interrupções de trabalho durante o processo de negociação.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia é ou pode ser parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, em matéria cível, tributária, trabalhista, societárias, regulatórias, concorrenciais, ambientais, dentre outras. Tais processos envolvem fornecedores, colaboradores, clientes e autoridades governamentais, decorrentes tanto do desenvolvimento dos negócios como de eventos não recorrentes. Os resultados desses processos podem não ser favoráveis aos interesses da Companhia e a provisão constituída e refletida na Demonstração Financeira pode não ser suficiente para cobrir a integralidade dos custos a serem absorvidos no resultado, causando efeito adverso.

Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente os resultados e o valor das ações de emissão da Companhia. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais, ver as seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Os operadores de terminais portuários são obrigados a utilizar trabalhadores portuários registrados no Órgão Gestor da Mão de Obra – OGMO ou contratar trabalhadores portuários com vínculo empregatício. O custo deste tipo de contratação pela Companhia poderá aumentar caso seja obrigada a contratar apenas trabalhadores registrados no OGMO.

Os operadores de terminais, tanto públicos quanto privados, são obrigados a utilizar em suas operações trabalhadores portuários registrados em um órgão, sem fins lucrativos e formado pelos operadores portuários de cada porto, denominado Órgão Gestor de Mão de Obra ("OGMO"). Atualmente esses trabalhadores, sindicalizados em seis categorias profissionais diferenciadas, em sua maioria não possuem vínculo empregatício com os operadores de terminais e, de modo geral, apresentam produtividade abaixo daqueles contratados com vínculo empregatício. Estes representam um custo superior de contratação tendo em vista a exigência de contratação de um número elevado de trabalhadores registrados no OGMO. Periodicamente, esses trabalhadores têm ameaçado buscar medidas governamentais ou intervenção

4.1 - Descrição dos fatores de risco

judicial que aumentariam o número de trabalhadores avulsos sindicalizados que os operadores de terminais são obrigados a contratar, ou que importariam no aumento dos respectivos salários. Se tais medidas ou intervenções forem implementadas e obtidas, a Companhia pode ter de contratar outros trabalhadores avulsos sindicalizados ou pagar salários mais elevados, o que aumentaria os custos gerais com mão de obra da Companhia, sem o aumento desejado de produtividade, acarretando em um efeito adverso na Companhia.

A Companhia poderá ter que responder solidariamente como o OGMO pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

De acordo com o artigo 33, parágrafo 2º da Nova Lei dos Portos a Companhia poderá, no âmbito de discussões judiciais, ser considerada solidariamente responsável por dívidas e disputas trabalhistas ajuizadas em face do OGMO referentes a remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho, podendo ser autuada e/ou obrigada a efetuar o pagamento de dívidas cíveis e trabalhistas e multas impostas pelas autoridades competentes, causando impacto adverso no resultado da Companhia.

As alterações nas normas trabalhistas aplicáveis ao setor portuário, implementadas pela Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 ("Nova Lei dos Portos"), podem impactar negativamente a produtividade e os resultados operacionais da Companhia.

O novo marco regulatório do setor, em especial com a publicação da Nova Lei dos Portos, estendeu os prazos de prescrição para a propositura de reclamações trabalhistas e tornou mais complicada a negociação entre os operadores de terminais e os sindicatos de trabalhadores portuários bem como a sua contratação com vínculo empregatício. Tais fatores podem impactar adversamente a produtividade da Companhia, bem como nos resultados operacionais.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os acionistas controladores podem ter interesses que conflitem com os interesses de investidores.

Os atuais acionistas da Companhia, quais sejam Boreal Empreendimentos e Participações S.A., Libra Holding e Libra Terminais e Logística S.A., juntos, são titulares de aproximadamente 94,50% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Ademais, a acionista Libra Holding S.A. detém de forma indireta, aproximadamente, 73,5% de participação no capital social da Companhia. Esses acionistas votam como um único bloco, possuindo o poder de nomear os membros do Conselho de Administração e determinar os resultados de qualquer questão que exija a aprovação da maioria dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias e o pagamento de quaisquer dividendos. Os acionistas controladores podem ter interesse em realizar aquisições, concorrer a novas licitações públicas, no setor portuário e aeroportuário, alienar ativos, realizar parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de outros investidores e causar efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

c. a seus acionistas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional, obtendo-o por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos demais acionistas.

A Companhia pode necessitar de recursos adicionais e pode optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações. Contudo, na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social. A captação de recursos adicionais por meio de emissão pública de ações pode não prever direito de preferência aos atuais acionistas, o que poderá resultar na diluição da participação dos demais acionistas da Companhia.

d. a suas controladas e coligadas

A capacidade da Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol") de renovar os contratos de prestação de serviços com clientes poderá ser afetada caso a renovação do Contrato de Concessão com o Município de Cabo Frio seja questionada, o que poderá afetar significativamente as receitas da Costa do Sol.

Em 23 de março de 2001, a Costa do Sol celebrou o Contrato de Concessão nº 007/2001 ("Contrato de Concessão de Cabo Frio") com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, por meio do qual lhe foi garantido o direito de explorar os serviços públicos de administração e operação aeroportuária do Aeroporto de Cabo Frio. O Contrato de Concessão de Cabo Frio previa um prazo de concessão até 23 de março de 2014. Ademais, o contrato previa a possibilidade de prorrogação do prazo por igual período, por uma única vez, desde que o convênio firmado entre o Ministério da Aeronáutica (sucedido pela Secretaria de Aviação Civil ("SAC")) e o Município de Cabo Frio ("Convênio") ainda estivesse vigente por tal período. O prazo do Convênio acima mencionado encerra-se em 9 de junho de 2014, prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de 5 anos, caso não haja manifestação em contrário por qualquer das partes. Em 9 de dezembro de 2004, a Costa do Sol celebrou com o Município de Cabo Frio aditamento ao Contrato de Concessão de Cabo Frio, pelo qual o prazo de concessão foi prorrogado até abril de 2023. Existe risco da SAC manifestar-se contrária à prorrogação automática e sucessiva por períodos de 5 anos, fazendo com que o Convênio encerre-se antes do Contrato de Concessão de Cabo Frio, o que tornaria sem efeito o aditivo ao Contrato de Concessão de Cabo Frio celebrado em 09 de dezembro de 2004.

As privatizações recentes dos aeroportos, especialmente o aeroporto de Galeão, poderão impactar adversamente o faturamento do Aeroporto de Cabo Frio.

Em 2013 o Governo Brasileiro iniciou uma série de privatizações do setor aeroportuário, tendo licitado para exploração da iniciativa privada, entre outros, o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Antônio Carlos Jobim ("Aeroporto de Galeão"). O Aeroporto de Galeão atualmente opera com capacidade ociosa em relação à carga aérea, o que pode ser alterado em decorrência da recente privatização. Diante de tal fato, o início da exploração pelo Aeroporto de Galeão de sua capacidade para recebimento e armazenagem de cargas aéreas poderá ter impacto adverso no faturamento do Aeroporto de Cabo Frio, tendo em vista que representaria uma forte concorrência para seu setor de atuação.

O aumento da eficiência dos portos do Rio de Janeiro e Niterói, especialmente, podem impactar de forma adversa no faturamento do terminal operado pela Companhia, bem como do Aeroporto de Cabo Frio.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Uma das principais fontes de faturamento do Aeroporto de Cabo Frio são as cargas marítimas descarregadas nos Portos do Rio de Janeiro e Niterói e transferidas para o Aeroporto de Cabo Frio para realização do desembarço aduaneiro. O aumento da eficiência dos demais portos pode diminuir o fluxo destas transferências e acirrar a concorrência com o terminal operado pela Companhia, gerando assim um efeito relevante adverso na capacidade de faturamento do Aeroporto de Cabo Frio, bem como do terminal operado pela Companhia.

O surgimento de Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros ("CLIA's") próximos à área de influência do terminal operado pela Companhia e do Aeroporto de Cabo Frio.

Em 4 de abril de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 612 de 2013 ("MP 612") que, entre outras atribuições, reestruturava o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros na zona secundária. No entanto, tal medida não foi convertida em lei e teve o seu prazo de vigência encerrado em 01 de agosto de 2013. A MP 612 previa a possibilidade de concessão de licença (sem licitação) pela Receita Federal do Brasil, para exploração de CLIA para pessoas jurídicas que já explorassem serviços de armazéns gerais. Diante de tal fato há a possibilidade de que seja concedida a exploração de CLIA, administrativa ou judicialmente, para pessoas jurídicas que tenham protocolado o seu requerimento dentro do prazo de vigência da MP 612, o que permitiria o surgimento de CLIA's na área de influência do Terminal operado pela Companhia e do Aeroporto de Cabo Frio e, conseqüentemente o aumento na concorrência com um impacto adverso nos resultados da Companhia.

e. a seus fornecedores

A Companhia e suas controladas podem figurar como responsáveis solidários ou subsidiários das disputas trabalhistas de prestadores de serviços.

A Companhia e suas controladas celebram diversos contratos de prestação de serviços com empresas terceirizadas, tais como de limpeza, construção, reformas, transporte e vigilância, entre outros. Caso essas empresas não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia e suas controladas podem, no âmbito de discussões judiciais, ser consideradas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas e disputas trabalhistas dessas empresas. Podendo, assim, ser autuadas e/ou obrigadas a efetuar o pagamento de dívidas trabalhistas e multas impostas pelas autoridades competentes, causando impacto adverso no resultado da Companhia e suas controladas.

Riscos relacionados à terceirização de parte substancial das atividades de serviços dedicados à cadeia de suprimentos e de transporte de cargas gerais podem afetar adversamente a Companhia.

A Companhia poderá responder, perante os clientes, por eventuais falhas na prestação do serviço realizado por agregados e terceiros que contrata. Não se pode garantir que o serviço prestado por agregados e terceiros apresente a mesma qualidade daquele prestado pelos empregados da Companhia. Além disso, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios. Caso qualquer uma dessas hipóteses ocorra, a reputação e os resultados da Companhia poderão ser impactados adversamente.

Aumentos significativos na estrutura de custos do negócio podem afetar adversamente os resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à dificuldade de repasse de aumentos dos custos de insumos aos clientes, sejam eles combustíveis, peças ou mão de obra, o que poderá impactar adversamente de forma relevante a condição financeira e os resultados. Preço e disponibilidade dos insumos dependem, inclusive, de fatores políticos, econômicos e mercadológicos que fogem ao controle da Companhia e não se pode prever quando os preços desses insumos sofrerão reajustes.

f. a seus clientes

Como prestador de serviços com ativos fixos relevantes, os resultados da Companhia dependem do volume de negócios nos setores em que nossos clientes atuam.

Como prestadores de serviços com ativos fixos relevantes, os resultados dependem do volume de negócios nos setores em que os clientes atuam. Muitos dos contratos e acordos com os clientes regulam a rescisão antecipada unilateral pelo cliente, com prazo razoável de pré-aviso. Uma redução do volume de negócios resultaria em uma redução das margens operacionais, devido à menor diluição dos custos fixos, especialmente no segmento de Serviços de Operação Portuária. Caso os contratos com clientes sejam rescindidos ou não sejam renovados, ou caso a demanda pelos serviços diminua, ou ainda, se os clientes sofrerem efeitos econômicos adversos, a condição financeira e os resultados da Companhia serão impactados adversamente, principalmente se a Companhia possuir um montante substancial de ativos imobilizados sob sua concessão, o que poderá afetar adversamente de forma relevante o desempenho da Companhia.

As receitas da Companhia são concentradas nas principais companhias de navegação.

A receita da Companhia é oriunda da relação comercial com um número limitado das principais companhias de navegação ("Armadores"), seja pelo serviço de operação portuária prestado diretamente a esses clientes, seja pelo serviço de armazenagem prestado aos clientes proprietários das cargas trazidas pelos navios. Atualmente a Companhia mantém contratos de longo prazo com parte dessas companhias. Se qualquer Armador reduzir substancialmente a utilização dos serviços da Companhia, seja devido a um aumento no uso dos serviços dos seus concorrentes ou a uma diminuição geral de suas atividades, não se pode garantir que a Companhia conseguirá obter receitas equivalentes pela prestação de serviços a outro Armador. Não se pode garantir que no futuro a Companhia conseguirá diversificar a atual base de clientes, dada à reduzida quantidade de Armadores que operam na rota para o Brasil. Qualquer alteração na demanda por serviços de movimentação de contêineres por um ou mais dos principais clientes pode gerar um efeito adverso na Companhia.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

A Companhia poderá enfrentar concorrência de outras operadoras de portos o que poderá afetar sua participação no mercado e seus resultados.

A Companhia enfrenta concorrência em relação a outros terminais portuários de contêineres. A concorrência baseia-se, de modo geral, nos preços cobrados, qualidade, segurança e eficiência do serviço prestado. No Estado do Rio de Janeiro, a Companhia concorre com a Multi-Terminais e o Terminal Sepetiba Tecon. Ao longo da costa brasileira a Companhia concorre com diversas outras operadoras de terminais de contêineres, principalmente com os portos mais próximos, Vitória e Santos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Se esses concorrentes conseguirem aumentar sua eficiência e competitividade, a Companhia pode não conseguir obter o crescimento da movimentação de contêineres com a rapidez que é esperada ou manter a mesma rentabilidade das operações atuais. O mesmo pode ocorrer no caso de estabelecimento de novos terminais de contêineres no território brasileiro, especialmente nas localidades próximas aos atuais clientes da Companhia.

A Companhia também enfrenta concorrência na atividade de armazenagem de carga alfandegada, especialmente no que se refere às atividades de logística. Se os atuais concorrentes da Companhia conseguirem melhorar a eficiência e a competitividade de suas operações, ou se um novo concorrente estabelecer com sucesso um armazém para carga alfandegada, a Companhia pode não conseguir obter o crescimento de armazenagem de carga com a rapidez esperada ou manter a mesma rentabilidade. Quaisquer dos fatores acima poderiam causar um efeito adverso sobre o resultado da Companhia.

A demanda pelos serviços da Companhia depende substancialmente do volume geral do comércio exterior brasileiro e das condições econômicas favoráveis da área de atuação da Companhia. O decréscimo do volume do comércio brasileiro, em decorrência de, por exemplo, políticas do Governo Federal ou Estaduais que limitem as importações ou exportações, além de conflitos armados, aumento dos preços de energia e instabilidade política e social, entre outros, ou o desaquecimento da economia na área de atuação da Companhia pode afetá-la de maneira adversa.

Parcela substancial das receitas da Companhia provém do movimento de contêineres e do armazenamento de cargas importadas para o Brasil. O volume de comércio exterior pode ser adversamente afetado por diversos fatores, inclusive reduções no ritmo de crescimento da economia mundial, Produto Interno Bruto brasileiro ("PIB"), políticas do Governo Federal ou Estaduais que limitem as importações ou exportações, além de conflitos armados, aumento dos preços de energia e instabilidade política e social. A área de atuação da Companhia está concentrada no Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, a ocorrência do desaquecimento da economia na área de atuação da Companhia, poderá ter um efeito adverso relevante sobre os seus negócios, uma vez que os clientes passariam a demandar menos os serviços da Companhia. Nesse sentido, qualquer redução no volume de comércio exterior ou desaquecimento específico da economia no Estado do Rio de Janeiro pode afetar a Companhia de maneira adversa.

As atividades da Companhia são cíclicas e diretamente influenciadas pelo volume de importação e exportação que, por sua vez, estão expostas a flutuações sazonais, o que pode provocar flutuações nos resultados operacionais.

A movimentação de contêineres e o preço dos serviços a ela relacionados podem flutuar como consequência do volume do comércio "containerizado", que é influenciado por diversos fatores, inclusive a demanda por comércio "containerizado", condições econômicas globais e regionais, desenvolvimentos do comércio internacional e políticas comerciais sancionadas pelo Governo Federal.

O comércio internacional é um dos principais impulsionadores do crescimento econômico mundial. O operador de terminal portuário é um dos principais agentes do comércio internacional se adequando à peculiaridade de cada mercado e região em que atua. O volume de importação e exportação está exposto a flutuações sazonais denominadas *peak* e *low season*. O período de *peak season*, começa em agosto e termina em meados de dezembro, e caracteriza-se pelo aumento de, em média, 5,3% do volume de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

movimentação portuária, resultado da elevada demanda do comércio por estoque para o período das festas natalinas. O *low season*, por sua vez, abrange os meses de janeiro a abril refletindo na queda de, em média, de 7,8% do volume operado, devido à baixa demanda do comércio neste período. As atividades da companhia estão diretamente ligadas ao volume de importação e exportação e, portanto, também estão sujeitas a flutuações em seus resultados.

Atrasos nas vistorias da Alfândega e incremento em suas exigências podem afetar significativamente o fluxo de negócios nos portos brasileiros e assim afetar o crescimento da movimentação de contêineres.

A eficiência das operações depende de vistorias alfandegárias eficientes, dentre outros fatores. As vistorias alfandegárias podem sofrer atrasos por diversos motivos, inclusive: (i) qualidade das informações e/ou documentações preparadas pelos despachantes e agentes de comércio exterior, necessárias para o desembaraço das mercadorias, (ii) greves dos agentes alfandegários, (iii) grande aumento do comércio exterior que seja superior à capacidade de processamento dos agentes alfandegários, (iv) falta de recursos para modernizar as operações aduaneiras ou contratar outros agentes alfandegários, ou (v) mudanças nos regulamentos aduaneiros ou implementação de regulamentos que aumentem a burocracia envolvida nas vistorias alfandegárias ou exijam uma análise minuciosa das mercadorias que passam pelos portos do país. Se as operações aduaneiras se tornarem substancialmente lentas especialmente no Porto do Rio de Janeiro, o fluxo de mercadorias seria reduzido, bem como as receitas que a Companhia obteria com a prestação de serviços de movimentação de contêineres e armazenagem de carga alfandegada. O atraso na entrega dos produtos impactaria diretamente na imagem da Companhia e encorajaria os clientes a buscar alternativas em outros portos que resultaria na redução da movimentação de contêineres, causando um efeito adverso na Companhia.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A atividade da Companhia de exploração de terminal portuário público, por meio de contrato de arrendamento, é considerada serviço público e está sujeita a diversas regulamentações governamentais, cujas alterações podem gerar um efeito adverso no resultado. Além disso, as atividades da Companhia também podem ser afetadas adversamente por medidas governamentais.

As principais atividades desenvolvidas pela Companhia, quais sejam, operações de porto e de aeroporto, são serviços públicos delegados à iniciativa privada e, portanto, sujeito a um ambiente altamente regulado. Aos Poderes Concedentes, é conferida ampla discricionariedade, com a qual podem determinar, inclusive, que as tarifas cobradas pela Companhia sejam reduzidas ou os investimentos que a Companhia deve realizar sejam incrementados, ainda que observado o direito da Companhia ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A implementação da estratégia de crescimento, a condução das atividades da Companhia e, consequentemente os seus resultados, podem ser adversamente afetadas pelas medidas governamentais acima descritas, bem como por alterações nas leis e regulamentos aplicáveis ao setor, podendo causar aumento nos custos e/ou redução de receitas, o que poderá causar efeito adverso sobre o resultado.

Adicionalmente, a Companhia pode ser afetada pelas decisões dos governos federal, estaduais e municipais com relação ao desenvolvimento do sistema portuário brasileiro, especialmente no que concerne à outorga de novas concessões e arrendamentos, podendo aumentar a concorrência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A recente alteração trazida pela Nova Lei dos Portos estabeleceu novos critérios para a exploração e arrendamento para a iniciativa privada de terminais de movimentação de carga dentro e fora da área do porto organizado (perímetro sob controle da Autoridade Portuária). Tais alterações poderão aumentar a concorrência entre terminais portuários e afetar os resultados da Companhia.

A recente alteração no marco regulatório do setor portuário estabeleceu novos critérios para a delegação da exploração de terminais portuários. Com a nova lei, além de outras inovações, as licitações de terminais portuários localizados dentro do porto organizado (perímetro sob controle da Autoridade Portuária) deverá considerar o critério de maior eficiência com menor tarifa, ou seja, como fator decisório nas licitações será considerada a maior movimentação possível de carga pelo menor preço unitário. As autorizações para porto privado localizados fora do porto organizado não exigirão movimentação de carga própria e deverá ter um processo de escolha simplificado. Tais alterações poderão aumentar a participação de outras empresas da iniciativa privada na exploração de portos e terminais portuários, dentro e fora da área do porto organizado, o que, consequentemente aumentará a concorrência da Companhia e poderá afetar seus resultados. Com a recente edição da Lei dos Portos, todo o marco regulatório do setor está sendo revisto e adaptado à nova Lei. No período de junho de 2013 até a data deste formulário de referência, a Secretaria de Portos da Presidência da República ("SEP") e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") publicaram ou colocaram em audiência pública mais de duas dezenas de normas, sendo que algumas delas aumentam significativamente a fiscalização da ANTAQ sobre os terminais e preveem multas e outras penalidades que podem impactar as operações e os resultados da Companhia.

Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de custo ou redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento do nosso fluxo de caixa.

O Contrato de Arrendamento especifica, com relação a algumas atividades, o preço máximo de referência que pode ser praticado por contêiner armazenado ou movimentado e preveem um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Entretanto, esse preço está sujeito à aprovação do Poder Concedente e não podemos assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente.

Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, devemos contar com uma metodologia legal e contratualmente prevista, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Essa metodologia permite que tanto nós quanto o Poder Concedente possamos buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetaram os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade dos respectivos Poderes Concedentes. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O arrendamento do terminal pode ser rescindido antes do vencimento de seu prazo, mediante a ocorrência de determinados eventos, cuja consequente indenização pode ser de valor inferior ao valor de mercado dos ativos utilizados nas operações da Companhia, caso em que a Companhia será obrigada a indenizar a Docas do Rio de Janeiro – CDRJ.

A Companhia tem o direito de explorar o Terminal de Contêineres I do Porto do Rio de Janeiro, nos termos do Contrato de Arrendamento C-DEP JUR Nº 010/98 ("Contrato de Arrendamento"), celebrado em 11 de março de 1998, com a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ"), e seus aditivos, com prazo de duração até março de 2048. O Contrato de Arrendamento está sujeito à rescisão unilateral antecipada, pela CDRJ, na ocorrência de determinados eventos, incluindo: (i) a desapropriação dos ativos utilizados em tais operações, pelo Governo Federal, por motivos de interesse público, (ii) o descumprimento de obrigações contratuais, inclusive o inadimplemento no pagamento dos valores devidos ao Poder Concedente ou (iii) a falência ou dissolução da Companhia.

Apesar de termos o direito à indenização do valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos dos contratos de concessão, em caso de extinção antecipada, não podemos assegurar que esse valor seria suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se o Poder Concedente extinguir o contrato de concessão em caso de inadimplemento, o valor pode teoricamente ser reduzido a até zero, pela imposição de multas ou outras penalidades.

Se, por qualquer motivo, houver rescisão antecipada do Contrato de Arrendamento, todos os ativos fixos utilizados nas operações, incluindo as benfeitorias, serão revertidos da Companhia à Docas do Rio de Janeiro – CDRJ. Neste sentido, a Companhia será obrigada a indenizar a CDRJ por quaisquer ativos revertidos que não estejam em condições operacionais apropriadas na data da reversão. Em caso de rescisão de qualquer dos contratos por inadimplemento, este valor poderá ser reduzido a zero mediante imposição de multas e outras penalidades.

Parte substancial dos ativos da Companhia é dedicada à prestação de serviço público, que devem ser revertidos ao Governo Federal ao fim dos contratos de arrendamentos, não estando disponíveis para a satisfação judicial de eventuais credores.

Pelo fato de parte substancial dos ativos ser dedicada à prestação de serviço público, esses ativos não estão disponíveis para a satisfação judicial dos credores. Com a extinção dos contratos de arrendamento, esses ativos serão revertidos, nos termos dos contratos de arrendamento e da legislação brasileira, ao Governo Federal, que é obrigado ao ressarcimento por tais reversões, cujo valor pode ser inferior ao valor de mercado dos ativos. Essas restrições relacionadas à reversão dos ativos ao Governo Federal podem reduzir significativamente os valores que os acionistas teriam direito de receber em caso de liquidação da Companhia e podem afetar de maneira adversa a capacidade de obter financiamentos.

A Companhia depende da manutenção e contínua melhoria da infraestrutura de acesso ferroviário, rodoviário e aquaviário, no território brasileiro.

A Companhia depende substancialmente da movimentação de contêineres de forma eficiente e a preços razoáveis aos clientes. Para tanto, a infraestrutura ferroviária e rodoviária à qual os terminais estão conectados deve ser objeto de melhorias contínuas, expansão e manutenção. Esse fator depende, em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

parte, da realização dos investimentos necessários pelas autoridades governamentais e concessionárias rodoviárias ou ferroviárias, bem como da obtenção das licenças necessárias para operação. Adicionalmente, a capacidade de operação da Companhia também depende da manutenção contínua e aumento da profundidade dos canais de acesso e aos berços de atracação, de forma a possibilitar que embarcações de grande porte frequentem o Porto do Rio de Janeiro. A manutenção e aumento da profundidade dos canais também depende da realização pelas autoridades governamentais dos investimentos necessários. Dessa forma, caso referidas melhorias e investimentos não sejam realizados pelo Governo Federal e Estaduais, a Companhia poderá ter redução de receitas ou aumento de custos operacionais o que, consequentemente, poderá gerar um efeito adverso no resultado.

As obras que estão sendo realizadas no terminal operado pela Companhia podem aumentar o risco de acidentes e paralisações.

A Companhia está realizando obras de expansão do terminal, que consiste no aumento de cais e de retroárea. Tais obras, especialmente em decorrência de seu tamanho, complexidade e extensão podem agravar o risco de acidentes com pessoas e cargas que transitam no terminal e, consequentemente podem impactar negativamente as operações. Além disso, tendo em vista que parte dessas obras consiste no aumento de retroárea, cobrindo a linha d'água com lajes sobre estacas, a Companhia está exposta a possíveis críticas e questionamentos por associações e órgãos ligados ao meio ambiente, que podem afetar a imagem e o andamento das obras, limitando o crescimento das operações e afetando o resultado da Companhia.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos que exigem o licenciamento das atividades. A falha na manutenção ou ausência de licenças necessárias à operação do terminal portuário pode impedir a condução regular das atividades.

A Companhia está sujeita a uma extensa gama de leis e regulamentos que exigem o licenciamento das atividades como requisito à condução dos negócios no terminal portuário, expedidas principalmente pela Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O não cumprimento dessas leis e regulamentos, a falha na manutenção ou ausência das licenças necessárias às operações da Companhia pode impedir a continuidade das atividades. Esses fatores podem afetar os resultados de forma adversa.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue.

Não aplicável. A Companhia não possui operações próprias ou por meio de coligadas em países estrangeiros.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Desta forma, monitora constantemente as mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, principalmente por meio de acompanhamento dos indicadores de performance. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Seguem as medidas tomadas pela Companhia para mitigar alguns dos riscos que afetam os seus negócios, em linha com as informações apresentadas no item 4.1 deste Formulário de Referência:

Capacidade de financiamento do plano de crescimento.

A Companhia busca atuar sempre de acordo com boas práticas de governança corporativa, mantendo uma relação de transparência com o mercado. O Grupo Libra acredita que a sua atuação em conformidade com as boas práticas de governança corporativa contribuem e garantem um bom relacionamento entre a Companhia e o mercado financeiro e de capitais nacionais. Nesse sentido, acredita-se que a manutenção dessa atuação coerente seja uma medida eficiente para mitigar qualquer risco de financiamento por meio do acesso ao mercado financeiro e de capitais. Nas avaliações dos projetos de crescimento do Grupo Libra, a Administração observa tanto os limites de alavancagem financeira, bem como, o perfil de vencimento dos financiamentos dos referidos projetos. Como balizador de referência para as decisões de investimentos, a Companhia observa um limite de 3,0 (três) vezes a Dívida Líquida sobre o EBITDA.

Proteções contra a valorização do Dólar dos Estados Unidos frente ao Real.

O Dólar dos Estados Unidos é um componente da receita de armazenagem da Companhia. Por este motivo, a Companhia apresenta um *hedge* natural de caixa frente às obrigações de médio e longo prazo nesta moeda, administrando na contratação de obrigações futuras em dólares um equilíbrio entre os vencimentos das obrigações futuras em dólares vis-à-vis a expectativa de recebimentos na mesma moeda, decorrentes das receitas de armazenagem de importações.

Manutenção dos Colaboradores.

Com o objetivo de preservar a força de trabalho da Companhia, a Companhia utiliza-se de políticas de remuneração e avaliação modernas e eficientes, visando estreitar sua relação com colaboradores e uma melhor manutenção de seu pessoal. Em maio de 2014, o quadro de colaboradores da Companhia e da Costa do Sol era composto por 851 colaboradores, sendo que destes, 130 atuavam na área administrativa e 721 na área operacional. A Companhia tem como política de remuneração manter-se como um empregador competitivo para a atração e retenção de pessoal qualificado. Para tanto, conduz pesquisas salariais anuais e análises com o objetivo de estar com seus padrões de remuneração situados na mediana de mercado de um universo de empresas comparáveis. Além disso, os colaboradores da Companhia participam do programa anual de participação de resultados, de acordo com metas estabelecidas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia adota um sistema de avaliação de desempenho anual para 100% de seus colaboradores, com base nas competências estabelecidas de acordo com os cargos ocupados. A Companhia oferece, ainda, programas de desenvolvimento pessoal, que têm como objetivo a capacitação contínua dos colaboradores. Dentre os programas, destaca-se o Libra Educa, que proporciona bolsas de estudos para colaboradores, com subsídio de até 50% da mensalidade, limitado ao teto de R\$500,00, para cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos. A Companhia realiza ainda uma gestão do clima organizacional, com aplicação da pesquisa de Clima Organizacional a cada dois anos,

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

como um importante sistema de gestão de pessoas, buscando avaliar a percepção dos colaboradores com relação a fatores como superior imediato, engajamento e condições físicas de trabalho. O resultado destas pesquisas ajuda a Companhia a direcionar suas ações de melhorias.

Pacote de contratos relacionados às Obras de Expansão.

Como medida para mitigar os riscos das obras de expansão do terminal, o Grupo Libra contratou uma equipe de engenharia especializada para a gestão de seus contratos de *engineering*. Neste sentido, o gerenciamento da obra de expansão e dos prestadores de serviço envolvidos é realizado por tal empresa de engenharia, o que possibilita maior controle do procedimento de expansão e também das pessoas envolvidas, garantindo maior segurança aos que transitam no terminal.

Eficiência Operacional.

O Grupo Libra possui a prática de gestão de riscos como forma de controle à exposição indevida aos riscos financeiros que inviabilizariam a implementação das estratégias de crescimento (vide Quadro 5.1). Além disso, faz parte do sistema de gestão do Grupo Libra: (i) a implantação, já em andamento, de um programa de excelência operacional, por meio de treinamento especializado e formação de pessoas nos conceitos de (a) padronização de processos vigentes (Gestão da Rotina) ou novos (Inovação); (b) melhoria contínua e solução de problemas; e (c) utilização estruturada de *benchmarking*, visando aumentos significativos nos indicadores de eficiência operacional, melhora nos níveis de serviço, além de redução de *lead time* nos principais processos da empresa e consequente redução de custos com a eliminação de desperdícios e otimização de recursos.

Gestão das Obrigações do Contrato de Arrendamento.

Com o objetivo de manter-se de acordo com o Contrato de Arrendamento, a Companhia possui uma estrutura organizacional de acompanhamento das obrigações estabelecidas em tal contrato. O acompanhamento é realizado nos rituais de gestão da Companhia, por meio da área de auditoria interna da Companhia, além de cada uma das áreas envolvidas diretamente nas obrigações ali previstas.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Abaixo seguem a relação e descrição dos processos julgados mais relevantes em que a Companhia e/ou suas controladas figuram no polo passivo ou ativo.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa o patrimônio, a capacidade financeira, os negócios da Companhia ou de suas controladas, devendo ser considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem atrelados.

Processos Cíveis.

Em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas eram parte em processos de natureza cível classificados com probabilidade de perda provável, em relação aos quais a Companhia mantém provisão no valor de R\$135 mil.

Adicionalmente, a Companhia faz parte de outros processos cíveis surgidos no curso normal dos negócios no valor total de R\$ 864 mil classificados com probabilidade de perda possível, para os quais não foi constituída provisão.

A maioria das ações cíveis tem por objeto pedidos de indenização por danos materiais e morais, questões relativas ao contrato de arrendamento do Terminal 1 Rio e cobranças de armazenagem, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

São descritos abaixo os processos cíveis individualmente considerados relevantes:

Processo nº 2006.001.155780-1	
a) Juízo	38ª Vara Cível do Rio de Janeiro
b) Instância	1ª instância judicial
c) Data de Instauração	Dezembro de 2006
d) Partes no Processo	Autor: Tequimar (na qualidade de sucessora da União Terminais e Armazéns Gerais Ltda.) Réus: Companhia e Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
e) Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Valor do Processo: R\$ 20.000,00 para efeito de alçada. Há na inicial o pedido de arbitramento de valores por danos morais sofridos.
f) Principais Fatos	Trata-se de ação ordinária proposta pela União Terminais e Armazéns Gerais Ltda. em dezembro de 2006, com pedido de liminar em face da Companhia e CDRJ, na qual requer: (i) que seja deferida liminar para determinar que os réus observem as regras de compartilhamento do berço do terminal arrendado à Libra pela CDRJ; e (ii) a condenação dos Réus por danos morais e materiais. Em julho de 2007, a Companhia apresentou ação (reconvenção) pedindo indenização pelos danos causados pelo compartilhamento do berço que lhe foi arrendado.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>Em dezembro de 2006, foi concedida tutela antecipada desfavorável à Companhia para compartilhamento do terceiro berço, observadas as regras de atracação utilizando o critério de ordem de chegada das embarcações.</p> <p>Em abril de 2010, foi apresentado laudo do perito do juiz favorável à Companhia, no sentido de que a atividade de carga e descarga da Terminais e Armazéns Gerais Ltda. é subsidiária às atividades da Companhia em face da exclusividade de operação e de prioridade de atracação previstas contratualmente.</p> <p>Em julho de 2012, o perito prestou esclarecimentos confirmando laudo favorável à Companhia.</p> <p>Em maio de 2012, houve alegação de descumprimento de liminar pela Companhia. Foram apresentados esclarecimentos.</p> <p>Em janeiro de 2013, foi apresentada proposta de compartilhamento do berço (1 janela fixa e 1 variável) que se encontra em análise.</p>
g) Chance de Perda (provável, possível, remota)	Remota
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do processo a Companhia terá que compartilhar o berço do terminal conforme requerido. Nesse caso, a Companhia não terá exclusividade e preferência na atracação de navios contêineres.
i) Valor Provisionado	Não há.

Processos Trabalhistas

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas eram parte em processos de natureza trabalhistas classificados com probabilidade de perda provável, em relação aos quais a Companhia mantém provisão no valor de R\$ 4.9 milhões (base março de 2014).

A maioria das ações consiste em pleitos para pagamento de verbas rescisórias, adicionais por horas extras, periculosidade, litígios específicos com trabalhadores portuários avulsos e redução de carga horária, dentre outros pedidos baseados em convenções coletivas de trabalho e na legislação trabalhista.

São descritos abaixo os processos trabalhistas individualmente considerados relevantes:

Ação Cautelar nº 00433-2008-041-01-00-0 Ação Declaratória nº 00982-2008-041-01-00-5	
a) Juízo	41ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b) Instância	2ª instância
c) Data de Instauração	Maio de 2008
d) Partes no Processo	Autor: Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro Réu: Companhia
e) Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 42.138.865,42
f) Principais Fatos	<p>Trata-se de ação trabalhista na qual o Sindicato pede que seja suspenso o processo de contratação por vínculo de trabalhadores da categoria estiva bem como a interrupção do uso dos que já foram contratados.</p> <p>Em abril de 2008, houve decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia, na ação cautelar, concedendo liminar determinando a interrupção da contratação a vínculo. Essa decisão foi reconsiderada pelo próprio juiz, revogando a liminar.</p> <p>Em novembro de 2008, houve decisão de 2ª instância (TRT) favorável à Companhia, negando a restauração da liminar (MS). Essa decisão foi mantida pelo TST.</p> <p>Em abril de 2010, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia, em que o juiz julgou improcedente o pedido do Sindicato, sob o argumento de que o artigo 56 da Lei 8.630 somente se aplica aos terminais de uso privativo.</p> <p>Em março de 2012, houve decisão de 2ª instância favorável à Companhia.</p> <p>Em agosto de 2012, houve decisão favorável à</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>Companhia no TST não sendo admitido o Recurso de Revista.</p> <p>Em agosto de 2012, foi proposto Agravo de Instrumento pelo Sindicato. O processo foi recebido no TST em dezembro de 2013.</p> <p>Em abril de 2014, houve decisão favorável da 2ª turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que negou provimento ao recurso (agravo de instrumento) interposto pelo Sindicato dos Estivadores que objetivava dar seguimento ao recurso de revista, sendo que tal decisão transitou em julgado em maio de 2014</p>
g) Chance de Perda (provável, possível, remota)	Remota.
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do processo será interrompida a contratação a vínculo de trabalhadores da categoria estiva, aumentando o custo de operação do terminal em aproximadamente R\$ 900,00 mil por mês e condenando a empresa ao pagamento de todo o retroativo desde maio de 2008 até a data da decisão transitada em julgado.
i) Valor Provisionado	Não há.

Processos Tributários

Em 31 de março de 2014, a Companhia e suas controladas não eram parte em processos de natureza tributária classificados com probabilidade de perda provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos fiscais surgidos no curso normal de seus negócios classificados com probabilidade de perda possível. Para esses processos nenhuma provisão foi constituída. O montante total envolvido nesses processos é de R\$ 16,7 milhões (base março de 2014).

A Companhia informa ainda, que, as ações classificadas como sendo de perda remota, na mesma data, somam o valor de R\$ 3,6 milhões (base março de 2014).

A maioria das ações tem como objeto as questões pertinentes à importação de equipamentos com benefícios do REPORTE (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Lei nº 11.033/2004) e deduções na base de cálculos de tributos.

A sociedade Costa do Sol possui contingências tributárias indenizáveis por força do contrato referente à sua aquisição, celebrado em 29 de abril de 2011, até o limite de 40% do valor do preço de aquisição. Nos termos do referido contrato, as contingências tributárias relativas a atos, fatos ou omissões anteriores ao

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

fechamento da operação, serão indenizáveis pelas partes vendedoras, desde estes sejam notificados dentro do prazo de seis anos a contar do fechamento da operação.

A seguir são descritos os processos de natureza tributária individualmente considerados relevantes:

Processo nº 2007.51.01.028595-0	
a) Juízo	3ª Vara Federal do Rio de Janeiro
b) Instância	1ª instância
c) Data de Instauração	22 de novembro de 2007
d) Partes no Processo	Autor: Companhia Réu: União Federal
e) Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	O valor envolvido é objeto de cobrança no processo administrativo nº 10711-000.146/2010-72
f) Principais Fatos	<p>Trata-se de ação ordinária proposta pela Companhia em novembro de 2007, com pedido de tutela antecipada, para que fosse deferida a licença referente à importação de um portainer (guindaste utilizado no embarque e desembarque de contêineres) com os benefícios do REPORTE (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - Lei nº 11.033/2004), bem como a declaração de não similaridade e a consequente declaração de não obrigação do recolhimento dos tributos (Imposto de Importação, PIS e COFINS).</p> <p>Em novembro de 2007, foi deferida a liminar requerida pela Companhia, sem a necessidade de depósito prévio, permitindo que em 48 horas ocorresse o desembaraço aduaneiro do portainer.</p> <p>Em fevereiro de 2012, foi emitido laudo pericial favorável à Companhia. A maioria dos quesitos deixou de ser respondido sob a alegação do perito de que faltavam elementos nos autos. A conclusão foi que o pórtico de contêineres importado da China apresenta prazo e preço vantajoso em relação ao produto nacional. O perito juntou a lista de portaineres importados pelos terminais brasileiros, preparada pela JC Platero, demonstrando que apenas o portainer importado pela Libra não obteve o benefício do Reporto.</p> <p>Desde janeiro de 2014 o processo está aguardando julgamento de 1ª instância.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Existem processos administrativos relacionados: Processo Administrativo nº 10711-000.146/2010-72 – Alfândega do Rio de Janeiro Processo Administrativo nº 10711-000.797/01-62 – Alfândega do Porto do Rio de Janeiro
g) Chance de Perda (provável, possível, remota)	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do processo terá de ser recolhido o imposto de importação referente à importação do portainer.
i) Valor Provisionado	Não há.

Processo nº 10711-000.146/2010-72	
a) Juízo	Alfândega do Rio de Janeiro
b) Instância	2ª instância administrativa
c) Data de Instauração	Janeiro de 2010
d) Partes no Processo	Autor: União Federal Réu: Companhia
e) Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Valor do processo: Já há discussão em processo judicial, cujo valor de perda possível é de R\$9,5 milhões – base março de 2014.
f) Principais Fatos	<p>Trata-se de auto de infração lavrado em janeiro de 2010, referente à falta de recolhimento do Imposto de Importação, PIS e COFINS, incidentes na importação do portainer com os benefícios do REPORTO (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Lei nº 11.033/2004), sob o argumento de prevenir os efeitos da decadência.</p> <p>Em abril de 2012, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia quanto ao PIS/COFINS, cujo benefício do Reporto independe da existência de similar nacional. Não houve decisão sobre o Imposto de Importação por se encontrar em discussão judicial* a questão da inexistência de similar nacional.</p> <p>Desde janeiro de 2014 o processo está no conselho Administrativo de Recursos Fiscais aguardando julgamento.</p> <p>Existe processo judicial e administrativo relacionado: Processo nº 2007.51.01.028595-0 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Processo Administrativo nº 10711-000.797/01-62 – Alfândega do Porto do Rio de Janeiro
g) Chance de Perda (provável, possível, remota)	Possível.
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do processo terão que ser recolhidos os tributos referentes à importação do portainer (Imposto de Importação, PIS e COFINS) no montante de R\$ 9,5 milhões base mar/2014.
i) Valor Provisionado	Não há

Processo nº 10711-000.797/01-62	
a) Juízo	Alfândega do Rio de Janeiro
b) Instância	2ª instância administrativa
c) Data de Instauração	Fevereiro de 2010
d) Partes no Processo	Autor: União Federal Réu: Companhia
e) Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Valor do processo: O valor da multa envolvida no processo é de R\$ 4,5 milhões (base mar/2014). O valor informado no processo 10711-000.146/2010-72 acima já considera a multa de 30% objeto de discussão neste processo.
f) Principais Fatos	<p>Trata-se de auto de infração lavrado em fev/2010, referente à aplicação de 30% de multa pela importação de portainer com os benefícios do REPORTE (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Lei nº 11.033/2004), realizada sem a competente Licença de Importação.</p> <p>Em novembro de 2011, houve decisão de 1ª instância administrativa desfavorável à Companhia, no sentido da aplicação da multa de 30% mas informando a suspensão da exigibilidade desse crédito por conta da discussão na esfera administrativa.</p> <p>Existe processo judicial e administrativo relacionados: Processo nº 2007.51.01.028595-0 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Processo Administrativo nº 10711-000.797/01-62 – Alfândega do Porto do Rio de Janeiro.</p>
g) Chance de Perda (provável, possível, remota)	Possível
h) Análise do impacto em caso de	No caso de perda do processo a Companhia terá que

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

perda do processo	pagar a multa de 30% do valor dos impostos de importação.
i) Valor Provisionado	Não há

Processo nº 12448.720038/2013-55	
a) Juízo	Auto de Infração Receita Federal
b) Instância	1ª Instância Administrativa
c) Data de Instauração	Dezembro de 2012
d) Partes no Processo	Autor: Receita Federal Réu: Libra Terminal Rio S/A
e) Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	Valor do processo: 3,3 milhões – base março de 2014
f) Principais Fatos	<p>- Trata-se auto de infração emitido pela Receita Federal em dez/2012, contra a Companhia referente à exclusão do lucro líquido e da base de cálculo da contribuição social de despesas incorridas no ano-base de 2009, por entender que tais despesas eram indedutíveis da base de cálculo dos tributos.</p> <p>- Em fevereiro de 2013, foi apresentada impugnação, pedindo o cancelamento do auto uma vez que comprovamos as despesas consideradas “não comprovadas” pelo fiscal, comprovamos a necessidade das despesas consideradas como “mera liberalidade” pelo Fiscal e ainda comprovamos a materialidade dos gastos feitos com as despesas consideradas “efetividade”.</p> <p>- Em janeiro de 2014, aguardando decisão de 1ª instância administrativa.</p>
g) Chance de Perda (provável, possível, remota)	Possível.
h) Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do auto de infração e caso não seja contestado o auto de infração judicialmente teremos que pagar a multa de 3,3 milhões – base março de 2013.
i) Valor Provisionado	Não há

Processos Ambientais

Nenhum processo ambiental em que a Companhia e/ou suas controladas são parte é individualmente considerado relevante.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que o emissor e/ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não aplicável, visto inexistirem processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em causas jurídicas semelhantes, que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as contingências relevantes foram devidamente informadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, uma vez que a Companhia é nacional, com sede no Brasil e não detém valores mobiliários fora do Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Na condução das atividades a Companhia está exposta a vários riscos que são inerentes ao seu segmento de mercado. A maneira como os riscos são identificados e geridos pela Companhia é crucial para a sua lucratividade, sendo os riscos de crédito, de liquidez e de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio), os riscos mais significativos.

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor dos ativos e dos passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio.

I - Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros decorre da precificação de ativos e passivos em momentos distintos. Em 31 de março de 2014, 62,6% da dívida ajustada da Companhia estavam atrelados à TJLP e CDI e 8,2% indexados a Libor.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações e empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. As aplicações e empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

II - Risco de Taxa de Câmbio

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Fator de risco	Risco	Valores expostos em 31 março		Efeito na receita (despesa) financeira		
		31/03/20 14	31/12/20 13	Cenário		
				Provável- I	Cenário II	Cenário III
(Em R\$ mil)						
US\$ - Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	158.386	180.689	(15.839)	(39.597)	(79.193)
US\$ - Contratos de compra de dólar futuro	Alta do US\$	(57.058)	(58.565)	5.712	14.281	28.562
US\$ - Swaps	Alta do US\$	(16.763)	(19.070)	173	434	867

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Impacto líquido	84.498	103.054	(9.954)	(24.882)	(49.764)
Taxas de US\$ utilizadas - R\$	2,2630	2,0138	2,4893	2,8288	3,3945

Fator de risco	Risco	Valores expostos em 31 dezembro		Efeito na receita (despesa) financeira		
		2013	2012	Cenário Provável- I	Cenário II	Cenário III
(Em R\$ mil)						
US\$ - Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	180.689	191.578	(18.069)	(45.172)	(90.344)
US\$ - Contratos de compra de dólar futuro	Alta do US\$	(58.565)	0	5.857	14.641	29.283
US\$ - Swaps	Alta do US\$	(19.070)	(29.113)	1.549	3.872	7.743
Impacto líquido		103.054	162.465	(10.663)	(26.659)	(53.318)
Taxas de US\$ utilizadas - R\$		2,3426	2,0435	2,5769	2,9283	3,5139

Condições políticas e econômicas no Brasil podem influenciar adversamente as atividades e negócios da Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País, e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. Para exercer maior controle sobre a economia, o Governo Federal tem alterado frequentemente suas políticas monetárias, de crédito e fiscais, entre outras políticas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram em controles de salários e preços, desvalorizações cambiais, controles de capital e limitações às importações, entre outras medidas.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia não tem influência sobre quais medidas e políticas o Governo Federal poderá adotar, nem pode prevêê-las. As atividades, situação financeira, resultados operacionais e valor das ações da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial e restrições às remessas ao exterior;
- política monetária e taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de construção naval e de navegação de apoio offshore;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater a inflação podem ter efeitos adversos sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Brasil historicamente apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do Governo para combatê-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, particularmente antes de 1995. Taxas de inflação foram de 3,14% em 2006, 4,46% em 2007, 5,90% em 2008, 4,31% em 2009, 5,91% em 2010, 6,50% em 2011 e 5,84% em 2012. Já em 2013 tivemos uma inflação de 5,91% medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA") calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE").

Os custos e despesas operacionais da Companhia são substancialmente denominados em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira porque os fornecedores da Companhia geralmente aumentam preços para refletir a depreciação da moeda.

As medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária conservadora, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. As ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir substancialmente para a incerteza econômica no Brasil e, conseqüentemente, enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando na capacidade de acesso da Companhia aos mercados de capitais internacionais. Adicionalmente, as receitas e os custos operacionais são corrigidos por índices de inflação, e a variação desses índices pode afetar os resultados da Companhia.

A volatilidade das taxas de juros afeta o custo de capital e atividades de investimento.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente os negócios. Durante o ano de 2002, o Banco Central aumentou a taxa de juros base do Brasil (SELIC), de 19% ao ano para 25% ao ano, dentre outros fatores, como o resultado da crescente crise econômica da Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, e como resultado também do menor nível de crescimento da economia dos EUA e da incerteza econômica causada pelas eleições presidenciais brasileiras, dentre outros fatores. Durante o ano de 2003, o Banco Central reduziu a taxa de juros de 25,5% ao ano para 16,5% ao ano, refletindo um período favorável e taxas de inflação em linha com a política de metas de inflação do Banco Central. De forma geral, a taxa de juros, em decorrência da determinação pelo Banco Central, foi mantida em altos níveis nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 a taxa de juros foi 18,00%, 13,25%, 11,25%, 13,75%, 8,75%, 10,75%, 11,00% e 7,25% ao ano, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de juros foi de 10,00 % ao ano.

Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$107.665 mil, com encargos atrelados à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e a uma taxa de juros fixa ao ano (spread). Aumentos na taxa básica de juros Brasil podem impactar adversamente na capacidade de obter financiamentos no futuro a valores atrativos, reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros. Além disso, as taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central podem afetar negativamente o crescimento econômico e, conseqüentemente, a demanda por serviços. Qualquer um desses fatores pode ter um efeito material adverso sobre os negócios, condições financeiras e os preços das ações de mercado.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

Algumas destas eventuais alterações poderão resultar em aumento da carga tributária a que as operações da Companhia e de suas subsidiárias estão sujeitas o que, por sua vez, influenciará a lucratividade da Companhia. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter suas margens e seu fluxo de caixa projetado se houver aumentos significativos nos tributos aplicáveis às suas operações.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), aqueles oriundos do risco de liquidez, dentre outros.

Além disso, a Libra Holding, na qualidade de controladora da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração estabelece as diretrizes e aprova a contratação dos instrumentos financeiros adotados pela Companhia para fins de proteção de riscos de mercado.

a) riscos para os quais se busca proteção.

A Companhia está exposta ao comportamento de risco de mercado decorrente da variação cambial e de juros pós-fixados da dívida contratada que pode impactar seu fluxo de caixa. A avaliação deste potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada a cada nova contratação de financiamentos em dólares e periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia, garantir sua flexibilidade financeira e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros. Para tanto, quando necessário, estratégias de mitigação de risco de mercado são avaliadas e implementadas em linha com estes objetivos. Algumas destas estratégias utilizam instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas pelos instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente pela Companhia e pelo Comitê de Investimentos do Grupo Libra, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa, além de garantir a aderência das estratégias aos objetivos propostos.

b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*).

A Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* econômico para proteger seu fluxo de caixa contra o risco cambial de mercado proveniente das suas dívidas.

A Companhia mantinha, em 31 de março de 2014, operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos de compra de dólar futuro e *swaps*), contratados com instituições financeiras de primeira linha. As perdas e os ganhos gerados com essas operações são reconhecidos diretamente no resultado, considerando-se a variação no valor justo desses instrumentos.

A Companhia possui posições compradas de dólar futuro no mercado de derivativos como instrumento de *hedge* econômico cambial sobre parte da exposição de dívida da Companhia nesta moeda, com ajuste ao valor de mercado liquidado diariamente. Em 31 de março de 2014, a Companhia mantinha 500 contratos equivalentes ao valor de US\$ 25.000. Como margem de garantia aos ajustes diários, a Companhia possuía o montante de R\$ 8.673 depositados e aplicados em títulos públicos na Brasil Plural CCTVM S/A.

A Companhia utiliza-se de operações de *swap* cambial para converter parte de suas dívidas em dólares americanos para reais. A seleção das dívidas para as quais serão contratados o *swap* é realizada mediante análise de risco.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*).**

Conforme descrito no item (b) acima, os programas de proteção e programas de *hedge* contratados pela Companhia são a contratação de operações de *swap* juntamente com a contratação da dívida e a compra de contratos futuros de dólares americanos.

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

A Companhia não adota uma política formal contemplando os parâmetros e diretrizes para a gestão de riscos. Entretanto, no momento da contratação de cada financiamento é avaliada a exposição do endividamento em dólar da Companhia, bem como as expectativas de variação cambial.

e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Proteção somente contra alta de dólares americanos até o montante total de exposição. Portanto, não tem objetivo especulativo.

f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco.

Conforme acima mencionado, o gerenciamento de riscos associados às operações financeiras da Companhia é feita por meio da Libra Holding S.A., que estabelece um conjunto de regras e diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Neste sentido, a Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia, seguindo as diretrizes da Libra Holding S.A. avaliam cada uma das operações de financiamento da Companhia de acordo com avaliação do cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as suas atividades e qualquer contratação de instrumentos financeiros de mitigação dos referidos riscos deverão ser propostos pela administração para aprovação do Conselho de Administração da Libra Holding S.A.

g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado monitoram constantemente os seus riscos, conforme mencionado anteriormente no item "f", reportando as análises à Diretoria e ao Conselho de Administração por meio de reuniões periódicas. A Companhia acredita que sua estrutura operacional e controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

5.4 - Outras informações relevantes

A Companhia entende, ainda, estar exposta aos seguintes riscos inerentes ao seu segmento de mercado:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade da Companhia não receber de seus clientes valores ou créditos devidos em virtude da prestação dos serviços.

O descumprimento das obrigações assumidas pelos clientes poderá gerar perdas para a Companhia e o consequente aumento da provisão de devedores duvidosos.

Ademais, os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, também, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo e instrumentos financeiros derivativos recebíveis.

Segue a evolução da Provisão para Devedores Duvidosos (valores em Reais Mil):

(Em R\$ mil)	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2013	31 de Março de 2014
Saldo de Conta a Receber de clientes	21.797	25.535	21.674	17.988
Provisionamento para Devedores	(5.102)	(6.803)	(6.223)	(5.289)
Porcentagem / Contas a Receber	23,4%	26,6%	28,7%	29,4%

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez corrente representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

Índice de Liquidez Corrente

(Em R\$ mil)	Dezembro de 2011	Dezembro de 2012	Dezembro de 2013	31 de Março de 2014
Ativo Circulante	62.487	114.614	119.002	54.058
Passivo Circulante	65.047	99.290	117.915	133.376
Índice de Liquidez Corrente	0,96	1,15	1,01	0,41
Empréstimos e Financiamentos no Passivo Circulante	19.860	40.257	67.565	73.995

Além dos riscos referidos, a Companhia também julga relevantes os fatores macroeconômicos, principalmente os que impactam diretamente a economia global e os volumes movimentados no comércio exterior. Isto porque, uma redução no fluxo de mercadorias do Comércio Exterior brasileiro impacta

5.4 - Outras informações relevantes

negativamente na atividade de operador logístico e portuário, reduzindo a capacidade de diluição dos custos fixos, afetando assim as margens da Companhia e remuneração de seus ativos operacionais.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	27/01/1998
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade anônima.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	14/07/2014

6.3 - Breve histórico

O Grupo Libra que hoje atua nos segmentos de terminais portuários, logística de comércio exterior e aeroportos, iniciou sua história em 1941 na atividade de navegação pelo seu fundador Sr. Wilfred Penha Borges.

Em 1968, houve ampliação da atividade de navegação com a constituição da Libra - Linhas Brasileiras de Navegação S/A, oferecendo uma nova via de escoamento da produção brasileira para países da América do Norte, do Sul e da Europa. Em 1972, por meio da Libra Participações, o Grupo passou a controlar a Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), que é a maior empresa de transporte de granel líquido da Amazônia. O Grupo Libra iniciou o desinvestimento na atividade de navegação em 1999.

Em 1995, acompanhando o crescimento da economia ao longo dos anos e a abertura dos mercados, a Libra seguiu seu espírito empreendedor e foi a primeira companhia privada a obter concessão para operar um terminal de contêiner, o Terminal 37 no porto de Santos.

Em 1998, foram obtidas duas novas concessões de terminal de contêineres: o Terminal 35 no porto de Santos e o Terminal 1, ou seja, a Libra Terminal Rio S.A. ("Companhia"), no Porto do Rio de Janeiro.

Em 2000, o Grupo Libra constituiu a Libra Logística.

O Grupo Libra, formado pelas companhias indicadas no quadro 08 deste Formulário de Referência, é um grupo econômico de capital 100% nacional, sob controle da família Borges Torrealba, com atuação em setores de infraestrutura com atuação em três segmentos principais, Terminais, Logística e Aeroportos, tendo sido a primeira empresa da América Latina a trabalhar de forma integrada com todos os modais de transportes - portuário, rodoviário, ferroviário e aéreo.

Em 2008, o Grupo Libra saiu do negócio de navegação e a Libra Holding S.A. constituiu seu conselho de administração e comitê executivo.

Em 2009, o Grupo Libra comprou o Terminal 33 em Santos com o objetivo de iniciar o projeto de expansão da Libra Terminais Santos e inaugurou a Libra Logística Valongo. Em 2011, por meio da Libra Aeroportos, o Grupo Libra adquiriu o controle operacional do Aeroporto Internacional do Cabo Frio. Em 2012, o Grupo Libra adquiriu a Libra Logística Uberlândia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a receita líquida consolidada da Libra Holding S.A. foi de R\$1.053 milhões, dos quais 72,1% são decorrentes da operação de terminais portuários, 4,4% de aeroportos, 7,7% de participações, de 15,9% de logística e 20% para as demais atividades do Grupo Libra. Ainda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o EBITDA consolidado da Libra Holding S.A. foi de R\$329 milhões, dos quais 76% são decorrentes da operação de terminais portuários, 7% de logística, 3% de aeroportos e 14% de outras atividades do Grupo.

Atualmente, o Grupo Libra é o terceiro maior operador portuário de contêiner no Brasil, em termos de número total de movimentação de unidades equivalentes a vinte pés, em inglês, "*twenty foot equivalente unit*" ("TEUS"), dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), divulgado aos seus conselheiros em 26 de fevereiro de 2014 e possui uma completa infraestrutura para atuar em operações de logística de comércio exterior no Brasil.

O Grupo Libra conta com cerca de 3.362 colaboradores e com alto padrão de governança corporativa, tendo evoluído de forma significativa nos últimos anos a partir do desenvolvimento de um conjunto de mecanismos internos e de aprimoramento das estruturas de tomada de decisão, evolução essa reconhecida com o Prêmio do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), obtido em 2012, na categoria de empresas não listadas.

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída no ano de 1998, sob a forma de sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, com sede social na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e tendo por objeto (a) exploração de instalações portuárias e de área sob administração da CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro, localizada no Porto do Rio de Janeiro, denominada de Terminal Contêineres I; (b) atividade de operador portuário, de movimentação e armazenagem de carga e contêineres, alfandegada ou não, inclusive medicamentos e produtos para a saúde, bem como a atividade de armazém geral; (c) atividades secundárias de serviços médico ambulatorial e de alimentação privativo/refeitório; (d) participação em outras sociedades como sócia ou acionista; e (e) participação, direta ou indiretamente, em licitações para contratação com a administração pública de serviços relacionados ao objeto acima descrito.

A constituição da Companhia foi parte da política de expansão das atividades comerciais para o setor de operações portuárias, sendo o veículo utilizado para a participação no processo licitatório realizado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (“CDRJ”) para arrendamento de instalações portuárias localizadas dentro da área do Porto do Rio de Janeiro, especializadas na movimentação de contêineres, nos termos do Edital nº CI 001/96 e seus anexos.

Tendo sido a licitante vencedora, a Companhia celebrou em 11 de março de 1998 com a CDRJ o Contrato de Arrendamento C-DEP JUR Nº 010/98 (“Contrato de Arrendamento”), mediante o qual se tornou arrendatária do Terminal de Contêineres I do Porto do Rio de Janeiro.

O prazo do Contrato de Arrendamento é de 25 anos, podendo ser prorrogado por mais 25 anos. Em dezembro de 2011, por conta do programa de investimentos que contempla a ampliação do cais e da área de armazenagem do terminal, foi realizada a renovação antecipada do Contrato de Arrendamento, de modo que o vencimento final passou a ser maio de 2048.

A partir de então, a Companhia passou a explorar uma das maiores áreas alfandegadas do Porto do Rio de Janeiro, com 136 mil m², sendo 9,6 mil m² de armazém coberto, cais atracável de 545 metros em dois berços com calado de 13 metros, segundo dados publicados pela ABRATEC. Trata-se de um dos únicos terminais do Porto do Rio de Janeiro com espaço segregado para cargas perigosas, tendo ainda autorização para operar como Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação – REDEX com estufagem de exportação e pré-stacking. Além disso, é equipado com equipamentos modernos, incluindo 4 guindastes portuários, 13 *reach stackers*, 4 guindastes rolantes, ou RTGs, e um guindaste móvel no porto, ou MHC.

Os principais serviços prestados pela Companhia consistem em: (i) operações portuárias; (ii) movimentação e armazenamento de contêineres e cargas; (iii) prestação de serviços auxiliares relacionados à armazenagem, tais como seguros e acessos rodoviários.

Em 2012 e 2013, a receita líquida referente às operações do terminal de contêineres foi de R\$ 315.393 mil e R\$ 344.420 mil, respectivamente.

Em 2013, a Companhia foi a 2º maior operadora de terminal de contêiner do Porto do Rio de Janeiro, tendo movimentado 33% do número total de contêineres carregados e descarregados com destino ao Porto do Rio de Janeiro, de acordo com informações da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) publicadas em seu site (<http://www.antaq.gov.br/Portal/default.asp>).

6.3 - Breve histórico

A Companhia acredita que a posição como um dos líderes em operações de terminal de contêineres e sua força competitiva se devem também (i) à localização estratégica do Porto do Rio de Janeiro, que atende a região mais economicamente robusta do Brasil, (ii) à moderna infraestrutura do terminal, que maximiza a sua eficiência e produtividade, (iii) à uma base de clientes forte e diversificada alinhada e com sólidos relacionamentos, (iv) à alta rentabilidade, solidez financeira e baixa alavancagem da Companhia e (v) à uma equipe de administradores experientes, altamente qualificados e dedicados.

Em 2012, a Companhia deu início a um plano de expansão de seu terminal ("PLTR") tendo como objetivo tornar o Porto do Rio de Janeiro mais eficiente, moderno, competitivo e produtivo, acompanhando assim sua demanda de crescimento de movimentação de 12% ao ano, verificada nos últimos 4 anos, de acordo com dados publicados pela ANTAQ em sua página na internet (<http://www.antaq.gov.br/Portal/default.asp>), além do rápido aumento da capacidade operacional e comprimento dos navios.

Com a implementação do PLTR, a retroárea do porto será expandida em, aproximadamente, 40 mil m² e o cais ganhará 170 m adicionais, passando dos atuais 545 m para 715 m ao final do projeto, possibilitando a operação simultânea de dois navios de grande porte.

Como parte do PLTR, as obras de expansão do armazém de importação também já foram iniciadas. O projeto foi elaborado privilegiando ganhos operacionais, a segurança dos colaboradores e das cargas armazenadas. O terminal terá áreas exclusivamente dedicadas às cargas químicas e aquelas que exigem ambiente climatizado, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A área do armazém será ampliada em 70% e a capacidade de armazenagem aumentada em 85%.

Ao final desse processo, a área de pátio do terminal passará de 136 mil m³ para 190 mil m³ e a capacidade de movimentação total passará dos atuais 315 mil para 550 mil TEUs/ano.

Com o investimento de R\$478 milhões previstos para o PLTR, haverá a ampliação da estrutura e aumento substancial da capacidade de movimentação, com a modernização e ampliação do parque de equipamentos operacionais, armazéns e construção de prédios de apoio.

Em outubro de 2011 a Companhia, por meio da sua subsidiária Boreal Serviços e Administração S.A, adquiriu 60% da SBCB – Participações Aeroportuárias S.A., controladora da sociedade Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol"), concessionária do Aeroporto Internacional de Cabo Frio ("Aeroporto de Cabo Frio"), passando, a partir dessa data, a operar e controlar as operações do referido Aeroporto.

Vale destacar o histórico da Costa do Sol, a qual participou do processo licitatório realizado pelo Município de Cabo Frio para concessão da exploração, em caráter exclusivo, dos serviços públicos de administração e operação aeroportuárias, bem como da exploração comercial das áreas não operacionais, do Aeroporto de Cabo Frio, situado no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Licitação por Concorrência Pública nº 001/2000.

Tendo sido a licitante vencedora, a Costa do Sol celebrou em 23 de março de 2001 com o Município de

6.3 - Breve histórico

Cabo Frio o Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Administração e Operação do Aeroporto de Cabo Frio – RJ Nº 007/2001 – Processo nº 12.140/99 ("Contrato de Concessão de Cabo Frio"), mediante o qual se tornou a concessionária responsável pela administração do Aeroporto de Cabo Frio.

O prazo do Contrato de Concessão de Cabo Frio é de 14 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Em dezembro de 2004 foi realizada a renovação antecipada do Contrato de Concessão de Cabo Frio, com acréscimo de 9 anos e 26 dias ao prazo inicial.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**| Operações realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.****Aquisição de ações ordinárias de emissão da SBCB Participações Aeroportuárias S.A. pela Boreal Serviços e Administração S.A.**

Principais Condições do Negócio A aquisição pela Boreal Serviços e Administração S.A., em outubro de 2011, de 10.000.000 de ações ordinárias de emissão da SBCB Participações Aeroportuárias S.A., representativas de 100% do capital social da companhia, então detidas pelos Srs. FRP, MJ, NC, LGL, PC, JSS e ABP ("Vendedores").

Sociedades Envolvidas A Boreal Serviços e Administração S.A., na qualidade de compradora; os Vendedores; Aeropart Participações Aeroportuárias S.A.; SBCB Participações Aeroportuárias S.A.; e Costa do Sol (estas últimas na qualidade de intervenientes anuentes).

Efeitos no Quadro Acionário das Sociedades Envolvidas A SBCB Participações Aeroportuárias S.A. passou a ter como acionistas a Boreal Serviços e Administração S.A. e a Libra Holding S.A. após a transferência, na mesma data, de uma ação de emissão da SBCB Participações Aeroportuárias S.A. detida pela Boreal Serviços e Administração S.A. para a Libra Holding S.A. As alterações no quadro acionário da SBCB Participações Aeroportuárias S.A. estão demonstradas abaixo.

Quadro Societário da Boreal Serviços e Administração S.A., antes e depois da operação **Quadro Societário da SBCB Participações Aeroportuárias S.A. Antes da Operação**

Acionistas da SBCB Participações Aeroportuárias S.A.	ON	%
FRP	4.288.176	42,88%
MJ	4.150.771	41,51%
NC	478.862	4,79%
LGL	849.510	8,50%
PC	137.443	1,37%
JSS	47.619	0,48%
ABP	47.619	0,48%
Total	10.000.000	100%

Quadro Societário da SBCB Participações Aeroportuárias S.A. Depois da Operação

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Acionistas da SBCB Participações Aeroportuárias S.A.	ON	%
Boreal Serviços e Administração S.A.	9.999.999	99,99%
Libra Holding S.A.	1	0,01
Total	10.000.000	100%

Por fim, a Companhia destaca que os termos e condições desta transação estão sujeitos à obrigações de confidencialidade assumidas pelas partes e, portanto, as condições do negócio, bem como o nome das pessoas envolvidas não foram divulgados.

Aumento da participação acionária na Boreal Serviços e Administração S.A

<i>Principais Condições do Negócio</i>	do	Subscrição e integralização pela Companhia, em 11 de outubro de 2011, de 530.849 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$149,26, de emissão da Boreal Serviços e Administração S.A., decorrentes de aumento de capital no valor de R\$79.233.400,53. Após referido aumento de capital, o capital social total da Boreal Serviços e Administração S.A. passou a ser de R\$ 80.404.657,24. A Companhia passou a deter 86,8813% do capital social da Boreal Serviços e Administração S.A., tornando-se assim sua controladora.
<i>Sociedades Envolvidas</i>		A Companhia, Boreal Serviços e Administração S.A.; Boreal Empreendimentos e Participações Ltda. e Libra Holding S.A. (estas duas últimas na qualidade de acionistas da Boreal Serviços e Administração S.A.)
<i>Efeitos no Quadro Acionário das Sociedades Envolvidas</i>		Não houve alteração no quadro acionário da Companhia. As alterações no quadro acionário da Boreal Serviços e Administração S.A. estão demonstradas abaixo

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Quadro Societário da Boreal Serviços e Administração S.A., antes e depois da operação

Quadro Societário da Boreal Serviços e Administração S.A. Antes da Operação

Acionistas da Boreal Serviços e Administração S.A.	ON	%
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.	80.155	99,99
Libra Holding S.A.	1	0,01
Total	80.156	100%

Quadro Societário da Boreal Serviços e Administração S.A. Depois da Operação

Acionistas da Boreal Serviços e Administração S.A.	ON	%
Libra Terminal Rio S.A.	530.849	86,8813
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.	80.155	13,1186
Libra Holding S.A.	1	0,0002
Total	611.005	100%

Operações realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Aumento da participação acionária na Boreal Serviços e Administração S.A

Principais Condições do Negócio Subscrição e integralização pela Companhia, em 28 de março de 2012, de 44.183 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$67,90, de emissão da Boreal Serviços e Administração S.A., decorrentes de aumento de capital no valor de R\$3.000.000,00. Após referido aumento de capital, o capital social total da Boreal Serviços e Administração S.A. passou a ser R\$ 83.404.657,24. A Companhia passou a deter 87,7660% do capital social da Boreal Serviços e Administração S.A., tornando-se assim sua controladora.

Sociedades Envolvidas A Companhia, Boreal Serviços e Administração S.A.; e Boreal Empreendimentos e Participações Ltda. e Libra Holding S.A. (estas

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

duas últimas na qualidade de acionistas da Boreal Serviços e Administração S.A.)

Efeitos no Quadro Acionário das Sociedades Envolvidas Não houve alteração no quadro acionário da Companhia. As alterações no quadro acionário da Boreal Serviços e Administração S.A. estão demonstradas abaixo

Quadro Societário da Boreal Serviços e Administração S.A., antes e depois da operação

Quadro Societário da Boreal Serviços e Administração S.A. Antes da Operação

Acionistas da Boreal Serviços e Administração S.A.	ON	%
Libra Terminal Rio S.A.	530.849	86,8813
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.	80.155	13,1186
Libra Holding S.A.	1	0,0002
Total	611.005	100%

Quadro Societário da Boreal Serviços e Administração S.A. Depois da Operação

Acionistas da Boreal Serviços e Administração S.A.	ON	%
Libra Terminal Rio S.A.	575.032	87,7660
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.	80.155	12,2339
Libra Holding S.A.	1	0,0002
Total	611.188	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**Operações realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.****Aquisição do controle da Via Port Transportes Multimodais S.A.**

Principais Condições do Negócio Aquisição de 99,90% das ações da Via Port Transportes Multimodais S.A., empresa não operacional, pela Companhia, pelo valor total de R\$ 4,00, por meio da celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações, datado de 22 de outubro de 2013, celebrado com os então sócios da Via Port, Gonçalo Borges Torrealba; Zuleika Borges Torrealba; John Andrew de Oliveira Harris; e Libra Holding S.A., sendo esta última a única sócia remanescente.

Sociedades Envolvidas A Companhia, na qualidade de compradora e Libra Holding S.A., Zuleika Borges Torrealba, Gonçalo Borges Torrealba e John Andrew de Oliveira Harris, na qualidade de vendedores.

Efeitos no Quadro Acionário das Sociedades Envolvidas Não houve qualquer efeito no quadro acionário da Companhia. As alterações no quadro acionário da Via Port Transportes Multimodais S.A. estão mencionados no campo abaixo.

Quadro Societário, antes e depois da operação **Quadro Societário da Via Port Transportes Multimodais S.A. Antes da Operação**

Acionistas	ON	%
Libra Holding S.A.	879	87,90
Gonçalo Borges Torrealba	59	5,90
Zuleika Borges Torrealba	50	5,00
John Andrew de Oliveira Harris	12	1,20
Total	1.000	100%

Quadro Societário da Via Port Transportes Multimodais S.A. Depois da Operação

Acionistas	ON	%
Libra Terminal Rio S.A.	999	99,90
Libra Holding S.A.	1	0,10
Total	1.000	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**Redução de capital da Boreal Serviços e Administração S.A.**

Principais Condições Negócio do Redução de capital da Boreal Serviços e Administração S.A., em 17 de dezembro de 2013, no montante de R\$2.882.662,25, por considerá-lo excessivo, mediante restituição integral à acionista Boreal Empreendimentos e Participações Ltda. de créditos e investimentos líquidos da Companhia relativos à sua participação acionária na Libra Terminais S.A.

Sociedades Envolvidas A Companhia, Boreal Empreendimentos e Participações Ltda. e Libra Holding S.A.

Efeitos no Quadro Acionário das Sociedades Envolvidas Não houve efeitos no quadro acionário da Companhia. Os efeitos da operação no quadro acionário da Boreal Serviços e Administração S.A. estão demonstradas no campo abaixo.

Quadro Societário, antes e depois da operação **Quadro Societário da Boreal Serviços e Administração S.A. Antes da Operação**

Acionistas	ON	%
Libra Terminal Rio S.A.	575.032	87,7660
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.	80.155	12,2339
Libra Holding S.A.	1	0,0002
Total	655.188	100%

Quadro Societário da Boreal Serviços e Administração S.A. Depois da Operação

Acionistas	ON	%
Libra Terminal Rio S.A.	575.032	99,99
Libra Holding S.A.	1	0,01
Total	575.033	100%

Operações realizadas no período encerrado em 31 de março de 2014.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma operação relevante foi realizada no período encerrado em 31 de março de 2014 pela Companhia ou por suas Controladas e/ou Coligadas.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

A Companhia acredita que se utiliza de políticas de remuneração e avaliação modernas e eficientes, que visam estreitar sua relação com colaboradores e melhorar a retenção, desenvolvimento, capacitação de seu pessoal. Em maio de 2014, o quadro de colaboradores da Companhia e da Costa do Sol era composto por 851 colaboradores, sendo que destes, 130 atuavam na área administrativa e 721 na área operacional.

A Companhia tem como política de remuneração manter-se como um empregador competitivo para a atração e retenção de pessoal qualificado. Para tanto, conduz pesquisas salariais anuais e análises com o objetivo de estar com seus padrões de remuneração situados na mediana de mercado de um universo de empresas comparáveis. Além disso, os colaboradores da Companhia participam do programa anual de participação de resultados, de acordo com metas estabelecidas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia adota um sistema de avaliação de desempenho anual para 100% de seus colaboradores, com base nas competências estabelecidas de acordo com os cargos ocupados. A Companhia oferece, ainda, programas de desenvolvimento pessoal, que têm como objetivo a capacitação contínua dos colaboradores. Dentre os programas, destaca-se o Libra Educa, que proporciona bolsas de estudos para colaboradores, com subsídio de 50% da mensalidade para cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos. A Companhia também desenvolveu o Programa Novos Caminhos, como uma forma de valorizar seus profissionais, priorizando o recrutamento interno no preenchimento das vagas. Por meio deste programa, os colaboradores podem se candidatar a vagas em qualquer uma das unidades operacionais do Grupo Libra.

A Companhia realiza ainda uma gestão do clima organizacional, com aplicação da pesquisa de clima organizacional a cada dois anos, como um importante sistema de gestão de pessoas, buscando avaliar a percepção dos colaboradores com relação a fatores como superior imediato engajamento e condições físicas de trabalho. O resultado destas pesquisas ajuda a Companhia a direcionar suas ações de melhorias.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Libra Terminal Rio S.A. ("Companhia"), tem por objeto social (a) exploração de instalações portuárias e de área sob administração da CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro, localizada no Porto do Rio de Janeiro, denominada de Terminal Contêineres I ("Terminal"); (b) atividade de operador portuário, de movimentação e armazenagem de carga e contêineres, alfandegada ou não, inclusive medicamentos e produtos para a saúde, bem como a atividade de armazém geral; (c) atividades secundárias de serviços médico ambulatorial e de alimentação privativo/refeitório; (d) participação em outras sociedades como sócia ou acionista; e (e) participação, direta ou indiretamente, em licitações para contratação com a administração pública de serviços relacionados ao objeto acima descrito.

Dessa forma, a Companhia tem como principais segmentos de atuação (i) operações portuárias; (ii) a movimentação e armazenagem de carga em zona primária e operação e armazenagem em redex; e (iii) outros serviços relacionados com a armazenagem.

A controlada indireta da Companhia, Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. ("Costa do Sol"), tem como atividades principais (i) a movimentação e armazenagem de carga em zona primária e gestão de armazém-geral; (ii) serviços de operador aeroportuário para pousos e decolagens de helicópteros atrelados a indústria de *Oil & Gas* daquela região; (iii) serviços de operador aeroportuário para pousos e decolagens de aeronaves de passageiros e cargas; (iv) locação de imóveis e equipamentos.

As atividades da Companhia compreendem:

Operações Portuárias – Representa a utilização das instalações de cais e pátio do Terminal da Companhia para as atividades de atracação e desatracação dos navios de clientes armadores, embarque das cargas em regime de exportação (movimentação de carregamento) e desembarque das cargas de importação dos navios que atracam de nossos clientes armadores (movimentação de descarregamento). Para tal atividade, a Companhia conta com 545 metros de cais, metragem que contempla 2 berços de atracação com 14,5 metros de calado e 4 Portêineres para realizar a movimentação de contêineres entre os navios e o Terminal, o que ocorre durante as 24 horas do dia. As operações portuárias da Companhia possuem as certificações ISO 9001, ISO 14001 e ISPS CODE. No ano de 2013 a Companhia movimentou mais de 240.000 *twenty-foot equivalent units* ("TEU").

Movimentação e Armazenagem de Carga – Representa a utilização das áreas de pátio do terminal e/ou em Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação – Redex nas atividades de (i) movimentação e posicionamento de cargas de importações para armazenagem de carga consolidada e solta, disponibilização dos contêineres para vistorias dos órgãos de inspeção, (ii) armazenagem de cargas de exportação para embarque nos navios dos contêineres.

A movimentação de cargas e contêineres atende as demandas dos órgãos anuentes, órgãos estes responsáveis pela verificação do cumprimento das condições e exigências específicas para mercadorias sujeitas a controle especial, inclusive daquelas que exijam inspeção da mercadoria. No pátio, ou retroárea, a Companhia dispõe de uma capacidade estática de 10.800 TEUs e faz usufruto dessa área para armazenar contêineres. Contando os 4 RTGs (*Rubber tyred gantry crane* – Guindaste para empilhamento de contêineres) no pátio e a área de 136.000 m², a capacidade anual dinâmica atinge os 315.000 TEUs. Destaca-se ainda que o Terminal apresenta área de segregação de cargas perigosas aprovada, pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, em cumprimento ao código do *International Maritime Dangerous Goods* - IMDG.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

No que tange a fiscalização, a Companhia dispõe de 107 posições destinadas aos contêineres a serem examinados pelas autoridades portuárias.

Para armazenamento de cargas soltas, a Companhia dispõe de 4.775 m² de área de armazém de importação com: 465 posições palete para cargas climatizadas; 960 posições palete para cargas perigosas, cumprindo os padrões da *International Maritime Organization - IMO*, concentradas em armazém exclusivo; e 4.896 posições palete para armazenagem das demais cargas. Tal armazenamento ocorre mediante solicitações dos clientes da Companhia e são mensalmente desunitizados aproximadamente 230 contêineres. Existe ainda um armazém destinado para as cargas de exportação, localizado no Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação ("Redex"), com mais 2.100 m², que dispõe de uma área total de 24.000 m² com capacidade estática de 2.500 TEUs.

Serviços Portuários Acessórios de Armazenagem e Segurança da Carga – atividades auxiliares aos principais negócios da Companhia, sendo algumas delas: vistoria através de scanner, pesagem de carga, monitoramento de unidades refrigeradas (*Reefer*), reembalagem de cargas, limpeza e devolução de contêiner vazio oriundo de desunitização, entrega sem agendamento, registro fotográfico de cargas e contêineres, etiquetagem de carga solta, cabotagem, entre outros.

As atividades da Costa do Sol compreendem:

Serviços Aeroportuários – Comerciais, Pousos e Permanência – Representa a utilização da pista de pouso e decolagem por aeronaves de asa fixa (aviões) e asa rotativa (helicópteros), a utilização do terminal de passageiros, a prestação de serviços de imigração, vistoria e despacho de bagagens, apoio ao embarque e desembarque de pessoas e cargas tanto para aeronaves de asa fixa (aviões) como de asa rotativa (helicópteros), neste último voltadas às plataformas de exploração de petróleo da região.

Serviços de Armazenagem - considera as mesmas atividades de movimentação e armazenagem de carga mencionadas acima no item "Movimentação e Armazenagem de Carga" referente às atividades da Companhia, oriundas das aeronaves que operam no aeroporto (cargueiros) e de cargas transferidas para o aeroporto em regime alfandegado (Declaração de Transito Aduaneiro ("DTA")) provenientes de outros aeroportos internacionais brasileiros e/ou terminais portuários.

Locação de Imóveis e Equipamentos – Representa a utilização de galpões, escritórios, armazéns e hangares locados por terceiros com atividades, principalmente, ligadas à indústria de *Oil & Gas*, na região dos lagos no Estado do Rio de Janeiro.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia e da Costa do Sol mencionadas no item 7.1 acima se desdobram nos seguintes serviços prestados a seus clientes.

Atividades desenvolvidas pela Companhia:

Operações Portuárias – A proposição de valor para as companhias de navegação (“Armadores”) clientes da Companhia nos serviços de operação portuária é a regularidade na prestação dos serviços. A Companhia oferece “janelas de atracação” aos navios e níveis de produtividade na operação de carregamento e de descarregamento dos contêineres. A previsibilidade e a agilidade na operação dos navios, desde sua chegada ao Terminal até a efetiva saída do porto, é o fator de maior valor para os clientes Armadores da Companhia. Já para os clientes importadores da Companhia, tal valor é obtido com a agilidade do envio da presença de carga das unidades descarregadas, o que ocorre automaticamente via sistema operacional.

Movimentação e Armazenagem de Carga – A proposição de valor para os clientes de movimentação e armazenagem de carga da Companhia está na eficiência e rapidez na movimentação da carga dentro do Terminal e dependerá do tipo de operação envolvida (importação ou exportação). No caso de cargas para embarque nos navios, a disponibilidade de janelas e o cumprimento dos prazos para recebimento dos contêineres evita custos adicionais de estadias de caminhões. No caso das cargas armazenadas no Terminal, a disponibilização das mesmas com agilidade para o desembarço e despacho aduaneiro.

Serviços Portuários Acessórios de Armazenagem e Segurança de Carga – A proposição de valor dos serviços acessórios prestados pela Companhia depende do tipo de serviço oferecido. A seguir estão elencados os principais aspectos para cada um dos serviços:

- (i) *uso de scanner*: proporciona maior agilidade no desembarço da carga, tendo em vista que a conferência ocorre por método não invasivo, tornando-se desnecessário em alguns casos, o posicionamento e vistoria presencial das unidades;
- (ii) *pesagem de carga*: por meio do ticket de pesagem, o cliente pode se certificar que o peso total manifestado em seu embarque foi recebido no destino final da carga e, nos casos em que houver qualquer divergência, atuar rapidamente em posse de tal informação;
- (iii) *monitoramento de unidades refrigeradas (Reefer)*: o acompanhamento da temperatura das unidades *Reefers* proporciona confiança aos clientes da Companhia, que podem movimentar seus produtos sensíveis sem preocupar-se com prejuízo decorrentes de seu perecimento;
- (iv) *reembalagem de cargas*: a Companhia promove a reembalagem de cargas, assegurando que estas estejam devidamente protegidas para a movimentação em forma de palete, evitando assim possíveis avarias;
- (v) *limpeza e devolução de contêiner vazio oriundo de desunitização*: os serviços de limpeza e devolução de contêiner vazio proporcionam a possibilidade dos clientes armadores de colocarem as unidades em um novo embarque, o que evita a cobranças de multas de improdutividade (*demurrage*), além do uso excessivo de recursos;
- (vi) *entrega sem agendamento*: no caso de uma eventual falha de planejamento dos clientes, a Companhia oferece ainda a possibilidade de retirar as cargas do Terminal sem qualquer agendamento prévio;
- (vii) *registro fotográfico de cargas e contêineres*: este serviço proporciona uma ilustração clara da situação na qual as cargas/contêineres desembarcaram no Terminal; e
- (viii) *etiquetagem de carga solta*: a etiquetagem de carga solta ocorre para suprir uma exigência legal dos órgãos reguladores.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Atividades desenvolvidas pela Costa do Sol:

Serviços Aeroportuário para helicópteros – A proposição de valor destes serviços está em (i) oferecer a segurança e a previsibilidade na operação de pouso e decolagem do aeroporto e (ii) disponibilizar infraestrutura para reuniões de planejamento, “sala de *briefing*” e acomodação das equipes de trabalhadores das plataformas de exploração de petróleo daquela região.

Serviços Comerciais, Pousos e Permanência – A proposição de valor destes serviços está (i) na prestação de serviços relacionados com o abastecimento das aeronaves, além da disponibilização de área para manutenção e reparo das aeronaves, tais serviços asseguram aos clientes da Costa do Sol um ponto de apoio o desenvolvimento de suas atividades com segurança e celeridade; (ii) na disponibilização de área para locação de *slots*, ou seja, locação de área do aeroporto para o estacionamento de aeronaves de asa fixa (aviões) e rotativa (helicópteros).

Serviços de Locação de Imóveis e Equipamentos – A proposição de valor destes serviços está na locação de área ou salas comerciais para apoio das operações aeroportuárias e de cargas tais como: despachantes aduaneiros, empresas de logísticas, transportadoras e companhias aéreas.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**

A receita operacional consolidada, proveniente dos segmentos de atuação da Companhia, está apresentada no quadro abaixo:

Segmento	31 de março de 2014		31 de dezembro de					
			2013		2012		2011	
(R\$ mil)	Receita Líquida	% do Total	Receita Líquida	% do Total	Receita Líquida	% do Total	Receita Líquida	% do Total
<i>Terminais Portuários</i>	93.282	92%	344.420	90%	315.393	87%	239.676	97%
<i>Terminais Aeroportuários</i>	8.339	8%	39.060	10%	46.058	13%	7.876	3%
Receita Líquida Consolidada	101.621	100%	383.480	100%	361.451	100%	247.552	100%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O lucro ou prejuízo resultantes dos segmentos e as respectivas participações no lucro líquido da Companhia, estão representados no quadro abaixo:

Segmento/A tividade	31 de março de 2014		31 de dezembro de					
			2013		2012		2011	
(R\$mil)	Lucro Líquido	% do Total	Lucro Líquido	% do Total	Lucro Líquido	% do Total	Lucro Líquido	% do Total
<i>Terminais Portuários</i>	27.323	95%	75.106	98,0%	91.892	97,1%	58.107	100,03 %
<i>Terminais Aeroportuários</i>	1.563	5%	1.505	2,0%	2.737	2,9%	-15	-0,03%
Total consolidado	28.886	100%	76.611	100%	94.629	100%	58.092	100%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Terminais Portuários

A operação de um terminal portuário de contêineres acontece através de movimentos de exportação e importação de contêineres cheios, bem como a movimentação dos contêineres vazios, serviços de armazenagem e logística, que permitem a realização de operações intermodais.

Quando o navio chega ao porto, encaminha-se ao terminal já contratado previamente para a sua atracação. Uma vez atracado, inicia-se a operação deste navio, que consiste no carregamento e descarregamento dos contêineres. Todos os funcionários que atuam no terminal portuário são funcionários da Companhia, em regime celetista, de modo que se contrata a quantidade de funcionários necessária à execução dos trabalhos destinados ao referido navio.

Um terminal portuário de contêineres deve possuir infraestrutura adequada que possibilite o acesso e a operação dos navios a serem atendidos. Em sua estrutura o terminal deve possuir cais e retroárea, que são específicos de acordo com o tamanho e a quantidade simultânea de navios atracados.

No cais ocorre a atracação e a desatracação, proporcionando a movimentação de contêineres nas operações de navios. Já na retroárea, espaço também denominado de pátio, a atividade principal é a armazenagem alfandegada. São oferecidos serviços acessórios ao cliente como posicionamento de contêineres para vistoria pelos órgãos fiscalizadores, armazenagem de carga solta em armazém ou não, segurança da carga, entre outros.

Entre os órgãos fiscalizadores dos serviços prestados pela Companhia por meio do terminal portuário estão: a Receita Federal, responsável pela garantia da segurança e facilitação do comércio internacional no Brasil; o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável pela fiscalização fitossanitária para assegurar a isenção de pragas em produtos importados; e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), responsável pela inspeção sanitária de produtos importados e infraestrutura geral do terminal.

A operação de um terminal portuário envolve não apenas a utilização de mão de obra especializada e infraestrutura adequada, mas também de equipamentos específicos ao negócio. Os principais equipamentos utilizados nas operações portuárias são: (i) guindastes de cais, utilizados primordialmente para carregar e descarregar os contêineres nas embarcações (portêiners), (ii) guindastes de pátio usados para empilhar contêineres no pátio (RTGs), (iii) empilhadeiras ou *reach stackers*, utilizadas para o empilhamento e desempilhamento dos contêineres no pátio, retirando ou colocando os contêineres nos caminhões, e (iv) caminhões e reboques, utilizados para movimentar contêineres dentro do terminal de contêineres.

Uma vez retirados da embarcação e colocados no caminhão que os aguarda no cais, o contêiner é movimentado para o pátio de armazenagem de contêineres, pelos caminhões, até as pilhas de armazenagem, onde são empilhados pelos equipamentos específicos para movimentação dos contêineres na retroárea de armazenagem.

Antes da nacionalização da mercadoria, o Terminal é o fiel depositário da carga, sendo responsável por esta até a sua retirada. O processo de nacionalização deve ser realizado em, no máximo, 90 dias, caso contrário a mercadoria torna-se "carga em perdimento", passando então, a pertencer a Receita Federal para ser possivelmente leiloada, doada, incorporada, ou destruída. Tal processo não resulta em qualquer penalização ao Terminal, haja vista que a responsabilidade pela nacionalização e pelo desembaraço das cargas é do importador e findo o prazo de 90 dias é obrigação do Terminal acionar a Receita Federal para as devidas providências. Para retirada de sua mercadoria, o importador deve apresentar todos os documentos necessários para o seu desembaraço, existindo quatro possibilidades: (i) canal verde – a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

mercadoria pode ser retirada sem qualquer conferência; (ii) canal amarelo – a receita federal confere toda a documentação minuciosamente; (iii) canal cinza – mercadoria para valoração; e (iv) canal vermelho – a Receita Federal confere os documentos e pede para que o contêiner seja aberto para conferência da mercadoria existente. No caso da exportação de contêineres, o terminal tem que contar com uma área denominada de pré-embarque, onde todos os contêineres, através de um sistema de software logístico, são armazenados de acordo com o *layout* do navio. Nestes casos, é imprescindível que o operador do terminal disponha de um adequado sistema informatizado para que o embarque dos contêineres seja feito de forma rápida e eficiente.

Terminais Aeroportuários

Os terminais aeroportuários são estruturados para permitir (i) a prestação de serviços comerciais; (ii) o pouso e permanência de aeronaves; (iii) o atendimento ao fluxo de passageiros; (iv) a movimentação e armazenagem de cargas; (v) a locação de imóveis e equipamentos; e (vi) serviços logística relacionados.

A prestação de serviços comerciais consiste no atendimento das aeronaves para atividades como abastecimento de combustíveis, disponibilidade de área para manutenção, serviços de manutenção, dentre outros.

O atendimento ao fluxo de passageiros considera o embarque e o desembarque de pessoas para os voos domésticos ou internacionais em aeronaves de asa fixa (aviões) e em voos domésticos em aeronaves de asa rotativa (helicópteros) com serviços de guarda e movimentação de bagagens, serviços de imigração, dentre outros.

A movimentação e armazenagem de cargas recebidas no Aeroporto de Cabo Frio consistem em (i) voos cargueiros especializados no transporte de cargas soltas e cargas especiais (químicos, perigosas, refrigeradas, entre outras); (ii) transferências de cargas em regime aduaneiro oriundas de outras áreas alfandegadas; e (iii) voos comerciais de passageiros com cargas acomodadas no compartimento inferior das aeronaves. Os serviços de movimentação e armazenagem das referidas cargas se assemelham aos serviços desta natureza descritos nas Operações em Terminais Portuários.

Há no terminal aeroportuário área ou salas comerciais para locação e uso exclusivo de despachantes aduaneiros, empresas de logísticas e companhias aéreas de forma a agilizar o processo de desembarço de cargas e atividades relacionadas a aviação geral e executiva.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

Terminais Portuários

A demanda por serviços de terminais de contêineres é diretamente correlacionada ao volume de comércio marítimo mundial e à dinâmica de importações e exportações. Nas últimas décadas, a movimentação de contêineres tem crescido a níveis elevados em todo o mundo, impulsionada principalmente pelo aumento consistente do volume de comércio entre os países e ao processo de containerização, que resultou na padronização do transporte independente do formato e tipo de carga.

Um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento da movimentação do transporte marítimo é a descentralização das cadeias produtivas, uma das consequências do fenômeno da globalização. O fato das grandes empresas dos países desenvolvidos transferirem parte de seu processo produtivo para países emergentes na Ásia, América Latina e Oriente Médio, intensificou o transporte internacional de produtos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

acabados e semiacabados e tornou-o parte fundamental das cadeias de produção destas empresas. Neste contexto, a rapidez, segurança e economia de custos no transporte proporcionados pelo contêiner o transformaram em um dos pilares para o alcance da eficiência no comércio mundial.

Como consequência do crescimento da economia e do comércio mundial, a movimentação de contêineres nos terminais portuários brasileiros cresceu significativamente acima do Produto Interno Bruto brasileiro ("PIB") nacional. De 2009 a 2013 a movimentação de contêineres nos portos brasileiros cresceu a uma taxa de 10,2% ao ano, de acordo com informações divulgadas pela ABRATEC, mais de três vezes o crescimento anual do PIB no período que foi de 3,36% ao ano durante esse período, de acordo com divulgação da Bloomberg.

Como consequência do crescimento da economia e do comércio mundial, a movimentação de contêineres nos terminais portuários brasileiros cresceu significativamente acima do PIB nacional.

Com relação às características relevantes para a movimentação de contêineres nos terminais portuários, deve-se considerar a presença de canais de acesso adequados, especialmente em termos de calado para as embarcações de contêiner. A infraestrutura deve comportar também a operação de carregamento e descarregamento dos contêineres de maneira eficiente, com uma extensão compatível dos berços e uma quantidade compatível de equipamentos.

Além disso, os terminais devem ter área suficiente para o manuseio dos contêineres a serem embarcados e desembarcados, bem como espaço para armazenagem dos contêineres ainda não entregues aos seus destinatários ou aguardando o embarque. O pátio de contêineres também deve contar com tomadas para o fornecimento de energia elétrica para contêineres refrigerados, bem como instalações e equipamentos adequados para permitir a vistoria com scanner e pesagem dos contêineres.

Uma característica fundamental dos modernos terminais de contêineres é o uso de sistemas informatizados robustos, responsáveis por todo o planejamento da operação, incluindo a integração de informações com o Armador e o controle de cargas embarcadas e desembarcadas, proporcionando maior eficiência, produtividade e confiabilidade na operação.

Os terminais de contêineres prestam serviços aos seguintes clientes, (i) os armadores, principalmente grandes transportadores marítimos internacionais e (ii) os embarcadores (exportadores, importadores, embarcadores de cabotagem), no que diz respeito à armazenagem e serviços acessórios.

Terminais Aeroportuários

A Costa do Sol é um complexo logístico alfandegado estrategicamente situado próximo da região petrolífera mais importante do Brasil atendendo de forma bastante ágil demandas de empresas e indústrias de *Oil & Gas* nos campos de petróleo do sul da Bacia de Campos e norte da Bacia de Santos e de poços do Pré-Sal.

- i) **Participação em cada um dos mercados**
- ii) **Condições de competição nos mercados**

Terminais Portuários

Como consequência do crescimento da economia e do comércio mundial, a movimentação de contêineres nos terminais portuários brasileiros cresceu significativamente acima do PIB nacional.

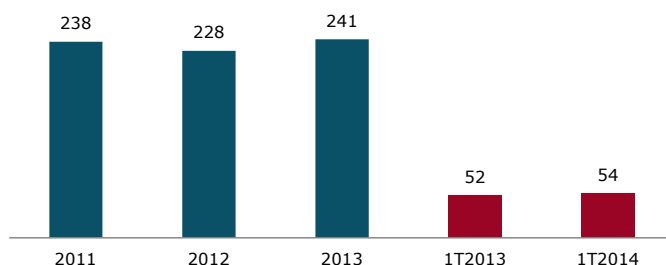
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Adicionalmente, segundo dados divulgados pela ANTAQ, os 5 maiores portos de contêiner brasileiros são responsáveis por aproximadamente 69% do volume total de movimentação de unidades equivalentes a vinte pés, em inglês, "*twenty-foot equivalente unit*" ("TEUs").

Destaca-se que os portos da cidade de Santos são responsáveis por, aproximadamente, 53% deste volume, enquanto o volume movimentado no porto da cidade do Rio de Janeiro representa, aproximadamente, 15% deste total, de modo que ambos figuram entre os 5 maiores portos de contêineres do Brasil.

Abaixo apresentamos informações sobre o volume de TEUs movimentados pela Companhia nos 3 últimos exercícios sociais e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 2014:

Volume de Operação Portuária Libra Terminal Rio



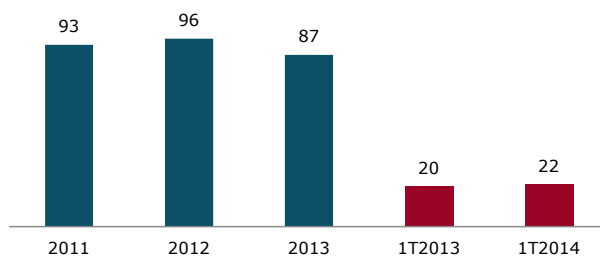
A Companhia, por sua vez, é responsável por movimentar aproximadamente 2% dos contêineres do País, tendo sido o 3º maior operador de contêiner do Porto do Rio de Janeiro em 2013, com 25% de *market share* em termos de contêineres movimentados no porto do Rio de Janeiro, segundo dados fornecidos pela ANTAQ, em 14 de março de 2014. Os principais concorrentes da Companhia no Rio de Janeiro são Multi-Rio Operações Portuárias S.A. e Sepetiba Tecont S.A., que movimentaram 31% e 44% do total de contêineres no Rio de Janeiro respectivamente.

Considerando o volume total de movimentação de TEUs nos portos de contêineres brasileiros no ano de 2013, o Grupo Libra foi responsável por, aproximadamente, 10% do *Market Share*, segundo dados divulgados pela ANTAQ. Em relação aos principais portos de contêineres brasileiros, segundo a ANTAQ, o porto de Santos foi responsável por, aproximadamente, 37% do *market share* de movimentação de contêineres, seguido pelo porto do Rio de Janeiro que, se considerado em conjunto com o Terminal de Contêineres de Sepetiba – TECON, foi responsável por, aproximadamente, 10% deste *market share*.

Em relação ao volume de cargas armazenadas nos 3 últimos exercícios sociais e para os períodos encerrados em 31 de março de 2013 e 2014, a Companhia apresentou o seguinte resultado:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Volume Armazenagem – Libra Terminal Rio



Terminais Aeroportuários

O Aeroporto Internacional de Cabo Frio, administrado pela Costa do Sol tem a 4ª maior pista de pouso do Brasil e 2ª maior do Estado do Rio de Janeiro com 2.550 m x 45 m, de acordo com informações divulgadas pela ANAC. Desta forma, tem capacidade para receber aeronaves de grande porte tais como: Antonov e Boeing 777-200 e 747. Adicionalmente, a Companhia acredita que o Aeroporto Internacional de Cabo Frio é a principal alternativa para eventuais problemas no Aeroporto do Galeão.

O Aeroporto Internacional de Cabo Frio tem certificação necessária para (i) operar todos os tipos de regimes alfandegários, tais como depósito alfandegado certificado (DAC), Entrepósito, Importação e Exportação, REPETRO e Drawback e (ii) armazenagem de cargas incluindo fármacos. Diante de tais fatos, a Companhia acredita que o Aeroporto Internacional de Cabo Frio tem condições de competir com os aeroportos de Viracopos e Galeão, especialmente no que toca ao serviço de cargas.

d. eventual sazonalidade

A movimentação de cargas do Terminal operado pela Companhia é concentrada nos produtos das seguintes indústrias: automotivo, eletrônico, químico e alimentício. O volume de importação e exportação está exposto a flutuações sazonais denominadas *peak* e *low season*. O período de *peak season*, começa em agosto e termina em meados de dezembro, e caracteriza-se pelo aumento de, em média, 5,3% do volume de movimentação portuária, resultado da elevada demanda do comércio por estoque para o período das festas natalinas. O *low season*, por sua vez, abrange os meses de janeiro a abril refletindo na queda de, em média, de 7,8% do volume operado, devido à baixa demanda do comércio neste período. Assim, o volume destas cargas, de importação e exportação, é afetado pelo padrão de sazonalidade. A receita da Companhia é majoritariamente impactada pelas variações de volume de importação, operação mais rentável devido à armazenagem e nacionalização destas cargas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e. principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

O consumo de energia elétrica do Terminal é compartilhado com o Terminal da Multi-Rio e os valores relativos às medições mensais são transferidos a esta empresa para ressarcimento referente à proporção utilizada pela Companhia.

A Companhia é parte em diversos contratos pelos quais contrata bens e serviços diversos, complementares ou acessórios aos serviços que presta, bem como aqueles destinados a suportar suas atividades administrativas, tais como contratação de terceiros e agregados, segurança patrimonial, serviços de limpeza, combustíveis, dentre outros.

Os fornecedores da Companhia estão sujeitos à legislação aplicável, bem como à fiscalização de órgãos reguladores.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Os principais fornecedores da Companhia são: Construtora Andrade Gutierrez S.A., ZPMC – Shanghai Zhenhua Heavy Industries CO, LTD, Raízen Combustíveis S.A., Sul América Seguro Saúde S.A., Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda., Votorantim Siderurgia S.A., Terex Cranes France S.A.S, Navis LLC, SAP Brasil Ltda., dentre outros.

A Companhia depende dos serviços de transportes e locação dos equipamentos fornecidos pela empresa Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda., empresa integrante do Grupo Libra.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Os principais insumos e serviços utilizados pela Companhia em seus negócios são: (i) mão de obra, (ii) combustível, (iii) energia elétrica, (iv) peças para manutenção, (v) aluguéis de equipamentos e (vi) serviços de transportes. Em sua grande maioria, os insumos mais utilizados pela Companhia são nacionais ou negociados no mercado nacional. Estes mercados contam com inúmeros participantes, de modo que se verifica uma forte concorrência, sem concentração de mercado. Isso exerce uma influência positiva nos preços e condições de compra dos insumos, sem apresentar volatilidade relevante.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

A Companhia possui uma gama diversificada de clientes, sendo que os principais clientes da Companhia atuam nos ramos: automobilístico, *Oil & Gas*, transportes marítimos, químico e fármaco, dentre outros.

Dentre eles, destacam-se no segmento portuário Hamburg-Süd, CSAV, CMA-CGM, Hyundai, PIL, NYK Line e Hapag-Lloyd. Já no segmento de armazenagem destacam-se P&G, Hyundai, Halliburton, Schlumberger, Embratel, General Electric Company, Petrobras, DuPont, Lubrizol e Gerdau. O relacionamento com todos os clientes segue as práticas usuais do mercado de atuação da Companhia, especialmente no que toca às negociações dos serviços contratados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como no período encerrado em 31 de março de 2014, nenhum cliente teve participação superior a 10% na receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A exploração de terminais portuários no Brasil encontra previsão legal na Constituição Federal de 1988, bem como na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, regulada pelo Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013. A legislação em vigor atribui à União a competência exclusiva para legislar sobre regime de portos, bem como para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos marítimos, fluviais e lacustres.

A Lei 12.815/2013 define instalação portuária como aquela localizada dentro ou fora da área do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros, em movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Sendo assim, é possível dividir os terminais portuários em duas grandes espécies: (a) os terminais de uso público, localizados dentro da área do porto organizado e (b) os terminais de uso privado, localizados fora da área do porto organizado.

Os portos públicos podem ser operados por concessão a empresa pública ou privada, mediante prévia licitação. Já as instalações portuárias de uso privado dependem unicamente de autorização por parte do poder público para que operem.

O terminal de contêineres da Companhia é de uso público e tem por objeto a prestação do serviço de movimentação e armazenagem de carga. Para sua atividade, sujeitam-se ao regime de concessão, precedida de licitação, a prazos contratuais rígidos, à reversão dos seus bens ao poder público ao término do contrato e aos princípios da universalidade do atendimento, da continuidade do serviço, da isonomia e da modicidade de preços.

A Companhia celebrou em 11 de março de 1998 com a CDRJ o Contrato de Arrendamento C-DEP JUR Nº 010/98 ("Contrato de Arrendamento"), mediante o qual se tornou arrendatária do Terminal de Contêineres I do Porto do Rio de Janeiro. Em setembro de 2011, por conta do programa de investimentos que contempla a ampliação do cais e da área de armazenagem do terminal, foi realizada a renovação antecipada do Contrato de Arrendamento, de modo que o vencimento final passou a ser maio de 2048.

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As operações portuárias estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual, distrital e municipal relativa à proteção do meio ambiente, as quais incluem, entre outros aspectos, normas relacionadas ao licenciamento ambiental para transporte de produtos perigosos, às emissões atmosféricas, à captação de recursos hídricos, ao lançamento de efluentes, ao gerenciamento de resíduos sólidos, à supressão de vegetação e conservação de áreas especialmente protegidas nos empreendimentos da Companhia.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância das regras nela estabelecidas. Tais sanções podem incluir, entre outras, o pagamento de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades.

A Companhia obteve todas as licenças e autorizações ambientais exigidas pela legislação ambiental aplicável para execução de suas atividades como, por exemplo, execução de obras e serviços de melhoria, construção e expansão de áreas operacionais, dragagem de acesso aquaviário, dentre outras.

Tanto nos processos de obtenção de licenças ambientais, quanto nos trâmites usuais com o Poder Concedente, a Companhia não tem tido problemas na obtenção de tais licenças e autorizações com a administração pública.

No setor portuário, a responsabilidade imediata pela obediência à legislação ambiental e às recomendações de entidades internacionais cabe às administrações portuárias, encarregadas de criar, nas respectivas jurisdições, uma Agenda Ambiental Institucional, cujo papel é definir uma política ambiental e zelar por sua implementação.

A Companhia e suas controladas adotam todas as ações necessárias para cumprir as exigências das respectivas autoridades portuárias nos portos onde atuam. Adicionalmente, a Companhia, como parte do Grupo Libra, segue sua política de sustentabilidade, denominada "Visão para Sustentabilidade", que teve início no ano de 2010, com a expansão dos projetos sociais desenvolvidos pelo Grupo Libra.

A Visão para Sustentabilidade do Grupo Libra, é suportada por 4 pilares, os quais devem balizar as decisões e atitudes de negócios da Companhia:

- Atuar de forma ética e transparente;
- Melhorar o aproveitamento dos recursos naturais;
- Ser parceiro no desenvolvimento das comunidades de entorno;
- Evoluir de forma consistente na gestão dos colaboradores.

A Companhia reforça o princípio da valorização da vida e têm o objetivo de minimizar o impacto socioambiental de suas operações cumprindo rigorosamente as legislações, diretrizes e padrões de mercado aplicáveis. Adicionalmente, a Companhia apoia ativamente as iniciativas de seus terceiros e clientes em manter os respectivos serviços e produtos em conformidade com os padrões de uma empresa sustentável.

Para maiores informações sobre a Visão de Sustentabilidade do Grupo Libra, acesse a sua página na rede mundial de computadores: www.grupolibra.com.br/sustentabilidade/visao-da-sustentabilidade).

Baseado na Visão para Sustentabilidade, o Grupo Libra investiu em 2012 mais de R\$ 13,0 milhões na área de Segurança, Saúde e Meio Ambiente em suas unidades de negócio, sendo que a maior parte deste montante foi na compra de grandes pórticos sobre rodas inovadores, que produzem parte de sua própria energia utilizada, chamado de Eco-RTG, para as unidades da Companhia e Libra Terminais Santos. Os Eco-RTGs podem chegar a reduzir 50% de seu consumo de diesel.

Em 2013 este investimento em Segurança, Saúde e Meio Ambiente chegou a R\$ 2,9 milhões, visto que não incluem compras adicionais de equipamentos portuários.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O Grupo Libra é signatário do Pacto Global desde 2011, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para promover, por meio de dez princípios, o alinhamento das políticas e práticas empresariais nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção. A companhia passou a integrar o Comitê Brasileiro do Pacto Global, que desenvolve ações de apoio às organizações signatárias no Brasil e projetos ligados aos seus princípios. Até o final de 2012, o Grupo Libra participou ativamente da Força Tarefa de direitos humanos e trabalho do Pacto Global no Brasil.

Em 2012, o Grupo Libra assumiu quatro compromissos básicos para guiar suas ações e investimentos na área da sustentabilidade:

- Redução de emissões de gases de efeito estufa (principalmente do consumo de diesel);
- Redução, tratamento e destinação adequada de resíduos;
- Formação de jovens para o primeiro emprego (comunidade do entorno);
- Melhoria da segurança do trabalho e capacitação em sustentabilidade para os colaboradores.

Em 2013 o Grupo Libra passou a atuar mais ativamente na Força Tarefa do 10º Princípio do Pacto Global da Organização das Nações Unidas ("ONU") relativo ao combate a corrupção. Além disso, o Grupo Libra também é membro ativo do Pacto Empresarial pela Integridade e Anticorrupção do Instituto Ethos.

Emissões

Com relação à redução de emissões de gases de efeito estufa, o Grupo Libra constatou que a principal fonte emissora do Grupo é a utilização de óleo diesel em frotas rodoviárias e fluviais, no maquinário de movimentação de cargas e geração de energia.

Com o intuito de amenizar os impactos ambientais das atividades desenvolvidas pelo Grupo Libra, diversos investimentos foram realizados, com a finalidade de aumentar a sua eficiência operacional, o que se mostrou ter grande impacto no consumo de combustíveis fósseis.

Assim, as emissões diretas, que representam 66% das emissões totais do Grupo Libra, registraram queda de 6% de 2011 a 2012, acumulando uma redução de 9,8% desde 2010. Este resultado foi obtido por meio da aquisição de novos equipamentos pelos terminais, como os RTGs, que diminuem a quantidade de movimentos improdutivos e o consumo de diesel. Outro fator para atingir esta redução foi a nova política da CNA relacionada às cargas enviadas, visto que esta estabelece um número mínimo de balsas a serem transportadas pelos empurradores, reduzindo o consumo de diesel.

O Grupo Libra consumiu 3% a menos de diesel em 2012, comparado ao ano anterior, enquanto que no mesmo período teve um aumento de 6% em suas movimentações totais, sendo que as emissões por movimentação caíram 12%, mostrando maior eficiência nas operações.

Eficiência e Inovação Tecnológica para redução de emissões

Na toada dos investimentos em inovações tecnológicas para redução de emissões, em 2012 o Grupo Libra iniciou a operação de quatro novos portêineres (espécie de guindaste de carga e descarga de contêineres) e sete novos Eco-RTGs (pórtico sobre rodas que movimenta as cargas dentro dos terminais).

Com uma tecnologia inédita na América do Sul, cada Eco-RTG usa o próprio peso do contêiner para gerar e armazenar energia para os movimentos seguintes. Enquanto um RTG comum tem uma média de consumo de diesel de 14 litros/hora, um Eco-RTG consome 9 litros/hora. Os Eco-RTGs ainda não apresentaram

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

resultados significativos em 2012, uma vez que iniciaram suas operações com todos os sistemas de redução ativados apenas no final do ano. Ademais, em 2012, um sistema auxiliar de potência (RISGA) foi instalado em 11 RTGs, permitindo a redução do consumo de combustível fóssil em até 15% nos momentos em que as máquinas estão paradas.

Apesar dos investimentos, o pouco tempo de uso dos novos equipamentos e o aumento da produtividade levou ao aumento do consumo de diesel da unidade operacional de Santos. No entanto, medidas que estão sendo implementadas nos terminais de Santos e Rio de Janeiro (operado pela Companhia) (eletrificação progressiva de equipamentos portuários e compra de novos RTGs elétricos) devem reduzir em 50% as emissões de gases efeito estufa (GEE) nos grandes equipamentos portuários até 2017.

Resíduos

Quanto às metas do Grupo Libra para redução, tratamento e destinação adequada de resíduos, as obras de ampliação e melhoria dos terminais de Santos e do Rio de Janeiro (operado pela Companhia) foram responsáveis pela maior parte da geração de resíduos não perigosos em 2012. Esse material, quando não reaproveitado nas próprias unidades, como na fundação dos pátios, por exemplo, é encaminhado para usinas de reciclagem da construção civil.

Na unidade da Companhia, a destinação de materiais para reciclagem, reutilização e compostagem aumentou, e foram reduzidos os resíduos enviados para aterros sanitários.

Além das ações e investimentos acima mencionadas, o Grupo Libra conta com a criatividade de seus colaboradores para desenvolver projetos de sustentabilidade inovadores. No projeto "Reciclagem de Uniformes Usados: Arte e Sustentabilidade", desenvolvido em 2012, a comunidade do entorno da Libra Terminais Santos foi envolvida em um projeto de reciclagem de uniformes usados para a fabricação de artesanato.

Atualmente, os uniformes operacionais e administrativos em desuso são doados como matéria-prima e reaproveitados para a criação de artesanato feito à mão, contribuindo para a geração de trabalho e renda na comunidade.

O projeto teve início em janeiro de 2012 e, até o começo de 2013, 1.280 Kg de uniformes foram encaminhados para reciclagem.

Não obstante, o Grupo Libra foi a primeira empresa do setor portuário a instalar um sistema de reciclagem parcial dos filtros de óleo utilizados nos equipamentos, com ganhos nas duas pontas do processo: redução de geração de resíduos perigosos e prejudiciais ao meio ambiente e aumento na geração de resíduos recicláveis.

Derramamento

As unidades operacionais realizam manutenções periódicas nos equipamentos e trabalham na conscientização de colaboradores e terceiros com o objetivo de evitar vazamentos de produtos contaminantes. Em caso de acidente, seguem rigorosos planos de contenção para minimizar danos.

Nesse sentido, o maior risco relacionado às atividades do Grupo Libra é o derramamento de óleos lubrificantes. Em 2012, o Grupo Libra registrou algumas ocorrências, mas todas foram contidas ou

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

tratadas, sem gerar qualquer tipo de impacto significativo. Em comparação com 2011, houve uma redução de 20% no número de ocorrências e 25% no volume derramado.

A Companhia foi destaque nas ações de redução de derramamento, tendo reduzido neste período 50% do volume derramado e 57% das ocorrências, por meio da adequação do parque tecnológico para redução de vazamentos e redução de intervenções corretivas pela manutenção.

Consumo Eficiente de Água e Energia

O Grupo Libra ainda efetua investimentos para o consumo mais eficiente de água e energia. A água utilizada pelo Grupo Libra é proveniente de sistemas públicos de abastecimento e, em 2012, o consumo foi de 78.436 m³.

Houve um aumento no consumo total de 34% por causa da inclusão do Aeroporto Internacional de Cabo Frio no escopo do indicador, das obras da Libra Logística Campinas e do aumento significativo do quadro de colaboradores da Libra Logística Valongo. Apesar destes indicadores, a Companhia conseguiu uma redução no seu consumo de água na comparação do ano de 2011 / 2012, que passou de 23.856 m³ para 23.613 m³.

Já o consumo de energia direta representa 94% do total da energia consumida pelo Grupo Libra. A energia é utilizada na operação dos guindastes de cais, iluminação de pátio, refrigeração de contêineres e prédios de administração.

Biodiversidade

Nas operações do Grupo Libra são considerados os seguintes impactos na biodiversidade: a expansão da atividade e obras civis relacionadas, as emissões de transporte tanto próprio como de clientes, o descarte de efluentes e disposição de resíduos e a possível ocorrência de vazamentos aparecem com mais destaque nas operações.

Há constantes melhorias nos procedimentos, buscando garantir que não ocorram vazamentos, a redução no consumo de materiais (e consequentemente a geração de resíduos) e a busca por alternativas renováveis (a cidade de Santos adquiriu uma hidrelétrica impactando positivamente no consumo de energia). Para os resíduos também há uma busca por destinações que gerem menos impactos, como a reciclagem.

Impactos Sociais

O Grupo Libra tem consciência dos impactos que suas atividades podem ter no dia-a-dia das cidades em que se situam. No Rio de Janeiro, onde a Companhia atua, além das discussões que envolvem o projeto de expansão, as principais negociações são a acessibilidade rodoviária aos portos, que prevê a continuação da segunda fase da avenida alternativa, a duplicação do anel viário e a criação de uma equipe para garantir a segurança local, entre outras obras de melhoria da infraestrutura portuária.

O Grupo Libra participou em 2013 de um projeto conjunto entre o poder público do Rio de Janeiro e as empresas baseadas próximos a comunidade do bairro do Caju, promovendo um choque de ordem que organizou o trânsito e estacionamento de veículos na região minimizando impactos à comunidade do entorno e reduzindo o nível de ruído.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Investimento Social

A Política de Investimento Social do Grupo Libra direciona as ações da área e estabelece dois eixos principais de investimentos:

- Apoio às entidades que mobilizam a sociedade como ferramenta de desenvolvimento local;
- Capacitação para o primeiro emprego de jovens de baixa renda da comunidade do entorno onde o Grupo Libra atua.

Nos últimos dois anos o Grupo Libra vem investindo na ordem de R\$ 1 milhão em projetos e programas sociais, por meio de repasse de verba ou pagamento direto de custos.

Projetos como o Rio Como Vamos, onde o Grupo Libra é um dos patrocinadores do movimento, que tem como principal objetivo influenciar políticas públicas por meio da gestão de indicadores da capital fluminense: saúde, transporte, educação, segurança pública, pobreza e desigualdade social, meio ambiente, lazer e esporte, saneamento básico, inclusão digital, trabalho, emprego, renda e orçamento.

Adicionalmente, o Grupo Libra atuou no projeto Libra Cidadania de Desenvolvimento do Entorno & Formação de Jovens, voltado para a qualificação e desenvolvimento de jovens de famílias carentes do entorno das unidades onde operamos para o primeiro emprego, por meio de cursos de "Logística em Tempos de Sustentabilidade", realizado no Rio de Janeiro em parceria com o SENAI. Este projeto formou suas duas primeiras turmas em 2013, com 25 alunos cada entre 17 e 21 anos, cursando ou com ensino médio completo. Na grade curricular, eles aprenderam noções de logística básica, instalações portuárias, segurança e medicina do trabalho, sustentabilidade, práticas de operações com contêineres, processos de importação e exportação e sistemas de informações.

O conteúdo do curso foi desenvolvido por profissionais do Grupo Libra, em parceria com professores da universidade, e as aulas foram ministradas no SENAI da Tijuca. No final, os alunos apresentaram um trabalho com foco em sustentabilidade para desenvolvimento do bairro do Caju. Além de ser gratuito, os jovens receberam ajuda de custo e benefícios durante a atividade. A Libra Terminal Rio conseguiu contratar ao término destes cursos 90% dos participantes para atuarem no terminal.

O Grupo Libra também apoiou outras ações desenvolvidas pelas comunidades do entorno do terminal do Rio de Janeiro, tais como: Ginástica para a Terceira Idade, Inclusão Digital, Pimpolhos da Grande Rio, e outras iniciativas.

Valorização da Vida

A Segurança dos colaboradores do Grupo Libra e de todos que se relacionam é prioritária para o Grupo Libra que teve um desempenho abaixo do esperado em 2012, contudo em 2013 o número de acidentes do trabalho com afastamento e significativamente a gravidade das ocorrências, teve uma redução de 72%, especialmente nos terminais portuários.

Esta redução foi alcançada por meio da priorização de recursos e aproximação da liderança com o aumento da conscientização dos colaboradores em relação a riscos, participando diretamente da investigação e análise de acidentes e em planos de ação para evitar que voltem a se repetir.

- c. **Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

|

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O terminal de contêineres da Companhia é de uso público e tem por objeto a prestação do serviço de movimentação e armazenagem de carga. Para sua atividade, sujeitam-se ao regime de concessão, precedida de licitação, desta forma, por meio do Contrato de Arrendamento celebrou em 11 de março de 1998 com a CDRJ a Companhia se tornou arrendatária do Terminal de Contêineres I do Porto do Rio de Janeiro.

A Companhia é titular da marca nominativa “Libra Terminal Rio”, registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI sob nº 820983942, Classe NCL(8)-39.

Adicionalmente, a Companhia é titular dos seguintes domínios na rede mundial de computadores: (i) www.redexlibrario.com.br, com data de expiração de 11 de setembro de 2017; (ii) www.t1rio.com.br, com data de expiração de 02 de maio de 2015; (iii) www.vsa-usec.com.br, com data de expiração de 27 de setembro de 2023; (iv) www.terminal1rio.com.br, com data de expiração de 08 de junho de 2016; e (v) www.teconrio.com.br, com data de expiração de 24 de setembro de 2017.

A Companhia considera relevante, ainda, a utilização da marca “Grupo Libra”, registrada no INPI por sua controladora indireta Libra Holding S.A., tendo em vista seu reconhecimento e reputação positiva no mercado de atuação da Companhia.

A utilização de tal marca pela Companhia demonstra, assim, sua vinculação com seu grupo econômico, agregando valor desta forma aos serviços oferecidos e prestados pela Companhia, na medida em que o mercado reconhece a eficiência e padrão de qualidade destes e as vantagens de se contratar com um grupo econômico capaz de oferecer todos os serviços necessários, desde a chegada da carga no porto até seu transporte ao destino final.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;

Nenhuma das receitas da Companhia é proveniente de outros países que não o Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor;

Nenhuma das receitas da Companhia é proveniente de outros países que não o Brasil.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

Nenhuma das receitas da Companhia é proveniente de outros países que não o Brasil.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não existem relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste Formulário de Referência.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não existem relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste Formulário de Referência.

7.9 - Outras informações relevantes

Projetos sociais desenvolvidos pela Companhia

A Companhia, como parte do Grupo Libra, esta inserida em vários dos programas desenvolvidos pelo grupo de forma integrada, isto é, todas as empresas do Grupo Libra fazem parte e colaboram com os Projetos Sociais desenvolvidos.

O Grupo Libra possui uma consolidada política de investimento social, concebida com a ajuda de seus colaboradores, a qual é responsável pelo direcionamento das ações da área de responsabilidade social do grupo e estabelece dois eixos principais de investimentos:

- i) Apoio às entidades que mobilizam a sociedade como ferramenta de desenvolvimento local; e
- ii) Capacitação para o primeiro emprego de jovens de baixa renda da comunidade do entorno de onde o Grupo Libra atua, promovendo a conscientização para a cidadania e sustentabilidade.

Como em anos anteriores, os montantes investidos em 2012 em projetos e programas sociais ficaram na ordem de R\$ 1 milhão, por meio de repasse de verba ou pagamento direto de custos.

O Investimento Social do Grupo Libra atua de forma diversificada por meio de projetos próprios e de terceiros, uso de incentivos fiscais, doações de bens e parcerias.

As intervenções sociais realizadas procuram sempre envolver a comunidade do entorno do local onde o Grupo Libra atua por meio do diálogo, com a finalidade de diagnosticar as carências da região e implementar os projetos possíveis e adequados. Sempre que possível, o Grupo Libra procura ainda promover a participação de seus colaboradores e seus familiares nas ações sociais.

O investimento social do Grupo Libra é sempre realizado com uma visão de longo prazo, de forma a garantir resultados que tragam transformações reais à sociedade. O impacto do investimento social é monitorado e avaliado regularmente, em prol de sua constante otimização. A comunicação dos projetos sociais é realizada de forma ampla e transparente, sendo que o processo decisório do investimento perpassa as instâncias da governança corporativa do grupo, por meio das Unidades Operacionais e da Diretoria de Desenvolvimento Organizacional.

Segue abaixo uma lista das entidades e projetos sociais que contam com a colaboração do Grupo Libra:

Rio Como Vamos

O Grupo Libra é um dos patrocinadores do movimento Rio Como Vamos, que tem como principal objetivo influenciar políticas públicas por meio da gestão de indicadores da capital fluminense: saúde, transporte, educação, segurança pública, pobreza e desigualdade social, meio ambiente, lazer e esporte, saneamento básico, inclusão digital, trabalho, emprego, renda e orçamento.

Monitoram políticas públicas que impactam sobre esses indicadores e realizam pesquisa de percepção, a cada dois anos, em que o cidadão avalia o Rio, os serviços públicos e revela suas expectativas.

Libra Cidadania

Projeto de Desenvolvimento do Entorno & Formação de Jovens

7.9 - Outras informações relevantes

Uma das principais ações nesse sentido foi o início do projeto Libra Cidadania, voltado para a qualificação e desenvolvimento de jovens de famílias carentes do entorno da unidade de Santos (SP) para o primeiro emprego, através do curso de "Logística em Tempos de Sustentabilidade", realizado em parceria com a Universidade Católica de Santos (UniSantos).

O projeto formou a primeira turma em 2012, com 50 alunos entre 17 e 21 anos, cursando ou com ensino médio completo. Na grade curricular, eles aprenderam noções de logística básica, instalações portuárias, segurança e medicina do trabalho, sustentabilidade, práticas de operações com contêineres, processos de importação e exportação e sistemas de informações.

O conteúdo do curso foi desenvolvido por profissionais do Grupo Libra, em parceria com professores da universidade, e as aulas foram ministradas no próprio campus da UniSantos. No final, os alunos apresentaram um trabalho com foco em sustentabilidade. Além de ser gratuito, os jovens receberam ajuda de custo e benefícios durante a atividade. Antes da formatura, dez deles (20%) já estavam empregados no Grupo, sendo os demais acompanhados para colocação no mercado de trabalho.

Esta ação inspirou a criação de projetos semelhantes em todas as unidades do Grupo Libra, para implementação em 2013. A iniciativa prevê parcerias com instituições renomadas, como SENAI no Rio de Janeiro (RJ), Faculdade da Região dos Lagos/Ferlagos em Cabo Frio (RJ), Centro Universitário Salesiano em Campinas (SP) e UniSantos em Santos e Cubatão (SP).

7.9 - Outras informações relevantes

Outras entidades apoiadas:

- Instituto Akatu, pelo consumo consciente;

O Grupo Libra é uma das empresas mantenedoras do Instituto Akatu, recebendo como contrapartida apoio na sensibilização de temas relevantes para o consumo consciente junto a colaboradores.

- Instituto Arte no Dique;

Localizado na zona noroeste de Santos (SP), no Dique da Vila Gilda, uma das regiões mais carentes da cidade, a entidade tem como proposta promover a transformação social de crianças e adolescentes por meio do acesso à cultura e à arte, a partir da realização de oficinas e de ações culturais com foco na inclusão social e na valorização da cultura local. Em 2012 beneficiou 400 jovens. Em 2013 as aulas acontecerão em um novo espaço, com capacidade para aproximadamente 600 alunos. As primeiras atividades na sede do Instituto Arte no Dique aconteciam dentro de um contêiner de 20 pés, doado pelo Grupo Libra. Agora, ele será transformado na cozinha da nova sede.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. acionistas controladores diretos e indiretos¹

Conforme informações apresentadas nas tabelas abaixo, o controle direto da Companhia é exercido pela acionista Boreal Empreendimentos e Participações S.A., detentora de 57,00% do capital social, em conjunto com a Libra Holding S.A. e Libra Terminais e Logística S.A., que detêm, cada uma, 12,50% e 25,00%, respectivamente.

O controle indireto da Companhia é exercido pela Libra Holding S.A., que detém de forma indireta, aproximadamente, 73,67% de participação, perfazendo um total de aproximadamente 86,17% de participação no capital social da Companhia.

Este controle indireto é exercido por meio da participação da Libra Holding S.A. em duas acionistas diretas da Companhia, quais sejam, a Boreal Empreendimentos e Participações S.A. e a Libra Terminais e Logística S.A., sendo que sua acionista controladora, a Libra Administração e Participações S.A., é controlada pela Libra Holding S.A.

(i) Companhia

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.	65.818	57%	0	0
Libra Terminais e Logística S.A.	28.857	25%	0	0
Libra Holding S.A.	14.448	12,5%	0	0
Gonçalo Borges Torrealba	3.178	2,75%	0	0
John Andrew de Oliveira Harris	3.178	2,75%	0	0
Total	115.479	100%	0	0

(ii) Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.

Acionistas	Quotas	%
Libra Holding S.A.	5.084.852	99.99%
Cia Paulista de Comércio Marítimo	1	0,00%
Tesouraria	781.507	0,01%
Total	5.866.360	100,00%

(iii) Libra Terminais e Logística S.A.

Acionistas	Ações Ordinárias	%
Libra Administração e Participações S.A.	3.138.325	99.99%
Libra Holding S.A.	25	0,01%
Total	3.138.350	100,00%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico**(iv) Libra Holding S.A.**

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
Zuleika Borges Torrealba	2.449.861.036	50,00	582.156.208	48,15
Gonçalo Borges Torrealba	612.465.215	12,50	145.539.052	12,04
Celina Borges Torrealba Carpi	612.465.215	12,50	145.539.052	12,04
Rodrigo Borges Torrealba	612.465.215	12,50	145.539.052	12,04
Ana Carolina Borges Torrealba Affonso	612.465.215	12,50	145.539.052	12,04
Ibrahim Eris	0	0	10.076.582	0,83
Marcelo Pereira Malta de Araújo	0	0	34.750.366	2,87
Tesouraria	0	0	15.791.108	0
Total	4.899.721.896	100	1.224.930.472	100

(v) Libra Administração e Participações S.A.

Acionistas	Ações Ordinárias	%
Libra Holding S.A.	14.561.058	66,67%
Fundo de Investimento em Participações AMC.	7.280.536	33,33%
Total	21.841.594	100,00%

¹ Para maiores informações, vide item 15.1 do presente Formulário de Referência.

b. controladas e coligadas

A Companhia detém o controle direto das sociedades Boreal Serviços e Administração S.A. e da Via Port Transportes Multimodais S.A., nas quais é detentora de aproximadamente 99,9% de seus respectivos capitais sociais. Adicionalmente, a Companhia é controladora indireta das sociedades Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A, Aeroporto Cabo Frio Logística, Armazém Geral e Transporte Multimodal Ltda. e SBCB Participações Aeroportuárias S.A, nas quais detém participação indireta de aproximadamente 60%, 58,2% e 99,99%, respectivamente, de seus capitais sociais.

Por fim, a Companhia detém participação direta de 25,00% no capital social da companhia Turnkey Gestão de Empreendimentos Logísticos S.A., que está em fase de encerramento perante a Junta Comercial, bem como participação indireta de 33,33% no capital social da sociedade Angra Aeroportos Ltda.

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

A Companhia não participa em outras sociedades do grupo que não as suas controladas e coligadas.

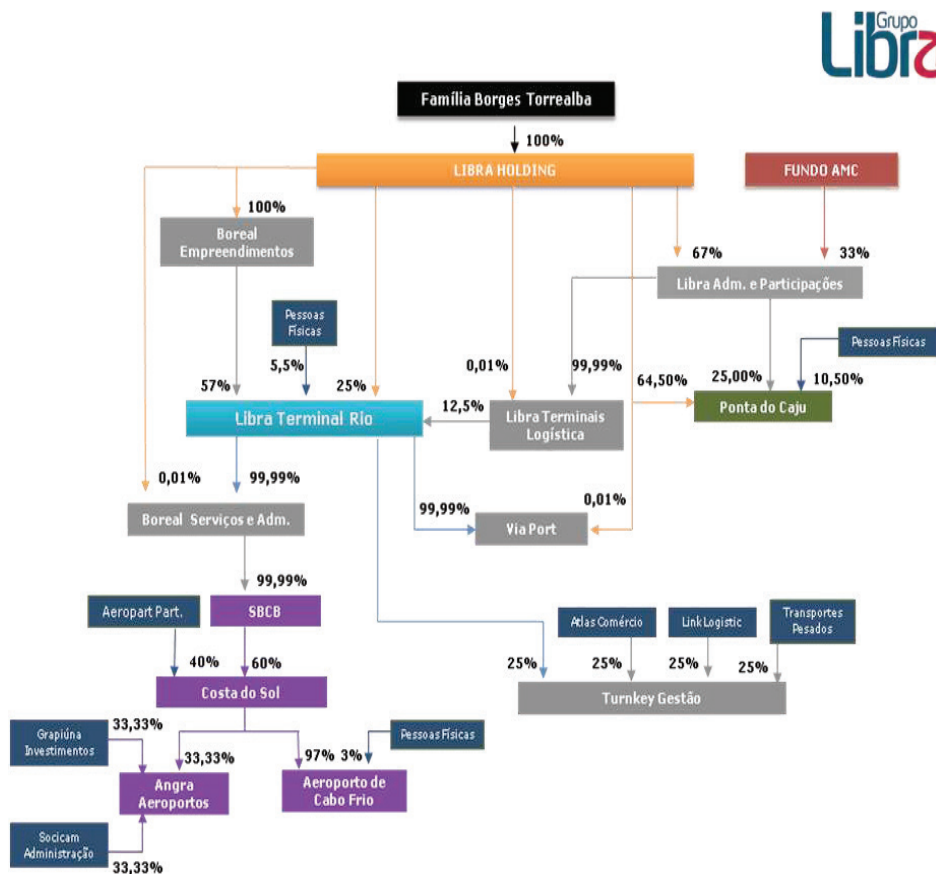
d. participações de sociedades do grupo na Companhia

Não existem participações de sociedades do grupo no capital social da Companhia que não as participações de seus controladores diretos e indiretos.

e. sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum com o da Companhia

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Todas as operações de reestruturação estão descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes concernentes ao presente item já foram prestadas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

As informações acerca dos bens do ativo não circulante relevantes da Companhia encontram-se nos itens 9.1(a) e 9.1(c) deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
1 GUINDASTES TIPO MHC - MOBILE HARBOUR CRANE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
15 EMPILHADEIRAS REACH STACKER	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
15 EMPILHADEIRAS	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
6 SEMI-REBOQUES	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
6 TERMINAL TRACTOR	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
4 GUINDASTE TIPO RTG - RUBBER TYRES GANTRY	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
3 GUINDASTES TIPO PORTÊINER	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
1 GUINDASTE TIPO PORTÊINER	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
TERMINAL DE CONTÊINERES DO PORTO DO RIO DE JANEIRO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A companhia não possui patentes, marcas ou licenças que considere como relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Aeroporto Cabo Frio Logística e Transporte Multimodal Ltda.	07.895.102/0001-61	-	Controlada	Brasil	RJ	Cabo Frio	Apoio à operação aeroportuária	58,190000
31/03/2014	29,700000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	-64,500000	0,000000	2.275,00	Valor contábil	31/03/2014	798,00		
31/12/2012	485,200000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Adquirida juntamente com a Costa do Sol, sua controladora direta, e mantida por estar em linha com a estratégia de expansão no segmento de Aeroportos.								
Angra Aeroportos Ltda.	07.738.426/0001-57	-	Coligada	Brasil	RJ	Angra dos Reis	Operadora de terminais aeroportuários	20,000000
31/03/2014	37,200000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	286,400000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2014	-52,00		
31/12/2012	-82,600000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Adquirida juntamente com a Costa do Sol e mantida por estar em linha com a estratégia de expansão no segmento de Aeroportos.								
Boreal Serviços e Administração S.A.	36.182.905/0001-77	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding	99,990000
31/03/2014	0,900000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	4,400000	0,000000	2.259,00	Valor contábil	31/03/2014	78.739,00		
31/12/2012	1,100000	0,000000	3.364,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	6.136,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Trata-se de empresa veiculo, sem atividades operacionais, utilizada para aquisição da empresa SBCB, controladora da Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A.								
Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A.	04.342.034/0001-83	-	Controlada	Brasil	RJ	Cabo Frio	Operadora de terminais portuários	59,990000
31/03/2014	-7,400000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	11,100000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2014	62.161,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2012	-0,100000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão dos negócios no segmento de Aeroportos, em linha com o objetivo do Grupo Libra de desenvolver soluções de infraestrutura integrada para atendimento ao fluxo de comércio exterior.								
Libra Terminais S.A. - Santos	33.813.452/0001-41	-	Coligada	Brasil	SP	Santos	Operadora de terminais portuários	0,000000
31/03/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2014	0,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	3.851,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	6.136,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Em 2013 houve a distribuição da participação na coligada Libra Terminal Santos em troca de participação adicional na controlada Boreal Serviços.								
Para maiores informações, Para maiores informações ver seção "Negócios Extraordinários" – "Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor"								
SBCB Participações Aeroportuárias S.A.	12.773.494/0001-26	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Holding	99,990000
31/03/2014	1,100000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	11,100000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2014	67.747,00		
31/12/2012	-0,100000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Trata-se de empresa veiculo, sem atividades operacionais, adquirida com objetivo de expandir os negócios do Grupo no segmento de Aeroportos. A SBCB é controladora da Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A.								
Turnkey Gestão de Empreendimentos Logísticos S.A.	16.688.294/0001-26	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Empresa em operação	25,000000
31/03/2014	-89,200000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	-61,900000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2014	4,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Em julho de 2012 a Companhia firmou parceria com terceiros que constituíram a Turnkey com o objetivo o desenvolvimento de negócios na área de Logística. Porém, a parceria não logrou êxito e a empresa encontra-se em fase de liquidação.								
Via Port Transportes Multimodais S.A.	09.665.484/0001-62	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Empresa dormente	99,900000
31/03/2014	-2,200000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2014	211,00		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Via Port não tem ativos ou passivos significativos, tampouco atividade operacional, tendo sido comprada em 2013 com o objetivo de se tornar empresa veículo para eventuais novos negócios.								

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes concernentes ao presente item já foram prestadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia e se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, bem como das informações trimestrais relativas a 31 de março de 2014. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia.

Assim como nas demonstrações financeiras auditadas e nas informações trimestrais revisadas da Companhia, os itens e informações incluídos neste quadro 10 do formulário estão expressos na moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). Com isso, exceto quando expresso de forma diferente, as informações são apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Libra Terminal Rio S.A. e de todas as suas controladas e coligadas.

10.1 Opinião dos Diretores sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras, patrimoniais e de geração de caixa suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo.

Um ponto de destaque nos 3 últimos exercícios e no último trimestre é que a Companhia segue na execução aderente aos atuais cronogramas dos projetos, viabilizando seus planos de fortalecimento da infraestrutura portuária e aeroportuária, de seus recursos humanos e de seus sistemas e processos, principalmente de sua Tecnologia da Informação. Destacam-se os seguintes investimentos, em diferentes estágios de evolução, na Companhia: (i) ampliação do armazém; (ii) expansão da retro área de 136 mil m² para 176 mil m², ou seja em 40 mil m² e do cais de 545 m para 715 m, ou seja, em 170 m; (iii) modernização e ampliação dos equipamentos operacionais e (iv) substituição dos sistemas transacionais, o novo Sistema "ERP", sistema de gestão empresarial integrado que gerencia as informações relativas aos processos operacionais, comerciais, administrativos e gerenciais.

Desta forma, os Diretores destacam que tais investimentos, mesmo que em pequena escala, viabilizaram o alcance dos resultados operacionais e financeiros pela Companhia, como os percebidos em relevantes ganhos de produtividade na movimentação de containers, na disponibilidade de armazenagem e na fluidez de seus fluxos logísticos internos e externos à operação portuária, onde se destacou a viabilização de áreas destinadas e, principalmente, preparadas para a armazenagem de produtos químicos, culminando na elevação de sua receita líquida, que atingiu em 2013 o equivalente a R\$ 383.480, crescimento na ordem de 6% relativamente ao exercício de 2012, que já havia se apresentado como um recorde histórico da Companhia. Em relação ao trimestre encerrado em março de 2014 a receita líquida ficou em R\$ 101.621, contra R\$ 112.444 para o mesmo período de 2013. Alguns investimentos, assim que concluídos, trarão ainda mais melhorias na equação de resultados da Companhia, como por exemplo, quando do início da operação simultânea de 2 navios de grande porte, viabilizada pela extensão do berço de atracação. Vale ressaltar, também, que o arcabouço de controles administrativos e de Governança Corporativa que sustentaram a Companhia no atingimento destes recordes.

A Companhia se concentrou na busca constante pela elevação dos níveis de qualidade e responsividade dos serviços prestados aos seus clientes, transformando-os em diferencial competitivo do negócio e, na obtenção dos seus resultados econômico-financeiros baseados na elevação de suas receitas oriundas de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

maiores volumes e serviços de maior valor agregado e no controle de seus custos e despesas, garantindo, assim, o crescimento de seu resultado operacional em 6% para o exercício social de 2013, quando comparado ao exercício anterior. Em linha com seu planejamento orçamentário, a Companhia passa a buscar a elevação da captação de recursos de terceiros e o alongamento do perfil de endividamento no decorrer do 2º trimestre de 2014.

Os Diretores entendem que o capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências de seus negócios e, os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

Os Diretores destacam que a Companhia mantém um monitoramento sobre seus índices de liquidez e de seu risco de crédito, tendo alcançando condições de equilíbrio para todos eles.

Quando necessário, para a proteção de riscos cambiais, a Companhia, baseada em sua política de *hedge*, utilizou-se de contratos de derivativos financeiros, sem caráter especulativo. As carteiras compostas por tais instrumentos financeiros derivativos são monitoradas mensalmente, com o objetivo de garantir a eficácia de proteção dos resultados destes instrumentos.

No decorrer do exercício de 2013 a Companhia captou os seguintes recursos no mercado financeiro: i) R\$105.000 ao custo de TJLP+1,40% a.a. e com prazo de 9,5 anos; ii) R\$100.000 ao custo de CDI+1,82% a.a. e com prazo de 7,0 anos; e iii) US\$887 mil ao custo de Libor + 3,30% a.a. e com prazo de 5 anos. No decorrer do primeiro trimestre de 2014 a Companhia, por meio de sua controlada Costa do Sol Operadora Aeroportuária S/A, captou R\$2.000 ao custo de CDI+0,98% a.a. e com prazo de 180 dias.

Diante do cenário econômico mostrando pouco crescimento e um cenário político mais turbulento, os Diretores entendem que a Companhia continuará em busca da excelência operacional e administrativa, que se coloca ainda com mais importância, sem deixar de acompanhar os movimentos do mercado e as oportunidades de crescimento, sejam essas, de cunho orgânico ou vertical.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Na opinião dos Diretores, os indicadores abaixo demonstram a solidez financeira da Companhia, conforme acima destacado:

		31 de dezembro					31 de dezembro		
R\$ Mil ¹	31 de março de 2014	2013	2012	2011	R\$ Mil	31 de março de 2014	2013	2012	2011
Ativo					Passivo				
Circulante	54.058	119.002	114.614	62.487	Circulante	133.376	117.915	99.290	65.047
Não circulante	74.320	55.445	35.871	44.469	Não circulante	435.932	454.143	259.400	184.804
Investimentos	-	56	6.581	8.835	Patrimônio Líquido	107.713	78.335	94.819	109.613
Imobilizado	435.298	364.605	188.496	131.178					
Intangíveis	113.345	111.285	107.947	112.495					
Ativo Total	677.021	650.393	453.509	359.464	Passivo Total	677.021	650.393	453.509	359.464

¹ Informações referem-se a números consolidados

	31 de dezembro		
R\$ Mil ¹	2013	2012	2011
Dívida Líquida	362.561	158.836	139.085
EBITDA	178.777	169.193	108.273
Juros sobre empréstimos	46.677	14.364	19.074
Dívida Líquida / EBITDA	2,0	0,9	1,3
Cobertura de Juros	3,8	11,8	5,7

O EBITDA é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda e contribuição social e das depreciações e amortizações.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia. A Companhia utiliza como base de divulgação do EBITDA a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(em R\$ Mil)	31 de março de 2014	31 de dezembro		
		2013	2012	2011
Lucro líquido consolidado	29.378	75.072	94.571	57.291
Mais: Depreciação e amortização	3.664	14.766	13.984	8.209
Mais: Resultado financeiro (líquido)	708	42.074	8.862	10.472
Mais: Imposto de renda e contribuição social	16.344	46.865	51.776	32.301
EBITDA do consolidado	50.094	178.777	169.193	108.273

"Juros sobre empréstimos" corresponde a somatória das despesas financeiras, da variação decorrente dos ajustes de *swap* contratados e das variações monetárias e cambiais.

"Dívida Líquida" significa (a) somatório dos empréstimos e financiamentos do circulante e do não circulante, incluídos títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo, ainda, os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), dívidas com partes relacionadas, avais, fianças, penhores ou garantia prestadas pela Companhia, menos (b) disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e do saldo dos valores a receber junto a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio.

"Dívida Ajustada" significa (a) somatório dos empréstimos e financiamentos do circulante e do não circulante, incluídos títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, incluindo, ainda, os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos), dívidas com partes relacionadas, avais, fianças, penhores ou garantia prestadas pela Companhia, menos (b) ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e do saldo dos valores a receber junto a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) vinculados aos investimentos de expansão do Terminal Rio.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Desde a sua constituição a Companhia se financiou mediante: (i) aporte de capital de seus acionistas; (ii) o caixa gerado por meio das atividades operacionais; e (iii) linhas de financiamento junto a instituições financeiras públicas e privadas.

Em 31 de março de 2014, o saldo da dívida ajustada é de R\$443.644, sendo 83% no longo prazo. As linhas de financiamento contratadas pela Companhia são compostas por: (i) 44% obtido por meio da emissão de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Notas de Crédito a Exportação (NCEs); (ii) 24% por financiamento com linhas de crédito BNDES; (iii) 23% por empréstimo via resolução 4131; (iv) 8% por financiamento de importação para aquisição de equipamentos no exterior (FINIMP); e (v) 1% por empréstimo por meio de emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB).

Em 31 de março de 2014 a Companhia encerrou o período referente ao primeiro trimestre de 2014 com uma estrutura de capital representada por 83% de recursos de terceiros (passivo), considerando o saldo do ativo de Instrumentos financeiros e derivativos, e 17% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido, no valor total de R\$107.713). Por outro lado, em relação ao período encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia tinha uma estrutura de capital representada por 88% de recursos de terceiros (passivo), considerando o saldo do ativo de Instrumentos financeiros e derivativos, e 12% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 87% de recursos de terceiros (passivo), considerando o saldo do ativo de Instrumentos financeiros e derivativos, e 13% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido, no valor total de R\$78.335). Por outro lado, em relação ao exercício encerrado em 2012, a Companhia tinha uma estrutura de capital representada por 78% de recursos de terceiros (passivo) e 22% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 69% de recursos de terceiros (passivo) e 31% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido).

A Diretoria entende que a Companhia mantém uma adequada estrutura de capital, considerando-se que os investimentos são financiados por recursos de longo prazo.

i) hipóteses de resgate

Não há previsão de resgate de ações de emissão da Companhia, ou de suas controladas, além das legalmente previstas.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável em razão da Companhia e suas controladas não possuírem ações resgatáveis.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

O total da dívida ajustada em 31 de março de 2014, no valor de R\$443.644, foi superior ao total das disponibilidades de R\$32.866.

O total da dívida ajustada em 31 de março de 2013, no valor de R\$245.231, foi superior ao total das disponibilidades de R\$78.187.

O total da dívida ajustada em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$456.441, foi superior ao total das disponibilidades de R\$93.880. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia medida pelo EBITDA foi de R\$ 178.777, correspondendo a 39% do total da dívida ajustada da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O total da dívida ajustada em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$248.726, foi superior ao total das disponibilidades de R\$89.890. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia medida pelo EBITDA foi de R\$169.193, correspondendo a 68% do total da dívida ajustada da Companhia.

O total da dívida ajustada em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$178.673, foi superior ao total das disponibilidades de R\$39.588. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia medida pelo EBITDA foi de R\$108.273, correspondendo a 61% do nível total da dívida ajustada da Companhia.

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2013, o EBITDA médio foi de R\$152.081 e o resultado financeiro líquido médio foi de R\$20.469. Desta forma, o EBITDA médio apresentou índice de cobertura de 7,4 vezes do resultado financeiro líquido médio da Companhia. O saldo da dívida líquida média, composta por empréstimos e financiamentos, líquidos dos saldos de instrumentos financeiros derivativos, deduzidos do saldo total das disponibilidades, composta pela somatória de caixa e equivalentes de caixa com títulos e valores mobiliários, foi de R\$220.161, ou seja, 1,4 vezes o EBITDA médio de R\$152.081.

Em 31 de março de 2014, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um déficit (excedente de passivo circulante em relação ao ativo circulante) de R\$79.318.

Em 31 de março de 2013, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um superávit (excedente de ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$27.901.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um superávit (excedente de ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$1.087.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um superávit (excedente de ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$15.324.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um déficit (excedente de ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$2.560.

Considerando o saldo total de disponibilidade da Companhia e a geração de caixa proveniente das operações, que contará com os resultados decorrentes dos projetos de investimentos objeto dos financiamentos, a Diretoria acredita ter liquidez e recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia tem mantido a assiduidade dos pagamentos de todos os seus compromissos, conforme esperado, e não apresenta qualquer sinal de falta de liquidez. Caso a Companhia entenda necessário contrair novos empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia tem a capacidade de contratá-los e honrá-los sem comprometer o desenvolvimento dos seus negócios.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores informam que a principal fonte de financiamento para capital de giro da Companhia é a geração de caixa operacional proveniente das operações. Enquanto linhas de financiamento junto a instituições financeiras públicas e privadas é a principal fonte de investimento em ativos não circulantes.

Para maiores informações acerca dos contratos financeiros e do endividamento da Companhia, vide seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia busca manter um perfil de vencimento da sua dívida alinhado à sua capacidade de geração de caixa futura. Essas fontes de financiamento no mercado doméstico e no mercado externo estão descritas no item 10.1(f). A Diretoria entende que em caso de deficiências de liquidez, a cobertura destas será suprida por linhas de financiamentos dos principais bancos comerciais de primeira linha e de relacionamento da Companhia com limites de crédito aprovados e disponíveis para este tipo de captação.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os Diretores da Companhia destacam que no período encerrado em 31 de março de 2014, os contratos da dívida ajustada, somavam R\$443.644, sendo que R\$73.995 representavam empréstimos de curto prazo, R\$369.649 correspondiam a empréstimos de longo prazo compensados pelo saldo líquido de R\$16.763 de instrumentos financeiros líquidos. No mesmo período de 2013, os saldos de dívida ajustada foram de R\$49.318 e R\$195.913, respectivamente, representando 47% e 64% do passivo circulante e não circulante, que, somados totalizaram R\$105.262 e R\$305.374.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia ressaltam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os contratos da dívida ajustada, somavam R\$456.441, sendo que R\$67.565 representavam empréstimos de curto prazo, R\$388.876 correspondiam a empréstimos de longo prazo compensados pelo saldo líquido de R\$19.070 de instrumentos financeiros líquidos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, os saldos de dívida ajustada foram de R\$248.726 e R\$178.673, respectivamente, representando 69% e 72% do passivo circulante e não circulante, que, somados totalizaram R\$358.690 e R\$249.851.

Todos os contratos de financiamentos e contratos de fianças e avais acima mencionados apresentam o mesmo grau de subordinação, visto que tratam-se de contratos com garantia quirografária contra a empresa, tendo o recurso contra os controladores no caso de execução do aval corporativo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Dívida Ajustada**

Em 31 de março de 2014 a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos no total bruto de R\$460.407 compensados pelo saldo de R\$16.763 de instrumentos financeiros derivativos, vinculados aos contratos de empréstimos, resultando o montante de R\$443.644.

(Em R\$ mil)

Total dos empréstimos e financiamentos	460.407
Menos - Operações com derivativos	(16.763)
Dívida Ajustada	443.644

A seguir os Diretores da Companhia apresentam a composição da Dívida Líquida e uma breve descrição dos principais termos e condições dos contratos de empréstimos e financiamentos bancários celebrados com os seus principais credores.

Dívida Líquida (Em R\$ mil)	31 de março de 2014
Total dos empréstimos e financiamentos	460.407
Menos - Caixa e equivalentes de caixa	(6.435)
Menos - Títulos e valores mobiliários	(26.431)
Menos - Instrumentos financeiros derivativos (ativo)	(30.985)
Mais - Instrumentos financeiros derivativos (passivo)	14.222
Dívida líquida	410.778

Operações de Empréstimos e Financiamentos

(Em R\$ mil)

Modalidade	Encargos Financeiros	Vencimento	31 de março de 2014
<u>Moeda nacional</u>			
Automático Itaú(a)	TJLP + 6,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	1.299
Finame Itaú(b)	4,50% a.a.	Juros: mensal até 2014 Principal: mensal a partir de 2010 até 2014	31
Finem BNDES(c)	TJLP + 1,40% a.a.	Juros: mensais até 2023 Principal: mensal a partir de 2015 até 2023	106.366
Loan 4131(d)	11,07% a.a.	Juros: semestrais até 2019 Principal: dezembro 2019	85.706
NCE Santander(e)	CDI + 1,82% a.a.	Juros: semestrais até 2020 Principal: dezembro 2020	103.504
CCB (j)	CDI + 0,75% a.a.	Juros e principal: 2014	5.114
Total Moeda Nacional			302.020
<u>Dólares (USA)</u>			
Automático Itaú(f)	4,00% a.a.	Juros: mensais até 2015 Principal: mensal a partir de 2011 até 2015	408
Finimp Itaú(g)	Libor + 3,30% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: janeiro 2018	36.569
NCE Itaú(h)	5,34% a.a.	Juros: semestrais até 2018 Principal: julho 2018	92.508

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

NCE Votorantim(i)	7,10% a.a.	Juros: semestrais até 2015 Principal: junho 2015	28.902
Total Dólares (USA)			158.387
Total Empréstimos			460.407
(-) Circulante			73.995
(=) Não Circulante			386.412

- a) No período de agosto de 2010 a junho de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), por meio do programa "BNDES Automático", no montante total de R\$ 2.058. Os recursos provenientes desta operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os juros são calculados na base na Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") + 5,00% a.a. a 6,20% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2015.
- b) Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES Finame-PSI", no montante de R\$ 210. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia na aquisição de empilhadeiras. Os juros são calculados na base de 4,50% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2014.
- c) A partir de agosto de 2013, a Companhia contratou diretamente com BNDES, por meio do programa "BNDES FINEM", o montante total de R\$ 105.000 distribuídos em 2 sub-créditos. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras de expansão do Terminal. Os juros são calculados na base de TJLP + 1,40% a.a. com pagamentos trimestrais de juros durante o período de carência e mensais até o vencimento final do principal em 2023.
- d) Em dezembro de 2012 a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA uma operação de empréstimo, com repasse de recursos do exterior mediante a Resolução 4131, no valor de R\$ 83.000 a taxa 11,07% a.a., juntamente com um swap no mesmo montante, de ponta ativa 11,07% a.a. e ponta passiva de variação cambial (US\$)+4,78% a.a. Este contrato possui *covenant* de Dívida Líquida/EBITDA de até 3,0x referente aos resultados consolidados do Grupo Libra.
- e) Em dezembro de 2013 a Companhia contratou junto ao Banco Santander uma operação de NCE no valor de R\$ 100.000, à taxa CDI+1,82% a.a. Este contrato possui *covenant* de Dívida Líquida/EBITDA de até 3,5x.
- f) No período de agosto de 2010 a junho de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA, recursos do BNDES, por meio do programa "BNDES Automático", o montante total de US\$ 575 mil. Os recursos provenientes da operação foram utilizados pela Companhia nas obras para reforço do cais do Terminal. Os juros são calculados na base de 4,0% a.a. com pagamentos mensais até o vencimento final do principal em 2015.
- g) No período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2013, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA uma operação de FINIMP, no montante total de US\$ 23.937 mil, para aquisição de *Portainers* e de *Rubber Tyred Gantry Cranes (RTG Cranes)* a taxa de LIBOR + 0,97% a.a. a 3,30% a.a.
- h) Em julho de 2011 a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA uma operação de NCE no valor de US\$ 49.398 mil a taxa 5,34% a.a, equivalente à R\$ 78.000. Junto com a NCE, foi contratado um Swap de ponta ativa variação cambial (US\$) + 5,34% a.a. e ponta passiva de CDI + 2,35% a.a. Este

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

contrato possui *covenant* de Dívida Líquida/EBITDA de até 3,0x referente aos resultados consolidados do Grupo Libra.

- i) Em junho de 2010 a Companhia contratou junto ao Banco Votorantim uma operação de NCE no valor de US\$ 25.000 mil à taxa 7,10% a.a.
- j) No período de julho a dezembro de 2013, a Costa do Sol contratou empréstimos de curto prazo (CCBs) junto ao Citibank no montante total de R\$ 3.000 à taxa CDI+0,75% a.a.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de amortização da dívida (em R\$ mil):

Curto Prazo	AV%	
Principal 2014	64.387	14,0%
Juros 2014	9.608	2,1%
Longo Prazo		
2015	58.497	12,7%
2016	75.802	16,5%
2017	75.802	16,5%
2018	71.262	15,5%
2019	46.398	10,1%
2020	31.307	6,8%
2021	13.125	2,9%
2022	13.125	2,9%
2023	1.094	0,2%
Total	460.407	100,0%

Os Diretores da Companhia destacam que os empréstimos contratados contam basicamente com as seguintes garantias: (i) carta de fiança; e (ii) aval por parte dos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo integralmente cumpridas.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Em 31 de março de 2014, foram tomados cerca de 65% dos recursos de financiamento de longo prazo já contratados com o BNDES, de um total de R\$160.398, utilizados para os investimentos da Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras individuais referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como as informações referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 foram preparadas considerando a aplicação integral dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"). Adicionalmente, os Diretores da Companhia destacam que as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como as informações referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 foram preparadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

também considerando as normas internacionais de relatórios financeiros, "International Financial Reporting Standards – IFRS", emitidos pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia. O resumo das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, foi extraído das demonstrações financeiras consolidadas, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as práticas contábeis citadas acima, vigentes nos respectivos períodos. Adicionalmente, os Diretores da Companhia ressaltam que as informações referentes ao período encerrado em 31 de março de 2014 também foram preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as práticas contábeis citadas acima, vigentes nos respectivos períodos.

As demonstrações financeiras consolidadas, bem como as informações referentes ao primeiro trimestre de 2014, incluíram as demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas e coligadas, diretas e indiretas, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos indicados

Demonstração dos resultados consolidados para o período encerrado em 31 de março de 2014 comparada à demonstração dos resultados consolidados para o período encerrado em 31 de março de 2013.

Demonstração dos Resultados Consolidados	Período encerrado em 31 de março de				
	2013	AV%	2014	AV%	2013/2014
	(em reais mil)				
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida	112.444	100%	101.621	100%	(10)%
Custos dos produtos e serviços	(27.798)	(25)%	(29.554)	(29)%	6%
LUCRO BRUTO	84.646	75%	72.067	71%	(15)%
Despesas gerais e administrativas	(23.489)	(21)%	(25.725)	(25)%	10%
Outras receitas/despesas operacionais	(184)	0%	146	0%	(179)%
Resultado da Equivalência Patrimonial	1.616	1%	(57)	0%	(104)%
LUCRO OPERACIONAL	62.589	56%	46.431	46%	(26)%
Receitas financeiras	3.121	3%	3.629	4%	16%
Despesas financeiras	(8.803)	(8)%	(9.496)	(9)%	8%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	1.912	2%	5.158	5%	170%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	58.819	52%	45.722	45%	(22)%
Imposto de renda e contribuição social	(19.606)	(17)%	(16.344)	(16)%	(17)%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	39.213	35%	29.378	29%	(25)%
Atribuído a Acionistas da Companhia	39.433	35%	28.886	28%	(27)%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida apresentou uma redução de 10%, passando de R\$112.444 no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 para R\$101.621 no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 devido, principalmente, ao maior volume spot de cargas especiais com alto valor agregado, ocorrida no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 no segmento de Terminais Portuários, repetida em menor escala no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014, e no caso de Terminais Aeroportuários, a redução decorre das receitas de projeto de cargas especiais realizadas no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e não realizadas no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014.

CUSTOS DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços aumentaram em 6%, passando de R\$27.798 no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 para R\$29.554 no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014. A Administração da Companhia esclarece que isso ocorreu devido, principalmente, ao reajuste anual dos custos de pessoal e a custos relacionados a reestruturação de pessoal e de fortalecimento da estrutura de serviços de segurança patrimonial e de consultoria estratégica para a operação.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 10%, passando de R\$23.489, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 para R\$25.725 no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014. A Administração da Companhia esclarece que isso ocorreu devido, principalmente, ao reajuste anual dos custos de pessoal, as despesas com manutenção de software e a eventos de natureza não recorrente que, se expurgados, passam a demonstrar relativa estabilidade, evidenciando os esforços da Companhia na racionalização destas despesas.

AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações. A Companhia por meio da sua controlada direta Boreal Serviços e Administração S.A. adquiriu o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, em 01 de outubro de 2011, registrando um ágio no valor de R\$ 11.645.

LUCRO OPERACIONAL

Em virtude do exposto acima e em que pese o fato do período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 ter representado um período de altíssima receita para a Companhia, o lucro operacional recuou em 26%, passando de R\$62.589 no primeiro trimestre de 2013 para R\$46.431 no primeiro trimestre de 2014.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro melhorou em 81%, passando de (R\$3.770) no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 para (R\$ 709) no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014. A Administração da Companhia entende que isso se deu em decorrência, do aumento das variações monetárias e cambiais (liquidas) que atingiram o montante de R\$1.912 e R\$5.158, respectivamente para período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2014.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido às variações das contas acima descritas, onde se destaca a alta receita alcançada período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social diminuiu em 22%, passando de R\$58.819 no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 para R\$45.722 no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014. Como percentual da receita líquida, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 52% para 45%, respectivamente no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2014.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrou uma redução de 17%, passando de R\$19.606 no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 para R\$16.344 no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passou de 17% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 para 16% período de três meses encerrado em 31 de março de 2014.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O impacto mais relevante na comparação entre o primeiro trimestre de 2014 e primeiro trimestre de 2013 se apresentou na conta de receitas, uma redução de R\$10.823, muito mais em função da Companhia obtido altíssima receita no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 advindos de serviços de armazenagem de cargas especiais de alto valor agregado por longos períodos, do que de alguma perda de eficiência comercial ou operacional no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014 que, da mesma forma que o primeiro trimestre de 2013, apresentou resultados expressivos. Como percentual da receita líquida, o lucro líquido do exercício passou de 35% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 para 29% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2014, representando uma redução percentual de 17%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparada à demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Demonstração dos Resultados Consolidadas	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2012	AV%	2013	AV%	2012/2013 AH%
	(Em Reais Mil)				
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida	361.451	100%	383.480	100%	6%
Custos dos produtos e serviços	(115.915)	(32)%	(123.228)	(32)%	6%
LUCRO BRUTO	245.536	68%	260.252	68%	6%
Despesas gerais e administrativas	(90.806)	(25)%	(96.558)	(25)%	6%
Outras receitas/despesas operacionais	(1.410)	0%	440	0%	(131)%
Resultado da Equivalência Patrimonial	1.889	1%	(123)	0%	(107)%
LUCRO OPERACIONAL	155.209	43%	164.011	43%	6%
Receitas financeiras	28.654	8%	17.642	5%	(38)%
Despesas financeiras	(20.804)	(6)%	(31.627)	(8)%	52%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(16.712)	(5)%	(28.089)	(7)%	68%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	146.347	40%	121.937	32%	(17)%
Imposto de renda e contribuição social	(51.776)	(14)%	(46.865)	(12)%	(9)%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	94.571	26%	75.072	20%	(21)%
Atribuído a Acionistas da Companhia	94.629	26%	76.547	20%	(19)%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida aumentou em 6%, passando de R\$ 361.451 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 383.480 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 devido, principalmente, às receitas oriundas dos serviços de armazenagem de importação que apresentaram um crescimento de 17% neste período, as quais foram impulsionadas pelo armazenamento de cargas de alto valor agregado, gerando um recorde histórico nas receitas totais neste último exercício. Os Diretores da Companhia entendem, ainda, que a valorização do dólar norte americano também contribuiu com o incremento da receita. Ao se avaliar, de forma segregada, as receitas oriundas dos dois diferentes segmentos de negócio, verifica-se que a maior contribuição para o crescimento das receitas deve-se aos serviços relacionados à operação portuária que apresentaram aumento de 9%.

CUSTOS DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços aumentaram em 6%, passando de R\$ 115.915 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 123.228 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso ocorreu devido principalmente a custos e despesas relacionados ao pessoal, decorrentes do maior volume de negócios. Quando avaliado sob o prisma percentual da receita líquida, os custos dos serviços se mantiveram em 32%, tanto para o exercício de 2013 quanto para 2012, indicando a eficiência da Companhia na gestão dos resultados operacionais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

LUCRO BRUTO

O lucro bruto aumentou 6%, passando de R\$ 245.536 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 260.252 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso ocorreu devido principalmente a manutenção da proporcionalidade entre receita líquida e custos dos serviços, uma vez que ambos, tanto a receita líquida quanto os custos dos serviços prestados, tiveram um aumento de 6% em relação ao exercício anterior, o que propiciou a manutenção da margem bruta em 68% para os exercícios de 2012 e 2013.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 6%, passando de R\$ 90.806 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 96.558 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência, principalmente, de gastos relacionados às despesas comerciais e despesas de venda que passou de R\$ 10.030 em 2012 para R\$ 15.122 em 2013 em função da elevação de sua base de clientes e do aumento das receitas, sendo que as demais rubricas apresentaram uma menor variação entre os exercícios. Em termos percentuais da receita líquida, as despesas gerais e administrativas se mantiveram no mesmo patamar de 25% nos exercícios analisados.

AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações. A Companhia por meio da sua controlada direta Boreal Serviços e Administração S.A. adquiriu o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, em 01 de outubro de 2011, registrando um ágio no valor de R\$ 11.645.

LUCRO OPERACIONAL

O lucro operacional aumentou em 6%, passando de R\$ 155.209 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 164.011 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência, principalmente, do equilíbrio apresentado na evolução das contas de receita líquida, custos dos serviços e despesas gerais e administrativas que apresentaram crescimento na ordem de 6% cada.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro diminuiu em 374%, passando de (R\$ 8.862) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para (R\$ 42.074) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência, do aumento das despesas financeiras em decorrência do aumento do endividamento por conta dos projetos de investimentos e também por conta

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

das variações monetárias e cambiais passivas que atingiram o montante de (R\$ 16.712) e (R\$ 28.089), respectivamente para os exercícios de 2012 e 2013. Com relação às receitas das aplicações financeiras verifica-se uma redução de 16% no período, sendo que em 2012 o valor alcançado foi de R\$ 5.502 enquanto que em 2013 o valor foi de R\$ 4.603.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido às variações das contas, acima descritas, onde se destaca o efeito negativo das variações cambiais, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social diminuiu em 17%, passando de R\$ 146.347 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 121.937 exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Como percentual da receita líquida, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 40% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para 32% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrou uma redução de 9%, passando de R\$ 51.776 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 46.865 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passou de 14% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para 12% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, uma redução de 14%.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Uma vez que a Companhia apresentou um incremento de suas receitas líquidas de 6% e os custos dos serviços e das despesas gerais e administrativas acompanharam esta mesma variação, o impacto mais relevante ocorreu no resultado financeiro apresentado no último exercício em relação a 2012, o que contribuiu para que o lucro líquido do período tenha diminuído de R\$ 94.571 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 75.072 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma redução percentual de 21%. Como percentual da receita líquida, o lucro líquido do exercício passou de 26% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 para 20% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma redução percentual de 23%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparada à demonstração dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Demonstração dos Resultados Consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	AV%	2012	AV%	2011/2012 AH%
	(Em Reais Mil)				
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida	247.552	100%	361.451	100%	46%
Custos dos produtos e serviços	(89.182)	(36)%	(115.915)	(32)%	30%
LUCRO BRUTO	158.370	64%	245.536	68%	55%
Despesas gerais e administrativas	(57.831)	(23)%	(90.806)	(25)%	57%
Outras receitas/despesas operacionais	(191)	0%	(1.410)	0%	638%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(284)	0%	1.889	1%	(765)%
LUCRO OPERACIONAL	100.064	40%	155.209	43%	55%
Receitas financeiras	11.808	5%	28.654	8%	143%
Despesas financeiras	(10.289)	(4)%	(20.804)	(6)%	102%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(11.991)	(5)%	(16.712)	(5)%	39%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	89.592	36%	146.347	40%	63%
Imposto de renda e contribuição social	(32.301)	(13)%	(51.776)	(14)%	60%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	57.291	23%	94.571	26%	65%
Atribuído a Acionistas da Companhia	58.092	23%	94.629	26%	63%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida aumentou em 46%, passando de R\$ 247.552 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 361.451 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Os Diretores da Companhia entendem que isso ocorreu principalmente devido ao aumento de serviços de armazenagem de importação, prestadas pelo Terminal, e de serviços relacionados às operações aeroportuárias, uma vez que o resultado consolidado da Libra Terminal Rio no exercício social de 2011 registrou apenas os resultados do último trimestre referentes à empresa Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A., adquirida, indiretamente, pela Companhia em 01 de outubro de 2011. Ao se avaliar, de forma segregada, as receitas oriundas dos dois diferentes segmentos de negócio verifica-se um aumento de 32% nas receitas com serviços relacionados à operação portuária, enquanto que as receitas inerentes aos serviços aeroportuários apresentaram um aumento de 485%, em função da contabilização da referida receita em 2011 contemplar apenas um trimestre contra os 12 meses contabilizados em 2012.

CUSTOS DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços aumentaram em 30%, passando de R\$ 89.182 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 115.915 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Os Diretores da Companhia entendem que isso ocorreu principalmente devido ao incremento na conta de custo com pessoal por conta do maior volume de negócios no Terminal bem como da contabilização dos custos de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

operação da empresa Costa do Sol no ano de 2012 contra o 4º trimestre contabilizado em 2011. Como percentual da receita líquida os custos dos serviços passaram de 36% em 2011 para 32% em 2012.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto aumentou 55%, passando de R\$ 158.370 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 245.536 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Os Diretores da Companhia entendem que isso ocorreu devido, principalmente, a melhora das margens na operação do Terminal decorrentes do maior volume de operação de armazenagem. A margem bruta ficou em 68% em 2012 frente a uma margem bruta de 64% em 2011.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 57%, passando de R\$ 57.831 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 90.806 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência, principalmente, da contabilização de 12 meses das despesas administrativas da empresa Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. em 2012, contra a contabilização de 3 meses em 2011 por conta da aquisição da empresa ter ocorrido em outubro de 2011. Como percentual da receita líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 23% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 25% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não podem mais ser amortizados, conforme orientação dessas deliberações. A Companhia, por meio da sua controlada direta Boreal Serviços e Administração S.A., adquiriu o Aeroporto Internacional de Cabo Frio, em 01 de outubro de 2011, registrando um ágio no valor de R\$ 11.645.

LUCRO OPERACIONAL

O lucro operacional aumentou em 55%, passando de R\$ 100.064 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 155.209 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência, principalmente, do aumento das receitas relacionadas aos serviços de armazenagem de importação que tiveram um incremento de 66% neste período, saindo de R\$ 143.917 em 2011 para R\$ 239.247 em 31 de dezembro de 2012.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido representou uma queda de 15%, passando de despesas financeiras e variação cambial líquida em R\$ 10.472 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para despesas financeira e variação cambial líquida em R\$ 8.862 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Os

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência, principalmente, do resultado positivo atribuído ao Swap que atingiu o valor de R\$ 13.236 no exercício de 2012 contra R\$ 1.926 no exercício de 2011, contribuindo, desta forma, para mitigar o efeito negativo gerado pelas variações monetárias e cambiais do período.

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido às variações das contas, acima descritas, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou em 63%, passando de R\$ 89.592 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 146.347 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Como percentual da receita líquida, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 36% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 40% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 11%.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro aumentaram em 60%, passando de R\$ 32.201 negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 51.776 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passou de 13% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 14% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 8%.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O incremento das receitas em 46% acompanhado de um aumento relativamente menor dos custos dos serviços prestados, na ordem de 30%, contribuiu para que o lucro líquido do período aumentasse de R\$ 57.291 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 94.571 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 65%. Em percentual da receita líquida, o lucro líquido do exercício passou de 23% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 para 26% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 13%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2014 comparado com o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013.**

(Em R\$ mil)

	2014/2013					
	31 de dezembro de 2013	AV %	31 de março de 2014	AV %	AH%	
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	1.614	0%	6.435	1%	299%	
Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado	92.266	14%	26.431	4%	(71)%	
Contas a receber de clientes	15.451	2%	12.699	2%	(18)%	
Adiantamentos a fornecedores	412	0%	682	0%	66%	
Impostos a recuperar	4.825	1%	5.001	1%	4%	
Outros ativos	4.434	1%	2.810	0%	(37)%	
TOTAL DO CIRCULANTE	119.002	18%	54.058	8%	(55)%	
NÃO CIRCULANTE						
Partes Relacionadas	12.758	2%	253	0%	(98)%	
Dividendos Antecipados	-	0%	32.190	5%		
Instrumentos financeiros derivativos	37.285	6%	30.985	5%	(17)%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.886	1%	9.477	1%	144%	
Depósitos judiciais	1.387	0%	1.415	0%	2%	
Outros ativos	129	0%	-	0%	100%	
Investimentos	56	0%	-	0%	(100)%	
Imobilizado	364.605	56%	435.298	64%	19%	
Intangível	111.285	17%	113.345	17%	2%	
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	531.391	82%	622.963	92%	17%	
TOTAL DO ATIVO	650.393	100 %	677.021	100 %	4%	

	2014/2013					
	31 de dezembro de 2013	AV %	31 de março de 2014	AV %	AH%	
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	20.840	3%	33.653	5%	61%	
Empréstimos e financiamentos	67.565	10%	73.995	11%	10%	
Obrigações trabalhistas e tributárias	12.800	2%	11.469	2%	(10)%	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.371	1%	10.236	2%	39%	
Partes Relacionadas	8.162	1%	2.846	0%	(65)%	
Outros Passivos	1.177	0%	1.177	0%	0%	
TOTAL DO CIRCULANTE	117.915	18%	133.376	20%	13%	
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	407.946	63%	386.412	57%	(5)%	
Instrumentos financeiros derivativos	18.215	3%	14.222	2%	(22)%	
Provisão para contingências	5.737	1%	5.129	1%	(11)%	
Tributos Diferidos	21.025	3%	28.592	4%	36%	
Outros Passivos	1.220	0%	1.577	0%	29%	

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	454.143	70%	435.932	64%	(4)%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-		-		
Capital social	1.055	0%	1.055	0%	0%
Reservas de capital	6.590	1%	6.590	1%	0%
Reservas de lucros	3.252	1%	32.520	5%	900%
Ajuste de avaliação patrimonial	22.631	3%	22.249	3%	(2)%
Participação dos não controladores	44.807	7%	45.299	7%	1%
		0%			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78.335	12%	107.713	16%	37,5%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	650.393	100%	677.021	100%	4%

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante reduziu 55%, passando de R\$ 119.002 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 54.058 em 31 de março de 2014.

As principais variações foram:

- redução de 65% da posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários que passou de R\$ 93.880 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 32.866 em 31 de março de 2014, a qual se deu, na opinião dos Diretores da Companhia, em decorrência dos investimentos realizados na obra de expansão o Terminal portuário do Rio de Janeiro e a distribuição de dividendos aos seus acionistas.
- redução de 18% em contas a receber de clientes, de R\$ 15.451 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 12.699 em 31 de março de 2014, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, principalmente de uma maior eficiência nas políticas e processos de concessão de crédito e cobrança;

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante registrou um aumento de 17%, passando de R\$ 531.391 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 622.963 em 31 de março de 2014. As principais variações foram:

- aumento devido ao pagamento a título de dividendos antecipados aos acionistas uma vez que em 31 de dezembro de 2013 não existia valores registrados nesta rubrica, ficando contabilizado em 31 de março de 2014 o montante de R\$ 32.190. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu, principalmente, em decorrência da política de pagamento de dividendos da Companhia.
- aumento de 19% em imobilizado, de R\$ 364.605 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 435.298 em 31 de março de 2014. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência principalmente de adições relacionadas ao imobilizado em andamento em razão das obras de expansão do terminal portuário do Rio de Janeiro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**PASSIVO CIRCULANTE**

O saldo do passivo circulante da Companhia aumentou em 13%, passando de R\$ 117.915 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 133.376 em 31 de março de 2014. As principais variações foram:

- a) aumento de 61% em fornecedores e demais contas a pagar, de R\$ 20.840 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 33.653 em 31 de março de 2014. Os Diretores da Companhia entendem que tal variação se deu em decorrência principalmente de aquisições relacionadas ao projeto de expansão do Terminal portuário do Rio de Janeiro;

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo do passivo não circulante da Companhia reduziu em 4%, passando de R\$ 454.143 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 435.932 em 31 de março de 2014. As principais variações foram:

- a) redução de 5% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 407.946 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 386.412 em 31 de março de 2014, em decorrência principalmente, na opinião dos Diretores da Companhia, da realização dos contratos, transitando do longo para o curto prazo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia aumentou em 38%, passando de R\$ 78.335 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 107.713 em 31 de março de 2014. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência, principalmente, do resultado do primeiro trimestre do ano corrente.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 comparado com o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012.**

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		2013/2012		
	2012	AV %	2013	AV %	AH%
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	13.301	3%	1.614	0%	(88)%
Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado	76.589	17%	92.266	14%	20%
Contas a receber de clientes	18.732	4%	15.451	2%	(18)%
Adiantamentos a fornecedores	632	0%	412	0%	(35)%
Impostos a recuperar	2.451	1%	4.825	1%	97%
Outros ativos	2.909	1%	4.434	1%	52%
TOTAL DO CIRCULANTE	114.614	25%	119.002	18%	4%
NÃO CIRCULANTE	-		-		
Partes Relacionadas	3.414	1%	12.758	2%	274%
Instrumentos financeiros derivativos	29.113	6%	37.285	6%	28%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.159	0%	3.886	1%	80%
Depósitos judiciais	1.185	0%	1.387	0%	17%
Outros ativos	-	0%	129	0%	0%
Investimentos	6.581	1%	56	0%	(99)%
Intangível	107.947	24%	111.285	17%	3%
Imobilizado	188.496	42%	364.605	56%	93%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	338.895	75%	531.391	82%	57%
TOTAL DO ATIVO	453.509	100%	650.393	100%	43%

	Em 31 de dezembro de		2013/2012		
	2012	AV %	2013	AV%	AH %
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	40.257	9%	67.565	10%	68%
Fornecedores	18.320	4%	20.840	3%	14%
Obrigações trabalhistas e tributárias	12.794	3%	12.800	2%	0%
Partes Relacionadas	18.540	4%	8.162	1%	(56)%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6.644	1%	7.371	1%	11%
Outros Passivos	2.735	1%	1.177	0%	(57)%
TOTAL DO CIRCULANTE	99.290	22%	117.915	18%	19%
NÃO CIRCULANTE	-		-		
Empréstimos e financiamentos	237.582	52%	407.946	63%	72%
Instrumentos financeiros derivativos		0%	18.215	3%	
Provisão para contingências	5.982	1%	5.737	1%	(4)%
Tributos Diferidos	15.650	3%	21.025	3%	34%
Outros Passivos	186	0%	1.220	0%	556%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	259.400	57%	454.143	70%	75%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-		-		
Capital social	1.055	0%	1.055	0%	0%
Reservas de capital	6.590	1%	6.590	1%	0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Reservas de lucros	3.880	1%	3.252	0%	(16)%
Ajuste de avaliação patrimonial	26.033	6%	22.631	3%	(13)%
Participação dos não controladores	57.261	13%	44.807	7%	(22)%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.819	21%	78.335	12%	(17)%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	453.509	100%	650.393	100%	43%

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante cresceu 4%, passando de R\$ 114.614 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 119.002 em 31 de dezembro de 2013.

As principais variações foram:

- a) aumento de 4% da posição de caixa mais títulos e valores mobiliários que passou de R\$ 89.890 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 93.880 em 31 de dezembro de 2013, a qual se deu, na opinião dos Diretores da Companhia, em decorrência da gestão do curso normal dos negócios da Companhia, sem nenhuma mudança representativa na política de gestão de caixa.
- b) redução de 18% em contas a receber de clientes, de R\$ 18.732 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 15.451 em 31 de dezembro de 2013, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, principalmente de uma maior eficiência nas políticas e processos de concessão de crédito e cobrança;

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante registrou um aumento de 57%, passando de R\$ 338.895 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 531.391 em 31 de dezembro de 2013. As principais variações foram:

- a) aumento de 28% em instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 29.113 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 37.285 em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu, principalmente, em decorrência dos efeitos da contabilização dos contratos de derivativos dos financiamentos da Companhia e os efeitos das curvas das taxas de juros e de câmbios dos referidos contratos no período de sua contabilização.
- b) redução de 99% em Investimentos, de R\$ 6.581 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 56 em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência principalmente da redução dos resultados de participação da Companhia em suas coligadas;
- c) aumento de 93% em imobilizado, de R\$ 188.496 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 364.605 em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência principalmente de adições relacionadas ao imobilizado em andamento em razão das obras de expansão do terminal portuário do Rio de Janeiro.

PASSIVO CIRCULANTE

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo do passivo circulante da Companhia aumentou em 19%, passando de R\$ 99.290 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 117.915 em 31 de dezembro de 2013. As principais variações foram:

- a) aumento de 14% em fornecedores e demais contas a pagar, de R\$ 18.320 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 20.840 em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que tal variação encontra-se dentro de patamares do curso normal dos negócios, sem nenhuma mudança na política de contratação dos prazos de pagamentos da Companhia;
- b) aumento de 68% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 40.257 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 67.565 em 31 de dezembro de 2013, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, principalmente da posição de juros dos contratos de financiamentos provisionados em 2013, que foram contratados com carência de pagamento no primeiro ano.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo do passivo não circulante da Companhia aumentou em 75%, passando de R\$ 259.400 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 454.143 em 31 de dezembro de 2013. As principais variações foram:

- a) aumento de 72% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 237.582 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 407.946 em 31 de dezembro de 2013, em decorrência principalmente, na opinião dos Diretores da Companhia, de novas captações de recursos para suportar os investimentos nas obras de expansão do terminal portuário do Rio de Janeiro;
- b) aumento de 34% em imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 15.650 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 21.025 em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência principalmente do diferimento relacionado aos instrumentos derivativos e do custo atribuído do imobilizado relativo a novas aquisições de bens.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia diminuiu em 17%, passando de R\$ 94.819 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 78.335 em 31 de dezembro de 2013. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência, principalmente, por dois fatores: o primeiro, devido ao pagamento de dividendos no período ter superado o resultado do exercício e; o segundo, em decorrência da mudança na participação societária indireta detida pela Companhia, notadamente no que se refere à transferência de 19,16% de participação societária que a Boreal Serviços e Administração S.A., controlada direta pela Companhia, detinha no capital social da Libra Terminais S.A.. Para maiores informações sobre a operação acima ver quadro 6.5 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 comparado com o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011.

(Em R\$ Mil)

	Em 31 de dezembro de		2012/2011		
ATIVO	2011	AV %	2012	AV %	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.475	1%	13.301	3%	197%
Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado	35.113	10%	76.589	17%	118%
Contas a receber de clientes	16.695	5%	18.732	4%	12%
Adiantamento a fornecedores	358	0%	632	0%	77%
Impostos a recuperar	1.216	0%	2.451	1%	102%
Outros ativos	4.630	1%	2.909	1%	(37)%
TOTAL DO CIRCULANTE	62.487	17%	114.614	25%	83%
NÃO CIRCULANTE					
Partes Relacionadas	31.991	9%	3.414	1%	(89)%
Instrumentos financeiros derivativos	11.087	3%	29.113	6%	163%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	432	0%	2.159	0%	400%
Depósitos judiciais	959	0%	1.185	0%	24%
Investimentos	8.835	2%	6.581	1%	(26)%
Imobilizado	131.178	36%	188.496	42%	44%
Intangível	112.495	31%	107.947	24%	(4)%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	296.977	83%	338.895	75%	14%
TOTAL DO ATIVO	359.464	100%	453.509	100%	26%

		Em 31 de dezembro de		2012/2011		
PASSIVO		2011	AV %	2012	AV%	AH %
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	e	19.860	6%	40.257	9%	103%
Fornecedores		11.257	3%	18.320	4%	63%
Obrigações trabalhistas e tributárias	e	10.284	3%	12.794	3%	24%
Partes Relacionadas		17.473	5%	18.540	4%	6%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	e	4.116	1%	6.644	1%	61%
Outros passivos		2.057	1%	2.735	1%	33%
TOTAL DO CIRCULANTE		65.047	18%	99.290	22%	53%
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	e	169.900	47%	237.582	52%	40%
Provisão para contingências		4.535	1%	5.982	1%	32%
Tributos diferidos		10.120	3%	15.650	3%	55%
Outros passivos		249	0%	186	0%	(25)%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		184.804	51%	259.400	57%	40%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Capital social	1.055	0%	1.055	0%	0%
Reservas de capital	6.590	2%	6.590	1%	0%
Reservas de lucros	16.191	5%	3.880	1%	(76)%
Ajuste de avaliação patrimonial	28.185	8%	26.033	6%	(8)%
Participação dos não controladores	57.592	16%	57.261	13%	(1)%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	109.613	30%	94.819	21%	(13)%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	359.464	100%	453.509	100%	26%

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia cresceu 83%, passando de R\$ 62.487 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 114.614 em 31 de dezembro de 2012. A principal variação foi o aumento de R\$ 50.302 na posição de caixa e equivalentes e da conta de títulos e valores mobiliários, que passou de R\$ 39.588 em 2011 para R\$ 89.890 em 2012 tendo em vista que, na opinião dos Diretores da Companhia, este aumento se deu por conta da melhora dos resultados operacionais da Companhia aliados a captação de financiamentos ocorridas próximas ao final do exercício de 2012, para o programa de desembolso dos investimentos de expansão do Terminal bem como do vencimento de dívidas para o curto prazo.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia registrou um aumento de 14%, passando de R\$ 296.977 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 338.895 em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- redução de 89% no saldo com partes relacionadas, de R\$ 31.991 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 3.414 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, principalmente, da liquidação de debêntures emitidas pela com a Libra Terminais S.A.;
- aumento 163% em instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 11.087 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 29.113 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, principalmente, em decorrência da contabilização dos contratos de derivativos dos financiamentos da Companhia e os efeitos das curvas das taxas de juros e de câmbios dos referidos contratos no período de sua contabilização; e
- aumento de 44% em imobilizado, de R\$ 131.178 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 188.496 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, principalmente, da aquisição de equipamentos de grande porte utilizados na operação portuária. Neste período, a conta de empilhadeiras e guindastes (*portainers*) foi incrementada, no valor de R\$ 41.402.

PASSIVO CIRCULANTE

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo do passivo circulante da Companhia aumentou em 53%, passando de R\$ 65.047 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 99.290 em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) aumento de 63% em fornecedores e demais contas a pagar, de R\$ 11.257 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 18.320 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, tal variação encontra-se dentro de patamares do curso normal dos negócios, sem nenhuma mudança na política de contratação dos prazos de pagamentos da Companhia, refletindo os dispêndios relativos as suas atividades e aos investimentos com as obras de expansão e modernização do terminal portuário;
- b) aumento de 103% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 19.860 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 40.257 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, principalmente, dos vencimentos dos financiamentos contratados até 2011 entrarem em fase de amortização conforme previsto nos contratos.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo do passivo não circulante da Companhia aumentou em 40%, passando de R\$ 184.804 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 259.400 em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

- a) aumento de 40% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 169.900 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 237.582 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, principalmente, de novos empréstimos captados para o financiamento dos investimentos em equipamentos para o Terminal bem como da captação para o pagamento de parcelas dos financiamentos no ativo circulante;
- b) aumento 55% em imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 10.120 em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 15.650 em 31 de dezembro de 2013, em decorrência, na opinião dos Diretores da Companhia, principalmente, do diferimento relacionado aos derivativos ao longo do exercício de 2012.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia diminuiu em 13%, passando de R\$ 109.613 em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 94.819 em 31 de dezembro de 2012. Os Diretores da Companhia entendem que isso se deu em decorrência, principalmente, da utilização de reservas de lucros para pagamento de dividendos aos seus acionistas, uma vez que o resultado do exercício foi de R\$ 94.571 e os valores relativos ao pagamento de dividendos atingiram o montante de R\$ 109.365.

Fluxos de Caixa

Períodos encerrados em 31 de março de 2013 e 2014.

O acréscimo líquido do caixa da Companhia no período encerrado em 31 de março de 2014 foi de R\$ 4.821, sendo R\$ 46.389 gerados com as atividades operacionais, R\$ 3.656 aplicados nas atividades de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

investimento e houve R\$ 37.913 de caixa líquido consumido nas atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

	Período encerrado em 31 de março de	
<u>Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado</u> (em R\$ mil)	2014	2013
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	46.389	45.240
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.656)	(26.253)
Caixa líquido (aplicado) obtido das atividades de financiamento	(37.913)	(31.262)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.821	(12.275)
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.614	13.301
No fim do período	6.435	1.026
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.821	(12.275)

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os Diretores da Companhia entendem que a geração de caixa operacional decorre do resultado das operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos serviços, das despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos trimestres encerrados em 31 de março de 2013 e 2014 o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$ 45.240 e R\$ 46.389, respectivamente. Na opinião dos Diretores da Companhia, a variação do fluxo de caixa entre os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2014 deveu-se as melhorias das atividades operacionais incrementando pelo aumento das receitas e estabilidade dos custos e despesas relacionados à operação, parcialmente reduzido pelo resultado financeiro, decorrente do maior endividamento por conta dos projetos de investimentos e dos efeitos da variação cambial nos empréstimos e financiamentos contratados em dólares.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Os Diretores da Companhia destacam que o fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de ativo imobilizado, com destaque para os investimentos da expansão do Terminal com os pagamentos das aquisições de equipamentos em processo de fabricação e das obras de ampliação da retro-área e do cais do Terminal; (ii) à aquisição de ativos intangíveis; e (iii) aos juros recebidos. O caixa consumido pelas atividades de investimentos foi de R\$ 26.253 para o período encerrado em 31 de março de 2013 comparado ao valor de R\$ 3.656 apresentados no mesmo período de 2014.

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Os Diretores da Companhia informam que recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento da Companhia consistem no pagamento dos empréstimos e financiamentos contratados em exercícios

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

anteriores e de dividendos antecipados pela Controladora. O caixa consumido pelas atividades de financiamentos no período encerrado em 31 de março de 2013 foi de R\$ 31.262, sendo que em 31 de março de 2014 o valor consumido foi de R\$ 37.913.

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

O decréscimo líquido do caixa da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 11.687, sendo R\$ 121.903 gerados com as atividades operacionais, R\$ 135.595 aplicados nas atividades de investimento e houve R\$ 2.005 de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (em R\$ mil)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	121.903	135.253	63.401
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(135.595)	(56.053)	(111.553)
Caixa líquido (aplicado) obtido das atividades de financiamento	2.005	(70.374)	51.386
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.687)	8.826	3.234
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	13.301	4.475	1.241
No fim do período	1.614	13.301	4.475
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(11.687)	8.826	3.234

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os Diretores da Companhia entendem que a geração de caixa operacional decorre do resultado das operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos serviços, das despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos anos de 2011, 2012 e 2013 o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$ 63.401, R\$ 135.253, R\$ 121.903, respectivamente. Na opinião dos Diretores da Companhia, a variação do fluxo de caixa entre os anos de 2012 e 2013 deveu-se as melhorias das atividades operacionais incrementando pelo aumento das receitas e estabilidade dos custos e despesas relacionados à operação, parcialmente reduzido pelo resultado financeiro, decorrente do maior endividamento por conta dos projetos de investimentos e dos efeitos da variação cambial nos empréstimos e financiamentos contratados em dólares.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Os Diretores da Companhia destacam que o fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de ativo imobilizado, com destaque para os investimentos da expansão do Terminal com os pagamentos das aquisições de equipamentos em processo de fabricação e das obras de ampliação da retro-área e do cais do Terminal; (ii) à aquisição de ativos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

intangíveis; e (iii) aos juros recebidos. O caixa proveniente das atividades de investimentos foi de R\$ 111.553 para o exercício social de 31 de dezembro de 2011, R\$ 56.053 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado ao valor de R\$ 135.595 apresentados no encerramento de 31 de dezembro de 2013.

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Os Diretores da Companhia informam que recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento da Companhia consistem em captação de novos empréstimos utilizados principalmente para financiar os projetos de expansão do Terminal e do pagamento dos empréstimos e financiamentos contratados em exercícios anteriores. O caixa proveniente das atividades de financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 51.386 em 31 de dezembro de 2012 o caixa consumido foi de R\$ 70.374, sendo que em 31 de dezembro de 2013 o valor gerado foi de R\$ 2.005.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação alterações de volume novos produtos)

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores da Companhia ressaltam que a receita da Companhia é composta, principalmente, por 2 segmentos operacionais, conforme abaixo descritos. Todavia, os Diretores destacam que, mesmo se tratando de receitas de segmentos diferentes e realizadas com instalações próprias, a Companhia imprime uma gestão voltada para a integração e captação de sinergias relativas ao comércio exterior brasileiro, utilizando de forma otimizada, os recursos dos segmentos:

		31 de março de	
(em R\$ mil)		2014	2013
Operações portuárias:			
Operação Portuárias		13.244	12.673
Armazenagem		79.030	88.661
Serviços portuários acessórios de Armazenagem		16.898	16.401
Serviços de Segurança da Carga			118
		109.172	117.853
Operações aeroportuárias:			
Serviços comerciais, pouso e permanência		1.538	1.040
Armazenagem e carga		2.312	7.509
Locação de imóveis e equipamentos		5.311	4.927
		9.161	13.476
Venda bruta de serviços		118.333	131.329
Impostos sobre vendas		(16.712)	(18.885)
Receita		101.621	112.444

		31 de dezembro de	
(em R\$ mil)		2013	2012
Operações portuárias:			
Operação Portuárias		55.423	53.057
Armazenagem		278.832	239.247
Serviços portuários acessórios de Armazenagem		64.615	71.828
Serviços de Segurança da Carga		403	4.406
		399.273	368.538
Operações aeroportuárias:			
Serviços comerciais, pouso e permanência		5.840	21.447
Armazenagem e carga		19.830	19.475
Locação de imóveis e equipamentos		20.671	8.962
		46.341	49.884
Venda bruta de serviços		445.614	418.422
Impostos sobre vendas		(62.134)	(56.971)
Receita		383.480	361.451

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receitas de Operações Portuárias: compostas, basicamente, i) das prestações de serviços de movimentação de contêineres e carga geral no cais, baseadas nos contratos de embarque e desembarque mantidos com vários clientes do segmento de navegação, sendo que, na opinião dos Diretores da Companhia, esta categoria de receitas é sensível ao desempenho do comércio exterior brasileiro, bem como do desempenho dos clientes neste segmento e ii) da prestação de serviços logísticos, preponderantemente aqueles relativos e/ou consequentes da armazenagem alfandegada de contêineres e cargas gerais. Aqui os negócios são realizados com importadores e exportadores nacionais mais variados segmentos da economia, de modo que os Diretores da Companhia entendem que os reflexos do desempenho do comércio exterior brasileiro também se fazem presente para esta modalidade de receita.

Receitas de Operações Aeroportuárias: compostas, basicamente, i) das prestações de serviços de armazenagem de cargas importadas do modal aéreo e importadas em trânsito aduaneiro (DTA) do modal marítimo e aéreo, onde, na visão dos Diretores da Companhia, as variações no desempenho do comércio exterior brasileiro também influencia as receitas aqui descritas, pois as referidas receitas estão atreladas ao transporte e armazenagem de cargas e ii) das prestações de serviços relativas ao apoio *off shore*, que na opinião dos Diretores da Companhia estão diretamente ligadas ao desempenho das atividades e ritmo de investimentos das empresas do segmento de Óleo e Gás, em especial nas atividades de exploração e extração de petróleo em águas profundas. Ainda, ressaltam os Diretores da Companhia que, além do posicionamento estratégico do aeroporto em relação ao campos de exploração de petróleo, a Companhia imprime uma gestão voltada para a integração e captura de sinergias relativas ao comércio exterior brasileiro, oferecendo aos seus clientes um portfólio de produtos que consideram as operações de portos, logística e aeroportos.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Companhia é uma sociedade operacional, logo seu resultado decorre do desempenho de suas atividades operacionais que é afetado, na opinião dos Diretores da Companhia, basicamente por:

Desempenho Operacional: Na visão dos Diretores da Companhia, a expansão do consumo e da renda, aliado às vantagens logísticas do contêiner como meio de transporte inclusive para commodities agrícolas, impulsionou o fluxo de cargas containerizadas nos principais portos brasileiros. Os Diretores da Companhia destacam que o crescimento da movimentação de cargas de importações e exportações brasileiras e a infraestrutura portuária brasileira estabelecida, proporcionam oportunidades na receita para as operações do Porto do Rio de Janeiro.

Integração de serviços existentes e Novos Serviços: Na visão dos Diretores da Companhia a demanda crescente dos importadores e exportadores brasileiros por maior eficiência nas operações e melhoria na qualidade dos serviços prestados, tem levado os operadores portuários a melhoria de produtividade de suas operações bem como da oferta de serviços integrados na gestão do fluxo de comércio exterior dos clientes. A prontidão da Companhia para o atendimento desta demanda pode impactar diretamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia, tanto para a retenção dos atuais como para a atração de novos clientes.

Variações Cambiais: Na visão dos Diretores da Companhia as variações cambiais em relação ao real, impactam os resultados da Companhia de duas formas: (i) na receita de armazenagem de importação, onde o serviço é cobrado função do valor da carga CIF, isto é, a receita é um percentual do valor da carga, convertida para reais pela taxa de câmbio na data do faturamento e (ii) no resultado financeiro da companhia, haja visto que parte dos nossos financiamentos são contratados em dólares e a cada flutuação na taxa de câmbio, atualizamos o estoque da dívida em dólares tendo como contrapartida a contabilização

10.2 - Resultado operacional e financeiro

da variação cambial no resultado da Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, observamos um impacto de despesas de variações monetárias e cambiais de R\$ 28.089 parcialmente compensados pelo efeito do incremento da receita. Cabe ressaltar que a referida despesa de variação cambial, não implica em desembolso imediato do valor, haja visto que o referido valor é incorporado ao saldo devedor e será amortizado de acordo com o cronograma de vencimento da dívida; mantida a taxa de câmbio, as receitas de armazenagem de importação futura será maior, pois será convertida para reais pela nova taxa de câmbio.

Inflação: Os Diretores da Companhia ressaltam que os contratos firmados pela Companhia preveem, de forma majoritária, que os preços praticados na prestação dos serviços são corrigidos anualmente pela inflação brasileira, lançando-se mão dos principais e usuais indicadores econômicos.

Macroeconomia: Na visão dos Diretores da Companhia, nossos negócios estão diretamente atrelados ao fluxo de comércio exterior que guarda uma correlação direta com o comportamento da economia mundial. As variações no comportamento da economia podem trazer impacto nos volumes de cargas movimentadas em nossas operações, assim como as flutuações na taxa de câmbio e podem impactar nossos resultados operacionais e financeiros.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**a) Introdução ou alienação de segmento operacional.**

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia busca constantemente oportunidades de investimento em diversos segmentos relacionados ao seu *core business*. Porém, na visão dos Diretores da Companhia, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em 2013 que pudesse trazer impactos relevantes as demonstrações financeiras. Adicionalmente, os Diretores da Companhia destacam que, com relação ao período findo em 31 de março de 2014, também entendem que não houve introdução ou alienação de segmento que pudesse trazer impactos relevantes as demonstrações financeiras.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Os Diretores da Companhia destacam que pode fazer parte da estratégia de negócios da Companhia a aquisição de empresas. Neste sentido, os Diretores da Companhia entendem que, desde a sua fundação, a Companhia já realizou aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas adquiridas. Todavia, os Diretores da Companhia ressaltam que em 2013 houve a distribuição da participação na coligada Libra Terminal Santos em troca de participação adicional na controlada Boreal Serviços. Nesta transação, ocorrida em 17 de dezembro de 2013, os acionistas da controlada Boreal Serviços aprovaram a distribuição para o outro acionista da Boreal Serviços (também controlado pela Libra Holding S.A.) a participação de 19,16% na Libra Terminal Santos e outros valores a receber desta, por meio de redução do capital social da Boreal Serviços, cancelando as ações antes detidas pelo outro acionista. Como resultado desta transação, a Companhia transformou-se no único acionista da Boreal Serviços, aumentando sua participação de 87,35% para 99,99%.

c) Eventos ou operações não usuais.

Os Diretores da Companhia entendem que não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia em 2013, bem como no período findo em 31 de março de 2014.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.**

Ao longo dos últimos 3 exercícios entraram em vigor, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, bem como em suas informações trimestrais referentes ao período findo em 31 de março de 2014, e sua controladas, novos pronunciamentos contábeis que impactaram em suas demonstrações. No entanto, os Diretores da Companhia entendem que não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como no período encerrado em 31 de março de 2014, exceto àquelas adequações e atualizações orientadas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis e acordadas com a empresa de auditoria.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Os Diretores da Companhia entendem que não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como no período encerrado em 31 de março de 2014.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Na visão dos Diretores da Companhia, a posição patrimonial e financeira da Companhia e a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como no período encerrado em 31 de março de 2014, de acordo com o parecer do auditor, estão adequadamente representadas nas demonstrações financeiras e nas informações trimestrais referentes ao período findo em 31 de março de 2014, em todos os seus aspectos relevantes.

Os Diretores da Companhia informam que não houve ressalvas nos pareceres dos auditores dos últimos três exercícios sociais, bem como das informações trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de março de 2014, e a inclusão de ênfase no relatório de 2013 está de acordo com o item 30 do Comunicado Técnico Nº 04/2010 R1 do IBracon, sendo aplicável em todas as situações onde as Demonstrações Financeiras individuais são declaradas como BRGAAP e as Demonstrações Financeiras consolidadas são declaradas como BRGAAP e IFRS. Trata-se de uma situação comum aplicável a todas as companhias abertas que mantêm investimentos em controladas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

Os Diretores da Companhia ressaltam que nos últimos anos a Companhia investiu na melhoria contínua de seus controles internos, por meio da elaboração de políticas e procedimentos, automatização dos processos e controles, implantação de alçadas e segregação de funções, que, na visão dos Diretores da Companhia, resultaram na melhoria do processo de elaboração das demonstrações financeiras, assegurando a integridade das informações. Adicionalmente, os Diretores da Companhia informam que a Companhia está investindo na melhoria da plataforma de sistemas operacionais e corporativos, o que, na visão dos Diretores da Companhia, contribuirá de forma significativa na automação de controles dos processos e de acesso lógico, integração das informações e monitoramento das atividades por meio da emissão de relatórios e acompanhamento de indicadores.

Para o exercício de 2013, os Diretores da Companhia entendem que os aspectos identificados e reportados pelo auditor independente em sua Carta de Controles Internos são importantes e serão tratados e aperfeiçoados, porém não representam riscos materiais relacionados a erros, fraudes ou contingências. Os Diretores da Companhia destacam ainda que, apesar dos aspectos de melhoria reportados, não houve ressalvas no parecer elaborado pela PwC no tocante às falhas nos processos de elaboração das demonstrações financeiras.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

A análise das demonstrações financeiras realizada pelo auditor independente compreende a avaliação dos controles internos responsáveis pelos processos de receitas, despesas e folha de pagamentos. Na visão dos Diretores da Companhia, os aspectos reportados na Carta de Controles Internos estão relacionados à melhoria dos controles de acesso aos sistemas e gestão de mudanças, consolidação das informações, análise das conciliações, controle de imobilizado, dentre outros. Todos esses aspectos reportados pelo auditor independente foram avaliados pela administração da Companhia, que definiu planos de ação para sua correção, com prazos e responsáveis, independente das melhorias dos sistemas citadas anteriormente. A solução estruturada e definitiva dos pontos de controle acima mencionados dar-se-á pela implantação do novo sistema administrativo integrado, que se encontra em fase de implantação. O projeto de implantação do novo sistema contempla a revisão dos processos da Companhia, um programa estruturado de definição do Perfil de Acesso, controle do ativo imobilizado no sistema integrado e toda a documentação dos processos e sistemas da Companhia. A previsão de entrada em operação do novo sistema integrado é no 2º semestre de 2014. A seguir, os Diretores da Companhia destacam os principais aspectos reportados:

b.1 – Acessos aos sistemas: foram implementados controles compensatórios relacionados ao levantamento de usuários / perfis / funcionalidades, elaboração de procedimento de saneamento mensal dos usuários demitidos e segregação de perfis para as transações críticas de faturamento, contabilidade, fiscal e suprimentos. Os Diretores da Companhia entendem que a solução definitiva virá com a implantação dos novos sistemas operacionais e corporativo, que inclui uma ferramenta de controles de acessos e segregação de função para as atividades / transações críticas.

b.2 – Gestão de mudanças: houve a elaboração e implantação de política de gestão de mudanças que visa controlar o ciclo de vida de todas as mudanças, para que sejam feitas com o mínimo de interrupção para os serviços de TI, além de planejar, programar, controlar a construção de teste e implantar as liberações para as novas funcionalidades exigidas pelo negócio, protegendo a integridade dos serviços existentes.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

b.3 – Consolidação das informações: foram implementados controles compensatórios relacionados a realização de conciliação mensal dos saldos após a importação no sistema ERP (MXM), além da revisão e adequação do De/Para das contas originais para o ERP (MXM). A automatização desse processo será feita na implantação dos novos sistemas.

b.4 – Análise das conciliações: foi contratada equipe específica e focada na elaboração das conciliações contábeis, além da elaboração de um plano de conciliação em conjunto com as demais áreas envolvidas nesse processo. Os Diretores da Companhia destacam que, essa ação visou à realização das conciliações críticas, com revisão e aprovação independentes.

b.5 – Controle de imobilizado – houve melhorias na planilha de controle de imobilizado (back-up, acesso restrito, revisão de fórmulas) e no processo de aquisição e registro do mesmo. A solução definitiva virá com a implantação dos novos sistemas.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras***a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens):***

Os Diretores da Companhia informam que até a presente data, a Companhia não tem conhecimento de passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações. Os Diretores da Companhia destacam ainda que a Companhia não possui subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controles sobre suas operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Os Diretores da Companhia informam que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Os Diretores da Companhia informam que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Os Diretores da Companhia informam que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.10 - Plano de negócios**a. investimentos, incluindo:**

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os Diretores da Companhia ressaltam que o Plano de Crescimento da Companhia mantém o foco de crescimento nas frentes em que atua. Atualmente, a Companhia possui projetos de expansão das operações, no valor total de R\$ 370.000 visando um aumento da capacidade de movimentação de 315 mil para 550 mil TEUs, tornando-se assim capaz de operar simultaneamente dois navios de grande porte, com consequente redução no tempo de espera médio de atracação, sendo tais projetos: (i) ampliação da retroárea em 40 mil m², (ii) prolongamento do píer em 170 m, (iii) otimização da infraestrutura da área do terminal, (iv) aquisição de novos equipamentos, e (v) construção do novo armazém. Há, também, investimentos no total de R\$ 69.000 para a substituição dos atuais sistemas transacionais da Companhia. Na visão dos Diretores da Companhia, esses projetos serão concluídos ao longo de 2015.

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

Os Diretores da Companhia destacam que a Companhia irá financiar investimentos necessários ao desenvolvimento de seus projetos, através de linha de financiamento de longo prazo com programa de amortização da dívida compatível com a geração de caixa futura, que contemplará os resultados adicionais decorrentes do projeto de expansão.

Os Diretores da Companhia ressaltam que as fontes de financiamento dos investimentos serão (i) recursos diretos do BNDES, (ii) emissão das debêntures, (iii) recursos diretos do FINEP, e (iv) geração de caixa proveniente das operações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores da Companhia informam que não foram realizados desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos e no período encerrado em 31 de março de 2014, bem como não há previsão de desinvestimentos relevante no horizonte de prazo final da emissão.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

A influência na capacidade produtiva de todas as aquisições realizadas pela Companhia já está refletida na seção 6.5 acima.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não houve a inclusão de novos produtos e serviços em nossas linhas de negócios.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Não aplicável, uma vez que não a Companhia não divulga projeções.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, uma vez que não a Companhia não divulga projeções.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, uma vez que não a Companhia não divulga projeções.

d. valores dos indicadores que são objeto da projeção

Não aplicável, uma vez que não a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, uma vez que não a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia tem sua estrutura administrativa composta por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; e (iii) Conselho Fiscal.

a. atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

- (i) eleger os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral;
- (ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, por meio do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (iv) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social;
- (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembleia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- (vi) aprovar a contratação de instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (vii) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, em conformidade com o disposto neste Estatuto Social;
- (viii) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo;
- (ix) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas ou não à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;
- (x) deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (xi) aprovar prévia e expressamente a celebração de contratos de qualquer natureza de valor global igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano quinquenal de negócios;
- (xii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;
- (xiii) constituir qualquer espécie de garantia, de valor global igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em negócios que digam respeito a seus interesses e atividades;
- (xiv) deliberar sobre a criação de Comitês e Comissões para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xv) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(xvi) deliberar sobre a seleção e/ou destituição dos auditores externos da Companhia; e

(xvii) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto.

Diretoria

Compete especialmente à Diretoria:

(i) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;

(ii) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, planos de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados;

(iii) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(iv) Submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta de aumento de capital e de reforma do Estatuto Social;

(vii) exercer as demais atribuições que lhe forem definidas em reunião do Conselho de Administração e/ou da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, e terá as atribuições e poderes que lhe são conferidos em lei.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Desse modo, a celebração, alteração ou rescisão de acordos de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho acarretará, sem prejuízo do disposto na Instrução CVM nº 358/02, a necessidade de atualização do Formulário de Referência no prazo de 7 (sete) dias úteis do seu arquivamento na sede do emissor, com a atualização das informações prestadas em função da letra "b" deste item, assim como de qualquer outra informação prestada no Formulário que seja afetada por esses eventos.

Adicionalmente às funções, competências e poderes atribuídos para cada um dos Diretores pelo Conselho de Administração, de acordo com o Estatuto Social da Companhia compete especificamente ao:

(a) Diretor Presidente da Companhia: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no artigo 17 deste Estatuto Social, conforme aplicável.

(b) Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação; (ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social da Companhia pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho e Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas.

(c) Diretor Financeiro: dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo (i) a análise de investimentos e a definição dos limites de exposição a risco; (ii) a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; (iii) as operações de tesouraria; (iv) o planejamento e os controles financeiro e tributário; e (v) a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Mercantil - RJ	18/03/2014
		Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	18/03/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Mercantil - RJ	28/03/2014
		Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	28/03/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Mercantil - RJ	18/03/2014
		Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	18/03/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Mercantil - RJ	28/03/2014
		Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	28/03/2014
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Mercantil - RJ	18/03/2014
		Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	18/03/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Mercantil - RJ	28/03/2014
		Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - RJ	28/03/2014

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Sebastião Fernando da Costa Furquim	38	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2014	19/03/2017
269.332.318-52	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	20/03/2014	Sim
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
Ronaldo Borges	64	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2014	19/03/2017
093.301.197-00	Bacharel em ciências contábeis, ciências administrativa e Direito	Diretor Executivo	20/03/2014	Sim
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.				
Mikael Zaccour	52	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2014	19/03/2017
778.332.957-87	Engenheiro	Diretor Executivo	20/03/2014	Sim
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
Marcelo Pereira Malta Araujo	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	19/03/2015
594.519.207-49	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/03/2014	Sim
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
Claudia Falcão da Motta	49	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	19/03/2015
480.834.960-49	Psicóloga	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/03/2014	Sim
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia				
José Alfredo de Freitas	47	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	20/03/2014	19/03/2017
073.327.678-48	Bacharel em ciências contábeis	Vice Presidente do C.A. e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	20/03/2014	Sim
Pertence ao Conselho de Administração				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Sebastião Fernando da Costa Furquim - 269.332.318-52				
Sebastião Fernando da Costa Furquim formado em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com especialização em supply chain management pelo IBMEC. Atuou em empresas de consultoria e tecnologia com forte especialização em supply chain management como Accenture Management Consulting, Technology and Outsourcing de 1999 a 2004 e, na Webb 2004 a 2010. De 2010 a 2011 atuou na sociedade Mercosul Line, empresa especializada na atividade de cabotagem de contêineres, integrante do Grupo Maersk, grupo dinamarquês que atua especialmente nos segmentos de navegação, energia e negócios relacionados. Em 2011 assumiu cargo de Diretor Geral da unidade de logística do Grupo Libra e atualmente é Diretor Geral da Libra Terminal Rio. Destaca-se que nenhuma das companhias em que Sebastião Fernando da Costa Furquim atuou antes de ser diretor do Grupo Libra faz parte do grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.				
Nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.				
Ronaldo Borges - 093.301.197-00				

Ronaldo Borges: Graduado pela Faculdade Moraes Júnior em Ciências Contábeis em 1975, em Ciências Administrativas em 1977 e em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas em 1997. Com 23 anos de atuação como diretor em diversas empresas do Grupo Libra, desde 1991, desenvolvendo atividade relacionada à área financeira e jurídica nas empresas holding, de navegação marítima de longo curso, navegação fluvial, instituição financeira, imobiliária, terminal portuário e logística de comércio exterior. Ronaldo Borges atuou na Petrobras Distribuidora S.A. como contador de 1973 a 1977. Ainda em 1977, atuou no mesmo cargo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde permaneceu por um pequeno período, logo se transferindo para a Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro onde assumiu o cargo de Gerente em Hamburgo - Alemanha e Diretor Financeiro, tendo permanecido na posição de 1977 a 1986. Seu último cargo antes de assumir suas funções no Grupo Libra foi como Diretor na Brascon - Cia. Brasileira de Transportes e Containerização, tendo atuado de 1986 a 1991. Destaca-se que nenhuma das companhias em que Ronaldo Borges atuou, antes de tornar-se diretor do Grupo Libra, faz parte do grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Mikael Zaccour - 778.332.957-87

Mikael Zaccour: Graduado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em Engenharia Civil. Com 5 anos de atuação na Companhia como Diretor Executivo desde de 2008. Mikael Zaccour é membro da Diretoria da sociedade TNT Competições, Participações e Empreendimentos Ltda., cargo para o qual foi eleito em 1993 e reeleito em 2008. Atualmente, atua ainda como Diretor na companhia Brasil Jato Taxi Aéreo S.A., companhia que atua no segmento de prestação de serviço de transporte aéreo, cargo para o qual foi apontado em 2011. De 2006 a 2008 exerceu o cargo de Diretor na GBT Competições, Participações e Empreendimentos Ltda. Destaca-se que nenhuma das companhias em que Mikael Zaccour atuou faz parte do grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Marcelo Pereira Malta Araujo - 594.519.207-49

Marcelo Pereira Malta Araujo: Graduado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia, possui o título de Master of Business Administration - MBA pela Insper, e fez cursos de extensão em gestão empresarial no Manchester Business School, Inglaterra, na Fundação Dom Cabral em cooperação com o Insead, de Fontainebleau, França, e Harvard University, Massachusetts, Estados Unidos. É presidente-executivo da Libra Holding S.A., empresa brasileira de infraestrutura, logística, e terminais portuários desde 2008, controladora indireta da Companhia. É também membro do conselho de administração da Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A., controlada direta da Companhia e membro do conselho de administração da Transcaminhas Transportadora e Logística S.A. desde 2011, observado que tal empresa faz parte do Grupo Libra. É membro efetivo independente do conselho de administração do Fleury S.A., desde 2004, companhia com registro de companhia aberta que atua no segmento de prestação de serviços médicos e medicina diagnóstica. Adicionalmente, Marcelo Pereira Malta Araujo trabalhou por 10 anos na Shell Brasil S.A., de 1983 a 1993, nas áreas de sistemas, operações e logística, vendas, marketing, planejamento e engenharia. Adicionalmente, foi por 10 anos diretor comercial e vice-presidente de inovação e desenvolvimento de negócios da Natura Cosméticos S.A., companhia aberta e da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, atuando na qualidade de Diretor Executivo de Administração e Participações. No Grupo Camargo Corrêa, onde atuou por 4 anos, foi membro executivo do conselho de administração. Também presidiu os conselhos de administração da São Paulo Alparagatas S.A., Santista Têxtil S.A. e Tavex Algodonera S.A., essa última sediada em Madri, Espanha. Foi, ainda, membro do conselho de administração da Usiminas S.A. Destaca-se que nenhuma das companhias em que Marcelo Pereira Malta Araujo atuou antes de ser diretor da faz parte do grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Claudia Falcão da Motta - 480.834.960-49

Claudia Falcão da Motta: Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pós-graduada em Administração de Recursos Humanos pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – Rio Grande do Sul (FDRHRS) e com Master of Business Administration - MBA em Gestão Estratégica pela Universidade de São Paulo (USP), tendo ainda completado cursos de PGA – Programa de Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral / Insead e Senior ExecutivE Program pela London Business School. Atua como Diretora Executiva de Desenvolvimento Organizacional da Libra Holding desde 2009, sendo responsável pelas áreas de Relações Humanas e Comunicação e Sustentabilidade. Atuou ainda, no período de 2000 a 2009, como Diretora de Pessoas e Organização da Natura Cosméticos S.A., companhia aberta que atua no segmento de cosméticos. Destaca-se que nenhuma das companhias em que Claudia Falcão da Motta atuou antes de ser diretora do Grupo Libra faz parte do grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

José Alfredo de Freitas - 073.327.678-48

José Alfredo de Freitas: Graduado em Ciências Contábeis em 1989 pela Faculdade de Economia São Luis, com Master of Business Administration - MBA em Gestão Empresarial pela USP em 2000. Atua como diretor executivo da Companhia, especialmente no que toca a pontos relacionados com a gestão financeira e desenvolvimento de projetos. Também atua como Diretor Executivo da Libra Holding desde maio de 2011 e como membro do conselho de administração da Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A, controlada direta da Companhia desde 2011. É também membro do conselho de administração da Transcampinas Transportadora e Logística S.A, desde 2011, observado que tal empresa faz parte do Grupo Libra. José Alfredo de Freitas atuou como Coordenador de Contabilidade na Italmagnésio S.A. de 1986 a 1989. Trabalhou ainda de 1989 a 2004 como Diretor Financeiro Adjunto da Companhia Suzano de Papel e Celulose, tendo exercido posteriormente o cargo de Diretor Financeiro (CFO) da Suzano Petroquímica S.A. entre os anos de 2005 e 2007. Foi, ainda, Diretor Financeiro (CFO) da Brenco – Companhia de Energia Renovável de 2007 a 2010. Destaca-se que nenhuma das companhias em que José Alfredo de Freitas atuou, antes de tornar-se diretor do Grupo Libra, faz parte do grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

12.12 - Outras informações relevantes

A Companhia acompanha as práticas de governança corporativa adotadas pelo Grupo Libra a partir de 2008, que evoluíram de forma significativa nos últimos anos mediante o desenvolvimento de um conjunto de mecanismos internos e do aprimoramento das estruturas de tomada de decisão, que contribuíram para reforçar os princípios da responsabilidade corporativa, preservar e otimizar o valor do Grupo Libra, além de contribuir para sua longevidade e garantir o crescimento organizado de sua unidade de negócios.

Em 2012, o Grupo Libra obteve o reconhecimento desse trabalho de aprimoramento e incorporação de boas práticas de governança corporativa, com o Prêmio do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) em maior evolução, na categoria "Empresas Não Listadas".

O sistema de governança corporativa do Grupo Libra aplica-se a todas as empresas de seu grupo econômico e tem por base as melhores práticas do mercado, sendo coordenado pela controladora final, a Libra Holding S.A.

A Libra Holding S.A. conta com os seguintes órgãos de administração e comitês:

- (i) Conselho de Acionistas: formado pelos sócios controladores do Grupo, sendo suas principais atribuições definir as crenças e valores da empresa, assim como a atuação do Grupo, a relação entre acionistas e destes com a empresa, e eleger seus representantes no Conselho de Administração;
- (ii) Conselho de Administração: órgão formado por 4 sócios da Libra Holding S.A. e 5 conselheiros independentes, eleitos anualmente, que define as estratégias, monitora o desempenho do Grupo e de seus executivos, toma decisões que implicam em planos ou ações de alto impacto, identifica o grau e a intensidade de riscos ao negócio e estabelece políticas para a adequada gestão do Grupo Libra;
- (iii) Comitê de Auditoria: tem como principais atribuições coordenar e monitorar o trabalho dos auditores internos e independentes e analisar as demonstrações financeiras. É liderado por um conselheiro independente e tem um membro especialista, garantindo assim a transparência nas análises e processos;
- (iv) Comitê de Investimento: assessora o Conselho de Administração em assuntos que envolvem a posição dos riscos de investimentos financeiros. Composto por três conselheiros e conta com o apoio da área financeira da Libra Holding S.A.;
- (v) Comitê de Ouvidoria: comitê formado pelo presidente do Conselho de Administração e presidente-executivo do Grupo Libra, diretores-executivos e diretores-gerais de negócios. O Comitê de Ouvidoria trabalha para assegurar a aplicabilidade e a aderência dos Princípios Libra de Relacionamento, analisar as manifestações críticas e acompanhar os planos de ação.
- (vi) Comitê de Relações Institucionais: desenvolve a estratégia de relacionamento com os três níveis de governo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e define o posicionamento do Grupo Libra no que tange a temas regulatórios estratégicos. Coordenado por um conselheiro independente, composto por dois outros conselheiros, um membro especialista e pelo presidente-executivo do Grupo Libra.
- (vii) Comitê de Remuneração: é a instância responsável por assessorar o Conselho de Administração na análise de questões relativas à remuneração dos executivos, composto por um conselheiro independente, um conselheiro acionista e o Presidente-executivo do Grupo Libra.

12.12 - Outras informações relevantes

A gestão do Grupo Libra é liderada pelo presidente e quatro diretores executivos, buscando um modelo integrado, dinâmico e participativo.

Nesse modelo organizacional, com o intuito de dar maior autonomia às Unidades de Negócio ("UNs") do Grupo Libra, mas mantendo uma proximidade com o presidente executivo e diretores executivos, garantindo a integração dos negócios e foco na execução e operações, o Grupo Libra conta com os Comitês de Gestão das UNs, cujas principais atribuições são o acompanhamento dos indicadores e resultados, tomadas de decisões, segundo as políticas de alçada aprovadas pelo Conselho de Administração, referentes à execução das ações previstas nos planos estratégicos e orçamentários, além do acompanhamento e decisão dos projetos estratégicos da UN. Estes comitês são auxiliados por comissões corporativas de Finanças, Jurídico, Recursos Humanos e de Comunicação, todos reunidos dentro de um único ciclo de Planejamento e Controle.

Mensalmente, gestores de negócios reveem os resultados e coordenam iniciativas estratégicas e integradas para o desenvolvimento do Grupo, com o intuito de promover o intercâmbio das melhores práticas e difundir as ideias entre os diferentes negócios, dois grandes encontros anuais reúnem gerentes e diretores de todas as unidades de negócios. Além disso, uma agenda anual, conduzida pelo Sistema Integrado de Planejamento (Sisplan), apoia o sistema de Governança Corporativa em todo o Grupo Libra.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	4,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	658.000,00	0,00	658.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	27.000,00	0,00	27.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	132.000,00	0,00	132.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos sociais de responsabilidade da Libra Terminal Rio S.A.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	461.000,00	0,00	461.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	92.000,00	0,00	92.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos sociais de responsabilidade da Libra Terminal Rio S.A.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os membros do Conselho de Administração renunciaram ao direito de receber remuneração decorrente do cargo ocupado.			
Total da remuneração	0,00	1.370.000,00	0,00	1.370.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0,00	5,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.264.000,00	0,00	1.264.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	36.000,00	0,00	36.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	253.000,00	0,00	253.000,00

Descrição de outras remunerações fixas		Encargos sociais de responsabilidade da Libra Terminal Rio S.A.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	979.000,00	0,00	979.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	196.000,00	0,00	196.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos sociais de responsabilidade da Libra Terminal Rio S.A.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	2.728.000,00	0,00	2.728.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0,00	5,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.186.000,00	0,00	1.186.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	33.000,00	0,00	33.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	237.000,00	0,00	237.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos sociais de responsabilidade da Libra Terminal Rio S.A.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.170.000,00	0,00	1.170.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	234.000,00	0,00	234.000,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos sociais de responsabilidade da Libra Terminal Rio S.A.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	2.860.000,00	0,00	2.860.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0,00	5,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.220.000,00	0,00	1.220.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	28.000,00	0,00	28.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	244.000,00	0,00	244.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos sociais de responsabilidade da Libra Terminal Rio S.A.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	599.000,00	0,00	599.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos sociais de responsabilidade da Libra Terminal Rio S.A.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	2.211.000,00	0,00	2.211.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia informa que, até a data do presente Formulário de Referência, a Companhia não possui programas de remuneração baseados em opções de compra de ações de emissão da Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A Companhia não apresentou, nos últimos 3 exercícios, administradores classificados como "parte relacionada" aos controladores e, portanto, não houve qualquer remuneração paga a administradores que sejam partes relacionadas com os controladores. Adicionalmente, a Companhia não instalou o conselho fiscal nos 3 últimos exercícios sociais.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

13.16 - Outras informações relevantes

A divergência das informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, com as informações apresentadas no quadro 13.2, em relação à remuneração dos membros da Diretoria Estatutária para os 3 últimos exercícios sociais, decorre de ser considerado neste Formulário de Referência o valor dos benefícios diretos e indiretos que fizeram jus, enquanto que nas Demonstrações Financeiras esta informação não foi considerada.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

c. Índice de rotatividade

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Libra Terminais e Logística S.A.						
02.373.519/0001-40	Brasileira-SP	Não	Não	29/12/2004		
	28.857	25,0000000%	0	0,0000000%	28.857	25,0000000%
Libra Holding S.A.						
68.661.057/0001-75	Brasileira-SP	Não	Não	19/01/2005		
	14.448	12,5000000%	0	0,0000000%	14.448	12,5000000%
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.						
00.086.552/0001-64	Brasileiro-RJ	Não	Sim	13/12/2007		
	65.818	57,0000000%	0	0,0000000%	65.818	57,0000000%
OUTROS						
	6.356	5,5000000%	0	0,0000000%	6.356	5,5000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,0000000%	0	0,0000000%	0	0,0000000%
TOTAL						
	115.479	100,0000000%	0	0,0000000%	115.479	100,0000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista Composição capital social			
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda.				00.086.552/0001-64		
Cia Paulista de Comércio de Comércio Marítimo						
33.050.212/0001-32	Brasileira-RJ	Não	Não	22/04/2013		
1	0.010000	0	0.000000	1	0.010000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Libra Holding S.A.						
68.661.057/0001-75	Brasileira-SP	Não	Sim	17/12/2013		
5.084.852	99.980000	0	0.000000	5.084.852	99.980000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
781.507	0.010000	0	0.000000	781.507	0.010000	
TOTAL	5.866.360	100.000000	0	0.000000	5.866.360	100.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Libra Holding S.A.			68.661.057/0001-75		
Ana Carolina Borges Torrealba Affonso					
721.519.517-15	Brasileira-SP	Não	Não	27/12/2013	
612.465.215	12.500000	145.539.052	11,880000	758.004.267	12,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Celina Borges Torrealba Carpi					
860.141.887-20	Brasileira-SP	Não	Não	27/12/2013	
612.465.215	12.500000	145.539.052	11,880000	758.004.267	12,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Gonçalo Borges Torrealba					
712.486.687-15	Brasileiro-SP	Não	Não	27/12/2013	
612.465.215	12.500000	145.539.052	11,880000	758.004.267	12,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Ibrahim Eris					
667.957.968-68	Brasileiro-SP	Não	Não	27/12/2013	
0	0,000000	10.076.582	0,820000	10.076.582	0,160000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
Libra Holding S.A.				68.661.057/0001-75		
Marcelo Pereira Malta de Araújo						
789.050.797-68	Brasileiro-SP	Não	Não	27/12/2013		
0	0,000000	34.750.366	2,840000	34.750.366	0,570000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	15.791.108	1,290000	15.791.108	0,250000	
Rodrigo Borges Torrealba						
785.610.867-34	Brasileiro-SP	Não	Não	27/12/2013		
612.465.215	12,500000	145.539.052	11,880000	758.004.267	12,380000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
4.899.721.896	100,000000	1.224.930.472	100,000000	6.124.652.368	100,000000	
Zuleika Borges Torrealba						
008.405.487-53	Brasileira-SP	Não	Sim	27/12/2013		
2.449.861.036	50,000000	582.156.208	47,530000	3.032.017.244	49,500000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			
Libra Terminais e Logística S.A.			02.373.519/0001-40			
Libra Administração e Participações S.A.						
01.942.107/0001-11	Brasileira-SP	Não	Sim	18/12/2013		
3.138.325	99,990000	0	0,000000	3.138.325	99,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Libra Holding S.A.						
68.661.057/0001-75	Brasileira-SP	Não	Não	18/12/2013		
25	0,010000	0	0,000000	25	0,010000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
3.138.350	100,000000	0	0,000000	3.138.350	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
Libra Administração e Participações S.A.				01.942.107/0001-11		
Fundo de Investimento em Participações AMC						
14.824.053/0001-31	Brasileiro-SP	Não	Não	04/01/2008		
7.280.536	33,330000	0	0,000000	7.280.536	33,330000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Libra Holding S.A.						
68.661.057/0001-75	Brasileira-SP	Não	Não	04/01/2008		
14.561.058	66,670000	0	0,000000	14.561.058	66,670000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
21.841.594	100,000000	0	0,000000	21.841.594	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Libra Holding S.A.			68.661.057/0001-75		
Ana Carolina Borges Torrealba Affonso					
721.519.517-15	brasileira-SP	Não	Não	27/12/2013	
612.465.215	12.500000	145.539.052	11,880000	758.004.267	12,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Celina Borges Torrealba Carpi					
860.141.887-20	brasileira-SP	Não	Não	27/12/2013	
612.465.215	12.500000	145.539.052	11,880000	758.004.267	12,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Gonçalo Borges Torrealba					
712.486.687-15	brasileiro-SP	Não	Não	27/12/2013	
612.465.215	12.500000	145.539.052	11,880000	758.004.267	12,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Ibrahim Eris					
667.957.968-68	brasileiro-SP	Não	Não	27/12/2013	
0	0,000000	10.076.582	0,820000	10.076.582	0,160000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Libra Holding S.A.				68.661.057/0001-75		
Marcelo Pereira Malta de Araújo						
789.050.797-68	brasileiro-SP	Não	Não	27/12/2013		
0	0,000000	34.750.366	2,840000	34.750.366	0,570000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	15.791.108	1,290000	15.791.108	0,250000	
Rodrigo Borges Torrealba						
785.610.867-34	brasileira-SP	Não	Não	27/12/2013		
612.465.215	12,500000	145.539.052	11,880000	758.004.267	12,380000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
4.899.721.896	100,000000	1.224.930.472	100,000000	6.124.652.368	100,000000	
Zuleika Borges Torrealba						
008.405.487-53	brasileira-SP	Não	Sim	27/12/2013		
2.449.861.036	50,000000	582.156.208	47,530000	3.032.017.244	49,500000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	14/05/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes referentes a este item 15 foram descritos nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Libra Holding S.A.	31/12/2013	7.645.000,00	R\$ 7.645.000,00	Não há.	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador indireto						
Objeto contrato	conta com acionista. Valores distribuídos aos acionistas no exercício de 2013 que serão liquidados em 2014 por meio de pagamento de dividendos.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Libra Terminal 35 S.A.	31/12/2013	1.719.000,00	R\$1.719.000,00	Não há.	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	mesmo grupo econômico						
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas corporativas. O Grupo Libra tem como prática o compartilhamento de despesas corporativas entre as sociedades do grupo. Desta forma, as sociedades, ao longo do exercício social, rateiam as despesas. Considerando a prática do Grupo Libra, destaca-se que a transação é realizada ao longo do exercício social e, portanto, não há uma data específica. Em decorrência de tal fato, indicamos no campo "data transação" a data de encerramento do exercício social, uma vez que em tal data a Companhia apura o valor envolvido.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Turnkey Gestão de Empreendimentos Logísticos S.A.	31/12/2013	14.000,00	14.000,00	Não há.	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	mesmo grupo econômico						
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas corporativas. O Grupo Libra tem como prática o compartilhamento de despesas corporativas entre as sociedades do grupo. Desta forma, as sociedades, ao longo do exercício social, rateiam as despesas. Considerando a prática do Grupo Libra, destaca-se que a transação é realizada ao longo do exercício social e, portanto, não há uma data específica. Em decorrência de tal fato, indicamos no campo "data transação" a data de encerramento do exercício social, uma vez que em tal data a Companhia apura o valor envolvido.						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Libra Terminais S.A.	31/12/2013	28.447.000,00	R\$3.565.000,00 negativo	Não há.	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	mesmo grupo econômico						
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas corporativas. O Grupo Libra tem como prática o compartilhamento de despesas corporativas entre as sociedades do grupo. Desta forma, as sociedades, ao longo do exercício social, rateiam as despesas. Considerando a prática do Grupo Libra, destaca-se que a transação é realizada ao longo do exercício social e, portanto, não há uma data específica. Em decorrência de tal fato, indicamos no campo "data transação" a data de encerramento do exercício social, uma vez que em tal data a Companhia apura o valor envolvido.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Libra Administração e Participações S.A.	31/12/2013	2.750.000,00	R\$2.750.000,00	Não há.	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	controlador indireto						
Objeto contrato	Conta com Acionista - Valores distribuídos aos acionistas no exercício de 2013 que serão liquidados em 2014 por meio de pagamento de dividendos.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda.	02/01/2006	25.510,00	R\$4.597.000,00 (negativo)	não há	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	mesmo grupo econômico						
Objeto contrato	contrato de prestação de serviços - locação de equipamentos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Gonçalo Borges Torrealba	31/12/2013	302.500,00	R\$302.500,00	não há	indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	acionista						
Objeto contrato	conta com acionista -- contrato de mútuo						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação							
John Andrew de Oliveira Harris	31/12/2013	302.500,00	R\$302.500,00	não há	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	acionista						
Objeto contrato	conta com acionista - contrato de mútuo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação							
Libra Terminais S.A.	31/12/2013	25.000,00	25.000,00	25.000,00	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	mesmo grupo econômico						
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas corporativas. O Grupo Libra tem como prática o compartilhamento de despesas corporativas entre as sociedades do grupo. Desta forma, as sociedades, ao longo do exercício social, rateiam as despesas. Considerando a prática do Grupo Libra, destaca-se que a transação é realizada ao longo do exercício social e, portanto, não há uma data específica. Em decorrência de tal fato, indicamos no campo "data transação" a data de encerramento do exercício social, uma vez que em tal data a Companhia apura o valor envolvido.						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	não há.						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a) Medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.**

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

Adicionalmente, buscamos assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados sejam tomadas com total lisura, respeitando o nosso interesse. Deste modo, ao identificarem uma matéria dessa natureza, os administradores devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar. Caso solicitado pelo nosso presidente do conselho de administração ou pelo nosso diretor presidente, conforme o caso, tais administradores poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do nosso conselho de administração ou diretor, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence, que tenha conhecimento da situação, poderá fazê-lo.

Nós buscamos constantemente assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de nossos administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados sejam tomados com total lisura, respeitando os nossos interesses.

b) Demonstrações do caráter estritamente comutativo das condições ou do pagamento compensatório adequado.

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Nos termos do nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração deve aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, realizados por nós ou por nossas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas ("Afilhada"), bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer dos nossos administradores ou seus respectivos cônjuges, parentes até segundo grau ou Afilhadas.

A Diretoria e todos os nossos colaboradores estão comprometidos com o nosso código de conduta, que nos previne contra qualquer tomada de decisão que possa ocasionar conflito de interesses. Além disso, operações celebradas com partes relacionadas à Companhia observam condições de mercado, objetivando assegurar seu caráter estritamente comutativo, em linha com a legislação em vigor e com as melhores práticas de Governança Corporativa, assegurando a transparência e o pleno respeito aos interesses dos acionistas, investidores, colaboradores, as condições comutativas ficam demonstradas por meio das taxas e prazos aplicados aos negócios celebrados com partes relacionadas, conforme apresentado no item, 16.2 acima.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
20/03/2014	20.000.000,00		0	0	0
Tipo de capital	Capital Emitido				
03/06/2006	1.054.736,55		115.479	0	115.479
Tipo de capital	Capital Subscrito				
03/06/2006	1.054.736,55		115.479	0	115.479
Tipo de capital	Capital Integralizado				
03/06/2006	1.054.736,55		115.479	0	115.479

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este item 17 foram descritas nos itens acima.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Com exceção das ações ordinárias de emissão da Companhia, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui qualquer outro valor mobiliário emitido.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não possui qualquer valor mobiliário admitido à negociação.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, uma vez que não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários de emissão da Companhia.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

18.10 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este item 18 foram descritas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

19.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia optou por não divulgar informações com relação a este item, tendo em vista o caráter facultativo dessas divulgações para emissores registrados na Categoria B.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 20 do Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação abaixo descrita, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A política de divulgação adotada pela Companhia tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Companhia que, por sua natureza, possam ser classificados como fato relevante, estabelecendo as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto ao uso, divulgação e manutenção de sigilo de tais informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e na política de divulgação, de forma clara e precisa em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam negociados.

A comunicação de fatos relevantes à CVM e às bolsas de valores (conforme aplicável neste último caso) deve ser feita imediatamente, sendo que o envio de comunicação à CVM deverá ser realizado por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores; e, no caso das bolsas de valores, por meio de documento escrito. Em ambos os casos a comunicação deverá descrever detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A divulgação dos fatos relevantes deverá ocorrer por meio da publicação de anúncios em, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação: (i) nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, que poderá conter descrição resumida da informação relevante, porém deverá indicar os endereços na rede mundial de computadores (Internet) onde a informação detalhada deverá estar disponível a todos os investidores, efetivos ou potenciais, em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores; e/ou (ii) em pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

A Companhia poderá criar um sistema on-line de divulgação de informações a investidores, enviando fatos relevantes por meio de correio eletrônico (*e-mail*) de pessoas cadastradas em banco de dados criado para este fim. Tal sistema de divulgação não substituirá os outros meios de divulgação de informação previstos na política de divulgação e na legislação aplicável.

Sempre que possível, a divulgação de qualquer fato relevante ocorrerá antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores, sendo que, em caso de incompatibilidade de horários com outros mercados, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Sempre que for veiculado fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou público selecionado, no País ou no exterior, o fato relevante deverá ser simultaneamente divulgado à CVM, aos investidores em geral e, às bolsas de valores (conforme aplicável neste último caso).

São consideradas pessoas vinculadas de acordo com a Instrução CVM 358, a Companhia, seus Acionistas Controladores, diretos e indiretos, Administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, empregados e diretores da Companhia que, em virtude de seu cargo ou posição na Companhia, tenham acesso a qualquer Informação Privilegiada, bem como suas Sociedades Controladas e/ou sob controle comum, seus respectivos Acionistas Controladores, cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda, que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação e à Política de Negociação e estejam obrigados

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

à observância das regras nelas descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM 358, mesmo não tendo aderido à Política de Divulgação da Companhia, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição ocupada na Companhia, seus acionistas controladores, suas controladas ou coligadas. Serão ainda consideradas Pessoas Vinculadas quaisquer outras pessoas que, a critério da Companhia, tenham conhecimento de Fatos Relevantes em virtude do cargo, posição ou função na Companhia, em Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas.

As pessoas vinculadas que tenham conhecimento de qualquer informação que possa configurar fato relevante deverão comunicar, imediatamente e por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores para que esse, por sua vez, tome as medidas necessárias para divulgação da informação, nos termos da lei e da política de divulgação.

As pessoas vinculadas que tenham conhecimento de fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de divulgação por mais de três dias úteis contados do comunicado deverão encaminhar imediatamente comunicação escrita aos administradores da Companhia para que estes tomem as medidas cabíveis para divulgação da informação ao mercado e às autoridades competentes, se for o caso. A responsabilidade dos administradores e das pessoas vinculadas que tiveram acesso a fatos relevantes não divulgados apenas cessará quando a divulgação à CVM tiver ocorrido.

O Diretor de Relações com Investidores poderá deixar de divulgar fato relevante caso entenda que a revelação colocará interesses legítimos da Companhia em risco, devendo divulgá-lo imediatamente na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de valores mobiliários da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar à CVM a manutenção das informações em sigilo, sendo que a solicitação à CVM deverá ocorrer por meio de envelope lacrado com a inscrição "CONFIDENCIAL" endereçado à Presidência da CVM.

Caso o Diretor de Relações com Investidores julgue necessário, poderá submeter a aprovação da manutenção de fato relevante em sigilo à deliberação da Diretoria e esta, por sua vez, à deliberação do Conselho de Administração.

São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores: (i) divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores, imediatamente após a ciência, qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia; (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação de Fatos Relevantes simultaneamente nas bolsas de valores, assim como ao público investidor em geral; (iii) prestar aos órgãos competentes, quando devidamente solicitado, esclarecimentos adicionais à divulgação de fato relevante; e (iv) acompanhar e averiguar as negociações de valores mobiliários de emissão à Companhia efetuadas por pessoas vinculadas, com o objetivo de esclarecer se elas têm conhecimento de informação privilegiada e/ou que tenha de ser divulgada ao mercado.

As pessoas vinculadas devem guardar sigilo acerca de fatos relevantes que ainda não tenham sido divulgados, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais fatos relevantes sejam divulgados ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança e contatos comerciais também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

As pessoas vinculadas não devem discutir fatos relevantes em lugares públicos. Informações privilegiadas somente poderão ser discutidas com aqueles que tenham a necessidade de conhecê-las. As pessoas vinculadas devem ainda: (i) não se valer de informações privilegiadas para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio da compra ou venda de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados; (ii) zelar para que a violação do item (i) acima não possa ocorrer através de subordinados diretos ou terceiros de sua confiança, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; e (iii) comunicar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários de emissão da companhia, de sociedades controladas ou de acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas.

A comunicação deverá abranger negociações com derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de emissão da Companhia ou de emissão de suas sociedades controladas ou de acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas. Tal comunicação deverá ocorrer no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, contendo: (i) indicação do saldo da posição antes e depois da negociação; (ii) nome e qualificação do titular, indicando o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas; (iii) quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e (iv) forma de aquisição ou alienação, preço e data das transações.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia ficará responsável pelo envio das informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.

As pessoas vinculadas devem ainda comunicar à Companhia os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual a pessoa não esteja separada judicialmente, de companheiro, de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas, nos mesmos termos do item acima.

Quaisquer violações da política de divulgação verificadas pelas pessoas vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

As pessoas vinculadas que, inadvertidamente ou sem autorização, de qualquer modo comunicarem, pessoalmente ou através de terceiros, informação privilegiada a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, deverá informar tal ato imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores para que este tome as providências cabíveis.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia ficará responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas pela Companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como por atualizar o Formulário de Referência da Companhia nos campos correspondentes.

As pessoas vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da política de divulgação e da legislação específica se obrigam a ressarcir à Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que à Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Qualquer alteração da política de divulgação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e obrigatoriamente comunicada à CVM e às bolsas de valores.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Companhia comunicará formalmente às pessoas vinculadas os termos da deliberação do Conselho de Administração que aprovar ou alterar a política de divulgação, obtendo dessas pessoas a respectiva adesão formal por meio de assinatura do Termo de Adesão, que será arquivado na sede da Companhia desde o início do vínculo até o final do quinto ano, no mínimo, após o seu desligamento.

A relação de pessoas vinculadas, juntamente com as respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, será mantida atualizada na sede da Companhia, à disposição da CVM.

Por fim, a Companhia informa que utiliza, conforme a conveniência de cada caso, ambos os canais de divulgação de ato ou fato relevante permitidos pelo §4º do artigo 3º da Instrução da CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, quais sejam: (i) jornais de grande circulação e (ii) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor da Companhia designado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento da Política de Divulgação é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável, visto que todas as informações relevantes concernentes ao presente item foram devidamente divulgadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Em 2013 houve a distribuição da participação na coligada Libra Terminal Santos em troca de participação adicional na controlada Boreal Serviços e Administração S.A. Nesta transação, ocorrida em 17 de dezembro de 2013, os acionistas da controlada Boreal Serviços aprovaram a distribuição para o outro acionista da Boreal Serviços (também controlado pela Libra Holding S.A.) a participação de 19,16% na Libra Terminal Santos e outros valores a receber desta, por meio de redução do capital social da Boreal Serviços e Administração S.A., cancelando as ações antes detidas pelo outro acionista. Como resultado desta transação aumentou sua participação de 87,37% para 99,99%.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, uma vez que não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não há quaisquer outras informações relevantes além daquelas devidamente divulgadas nos itens acima.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

